PNUM 2022

RIO DE JANEIRO

Desafios para as formas urbanas do século XXI

CADERNO DE RESUMOS

Vera Regina Tângari
Paulo Afonso Rheingantz
Patricia Rodrigues Samora
Jonathas Magalhães Pereira da Silva
Bruno Ragi Eis Mendonça
Alex Assunção Lamounier
Daniel Athias de Almeida
Rubens de Andrade
Inês de Azevedo Isidoro
Vitor Oliveira
(Orgs.)



PNUM 2022

RIO DE JANEIRO

Desafios para as formas urbanas do século XXI

CADERNO DE RESUMOS

Vera Regina Tângari
Paulo Afonso Rheingantz
Patricia Rodrigues Samora
Jonathas Magalhães Pereira da Silva
Bruno Ragi Eis Mendonça
Alex Assunção Lamounier
Daniel Athias de Almeida
Rubens de Andrade
Inês de Azevedo Isidoro
Vitor Oliveira
(Orgs.)

1ª edição
2022

Copyright © 2022 dos autores
As indicações iconográficas encontram-se inseridas nos artigos e os direitos de reprodução estão reservados aos autores das imagens. O conteúdo dos artigos é de responsabilidade dos autores.

P738

PNUM 2022 Rio de Janeiro: Desafios para as formas urbanas do século XXI.

Org. Vera Regina Tângari. et al Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2022.

512 p. Il. 21 x 29,7 cm.

ISBN: 978-65-88335-18-5
978-65-87833-64-4

Inclui Bibliografia.

1.Planejamento Urbano - Rio de Janeiro 2. Planejamento Urbano - Espaços Livres 3. Planejamento - Forma Urbana I. TÂNGARI, Vera Regina II. Rheigantz, Paulo Afonso III. Samora, Patricia IV Silva, Jonathas Magalhães Pereira da V. Mendoça, Bruno Ragi Eis VI. Lamounier, Alex Assunção VII. Almeida, Daniel Athias de VIII. Andrade, Rubens XIX. Isidoro, Inês de Azevedo XX. Oliveira, Vitor XXI. Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROARQ-FAU

CDD: 711.4
CDU: 711.28

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Flora Monte Alegre Olmos Fernandez

ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO E APOIO À EDIÇÃO
Lorena Maia Resende

REVISÃO DE TEXTOS
Sonia Schlegel Costa

Direitos reservados:
EDITORIA PROARQ: editoria.proarq@fau.ufrj.br
Grupo SEL-RJ/ProLugar: pesquisa.selrj@gmail.com / www.prolugar.fau.ufrj.br
Grupo de Pesquisa Paisagens Híbridas / https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/
Av. Pedro Calmon 550 sala 433, Cidade Universitária da UFRJ, 21941-901
Rio de Janeiro – RJ – Brasil - Tel. +55 (21) 3938-0288
Printed in Brazil 2022 - Foi feito depósito legal

Todos os direitos sobre o conteúdo dos textos e imagens contidos nesta publicação são reservados ao selo editorial da Editora Paisagens Híbridas da Escla de Belas Artes e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e aos autores, sendo de sua responsabilidade exclusiva. Nenhuma parte dessa obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravação, ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão por escrito dos editores.

REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisas Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro | PROARQ-FAUUFRJ

Grupo de Pesquisas Qualidade do Lugar e Paisagem | PROARQ-FAUUFRJ

Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas | EBA/UFRJ

Grupo Projeto e Representação do Ambiente | PROARQ-FAUUFRJ

Grupo Ateliê de Pesquisas da Paisagem | PPGAU/IFF

Grupo Ambiente Educação | GAE/PROARQ-FAUUFRJ

Centro de Investigação do Território, Transporte e Ambiente | Citta - FEUP

Dinamia'CET-IUL – Instituto Universitário de Lisboa | ISCTE-IUL

Programa de Pós Graduação em Arquitetura da UFRJ | PROARQ

POSURB-ARQ - Linha projeto, inovação e gestão em arquitetura e urbanismo

COORDENAÇÃO GERAL
Vera Regina Tângari | PROARQ/MPPP-FAUUFRJ
Vitor Oliveira | Citta/FEUP

COMISSÃO ORGANIZADORA E DE APOIO:
Alex Assunção Lamounier | EAU-UFF e PROARQ-FAUUFRJ
Aline Ourique Toledo | PROARQ/FAUUFRJ
Ana Clara Vogt Sampaio | POSURB-ARQ /PUC-Campinas
André Martins Barbosa Begonha | PIBIC-UFRJ/SEL-RJ/FAUUFRJ
Andrea Queiroz Rego | PROARQ/MPPP-FAUUFRJ
Andrew Frederick Güntensperger Monteiro | FAUUFRJ
Antonio Leandro Crespo de Godoy | PPGAU-IFF/Campos Centro
Bruno Leite de Freitas | PPGAU-IFF/Campos Centro
Bruno Ragi Eis Mendonça | Geograd/Concordia University
Camille Vieira Ribeiro de Oliveira | IC-Faperj/SEL-RJ/FAUUFRJ
Carolina Bezerra Barros | IC-Faperj-PROAMB/FAUUFRJ
Daniel Athias de Almeida | PROARQ-FAUUFRJ
Daniel Andrade Avelino dos Santos | UNIAN/NIT
Danielly Cozer Aliprandi | PPGAU-IFF/Campos Centro
Domitila Gomes Almenteiro | PROARQ-FAUUFRJ
Duana Araújo dos Santos | SEL-RJ-PROARQ/FAUUFRJ
Fabiana Ferreira de Carvalho | PROAMB/FAUUFRJ
Fábio Bruno de Oliveira | ETU/UFRJ
Fagner das Neves de Oliveira | PPGAU-IFF/Campos Centro
Felipe Machado de Aguiar | TCT4-FAPERJ/PROAMB-PROARQ/UFRJ
Flora Monte Alegre Olmos Fernandez | PROARQ-FAUUFRJ
Gabriel Ferreira Fernandes | IPPUR/UFRJ
Gabriela Stephany Pinto Oliveira | PROARQ-FAUUFRJ
Giovana Cabral de Castro | IFF/Campos Centro
Giovanna Gomes Ferreira | PIBIAC/PROAMB/FAUUFRJ
Inês de Azevedo Isidoro | DINÂMIA'CET-IUL
Isabela de Oliveira Bastos | POSURB-ARQ /PUC-Campinas
João Jaime de Almeida Filho | POSURB-ARQ/PUC-Campinas
Jonathas Magalhães Pereira da Silva | POSURB-ARQ /PUC-Campinas
José Landy Giorio do Vale | PROARQ-FAUUFRJ
Karine de Amorim de Lima | GAE-PROARQ/FAUUFRJ
Lidiene Helena Avelino | PIBIC-UFRJ/SEL-RJ/FAUUFRJ
Lorena Maia Resende | PROARQ-FAUUFRJ
Lucas Ribeiro da Silva | PPGAU-IFF/Campos Centro
Narjara Xavier dos Santos | PROARQ-FAUUFRJ
Patricia Rodrigues Samora | POSURB-ARQ /PUC-Campinas
Paulo Afonso Rheingantz | PROARQ-FAUUFRJ
Pedro Vieira Saldanha | FAUUFRJ
Rafael Carvalho Drumond Pereira | SEL-RJ/PROARQ-FAUUFRJ
Rafaela Barros de Pinho | FAUP/Universidade do Porto
Rubens de Andrade | EBA e PROARQ-FAUUFRJ
Sonia Schlegel Costa | SEL-RJ/ PROARQ-FAUUFRJ
Vitor Maciel | GAE/ PROARQ-FAUUFRJ
Vitoria Ribeiro | SEL-RJ/FAUUFRJ
Yago Araujo Faria | GAE-PROARQ/FAUUFRJ

APOIOS E PARCERIAS

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | FAU-UFRJ
Escola de Belas Artes/ | EBA-UFRJ
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Mestrado em Projeto e Patrimônio | PROARQ-FAUUFRJ e PGPP-FAUUFRJ

Escola de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal Fluminense | EAU

Instituto Federal Fluminense-Campos Centro | IFF

Pontifícia Universidade Católica de Campinas | POSURB-ARQ

Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro | CRAB

Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas | ABAP

Instituto Universitário de Lisboa | ISCTE-IUL

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto | FEUP

FOMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior | CAPES
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | CNPQ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro | FAPERJ

realização

apoios e parcerias

fomento

COMITÊ CIENTÍFICO:

Adriana Mattos de Caúla e Silva | EAU/UFF
Alex Assunção Lamounier | EAU-UFF e PROARQ-FAUUFRJ
Alina Santiago | PósARQ/UFSC
Aline Stefânia Zim | CEUB
Aline Pires Veról | PROARQ-FAUUFRJ
Ana Cecilia Mattei de Arruda Campos | FAU/PUCC
Ana Laura Villela | UnoChapecó
Andreia Saúgo | UFFS
Angelica A Tanus Benatti Alvim | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Antonio Leandro Crespo de Godoy | PPGAU-IFF/Campos Centro
Ana Claudia Cardoso | UFPA
Andrea Borde | PROURB-FAUUFRJ
Andrea Queiroz Rego | PROARQ/MPPP-FAUUFRJ
Circe Maria Gama Monteiro | MDU/UFPE
Clarissa da Costa Moreira | EAU/UFF
Daiane Regina Valentini | UFFS
Danielly Cozer Aliprandi | PPGAU-IFF/Campos Centro
David Leite Viana | UPT
David Moreno Sperling | IAU/USP
Denio Benfatti | LAB QUAPA-SEL
Denise de Alcântara | PPGDT e DAU/ UFRRJ
Doriane Azevedo | FAET/UFMT
Eduardo Rocha | PROGRAU-UFPEL
Eliana Mara Pellerano Kuster | IFES
Eugenio Fernandes Queiroga | FAUUSP
Fabio Marins Gonçalves | FAUUSP
Frederico Holanda | FAU/UnB
Gabriela de Souza Tenorio | FAU/UnB
Gabriela Leandro Pereira | UFBA
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo | PROARQ-UFRJ
Humberto Yamaki | PPU-UEM/UEL e DAU-UEL
Inês de Azevedo Isidoro | DINÂMIA'CET-IUL
Isabel Martins | Universidade Agostinho Neto/Angola
Jeanne Almeida da Trindade | EBA/UFRJ
Jonathas Magalhães Pereira da Silva | Posurb-arq/PUC-Campinas
José Eustáquio Machado de Paiva | UFMG
Karin Meneguetti | PPU-UEM/UEL
Karla do Carmo Caser | UFES
Laércio Stolfo Maculan | IMED/Passo Fundo
Lídia Quièto Viana | UFBA
Liza Maria de Souza Andrade | FAU/UnB
Luciana Bongiovanni Schenk | IAU-USP
Luciana Souza Bragança - UFMG
Luciano Muniz Abreu | UFRRJ
Marcelo da Rocha Silveira | EBA / UFRJ
Maria Ângela Dias | PROARQ-FAUUFRJ
Maria Paula Albernaz | PROURB/FAUUFRJ
Maurício Couto Polidori | UFPel
Mônica Bahia Schlee | PGPP-FAUUFRJ
Milena Kanashiro | PPU-UEM/UEL e DAU-UEL
Nirce Saffer Medvedovski | UFPEL
Noêmia Figueiredo de Oliveira | DAU/UFRRJ
Patricia Rodrigues Samora | POSURB-ARQ /PUC-Campinas
Paulo Afonso Rheingantz | PROARQ-FAUUFRJ
Renata Baesso | POSURB-ARQ /PUC-Campinas
Renato Leão Rego | PPU-UEM/UEL
Renato Saboya | PósARQ/UFSC
Rita de Cassia Lucena Velloso | NPGAU/UFMG
Rita de Cássia Martins Montezuma | POSGEO/UFF
Rodrigo Firmino | PUC-PR
Rodrigo Rinaldi de Mattos | DPUR-FAUUFRJ
Rogério Goldfeld Cardeman | PGPP-FAUUFRJ
Romulo Krafta | PROPUR/UFRGS
Rubens de Andrade | EBA e PROARQ-FAUUFRJ
Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho | EAU/UFF
Stael de Alvarenga Pereira Costa | FAU/UFMG
Teresa Marat-Mendes - DINÂMIA'CET-IUL
Vera Regina Tângari | PROARQ/MPPP-FAUUFRJ
Vera Santana Luz | POSURB-ARQ/PUC-Campinas
Vinicius de Moraes Netto | PPGAU e EAU/UFF
Vítor Oliveira | Citta/FEUP
Wilton de Araújo Medeiros | PROMEP /UEG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | DESAFIOS PARA AS FORMAS URBANAS DO SÉCULO XXI 21

MAPEAMENTO PARTICIPANTES 22

PROGRAMAÇÃO 23

EIXO 1 | formas urbanas e regime climático: estratégias e escalas de abordagem 42

LT 101	RIOS URBANOS, RESILIÊNCIA E PLANEJAMENTO URBANO: ESTUDO DE CASO DO CANAL DA COSTA, VILA VELHA	Cláudia Melo [1], Flávia Botechia [2]	43
LT 102	CINTURAS PERIFÉRICAS EM CONTEXTO PERIFÉRICO: OS CASOS DE BELÉM E MANAUS	Ana Cláudia Cardoso [1], Luana Castro [2], Kamila Diniz Oliveira [3]	45
LT 103	ANÁLISE DA COMPACIDADE DE FORMAS URBANAS NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES: O CASO DE UBERLÂNDIA-MG, BRASIL	Bruno de Oliveira Lázaro [1], Davi Pitangui do Prado Abreu [2], Mariana Meneguesso Simão [3], Júlia Maria Garcia Ribeiro [4]	47
LT 104	AS ÁRVORES NO CONFORTO TÉRMICO: INFLUÊNCIAS E MÉTODO DE AVALIAÇÃO.	Miguel Nogueira da Motta [1]; Maria Eduarda Mira Valentim [2]; Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [3]	50
LT 107	ADAPTAÇÃO DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A GESTÃO SUSTENTADA DO CICLO DA ÁGUA: DA ESCALA LOCAL À ESCALA METROPOLITANA	Ana Beja da Costa [1], Maria Matos Silva [2]	52
LT 109	EFEITOS DO ADENSAMENTO CONSTRUTIVO SOBRE MICROCLIMAS URBANOS: ESTUDO DE CASO EM BAGÉ/RS	Mônica Machado dos Santos [1], Lisandra Fachinello Krebs [2], Raischa Holz Ribak [3], Maurício Couto Polidori [4]	54
LT 110	FORMAS URBANAS PARA ÁREAS DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM APPS: MODELOS PARA OS DESAFIOS DAS AREAS DE RESSACA DE MACAPÁ-AP	Camila Costa [1], Patrícia Samora [2]	57
LT 112	ANÁLISE TIPOLÓGICA URBANÍSTICA-ARQUITETÔNICA NO MAPEAMENTO DE RISCO DA CPRM EM NOVA FRIBURGO, RJ	Aline Ourique Toledo [1], Andrea Queiroz Rego [2]	60
LT 113	A SOMBRA E A PRAÇA DO TREM: UMA ANÁLISE DA VEGETAÇÃO DISPOSTA NA PRAÇA CARLOS ALBERTO TORRES NO RIO DE JANEIRO - RJ	Mateus Pereira dos Reis [1], Virginia Maria Nogueira de Vasconcellos [2]	62
LT 114	INFRAESTRUTURA VERDE AZUL: ANÁLISE DE CONFORMAÇÃO DAS PRAÇAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARI	Elisabeth Guedes de Oliveira [1], Luciana Guimarães [2], Maria Vitória Gomes [3], Aline Veról [4]	65

LT 115	A INFLUÊNCIA DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS NO MICROCLIMA URBANO	Eliane Silva Barbosa [1], Matheus Cardoso da Silva Cavalcanti [2], Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [3]	67
LT 116	PARQUE LINEAR CARANÃ: SUBSÍDIO À RESILIÊNCIA AMBIENTAL NA ZONA OESTE DE BOA VISTA - RR	Clara Alice Siqueira Weiduschat [1], Márcio Baraúna Bento [2], Vera Regina Tângari [3]	69
LT 118	PESCA E TERRITORIALIDADE: MANUTENÇÃO DA PESCA ARTESANAL E PROPOSIÇÃO RESILIENTE NA ORLA DO FUNDÃO	Maria Angeiras [1], Maria Matos [2], Laura Silva [3]	72
LT 119	A INFRAESTRUTURA VERDE E AZUL NA MITIGAÇÃO DE CHEIAS URBANAS: UM ESTUDO DE CASO EM MARECHAL HERMES	Julia Midão [1], Clara Oliveira [2], Giulia Figueiredo [3], Elisabeth Oliveira [4], Maria Vitória Gomes [5], Luciana Guimarães[6], Aline Veról [7]	75
LT 121	SISTEMA ALIMENTAR E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR	Sofia Duarte [1], Inês Isidoro [2], Teresa Marat-Mendes [3]	78
LT 122	AS INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS E RURAIS PARA CIDADE SAUDÁVEL E SISTEMAS ALIMENTARES NO DISTRITO FEDERAL	Liza Andrade [1], Natália Lemos [2], Ana Silva [3], Alice Martins [4]	80
LT 123	ESPACIALIDADES DO CONTEXTO AMAZÔNICO: (RE)EXISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS FRENTE A CRISE ECOLÓGICA DA URBANIZAÇÃO	Taynara Gomes [1], Ana Cláudia Cardoso [2], Sâmyla Blois [3]	82
LT 124	VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DE HIPERCONECTIVIDADE GLOBAL: QUILOMBO DE FEITAL	Daniel Athias de Almeida [1], André Heringer Pereira [2]	85
LT 126	SUSTENTABILIDADE URBANA NO RECANTO DAS EMAS: PADRÕES ESPACIAIS E TIPOLOGIAS HABITACIONAIS NA REGIÃO DO SETOR HAB. ÁGUA QUENTE	Luana Oliveira Carrazza [1], Liza Maria Souza de Andrade [2], Vânia Raquel Teles Loureiro [3], Juliette Anna Fanny Lenoir [4], Ana Luiza Aureliano Silva [5]	87

EIXO 2 | formas urbanas e processos: políticas, redes e cartografias 90

LT 201	FRAGMENTAÇÃO DA MORFOLOGIA PERI-URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Anderson Dias de Almeida Proença [1]	91
LT 202	A CIDADE, UM PORTO: USOS NÃO RESIDENCIAIS EM VITÓRIA A PARTIR DO GEORREFERENCIAMENTO HISTÓRICO (1920-1940)	Flavia Ribeiro Botechia [1], Rúbia Dalvi Ataíde [2]	94
LT 203	MORFOLOGIA DA FAVELA NA ZONA NORTE NO RIO DE JANEIRO	Fabiana Generoso de Izaga [1], Rodrigo D´Ávila [2] , Pérola Viegas Barbosa [3] , Gabrielle Salaman Rodrigues [4], Renata Guimarães Pougy [5], Laura Martins Ruiz [6], Maria Eduarda de Sousa Paulo [7]	97
LT 204	ANÁLISE MORFOLÓGICA DA 7ª CRE: CONTRASTES URBANOS A PARTIR DO MAPEAMENTO AFETIVO-RJ	Karine de Amorim de Lima [1], Yago Araujo Faria [2], Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira [3], Rafael Ferreira Diniz Gomes [4], Giselle Arteiro Nielsen Azevedo [5]	100
LT 206	IDENTIFICANDO TIPOMORFOLOGIAS: UM EXERCÍCIO DE CLASSIFICAÇÃO DA FORMA URBANA	Mariana Pizzo Diniz [1], Miguel Serra [2]	103
LT 207	A QUESTÃO DO MAPEAMENTO POR QUADRA: O CASO DO NOVO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	Rogerio Goldfeld Cardeman [1]	105
LT 208	A FELICIDADE INTERNA BRUTA COMO INDICADOR URBANO: O CASO DE BAIRROS NA CIDADE DE CASCAVEL/PR/BR	Solange Irene Smolarek Dias [1], Maria Paula Fontana de Figueiredo [2], Beatriz Alves Rocha [3], Maria Fernanda Cervelin [4], Thiago Filipak Moreto [5]	108
LT 209	UTILIZAÇÃO DE SIG PARA A ANÁLISE DE DESIGN URBANO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG)	Gabriel Henrique Carvalho Rezende [1], Bruno de Oliveira Lázaro [2], Raquel Naiara Fernandes Silva [3]	112
LT 210	UM ESPAÇO EM DOIS TEMPOS: PERCEPÇÕES DA PAISAGEM NAS MARÉS ALTA E BAIXA NO PERCURSO DA PRAIA DE BARRA GRANDE – BAHIA.	Domitila Almenteiro [1], Alex Lamounier [2], Vera Tângari [3]	114
LT 211	ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CORREDOR URBANO DE MICROMOBILIDADE	Gabriel Rezende [1], Bruno Lázaro [2], Raquel Fernandes [3], Cibele, Marchiolli [4]	117
LT 213	METRÓPOLE FERROVIÁRIA: ENSAIO PROJETUAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA E A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	Vinícius Ferreira Mattos [1]	120
LT 215	PARAISOPOLIS. UM ATLAS MORFOLÓGICO: UMA LEITURA MORFOLÓGICA-ESPACIAL DO TECIDO URBANO DA FAVELA	Alessandro Tessari [1], Angelica Benatti Alvim [2]	123
LT 217	USOS TEMPORÁRIOS E PRÁTICAS DE PARTILHA, UMA NOVA CARTOGRAFIA URBANA	Alessia Allegri [1], Rita Ochoa [2]	125
LT 218	PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: ATRAVESSAMENTOS POSSÍVEIS.	Dagmar Dias Cerqueira [1], Jéssica de Fátima Rossone Alves [2], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [3]	128

LT 219	FORMA, SEGREGAÇÃO E AMBIENTE NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA: UM DELINEAMENTO DE ANÁLISE	Otávio M Peres [1], Renato T. Saboya [2]	130
LT 220	CAMINHABILIDADE E MICROACESSIBILIDADE URBANA	Paulo Roberto de Oliveira Silva [1], José Augusto Ribeiro da Silveira [2], Gabriel Lincoln Lopes Carvalho [3], Emmanoel Marques da Silva [4], César Renato Canova [5]	133
LT 221	O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO URBANO NA (RE)PRODUÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA CARIOCA: O CASO DA DISPUTA DO ZONEAMENTO NA FREGUESIA DE JACAREPAGUÁ.	Paulo Hora [1]	135
LT 223	AVENIDA MARIA VITALI VAGO: UMA VIA PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES	Denise Barroca [1], Flávia Botechia [2]	137
LT 225	TRANSFORMAÇÕES EDILÍCIAS E VIÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE: ANÁLISE MORFOLÓGICA DO TECIDO URBANO	Lívia Carolina Almeida Rodrigues Alves [1], Jonathas Magalhães Pereira da Silva [2]	140
LT 226	A MORFOLOGIA URBANA DE FRONTEIRA: O DESENHO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE	Lorena Maia Resende [1], Vera Regina Tângari [2]	142
LT 227	OS PROCESSOS MORFOLÓGICOS INCIDENTES EM GUARAPARI/ES UM ESTUDO SOBRE A RUA DA MATRIZ	Manoela Monjardim [1], Flávia Botechia [2]	145
LT 228	O SISTEMA DE ESPAÇO PÚBLICO METROPOLITANO E O SISTEMA DE CABECEIRAS: ULTRAPASSAR BARREIRAS	Maria Matos Silva [1], João Rafael Santos [2], João Ferreira Nunes [3]	147
LT 229	ASSIMETRIAS DA PRECARIEDADE URBANA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE MORFOLÓGICA DE FAVELAS	Matheus Simões [1], Kainara Anjos [2], Mauro Barros Filho [3]	149
LT 230	ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO AGREGADOR DA REDE METROPOLITANA: POROSIDADE E CONTINUIDADE ENTRE PÚBLICO E PRIVADO	Tomás Ponce Nunes [1]	152
LT 231	O MODELO DE CIDADE MODERNA: ANÁLISE DA FORMA DOS PLANOS DA NOVA MARABÁ/PA	Kamila Oliveira [1], Alberto Lima [2], Ana Cláudia Cardoso [3], Luana Castro [4]	155
LT 232	SIMULAÇÃO DE CRESCIMENTO URBANO COM AUTÔMATOS CELULARES EM SANTIAGO, BRASIL MEDIANTE INFLUÊNCIA DE UMA NOVA RODOVIA	Gabriel Delpino da Silveira [1], Maurício Couto Polidori [2]	157
LT 234	AS UNIDADES DE PAISAGEM DA ORLA DA BAÍA DE GUANABARA EM NITERÓI, RJ	Victoria Robadey [1], Andrea Queiroz Rego [2]	159
LT 235	PROCESSOS MORFOLÓGICOS DO TRAÇADO URBANO DE GUARAPARI: UM ESTUDO SOBRE AS RUAS DO NÚCLEO CENTRAL	Manoela Monjardim [1], Eneida Mendonça [2], Maria Manoela Gimmler Netto [3]	161
LT 236	BRASÍLIA: DE CIDADE PLANEJADA À CIDADE REGULARIZADA	Marecilda Sampaio da Rocha [1], Valério Augusto Soares de Medeiros [2]	164

LT 238	ANÁLISE MORFOLÓGICA DE TRÊS NÚCLEOS DA COLONIZAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO BELÉM-BRAGANÇA (1875-1914)	Alberto Lima [1], José Júlio Lima [2]	167
LT 239	COVID-19 E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM: O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ	Ana Paula Pereira de Campos Lettieri [1], Andrea Queiroz Rego [2]	170
LT 240	PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO E FORMAS URBANAS NA ERA DA INFORMAÇÃO E DO ESPAÇO DIGITAL	Bruno Ragi Eis Mendonca [1], Silvano De la Llata [2]	172
LT 241	INFRAESTRUTURAS VERDES E AZUIS EM AMBIENTES URBANOS CONSOLIDADOS NA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA	Camilla Carvalho [1], Elisabeth Oliveira [2], Julia Bahiana [3], Luciana Guimarães [4], Aline Veról [5]	175
LT 242	METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE INTERURBANO DE PESSOAS NO BRASIL	Brenda K. A. Oliveira [1]; Leandro R. Silva [2]	178
LT 243	DA PERMANÊNCIA AO APAGAMENTO: PROCESSOS MORFOLÓGICOS NA AVENIDA AGAMENON MAGALHÃES EM CARUARU (PERNAMBUCO)	Caroline Calado [1], Flávia Botechia [2]	181
LT 244	CIDADES INTERMEDIÁRIAS BRASILEIRAS: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL URBANA E QUALIDADE DE VIDA	Ana Flávia Magalhães Costa [1], Valério Augusto Soares de Medeiros [2]	184
LT 245	A INCLUSÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: O CASO DA E. M. FREI GASPAR, EM VARGEM GRANDE - RJ	Esther Ribeiro Costa Xavier [1], Aline Ourique Toledo [2], Beatriz Cruz Amback [3], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [4], Andrea Queiroz Rego [5], Aline Pires Veról [6]	187
LT 246	EXTRAORDINÁRIA MADUREIRA: O URBANISMO RÍGIDO VERSUS A URBANIDADE CONSTRUÍDA PELOS PERCURSOS	Izabela Rangel Adell Crescembine [1], Eliana Rosa de Queiroz Barbosa [2]	190
LT 247	ESPAÇOS SAUDÁVEIS: APROPRIAÇÕES ESPORTIVAS, CAMINHABILIDADE E CICLOINCLUSIVIDADE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	Lucas Ribeiro da Silva [1], Daniela Bogado Bastos de Oliveira [2]	193
LT 248	CARTOGRAFIAS DE MANGUINHOS: DOIS OLHARES SOBRE UMA PAISAGEM	Isabela Queiroz [1], Vera, Tângari [2]	195
LT 249	CARTOGRAFIAS AFETIVAS E PATRIMÔNIOS COTIDIANOS NO TRAJETO ENTRE A CASA E A ESCOLA DE CRIANÇAS DO RIO DE JANEIRO	Flora Oliveira de Souza Cardoso [1], Brendo Tavares Santos [2], Isabella Maria Bulus Maiolino [3], Alex Assunção Lamounier [4]	198
LT 250	METRÓPOLE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: TIPOLOGIA DE ENCLAVES FORTIFICADOS NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE-RS-BRASIL	Carolina Rezende Faccin [1], Nicole Bueno de Almeida [2], Heleniza Ávila Campos [3]	201
LT 251	CENTRALIDADE E COMIDA: ANÁLISE DA PAISAGEM URBANO-RURAL PETROPOLITANA	Emanuela Rocha [1], Patricia, Drach [2]	204
LT 256	AQUI PASSA UM RIO: O IGARAPÉ PIRES DE SÁ E A FORMAÇÃO URBANA DE VILHENA-RO	Iana Paula Gonçalves Fermou [1], Áurea Dayse Cosmo da Silva [2]	207

LT 257	UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES: BAIRRO JÓQUEI CLUBE, BOA VISTA-RR.	Márcio Baraúna Bento [1], Vera Regina Tângari [2], Clara Alice Siqueira Weiduschat [3]	210
LT 258	A MALHA E O SUBSTRATO: IMPLOSÃO, EXPLOSÃO E FRAGMENTAÇÃO DAS FORMAS URBANAS PARA O CASO DA CIDADE DE MACAPÁ – AMAPÁ – BRASIL	Patrícia Takamatsu [1], Fabiano Belém [2]	213
LT 259	GEOPROCESSANDO PATRIMÔNIOS DE CAPELAS: A MORFOGÊNSE E O TRAÇADO DOS NÚCLEOS URBANOS DO TERRITÓRIO DA VILA DE CASA BRANCA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, SÉCULO XIX.	Rafael Augusto Silva Ferreira [1], Renata Baesso Pereira [2]	216
LT 260	PERIODIZAÇÃO MORFOLÓGICA E VALORIZAÇÃO DA TERRA NO NÚCLEO URBANO DE ICOARACI, BELÉM-PA (1869-2019)	Alberto Lima [1], José Júlio Lima [2]	218
LT 261	NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM MARICÁ-RJ	Rafael Carvalho Drumond Pereira[1]	220
LT 262	PROCESSOS E FORMAS SOCIOESPACIAIS NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	Rafael Carvalho Drumond Pereira [1]	223
LT 264	ENTRE O MAR E A LAGUNA: UM ENSAIO SOBRE A MANIFESTAÇÃO DA AMABILIDADE URBANA NOS ENTRELUGARES DA CIDADE.	Paula Duque Rangel [1], Debora de Barros Cavalcanti Fonseca [2]	226
LT 265	ECONOMIA E CENTRALIDADES: ESTUDO MORFOLÓGICO DE VIANA NA PERSPECTIVA DA SINTAXE ESPACIAL	André Augusto Pereira Guimarães [1], Flávia Ribeiro Botechia[2], David Leite Viana [3]	229
LT 266	A CIDADE INVISÍVEL DA RECICLAGEM: UMA ETNOTOPOGRAFIA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NAS RUAS DE BOTAFOGO, RJ.	Mariana Frota Agum [1]	232
LT 268	OS IMÓVEIS PÚBLICOS URBANOS E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS	Danielly Vitória Clezar Inácio[1], Jucelio Dall' Agnol [2], Samuel Steiner dos Santos [3], Fabio Tiago dos Santos Serafim [4]; Umberto Violatto Sampaio [5]	234
LT 270	REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – RIDE GRANDE TERESINA COMO PROMOTORA DE TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA EM RAZÃO DE SEUS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.	Izaura Vasconcelos [1], Narielle Carvalho [2], Thiscianne Pessoa [3]	236
LT 271	ASSENTAMENTOS INFORMAIS NA AMAZÔNIA: A TRANSFORMAÇÃO DA FORMA E PAISAGEM URBANA DE MUTUM-PARANÁ-RO	Áurea Dayse Cosmo da Silva [1], Teresa Cristina de Almeida Faria [2]	238
LT 272	TERRA PÚBLICA, PRÁTICAS PREGRESSAS: A CONSTITUIÇÃO DA VILA WERNECK EM BELO HORIZONTE	Letícia Gardusi De Faria [1], Gisela Barcellos de Souza [2]	240
LT 273	PADRÕES CONFIGURACIONAIS NAS CIDADES AMAZÔNICAS	Camila Cristina da Costa Santos Cruz [1], Valério Augusto Soares de Medeiros [2]	243
LT 274	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS CIDADES DA AMAZÔNIA MARAJOARA: UM ESTUDO EM CACHOEIRA DO ARARÍ/PA	Taíla Pamplona Gemaque [1], Monique Bentes Machado Sardo Leão [2]	246

LT 275	A VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA POR MEIO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS: ESTUDO DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA	Anicoli Romanini [1], Adriana Marques Rossetto [2]	248
LT 276	EMERGÊNCIA SOCIAL E URBANA: O CASO DAS MORADIAS IMPROVISADAS EM FRENTE À PREFEITURA DE VITÓRIA	Daniella AmorimGomes [1], Mauro Cesar de Oliveira Santos [2], Luciana Maria Bonvino Figueiredo [3]	250
LT 277	APLICAÇÃO DE DADOS DO MAPBIOMAS PARA ANÁLISE COMPARATIVA DA FORMA URBANA	Talita Micheleti [1], Fábio Mariz Gonçalves [2]	252
LT 278	MAPEANDO A "TOPOGRAFIA" DOS GÊNEROS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES) NA VIRADA DOS SÉCULOS XIX E XX	Karla Caser [1]	255
LT 279	TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL DA PAISAGEM CARIOCA: UMA ANÁLISE DO MODELO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE EXCLUDENTE.	Gabriel Ferreira Fernandes [1], Cintia Maria Frazão [2]	257
LT 280	MODELAGEM GENERATIVA DA PAISAGEM: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL NO PROJETO DE ESPAÇOS LIVRES	Angelo Pedrote Caon [1], Bianca De Mello Cunha [2], Luciano Falcão da Silva [3]	259
LT 281	DO PETRÓLEO AO CAOS: NARRATIVAS MORFOLÓGICAS SOBRE MACAÉ/RJ, A CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO	Narjara Xavier dos Santos [1], Vera Regina Tângari [2]	261
LT 282	AS TRANSFORMAÇÕES NO TECIDO URBANO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS EM SANTA CRUZ – RIO DE JANEIRO	Anna Clara Souza [1], Raffael Stephanio da Silva [2], Thaísa Escudero [3], Elizabeth Sá Barreto Lopes Nogueira [4], Vera Regina Tângari [5]	264
LT 283	CARTOGRAFIAS E AS NOVAS FORMAS NA PAISAGEM DA MACROZONA URBANA DE CUIABÁ/MT	Doriane Azevedo [1], Antonio Mascarenhas Junqueira Neto [2], Taynara Barreto Macedo [3], Thaiz Freitas Pessoa [4]	266
LT 284	PROGRAMAS DE PROVISÃO HABITACIONAL EM BELÉM/PA E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS	Monique Bentes Machado Sardo Leão [1]	269
LT 285	TALES OF THE CITY: AS ESCOLAS E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE SAN FRANCISCO	Alain Flandes [1], Giselle Arteiro N. Azevedo [2]	271
LT 287	O PODER ECONÔMICO DE UMA VIZINHANÇA ATIVA: RELAÇÕES EMPÍRICAS ENTRE COMPORTAMENTO DE CAMINHADA E VALOR DO SOLO URBANO EM LONDRINA-PR	Melissa Affonso de Souza [1], Karine Regina Pompermayer [2], Milena Kanashiro [3]	273
LT 288	OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA: FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGULAÇÕES URBANAS NAS ZEDUS E NAS ZEIS DE FORTALEZA	Sara Uchoa Araújo Silva [1]	276
LT 289	ASSENTAMENTOS INFORMAIS CONSOLIDADOS COMO CENTRALIDADES PERIFÉRICAS: UMA ANÁLISE MORFOGENÉTICA DE PARAISÓPOLIS (SP) A PARTIR DO TÉRREO URBANO	Rovy Pessoa [1]	279
LT 290	CIDADES PEQUENAS E FORMA URBANA: A REGINT DE SANTA CRUZ DO SUL E LAJEADO-RS	Carolina Rezende Faccin [1], Luana Pavan Detoni [2], Paulo Jorge Riss da Silva [3], Rogério Leandro Lima da Silveira [4], Iasmim Seibert Haas [5]	281

LT 291	JANELAS PARA O JARDIM GRAMACHO: FORMAS DE CRESCIMENTO PERIFÉRICO SOB A ÉGIDE DO RACISMO AMBIENTAL	Letícia Narciso Barbosa [1], Eliana Rosa de Queiroz Barbosa [2]	284
LT 292	A MORFOLOGIA URBANA DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM FOZ DO IGUAÇU: UMA ANÁLISE DO PLANO URBANO	Juliana Rammé [1], Mariana Barbosa de Souza [2], Anna Beatriz Nascimento [3], Vitória Francescon Cittolin [4], Elisa Gonzales Pereira [5], Hong Shin [6]	287
LT 294	A POPULAÇÃO DE RUA NO HABITAR A CIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CARTOGRAFIA SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS	Amanda Cristina Padova [1], Isadora Nascimento de Deus [3], Eduarda Vieira Florindo [4], Nadine Martignago Saleh [5], Natália Sagaz [6], Yago Rodrigo da Rosa [7]	290
LT 295	DESAFIOS DA HABITAÇÃO SOCIAL E URBANIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE CASO DO PARANOÁ PARQUE	Matheus de Souza Oliveira [1], Vânia Raquel Teles Loureiro [2]	292
LT 296	CARTOGRAFANDO O MORRO DA CAIXA/MONT SERRAT EM FLORIANÓPOLIS: TERRITÓRIOS, CONQUISTAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	Rafael Alves Campos [1], Nadine Martignago Saleh [2], Ana Paula Cabral [3], Helena Antunes Zapelini [4], Ana Maria da Silva Oliveira [5], Isadora Nascimento de Deus [6]	295

EIXO 3 | formas urbanas e paisagem: patrimônios, apropriações e manifestações culturais 297

LT 301 POTENCIALIDADES DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA (UFPI) COMO PARTE DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES EM TERESINA-PI — Gedeilson Silva [1], Karenina Matos [2], Wilza Lopes [3], Denise Santiago [4], Fernando Gomes Filho [5] — 298

LT 302 LEI DOS ARRUAMENTOS DE 1923 E A MUDANÇA DE PARADIGMAS NA FORMA URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DO BAIRRO DO PACAEMBU. — José Geraldo Simões Junior [1] — 301

LT 303 COLÓNIAS AGRÍCOLAS DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS: UM EMBRIÃO DO RURBANO — Lucinda Caetano [1], José Luís Crespo [2] — 303

LT 304 URBANOMIMETISMO E HIPERPROXIMIDADE: SOBRE O FUTURO DO CONSUMO, DAS FORMAS URBANAS E DOS CENTROS COMERCIAIS EM PORTUGAL E NA EUROPA — Miguel Silva Graça [1] — 305

LT 305 OS RIOS E A FORMA URBANA EM CIDADES DO OESTE PAULISTA — Norma Regina Truppel Constantino [1], Antonio Arnot Queiroz Crespo [2], Anna Maria Galvão Carneiro Lyra [3], Jessica Telles Zanateli [4] — 308

LT 306 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA FORMA URBANA DA CIDADE DE CAMPINAS-SP: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE DOIS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO, NO SÉCULO XIX — Ana Beatris F. Menegaldo [1], Renata Baesso Pereira [2] — 310

LT 307 MODELAGENS VOLUMÉTRICAS EM PLATAFORMA SIG NO ESTUDO MORFOLÓGICO E PATRIMONIAL DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO — Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos [1], Carolina Barbieri Reis [2] — 312

LT 310 REVELANDO SALVADOR: MORFOLOGIA URBANA E PLANEJAMENTO — Sílvia Spolaor [1], Vítor Oliveira [2], Tolga Ünlü [3] — 314

LT 311 TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: ANÁLISE MORFOLÓGICA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS EM PATOS DE MINAS - MG — Júlia Tavares de Sousa Elias [1], Glauco de Paula Cocozza [2] — 317

LT 312 ANÁLISE PERCEPTIVA DE UM ESPAÇO DESTINADO À CAMINHADA — Glaucia Hellen de Freitas Marangão [1], Dr.ª Renata Cardoso Magagnin [2] — 320

LT 314 O PAPEL DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS NA FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE JAICÓS-PI — Maria Eduarda de Lima Coutinho [1], Isis Meireles Rodrigues Sampaio — 322

LT 315 A TRANSFORMAÇÃO DE UM ZOOLÓGICO PRIVADO EM BAIRRO PAULISTANO: GRANJA-JULIETA — Maria Pronin[1], Luciana Monzillo de Oliveira [2] — 324

LT 316 RELAÇÃO ANTIGO-NOVO NA MORFOLOGIA URBANA: CONTRASTE E ANALOGIA NA PRAÇA MAUÁ DO RIO DE JANEIRO — Natália de Freitas Cruz [1] — 327

LT 317 OESTE PARANAENSE: O DESENVOLVIMENTO DA FORMA URBANA DAS CIDADES FUNDADAS PELA COLONIZADORA MARIPÁ — Thiago Filipak Moreto [1], Sirlei Maria Oldoni [2], Mariana Pizzo Diniz [3] — 330

LT 318	PROJETO ENSAIO SOBRE A DIMENSÃO PAISAGÍSTICA DA BAÍA DE GUANABARA: A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFRJ COMO UM PARQUE ECOLÓGICO	Vinícius Ferreira Mattos [1]	332
LT 319	INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS: REQUALIFICAÇÃO URBANA VIA PARQUE LINEAR EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ	Giovanna Garcêz Freire [1], Willian Vieira Alves [2]	334
LT 320	DIAMANTINA/MG: O PATRIMÔNIO MUNDIAL SOB A ÓTICA DA PAISAGEM	Edilson Borges de Barros Filho [1], Staël de Alvarenga Pereira Costa [2], Maria Manoela Gimmler Netto [3]	337
LT 321	PRESENÇA OCULTA: O RIO SANTA MARIA DO DOCE COMO EIXO ORDENADOR PARA A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE COLATINA/ES	Igor Corona Pedrone [1], Abrahão Alexandre Alden Elesbon [2], Thiago Pandolfi Depizzol [3]	340
LT 323	O LEGADO DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM VITÓRIA/ES A PARTIR DO SÍTIO FÍSICO E DA INSERÇÃO URBANA	Michela Pegoretti [1], Eneida Mendonça [2]	343
LT 324	SINTOMAS DO ABANDONO: EXPRESSÕES NA FORMA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOVA DE CAMPINA GRANDE-PB.	Gabriel Lincoln Lopes Carvalho [1], José Augusto Ribeiro da Silveira [2], Paulo Roberto de Oliveira Silva [3], Emmanoel Marques da Silva [4], César Renato Canova [5]	346
LT 325	TIPO E CRISE: O CASO DO BAIRRO BELVEDERE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE	Gabriela Clemente de Oliveira [1]; Maria Cristina Villefort Teixeira [2]	349
LT 327	DE CIDADELA A ENCLAVE TERRITORIAL: O ASILO-COLÔNIA SANTO ÂNGELO EM SÃO PAULO	Bianca Maria Batista Janotti [1], Maria Cristina da Silva Schicchi [2]	352
LT 328	POÇOS DE CALDAS (BRASIL) E CALDAS DA RAINHA (PORTUGAL) –ÁGUAS QUE CONFIGURAM ELEMENTOS DA FORMA URBANA	Luciana Valin Gonçalves Dias [1]	354
LT 329	ALÉM DOS MUROS : O PAPEL DO IFFLUMINENSE EM GUARUS NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	Luísa Peixoto de Souza [1], Bruno Leite de Freitas [2], Letícia de Souza Silva [3], Danielly Cozer Aliprandi [4]	357
LT 330	AS COLETIVIDADES COMO FATOR DE CONTINUIDADE E RESILIÊNCIA SOCIAL E URBANA: O CASO DO BAIRRO DA ENCARNAÇÃO, EM LISBOA	Maria Amélia Cabrita [1], Teresa Marat-Mendes [2]	359
LT 331	BARRA DE SÃO JOÃO: FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES.	Elias Rust Barcelos Souza [1]	362
LT 333	A PROXIMIDADE À ÁGUA NO DESENHO DA MARGEM DO RIO: O PROJETO DA CIDADE DO ESTUÁRIO DO TEJO	Caterina Anastasia [1]	364
LT 334	ASPECTOS DE OCULTAMENTO DE RIOS URBANOS: O CASO DO RIO JOANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	Clarice Freitas Teófilo [1], Mylenna Linares Merlo [2], Gleison José M. S. Junior [3], Aline Pires Veról [4]	366
LT 336	A PAISAGEM ARQUETÍPICA NA RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E MEIO.	Flora Oliveira de Souza Cardoso [1], Francisco Xico Costa [2]	369

LT 337	A IMPORTÂNCIA DA CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE PARA CIDADES MAIS HUMANIZADAS: QUATRO VILAS DE ITAIPÚ	Juliana Rammé, Silvia Pina, Karen Lorena Aquino de Mendez [1]	371
LT 338	O VERMELHO E O VERDE: CIDADE LINEAR NAS ADMINISTRAÇÕES SOCIALISTAS DO ENTRE-GUERRAS EUROPEU.	Guilherme Bueno [1]	374
LT 339	O USO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO MOTIVADOR DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ	Thaís Conceição Feitosa Almeida [1]	377
LT 340	CIDADES PEQUENAS BRASILEIRAS: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA URBANA E DO MEIO AMBIENTE	Maria Lis Paula de Moraes dos Santos [1], Danielly Cozer Aliprandi [2]	380
LT 341	PATRIMÔNIO E DIREITO À MEMÓRIA: ESPAÇOS LIVRES E EDIFICADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	Thaís Conceição Feitosa Almeida [1], Thaissa Da Silva Ferreira [2], Danielly Cozer Aliprandi [3]	383
LT 342	FORMAÇÃO URBANA DAS VILAS DA CAPITANIA DO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO PORTUGUESA E DA ESPANHOLA.	Mara Lopez Côrtes [1], Fernando Perinazzo Rambo [2], Kellen Melo Dorileo Louzich [3]	386
LT 344	PERCURSOS E SUAS IDENTIDADES: ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL	Daniel Athias de Almeida [1], Vera Regina Tângari [2]	388
LT 345	CUIABÁ NO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO SOBRE A MORFOLOGIA URBANA LUSO-BRASILEIRA EM TERRITÓRIO BORORO	Yara Galdino [1], Dorcas Araújo [2], Ricardo Castor [3], Paulo Rodrigues [4]	390
LT 346	OS BENEFÍCIOS DAS HORTAS COMUNITÁRIAS	Suzana de Oliveira Gomes [1], Maria Eduarda Mira Valentim [2], Giulia Bilheri Castilho [3], Miguel Nogueira da Motta [4], Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [5]	394
LT 347	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE MURIAÉ, MG	Maria Alice Bouzada [1], Andrea Rego Queiroz [2]	396
LT 348	TURISTIFICAÇÃO, CENTRALIDADE E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: UMA ANÁLISE EM ITAPEMA E PORTO BELO, EM SANTA CATARINA	Igor T. L. de Almeida [1], Valério A. S. de Medeiros [2]	399
LT 349	AS CONFIGURAÇÕES MORFOLÓGICAS NA IMPLANTAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO DE CAMPINAS	Silvia Mikami Pina [1], Jonathan William Santana Paiva [2]	402
LT 351	CONJUNTO RESIDENCIAL DE REALENGO: A CONSTRUÇÃO DE UMA "CIDADE MODELO" MODERNA PARA OS TRABALHADORES NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO	Leonardo Rodrigues Pereira [1]	404
LT 352	FUNK CARIOCA: REPRESENTAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DE UMA CULTURA URBANA NEGRA	Gabriella Stephany Oliveira [1], Andrea Queiroz Rego [2]	406
LT 353	OS USOS SOCIAIS E O CONFORTO AMBIENTAL DO CAMPUS CAMPOS-CENTRO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E SUA INFLUÊNCIA NA MORFOLOGIA DOS ESPAÇOS DE APROPRIAÇÃO	Fagner das Neves de Oliveira [1], Maria Fernanda Soares Lisboa [2], Fernanda Moreira Monteiro [3]	408

LT 354	O LUGAR COMO PROMOTOR DE CAMINHABILIDADE E DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	Leonardo Novo Ghislandi [1], Andréa Holz Pfützenreuter [2]	410
LT 355	AFETOGRAFIA: HISTÓRICOS-CULTURAIS E AFETIVOS DA CIDADE DE CARMO NO RJ	Rachel Silveira [1]	412
LT 356	DO CORPO À CIDADE: QUINTAIS COMO FORMAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRAS NO ESPAÇO URBANO	Rita C. M. Montezuma [1], Flávia E. S. Martins [2], Paulo Santo[3]; Laís A. Souza [4]	416
LT 357	ENTRE LINHAS E TRAMAS: ANÁLISE HISTÓRICA E PONTECIALIDADES DE EXPANSÃO URBANA EM PARACAMBI	Carolina Damasceno. Giovana Gomes. Johnny Santana. Leonam Aquino. Denise de Alcantara.	418
LT 358	MORFOLOGIA DA PAISAGEM URBANA: ANÁLISE VISUAL TRIDIMENSIONAL DO AÇUDE VELHO EM CAMPINA GRANDE, BRASIL	Paula Santos [1], Maria Eduarda Dantas [2], Rávina Medeiros [3], João Victor Silva [4], Mauro Barros Filho [5]	421
LT 360	CIRCUITO 12 ARTES: APROPRIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	Khristiano Boquimpani Cuco Calvelli [1], Lucas Ribeiro da Silva [2], Mayara Cristina Pereira Leite dos Reis [3], Thaissa da Silva Ferreira [4]	424
LT 361	A CRIAÇÃO DO TECIDO BANGUENSE: ANÁLISE MORFOLÓGICA DA URBANIZAÇÃO NO SERTÃO CARIOCA	Lígia Magalhães [1], Denise de Alcantara [2]	427
LT 362	PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE PAISAGENS DO MEIO ESCOLAR: TECEDURAS HÍBRIDAS PARA TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	Dagmar Dias Cerqueira [1], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [2]	430
LT 363	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES EM PERIFERIAS DA AMÉRICA LATINA	Isabela Lemos [1], Ana Cecilia Arruda Campos [2], Eugenio Queiroga [3]	432
LT 364	A IMPLANTAÇÃO DO BRT EM SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO E A DESESTRUTURAÇÃO DE UM LUGAR	Elizabeth Sá Barreto Lopes Nogueira [1], Vera Regina Tângari [2]	434
LT 365	O VERDE DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: O DISCURSO DA INTEGRAÇÃO E A REALIDADE DA DISTINÇÃO	Regina de Melo Canedo Ninfa [1], Augusto de Medeiros Valério [2],Caio Frederico e Silva [3]	437
LT 366	A TRÍADE DE PROCESSOS DE ESTETIZAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO: O CASO DE SÃO PEDRO DE AFURADA	Rafaela Pinho [1]	440
LT 367	O FRAGMENTO DE UM FRINGE BELT EXTERNO NO LIMITE DOS MUNICÍPIOS DE BELO HORIZONTE E NOVA LIMA EM MINAS GERAIS - BRASIL	Vanessa Taveira de Souza [1], Elias Mota Vasconcelos [2], Staël de Alvarenga Pereira Costa [3, Marina Salgado [4]	442
LT 368	FEIRA LIVRE DO “PINTOLÂNDIA”: UMA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA NA CIDADE DE BOA VISTA-RR.	Márcio Baraúna Bento [1], Sued Trajano de Oliveira [2]	445
LT 369	FISSURAS URBANAS E FRAGMENTOS PATRIMONIALIZADOS: O PATRIMÔNIO URBANO EM CIDADE NOVA (RJ)	Danielle C. Dias de Santana [1]	447

LT 370	ESPAÇOS DE SOCIABILIZAÇÃO PRIVADOS E NOVOS SIGNIFICADOS DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DO VALE DO SERENO E VILA DA SERRA EM NOVA LIMA, MG.	Jandira Carla Botelho Menezes [1], Maria Thereza Fonseca de Souza [2], Gisela Barcellos de Souza [3]	449
LT 371	VIVER A PAISAGEM: APROPRIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO PARA O SÍTIO ROBERTO BURLE MARX	Maria Carolina Alves Medeiros [1], Fernanda de Abreu Pereira [2], Delano Delfino [3], Mariana Gomes de Souza [4]	452
LT 372	ANÁLISE CONFIGURACIONAL DA PRAÇA SOUTO FILHO EM RECIFE, BRASIL, A PARTIR DA SINTAXE ESPACIAL	Sheila R. Albuquerque [1], Alexandre A. B. C. Castro [2], Mauro N. M. Barros Filho [3], Emmanoel M. Silva [4]	454
LT 373	O AÇUDE VELHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: A ABORDAGEM HISTÓRICO GEOGRÁFICA COMO METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO	Lízia Agra Villarim [1], Mauro N. M. Barros Filho [2]	457
LT 374	PATRIMÔNIO, PAISAGEM CULTURAL E DINÂMICA URBANA EM LENÇÓIS, BAHIA: A FESTA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS.	Raul Amaro de Oliveira Lanari [1]. Luciana Rattes Máximo de Castro [2], André Castilho Pinto [3], Paula Pflüger Zanardi [4]	459
LT 375	O PODER E O CONTROLE DA FORMA: APROXIMAÇÕES ENTRE HABRAKEN E O PATRIMÔNIO URBANO EDIFICADO	Bianca Paola Comin [1]	461
LT 376	REQUALIFICAÇÃO URBANA, CONFLITOS E CONFRONTOS: O PARQUE DO RIO BIXIGA E O TEATRO OFICINA EM SÃO PAULO.	Delano Delfino da Silva Junior [1], Cêça Guimaraens [2]	463

EIXO 4 | formas urbanas e educação: vertentes, práticas e aplicações 466

LT 401	EXPLORAÇÕES MORFOLÓGICAS SOBRE O URBANO E SEUS ELEMENTOS: LISBOA E OUTRAS SEIS CIDADES	Pedro Bento [1]	467
LT 403	AGENTES LENTOS E COLLAGES DO ACOLHIMENTO: A METÁFORA DO ENCONTRO COMO PRÁTICA DEMOCRÁTICA	Taís Beltrame dos Santos [1], Eduardo, Rocha [2]	470
LT 405	O ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA NO LNEC: METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, FORMAIS E APLICADAS	Patrícia Bento d'Almeida [1], Teresa Marat-Mendes [2]	473
LT 407	A FORMA NA INTERFACE ENTRE CIDADE E NATUREZA. APORTES PARA O DESENHO URBANO EM EQUILBRIO	Maria Jose Roibón [1], Lia Marina Godoy [2]	475
LT 408	FUNDÃO-MARÉ-RJ: ANÁLISES MORFOLÓGICAS COMO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	Rafael Ferreira Diniz Gomes [1]	478
LT 409	ANÁLISE QUALITATIVA DE SOLUÇÕES VEGETATIVAS EM PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO FLUVIAL COM O SUPORTE SIG	Julia Bahiana [1], Maria Vitória Gomes [2], Virgínia Vasconcellos [3], Aline Veról [4]	480
LT 410	METAPROJETO: O ELO POSSÍVEL ENTRE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E SIGNIFICADO NA TEORIA E NA PRÁTICA DE PROJETO	César Renato Canova [1]	483
LT 411	EXPANSÃO URBANA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS CIDADES VIÇOSA, CONSELHEIRO LAFAIETE E MURIAÉ	Marine Luiza de Oliveira Mattos [1], Ana Clara de Souza Pereira [2], Arthur Dornellas Oliveira [3], David Leite Viana [4]	485
LT 412	UMA ANÁLISE DA URBANIDADE NA FORMA FÍSICA DA CIDADE: O CASO DE BARCELONA NA ESPANHA	Bruno Augusto Hasenauer Zaitter [1]	487
LT 413	ARQUITETURA, URBANISMO E VIDEOGAMES: O LUGAR GÂMICO E SUAS INTERFERÊNCIAS NO MUNDO TANGÍVEL	Thiago dos Santos Rangel [1], Ethel Pinheiro Santana [2]	489
LT 414	FORMA URBANA E ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA	Vera R. Tângari [1]	492
LT 415	GEOTECNOLOGIAS EMERGENTES E SENSORIAMENTO REMOTO: EXPLORANDO AS POTENCIALIDADES DO PROJETO MAPBIOMAS NO ESTUDO DA FORMA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL.	Bruno Ragi Eis Mendonca [1], Joana Carolina Silva Rocha [2]	495
LT 416	DENSIDADE E TIPOS DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFÍCIOS ALTOS: PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DE UMA CIDADE MÉDIA	Débora Gregoletto [1]	498
LT 417	O PROJETO URBANO E DA PAISAGEM NO NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFRJ	Andrea Queiroz Rego [1]	500

LT 418	TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM BAIRROS CONSOLIDADOS: ESTRUTURA URBANA EXISTENTE E IMPLANTAÇÃO DO METRÔ	Sonia Schlegel Costa [1], Vera F. Rezende [2]	502
LT 419	PEDAGOGIA E JOGOS: UM LEITURA PATRIMONIAL DE MARICÁ PARTILHADA E CRÍTICA	Daniel Athias de Almeida [1], Thiago dos Santos Rangel [2], Ian Carvalho de Souza Wanderley [3], João Marcos Brandão [4] e Fernando Rocha de Souza [5]	504
LT 420	COMPARTIMENTOS E UNIDADES DE PAISAGEM DE MACAÉ/RJ: ENSAIO SOBRE UMA APLICAÇÃO METODOLÓGICA	Narjara Xavier dos Santos [1], Vera Regina Tângari [2], Alex Lamounier [3]	507
LT 421	UMA TRAJETÓRIA SONORA: A PAISAGEM SONORA DE CAMPO GRANDE (RJ) E PROSPECÇÕES PARA O PROJETO URBANO	Ingrid de Souza Soares [1], Andrea Queiroz Rego [2]	510

ORGANIZADORES 512



APRESENTAÇÃO

Desafios para as formas urbanas do século XXI

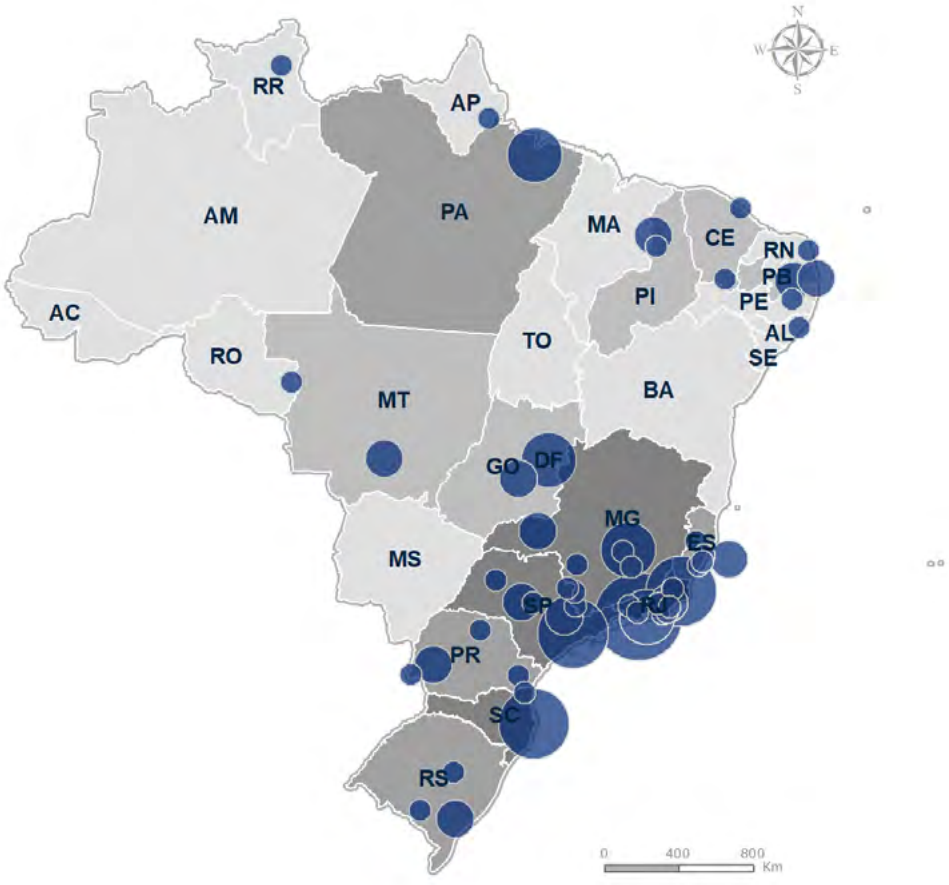
Vera Regina Tângari (PROARQ/MPPP-FAUUFRJ),
Vitor Oliveira (Citta/FEUP)

A Rede Lusófona de Morfologia Urbana (Portuguese-language Network of Urban Morphology / PNUM) foi fundada em 2010, no âmbito de uma organização mais vasta – o International Seminar on urban Form / ISUF. O PNUM reúne investigadores, acadêmicos e profissionais das áreas da arquitetura, planeamento urbano, geografia e história, que estudam a forma física das cidades, e os principais processos e atores que moldam essa forma ao longo do tempo. A organização tem um enfoque no mundo lusófono, particularmente no Brasil e em Portugal.

As principais atividades do PNUM incluem: as suas conferências anuais, que se realizam desde 2011, e desde 2014 alternadamente em Portugal e no Brasil; a 'Revista de Morfologia Urbana', publicada desde 2013; e os workshops anuais, realizados a partir de 2015. Na sequência da conferência de Lisboa de 2021, a conferência do PNUM em 2022 será realizada no Rio de Janeiro, em formato presencial e remoto, e terá como tema "Desafios para as formas urbanas do século XXI".

MAPEAMENTO PARTICIPANTES





PROGRAMAÇÃO
29 nov
[terça-feira]

Manhã
08h30min às 11h30min

Visita técnica à área central da Cidade do Rio de Janeiro

Local de encontro hall do CRAB

Organizadores:
Daniel Athias;
Narjara Xavier;
Vitor Maciel e
Gabriella Oliveira

Tarde
13h00min às 14h00min

Recepção e credenciamento

Local hall do CRAB

14h00min às 14h30min

Sessão de Abertura

Local auditório do CRAB

14h30min às 16h00min

Palestras de abertura

Local auditório do CRAB

Frederico Holanda (FAU-UnB):
Artefato como sociedade, sociedade como artefato

Vitor Oliveira (Citta/FEUP):
Teorias, conceitos e métodos morfológicos para analisar e desenhar as formas urbanas do século XXI

Moderação: Paulo Afonso Rheingantz (PROARQ)

16h00min às 18h00min

Lançamento de livros e roda de leitura

Local midiateca do CRAB

Um estudo de morfologia urbana da cidade de Poços de Caldas
Luciana Valin Gonçalves Dias

Rio Legal: Ensaios sobre uma cidade em movimento
Rogério Goldfeld Cardeman

Transformação da paisagem: desenho e planejamento em áreas de expansão urbana
Rogério Goldfeld Cardeman

Territórios e Paisagens Ferroviárias: aspectos morfológicos, identitários e patrimoniais
Orgs.: Vera Regina Tângari e Alex Assunção Lamounier

Em Tempos de Pandemia: experiências em ensino, pesquisa e extensão. Seminários EAU-UFF 2020
Orgs.: Ivan Xavier; Denise Nunes; Rubens Carvalho; Alex Lamounier e Clarissa Moreira

Sistema de espaços livres e cidades médias brasileiras
Orgs.: Glauco de Paula Cocozza e Lucimara Albieri

Fundamentos de Morfologia Urbana
Stael de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto

Os modelos das companhias industriais e seus reflexos nas cidades brasileiras
Orgs.: Maria Teixeira; Maria Netto; Marieta Maciel; Marina Salgado e Stael Costa

Manhã

09h00min às 10h00min

Mesa redonda 01

Local auditório

Formas urbanas e regime climático: estratégias e escalas de abordagem

Ana Luiza Coelho Neto (IGEO/UFRJ):
Extremos climáticos e multi-riscos: desafios ao planejamento urbano e regional

Paulo Harkot (DOT – UFF):
Alteração do comportamento da temperatura na Terra e impactos no oceano, continentes e ambientes urbanos

Moderação: Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas) e Patricia Rodrigues Samora (PUC-Campinas)

10h15min às 12h30min

Sessão temática 01

Formas urbanas e regime climático: estratégias e escalas de abordagem

ST1.1 — **Local** sala 03
Coordenação: Aline Pires Verol (PROARQ-FAUUFRJ)

Sessão temática 03

Formas urbanas e paisagens: patrimônios, apropriações e manifestações culturais

ST3.1 — **Local** sala 02
Coordenação: Doriane Azevedo (UFMT e ABAP)

ST3.2 — **Local** sala 01
Coordenação: Luciano Abreu (UFRRJ)

ST3.3 — **Local** auditório
Coordenação: Jorge Correia (EAAD/Univ. Minho)

Tarde

12h30min às 13h30min

Intervalo de almoço

13h30min às 14h30min

Mesa redonda 02

Local auditório

Formas urbanas e processos: políticas, redes e cartografias

Felipe C. Mandarino (IPP/PCRJ):
Reviver Centro: o uso da cartografia e do geoprocessamento na política de revitalização da Área Central do Rio de Janeiro

Giselle Azevedo (PROARQ-FAUUFRJ):
Infâncias, participação social e políticas públicas: cartografias afetivas e o direito à cidade

Moderação: Alex Lamounier (EAU/UFF) e Bruno Ragi Mendonça (Concordia University)

14h45min às 18h00min

Sessão temática 02

Formas urbanas e processos: políticas, redes e cartografias

ST2.1 — **Local** auditório
Coordenação: Denise Alcântara (PPGDT e DAU/UFRRJ)

ST2.2 — **Local** sala 01
Coordenação: Giselle Azevedo (PROARQ-FAUUFRJ)

ST2.3 — **Local** sala 02
Coordenação: Rodrigo Rinaldi de Mattos (PROURB-FAUUFRJ)

Sessão temática 04

Formas urbanas e educação: vertentes, práticas e aplicações

ST4.1 — **Local** sala 03
Coordenação: Andrea Queiroz Rego (PROARQ-FAUUFRJ)

Manhã

09h00min às 10h00min

Mesa redonda 03

Formas urbanas e paisagens: patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Local auditório

Rita Montezuma (POSGEO/UFF):
Sobre paisagens e patrimônios: reflexões sobre a invisibilização do legado negro no Brasil

Doriane Azevedo (UFMT e ABAP):
Percurso cartográfico na apreensão da paisagem cultural de Cuiabá/MT

Moderação: Rubens de Andrade (EBA-UFRJ/PROARQ-FAUUFRJ) e Daniel Athias de Almeida (PROARQ-FAUUFRJ)

10h15min às 12h30min

Sessão temática 03

Formas urbanas e paisagens: patrimônios, apropriações e manifestações culturais

ST3.4 — **Local** auditório
Coordenação: Jeanne Trindade (GPPH)

ST3.5 — **Local** sala 01
Coordenação: Rubens Andrade (EBA-UFRJ / PROARQ-FAUUFRJ)

ST3.6 — **Local** sala 02
Coordenação: Jonathas Magalhães (PUC-Campinas)

Sessão temática 01

Formas urbanas e regime climático: estratégias e escalas de abordagem

ST1.2 — **Local** sala 03
Coordenação: Patricia Samora (PUC-Campinas)

Tarde

12h30min às 13h30min

Intervalo de almoço

13h30min às 14h30min

Mesa redonda 04

Formas urbanas e educação: vertentes, práticas e aplicações

Local auditório

Karin Meneguetti (PPU-UEM/UEL):
Morfologia como meio, paisagem como fim

Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)
Ensino da Morfologia a partir do Desenho como Forma e Processo

Moderação: Vera Regina Tângari (PROARQ-FAUUFRJ) e Vitor Oliveira/Inês Isidoro (Citta/FEUP)

14h45min às 17h00min

Sessão temática 04

Formas urbanas e educação: vertentes, práticas e aplicações

ST4.2 — **Local** sala 03
Coordenação: Vitor Oliveira (Citta/FEUP)

Sessão temática 02

Formas urbanas e processos: políticas, redes e cartografias

ST2.4 — **Local** auditório
Coordenação: Daniela Bogado (IFF-Campos)

ST2.5 — **Local** sala 01
Coordenação: Sônia Costa (SEL-RJ)

ST2.6 — **Local** sala 02
Coordenação: Rogério Cardeman (PGPP-FAUUFRJ)

17h00min às 18h00min

Sessão de Encerramento

Local auditório

Leitura da carta-síntese do PNUM 2022
Candidatura da próxima cidade a sediar o PNUM 2023

Eixo 3 | Formas urbanas e paisagens:
patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 3.1

Coordenação: Doriane Azevedo (UFMT e ABAP)

Sala 02

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 301 POTENCIALIDADES DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA (UFPI) COMO PARTE DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES EM TERESINA-PI	Gedeilson Silva; Karenina Matos; Wilza Lopes; Denise Santiago; Fernando G. Filho	remoto
10h25-10h35	LT 302 A LEI DOS ARRUAMENTOS DE 1923 E A MUDANÇA DE PARADIGMAS NA FORMA URBANA	José Geraldo Simões Junior	remoto
10h35-10h45	LT 303 COLÔNIAS AGRÍCOLAS DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS: UM EMBRIÃO DO RURBANO	Lucinda Caetano; José Luís Crespo	remoto
10h45-10h55	LT 304 URBANOMIMETISMO E HIPERPROXIMIDADE: SOBRE O FUTURO DO CONSUMO, DAS FORMAS URBANAS E DOS CENTROS COMERCIAIS EM PORTUGAL E NA EUROPA	Miguel Silva Graça	remoto
10h55-11h05	LT 305 OS RIOS E A FORMA URBANA EM CIDADES DO OESTE PAULISTA	Norma R. T.Constantino; Antonio A. Q. Crespo; Anna M. G. C. Lyra; Jessica T. Zanateli	remoto
11h05-11h15	LT 306 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA FORMA URBANA DA CIDADE DE CAMPINAS-SP: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE DOIS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO, NO SÉCULO XIX	Ana B. F. Menegaldo; Renata B.	remoto
11h15-11h25	LT 307 MODELAGENS VOLUMÉTRICAS EM PLATAFORMA SIG NO ESTUDO MORFOLÓGICO E PATRIMONIAL DA ÁREA CENTRAL DO RIO	Guilherme M. M. de Mattos; Carolina B. Reis	remoto
11h25-11h35	LT 310 REVELANDO SALVADOR: MORFOLOGIA URBANA E PLANEJAMENTO	Sílvia Spolaor; Vítor Oliveira; Tolga Ünlü	remoto
11h35-11h45	LT 311 TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: ANÁLISE MORFOLÓGICA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS EM PATOS DE MINAS - MG	Júlia T. de S. Elias; Glauco de P. Cocozza	presencial
11h45-11h55	LT 312 ANÁLISE PERCEPTIVA DE UM ESPAÇO DESTINADO À CAMINHADA	Glaucia H. de F. Marangão; Renata C. Magagnin	remoto
11h55-12h05	LT 314 O PAPEL DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS NA FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE JAICÓS-PI	Maria E. de L. Coutinho; Isis M. R. Sampaio	remoto
12h05-12h30	**Debate**		

Eixo 3 | Formas urbanas e paisagens:
patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 3.2

Coordenação: Luciano Abreu (UFRRJ)

Sala 01

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 315 A TRANSFORMAÇÃO DE UM ZOOLÓGICO PRIVADO EM BAIRRO PAULISTANO: GRANJA-JULIETA	Maria Pronin; Luciana M. de Oliveira	remoto
10h25-10h35	LT 316 RELAÇÃO ANTIGO-NOVO NA MORFOLOGIA URBANA: CONTRASTE E ANALOGIA NA PRAÇA MAUÁ DO RIO DE JANEIRO	Natália de F. Cruz	presencial
10h35-10h45	LT 317 OESTE PARANAENSE: O DESENVOLVIMENTO DA FORMA URBANA DAS CIDADES FUNDADAS PELA COLONIZADORA MARIPÁ	Thiago F. Moreto; Sirlei M. Oldoni; Mariana P. Diniz	presencial
10h45-10h55	LT 318 PROJETO ENSAIO SOBRE A DIMENSÃO PAISAGÍSTICA DA BAÍA DE GUANABARA: A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFRJ COMO UM PARQUE ECOLÓGICO	Vinícius F. Mattos	presencial
10h55-11h05	LT 319 INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS: REQUALIFICAÇÃO URBANA VIA PARQUE LINEAR EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ	Giovanna G. Freire; Willian V. Alves	remoto
11h05-11h15	LT 320 DIAMANTINA/MG: O PATRIMÔNIO MUNDIAL SOB A ÓTICA DA PAISAGEM	Edilson B. de B. Filho; Staël de A. P. Costa; Maria M. G. Netto	presencial
11h15-11h25	LT 321 ÀS MARGENS DA CIDADE: A RELAÇÃO ENTRE OS CURSOS D'ÁGUA E O DESENVOLVIMENTO URBANO EM SEUS MEANDROS	Igor C. Pedrone; Abrahão A. A. Elesbon; Thiago P. Depizzol	remoto
11h25-11h35	LT 323 O LEGADO DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM VITÓRIA/ES A PARTIR DO SÍTIO FÍSICO E DA INSERÇÃO URBANA	Michela Pegoretti; Eneida Mendonça	remoto
11h35-11h45	LT 324 SINTOMAS DO ABANDONO: EXPRESSÕES NA FORMA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOVA DE CAMPINA GRANDE-PB	Gabriel L. L. Carvalho; Emmanoel M. da Silva; José A. R. da Silveira; César R. Canova; Paulo R. de O. Silva	remoto
11h45-11h55	LT 325 TIPO E CRISE: O CASO DO BAIRRO BELVEDERE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE	Gabriela C. de Oliveira; Maria C. V. Teixeira	remoto
11h55-12h05	LT 327 DE CIDADELA A ENCLAVE TERRITORIAL: O ASILO-COLÔNIA SANTO ÂNGELO EM SÃO PAULO	Bianca M. B. Janotti; Maria C. da S. Schicchi	remoto
12h05-12h30	**Debate**		

Eixo 3 | Formas urbanas e paisagens:
patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 3.3

Coordenação: Jorge Correia (EAAD/Univ. Minho)

Auditório

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 328 POÇOS DE CALDAS (BRASIL) E CALDAS DA RAINHA (PORTUGAL) – ÁGUAS QUE CONFIGURAM ELEMENTOS DA FORMA URBANA	Luciana V. G. Dias; Renata B. Pereira	remoto
10h25-10h35	LT 329 ALÉM DOS MUROS : O PAPEL DO IFFLUMINENSE EM GUARUS NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	Luísa P. de Souza; Bruno L. de Freitas; Letícia de S. Silva; Danielly C.Aliprandi	presencial
10h35-10h45	LT 330 AS COLETIVIDADES COMO FATOR DE CONTINUIDADE E RESILIÊNCIA SOCIAL E URBANA: O CASO DO BAIRRO DA ENCARNAÇÃO, EM LISBOA	Maria A. Cabrita; Teresa Marat-Mendes	remoto
10h45-10h55	LT 331 BARRA DE SÃO JOÃO: FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES	Elias R. B. Souza	remoto
10h55-11h05	LT 333 A PROXIMIDADE À ÁGUA NO DESENHO DA MARGEM DO RIO: O PROJECTO DA CIDADE DO ESTUÁRIO DO TEJO	Caterina Anastasia	remoto
11h05-11h15	LT 358 MORFOLOGIA DA PAISAGEM URBANA: ANÁLISE VISUAL TRIDIMENSIONAL DO AÇUDE VELHO EM CAMPINA GRANDE, BRASIL	Paula Santos; Maria E. Dantas; Rávina Medeiros; João V. Silva; Mauro B. Filho	presencial
11h15-11h25	LT 336 A PAISAGEM ARQUETÍPICA NA RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E MEIO.	Flora O. de S. Cardoso; Francisco X. Costa	remoto
11h25-11h35	LT 337 A IMPORTÂNCIA DA CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE PARA CIDADES MAIS HUMANIZADAS: QUATRO VILAS DE ITAIPU	Juliana Rammé; Silvia Pina; Karen L. A. de Mendez	remoto
11h35-11h45	LT 370 ESPAÇOS DE SOCIABILIZAÇÃO PRIVADOS E NOVOS SIGNIFICADOS DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DO VALE DO SERENO E VILA DA SERRA EM NOVA LIMA, MG.	Jandira Carla Botelho Menezes; Maria Thereza Fonseca de Souza; Gisela Barcellos de Souza	presencial
11h45-11h55	LT 339 O USO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO MOTIVADOR DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ	Thaís C. F. Almeida	remoto
11h55-12h05	LT 340 CIDADES PEQUENAS BRASILEIRAS: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA URBANA E DO MEIO AMBIENTE	Maria L. P. de M. dos Santos; Danielly C. Aliprandi	presencial
12h05-12h15	LT 341 PATRIMÔNIO E DIREITO À MEMÓRIA: ESPAÇOS LIVRES E EDIFICADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	Thaís C. F. Almeida; Thaissa da S. Ferreira; Danielly C. Aliprandi	presencial
12h15-12h30	**Debate**		

Eixo 1 | formas urbanas e regime climático:
estratégias e escalas de abordagem

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 1.1

Coordenação: Aline Veról (PROARQ-FAUUFRJ)

Sala 03

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 101 RIOS URBANOS, RESILIÊNCIA E PLANEJAMENTO URBANO: ESTUDO DE CASO DO CANAL DA COSTA, VILA VELHA	Cláudia Melo; Flávia Botechia	presencial
10h25-10h35	LT 102 CINTURAS PERIFÉRICAS EM CONTEXTO PERIFÉRICO: OS CASOS DE BELÉM E MANAUS	Ana C. Cardoso; Luana Castro; Kamila D. Oliveira	remoto
10h35-10h45	LT 103 ANÁLISE DA COMPACIDADE DE FORMAS URBANAS NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES: O CASO DE UBERLÂNDIA-MG, BRASIL	Bruno de O. Lázaro; Davi P. do Prado Abreu; Mariana M. Simão; Júlia M. G. Ribeiro	remoto
10h45-10h55	LT 104 AS ÁRVORES NO CONFORTO TÉRMICO: INFLUÊNCIAS E MÉTODO DE AVALIAÇÃO	Miguel N. da Motta; Maria E. M. Valentim; Virgínia M. N. de Vasconcellos	presencial
10h55-11h05	LT 107 ADAPTAÇÃO DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A GESTÃO SUSTENTADA DO CICLO DA ÁGUA: DA ESCALA LOCAL À ESCALA METROPOLITANA	Ana B. da Costa; Maria M. Silva	remoto
11h05-11h15	LT 109 EFEITOS DO ADENSAMENTO CONSTRUTIVO SOBRE MICROCLIMAS URBANOS: ESTUDO DE CASO EM BAGÉ/RS	Mônica M. dos Santos; Lisandra F. Krebs; Raischa H. Ribak; Maurício C. Polidori	remoto
11h15-11h25	LT 110 FORMAS URBANAS PARA ÁREAS DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM APPS: MODELOS PARA OS DESAFIOS DAS ÁREAS DE RESSACA DE MACAPÁ-AP	Camila Costa; Patricia Samora	remoto
11h25-11h35	LT 112 ANÁLISE TIPOLÓGICA URBANÍSTICA-ARQUITETÔNICA NO MAPEAMENTO DE RISCO DA CPRM EM NOVA FRIBURGO, RJ	Aline O. Toledo; Andrea Q. Rego	presencial
11h35-11h45	LT 113 A SOMBRA E A PRAÇA DO TREM: UMA ANÁLISE DA VEGETAÇÃO DISPOSTA NA PRAÇA CARLOS ALBERTO TORRES NO RIO DE JANEIRO - RJ	Mateus P. dos Reis; Virginia M. N. de Vasconcellos	remoto
11h45-11h55	LT 116 PARQUE LINEAR CARANÃ: SUBSÍDIO À RESILIÊNCIA AMBIENTAL NA ZONA OESTE DE BOA VISTA - RR	Clara A. S. Weiduschat; Márcio B. Bento; Vera R. Tângari	presencial
11h55-12h30	**Debate**		

Eixo 2 | Formas urbanas e processos:
políticas, redes e cartografias

Sessão temática ST 2.1

Coordenação: Denise Alcantara (PPGDT e DAU/UFRRJ)

Auditório

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 201 FRAGMENTAÇÃO DA MORFOLOGIA PERI-URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Anderson D. de A. Proença	remoto
14h55-15h05	LT 202 A CIDADE, UM PORTO: USOS NÃO RESIDENCIAIS EM VITÓRIA A PARTIR DO GEORREFERENCIAMENTO HISTÓRICO (1920-1940)	Flávia R. Botechia; Rúbia D. Ataíde	remoto
15h05-15h15	LT 203 MORFOLOGIA DA FAVELA NA ZONA NORTE NO RIO DE JANEIRO	Fabiana G. de Izaga; Rodrigo D´Ávila; Pérola V. Barbosa; Gabrielle S. Rodrigues; Renata G. Pougy; Laura M. Ruiz; Maria E. de S. Paulo	presencial
15h15-15h25	LT 204 ANÁLISE MORFOLÓGICA DA 7ª CRE: CONTRASTES URBANOS A PARTIR DO MAPEAMENTO AFETIVO-RJ	Karine de A. de Lima; Yago A. Faria; Mariana C. R. R. Pereira; Rafael F. D. Gomes; Giselle A. N. Azevedo	presencial
15h25-15h35	LT 206 IDENTIFICANDO TIPOMORFOLOGIAS: UM EXERCÍCIO DE CLASSIFICAÇÃO DA FORMA URBANA	Mariana P. Diniz; Miguel Serra	presencial
15h35-15h45	LT 207 A QUESTÃO DO MAPEAMENTO POR QUADRA: O CASO DO NOVO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	Rogerio G. Cardeman	presencial
15h45-15h55	LT 208 A FELICIDADE INTERNA BRUTA COMO INDICADOR URBANO: O CASO DE BAIRROS NA CIDADE DE CASCAVEL/PR/BR	Solange I. S. Dias; Maria P. F. de Figueiredo; Beatriz A. Rocha; Maria F. Cervelin; Thiago F. Moreto	presencial
15h55-16h05	LT 209 UTILIZAÇÃO DE SIG PARA A ANÁLISE DE DESIGN URBANO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG)	Gabriel H. C. Rezende; Bruno de O. Lázaro; Raquel N. F. Silva	remoto
16h05-16h15	LT 210 UM ESPAÇO EM DOIS TEMPOS: PERCEPÇÕES DA PAISAGEM NAS MARÉS ALTA E BAIXA NO PERCURSO DA PRAIA DE BARRA GRANDE – BAHIA	Domitila Almenteiro; Alex Lamounier; Vera Tângari	presencial
16h15-16h25	LT 250 METRÓPOLE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: TIPOLOGIA DE ENCLAVES FORTIFICADOS NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE-RS-BRASIL	Carolina R. Faccin; Nicole B. de Almeida; Heleniza Á. Campos	remoto
16h25-16h35	LT 213 METRÓPOLE FERROVIÁRIA: ENSAIO PROJETUAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA E A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	Vinícius F. Mattos	presencial
16h35-16h45	LT 215 PARAISÓPOLIS. UM ATLAS MORFOLÓGICO: UMA LEITURA MORFOLÓGICA-ESPACIAL DO TECIDO URBANO DA FAVELA	Alessandro Tessari; Angélica Benatti Alvim	remoto
16h45-16h55	LT 216 POLÍTICAS PÚBLICAS PRIVADAS: ESTUDO DE CASO DO PORTO MARAVILHA E SUA FORMA URBANA	Ciça Kaline; Thiago S. Gonçalves	presencial
16h55-17h05	LT 218 PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: ATRAVESSAMENTOS POSSÍVEIS	Dagmar D. Cerqueira; Jéssica de Fátima R. Alves; Giselle A. N. de Azevedo	remoto
17h05-17h15	LT 264 ENTRE O MAR E A LAGUNA: UM ENSAIO SOBRE A MANIFESTAÇÃO DA AMABILIDADE URBANA NOS ENTRELUGARES DA CIDADE.	Paula D. Rangel; Debora de B. C. Fonseca	presencial
17h15-17h25	LT 265 ECONOMIA E CENTRALIDADES: ESTUDO MORFOLÓGICO DE VIANA NA PERSPECTIVA DA SINTAXE ESPACIAL	André A. P. Guimarães; Flávia R. Botechia; David L. Viana	remoto
17h25-18h00	**Debate**		

Eixo 2 | Formas urbanas e processos:
políticas, redes e cartografias

Sessão temática ST 2.2

Coordenação: Giselle Azevedo (PROARQ-FAUUFRJ)

Sala 01

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 294 A POPULAÇÃO DE RUA NO HABITAR A CIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CARTOGRAFIA SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS	Amanda C. Padova; Isadora N. de Deus; Eduarda V. Florindo; Nadine M. Saleh; Natália Sagaz; Yago R. da Rosa	presencial
14h55-15h05	LT 219 FORMA, SEGREGAÇÃO E AMBIENTE NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA: UM DELINEAMENTO DE ANÁLISE	Otávio M. Peres; Renato T. Saboya	remoto
15h05-15h15	LT 220 CAMINHABILIDADE E MICROACESSIBILIDADE URBANA	Paulo R. de O. Silva; José A.R.da Silveira; Gabriel L. L. Carvalho; Emmanoel M. da Silva; César R. Canova	remoto
15h15-15h25	LT 221 O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO URBANO NA (RE)PRODUÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA CARIOCA: O CASO DA DISPUTA DO ZONEAMENTO NA FREGUESIA DE JACAREPAGUÁ	Paulo E. N. Hora	presencial
15h25-15h35	LT 223 AVENIDA MARIA VITALI VAGO: UMA VIA PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES	Denise Barroca; Flávia Botechia	presencial
15h35-15h45	LT 225 TRANSFORMAÇÕES EDILÍCIAS E VIÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE: ANÁLISE MORFOLÓGICA DO TECIDO URBANO	Lívia C. A. R.Alves; Jonathas; M. P. da Silva	remoto
15h45-15h55	LT 226 A MORFOLOGIA URBANA DE FRONTEIRA: O DESENHO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE	Lorena M. Resende; Vera R.Tângari	presencial
15h55-16h05	LT 271 ASSENTAMENTOS INFORMAIS NA AMAZÔNIA: A TRANSFORMAÇÃO DA FORMA E PAISAGEM URBANA DE MUTUM-PARANÁ-RO	Áurea D. C. da Silva; Teresa C. de A. Faria	remoto
16h05-16h15	LT 228 O SISTEMA DE ESPAÇO PÚBLICO METROPOLITANO E O SISTEMA DE CABECEIRAS: ULTRAPASSAR BARREIRAS	Maria M. Silva; João R. Santos; João F. Nunes	remoto
16h15-16h25	LT 229 ASSIMETRIAS DA PRECARIEDADE URBANA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE MORFOLÓGICA DE FAVELAS	Matheus Simões; Kainara Anjos; Mauro B. Filho	presencial
16h25-16h35	LT 230 ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO AGREGADOR DA REDE METROPOLITANA: POROSIDADE E CONTINUIDADE ENTRE PÚBLICO E PRIVADO	Tomás P. Nunes	remoto
16h35-16h45	LT 231 O MODELO DE CIDADE MODERNA: ANÁLISE DA FORMA DOS PLANOS DA NOVA MARABÁ/PA	Kamila Oliveira; Alberto Lima; Ana Cláudia Cardoso; Luana Castro	presencial
16h45-16h55	LT 232 SIMULAÇÃO DE CRESCIMENTO URBANO COM AUTÔMATOS CELULARES EM SANTIAGO, BRASIL MEDIANTE INFLUÊNCIA DE UMA NOVA RODOVIA	Gabriel D. da Silveira; Maurício C. Polidori	remoto
16h55-17h05	LT 234 AS UNIDADES DE PAISAGEM DA ORLA DA BAÍA DE GUANABARA EM NITERÓI, RJ	Victoria Robadey; Andrea Q. Rego	presencial
17h05-17h15	LT 295 DESAFIOS DA HABITAÇÃO SOCIAL E URBANIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE CASO DO PARANOÁ PARQUE	Matheus de S. Oliveira; Vânia R. T. Loureiro	remoto
17h15-17h25	LT 273 PADRÕES CONFIGURACIONAIS NAS CIDADES AMAZÔNICAS	Camila C. da C. S. Cruz; Valério A. S. de Medeiros	remoto
17h25-18h00	**Debate**		

Sessão temática ST 2.3

Coordenação: Rodrigo Rinaldi de Mattos (PROURB-FAUUFRJ) **Sala 02**

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 235 PROCESSOS MORFOLÓGICOS DO TRAÇADO URBANO DE GUARAPARI: UM ESTUDO SOBRE AS RUAS DO NÚCLEO CENTRAL	Manoela Monjardim; Eneida Mendonça; Maria Manoela; Gimmler Netto	presencial
14h55-15h05	LT 236 BRASÍLIA: DE CIDADE PLANEJADA À CIDADE REGULARIZADA	Marecilda S. da Rocha; Valério A. S. de Medeiros	remoto
15h05-15h15	LT 238 ANÁLISE MORFOLÓGICA DE TRÊS NÚCLEOS DA COLONIZAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO BELÉM-BRAGANÇA (1875-1914)	Alberto Lima; José J. Lima	presencial
15h15-15h25	LT 239 COVID-19 E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM: O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ	Ana P. P. de C. Lettieri; Andrea Q.Rego	remoto
15h25-15h35	LT 240 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO E FORMAS URBANAS NA ERA DA INFORMAÇÃO E DO ESPAÇO DIGITAL	Bruno R. E. Mendonça; Silvano de la Llata	presencial
15h35-15h45	LT 241 INFRAESTRUTURAS VERDES E AZUIS EM AMBIENTES URBANOS CONSOLIDADOS NA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA	Camilla Carvalho; Elisabeth Oliveira; Julia Bahiana; Luciana Guimarães; Aline Veról	presencial
15h45-15h55	LT 242 METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE INTERURBANO DE PESSOAS NO BRASIL	Brenda K. de A. Oliveira; Leandro R. Silva	remoto
15h55-16h05	LT 243 DA PERMANÊNCIA AO APAGAMENTO: PROCESSOS MORFOLÓGICOS NA AVENIDA AGAMENON MAGALHÃES EM CARUARU (PERNAMBUCO)	Caroline Calado; Flávia Botechia.	remoto
16h05-16h15	LT 244 CIDADES INTERMEDIÁRIAS BRASILEIRAS: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL URBANA E QUALIDADE DE VIDA	Ana F. M. Costa; Valério Augusto Soares de Medeiros	remoto
16h15-16h25	LT 245 A INCLUSÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: O CASO DA E. M. FREI GASPAR, EM VARGEM GRANDE - RJ	Esther R. C. Xavier; Aline O. Toledo; Beatriz C. Amback; Giselle A. N. de Azevedo; Andrea Q. Rego; Aline P.Veról	presencial
16h25-16h35	LT 246 EXTRAORDINÁRIA MADUREIRA: O URBANISMO RÍGIDO VERSUS A URBANIDADE CONSTRUÍDA PELOS PERCURSOS	Izabela R. A. Crescembine; Eliana R. de Q. Barbosa	presencial
16h35-16h45	LT 247 ESPAÇOS SAUDÁVEIS: APROPRIAÇÕES ESPORTIVAS, CAMINHABILIDADE E CICLOINCLUSIVIDADE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	Lucas R. da Silva; Daniela B. B. de Oliveira	presencial
16h45-16h55	LT 248 CARTOGRAFIAS DE MANGUINHOS: DOIS OLHARES SOBRE UMA PAISAGEM	Isabela Queiroz; Vera Tângari	remoto
16h55-17h05	LT 249 CARTOGRAFIAS AFETIVAS E PATRIMÔNIOS COTIDIANOS NO TRAJETO ENTRE A CASA E A ESCOLA DE CRIANÇAS DO RIO DE JANEIRO	Flora O. de S. Cardoso; Brendo T. Santos; Isabella Maria B. Maiolino; Alex A. Lamounier	remoto
17h05-17h15	LT 296 CARTOGRAFANDO O MORRO DA CAIXA/MONT SERRAT EM FLORIANÓPOLIS: TERRITÓRIOS, CONQUISTAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	Rafael A. Campos; Nadine M. Saleh; Ana P. Cabral; Helena A. Zapelini; Ana Maria da S. Oliveira; Isadora N. de Deus	presencial
17h15-17h25	LT 278 MAPEANDO A "TOPOGRAFIA" DOS GÊNEROS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES) NA VIRADA DOS SÉCULOS XIX E XX	Karla Caser	remoto
17h25-18h00	**Debate**		

Eixo 4 | formas urbanas e educação:
vertentes, práticas e aplicações

Tarde
14h45min às 18h00min

Sessão temática ST 4.1

Coordenação: Andrea Queiroz Rego (PROARQ-FAUUFRJ)

Sala 03

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 401 EXPLORAÇÕES MORFOLÓGICAS SOBRE O URBANO E SEUS ELEMENTOS: LISBOA E OUTRAS SEIS CIDADES	Pedro Bento	remoto
14h55-15h05	LT 403 AGENTES LENTOS E COLLAGES DO ACOLHIMENTO: A METÁFORA DO ENCONTRO COMO PRÁTICA DEMOCRÁTICA	Taís B. dos Santos; Eduardo Rocha	remoto
15h05-15h15	LT 405 O ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA NO LNEC: METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, FORMAIS E APLICADAS	Patrícia B. d'Almeida; Teresa Marat-Mendes	remoto
15h15-15h25	LT 407 A FORMA NA INTERFACE ENTRE CIDADE E NATUREZA. APORTES PARA O DESENHO URBANO EM EQUILBRIO	Maria J. Roibón; Lia M. Godoy	presencial
15h25-15h35	LT 408 FUNDÃO-MARÉ-RJ: ANÁLISES MORFOLÓGICAS COMO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	Rafael F. D. Gomes	presencial
15h35-15h45	LT 409 ANÁLISE QUALITATIVA DE SOLUÇÕES VEGETATIVAS EM PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO FLUVIAL COM O SUPORTE SIG	Julia Bahiana; Maria V. Gomes; Virgínia Vasconcellos; Aline Veról	remoto
15h45-15h55	LT 410 METAPROJETO: O ELO POSSÍVEL ENTRE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E SIGNIFICADO NA TEORIA E NA PRÁTICA DE PROJETO	César R. Canova	remoto
15h55-16h05	LT 411 EXPANSÃO URBANA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS CIDADES VIÇOSA, CONSELHEIRO LAFAIETE E MURIAÉ	Marine L. de O. Mattos; Ana Clara de Souza Pereira; Arthur Dornellas Oliveira; David Leite Viana	presencial
16h05-16h15	LT 418 TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM BAIRROS CONSOLIDADOS: ESTRUTURA URBANA EXISTENTE E IMPLANTAÇÃO DO METRÔ	Sonia S. Costa; Vera F. Rezende	presencial
16h15-17h00	**Debate**		

Eixo 3 | Formas urbanas e paisagens:
patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 3.4

Coordenação: Jeanne Trindade (GPPH)

Auditório

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 342 FORMAÇÃO URBANA DAS VILAS DA CAPITANIA DO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO PORTUGUESA E DA ESPANHOLA	Mara L. Côrtes; Fernando P. Rambo; Kellen M. D. Louzich	remoto
10h25-10h35	LT 344 PERCURSOS E SUAS IDENTIDADES: ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL	Daniel Athias de Almeida; Vera R. Tângari	presencial
10h35-10h45	LT 345 CUIABÁ NO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO SOBRE A MORFOLOGIA URBANA LUSO-BRASILEIRA EM TERRITÓRIO BORORO	Yara Galdino; Dorcas Araújo; Ricardo Castor; Paulo Rodrigues	remoto
10h45-10h55	LT 346 OS BENEFÍCIOS DAS HORTAS COMUNITÁRIAS	Suzana de O. Gomes; Maria E. M. Valentim; Giulia B.Castilho; Miguel N. da Motta; Virgínia M. N.de Vasconcellos	presencial
10h55-11h05	LT 347 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE MURIAÉ, MG	Maria Alice Bouzada; Andrea Rego Queiroz	presencial
11h05-11h15	LT 348 TURISTIFICAÇÃO, CENTRALIDADE E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: UMA ANÁLISE EM ITAPEMA E PORTO BELO, EM SANTA CATARINA	Igor Tadeu Lombardi de Almeida; Valério A. S. de Medeiros	presencial
11h15-11h25	LT 349 AS CONFIGURAÇÕES MORFOLÓGICAS NA IMPLANTAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO DE CAMPINAS	Silvia Mikami Pina; Jonathan William Santana Paiva	remoto
11h25-11h35	LT 351 CONJUNTO RESIDENCIAL DE REALENGO: A CONSTRUÇÃO DE UMA "CIDADE MODELO" MODERNA PARA OS TRABALHADORES NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO	Leonardo Rodrigues Pereira	presencial
11h35-11h45	LT 352 FUNK CARIOCA: REPRESENTAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DE UMA CULTURA URBANA NEGRA	Gabriella Stephany Oliveira; Andrea Queiroz Rego	presencial
11h45-11h55	LT 353 OS USOS SOCIAIS DO CAMPUS CAMPOS-CENTRO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E SUA INFLUÊNCIA NA MORFOLOGIA DOS ESPAÇOS DE APROPRIAÇÃO	Fagner das N. de Oliveira; Maria F. Soares Lisboa; Fernanda M. Monteiro	presencial
11h55-12h30	**Debate**		

Eixo 3 | Formas urbanas e paisagens:
patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 3.5

Coordenação: Rubens Andrade (EBA-UFRJ/PROARQ-FAUUFRJ)

Sala 01

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 354 O LUGAR COMO PROMOTOR DE CAMINHABILIDADE E DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	Leonardo N. Ghislandi; Andréa H. Pfützenreuter	remoto
10h25-10h35	LT 355 AFETOGRAFIA: HISTÓRICOS-CULTURAIS E AFETIVOS DA CIDADE DE CARMO NO RJ	Rachel Silveira	presencial
10h35-10h45	LT 356 DO CORPO À CIDADE: QUINTAIS COMO FORMAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRAS NO ESPAÇO URBANO	Rita C. M. Montezuma; Flávia E. S. Martins; Paulo Santo; Laís A. Souza	presencial
10h45-10h55	LT 357 ENTRE LINHAS E TRAMAS: ANÁLISE HISTÓRICA E PONTECIALIDADES DE EXPANSÃO URBANA EM PARACAMBI	Carolina Damasceno; Giovana Gomes; Johnny Santana; Leonam Aquino; Denise de Alcantara.	presencial
10h55-11h05	LT 334 ASPECTOS DE OCULTAMENTO DE RIOS URBANOS: O CASO DO RIO JOANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	Clarice F. Teófilo; Mylenna L. Merlo; Gleison J. M. S. Junior; Aline P. Veról	remoto
11h05-11h15	LT 360 CIRCUITO 12 ARTES: APROPRIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	Khristiano B. C. Calvelli; Lucas R. da Silva; Mayara C. P. L. dos Reis; Thaissa da S. Ferreira	presencial
11h15-11h25	LT 361 A CRIAÇÃO DO TECIDO BANGUENSE: ANÁLISE MORFOLÓGICA DA URBANIZAÇÃO NO SERTÃO CARIOCA	Lígia Magalhães; Denise de Alcantara	presencial
11h25-11h35	LT 362 PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE PAISAGENS DO MEIO ESCOLAR: TECEDURAS HÍBRIDAS PARA TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	Dagmar D. Cerqueira; Giselle A. N. de Azevedo	remoto
11h35-11h45	LT 363 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES EM PERIFERIAS DA AMÉRICA LATINA	Isabela Lemos; Ana C. A. Campos; Eugenio Queiroga	remoto
11h45-11h55	LT 364 A IMPLANTAÇÃO DO BRT EM SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO E A DESESTRUTURAÇÃO DE UM LUGAR	Elizabeth S. B. L. Nogueira; Vera R.Tângari	remoto
11h55-12h05	LT 365 O VERDE DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: O DISCURSO DA INTEGRAÇÃO E A REALIDADE DA DISTINÇÃO	Regina de M. C. Ninfa; Augusto de M. Valério; Caio Frederico e Silva	remoto
12h05-12h30	**Debate**		

Eixo 3 | Formas urbanas e paisagens:
patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Manhã
10h15min às 12h15min

Sessão temática ST 3.6

Coordenação:Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)

Sala 02

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 366 A TRÍADE DE PROCESSOS DE ESTETIZAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO: O CASO DE SÃO PEDRO DE AFURADA	Rafaela Pinho	presencial
10h25-10h35	LT 367 O FRAGMENTO DE UM FRINGE BELT EXTERNO NO LIMITE DOS MUNICÍPIOS DE BELO HORIZONTE E NOVA LIMA EM MINAS GERAIS - BRASIL	Vanessa Taveira de Souza; Elias Mota Vasconcelos; Staël de Alvarenga Pereira Costa; Marina Salgado	presencial
10h35-10h45	LT 368 FEIRA LIVRE DO "PINTOLÂNDIA": UMA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA NA CIDADE DE BOA VISTA-RR.	Márcio Baraúna Bento; Sued Trajano de Oliveira	presencial
10h45-10h55	LT 369 FISSURAS URBANAS E FRAGMENTOS PATRIMONIALIZADOS: O PATRIMÔNIO URBANO EM CIDADE NOVA (RJ)	Danielle C. Dias de Santana	presencial
10h55-11h05	LT 338 O VERMELHO E O VERDE: CIDADE LINEAR NAS ADMINISTRAÇÕES SOCIALISTAS DO ENTRE-GUERRAS EUROPEU	Guilherme Bueno	remoto
11h05-11h15	LT 371 VIVER A PAISAGEM: APROPRIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO PARA O SÍTIO ROBERTO BURLE MARX	Maria Carolina Alves Medeiros; Fernanda de Abreu Pereira; Delano Delfino; Mariana Gomes de Souza	remoto
11h15-11h25	LT 372 ANÁLISE CONFIGURACIONAL DA PRAÇA SOUTO FILHO EM RECIFE, BRASIL, A PARTIR DA SINTAXE ESPACIAL	Sheila R. Albuquerque; Alexandre A. B. C. Castro; Mauro N. M. Barros Filho; Emmanoel M. Silva	presencial
11h25-11h35	LT 373 O AÇUDE VELHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: A ABORDAGEM HISTÓRICO GEOGRÁFICA COMO METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO	Lízia Agra Villarim; Mauro N. M. Barros Filho	presencial
11h35-11h45	LT 374 PATRIMÔNIO, PAISAGEM CULTURAL E DINÂMICA URBANA EM LENÇÓIS, BAHIA: A FESTA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS.	Raul Amaro de Oliveira Lanari; Luciana Rattes Máximo de Castro; André Castilho Pinto; Paula Pflüger Zanardi	presencial
11h45-11h55	LT 376 REQUALIFICAÇÃO URBANA, CONFLITOS E CONFRONTOS: O PARQUE DO RIO BIXIGA E O TEATRO OFICINA EM SÃO PAULO.	Delano Delfino da Silva Junior; Cêça Guimaraens	presencial
11h55-12h30	**Debate**		

Eixo 1 | formas urbanas e regime climático:
estratégias e escalas de abordagem

Sessão temática ST 1.2

Coordenação: Patricia Samora (PUCCampinas)

Sala 03

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
10h15-10h25	LT 115 A INFLUÊNCIA DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS NO MICROCLIMA URBANO	Eliane S. Barbosa; Matheus C. da S. Cavalcanti; Virgínia M. N. de Vasconcellos	presencial
10h25-10h35	LT 118 PESCA E TERRITORIALIDADE: MANUTENÇÃO DA PESCA ARTESANAL E PROPOSIÇÃO RESILIENTE NA ORLA DO FUNDÃO	Maria Angeiras; Maria Matos; Laura Silva	presencial
10h35-10h45	LT 119 A INFRAESTRUTURA VERDE E AZUL NA MITIGAÇÃO DE CHEIAS URBANAS: UM ESTUDO DE CASO EM MARECHAL HERMES	Julia Midão; Clara Oliveira; Giulia Figueiredo; Elisabeth Oliveira; Maria Vitória Gomes; Luciana Guimarães; Aline Veról	presencial
10h45-10h55	LT 121 SISTEMA ALIMENTAR E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR	Sofia Duarte; Inês Isidoro; Teresa Marat-Mendes	remoto
10h55-11h05	LT 122 AS INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS E RURAIS PARA CIDADE SAUDÁVEL E SISTEMAS ALIMENTARES NO DISTRITO FEDERAL	Liza Andrade; Natália Lemos; Ana Silva; Alice Martins	remoto
11h05-11h15	LT 123 ESPACIALIDADES DO CONTEXTO AMAZÔNICO: (RE)EXISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS FRENTE A CRISE ECOLÓGICA DA URBANIZAÇÃO	Taynara Gomes; Ana Cláudia Cardoso; Sâmyla Blois	remoto
11h15-11h25	LT 124 VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DE HIPERCONECTIVIDADE GLOBAL: QUILOMBO DE FEITAL	Daniel Athias de Almeida; André Heringer Pereira	remoto
11h25-11h35	LT 126 SUSTENTABILIDADE URBANA NO RECANTO DAS EMAS: PADRÕES ESPACIAIS E TIPOLOGIAS HABITACIONAIS NA REGIÃO DO SETOR HAB. ÁGUA QUENTE	Luana O. Carrazza; Liza M. S. de Andrade; Vânia R. T. Loureiro; Juliette A. F. Lenoir; Ana L. A. Silva	remoto
11h35-11h45	LT 114 INFRAESTRUTURA VERDE AZUL: ANÁLISE DE CONFORMAÇÃO DAS PRAÇAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARI	Elisabeth Oliveira; Luciana Guimarães; Maria V. Gomes; Aline Veról	remoto
11h45-12h30	**Debate**		

Eixo 2 | Formas urbanas e processos:
políticas, redes e cartografias

Sessão temática ST 2.4

Coordenação: Daniela Bogado (IFF-Campos)

Auditório

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 211 ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CORREDOR URBANO DE MICROMOBILIDADE	Gabriel Rezende; Bruno Lázaro; Raquel Fernandes; Cibele Marchiolli	remoto
14h55-15h05	LT 251 CENTRALIDADE E COMIDA: ANÁLISE DA PAISAGEM URBANO-RURAL PETROPOLITANA	Emanuela Rocha; Patricia Drach	presencial
15h05-15h15	LT 217 USOS TEMPORÁRIOS E PRÁTICAS DE PARTILHA, UMA NOVA CARTOGRAFIA URBANA	Alessia Allegri; Rita Ochoa	remoto
15h15-15h25	LT 256 AQUI PASSA UM RIO: O IGARAPÉ PIRES DE SÁ E A FORMAÇÃO URBANA DE VILHENA-RO	Iana P. G. Fermou; Áurea D. C.	remoto
15h25-15h35	LT 257 UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES: BAIRRO JÓQUEI CLUBE, BOA VISTA-RR.	Márcio B. Bento; Vera R. Tângari; Clara A. S. Weiduschat	presencial
15h35-15h45	LT 258 A MALHA E O SUBSTRATO: IMPLOSÃO, EXPLOSÃO E FRAGMENTAÇÃO DAS FORMAS URBANAS PARA O CASO DA CIDADE DE MACAPÁ – AMAPÁ – BRASIL	Patrícia Takamatsu; Fabiano Belém	remoto
15h45-15h55	LT 259 GEOPROCESSANDO PATRIMÔNIOS DE CAPELAS: A MORFOGÊNSE E O TRAÇADO DOS NÚCLEOS URBANOS DO TERRITÓRIO DA VILA DE CASA BRANCA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, SÉCULO XIX.	Rafael A.S. Ferreira; Renata B. Pereira	remoto
15h55-16h05	LT 260 PERIODIZAÇÃO MORFOLÓGICA E VALORIZAÇÃO DA TERRA NO NÚCLEO URBANO DE ICOARACI, BELÉM-PA (1869-2019)	Alberto Lima; José Júlio Lima	presencial
16h05-16h15	LT 261 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM MARICÁ-RJ	Rafael C. D. Pereira	presencial
16h15-16h25	LT 262 PROCESSOS E FORMAS SOCIOESPACIAIS NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	Rafael C. D. Pereira	presencial
16h25-17h00	**Debate**		

Eixo 2 | Formas urbanas e processos:
políticas, redes e cartografias

Tarde
14h45min às 17h00min

Sessão temática ST 2.5

Coordenação: Sonia Costa (SEL-RJ/ PROARQ-FAUUFRJ)

Sala 01

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 266 A CIDADE INVISÍVEL DA RECICLAGEM: UMA ETNOTOPOGRAFIA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NAS RUAS DE BOTAFOGO, RJ.	Mariana Frota Agum	presencial
14h55-15h05	LT 268 OS IMÓVEIS PÚBLICOS URBANOS E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS	Danielly V. C. Inácio; Jucelio Dall' Agnol; Samuel S. dos Santos; Fabio Tiago dos S.Serafim; Umberto V. Sampaio	presencial
15h05-15h15	LT 270 REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – RIDE GRANDE TERESINA COMO PROMOTORA DE TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA EM RAZÃO DE SEUS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.	Izaura Vasconcelos; Narielle Carvalho; Thiscianne Pessoa	presencial
15h15-15h25	LT 227 OS PROCESSOS MORFOLÓGICOS INCIDENTES EM GUARAPARI/ES UM ESTUDO SOBRE A RUA DA MATRIZ	Manoela Monjardim; Flávia Botechia	presencial
15h25-15h35	LT 272 TERRA PÚBLICA, PRÁTICAS PREGRESSAS: A CONSTITUIÇÃO DA VILA WERNECK EM BELO HORIZONTE	Letícia Gardusi de Faria; Gisela Barcellos de Souza	presencial
15h35-15h45	LT 274 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS CIDADES DA AMAZÔNIA MARAJOARA: UM ESTUDO EM CACHOEIRA DO ARARÍ/PA	Taíla Pamplona Gemaque	presencial
15h45-15h55	LT 275 A VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA POR MEIO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS: ESTUDO DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA	Anicoli Romanini; Adriana Marques Rossetto	remoto
15h55-16h05	LT276 EMERGÊNCIA SOCIAL E URBANA: O CASO DAS MORADIAS IMPROVISADAS EM FRENTE À PREFEITURA DE VITÓRIA	Daniella A. Gomes; Mauro Cesar de Oliveira Santos; Luciana M. B. Figueiredo	remoto
16h05-16h15	LT 277 APLICAÇÃO DE DADOS DO MAPBIOMAS PARA ANÁLISE COMPARATIVA DA FORMA URBANA	Talita Micheleti; Fábio M.Gonçalves	remoto
16h15-16h25	LT 279 TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL DA PAISAGEM CARIOCA: UMA ANÁLISE DO MODELO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE EXCLUDENTE.	Gabriel F. Fernandes; Cintia Maria Frazão	remoto
16h25-16h35	LT 292 A MORFOLOGIA URBANA DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM FOZ DO IGUAÇU: UMA ANÁLISE DO PLANO URBANO	Juliana Rammé; Mariana B. de Souza; Anna B. Nascimento; Vitória F. Cittolin; Elisa G. Pereira; Hong Shin	remoto
16h35-17h00	**Debate**		

Eixo 2 | Formas urbanas e processos:
políticas, redes e cartografias

Tarde
14h45min às 17h00min

Sessão temática ST 2.6

Coordenação: Rogerio Cardeman (PGPP-FAUUFRJ)

Sala 02

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h45-14h55	LT 280 MODELAGEM GENERATIVA DA PAISAGEM: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL NO PROJETO DE ESPAÇOS LIVRES	Angelo Pedrote Caon; Bianca de Mello Cunha; Luciano Falcão da Silva	presencial
14h55-15h05	LT 281 DO PETRÓLEO AO CAOS: NARRATIVAS MORFOLÓGICAS SOBRE MACAÉ/RJ, A CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO	Narjara Xavier dos Santos; Vera Regina Tângari	presencial
15h05-15h15	LT 282 AS TRANSFORMAÇÕES NO TECIDO URBANO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS EM SANTA CRUZ – RIO DE JANEIRO	Anna C. Souza; Raffael S. da Silva; Thaísa Escudero; Elizabeth S. B. L. Nogueira; Vera R.Tângari	remoto
15h15-15h25	LT 283 CARTOGRAFIAS E AS NOVAS FORMAS NA PAISAGEM DA MACROZONA URBANA DE CUIABÁ/MT	Doriane Azevedo; Antonio M.Junqueira Neto; Taynara B. Macedo; Thaiz F. Pessoa	presencial
15h25-15h35	LT 284 PROGRAMAS DE PROVISÃO HABITACIONAL EM BELÉM/PA E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS	Monique B. M. S. Leão	presencial
15h35-15h45	LT 285 TALES OF THE CITY: AS ESCOLAS E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE SAN FRANCISCO	Alain Flandes; Giselle Arteiro N. Azevedo	presencial
15h45-15h55	LT 287 O PODER ECONÔMICO DE UMA VIZINHANÇA ATIVA: RELAÇÕES EMPÍRICAS ENTRE COMPORTAMENTO DE CAMINHADA E VALOR DO SOLO URBANO EM LONDRINA-PR	Melissa A.de Souza; Karine R. Pompermayer; Milena Kanashiro	remoto
15h55-16h05	LT 288 OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA: FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGULAÇÕES URBANAS NAS ZEDUS E NAS ZEIS DE FORTALEZA	Sara U. A. Silva	presencial
16h05-16h15	LT 289 ASSENTAMENTOS INFORMAIS CONSOLIDADOS COMO CENTRALIDADES PERIFÉRICAS: UMA ANÁLISE MORFOGENÉTICA DE PARAISÓPOLIS (SP) A PARTIR DO TÉRREO URBANO	Rovy Pessoa	remoto
16h15-16h25	LT 290 CIDADES PEQUENAS E FORMA URBANA: A REGINT DE SANTA CRUZ DO SUL E LAJEADO-RS	Carolina R. Faccin; Luana P. Detoni; Paulo J. R. da Silva; Rogério L. L. da Silveira; Iasmim S.Haas	remoto
16h25-16h35	LT 291 JANELAS PARA O JARDIM GRAMACHO: FORMAS DE CRESCIMENTO PERIFÉRICO SOB A ÉGIDE DO RACISMO AMBIENTAL	Letícia N. Barbosa; Eliana R. de Q. Barbosa	presencial
16h45-17h00	**Debate**		

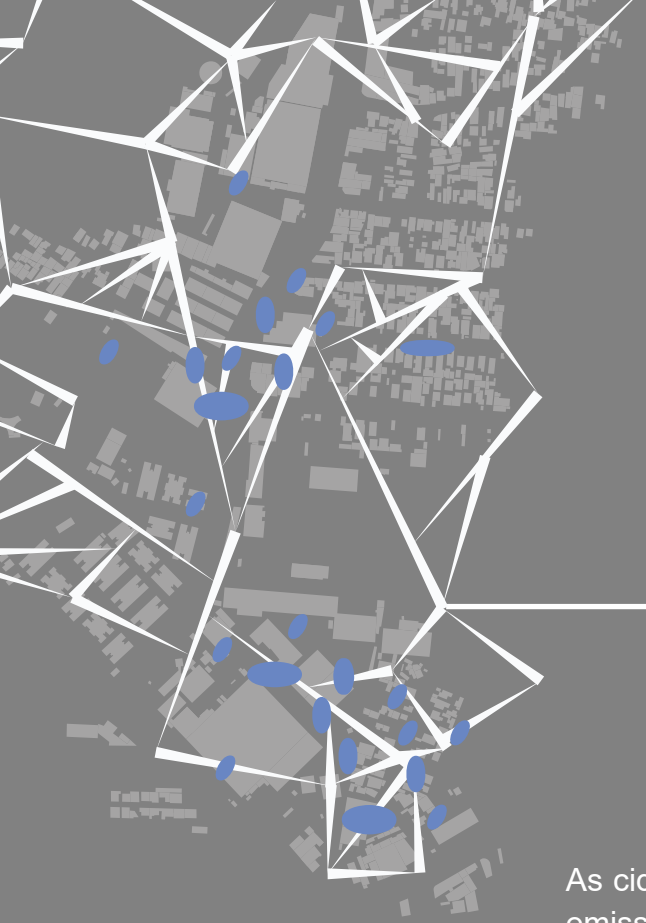
Eixo 4 | formas urbanas e educação:
vertentes, práticas e aplicações

Sessão temática ST 4.2

Coordenação: Vitor Oliveira (FEA-UP)

Sala 03

horário	título do trabalho	autoras e autores	modalidade
14h55-15h05	LT 412 UMA ANÁLISE DA URBANIDADE NA FORMA FÍSICA DA CIDADE: O CASO DE BARCELONA NA ESPANHA	Bruno A. H. Zaitter	presencial
15h05-15h15	LT 413 ARQUITETURA, URBANISMO E VIDEOGAMES: O LUGAR GÂMICO E SUAS INTERFERÊNCIAS NO MUNDO TANGÍVEL	Thiago dos S. Rangel; Ethel P. Santana	presencial
15h15-15h25	LT 414 FORMA URBANA E ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA	Vera R. Tângari	presencial
15h25-15h35	LT 415 GEOTECNOLOGIAS EMERGENTES E SENSORIAMENTO REMOTO: EXPLORANDO AS POTENCIALIDADES DO PROJETO MAPBIOMAS NO ESTUDO DA FORMA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL.	Bruno R. E. Mendonça; Joana C. S. Rocha	presencial
15h35-15h45	LT 416 DENSIDADE E TIPOS DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFÍCIOS ALTOS: PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DE UMA CIDADE MÉDIA	Débora Gregoletto	remoto
15h45-15h55	LT 417 O PROJETO URBANO E DA PAISAGEM NO NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFRJ	Andrea Q. Rego	presencial
15h55-16h05	LT 419 PEDAGOGIA E JOGOS: UM LEITURA PATRIMONIAL DE MARICÁ PARTILHADA E CRÍTICA	Daniel A. de Almeida; Thiago dos S. Rangel; Ian C. de S. Wanderley; João M. Brandão; Fernando R. de Souza	presencial
15h55-16h05	LT 420 COMPARTIMENTOS E UNIDADES DE PAISAGEM DE MACAÉ/RJ: ENSAIO SOBRE UMA APLICAÇÃO METODOLÓGICA	Narjara X. dos Santos; Vera R. Tângari; Alex Lamounier	presencial
16h05-16h10	LT 421 UMA TRAJETÓRIA SONORA: A PAISAGEM SONORA DE CAMPO GRANDE (RJ) E PROSPECÇÕES PARA O PROJETO URBANO	Ingrid de S. Soares; Andrea Q. Rego	presencial
16h15-17h00	**Debate**		



EIXO 1

formas urbanas e regime climático: estratégias e escalas de abordagem

Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas) **e**
Patricia Rodrigues Samora (PUC-Campinas)

As cidades desempenham papel fundamental na redução da emissão de gases de efeito estufa que causam e agravam os processos relacionados com a mudança do clima. Nelas vivem as populações mais vulneráveis aos eventos extremos, que têm aumentado em escala e intensidade nas últimas décadas no planeta, ao mesmo tempo em que a população mundial se tornou majoritariamente urbana. Reverter o cenário de aquecimento global passa pela compreensão e proposição de novos arranjos urbanos que atentem para processos sociais e econômicos de baixo impacto de carbono, favorecendo vidas urbanas menos dependentes dos combustíveis fósseis para as atividades humanas.

Esses desafios valorizam o campo da morfologia urbana e seu papel na criação e na previsão de cenários urbanos ambientalmente adequados, contribuindo para reconhecer e aliviar as vulnerabilidades socioambientais presentes nos inúmeros assentamentos precários urbanos e rurais, lócus dos maiores índices de crescimento da população mundial neste século.

Este eixo busca fomentar o debate sobre a produção de espaços seguros, resilientes e justos. Amplia o a discussão sobre os modelos negligenciados de formas urbanas tradicionais da urbanização periférica e do Sul Global, incorporando a expressão do habitar das populações tradicionais que, mais do que nunca, estão sujeitas aos efeitos destruidores do racismo e da injustiça ambiental no contexto do novo regime climático.

RIOS URBANOS, RESILIÊNCIA E PLANEJAMENTO URBANO: ESTUDO DE CASO DO CANAL DA COSTA, VILA VELHA

LT 101

Cláudia Melo [1], Flávia Botechia [2]

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Espírito Santo; claudiairmelo@gmail.com.
[2] Professora Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Espírito Santo; flavia.botechia@ufes.br.

Palavras-chave: cinturas periféricas; sociodiversidade; cidades amazônicas; emergência climática.

Este artigo é derivado de parte de tese de doutorado, ainda em curso, pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFES, com o apoio de bolsa da CAPES. Tal tese se debruça sobre o estudo da relação entre o planejamento urbano em cidades banhadas por rios, estudadas por diversos autores como Costa (2006) e Gorski (2010), e a forma urbana enquadrando-se no campo teórico metodológico da Morfologia Urbana, destacando a "(...) relevância do suporte morfológico para uma prática profissional mais atenta ao 'tempo', ao 'lugar' e às pessoas, para uma prática profissional que torne as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis" (OLIVEIRA, 2019, p. 443).

Sendo assim, seu objetivo é apresentar a caracterização elaborada acerca das áreas adjacentes ao Canal da Costa (Vila Velha, Espírito Santo), objeto empírico de estudo comparativo diacrônico, entre forma urbana, zoneamento urbanístico e parâmetros adotados. Entende-se por hipótese que o zoneamento desconsiderou as diferenças morfológicas locais, não permitindo ou incentivando a elaboração de formas capazes de promover a reconciliação do curso d´água com seu o entorno em busca de uma cidade resiliente.

A metodologia usada foi amparada pelas abordagens morfológicas tipológica-processual e histórico-geográfica (KROPF, 2009). A primeira serve como aporte para a análise elementar e caracterização da área, identificando variáveis e padrões morfológicos, enquanto a segunda fundamenta a periodização e comparação cartográfica. Desta forma foram feitos, à mão, os redesenhos das áreas adjacentes ao canal da Costa em 2021 e 1970, com a marcação conjectural do antigo leito do rio e das principais vias estruturantes da cidade a partir de fotos aéreas do Processamento Hiparc, dos mapas do cadastro imobiliário e das fotos do acervo da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) e do aplicativo Google Maps.

A partir da produção cartográfica foi possível identificar padrões e processos morfológicos (CONZEN, 1960) com relação aos formatos das quadras, divididos em três trechos definidos entre as avenidas Carioca e Luciano das Neves (Figura 1). No trecho 1, as quadras tendem ao formato quadrangular e foi possível identificar três padrões morfológicos, no que diz respeito aos seus traçados e dimensões. O sistema viário já estava bastante consolidado em 1970, mostrando-se como permanência morfológica. No trecho 2, as quadras tendem ao formato retangular, com aproximadamente 10.000m². As vias em sua maioria, tendem à ortogonalidade e muitas foram projetadas em 1970, aquelas que fogem a este padrão correspondem às persistências morfológicas de ocupações anteriores. No trecho 3, há o predomínio de grandes quadras, com cerca de 900.000m² e formas com tendência a trapezoidais. Em 1970 este trecho foi classificado como "Zona de expansão urbana".

A caracterização dos traçados adjacentes ao canal, evidenciou os processos morfológicos ocorridos. Os processos de persistência foram os mais evidenciados, mas certamente outros como os de adição, adaptação e transformação, podem ser observados em diferentes níveis de interpretação, levando em conta elementos morfológicos, como lotes e edifícios. Constatou-se ainda a grande diversidade da relação formal entre as vias e lotes.

Sendo assim, comprova-se a hipótese inicial, desde 2017, o zoneamento do PDMVV não foi pautado nas diferenças morfológicas, sendo, desta forma, incapaz de incentivar a associação entre o social e o ecológico nas margens dos mananciais (GORSKI, 2010).

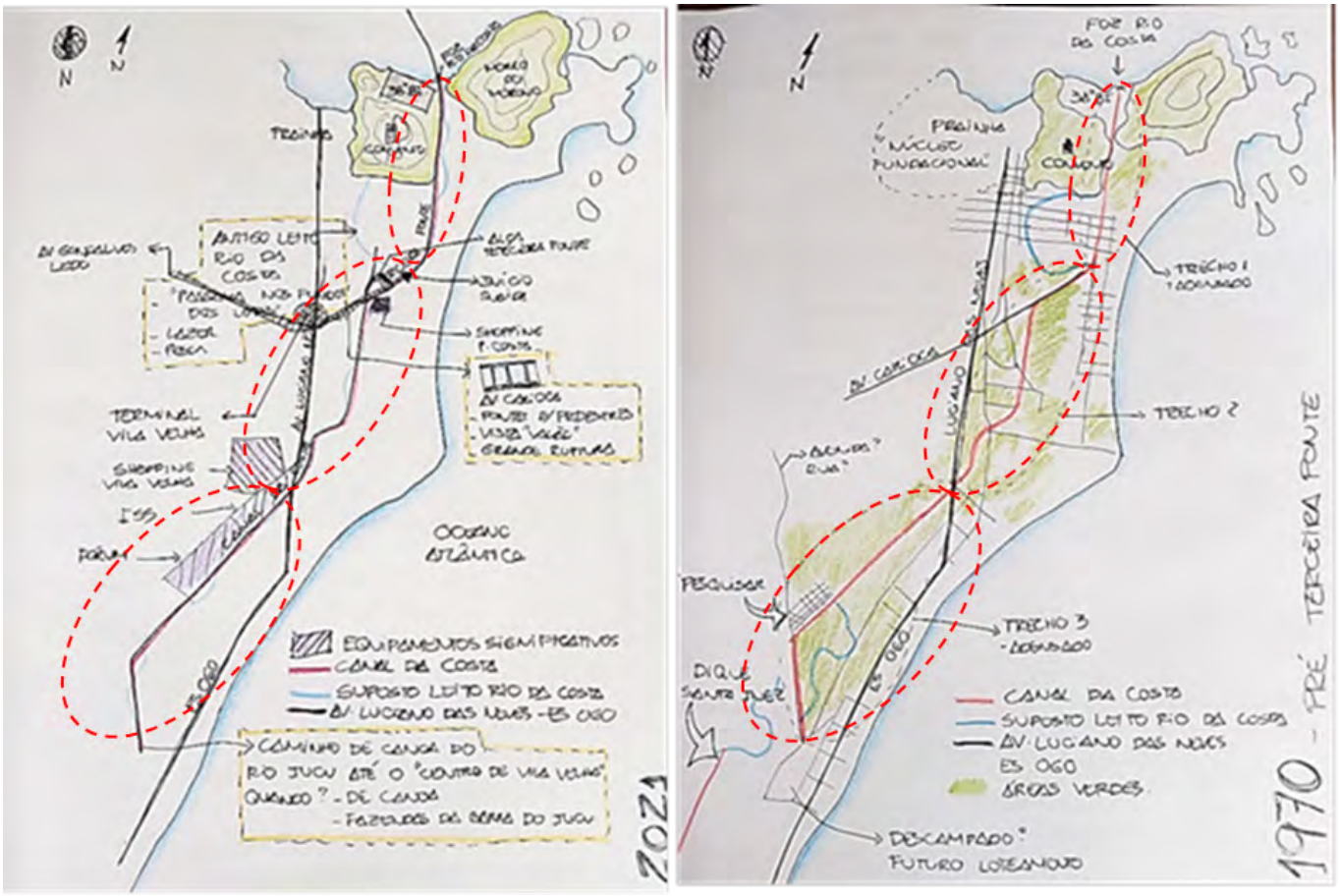


Figura 1: Redesenhos da área de estudo em 2021 e 1970.

REFERÊNCIAS

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. Londres: Institute of British Geographers Publication 1960.

COSTA, L. M. S. R. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006.

GORSKI, M. C. B. **Rios e cidades**: ruptura e reconciliação. São Paulo: SENAC, 2010.

KROPF, K. Aspects of Urban Form. **Urban Morphology**, v.13, n.2, p.105-120, 2009.

OLIVEIRA, V. Por uma nova visão de arquitetura e urbanismo. For a new view on architecture and planning. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 433–443, 2019. DOI: 10.24220/2318-0919v16n3a4722. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4722. Acesso em: 16 jun. 2022.

CINTURAS PERIFÉRICAS EM CONTEXTO PERIFÉRICO: OS CASOS DE BELÉM E MANAUS

LT 102

Ana Cláudia Cardoso [1], Luana Castro [2], Kamila Diniz Oliveira [3]

[1] PhD em Arquitetura; Docente PPGAU-UFPA; claudiacardoso@gmail.com.
[2] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFPA (em andamento); luana.castro.silva@itec.ufpa.br.
[3] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFPA (em andamento); kamiladinizoliveira@gmail.com.

Palavras-chave: Rede de Espaços Públicos; Área Metropolitana de Lisboa; Ciclo da Água; Alterações Climáticas; Resiliência Urbana

O planeta está em uma situação de emergência climática, e muito se fala sobre a prioridade de preservação de florestas, mas a conexão entre cidade e natureza ainda é pouco compreendida na floresta tropical brasileira. Na Amazônia, 80% da população vivem em cidades; a maior parte das cidades está articulada em rede a vilas e localidades, por meio de rios ou estradas (pós 1960). O padrão original de dispersão, no qual os interstícios de floresta são uma herança de outras eras, permite a produção a partir da floresta viva. No decorrer das colonizações, duas metrópoles históricas tornaram-se referência para os gestores públicos na região, contudo, mais por terem assimilado soluções externas, do que pelo modo como lidaram com suas faces amazônicas.

Neste texto, os interstícios verdes que estão desaparecendo nas duas metrópoles são enquadrados como cinturas periféricas (ver figuras 1 e 2) que marcam as fases de expansão da mancha urbana (Conzen, 2009). Entre 1616 e 1960 as cinturas periféricas de Belém coincidiram com as várzeas (na figura 2, legendas 1790, 1950), e a partir dos anos 1960 e da intensificação da ação federal na região, áreas militares e institucionais passaram a constituir cinturas periféricas em ambas as cidades. Em que pese a estreita relação destas cidades com a floresta, o processo de periferização deslanchado na segunda metade do século XX promoveu rupturas do continuum urbano rural que caracterizava a produção baseada no manejo da floresta viva. A supressão da vegetação e apagamento dos rios desmantelou corredores verdes e azuis que cortavam as cidades e se articulavam ao interstício verde que as separava de outras localidades, passando a amalgamá-las e a constituir manchas urbanas contínuas e extensas.

No contexto atual de injustiça socioambiental e necessidade de redução de emissões de CO2, pergunta-se: o que as cinturas periféricas informam sobre o processo de formação socioespacial das duas maiores cidades da Amazônia (Belém e Manaus)? Como afetam os diferentes grupos sociais nestas cidades? E como são assimiladas pelo padrão centro – periferia, típico de cidade brasileira nesta região?

A pesquisa identifica e espacializa as fases de formação de cinturas periféricas nas duas cidades seguindo Meneguetti e Costa (2014) (figuras 1 e 2), enquanto circunstancia os processos socioeconômicos e identifica usos e atores envolvidos na sua produção ou afetados por seu desaparecimento. Constata-se que as cinturas periféricas são marcadores de fases de expansão e estagnação das cidades, e que as mais preservadas são as destinadas a usos institucionais, contudo sujeitas a rápido desaparecimento, seja por ocupação informal, seja por ação do setor imobiliário, face ao intenso fluxo migratório para as duas cidades. Diferentemente das metrópoles europeias, não houve mecanismos sociais ou institucionais dirigidos para a preservação das massas verdes, nem foram compreendidas as correspondências destas com a sociodiversidade local, ao contrário eliminar a floresta significava aculturar sua população.

Conclui-se que se a convergência entre aspectos ecológicos e socioeconômicos é urgente no planeta, é preciso considerar que tanto dentro quanto fora das cidades, a floresta é meio de produção (especialmente de alimentos) e de prestação de serviços ecossistêmicos (produção de água, filtragem e resfriamento do ar), e que os circuitos curtos e fluxos de conexão entre cidade e floresta favorecem a vida local e globalmente.

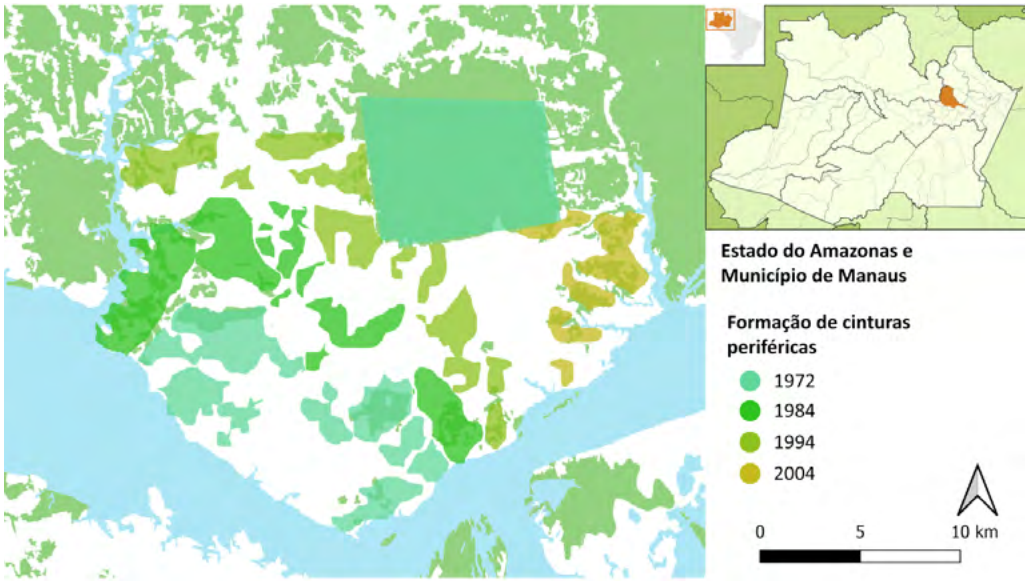


Figura 1: Formação de cinturas periféricas em Manaus. Elaboração: Autoras, 2022.

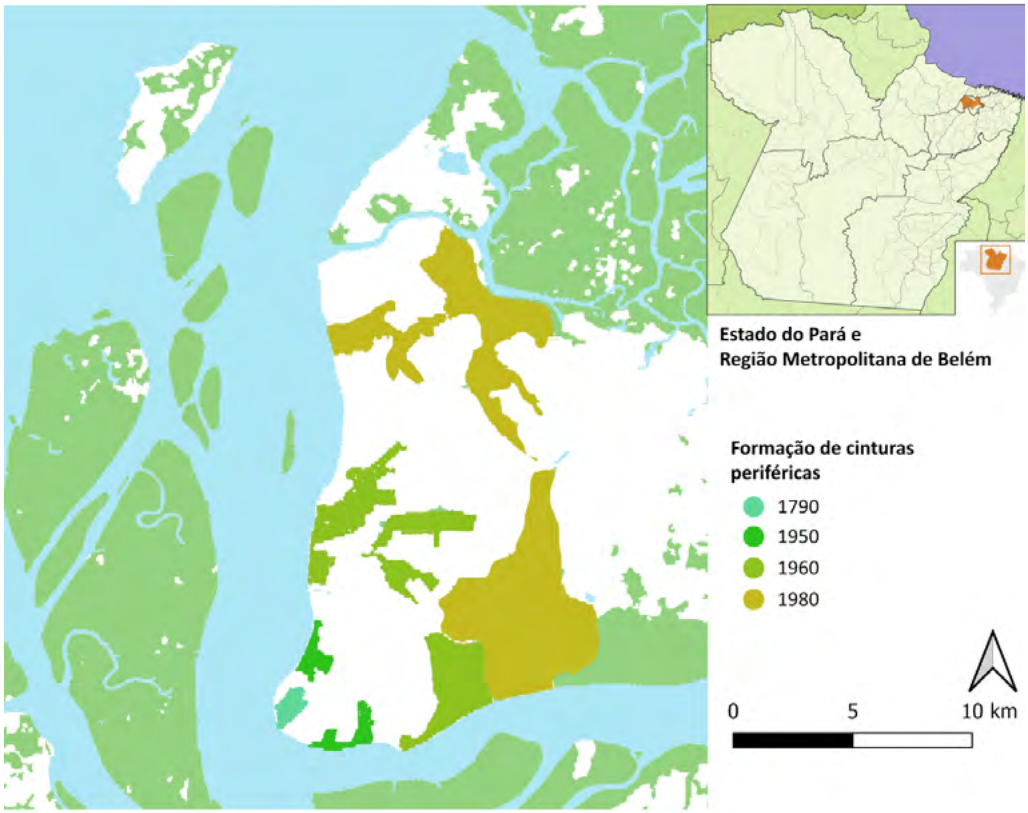


Figura 2: Formação de cinturas periféricas em Belém. Elaboração: Autoras, 2022.

REFERÊNCIAS

CONZEN, M. P. How cities internalize their former urban fringes: A cross-cultural comparison. In: **Urban Morphology**, v. 13, n. 1, p. 29–54, 2009.

MENEGUETTI, K. S. The fringe-belt concept and planned new towns: a Brazilian case study. In: **Urban Morphology**, v. 19, n. 1, p. 25–33, 31 out. 2014.

ANÁLISE DA COMPACIDADE DE FORMAS URBANAS NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES: O CASO DE UBERLÂNDIA-MG, BRASIL

LT 103

Bruno de Oliveira Lázaro [1], Davi Pitangui do Prado Abreu [2], Mariana Meneguesso Simão [3], Júlia Maria Garcia Ribeiro [4]

[1] Mestre em Engenharia Civil, Pesquisador e Técnico responsável pelo Laboratório de Hidráulica e Laboratório de Topografia FECIV/UFU. davi.pitangui@ufu.br.
Graduandos em Engenharia Civil, FECIV/UFU: [2] mariana.simao@ufu.br; [3] juliamgarciarib@gmail.com; [4] bruno.lazaro@ufu.br.

Palavras-chave: análise espacial; cidades inteligentes; compacidade urbana; morfologia urbana.

Cidades compactas são aquelas cuja infraestrutura se desenvolve em um espaço geográfico confinado (CRUZ e MARINS, 2017). Neste sentido, seus habitantes também se instalam em uma área mais restrita, ocasionando assim uma maior densidade populacional e melhores condições de acesso aos serviços urbanos básicos de trabalho, moradia, educação, cultura, lazer, saúde, dentre outros (ADINYRA et al., 2007). Além disso, elas tendem a oferecer serviços de mobilidade urbana mais eficientes para suas populações. Nesta perspectiva, tem-se observado que urbes compactas estimulam a utilização de modais ativos de transporte, reduzindo frotas veiculares motorizadas e, consequentemente, a poluição atmosférica, os sinistros climáticos, a acidentalidade viária e colaboram com o aumento da qualidade de vida de seus habitantes (SIQUEIRA et al., 2020).

Todavia, a compacidade de manchas urbanas é um parâmetro que possui grande dinamismo em função de variáveis morfológicas, populacionais e temporais. Assim, torna-se circunstancial modelar esse comportamento e analisar a variabilidade espaço-temporal das cidades com o objetivo de otimizar o planejamento, a construção, a ocupação e a gestão do ambiente construído em virtude de modos mais inteligentes e sustentáveis para a vida humana (LI e YEH, 2004; HUANG et al., 2022).

Diante desta perspectiva, este trabalho analisa a variabilidade temporal do Índice de Compacidade (IC) de manchas urbanas por meio da interpretação e modelagem de imagens orbitais. Neste sentido, desenvolveu-se um estudo de caso para a cidade brasileira de Uberlândia/MG, um dos principais municípios de médio porte do interior do país.

Por meio do software Google Earth Professional, coletou-se uma série histórica de imagens de satélite da mancha urbana da área de estudo. Foram registradas 39 imagens, cada uma relativa a área urbanizada do município em um determinado ano, entre os anos de 1989 e 2022 (Figura 1).

Em cada imagem, traçou-se o contorno da mancha urbana municipal e foram determinados os valores de perímetro e área, em km², do polígono formado. Estes valores foram utilizados para se analisar a compacidade da forma urbana em cada ano. Essa análise transcorreu por meio por meio do cálculo do IC de acordo com a metodologia proposta por Li e Yeh (2004), Lu e Y 2015) e Cruz e Marins (2017). Os resultados obtidos foram expostos na forma de um gráfico (Figura 2).

Observou-se que a compacidade da forma urbana de Uberlândia/MG variou bastante ao longo do tempo. Os menores valores de IC foram registrados entre os anos de 2000 e 2022, enquanto os maiores valores de compacidade foram percebidos entre os anotes de 1986 e 1988. De modo

geral, a cidade apresentou um IC médio igual a 0,62, o que permite afirmar que a mancha urbana de Uberlândia é classificada como compacta de acordo com a literatura consultada. Além disso, a compacidade ao longo do tempo apresentou variância praticamente nula, desvio padrão de 0,05 e coeficiente de variação igual a 7,37%.

Diante desses valores, pode-se afirmar que a cidade de Uberlândia possui compacidade homogênea (ADINYRA et al., 2007; CRUZ e MARINS, 2017). Esta homogeneidade relaciona-se, de acordo com a literatura científica, à padrões bem definidos de distribuição espacial da infraestrutura urbana (lotes, quadras, espaços livres e arruamentos) bem como tendências axiais de expansão da geometria urbana e densificação do próprio ambiente construído. Por meio da análise das imagens orbitais adquiridas neste trabalho, percebe-se que Uberlândia apresenta todas estas características.

Este comportamento urbano, por sua vez, costuma ser intencionado ao se tratar da urbanização inteligente. Isso se deve, geralmente, à facilidade que formas urbanas compactas e homogêneas apresentam na promoção de acessos mais equitativos à infraestrutura, serviços de mobilidade mais abrangentes e eficientes, bem como uma dinâmica de uso e ocupação do solo das cidades mais sustentável.

Portanto, pode-se inferir que a cidade de Uberlândia-MG possui características morfológicas típicas do processo de urbanização inteligente e sustentável. Todavia, torna-se necessário promover estudos, políticas e ações que visem monitorar essa morfologia e promover sua consonância com aspectos intrínsecos à gestão da cidade, tendo um vista otimizar o desenvolvimento urbano local.

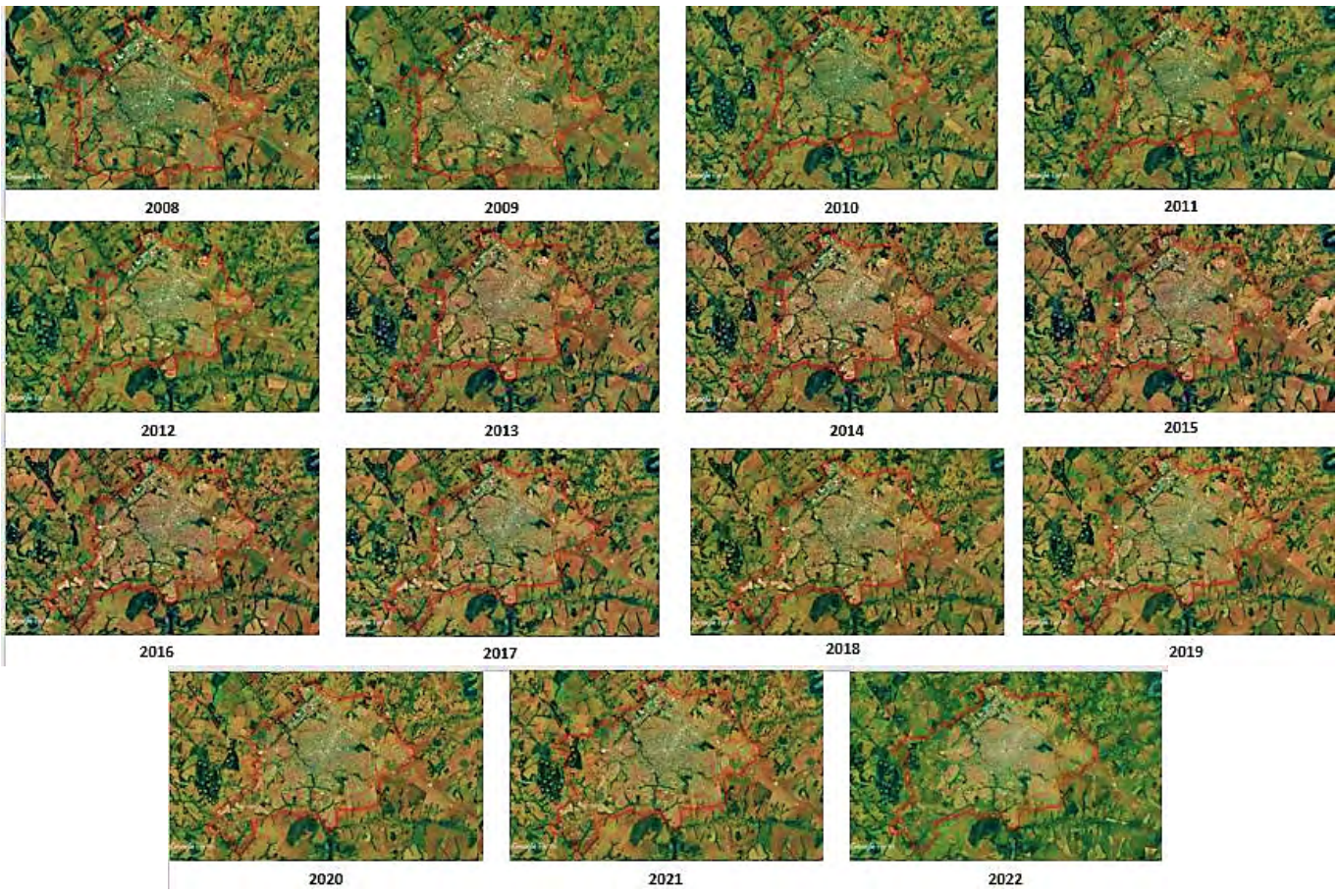


Figura 1: Série histórica (2008 a 2022) da mancha urbana de Uberlândia-MG. Fonte: Google Earth Pro, 2022.

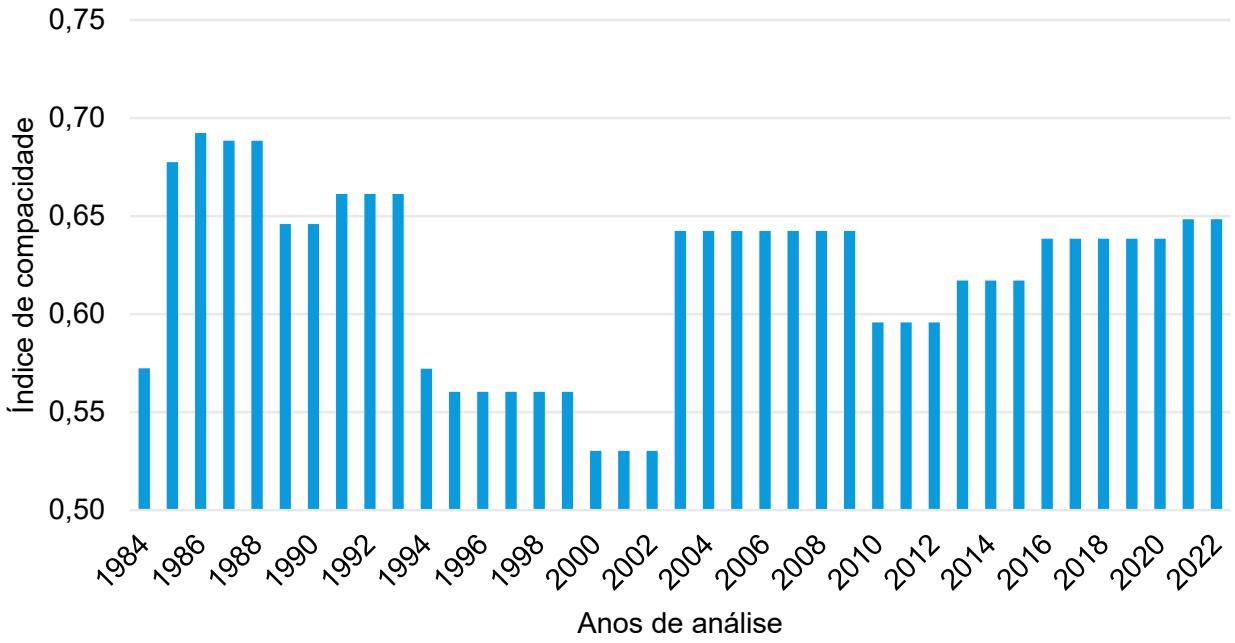


Figura 2: Variabilidade temporal do índice de compacidade para Uberlândia-MG. Fonte: Os autores, 2022.

REFERÊNCIAS

ADINYRA, E.; OTENG-SEUFAH, S. & ADJEIKUMI, T. **A Review of Urban Sustainability Assessment Methodologies**. International Conference on Whole Life Urban Sustainability and its Assessment. 2007.

CRUZ, Rafael, B. C.; MARINS, Karin, R. C. Avaliação do índice de compacidade de subprefeituras do município de São Paulo. **REEC Revista Eletrônica de Engenharia Civil.** v.13, n.2, p.287-298, 2017.

HUANG, Xianjin; WANG, M.; ZHONG, S.; ZHU, Y.; CHEN, Z. **Urban expansion and the urban–rural income gap**: Empirical evidence from China. Cities. v.129, n.1, p.103831, 2022.

LI, X., YEH, A. Analyzing spatial restructuring of land use patterns in a fast growing region using remote sensing and GIS. **Landscape Urban Planning,** v.69, n.4., (October, 2004) p. 335– 354, 2004.

LU, C., Y., L. **Effects of China's urban form on urban air quality Urban Studies. Urban Studies** Journal Limited 2015. DOI: 10.1177/0042098015594080. China: 7 (July, 2015), p.1–17, 2015.

SIQUEIRA, M.; COUTO M.; PEREIRA, Rafael; TÂNGARI, V. Análise de Tecidos Urbanos, Centralidades e Espaços Livres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). **Anais do 11º Colóquio de Pesquisa do PROARQ**. Rio de janeiro: UFRJ, 2020.

AS ÁRVORES NO CONFORTO TÉRMICO: INFLUÊNCIAS E MÉTODO DE AVALIAÇÃO. LT 104

Miguel Nogueira da Motta [1]; Maria Eduarda Mira Valentim [2]; Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [3]

[1] Graduando de Biologia Vegetal IB-CCS-UFRJ, Bolsista de Iniciação Científica; miguelnmotta@ufrj.br.
[2] Graduanda da Arquitetura FAU-UFRJ, Voluntária na pesquisa; maria.valentim@fau.ufrj.br.
[3] Prof. Dr., PROARQ-FAU-UFRJ; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Arborização urbana; Conforto térmico; Espaços livres públicos.

O artigo apresenta o método usado para avaliar a influência da árvore no microclima. Conhecer seu desempenho e sua relação com o contexto climático e urbanístico onde está inserida é fundamental para a definição e especificação do plantio em cada projeto. O processo acelerado de urbanização reduz a cobertura vegetal do solo, ampliando os índices de enchentes (VIANA et al, 2018), aumenta a emissão de gases e concentra elementos absorventes, refletores e transmissores de energia, reduzindo a eficiência energética e formando ilhas de calor (JÚNIOR E BRANDÃO, 2015). Além de sua contribuição estética, as plantas promovem múltiplos benefícios socioambientais, como o aumento da biodiversidade (BECHARA et al, 2016), a redução dos níveis de poluição sonora e do ar (NOWAK et al, 2014), a melhora do microclima urbano (SCHWAAB et al, 2021) e seus diversos serviços ecossistêmicos. O estudo de Hesslerová et al (2021) mostra que a vegetação arbórea é capaz de resfriar a temperatura de áreas urbanas em dias quentes, demonstrando seu potencial de reduzir o consumo energético por aparelhos de climatização. Contudo, muitas cidades brasileiras não possuem gestão ambiental ou programas de arborização (PINHEIRO E SOUZA, 2017). Fato que favorece a implementação de espécies inadequadas, com a falta de técnica e teoria na arborização prejudicando a integridade da população, da infraestrutura e da própria árvore. O plantio de espécies alergênicas, tóxicas, ou incompatíveis com o espaço de plantio – seja por necessidades biológicas ou porte –, é prática recorrente. Problemática, somada à reduzida arborização, agravante para a qualidade de vida da população brasileira que hoje habita o meio urbano (IBGE, 2010). Assim, a elaboração de estudos que incentivem/auxiliem a implementação de árvores em cidades se torna estratégia essencial para atenuar os efeitos das mudanças climáticas e fornecer maior qualidade de vida à urbe. A pesquisa tem caráter participativo, experimental e correlacional e utiliza levantamentos bibliográficos e de campo, registros fotográficos, medições com instrumentos e observações diretas não participativas. O método se inicia pela seleção das árvores e a classificação de seus percentuais de permeabilidade das copas pelo método desenvolvido por Vasconcellos (2020), onde há a retirada de fotografias sob as copas para serem analisadas pelo software GLAMA (‘Gap Light Analysis Mobile App’), aplicativo gratuito para o sistema Android, que analisa os pixels claros e escuros das imagens e retorna os valores em porcentagem. Então, são realizadas medições simultâneas sob as copas e ao sol, sendo aferida, para ambas situações, temperatura, umidade, radiação solar direta, temperatura de superfície e luminosidade. Cada par de pontos é aferido por 5 minutos, em três rodadas de um percurso pré estabelecido; as médias dos valores registrados são analisados em gráficos e comparados aos percentuais de permeabilidade das copas, sendo os dados correlacionados. Como resultado, o método desenvolvido se mostrou promissor, de fácil aplicação e acesso, sem necessitar de conhecimento aprofundado de softwares e agilizado pelo uso dos aparelhos celulares. É ambição da pesquisa seguir testando e aprimorando o método,

inclusive o comparando com outras análises da influência das árvores no microclima, buscando aferir sua confiabilidade e reafirmar sua facilitação desse tipo de análise. Acredita-se que, assim, seja fomentada a pesquisa nesse campo e, consequentemente, iniciativas de arborização.

REFERÊNCIAS

BECHARA, F.C.; TOPANOTTI, L.R.; SILVA, L.M. Aspectos da arborização urbana ecológica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais,** v.7, n.1, p.49-55, 2016. DOI: http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.001.0004.

HESSLEROVÁ, P. et al. The impacts of greenery on urban climate and the options for use of thermal data in urban areas. **Progress in Planning,** v. 159, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.progress.2021.100545.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

NOWAK, D. J. et al. Tree and forest effects on air quality and human health in the United States, **Environmental Pollution,** v. 193, 2014. p.119-129. DOI: https://doi.org/10.1016/j.envpol.2014.05.028.

OSCAR JÚNIOR, A.C. da S.; BRANDÃO, A.M. de P.M. O Sistema Clima Urbano da Ilha do Fundão (Rj): Subsídio para o Planejamento Urbano. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.8, n.1, p.113-127, 2015.

PINHEIRO, C. R.; SOUZA, D. D. de. A importância da arborização nas cidades e sua influência no microclima. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental,** Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 67 - 82, abr./set. 2017.

SCHWAAB, J. et al. The role of urban trees in reducing land surface temperatures in European cities, **Nature Communications,** v. 6763, v. 12, 2021. DOI: https://doi.org/10.1038/s41467-021-26768-w.

VASCONCELLOS, V. M. N. Método para a classificação da permeabilidade de copa de árvores. **V!RUS,** São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=13&lang=pt>. Acesso em: 31 Jan. 2022.

VIANA, K.R.C.; ROSA, T.C.F.F. da.; VASCONCELLOS, V.M.V. Espaços livres públicos e sua contribuição para a drenagem e qualidade ambiental urbana sustentável. **Simpósio internacional de qualidade ambiental, Anais**..., 11., 2018, Porto Alegre-RS

ADAPTAÇÃO DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A GESTÃO SUSTENTADA DO CICLO DA ÁGUA: DA ESCALA LOCAL À ESCALA METROPOLITANA

LT 107

Ana Beja da Costa [1], Maria Matos Silva [2]

CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.
[1] anabejacosta@fa.ulisboa.pt; [2] mmatossilva@isa.ulisboa.pt

Palavras-chave: Rede de Espaços Públicos; Área Metropolitana de Lisboa; Ciclo da Água; Alterações Climáticas; Resiliência Urbana.

Um dos mais prementes desafios urbanos do século XXI consiste na adaptação às alterações climáticas, às quais se associam alterações dos regimes pluviométricos com extremos cada vez mais exacerbados, que em clima mediterrânico (com forte influência atlântica) se traduz não só no aumento de picos de precipitação, com consequente aumento da frequência de inundações urbanas, como também no aumento da duração dos períodos de seca (Tebaldi et al, 2006). As águas pluviais são um recurso valioso para a resiliência urbana, especialmente se gerido à escala metropolitana e numa perspectiva ecológica derede multi-escalar (Matos Silva & Beja da Costa, 2022), por oposição às tradicionais infra-estruturas de drenagem. Neste contexto, a investigação apresentada explora possibilidades para a implementação de uma estratégia sustentada de gestão urbana do ciclo da água à escala da Área Metropolitana de Lisboa, tendo por base a rede de espaço público conceptualizada no projecto de investigação 'MetroPublicNet - Building the foundations of a Metropolitan Public Space Network to support the robust, low-carbon and cohesive city: Projects, lessons and prospects in Lisbon' (Santos et al., 2020), que tem como objecto de estudo as mais recentes intervenções de requalificação de espaço público (entre 1998 e 2020).

As possibilidades para um plano de gestão urbana do ciclo da água na Área Metropolitana de Lisboa que integre as intervenções recentes de espaços públicos será abordada em duas partes: Numa primeira parte, através do exercício cartográfico que visa o cruzamento dos espaços públicos identificados 'MetroPublicNet' com a morfologia do terreno, com particular atenção para as intervenções em linhas de água, cabeceiras e zonas permeáveis (de floresta) no território da Área Metropolitana de Lisboa (Matos Silva & Beja da Costa, 2022), pretende-se identificar as diferentes aptidões de cada espaço publico e o seu respectivo papel num plano integrado de gestão da água (Figura 1); Numa segunda parte da investigação, seleciona-se uma área (caso-estudo) onde se verifiquem maiores sinergias dos elementos identificados acima, onde será feita: a) a análise crítica das intervenções de requalificação já efectuadas nos espaços públicos identificados; b) uma reflexão sobre as adaptações projectuais dos mesmos, tendo em vista a sua adaptação de modo a favorecer o ciclo natural da água e contribuir para uma maior resiliência urbana (Matos Silva, 2020).

Pretende-se assim explorar hipóteses para um plano metropolitano que equilibre a necessidade de intervenções de engenharia pesada, e que favoreça uma abordagem ecossistémica, transdisciplinar e multi-escalar para uma gestão sustentada da água pluvial em meio urbano. Através desta investigação, pretende-se igualmente entender até que ponto as mais recentes intervenções de requalificação do espaço público na Área Metropolitana de Lisboa podem responder a um plano integrado e abrangente de gestão do ciclo natural da água.

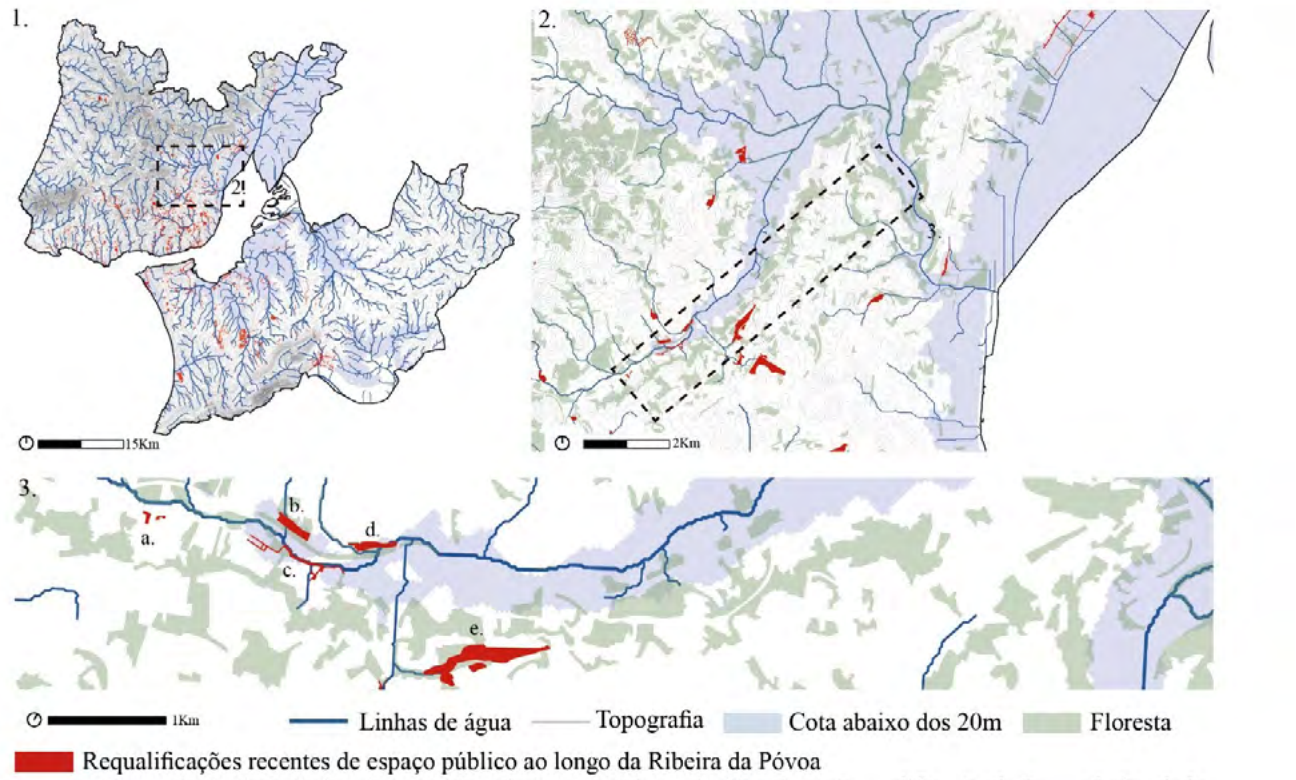


Figura 1: Territorialização preliminar para a Área Metropolitana de Lisboa 1. Área Metropolitana de Lisboa; 2. Ribeira da Póvoa, no Município de Odivelas; 3. Requalificações recentes de espaço público ao longo da Ribeira da Póvoa (a vermelho). Fonte: BEJA DA COSTA, A.& MATOS SILVA, M. (2022).

REFERÊNCIAS

MATOS SILVA. M.; BEJA DA COSTA. A. Lisbon's Metropolitan Public Space as an Opportunity for the Management of the Urban Water Cycle. **Human Factors in Architecture, Sustainable Urban Planning and Infrastructure**, v. 58, AHFE International. 2022. DOI:10.54941/xxxxxx (no prelo).

MATOS SILVA, Maria. **Public Spaces for Water.** A Design Notebook, 1 Ed. Leiden: CRC Press, Taylor & Francis Group. 2020.

SANTOS, J. R., MATOS SILVA, M. ET.AL. **MetroPublicNet - Building the foundations of a Metropolitan Public Space Network to support the robust, low-carbon and cohesive city**: Projects, lessons and prospects in Lisbon. FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal, Lisbon. Project reference. PTDC/ART-DAQ/0919/2020, 2020.

TEBALDI, C., K. HAYHOE, J. M. ARBLASTER and G. A. MEEHL. Going to the Extremes. In: **Climatic Change** v. 79 (3): 185-211. 2006.

EFEITOS DO ADENSAMENTO CONSTRUTIVO SOBRE MICROCLIMAS URBANOS: ESTUDO DE CASO EM BAGÉ/RS

LT 109

Mônica Machado dos Santos [1], Lisandra Fachinello Krebs [2], Raischa Holz Ribak [3], Maurício Couto Polidori [4]

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Graduação e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUrb/UFPel. [1] monicamsantos@outlook.com; [2] lisandra.krebs@ufpel.edu.br; [3] raischa.h.ribak@gmail.com; [4] mauricio.polidori@gmail.com

Palavras-chave: microclimas urbanos; conforto térmico; adensamento construtivo.

A alteração da morfologia urbana e o aumento na densidade construída interferem nas variáveis microclimáticas locais (AGUIAR et al., 2017; BARBOSA et al., 2014; MEDEIROS e FILHO, 2021). Com a modificação dos microclimas urbanos, a sensação de conforto térmico ao nível do pedestre é também alterada. Oke et al. (2017) contam que, se por um lado o sombreamento causado pelo adensamento urbano pode favorecer o conforto térmico em climas quentes, por outro tende a prejudicá-lo em climas frios. Estudos preditivos sobre os efeitos do adensamento urbano sobre os microclimas contribuem para um planejamento urbano atento e responsivo aos desafios postos pelos cenários de mudanças climáticas.

Este estudo analisou os efeitos do adensamento sobre o conforto térmico de pedestres em espaços abertos em Bagé, cidade de porte médio ao Sul do Brasil, classificada por Köppen-Geiger com clima subtropical úmido com verões quentes (KOTTEK, 2006), que recebe ventos polares nos períodos frios. A metodologia é quali-quantitativa, com estudo de caso e simulação computacional. A partir do levantamento das edificações existentes no recorte selecionado no centro da cidade (predomínio de até dois pavimentos) três cenários foram simulados no programa ENVI-met – um atual (C1) e dois prognósticos de adensamento: para 2060 com edificações de três pavimentos (C2); e outro, para 2150 com edificações de 8 pavimentos (C3), a máxima altura permitida pelo atual Plano Diretor.

As simulações utilizaram dados das semanas extremas de verão e de inverno do Ano Climático de Referência de Bagé. Os resultados foram extraídos de pontos receptores, localizados na calçada Sul (RC) e ao centro da quadra (RS) (Figura 1). A Figura 2 apresenta os dados de temperaturas radiantes médias (TRM) dos receptores para os três cenários, no verão (a) e no inverno (b).

Devido às maiores alturas das edificações, o sombreamento provocado pelo C3 fez com que, no verão, este cenário registrasse a menor amplitude térmica, apresentando uma redução das TRM máximas, comparadas ao C1, de 51ºC para 31ºC às 9:00h no RC e moderadamente no RS de 57ºC para 54ºC às 11h. Resultados semelhantes foram encontrados por Muniz-Gäal et al. (2020) para Campinas. No inverno, o RC do C3 foi o único que apresentou uma modesta redução na TRM ao longo do dia, sendo o maior valor às 9:00h (de 12ºC para 7ºC). Esta redução pela manhã se deve ao sombreamento das edificações a Leste. Nos C1 e C2 não houve diferença na TRM no inverno e no verão nos dois pontos receptores em razão do sombreamento ser semelhante nos dois cenários.

Os resultados demonstraram que, semelhante a outras cidades no Sul do Brasil, para o clima de Bagé o aumento do adensamento construtivo com altura limitada a até três pavimentos não

causa impactos ao conforto térmico de pedestres nos pontos analisados: calçada Sul e centro da quadra. Quando as alturas das edificações são elevadas a oito pavimentos, observou-se que, embora haja efeitos benéficos no verão (devido ao sombreamento), houve também efeitos modestamente adversos no inverno (o que não seria bem-vindo em climas com frio, como o de Bagé). Os resultados apontam para a necessidade de estudos preditivos sobre os efeitos da morfologia urbana no conforto térmico em espaços abertos, que devem urgentemente passar a integrar o planejamento urbano em cidades brasileiras. Para o desenvolvimento deste estudo, pretende-se analisar os mesmos cenários urbanos em um recorte com nove quadras para as demais calçadas e utilizando um índice de conforto térmico.



Figura 1: Cenários urbanos: 1. Atual; 2. Prognóstico para 2060 (3 pavimentos); 3. Máxima altura (24 metros = 8 pavimentos). Fonte: Autores, 2022.

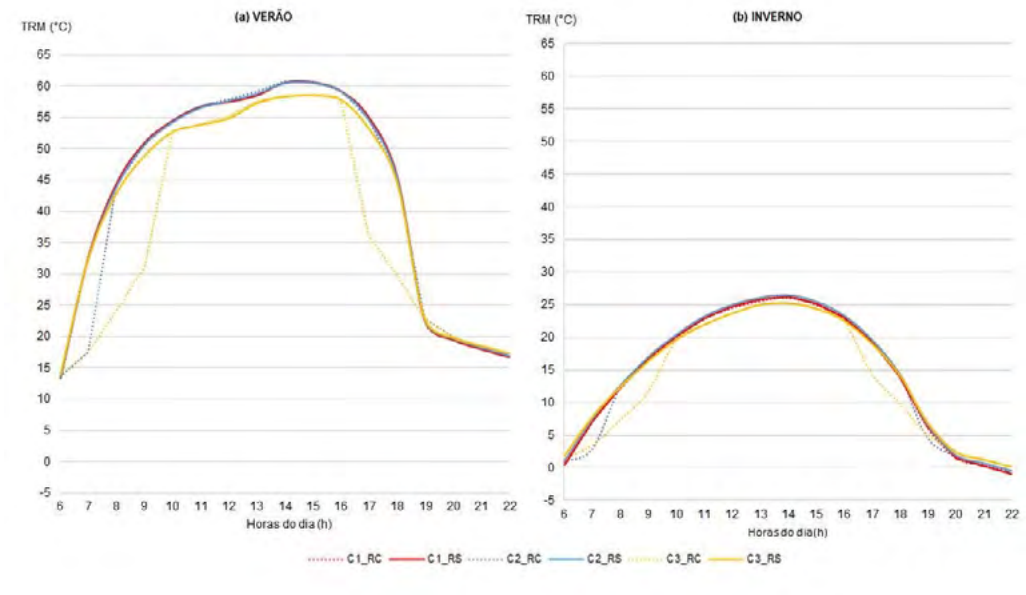


Figura 2: Gráfico da Temperatura Radiante Média dos três cenários nos receptores ao Sul (RS) e ao centro da quadra (RC) das simulações de verão (a) e inverno (b). Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

AGUIAR L. F. M. C. et al. Caracterização de Cânions Urbanos e seus Efeitos Climáticos em Área com Intenso Processo de Verticalização na Cidade de Fortaleza, Ceará. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.10, n.04, 2017.

BARBOSA, G. S.; ROSSI, A. M. G.; DRASH, P. R. C. Análise de Projeto Urbano a partir de parâmetros urbanos sustentáveis: alteração morfológica de Copacabana (1930 - 1950 - 2010). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, V.6, n. 3, p. 275-287, set./dez. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades Panorama. IBGE, 2021**. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. World map of the Köppen-Geiger climate classification updated. **Meteorologische Zeitschrift,** v.15, n.3, p.259-263, 2006.

MEDEIROS, J. M. M.; FILHO, L.G. A. Conforto ambiental em uma nova capital modernista: a verticalização na margem do Lago de Palmas. **XVI Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído.** Anais. Palmas, TO, v.16, p.253-262, 2021.

MUNIZ-GÄAL, L. P.; PEZZUTO, C. C.; CARVALHO, M. F. H. de; MOTA, L. T. M. Urban geometry and the microclimate of street canyons in tropical climate. **Building and Environment**, v. 169, p.106547, 2020.

NOGUEIRA, A. M. P.; ARAÚJO, I. Ávila L. de; BITTENCOURT, L. S.; RESTAINO, G. Impacto da verticalização no microclima urbano: o caso do bairro Guaxuma, em Maceió-AL, Brasil. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 72–85, 2018

OKE, T. et al. **Urban climates.** Cambridge University Press, 2017.

SANTOS, J. S. A.; SAUER, A. S. A Influência da Verticalização na Sensação Térmica Urbana: Estudo de Caso em Vila Velha/ES. **MIX Sustentável**, v. 6, n. 4, p. 29-42, ago. 2020.

FORMAS URBANAS PARA ÁREAS DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM APPS: MODELOS PARA OS DESAFIOS DAS AREAS DE RESSACA DE MACAPÁ-AP

LT 110

Camila Costa [1], Patrícia Samora [2]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, PUC CAMPINAS (em andamento) camila.prbc@gmail.com.
[2] Docente e pesquisadora no programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PUC CAMPINAS patricia.samora@puc-campinas.edu.br.

Palavras-chave: Áreas de Ressaca, Áreas de Preservação Permanente, Vulnerabilidade socioambiental

Abordar a morfologia urbana como estudo dos elementos que constituem a paisagem em suas múltiplas formas de apropriação relaciona-se diretamente às questões climáticas. Processos e transformações decorrentes da apropriação de territórios expostos à vulnerabilidade ambiental correlacionam e intensificam os problemas socioambientais, como nas Áreas de Preservação Permanente- APP ocupadas em meio a expansão urbana desigual e desorientada. O presente trabalho tem por objeto as áreas de várzea de Macapá, APPs denominadas localmente de “Áreas de Ressaca”, definidas pelo Plano Diretor Municipal como patrimônio ambiental. Além de rico ecossistema, alimentado por regimes pluviais e fluviais e repleto de biodiversidade, renovam o ar intraurbano e diminuem a temperatura, correspondendo a 20% do perímetro urbano de Macapá, onde terrenos firmes e alagáveis estão entrelaçados, como mostra a figura 1. No desenvolvimento territorial intensificado ao longo do século XX, a cidade não comportou adequadamente o fluxo migratório, tendo os novos usuários urbanos se estabelecido nas ressacas, territórios acessíveis a baixo custo e situados estrategicamente. É um processo visível, onde um contingente populacional urbano ocupa áreas ambientalmente relevantes, intensificando a dualidade entre natureza e homem. De um lado temos a apropriação territorial de Macapá que resultou numa linha tênue entre a população carente, exposta a falta de saneamento básico, condições mínimas de moradia (figura 2), constantes ameaças de remoção e a estigmatização de serem os únicos responsáveis pelos danos ambientais. E do outro lado, o meio ambiente degradado por remoção da mata ciliar, intensificação do assoreamento, aumento das queimadas, mudança da forma natural por canalização e aterramento, resultando em aumento da temperatura interna da cidade, das inundações e enchentes e rompimento da cadeia ecossistêmica. Além do conflito, as ações de melhoria feitas por moradores e gestores nem sempre respeitam os limites do ecossistema, e reforçam modelos inadequados para as necessidades ambientais, como o aterramento das várzeas para construção de vias e implantação de redes de infraestrutura. O trabalho visa contribuir para a discussão sobre modelos urbanos mais adequados diante das ressacas, a partir do entendimento das raízes do conflito que as afeta e tendo por base as consequências sociais, ambientais e urbanísticas já visíveis em Macapá. Para tanto, discute dois casos que podem impulsionar proposições mais adequadas para a convivência entre a população e as áreas de preservação permanente: a cidade ribeirinha de Afuá no Pará, localizada na mesma região que Macapá e cujas realidades culturais se aproximam, exemplo de forma urbana sustentável e que garante preservação ambiental; e a comunidade de Makoko, em Lagos, Nigéria, considerada a maior favela aquática do mundo e que nos últimos anos recebe ações de recuperação ambiental e compatibilização de usos para a permanência dos moradores. A análise enfocará na avaliação do espaço construído nos dois casos, interpretando os modelos urbanos, associados aos

elementos de governança urbana e papel da comunidade, para assim chegar à uma forma de adaptação ecossistêmica na escala local de Macapá. A busca de modelos urbanos imbricados no suporte ambiental é relevante, vez que os desafios climáticos colocam as áreas de conflito urbano-ambiental como as mais vulneráveis, e que devem ser priorizadas nas propostas de adaptação das cidades no século XXI.

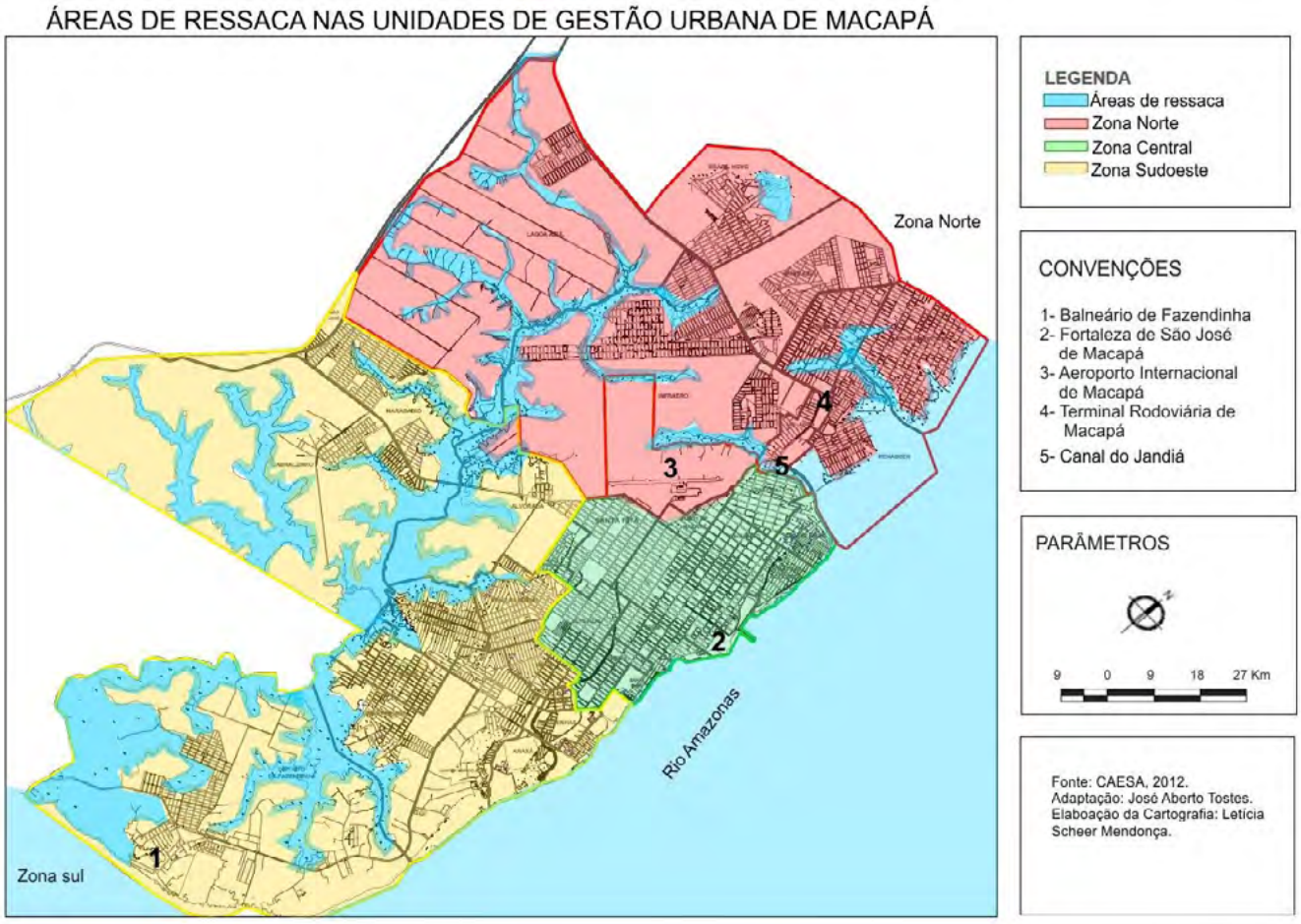


Figura 1: Mapa das áreas de ressaca nas unidades de gestão urbana de Macapá. Fonte: CAESA, 2012.



Figura 2: Ocupação em palafitas nas áreas de ressaca de Macapá. Fonte: Abinoan Santiago/G1, 2014.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Relatório final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das áreas de ressacas de Macapá e de Santana, no Estado do Amapá**, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**, 2004.

SANTOS FILHO, Herondino dos. **Mapeamento E Classificação Das Áreas De Ressaca Na Região Macapá-Ap Utilizando Imagens Do Satélite.** CBERS-2b. 2011. Dissertação (Mestrado em Modelagem Matemática Computacional) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

ANÁLISE TIPOLÓGICA URBANÍSTICA-ARQUITETÔNICA NO MAPEAMENTO DE RISCO DA CPRM EM NOVA FRIBURGO, RJ

LT 112

Aline Ourique Toledo [1], Andrea Queiroz Rego [2]

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro:
[1] Mestrado em Arquitetura (em andamento) aline.toledo@fau.ufrj.br;
[2] Doutorado (docente permanente) andrea.queiroz@fau.ufrj.br

Palavras-chave: morfologia urbana; risco e vulnerabilidade; desastres ambientais; Nova Friburgo.

O processo de urbanização desordenado associado às mudanças climáticas gera o aguçamento das fragilidades socioambientais. As cidades, cada vez mais adensadas se tornam mais suscetíveis a danos por ameaças hidrológicas.

Tem-se registrado em todo mundo eventos extremos de chuvas concentradas, que provocam significativos prejuízos ao atingirem sistemas socioeconômicos (MIGUEZ et al, 2018), no quais a falta de infraestrutura adequada e a ocupação desassistida resulta na remoção da cobertura vegetal, na impermeabilização de superfícies naturais e na erosão do solo.

Nessas circunstâncias, desastres induzidos por fenômenos naturais, tais como deslizamentos de terra, passam a ter sua origem e consequência associada ao ser humano, a sua relação com o mundo, e a constituição econômica, cultural e política de uma sociedade (BECK, 2011).

É importante destacar que no cenário brasileiro, muitos municípios apresentam fragilidades econômicas, técnicas e administrativas que dificultam o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas urbanas. Sendo assim, e com intuído de auxiliar na gestão territorial, o Serviço Geológico do Brasil - CPRM ficou incumbido de mapear e caracterizar, na escala 1/1.000 e 1/2.000, porções urbanizadas sujeitas a perdas e danos por natureza geológica (CPRM, 2021). Contudo, a metodologia de análise aplicada considera questões sociais de forma simplificada, enfatizando apenas aspectos geobiofísicos.

Segundo o sociólogo Mattedi (1999), quanto maior a vulnerabilidade de determinado território antes da tragédia, maior será a destruição causada à população após o impacto. Mediante a esse contexto, no qual fica patente a relação indissociável entre natureza e sociedade, o presente trabalho discorre sobre a importância de abordagens multidisciplinares para a mitigar desastres ambientais. Busca-se refletir especialmente, sobre o papel do arquiteto e urbanista em atuar em um planejamento urbano observando as diferentes áreas do conhecimento e as diferentes dimensões que envolvem a análise e a proposta.

Assim, tem-se como objetivo geral apresentar um piloto de definição e análise de padrões urbanísticos-arquitetônicos da setorização de risco remanescente, elaborada pela CPRM. Utiliza-se como recorte geográfico a Cidade de Nova Friburgo-RJ (figura 1), umas das regiões mais afetadas pela maior tragédia climática brasileira. (BANCO MUNDIAL, 2012).

Para tal, o trabalho se estrutura em 4 etapas: (1) sistematizar as fichas de risco remanescente em planilha Excel e a inclusão de parâmetros físicos, como a forma do terreno, e parâmetros urbanos, tais como ocupação do solo, sistemas de espaços livres, traçado urbano e tipologias construtivas; (2) analisar a morfologia das áreas de risco e agrupá-las segundo características homogêneas em unidade de paisagem; (3) hierarquizar a prioridade de intervenção e o grau

de vulnerabilidade de cada unidade de paisagem; e por fim, (4) elaborar parâmetros edilícios e urbanísticos.

Como resultados, mostra-se que o método apresenta potencial de ser aplicado em outras regiões, especialmente nos municípios de médio e pequeno porte, que apresentam maiores restrições nas secretarias de urbanismo. Destaca-se também a importância de complementar mapeamentos geofísicos e morfológicos com questões de ordem social para a construção de cidades mais resilientes.



Figura 1: Vista da região de Campo do Coelho em Nova Friburgo, Rio de Janeiro - 17/01/2011. Fonte: Antonio Lacerda/EFE/VEJA, disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/em-nova-friburgo-mais-de-1-000-moradores-de-areas-de-risco-serao-removidos-a-partir-desta-terca/.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de Perdas e Danos:** Inundações e deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011. Brasília: Banco Mundial, 2012.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Guia de procedimentos técnicos do departamento de gestão territorial**: Setorição de áreas de risco geológico. Vol. 3. Brasília: CPRM, 2021. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/22262>. Acesso em Jul. de 2022.

MATTEDI, Marcos Antônio. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impacto da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 284 p. 1999.

MIGUEZ, Marcelo G.; DI GREGÓRIO, Leandro T.; VERÓL, Aline P. **Gestão de Riscos e Desastres Hidrológicos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

A SOMBRA E A PRAÇA DO TREM: UMA ANÁLISE DA VEGETAÇÃO DISPOSTA NA PRAÇA CARLOS ALBERTO TORRES NO RIO DE JANEIRO - RJ

LT 113

Mateus Pereira dos Reis [1], Virginia Maria Nogueira de Vasconcellos [2]

[1] Mestrando em Arquitetura, PROARQ-FAU UFRJ; mateus.reis@fau.ufrj.br
[2] Professora Associada, EBA e PROARQ-FAU, UFRJ; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Arborização urbana; Espaços livres; Praça do Trem.

As cidades possuem um sistema de espaços livres, que são originários do processo de urbanização e formação (MACEDO, 2011). A praça é o espaço público de encontro máximo, o que denomina o espaço urbano de convivência, permanência e lazer, com acesso a pedestre, ladeado por edificações, as quais determinam forma à mesma, compondo a estrutura e a identidade das cidades. A Praça do Trem denominada Praça Carlos Alberto Torres, se localiza na Rua Arquias Cordeiro, S/nº, Engenho de Dentro, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. A mesma está inserida ao lado do Estádio Olímpico Nilton Santos, com área aproximada de 35 mil m². Segundo o Guia de Recomendações de dimensionamentos para segurança e conforto em Estádios de Futebol (2006), se faz necessário adequação dos estádios e de seus complementos essenciais ao respectivo local e entorno, tanto em relação aos aspectos do sistema viário e de transportes além de fluxos de público, produção de ruídos e resíduos sólidos e capacidade de infraestrutura instalada. Diante disso, o trabalho tem por objetivo analisar o sombreamento da vegetação inserida na Praça do Trem em três momentos do dia. Foi levantado o quantitativo arbóreo e classificação entre os meses de abril e maio de 2022. Em seguida, foi realizada uma simulação no software SketchUp 2019 para que pudesse ser vista a trajetória solar e a projeção das sombras da vegetação e no entorno. A insolação e o sombreamento do espaço formado pelas construções existentes na praça foram apresentados na figura 1 e demonstra a exposição ao sol e à sombra. Observa-se que o período da manhã (09:00h) tem maior sombreamento pelas construções do Estádio e dos galpões. No horário de 12:00h, observa-se que há pouco sombreamento. Já no periodo da tarde as 16:00h, há pouca incidência de sombras na praça devido à posição solar. A carência de sombreamento advém da pouca arborização no local e com espaçamentos longos entre as árvores jovens (figura 2a). Segundo Huang et al. (2015), o sombreamento minimiza a radiação solar e influência, significantemente, o conforto térmico, resultando em qualidade do ambiente, consequentemente, o número de visitantes aumenta em locais sombreados. Constatou-se nesse estudo que a praça passa a maior parte do dia sem visitações, somente há um grande público em dias de jogos no Estádio. Além disso, há visitações nos períodos após as 17 horas e noturnos em consequência da alta temperatura e supressão de sombras no local. Uma estratégia para vislumbrar um melhor sombreamento é a inserção de mais espécies arbóreas de preferência nativas do Rio de Janeiro para atuarem como filtro da insolação excessiva local. Para Almusaed, Almssad & Alasadi, (2019), outro aspecto que pode ser otimizado é a ampliação da área superficial que poderia ser neutralizada com inserção pisos drenantes, além de proposições de projetos de espelhos d'água que irá contribuir como um elemento de conforto térmico para o ambiente (figura 2b). Ademais, a presença da água traz relaxamento e tranquilidade. A inserção de jardim verticais melhora a qualidade do

ar, climatiza o local, aumenta a umidade e ainda pode atuar como barreira sonora contra ruídos de baixa frequência, atenuando a poluição sonora (Davis et al., 2017). Assim, acredita-se que é necessário uma reflexão quanto à função da praça, bem como uma intervenção projetual com os aspectos pautados acima, visando fortalecer a sua vitalidade a partir de estratégia relacionados ao conforto térmico, garantindo um uso do espaço pela comunidade além de dias de evento.

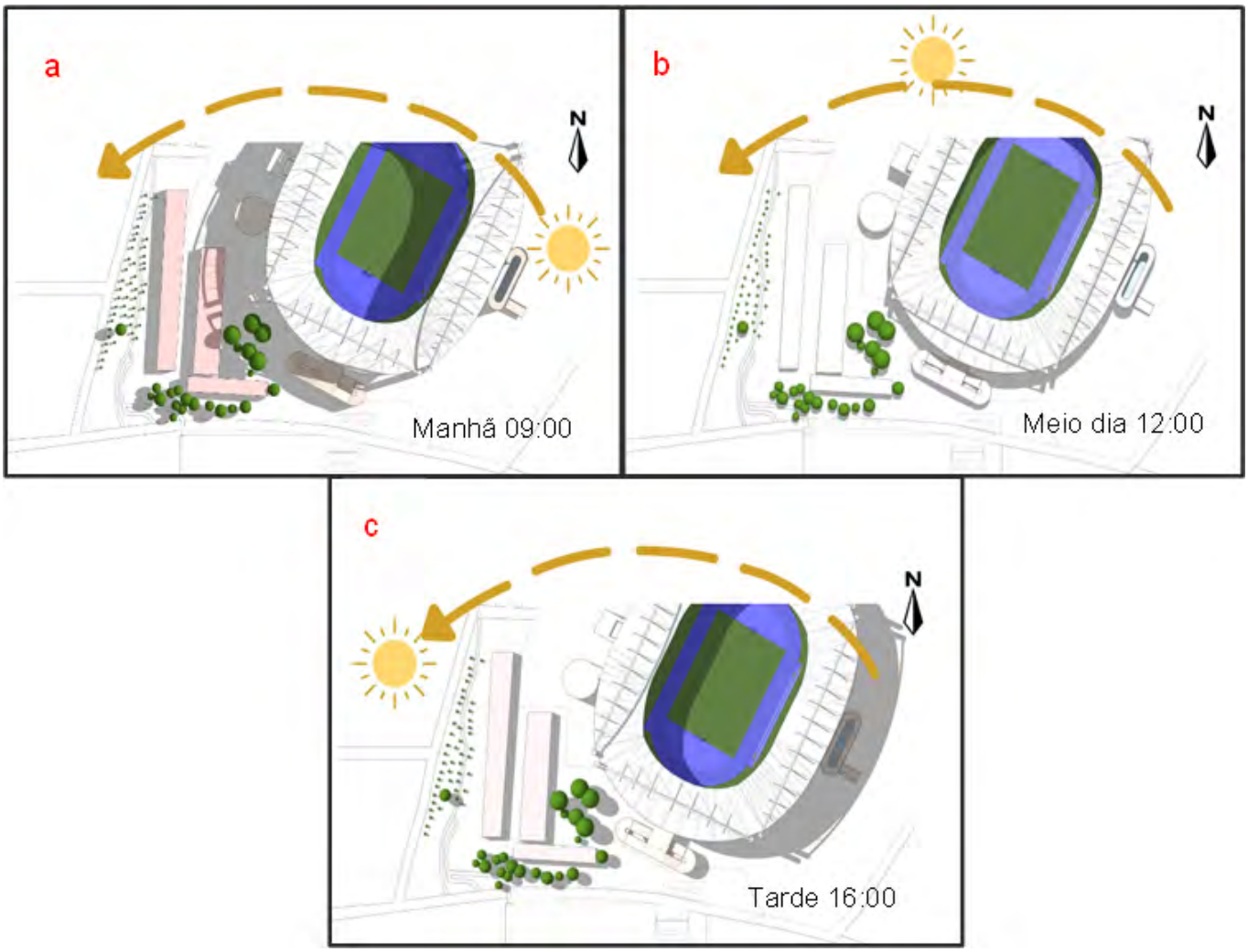


Figura 1: Vista aérea da Praça do Trem nos três períodos do dia, Rio de Janeiro. Fonte: Autores, 2022.

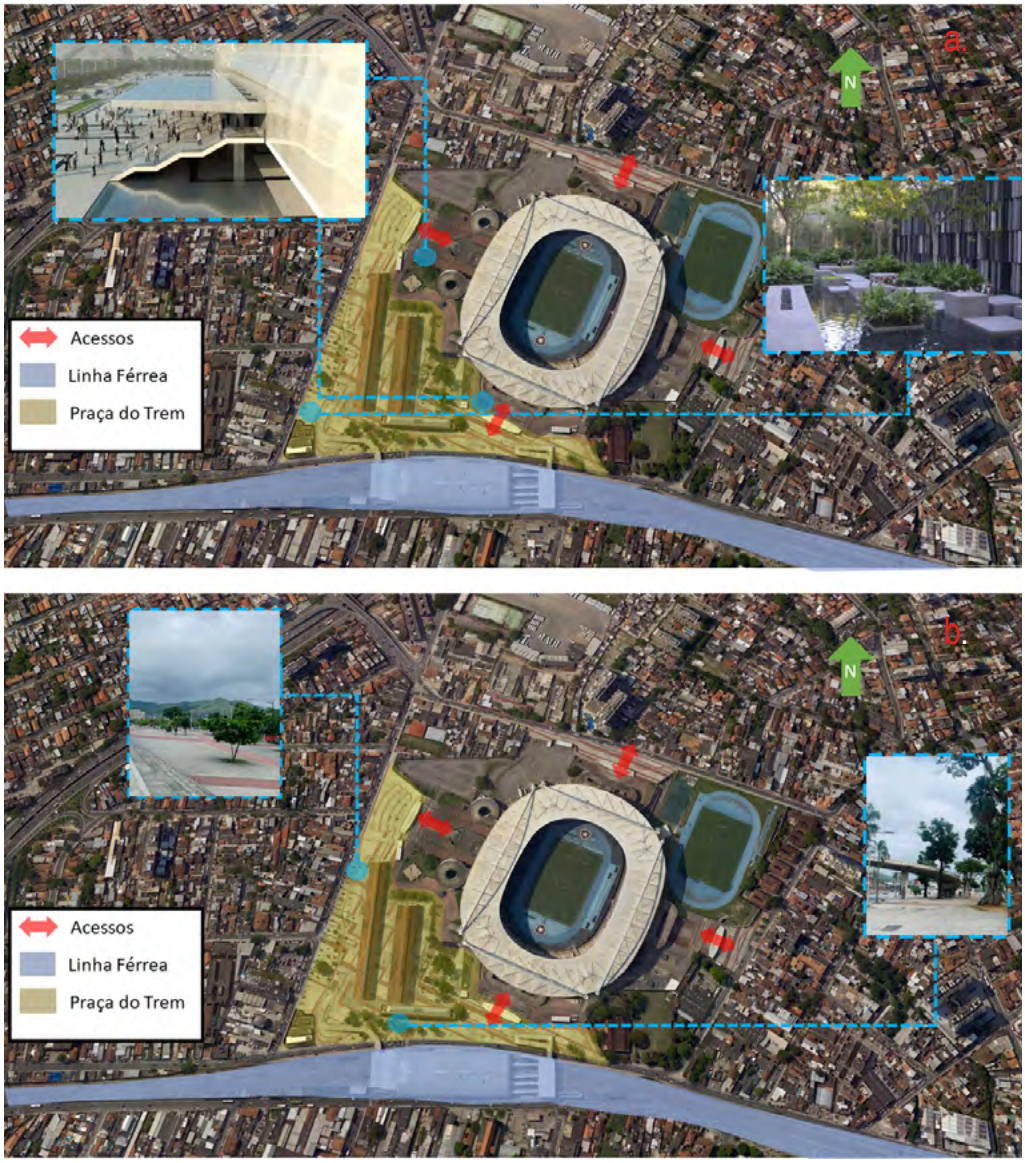


Figura 2: a) Praça do Trem e vegetação espaçadas; b) Proposições de adequação, Rio de Janeiro. Fonte: Google Maps Adaptado pelos autores, 2022.

REFERÊNCIAS

ALMUSAED, A.; ALMSSAD, A.; ALASADI, A. Analytical interpretation of energy efficiency concepts in the housing design process from hot climate. **Journal of Building Engineering**, [s.l.], v. 21, p. 254–266, 2019. ISSN: 2352-7102, DOI: 10.1016/J.JOBE.2018.10.026.

DAVIS, M. J. M.; TENPIERIK, M. J.; RAMÍREZ, F. R.; PÉREZ, M. E. More than just a Green Facade: The sound absorption properties of a vertical garden with and without plants. **Building and Environment**, [S. l.], v. 116, p. 64–72, 2017. DOI: 10.1016/J.BUILDENV.2017.01.010. Acesso em: 8 set. 2022.

Huang, K., Lin, T., & Lien, H. (2015). Investigating Thermal Comfort and User Behaviors in Outdoor Spaces: A Seasonal and Spatial Perspective. Hindawi Publishing Corporation. **Advances in Meteorology**. Article ID 423508. 2015.

MACEDO, S.S. Espaços Livres públicos nas cidades brasileiras. **Revista Geográfica da América Central,** Nímero especial EGAL, 2011.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Guia de recomendações de parâmetros e dimensionamentos para segurança e conforto em Estádios de Futebol**. Brasília, [s.n.], 2006.

INFRAESTRUTURA VERDE AZUL: ANÁLISE DE CONFORMAÇÃO DAS PRAÇAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARI

LT 114

Elisabeth Guedes de Oliveira [1], Luciana Guimarães [2], Maria Vitória Gomes [3], Aline Veról [4]

[1] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; elisabeth.oliveira@fau.ufrj.br .
[2] Doutoranda em Engenharia Civil no Programa de Engenharia Civil, COPPE UFRJ; luciana.guimaraes@fau.ufrj.br.
[3] Mestranda em Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura; maria.gomes@fau.ufrj.br.
[4] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, FAU UFRJ; alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Infraestrutura verde e azul; Drenagem urbana; Bacia do Acari.

O desenvolvimento urbano desacompanhado de planejamento técnico impacta diretamente no meio ambiente (BATTEMARCO et al., 2019). Fatores como a impermeabilização do solo e a canalização dos rios são exemplos de intervenções que contribuem para os problemas de drenagem nas cidades e podem resultar em prejuízos nos setores de habitação, economia, transportes e saúde (GOMES & VERÓL, 2020).

Para a mitigação destes impactos em um contexto de busca por alternativas mais sustentáveis, surge o conceito de Infraestrutura Verde e Azul (IVA), que visa conciliar soluções de projeto urbano com integração à natureza, atenuando as inundações e promovendo a melhoria da relação entre as pessoas e o meio ambiente (LAMOND & EVERETT, 2019), bem como a melhoria da qualidade de vida das cidades (KOZAK et al., 2020). A implantação dessas infraestruturas exerce papel vital e polivalente nos espaços urbanos que vai além da melhoria do desempenho hidráulico (BACCHIN, 2014). Nos grandes centros urbanos, em especial, a limitação dos espaços livres torna importante trabalhar a multifuncionalidade no equilíbrio de benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Logo, o objetivo deste trabalho é propor diretrizes projetuais para praças públicas multifuncionais, favorecendo a integração entre áreas de lazer e soluções de drenagem, de modo a contribuir para a mitigação das inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Acari, Rio de Janeiro. Essa bacia foi selecionada para o estudo devido aos casos recorrentes de inundação e à baixa predominância de espaços livres (OLIVEIRA, 2018), o que torna as praças adequadas para possíveis intervenções multifuncionais.

Na primeira etapa deste trabalho, foi realizado um diagnóstico das praças existentes na bacia com base no sistema de pontuação de espaços livres fornecido pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), que classifica as praças em notas de 1 a 5, de acordo com a disponibilidades de equipamentos de lazer na área (pista de skate, quadra poliesportiva, brinquedos, ciclovia, etc.). A seguir, foram selecionadas as quatro praças de melhor classificação para avaliação através de imagens de satélite. Partindo dos indicadores propostos por Paixão et al. (2020), foi possível identificar aspectos relevantes para a requalificação de praças degradadas, como disponibilização de assentos, sombreamento adequado, sistema de coleta de lixo, estímulos motores e pavimentação adequada, conforme exemplificado para uma das praças na Figura 1. Na segunda etapa, foram estudadas as tipologias de IVA, por conta de sua versatilidade de aplicação nos mais diferentes espaços, buscando uma forma de conciliar elementos de lazer com a drenagem.

Por fim, foi escolhida uma praça de baixa pontuação na classificação do MPRJ, cujo entorno sofre com eventos de inundação, Essa praça foi objeto de estudo para a proposição de orientações de projeto que relacionam lazer e funcionalidade através de IVAs. Desta forma, pretende-se

demonstrar que as IVAs conseguem conciliar múltiplos benefícios para as cidades.

A combinação dos indicadores propostos por Paixão et al. (2020) com a interpretação da classificação das praças pelo sistema de pontuação do MPRJ foi fundamental para a identificação de fatores que podem agregar valor a uma praça, sendo utilizados como premissa para as orientações de projeto. A abordagem apresentada vem com o intuito de evidenciar as potencialidades dessas praças, mostrando quais impactos positivos podem ser gerados a partir da implantação de um pensamento sistêmico.

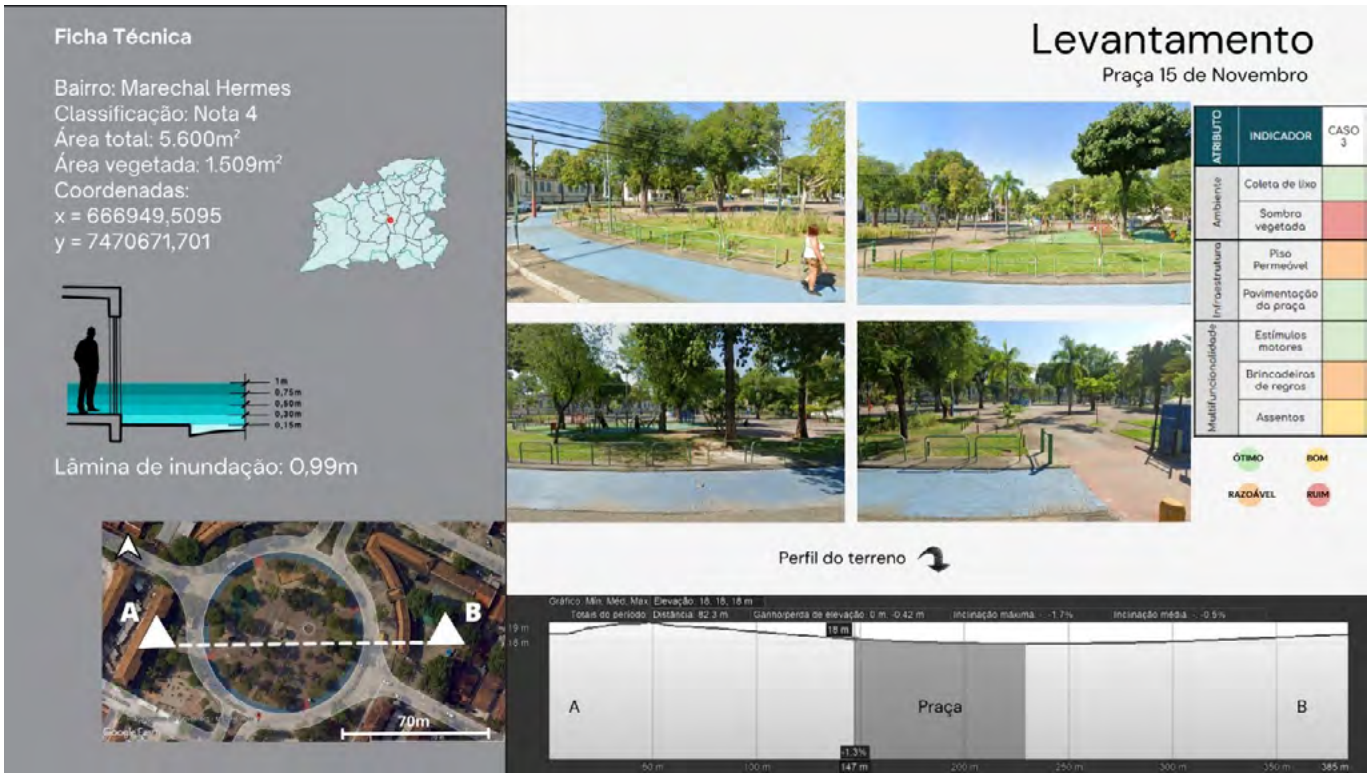


Figura 1: Levantamento da Praça XV de Novembro. Fonte: Levantamento autoral com base na tabela adaptada de Paixão et. al, 2020. Fotos retiradas do Google Earth.

REFERÊNCIAS

BACCHIN, Taneha K;, ASHLEY, Richard; SIJMONS, Dirk,; ZEVENBERGEN, Chris; VAN TIM- MEREN, Arjan. Green-blue multifunctional infraestructure: an urban landscape system design new approach. **INTERNATIONAL CONFERENCE ON URBAN DRAINAGE**, 13., 2014, Sarawak, Malaysia, Conference Proceedings, 2014, p. 1-8. DOI:10.13140/2.1.2061.5049.

GOMES, M. V. R.; VERÓL, A. P. Paisagens multifuncionais: o papel das infraestruturas verdes e azuis na recuperação de rios urbanos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO**, 18., 2020, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2020.

KOZAK, D.; HENDERSON, H.; MAZARRO, A.; ARADAS, R.. . Blue-Green Infrastructure (BGI) in Dense Urban Watersheds. The Case of the Medrano Stream Basin (MSB) in Buenos Aires. **Sustainability,** v.12(2163), 1–30pp, 2020.

LAMOND, J.; EVERETT, G.. Sustainable Blue-Green Infrastructure: A social practice approach to understanding community preferences and stewardship. Landscape and Urban Planning, 191, 103639, 2019.

OLIVEIRA, A. K. B. . **O SISTEMA DE DRENAGEM COMO EIXO ESTRUTURANTE DO PLANEJAMENTO URBANO**: CASO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARI. 2018. 210 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.

PAIXÃO, L. M. et al. . Espaços públicos para brincar no contexto das cidades contemporâneas. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, 2020, v. 08, n. 58, p. 66-84.

A INFLUÊNCIA DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS NO MICROCLIMA URBANO

LT 115

Eliane Silva Barbosa [1], Matheus Cardoso da Silva Cavalcanti [2], Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [3]

[1] Doutoranda em Arquitetura, PROARQ-FAU-UFRJ (em andamento); eliane.barbosa@fau.ufrj.br.
[2] Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UNESA (em andamento); matheuscard26@gmail.com.
[3] Professora, Doutora, PROARQ-FAU-UFRJ; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: índices Urbanísticos; Microclima urbano; Ambiente construído.

O artigo parte da reflexão sobre a influência dos índices urbanísticos na configuração de microclimas urbanos. A intensificação da vida urbana, crescente nas últimas décadas (IBGE, 2010), nem sempre acompanha o planejamento adequado ao lugar. O objetivo principal é mostrar a relação entre os parâmetros urbanísticos e a qualidade do ambiente construído através da apresentação de ficha metodológica correlacionando legislação e microclima. Nesse contexto, a cidade pode ser resistente ao proteger as pessoas e às mudanças climáticas (OKE et al., 2017). Além disso, a expansão urbana não acompanha, em grande parte, o ritmo da elaboração ou revisão dos índices urbanísticos. Nessa perspectiva, responder às mudanças climáticas sem repensar o urbanismo de forma sustentável será impossível (ROMERO et al., 2019). Paralelamente, a contribuição da climatologia urbana ao processo de planejamento urbano pode propiciar uma revisão nos instrumentos normativos (TORRES, 2017). Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento sobre diretrizes projetuais para a implantação de condomínios residenciais, visando ao conforto ambiental, no cenário da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Nesse cenário, a figura 1 exemplifica a diversidade de índices urbanísticos na região e a sua relação com o microclima. A pesquisa é participativa, além de qualitativa, documental e correlacional, pois busca documentar a legislação edilícia e correlacionar aos parâmetros de conforto ambiental urbano que impactam no ambiente construído. Primordialmente, quatro variáveis ambientais são definidas como as mais importantes para os propósitos de projeto de edificação: temperatura, umidade, radiação e movimento do ar (SZOKOLAY, 2019) e alteram o microclima a partir dos parâmetros de taxa de ocupação, gabarito e afastamentos definidos. As leis urbanísticas devem se desenvolver de acordo com características físicas e ambientais do local (MELO E FREITAS, 2020) e reforça a ideia de Higueras (2006) de que para cada lugar, um planejamento. Para o clima quente e úmido, Romero (2013) destaca a importância das edificações estarem separadas entre si e rodeadas de vegetação. O estudo desenvolvido por Duarte (2010), faz um compilado de vários autores e destaca a compatibilidade entre verticalização, alta densidade construtiva e ventilação urbana com a possibilidade de criar oásis urbanos e favorecer microclimas mais amenos. Sendo assim, o roteiro metodológico foi divido em quatro etapas: [1] revisão literária sobre a contribuição dos parâmetros urbanísticos ao clima urbano; [2] revisão do conceito de microclima, a partir de pesquisas bibliográficas; [3] apresentação de métodos de análise do ambiente construído, com base na ficha metodológica de dois autores, Romero (2001) e Melo e Freitas (2020); [4] discussão e análise dos resultados, com apresentação da ficha metodológica de avaliação e da correlação com dados de índices urbanísticos e microclima. O urbanismo bioclimático ainda é pouco estudado nas regiões de clima tropical e, como destaca Silva (2021), planejar e controlar a morfologia urbana é uma estratégia fundamental para a obtenção de indicadores urbanos qualitativos. Conclui-se, portanto, que este artigo provoca uma reflexão

sobre o ambiente construído a partir da legislação. Além disso, apresenta indicadores que podem auxiliar pesquisadores, profissionais, e gestores na elaboração de políticas públicas que propiciem um ambiente promissor à vida nas cidades com respeito ao clima.



Figura 1: Registro de diferentes índices urbanísticos na Zona Oeste Carioca. Fonte: Autores, 2021

REFERÊNCIAS

DUARTE, D.H.S. Variáveis urbanísticas e microclimas urbanos: modelos empíricos de proposta de um indicador. **Fórum patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, v . 3 , n. 2 , jul. / dez. 2010 .

HIGUERAS, Ester. **Urbanismo bioclimático**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MELO, Artur; FREITAS, Ruskin. **Contribuição dos parâmetros urbanísticos para o urbanismo bioclimático**. Pós, Rev. Programa Pós-Graduação. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 27, n. 51, e168290, 2020.

OKE, Timothy; MILLS, Gerald; CHRISTEN, Andreas; VOOGT, James. **Urban Climates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. 546 p. DOI: https://doi.org/10.1017/ 9781139016476.

ROMERO, Marta A. Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ROMERO, Marta Adriana Bustos; BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello; LIMA, Erondina Azevedo de; WERNECK, Daniela Rocha; VIANNA, Elen Oliveira; SALES, Gustavo de Luna. **Mudanças climáticas e ilhas de calor urbanas.** 1.ed. Brasília: ETB, 2019.

ROMERO, Marta Adriana Bustos Romero. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre. Formas, usos e cenários urbanos: métricas para projetar bairros. **Oculum Ensaios,** Campinas, 2021.

SZOKOLAY, Steven V. **Introdução à ciência arquitetônica: a base do projeto sustentável.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

TORRES, Simone Carnaúba. **Forma e conforto: estratégias para (re)pensar o adensamento construtivo urbano a partir dos parâmetros urbanísticos integrados à abordagem bioclimática**. 2017. 395 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PARQUE LINEAR CARANÃ: SUBSÍDIO À RESILIÊNCIA AMBIENTAL NA ZONA OESTE DE BOA VISTA - RR

LT 116

Clara Alice Siqueira Weiduschat [1], Márcio Baraúna Bento [2], Vera Regina Tângari [3]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRR (em andamento); claraweiduschat@gmail.com.
[2] Mestrado em Geografia, UFRR, Doutorando em Arquitetura PROARQ-DINTER UFRJ/UFRR, (em andamento); marcio.bento@fau.ufrj.br.
[3] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora da Graduação e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura (PROARQ-UFRJ); vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Espaços livres; Parque Linear; Resiliência Ambiental. Boa Vista-RR.

O presente trabalho propõe discutir o sistema de espaços livres, a partir de estudos do crescimento urbano e a tendência de ocupação, na zona oeste de Boa Vista, capital do estado de Roraima, onde a densidade populacional e a falta de planejamento urbano permitiram desequilíbrios socioambientais no decorrer do contexto geohistórico. A pesquisa inicia com uma produção cartográfica para identificação dos parques urbanos existentes e suas zonas de influência na forma urbana, da qual delimita-se o objeto de estudo, o igarapé Caranã, no trecho da RR-205 até a Av. Parimé Brasil. Logo, este trabalho apresenta critérios de análise, usando uma abordagem interescalar, a fim de compreender a dinâmica urbana, desde a consolidação do plano urbanístico da cidade da década de 40 até os dias atuais. Na análise, demonstram-se as ocupações em áreas livres periféricas, crescimento desordenado em relação à morfologia urbana inicial e a degradação de matas ciliares, que são problemáticas decorrentes de um contexto econômico que promove a segregação de classes sociais com a especulação imobiliária da terra urbana. Portanto, como subsídio à resiliência ambiental, objetiva-se com esta pesquisa apresentar uma proposta de um Parque Linear no Igarapé Caranã, zona oeste da cidade. Dado esse contexto e tendo em vista as funções que as áreas verdes desempenham em relação a controle do clima e poluição, conservação da água, redução da erosão, promoção da biodiversidade e bem-estar da população, esta proposta urbanística visa buscar diretrizes para a conservação da mata ciliar do Igarapé Caranã, a conexão de vias, com enfoque em mobilidade de pedestres e ciclistas, e a promoção da cultura e sociabilidade, assim fomentando a economia local. Para tanto, busca-se realizar uma pesquisa bibliográfica de referenciais teóricos e projetuais, levantar imagens de satélite obtidas por meio da plataforma Google Earth, confeccionar mapas através do software QGis Desktop 3.26.0 e produzir croquis e diagramas conceituais. Dada a importância do planejamento e desenvolvimento urbano sustentável, pretende-se, com este trabalho, potencializar discussões técnicas-científicas e estimular propostas que visam políticas públicas econômicas, sociais e recreativas para a cidade de Boa Vista-RR.



Figura 1: Imagem satélite de um trecho do Igarapé Caranã, Boa Vista-RR. Fonte: Google Earth, 2022.

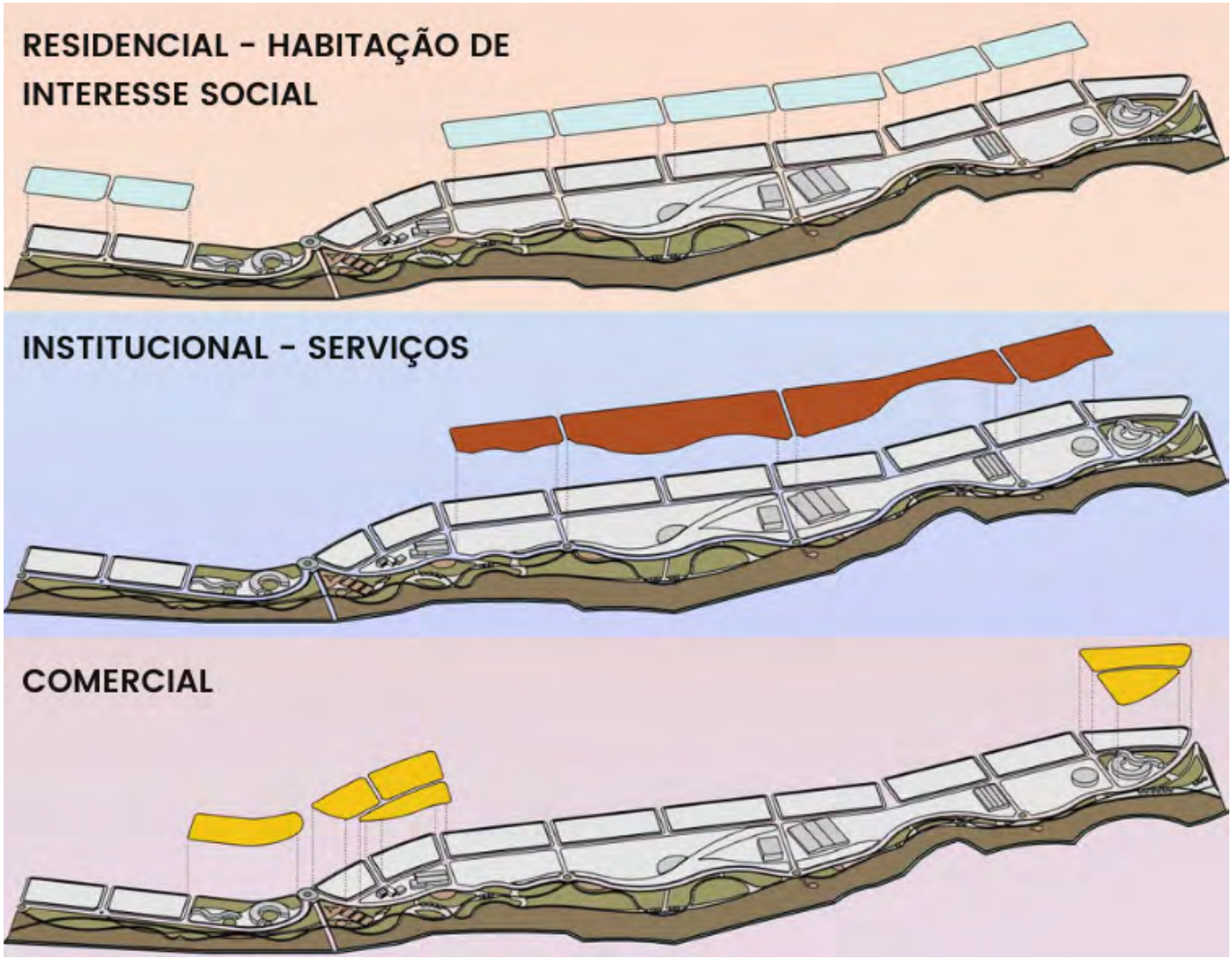


Figura 2: Perspectiva da setorização das quadras do projeto urbanístico como proposta para Parque Linear Caranã. Fonte: Acervo pessoal, 2022.

REFERÊNCIAS

BENFATTI, D. M.; TÂNGARI, V. R. Processo de produção e transformação da forma urbana em cidades costeiras brasileiras. **Revista de Morfologia Urbana,** v. 5, n. 2, p. 103-124, 2017.

BENINI, S. M.; MARTIN, E. S. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação** (online), v. 2, n. 17, 2010.

BENTO, M. B. **A dinâmica de (re)produção dos parques urbanos:** Um estudo do Parque Municipal Germano Augusto Sampaio em Boa Vista - RR. (Dissertação de Mestrado) — Roraima: PPG-GEO/UFRR, 2018.

BRUNDTLAND, G. H. **Relatório Brundtland.** Our Common Future, United Nations, 1987.

FARR, D. **Urbanismo sustentáve**l: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre, Bookman, 2013.

MACEDO, S. S.. Espaços livres. **Paisagem e ambiente**, n. 7, p. 15-56, 1995.

MAGNOLI, M. M. Espaço livre-objeto de trabalho. **Paisagem e ambiente**, n. 21, p. 175-197, 2006.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. Editora Hucitec, 1996.

SCHLEE; M.; SOUZA, M.; REGO, A.; RHEINGANTZ, P.; DIAS. M.; TÂNGARI V. **Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras** – um debate conceitual. Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios, v. 26, 2009, p. 225-247.

SILVA, P. R. de F.; ALMEIDA, M. M.; ROCHA, R. A. A segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista - RR. **Revista Acta Geográfica**, v. 3, n. 6, p. 47-53, 2009.

TÂNGARI, V. R. **Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana**: escalas, temporalidades e tipos morfológicos. IX Colóquio QUAPA-SEL, 2014.

VERAS, A. T. de R.; DE SOUZA, V. Panorama socioambiental do Igarapé Caranã, Boa Vista - Roraima. **Revista Acta Geográfica**, v. 6, n. 12, p. 85-95, 2012.

PESCA E TERRITORIALIDADE: MANUTENÇÃO DA PESCA ARTESANAL E PROPOSIÇÃO RESILIENTE NA ORLA DO FUNDÃO

LT 118

Maria Angeiras [1], Maria Matos [2], Laura Silva [3]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUFRJ (em andamento) Membros do Abricó (EMAU FAUUFRJ):
[1] maria.angeiras@fau.ufrj.br; [2] maria.matos@fau.ufrj.br; [3] laura.silva@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: pesca; resiliência; Fundão; EMAU; APAP

A Associação dos Pescadores Artesanais da Prainha (APAP) reúne mais de 80 pescadores que necessitam usufruir do local sem conflitos territoriais. Para Milton Santos (1987), o território é um dado simbólico que extrapola o conjunto de objetos com que trabalhamos e moramos, assim, assegurar o cumprimento dessas necessidades é de fundamental importância.

A manipulação do território original, que unificou o arquipélago de Inhaúma composto por nove ilhas, não levou em consideração a comunidade pesqueira que habitava o local antes da criação da Cidade Universitária (FREIRE, 2014). Os aspectos morfológicos resultantes, como o novo traçado da Orla, influenciaram na atividade de pesca. Assim, sucessivos processos de remoção se iniciam, até essa comunidade se estabelecer em 1950 na Ilha do Bom Jesus, na região da Praia do Mangue.

Em 2018, as famílias residentes sofreram desapropriação por parte do Tribunal de Contas da União, sendo suprimidas do direito à moradia (MEDEIROS et al., 2019, p.117). Após a demolição das instalações da Praia do Mangue, os pescadores não realocados migraram para Prainha, localizada atrás da Faculdade de Letras, e se organizaram como APAP.

O Abricó (EMAU FAU UFRJ) entrou em contato com a APAP objetivando assessorar a comunidade organizada em situação de vulnerabilidade, apoiando-se na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, foi possível identificar a falta de recursos básicos, como água e energia elétrica, e de um espaço organizado formal.

Além das fragilidades, foram observadas potencialidades da manutenção da pesca artesanal. A APAP tem o histórico de adaptação a diferentes recortes territoriais e o conhecimento empírico acerca da Orla do Fundão. Nesse sentido, atividades no âmbito da pesquisa e extensão já são realizadas conjuntamente no território (Fig 1.), visando um modelo de arranjo urbano ambientalmente adequado. Assim, a permanência da comunidade apresenta soluções de como se relacionar com o ambiente produzindo espaços seguros, justos e resilientes.

A resiliência é a capacidade de um sistema de se adaptar às possíveis mudanças futuras do ambiente, provendo os serviços para que foi originalmente projetado (CIRIA, 2010 apud REZENDE, 2018). Logo, é possível observar a dinâmica da APAP como metodologia para o amortecimento dos efeitos do novo regime climático. Com a incerteza da concessão do território e a exposição a eventos de risco, é impreterível que as reivindicações sejam atendidas para a construção de um projeto resiliente.

Considerando os benefícios da pesca artesanal na gestão sustentável do território, é imprescindível que tenham seus direitos assegurados. A melhoria do território da Orla é consequente ao

implementar soluções que respondam à problemática. Vale salientar que na pesca artesanal há potencial de desenvolvimento de práticas de baixo impacto. A pesca local é afetada pelas questões de insalubridade, erosão (Fig.2) e aumento do nível do mar. Assim, é elaborada uma proposta a partir da atuação do Abricó em conjunto com a APAP, que reflete o debate acerca da injustiça ambiental.

Portanto, um dos resultados esperados da atuação é a inclusão da APAP no Plano Diretor 2030. Com isso, surge a oportunidade de troca entre o conhecimento empírico destes e o conhecimento técnico dos gestores da Cidade Universitária. Por fim, espera-se maior visibilidade da pesca artesanal, aumento da rede de parcerias e atividades interdisciplinares, contribuindo para a comunidade acadêmica, o território e a APAP.



Figura 1: Trabalhos de iniciação científica feitos por alunos relacionados às atividades do Orla Sem Lixo em parceria com a APAP. Fotografia: Autoria própria, 2022.



Figura 2: Indicação de Falésia da praia e Manutenção precária. Nota: Adaptado do Mapa III - Mapa II; Mapa VIII. Fonte: ETU-UFRJ, 2006.

REFERÊNCIAS

REZENDE, Osvaldo Moura. **Análise Quantitativa da Resiliência a Inundações para o Planejamento Urbano**: Caso da Bacia do Canal do Mangue no Rio de Janeiro. 2018. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

FREIRE, Letícia Luna. **Próximo do saber, longe do progresso**: histórias de uma vila residencial no campus universitário da Ilha do Fundão - RJ. 1. ed. Niterói, RJ: Editora UFF, 2014. 250 p.

MOUSSA, Beatriz; VINÍCIUS DIAS, Carlos; DE MOUROS, Erick; VIEIRA, Fabianna; DOS SANTOS, Gustavo; PEDRO CARDOSO, João; ACOSTA, Júlia; FONTES, Luan; FELIPE, Lucas; VIANNA, Natasha; MESENTIER, Thales; MELO GRABOIS, Thiago. Extensão Universitária na Luta Pela Realocação dos Moradores do Mangue. **ARQUISUR 2019 - Prêmio Extensão**, 117 p., Outubro, 2019.

DIAS, Maria Angela; TÂNGARI, Vera Regina; AMORIM, Flavia. **Paisagem Ambiente**: ensaios. 2006. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 22 - São Paulo - p. 273-287. 2006

DIAS, Maria Angela; TÂNGARI, Vera Regina; AMORIM, Flavia. **Projeto do Parque da Orla do Fundão**: Experimentação e Ensino na FAU-UFRJ. 2006. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 22 (2006): Especial ENEPEA 2006

A INFRAESTRUTURA VERDE E AZUL NA MITIGAÇÃO DE CHEIAS URBANAS: UM ESTUDO DE CASO EM MARECHAL HERMES

LT 119

Julia Midão [1], Clara Oliveira [2], Giulia Figueiredo [3], Elisabeth Oliveira [4], Maria Vitória Gomes [5], Luciana Guimarães[6], Aline Veról [7]

[1] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; julia.midao@fau.ufrj.br.
[2] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; clara.oliveira@fau.ufrj.br.
[3] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; giulia.ferreira@fau.ufrj.br.
[4] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; elisabeth.oliveira@fau.ufrj.br.
[5] Mestranda em Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura; maria.gomes@fau.ufrj.br.
[6] Doutoranda em Engenharia Civil no Programa de Engenharia Civil, COPPE UFRJ; lucianafg@poli.ufrj.br.
[7] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, FAU UFR; alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Infraestruturas Verdes e Azuis; cheias urbanas; mudanças climáticas; espaços públicos multifuncionais

O crescimento das cidades culminou numa série de conflitos com o ambiente natural, resultando no aumento da frequência das cheias urbanas (GOMES; VERÓL, 2020). Diante desse cenário e das mudanças climáticas, nota-se um crescente interesse, por parte dos agentes urbanos, na adoção de medidas sustentáveis e mitigação de inundações. Uma das possíveis abordagens, as Infraestruturas Verdes e Azuis (IVAs), são uma estratégia de fácil adaptação ao contexto, capaz de atenuar os efeitos das cheias por meio do acréscimo na infiltração do solo urbano e do armazenamento de água pluviais (GHOFRANI, 2017).

Por isso, o trabalho propõe o uso de IVAs num recorte de Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, a fim de mitigar as inundações locais e explorar a multifuncionalidade dos espaços livres. O bairro, localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Acari, sofre com sérios problemas de inundações recorrentes que deterioram as condições urbanísticas e ambientais da região (OLIVEIRA, 2018). O estudo de caso foi definido a partir da análise dos espaços livres públicos na bacia que atendessem alguns critérios qualitativos para a proposição de intervenções. Além disso, considerou-se que os impactos das inundações no recorte deveriam ser localizados, para possibilitar a avaliação da efetividade das medidas compensatórias propostas. Optou-se, então, pelo estudo das Praças XV de Novembro e Montese localizadas próximo a vias estruturantes e ao tecido urbano consolidado do bairro. Tais praças se configuram como potenciais espaços livres multifuncionais, que condensam atividades e atendem usuários diversos.

Dentre as etapas de desenvolvimento do estudo, foram realizados o levantamento histórico e o exame de projetos previamente elaborados para essa região. Além disso, foram analisados os principais equipamentos urbanos e as lâminas de inundação, bem como mapeadas as vias e praças quanto à presença de vegetação, áreas livres e usos (Figura 1). A partir dessa investigação, foram propostas tipologias de IVAs, com base nas características urbanas observadas nos espaços livres públicos (Figura 2). Nas ruas residenciais, identificou-se a oportunidade de implantação de IVAs como jardins de chuva, canteiros pluviais e pavimento drenante, conforme o espaço disponível. Já nas vias estruturantes, que apresentam usos mistos, o canteiro central pré-existente foi mantido, porém passando a atuar como um corredor verde. Esses possuem função estética e paisagística, contribuindo para a melhoria na qualidade ambiental e promovendo a articulação dos espaços (GUIMARÃES et al.,2018). Junto a eles, está prevista a ampliação da

ciclovia que rodeia a Praça XV de Novembro, com o intuito de conectar demais pontos do bairro, e ainda, estimular a realização de atividades físicas.

Por fim, o projeto interviu nas vias por onde o Rio Tingui passa, tanto em trechos de rio canalizado e aberto e onde ele está canalizado, mas encoberto. Para esse primeiro cenário, propôs-se a criação de um parque fluvial, enquanto que para os trechos encobertos, emprega-se o urbanismo tático como uma estratégia de resgate da memória e da presença desse rio. As IVAs, portanto, viabilizaram a drenagem urbana sustentável e multifuncional e ainda agregaram uma integração ao projeto, através da conexão entre praças por meio dos caminhos e do rio (sistema de espaços livres). Elas ainda podem propiciar benefícios climáticos, visto que a vegetação e a pintura das ruas (urbanismo tático) ajudam a reduzir a temperatura local.



Figura 1: Análise das características urbanas observadas no recorte de estudo, Rio de Janeiro. Fonte: Elaboração autoral, 2022.



Figura 2: Proposta de tipologias de IVA para as características urbanas observadas no recorte de estudo, Rio de Janeiro. Fonte: Elaboração autoral, 2022.

REFERÊNCIAS

GHOFRANI, Z.; SPOSITO, V.; FAGGIAN, R.. A Comprehensive Review of Blue -Green Infrastructure Concepts, **International Journal of Environment and Sustainability**, v.6, n.1, 2017.

GOMES, M. V. R.; VERÓL, A.P. Paisagens Multifuncionais: O papel das infraestruturas verdes e azuis na recuperação dos rios urbanos. **Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, 18., 2020, Porto Alegre. Anais… Porto Alegre: ANTAC, 2020.

GUIMARÃES, L. F.; OLIVEIRA, A.K.B.; VERÍSSIMO, L. F.; MERLO, M.L.; VERÓL, A.P. O uso de infraestruturas verde e azul na revitalização urbana e na melhoria do manejo das águas pluviais: O caso da sub-bacia do Rio Comprido. **Paisagem e Ambiente**, n.42, p. 75-95, 2018.

OLIVEIRA, A. K. B. **O sistema de drenagem como eixo estruturante do planejamento urbano**: caso da bacia hidrográfica do Rio Acari. 2018. 210 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.

SISTEMA ALIMENTAR E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR

LT 121

Sofia Duarte [1], Inês Isidoro [2], Teresa Marat-Mendes [3]

DINÂMIA'CET, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa:
[1] sofia_marcal@iscte-iul.pt; [2] ines.azevedo.isidoro@iscte-iul.pt; [3] teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt.

Palavras-chave: sistema alimentar; espaços livres residuais, reabilitação urbana, planeamento urbano

Tendo em conta a intrínseca relação entre a organização do espaço e as atividades que nele operam, e os impactos dessas relações no ambiente, na economia e na vida humana, a presente comunicação oferece uma reflexão acerca destas mesmas relações no que ao funcionamento do sistema alimentar (SA) diz respeito. Debruça-se sobre a complexa espacialidade das diversas atividades que compõem o SA, e que envolvem a produção, transformação, distribuição, comercialização, consumo e o descarte de alimentos. Para além de ser um importante elo de atividades e trocas metabólicas entre espaços urbanos, periurbanos e rurais, constitui atividades essenciais para a vida urbana, sendo o seu desempenho fundamental para o bom funcionamento das cidades (Steel, 2013). Perceber o funcionamento deste sistema é imperativo no atual contexto da decorrente transição climática e da crescente desigualdade social, de forma a reduzir a pegada ecológica e assegurar alimentos, em número e qualidade, a todos os cidadãos.

Para compreender o funcionamento das cidades e a sua relação com o SA partiu-se de um estado da arte que compreendeu períodos distintos, e revelou como a globalização do SA incapacitou a gestão sustentável dos recursos naturais (Rogers, 1997) e do comércio justo entre nações (Moorcroft, 1972). Logo, buscaram-se formas de reforçar o elo do SA com o espaço urbano, de forma sustentável. O trabalho promove um olhar sobre o SA desde a perspectiva da espacialidade, distribuição, funcionamento e escala, especificamente para o município do Barreiro, na Área Metropolitana de Lisboa. Face à crescente impermeabilização do fértil solo dos territórios a sul do Tejo, decorrente de processos de expansão e consolidação de áreas periurbanas, percebe-se a necessidade de criar estratégias que tenham em vista manter em solo urbano fases do SA que invariavelmente têm sido afastadas dos centros urbanos: a produção e a transformação alimentar. As análises foram complementadas pelas projeções das alterações climáticas previstas pela organização Climate Central (2021). A estratégia foi montada a partir (1) do estado da arte, (2) do levantamento fotográfico das espacialidades do SA no Barreiro no passado e no presente e em diversas escalas, da territorial à local, e (3) do levantamento fotográfico dos espaços livres residuais no município (AR, 1973). Através da análise multiescalar e do olhar sobre o território e a sua configuração no passado, no presente e nas projeções para o futuro, os espaços livres residuais e o património industrial devoluto revelaram oportunidades de integração destes elementos numa infraestrutura capaz de agregar o SA em contexto urbano. Acredita-se que, devido à escala de muito do edificado devoluto identificado no Barreiro, esta é uma oportunidade de devolver à cidade novos espaços de produção e transformação alimentar que possam servir à escala local e metropolitana, articulando e aproximando a produção alimentar dos centros urbanos.



Figura 1: Produção alimentar em meio urbano, Barreiro. Fonte: Sofia Duarte, 2022.

REFERÊNCIAS

AR (ARCHITECTURAL REVIEW). SLOAP – Space Left Over After Planning. **Architectural Review**, 920: 201-66, 1973

CLIMATE CENTRAL. **Coastal Risk Screening Tool**, 2021.

MOORCROFT, C. Designing for Survival.**Architectural Design**., nº7 (1972).

STEEL, Cárolyn. **Hungry City**: How Food Shapes Our Lives. Londres: Random House, 2008.

AS INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS E RURAIS PARA CIDADE SAUDÁVEL E SISTEMAS ALIMENTARES NO DISTRITO FEDERAL

LT 122

Liza Andrade [1], Natália Lemos [2], Ana Silva [3], Alice Martins [4]

[1] Professora Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, FAU/UnB; lizamsa@gmail.com.
[2] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, PPG/FAU/UnB (em andamento); lemos.natalia@gmail.com.
[3] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, PPG/FAU/UnB (em andamento); alaurelianosilva@gmail.com.
[4] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU/UnB (em andamento); aliceregina8@gmail.com.

Palavras-chave: Urbanismo agrário, Rural-urbano, Sistemas alimentares.

Os desafios dos arranjos socioespaciais da cidade saudável da Declaração de Alma-Ata (BRASIL, 2002) tendem à visão ecossistêmica da saúde colocada pela Carta de Ottawa (BRASIL, 1986) no ambiente construído. Nessa perspectiva, a questão da alimentação fomenta a discussão sobre o papel do espaço no debate da segurança alimentar e observa o sistema alimentar na produção da cidade saudável e nas suas estruturas diante das escalas urbanas e rurais locais e regionais desde a produção ao abastecimento.

Os desafios estão impostos aos assentamentos humanos e ao sistema alimentar, tanto na conciliação de habitats simbióticos, como nas mudanças climáticas sobre os cultivos e a capacidade nutricional dos alimentos. A isso, o transecto rural-urbano do urbanismo agrário (DUANY E FALK, 2020) agrega instrumentos de desenho no zoneamento integrado da configuração socioespacial. Orienta a integração rural-urbano por uma densidade habitacional com a produção de alimentos em concordância com as características ambientais locais e regionais.

Diante disso, ainda é necessário compreender algumas definições atribuídas para essas espacialidades e os assentamentos humanos inseridos, bem como o modo que o sistema alimentar lhes é condicionado. Nesse sentido, o artigo identifica um sistema alimentar no Distrito Federal (DF), desde a produção até o abastecimento de alimentos. Investiga as estruturas do sistema sobre o uso e ocupação do solo nas zonas urbana e rural, contemplando alguns assentamentos e algumas redes de abastecimento através das comunidades que sustentam a agricultura (CSAs) e as feiras agroecológicas. As regiões periurbanas e periféricas estabelecem uma conexão urbana-rural diante da produção agroecológica existentes nessas áreas.

A pesquisa compreende as espacialidade urbano e rural pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), e traz duas classificações complementares, os assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA) e os acampamentos de intenção transitória colocados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) do DF para melhor compreender a realidade dessas espacialidades no Distrito Federal.

Na sistematização dos assentamentos e das redes de abastecimentos levantados, aplicou-se a interpolação de dados georreferenciados para produção de mapas na versão desktop 2.18 do software de georreferenciamento QGIS (um software livre de Sistema de Informação Geográfica (SIG) que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados). Alguns dados foram coletados em formatos de vetores (shapes) nos bancos abertos do INCRA e do Geoportal-DF, outros foram extraídos por coordenadas UTM padrão e por códigos Plus pela ferramenta

(plug-in) LatLon Tools. Por fim, os dados são sobrepostos e analisados mediante o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT, 2009) do DF no zoneamento urbano e rural.

Os resultados revelam algumas divergências nas caracterizações do urbano e do rural por falta de integração das esferas reguladoras do território e a carência de uma fundamentação compartilhada. Os mapas expõem as estruturas do sistema alimentar sobre o território por uma configuração da produção agroecológica concentrada na zona rural, simultaneamente o abastecimento converge para a zona urbana com baixa abrangência na zona rural. Dessa forma, expõe a ausência da segurança alimentar nas regiões periféricas e periurbanas do DF.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informação, Educação e Comunicação. Promoção da Saúde, Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundswall, Declaração de Bogotá**. Brasília, DF: [s.n.], 1996.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As cartas da promoção da saúde.** Série B. Textos Básicos em Saúde. Brasília-DF: 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf.

BURITY, V. [et al.]. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

BURITY, V. [et al.]. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar no 951, de 25 de março de 2019.** Altera o art. 135 e anexos da Lei Complementar no 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências, e os arts. 4o e 14 da Lei no 5.022, de 4 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/8815d609bb134b6fa055711bab4e 2b49/Lei_Complementar_951_25_03_2019.html.

DUANY, Andrés e FALK, Brian. **Transect Urbanism** – Readings in Human Ecology. China: ORO Editions, 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Diretoria de Geociências. **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil:** Uma Primeira Aproximação. 11. ed. Brasil: IBGE, 2017. 84 p. v. 1. ISBN 978-85-240-4421-2. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

_____. **Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEITE, Carlos; DI CESARE MARQUES AWAD, Juliana. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre RS Brasil, Bookman, 2012.

PERAFÁN, M.; SAUER, S.; LEITE, A; CANAVESI, F.; ÁVILA, M. **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar**. 2.ed. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022.

PESSAN. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ESPACIALIDADES DO CONTEXTO AMAZÔNICO: (RE) EXISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS FRENTE A CRISE ECOLÓGICA DA URBANIZAÇÃO

LT 123

Taynara Gomes [1], Ana Cláudia Cardoso [2], Sâmyla Blois [3]

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo da UFPA. taynaragomes@gmail.com.
[2] Professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo da UFPA. aclaudiacardoso@gmail.com
[3]Graduanda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. samyla.alves@itec.ufpa.br

Palavras-chave: urbanização; decolonialidade; Amazônia; espacialidade.

Esta pesquisa apresenta e problematiza aspectos do processo de urbanização brasileira, especialmente do contexto amazônico, destacando que a tentativa histórica de universalização da forma urbana tem sido possível graças à invisibilização e inferiorização de modos de vida, práticas e formas de ocupar e se relacionar com o território, que diferem do padrão hegemônico (ver figura 1). Pretende-se tecer um paralelo entre a imposição e consolidação desse padrão hegemônico de urbanização eurocentrado, e a crise ecológica que as cidades atravessam, tendo em vista que as soluções propostas para as cidades contemporâneas cada vez mais demandam novos valores, práticas sociais e territoriais, comprometidos com uma agenda mais inclusiva, diversa e ecológica. Partiu-se de uma revisão de literatura sobre estudos urbanos consolidados no âmbito nacional e internacional, sobre as críticas e abordagens de estudos urbanos decoloniais, passando por debates morfológicos, discussões ambientais e ecológicas no sentido de enfrentamento da crise climática, e por abordagens da urbanização a partir de uma perspectiva interseccional. A literatura foi comparada a resultados de pesquisas de campo em recortes territoriais diversos (periferia urbana, ilhas, assentamento extrativista, comunidade quilombola e áreas periurbanas) acumuladas para duas cidades do estado do Pará, Belém e Santarém (GOMES et al, 2017; CARDOSO, VICENTE, BRITO, 2021; CARDOSO et al, 2021). Esse paralelo permitiu a exposição das contradições entre o padrão hegemônico de urbanização e as formas nativas, e a identificação de uma crise desse padrão hegemônico e exógeno, e das pautas historicamente invisibilizadas que podem ser incorporadas para superá-lo. O padrão hegemônico foi caracterizado por atributos de arruamento, proporção de quadras, delimitação de lotes, tipologias de edificações, materiais, e demais categorias que compõem o tradicional léxico da arquitetura e urbanismo (ROY, 2009) (ver figura 2). A globalização do fenômeno da urbanização extrapolou fronteiras físicas e atingiu a esfera da vida cotidiana (MONTE-MOR, 2015), provocando expansão acelerada e homogeneização na produção e ocupação do espaço. Isto manifestou uma crise sistêmica, nas múltiplas camadas que se sobrepõem no território (ecológica, moradia, infraestrutura, mobilidade, segurança alimentar, conflitos raciais, de gênero, étnicos); que corresponde a agenda dos movimentos sociais para as políticas urbanas (HARVEY, 2020; FEDERICI, 2021).Esta crise consolida a distribuição desigual do acesso ao meio ambiente (ACSELRAD, 2002) e amplia os efeitos negativos das mudanças climáticas sob as populações mais vulnerabilizadas pelo fenômeno da urbanização hegemônica. Tanto Belém quanto Santarém, são municípios que tiveram sua fundação datada a partir da implantação da vila portuguesa, mas que originalmente foram territórios ocupados por aldeias indígenas, de saberes e espacialidades milenares, que por séculos foram apagados pela colonialidade imposta externa e internamente.

Os registros de uma urbanização híbrida em contexto amazônico apontam para alternativas à urbanização padronizada e predatória. Na região, desde a Lei de Terras (1850), planos são propostos por colonizadores e demandam adaptações por sua baixa aderência à fisiografia e à realidade social (ver figura 2); enquanto as formas de ocupação nativas rejeitadas permitem a manifestação de equidade, coletividade, diversidade, equilíbrio ecológico, solidariedade, tão demandados pela sociedade contemporânea (ver figura 1), mas que não são têm sido articuladas ao campo teórico consolidado (marco legal, políticas públicas, técnicas formais), ou sido reconhecidas na tomada de decisão sobre investimentos públicos e privados. Registros morfológicos apontam resistências que se apresentam como alternativas mais responsivas, resilientes, inclusivas e diversas, se comparadas à lógica predatória da urbanização ocidental vigente, e que indicam que a dicotomia urbano – rural foi algo engendrado na macrorregião e imposto à esfera da vida cotidiana.



Figura 1: Padrões de ocupação do território consolidados pelas populações tradicionais. Fonte: Elaboração própria, 2021



Figura 2: Síntese de conceitos espaciais e repertórios de urbanização universalizados. Fonte: Elaboração própria, 2021

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. In: **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Ouro Preto: ABEP, 2002.

DUARTE CARDOSO, A. C. .; VICENTE, L.; BRITO, R. **Espacialidades da Várzea Amazônica**: os Casos de Afuá, Mocajuba e Belém. Paranoá, [S. l.], n. 29, 2021. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.05. Disponível em: https://www.periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/35054. Acesso em: 12 set. 2022.

CARDOSO, Ana.; AMORAS, Maria.; GAYOSO, Solange.; SILVA, Harley. Contra-cartografias de povos tradicionais nas metrópoles paraenses :repertórios para um urbano amazônico plural. **Revista Nau Social,** V.13, N24, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/44395/26081. Acesso em 12 set. 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GOMES, Taynara.; CARDOSO, Ana.; COELHO, Helder.; OLIVEIRA, Kamila. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos Metrópole**, n19, V40, 2017. DOI 10.1590/2236-9996.2017-4009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/khBWn7s9zsBh6HfW33DCBWr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 set. 2022.

HARVEY, David. Os sentidos do Mundo: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto (org.). **Teorias e práticas urbanas**: Condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C\Arte, 2015. p. 55-70.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf > Acesso em 12.julho.2022.

Roy, Ananya. Why India Cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization. In: **Planning Theory**, v. 8(1), 2009, p. 76–87.

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DE HIPERCONECTIVIDADE GLOBAL: QUILOMBO DE FEITAL

LT 124

Daniel Athias de Almeida [1], André Heringer Pereira [2]

[1] Doutorado em Arquitetura, PROARQ (em andamento), Universidade Federal do Rio de Janeiro; daniel.almeida@fau.ufrj.br .
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Master em Neuroarquitetura, IPOG, Instituto de Pós-Graduação e Graduação; and.heringer@gmail.com.

Palavras-chave: Grupos Tradicionais, Biocentrismo, Quilombo do Feital, Magé, Baía de Guanabara

Este texto é oriundo de um doutorado em andamento que busca compreender as relações que se expressam no território de Magé - RJ acerca de seus patrimônios, e como os grupos tradicionais se veem representados no território.

O objetivo principal está pautado em investigar narrativas periféricas como forma de promover uma leitura anti-hegemônica do território, mediando novos caminhos para o desenvolvimento políticas públicas que considerem a questão socioambiental.

Como método de análise, foram realizadas entrevistas com lideranças locais e gestores metropolitanos, por interface do Heritópolis - um consórcio global, vinculado à ONU Habitat que busca compreender as relações estabelecidas entre as metrópoles e seus patrimônios, neste caso específico, o Rio de Janeiro.

Ao observarmos o relatório IPCC (2021), estamos diante de um cenário de aquecimento global, hiper conectividade, precarização dos modos de trabalho, em que o capitalismo extrapola os limites das matérias primas básicas em prol de um pretenso contexto mercadológico sem futuro, encontramos um cenário de grandes disparidades socioeconômicas.

À margem deste processo estão os grupos tradicionais, que habitam e resistem mantendo atividades intimamente vinculadas ao seu território.

Para compreender este cenário de exclusão e vulnerabilidade ambiental, foi analisada a localidade de Piedade em Magé, local de diversos atravessamentos histórico-culturais e socioambientais: a presença do Quilombo do Feital, dos pescadores e catadores de caranguejos, do Poço Bento, da Estrada de Ferro Teresópolis e da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, que resguarda os maiores manguezais da Baía de Guanabara.

Para compreender essas relações foi realizada uma entrevista com a presidente do Quilombo de Feital, Valdirene Couto Raimundo.

Valdirene (2021), relata que o bairro de Piedade, no passado era o principal ponto de desembarque de escravizados da região, segue sofrendo boicote por parte do governo, mantendo-se até hoje a sua marginalização perante ao município, e ainda ais ao contexto metropolitano do Rio de Janeiro.

Em seu relato informa que toda atividade econômica e cultural da comunidade está intimamente ligada ao território da fazenda e do manguezal através do artesanato feito de taboa, da pesca, da coleta de caranguejo e demais atividades de plantio, coleta e confecção de matérias primas.

Segundo dados da ONU (2021), os manguezais absorvem até cinco vezes mais CO2, sendo importantes aliados no combate ao aquecimento global. A poluição oriunda do plástico prejudica e destrói essa vegetação e os animais que ali vivem.

> A mudança tem que partir também das grandes empresas. Pois isso afeta os grupos tradicionais e as pessoas mais pobres. E o lixo todo vem pro mangue, e lá nós encontramos de tudo. O Mangue é Berçário, o Mangue é vida.
>
> (RAIMUNDO, Valdirene C. Entrevista [dez. 2021].)

Preservar esse ecossistema é de alta importância e não depende apenas da restauração e manutenção da vegetação, visto que os ecossistemas são interconectados, a baía de Guanabara precisa ser recuperada.

Alterar a atual ética ambiental antropocêntrica para a biocêntrica faz parte desse processo. Para Gudynas (2020), o biocentrismo é uma nova forma de relação entre o meio que vivemos tendo como centro a questão ambiental.

A partir do Quilombo de Feital e seu contexto de inserção territorial, são necessários diálogos diretos com a população quilombola para entendimento de suas necessidades e posterior proposição de políticas de urbanização que visem sua integração e reconhecimento dentro da sociedade e consolidação de práticas econômicas, sociais e turísticas inseridas dentro de um contexto contemporâneo, sustentável e biocêntrico.

Este produto ainda segue como parte de um processo investigativo e epistemológico para promover uma leitura territorial com viés mais participativo e que compreenda narrativas que seguem invisibilizadas no contexto local, metropolitano e global.

REFERÊNCIAS

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos Da Natureza**: Ética Biocêntrica e Políticas Ambientais, Brasil, 2020.

IPCC AR6 (Intergovernmental Panel on Climate Change). Summary for Policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, V., P. ZHAI, A. PIRANI, S. L. CONNORS, C. PÉAN, S. BERGER, N. CAUD, Y. CHEN, L. GOLDFARB, M. I. GOMIS, M. HUANG, K. LEITZELL, E. LONNOY, J.B.R. MATTHEWS, T. K. MAYCOCK, T. WATERFIELD, O. YELEKÇI, R. YU AND B. ZHOU (Eds). **Climate Change 2021**: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, 2021, 41 pp.

Manguezais absorvem até cinco vezes mais CO2, mas desaparecem com rapidez. **ONU News**, 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/07/1757712>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PEDROSA, A.; HERÁCLITO A.; MENEZES, H.; SCHWARCZ, L. M.; TOLETO T. **Histórias Afro-atlânticas**. Volume 1. Catálogo. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, MASP, 2018.

RAIMUNDO, Valdirene C. **Entrevista** [dez. 2021]. Entrevistador: Autor, Magé-RJ, 2021. (90 min).

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SUSTENTABILIDADE URBANA NO RECANTO DAS EMAS: PADRÕES ESPACIAIS E TIPOLOGIAS HABITACIONAIS NA REGIÃO DO SETOR HAB. ÁGUA QUENTE

LT 126

Luana Oliveira Carrazza [1], Liza Maria Souza de Andrade [2], Vânia Raquel Teles Loureiro [3], Juliette Anna Fanny Lenoir [4], Ana Luiza Aureliano Silva [5]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUnB (em andamento); luanacarrazza@gmail.com.
[2] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUnB; lizamsa@gmail.com.
[3] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUnB; vania.teles.loureiro@gmail.com.
[4] Doutorado em Planejamento e Projeto Regional e Urbano, FAUnB (em andamento); lenoir.arquiteta@gmail.com.
[5] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUnB (em andamento); alaurelianosilva@gmail.com.

Palavras-chave: sustentabilidade; urbanismo; comunidade

A pesquisa está inserida no Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes” integrada ao Grupo “Água e Ambiente Construído” do PPG-FAU com interface das Áreas de Pesquisa do PPG-FAU, Projeto e Planejamento e Tecnologia do Ambiente Construído. Este projeto tem como objetivo reunir um conjunto de estudos sobre a produção do habitat no território do DF que os grupos de pesquisa vem trabalhando nas bacias hidrográficas, englobando os ecossistemas urbanos e rurais sob a ótica trans escalar em dois níveis: (1) o nível da paisagem do planejamento urbano e regional e; (2) o nível da comunidade da escala microrefinada do desenho social das ocupações emergentes, das redes de solidariedade, da infraestrutrura socioecológica e das habitações que possibilitam alcançar lugares mais sustentáveis, saudáveis e sensíveis à água.

Neste contexto de pandemia, buscou-se com esta pesquisa detalhar com maior profundidade a produção do habitat das ocupações irregulares/informais na região do Recanto das Emas com foco na ocupação em processo de regularização, o Setor Habitacional Água Quente. O setor foi considerado Área de Regularização de Interesse Social – ARIS em 2018 e contém novas áreas de oferta habitacional delimitadas por uma poligonal de, aproximadamente, 582,0 hectares (ha).

As subcategorias de análise foram divididas em:

- Sensibilidade ambiental da região e uso do solo (ZEE e PDOT)
- Situação Fundiária (ARIS ou informal), padrões espaciais dos ecossistemas urbanos e rurais (tipo de parcelamentos, vias, quarteirões e edificações) com mapa de cheios e vazios
- Tipologias Habitacionais (volumes, gabaritos, situação no lote) e quintais verdes com hortas ou produção de alimentos nas áreas rurais.
- Tipo de Espaços Públicos e áreas verdes
- Infraestrutura de Saneamento (Água, Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos)
- Redes de Solidariedade, Economia Local

Assim, esta pesquisa tem como objetivo contribuir com análises sobre ecossistemas urbanos e rurais na região, levando em consideração o contexto e a inclusão social, a resiliência e a manutenção dos fluxos de água e, paralelamente, contribuir para estudos transdisciplinares. O estudo sobre padrões espaciais e tipologias surge da vontade de formular definições abrangentes para as situações de moradia reconhecidas no nível local. Com a relação cidade/campo muito

próxima e intricada, apesar das transições e variações, optou-se por estruturar as tipologias inicialmente por seu carácter rural ou urbano.

Os estudos foram realizados por meio de mapas no software QGIS de geoprocessamento; análise de imagens de drone obtidos em visita ao local pela coordenadora Liza Andrade e o técnico Valmor Pazos, juntamente com a gerência regional de Água Quente; e também através dos cenários e diagnósticos para a região, produzidos pelos alunos da disciplina de Projeto de Urbanismo 1, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, dentro do projeto de extensão Sustentabilidade Urbana no Recanto das Emas. Destaca-se nessa pesquisa a importância da extensão e a participação e envolvimento da comunidade, compartilhando seus conhecimentos sobre o local e sua ocupação.

Essas pesquisas e materiais permitiram identificar os padrões espaciais e tipologias existentes em diversas áreas do Setor Habitacional Água Quente, de maneira a sistematizá-los e servir como base para recomendações e proposições futuras que reconheçam e respeitem a sensibilidade ambiental da região e as redes de solidariedade e economia local.

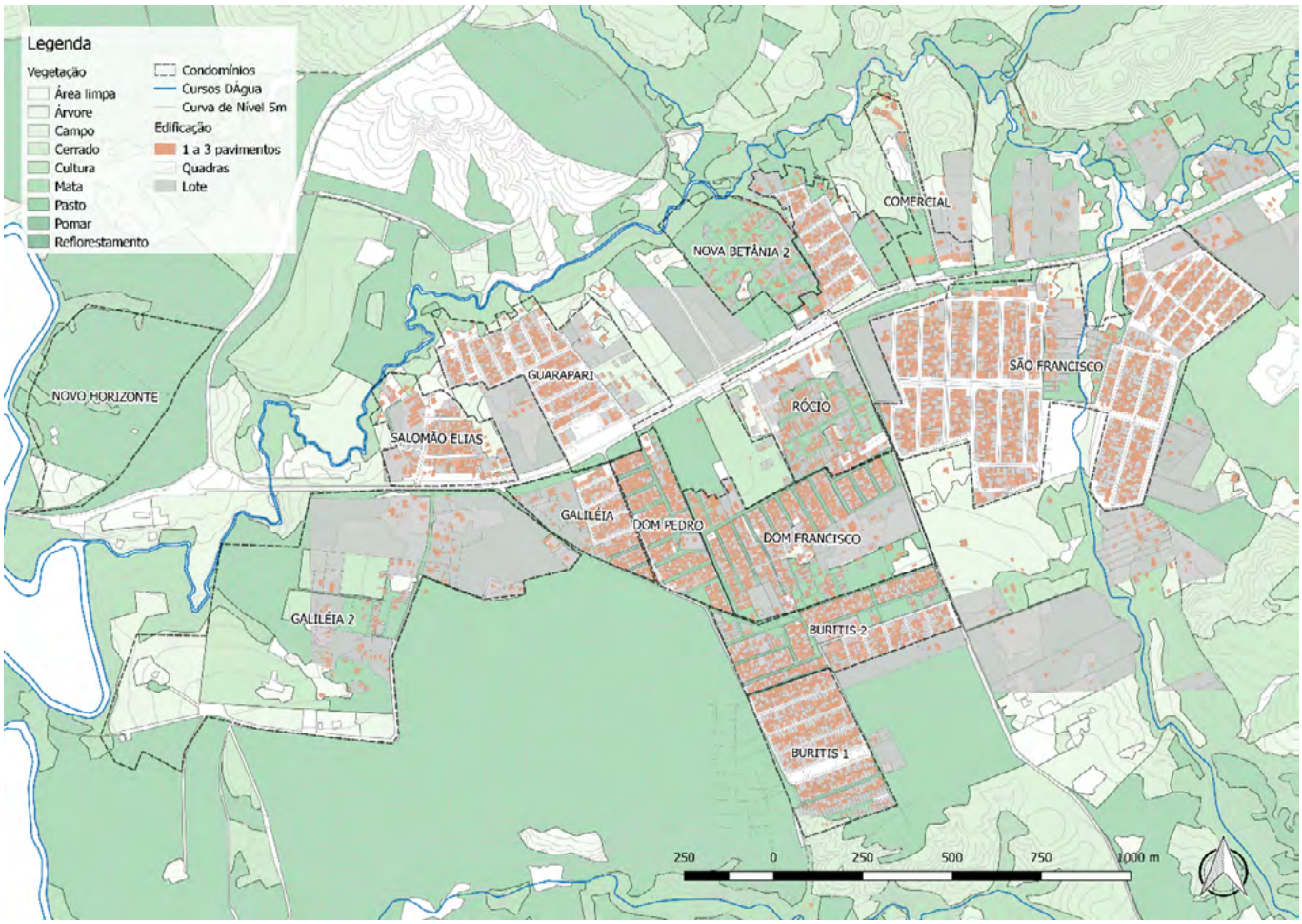


Figura 1: Mapa de ocupação do Setor Habitacional Água Quente, Recanto das Emas - DF. Autoria própria a partir de dados do Geoportal, 2021.



Figura 2: Imagem aérea dos residenciais Rócio, Dom Pedro e Guarapari, Setor Habitacional Água Quente, Recanto das Emas - DF. Fonte: Valmor Pazos, 2021.

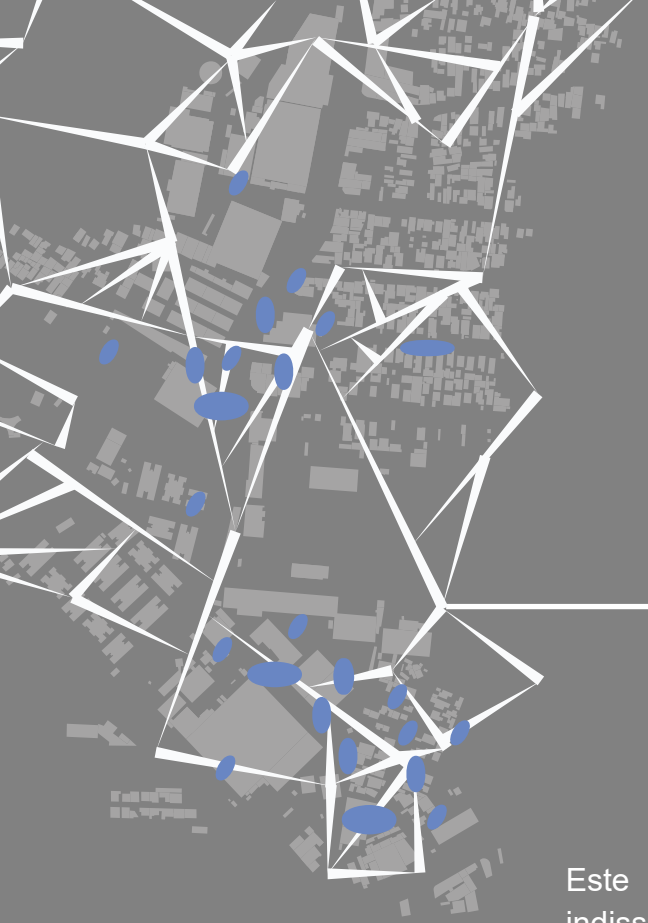
REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. M. S. de; LEMOS, N. da S.; LOUREIRO, V. R. T.; LENOIR, J. A. F. Extensão e tecnociência solidária: Periférico no DF e entorno. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo** v.26, n.38, 1º sem. 2019.

ANDRADE, Liza M.S. de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem.** Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas), PPG-FAU/UnB, Brasília, 2014. 544f.

LENOIR, J. A.; ANDRADE, L.M.S.A.; REZENDE, V. S. Ocupações informais e direito à água no contexto da Covid-19: análise das vulnerabilidades hídricas nas bacias hidrográficas do DF em uma visão ecossistêmica da saúde. **Revista da Arquitetura: Cidade e Habitação, CEUB**, v.1, N.1 (2021): Dossiê temático: Habitação Terceiro Milênio. Disponível em https://publicacoes.uniceub.br/ra/article/view/7011. Acesso em maio de 2021.

REZENDE, V. S.; ANDRADE, L.M.S.A; RODRIGUES, S.E.R; PEREIRA, I.P.P; LEMOS, N.S..O ecossistema urbano da ocupação Santa Luzia. Análise dos impactos por técnicas de geoprocessamento e proposição de Soluções baseadas na Natureza. Paranoá, **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo** N. 26 (2020): Dossiê especial - Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade, 2020.



EIXO 2

formas urbanas e processos: políticas, redes e cartografias

Alex Assunção Lamounier (EAU/UFF) **e**
Bruno Ragi Eis Mendonça (Concordia University)

Este eixo se justifica a partir do entendimento da indissociabilidade das relações envolvendo as formas urbanas e os processos dos quais elas resultam e sobre os quais elas também interferem. Nesse sentido, o espaço urbano é constituído por uma infinidade de relações, nem sempre concretizadas nem tampouco visíveis, envolvendo múltiplos agentes e fatores, frequentemente conflitantes.

Reconhecendo a relevância dos estudos de morfologia urbana, dedicados ao estudo do espaço urbano em sua diversidade de temas e escalas, esse eixo objetiva reunir trabalhos que explorem diferentes possibilidades de cartografia social e política - de escalas mais amplas a modos de reconhecimento e reivindicação do direito à cidade no âmbito mais íntimo, incluindo as cartografias do sensível, a exemplo dos mapeamentos afetivos.

Considerando ainda que o avanço dos recursos tecnológicos e dispositivos digitais favorece a compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos, na exploração das questões relacionadas ao uso de ferramentas de análise, manipulação e visualização de dados, espera-se debater: a interdisciplinaridade de fluxos e redes na pesquisa sobre a forma urbana; o potencial das ferramentas digitais e sistemas de informação geográfica no aperfeiçoamento das análises cartográficas; e os múltiplos modos de mapeamento reflexivo.

FRAGMENTAÇÃO DA MORFOLOGIA PERI-URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

LT 201

Anderson Dias de Almeida Proença [1]

[1] Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutor em Urbanismo. Professor Adjunto no Departamento Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná; aproenca@utfpr.edu.br.

Palavras-chave: expansão urbana; morfologia urbana; Região Metropolitana de Curitiba; urbanização dispersa e fragmentada.

A expansão urbana morfologicamente dispersa e fragmentada tem se consolidado como uma das características espaciais mais notáveis na urbanização brasileira nas últimas três décadas (REIS, 2006). Este padrão morfológico, por sua vez, está associado ao surgimento de problemáticas territoriais como o consumo exagerado de terras, água e energia, a má relação entre custo-benefício para implantação de infraestruturas urbanas, e o aumento das distâncias necessárias para a mobilidade cotidiana (MARTNER, 2014). Tal modelo de urbanização dispersa e fragmentada, em um contexto de elevada desigualdade socioeconômica como o brasileiro, tende a ser ainda mais agravados para as camadas mais pobres da população.

A partir deste aparato conceitual, neste artigo objetivou-se analisar a expansão recente na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba/PR (desde a década de 1990), caracterizada por uma morfologia urbana descontínua em relação ao tecido urbano central, tanto em relação à loteamentos formais ou aos irregulares. Identifica-se que este é o principal vetor de expansão urbana e demográfica neste período, induzida tanto pela expansão histórica do perímetro urbano dos municípios abrangidos por este vetor, quanto pela construção de infraestruturas urbanas e regionais de grande porte, com destaque para a Rodovia do Contorno Sul de Curitiba (BR-376). Como apontam as figuras 1 e 2, tal processo levou à uma concentração demográfica nestas franjas periféricas, distantes do centro urbano e dos eixos de transporte de massa, caracterizadas por uma evidente predominância de população de baixa renda. Baseia-se em uma metodologia de análise morfológica utilizando-se de softwares de Sistema de Informação Geográfica, imagens aéreas históricas e de cálculo de área urbanizada no recorte temporal selecionado, que resultam em uma análise quantitativa e qualitativa do tecido urbano no vetor sul, principalmente em comparação com a morfologia urbana do núcleo conurbado da metrópole curitibana. Em conclusão, discute-se como a permissividade, e muitas vezes a própria indução por parte do planejamento municipal e metropolitano, promove a concentração de população em áreas dispersas, fragmentadas, e cada vez mais distantes das principais centralidades.

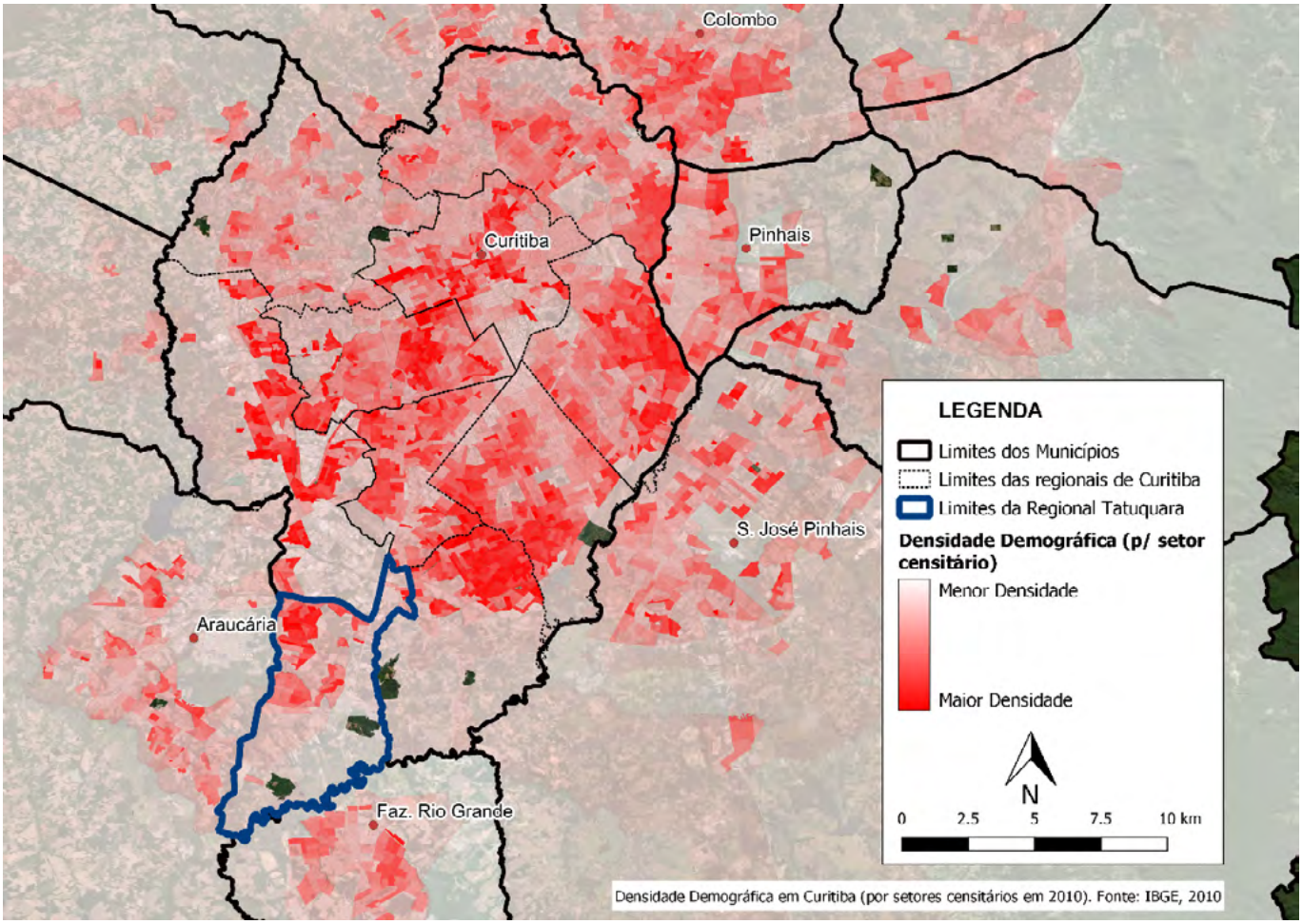


Figura 1: Densidade demográfica por setor censitário em Curitiba. Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em IBGE, 2010.

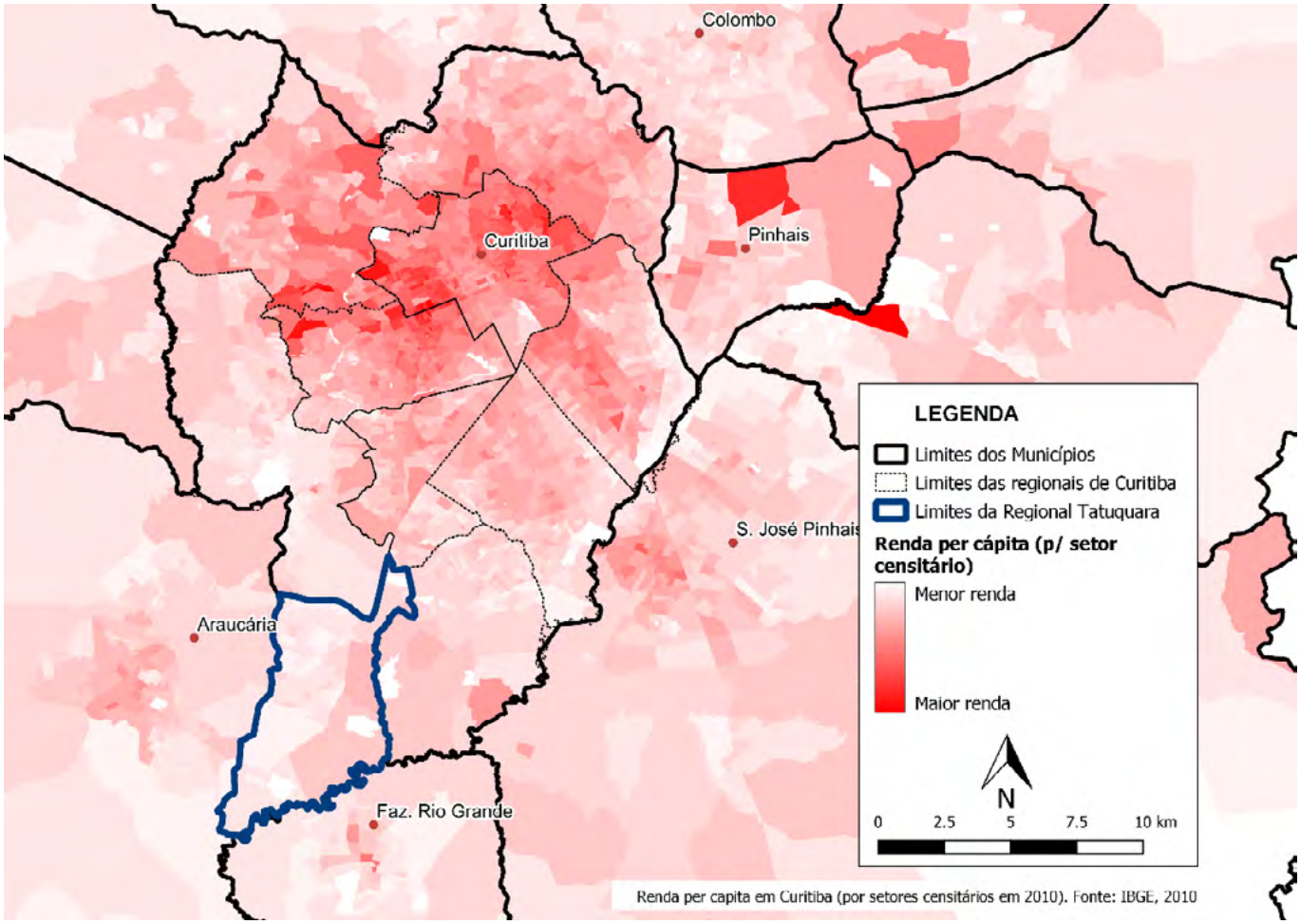


Figura 2: Renda per capita por setor censitário em Curitiba. Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em IBGE, 2010.

REFERÊNCIAS

CARMO, J.; MOREIRA, T. Articulações metropolitanas, políticas Articulações metropolitanas, políticas municipais: desafios e avanços do planejamento territorial na Região Metropolitana de Curitiba (Brasil). **EURE**, v. 46, n. 139, p. 29-45, 2020.

COSTA, G. M. Construções teóricas da problemátia urbana brasileira: rupturas, permanências, transcedências e convergências. In: COSTA, G. M., et al. **Teorias e práticas urbanas** - condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 19-40.

FANINI, V. Mobilidade Urbana e Ordenamento Territorial em Curitiba e Metrópole. In: BARTALT, D. D.; PAULA, M. D. **Mobilidade Urbana no Brasil**: desafios e alternativas. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, 2016.

KROENKE, D.; AUER, D. **Database Concepts**. New Jersey: Prentice Hall, 2009.

MARTNER, C. Expansión dispersa, ciudad difusa y transporte: el caso de Querétaro, México. **EURE**, Santiago de Chile, v. 42, n. 125, p. 31-60, maio 2014.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S.; BELOTO, G. E. Morfologia Urbana como instrumento projetual. **Urbe** - Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2020.

REIS, N. G. **notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

STAIR, R.; REYNOLDS, G. **Principles of Information Systems**. Boston: Course Technology, 2001.

STROHER, L. E. M. **A metrópole e o planejamento urbano**: revisitando o mito da Curitiba-modelo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (dissertação de mestrado), 2014.

A CIDADE, UM PORTO: USOS NÃO RESIDENCIAIS EM VITÓRIA A PARTIR DO GEORREFERENCIAMENTO HISTÓRICO (1920-1940)

LT 202

Flavia Ribeiro Botechia [1], Rúbia Dalvi Ataíde [2]

[1] Professora Dra. Centro de Artes, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo; flavia.botechia@ufes.br.
[2] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo (PIBIC Ufes 2021-2022); rubiadalvi23@gmail.com.

Palavras-chave: forma urbana; comércio; propagandas; geoprocessamento.

Neste artigo apresentam-se os resultados da pesquisa desenvolvida [1] que tem por objetivo elaborar um banco de dados histórico acerca de usos e atividades, de perfil não residencial, em Vitória (Espírito Santo, Brasil), como variável de compreensão e análise das formas urbanas (CONZEN, 1960, MOUDON, 2006).

Os usos não residenciais estão relacionados, historicamente, à formação dos núcleos urbanos compreendendo uma diversidade de escalas e categorias (MUMFORD, 1998; VARGAS, 2000; RODRIGUES, 2012, FREEMAN, 2019). Tal conexão inquestionável leva ao reconhecimento de que também há uma ligação entre os usos e a forma urbana. Entretanto, de que tipo de usos do solo estamos falando? Acredita-se, por hipótese, que é possível mapear endereços não residenciais do passado por meio de georreferenciamento cartográfico podendo detalhar categorias, tipos e predominâncias.

Em se tratando dos procedimentos metodológicos adotados alguns recortes foram importantes. Trata-se de estudo acerca do perfil de comércio tradicional, ou de rua, relacionado ao estudo do bairro centro, da cidade de Vitória, no período da primeira metade do século XX, época de auge da região como referência de centralidade no contexto local. Justifica-se a adoção destes recortes pela importância do estudo das áreas centrais numa perspectiva histórica, mas também pelas fontes documentais utilizadas - cartográfica, iconográfica e textual.

Sobre as fontes documentais recorreu-se à identificação de endereços não residenciais em anúncios publicitários da Revista Vida Capichaba (1923-1954) e ao estudo da cartografia histórica Plano de urbanização de Vitória, de 1917 (Atlas Urbanístico de Vitória, 2019). Em que pesem especificidades mais ou menos detalhadas, os dados constantes nos anúncios (Figura 1) são suficientes para elaboração de uma matriz de dados que seguiu etapas de identificação, recolha documental, seleção e periodização. Posteriormente, transformou-se dados visuais em dados alfanuméricos que foram georreferenciados, juntamente com a cartografia histórica e com uso de ferramentas digitais (Figura 2).

Como resultados foram consultadas 250 revistas, mapeados 273 endereços identificados a partir de mais de 2.000 anúncios publicitários dos quais 63% estão relacionados ao uso comercial e 37% a endereços de serviços. Dentre os comércios destaca-se a categoria de produtos alimentícios (27%) abrangendo os modos de comercialização via atacado e varejo (25%), varejo (35%) e atacado (2%). Destaca-se ainda a concentração comercial nas, então, denominadas Ruas Primeiro de Março, Jerônimo Monteiro e do Commercio atentando-se para o fato de que

1 Apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, da Universidade Federal do Espírito Santo (2021-2022).

todas estão localizadas à “cidade baixa” e às margens da baía de Vitória.

A partir dos usos catalogados - comércio de roupas e acessórios, perfumes, brinquedos, remédios, tecidos, discos - pretende-se dar enfoque, neste artigo, a discussão sobre a ligação entre usos não residenciais e a presença do porto (SALGUEIRO; CACHINHO, 2006, PIMENTEL, 2018). Assim pretende-se realizar uma interpretação referente aos usos do solo (com destaque para comércio importação e exportação, venda de passagens marítimas, comércio de atacado), entre os anos de 1920 e 1940, atrelado a fontes textuais acerca da estrutura portuária identificada em Vitória, de incontestável importância histórica (VASCONCELOS, 2011; CAMPOS, 2018).



Figura 1: Imagens variadas de propagandas pesquisadas, com destaque para os endereços. Fonte: Revista Vida Capichaba,1925.



Figura 2: Mapeamento dos endereços não comerciais históricos (1920-1940) com uso de ferramentas digitais. Fonte: autores, 2022

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M. M. Infraestrutura dos portos: herança cultural da cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 18, n. 214.04, Vitruvius, mar. 2018.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland:** a study in town plan analysis. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1960.

FREEMAN, J. B. **Mastodontes**: a história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia, 2019.

MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban Morphology,** v.1, n. 1, p. 3-10, 1997.

MUMFORD, L. **A cidade na História.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIMENTEL, V. L. O teatro da modernidade: o protagonismo da avenida Capixaba em Vitoria ES. **Arquitextos**, São Paulo, ano 19, n. 221.04, Vitruvius, out. 2018.

RODRIGUES, E. R. R. **Shopping a céu aberto no Brasil**: transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. As relações cidade- comércio dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. **Apontamentos de Geografia**. Lisboa, Centro de estudos geográficos, n. 20, 2006, p.1-26.

VARGAS, H. C. **Comércio e cidade**: uma relação de origem. Portal do Estado de São Paulo. 2020.

VASCONCELOS, F. N. **O desenvolvimento da interface cidade-porto em Vitória (ES) do período colonial ao início do século XXI**: uma cidade portuária? 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORFOLOGIA DA FAVELA NA ZONA NORTE NO RIO DE JANEIRO

LT 203

Fabiana Generoso de Izaga [1], Rodrigo D´Ávila [2] , Pérola Viegas Barbosa [3] , Gabrielle Salaman Rodrigues [4], Renata Guimarães Pougy [5], Laura Martins Ruiz [6], Maria Eduarda de Sousa Paulo [7]

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Cidades LEC, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro
[1] Prof. Dra. PROURB/UFRJ; fabizaga@fau.ufrj.br.
[2] MSc. Urbanismo, Prof. DPA-UFRJ; rodrigo.almeida@fau.ufrj.br.
[3] mestranda PROURB/UFRJ; perola.barbosa@fau.ufrj.br.
[4] IC CNPq; gabrielle.rodrigues@fau.ufrj.br.
[5] IC CNPq; renata.pougy@fau.ufrj.br.
[6] IC CNPq; laura.ruiz@fau.ufrj.br.
[7] IC; maria.paulo@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: morfologia urbana; tipomorfologia; favela; área de planejamento 3; Rio de Janeiro

Por meio do mapeamento das comunidades da Área de Planejamento 3 (AP3), a Zona Norte, este artigo propõe uma matriz de análise das tipomorfologias das favelas da cidade do Rio de Janeiro, como uma forma de interpretação da estruturação do território carioca.

As favelas no Rio de Janeiro, onde moram mais de 22% da população (IBGE, 2010), parecem estabelecer uma relação ambígua em meio à malha urbana da cidade formal, ao estarem ao mesmo tempo incrustadas e isoladas, próximas, mas também afastadas, integradas, porém segregadas na atual organização social do território. Com efeito, a dinâmica socioterritorial do Rio de Janeiro vem sendo interpretada em uma dupla ordem, uma na microescala, onde se aponta a proximidade espacial e a distância social, e outra na macroescala, com a concentração de camadas populares nas sucessivas periferias (RIBEIRO, 2015, p. 28).

A abordagem apoia-se em estudos sobre a forma urbana da cidade contemporânea (PANERAI, 2006; VIGANÒ, 2010), onde o entendimento da tipomorfologia se estabelece como matriz síntese das relações entre os processos de urbanização e a conformação do tecido urbano. A AP3 apresenta-se como referencial por identificar-se como área de urbanização consolidada e como primeiro vetor de expansão ao norte da área central e histórica da cidade, além de ser aquela que apresenta o maior número de favelas e de população favelizada. Foram mapeadas e analisadas a totalidade das favelas da AP3 (309 favelas, conforme delimitação do Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro), excluindo-se aquelas da AP 3.7, na Ilha do Governador, por ser uma região destacada do contínuo urbanizado da zona norte.

A análise se organiza com a identificação da favela no espaço urbano, através do uso das ferramentas Sabren e Google Earth. A análise se desenvolve a partir de hipóteses de conformação e evolução urbana da favela no território, buscando identificar fatores geradores de crescimento urbano, organizadores e ou condicionantes da sua urbanização. A recorrência de determinada organização da favela no território, sua frequência, e aspectos associados, determinam a proposição de uma tipomorfologia. São propostas quatro categorias de favelas tendo em conta sua relação com o tecido urbano formal: enclave, linha, malha e quadra (IZAGA; D´AVILA; BARBOSA, RODRIGUES, 2022). A partir dessa sistematização, a pesquisa busca analisar de forma mais aprofundada um caso referência de cada categoria.

Entre as principais conclusões, identificamos que as categorias das tipomorfologias apresentam, em muitos casos, correspondências com a estrutura socioeconômica e com o "peso do território" (RIBEIRO e RIBEIRO, 2021), nas suas dimensões social, econômica, política e cultural, como fator explicativo das diferenças socioespaciais, na urbanização desigual. Identificou-se a maior presença de favelas em malha nas áreas periféricas (AP 3.5 e 3.6), enquanto aquelas de maior densidade, em geral em quadra, estão mais próximas à área central, em correspondência, em certa medida, ao gradiente centro (maior renda) periferia (menor renda). As favelas do tipo enclave encontram-se nas bordas de áreas em aclive, enquanto as favelas em linha ocupam os espaços ociosos gerados a partir da implementação de grandes infraestruturas viárias, como o trem, o metrô e as rodovias. Ademais, observamos uma maior presença de favelas em malha (40%) e em quadra (31,7%) na AP3, que em linha (18,2%) e em enclave (10,1%).

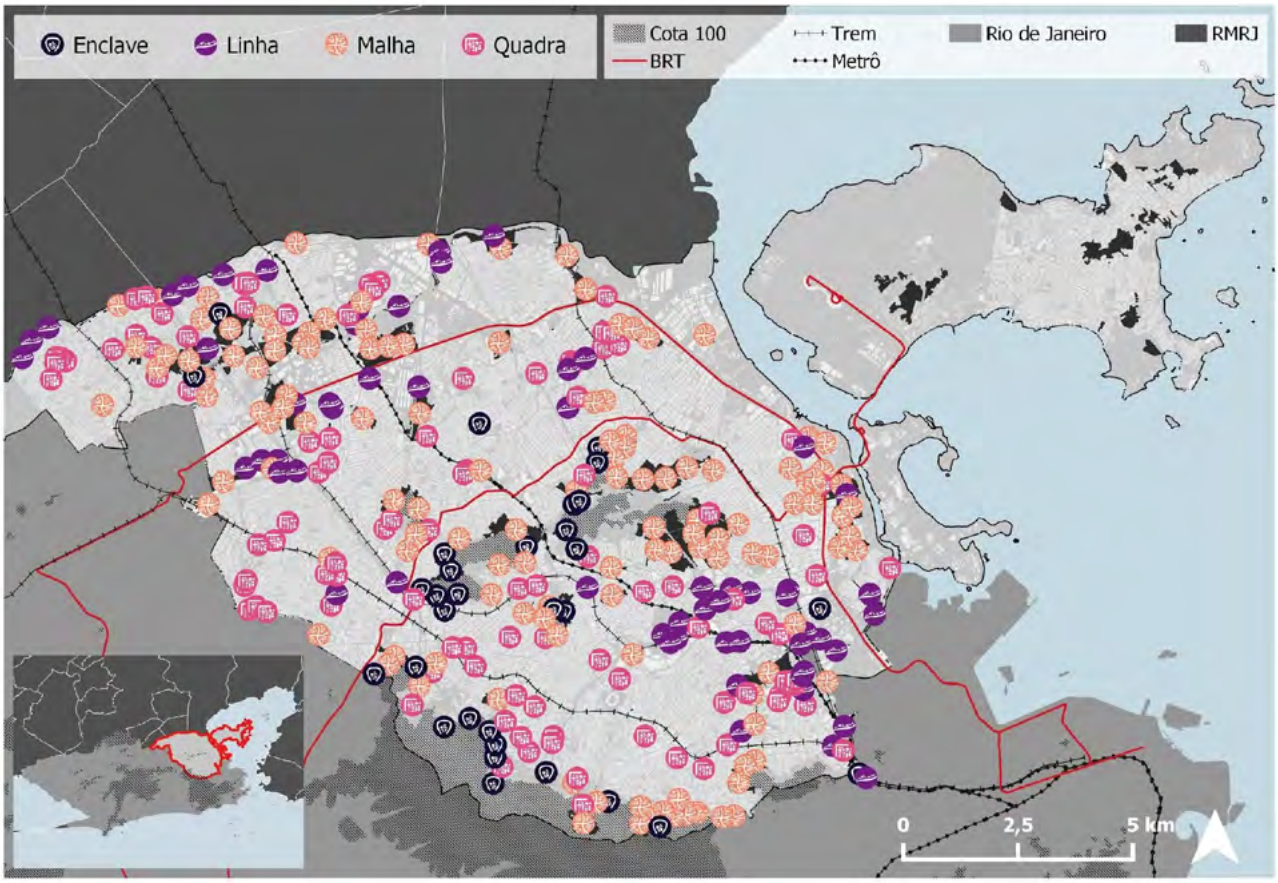


Figura 1: Tipomorfologias das favelas da Zona Norte, Rio de Janeiro. Fonte: autor, 2022.

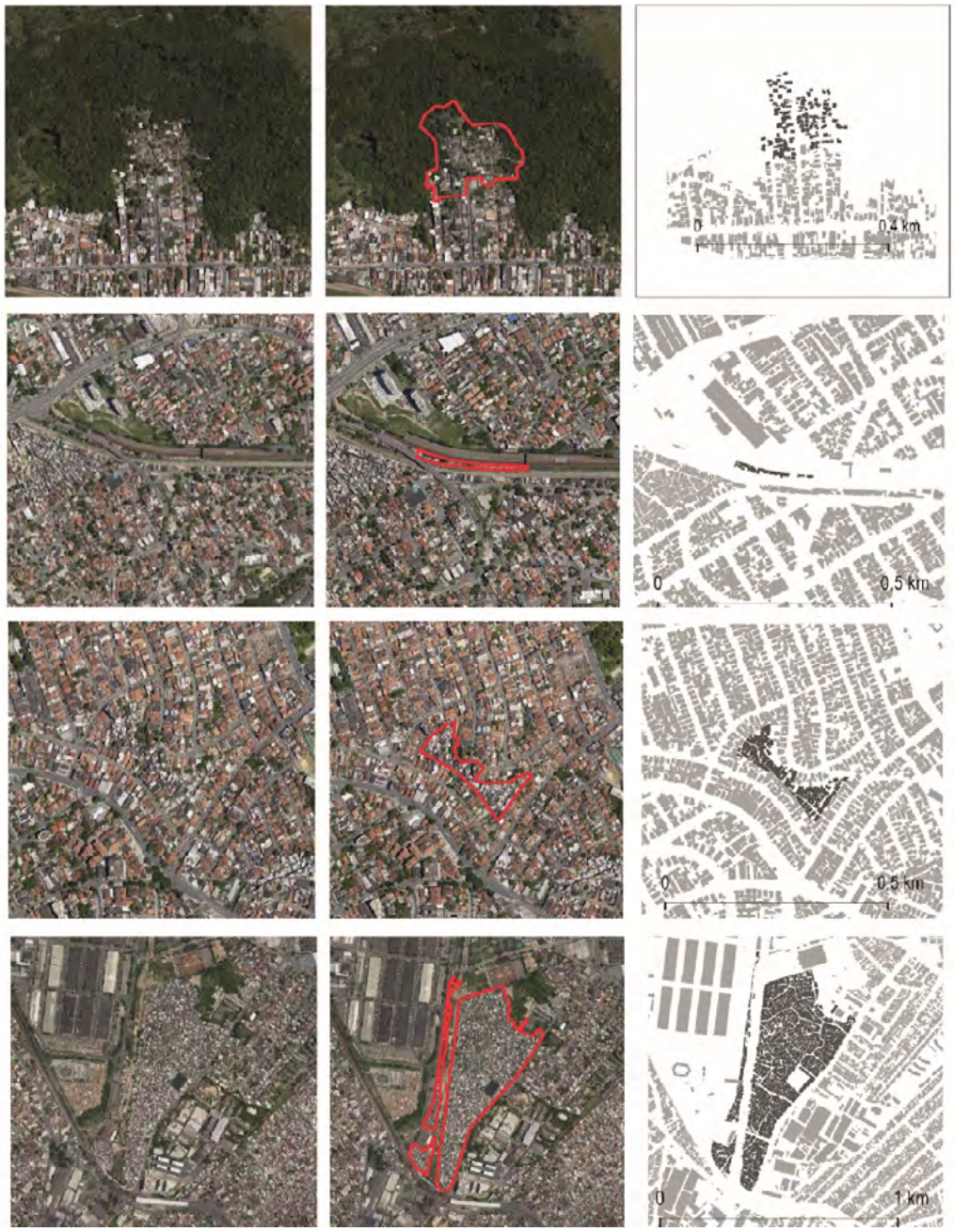


Figura 2: Linha 1: Favela Rua Iguaçu, n.360, casa 23, Engenheiro Leal, Rio de Janeiro. Caso referência de favela em enclave; Linha 2: Favela B1, Del Castilho, Rio de Janeiro. Caso referência de favela em linha; Linha 3: Favela Parque Félix Ferreira, Higienópolis, Rio de Janeiro. Caso referência de favela em quadra; Linha 4: Favela Vila São Jorge (RA-Irajá), Colégio, Rio de Janeiro. Caso referência de favela em malha. Fonte: autor, a partir da base cartográfica Google Maps, 2022.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: **https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html**. Consulta em junho de 2022.

IZAGA; D´AVILA; BARBOSA, RODRIGUES. Tipomorfologia de favelas - uma abordagem sobre áreas de tecido de habitação informal na estruturação do território da Cidade do Rio de Janeiro. **XIX ENANPUR, PPGDR/FURB,** 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT5_SEM_526_761_20211215010404.pdf. Consulta em junho de 2022.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz(ed). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; **Observatório das Metrópoles**, 2015.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Eure**, v. 47, n.142, p. 27-48, 2021.

VIGANÒ, Paola. **Les territoires de l´ urbanisme**. Le projet comme producteur de connaissance. Rome: Officina Edizione, 2010.

ANÁLISE MORFOLÓGICA DA 7ª CRE: CONTRASTES URBANOS A PARTIR DO MAPEAMENTO AFETIVO-RJ

LT 204

Karine de Amorim de Lima [1], Yago Araujo Faria [2], Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira [3], Rafael Ferreira Diniz Gomes [4], Giselle Arteiro Nielsen Azevedo [5]

[1] CLA, Estudante graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista PIBIC PROARQ-FAUUFRJ; karine.lima@fau.ufrj.br.
[2] CLA, Estudante graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista PIBIC PROARQ-FAUUFRJ; yago.faria@fau.ufrj.br.
[3] CLA, Arquiteta, Mestranda em Arquitetura, bolsista CAPES PROARQ-FAUUFRJ; marianacrrpereira@gmail.com.
[4] CLA, Arquiteto, Dr, Bolsista TCT FAPERJ PROARQ-FAUUFRJ; raffa.arq@gmail.com.
[5] CLA, Arquiteta, Dra, Professora Associada PROARQ-FAUUFRJ; giselleartEiro@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Análise Morfológica, Mapeamento afetivo; Percurso casa-escola; Unidades de paisagem; Georreferenciamento.

Este artigo apresenta uma análise morfológica e afetiva do território da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de discutir os contrastes urbanos existentes na paisagem, a partir da percepção e vivência dos estudantes em seus percursos cotidianos casa-escola, busca-se evidenciar como a morfologia urbana pode impactar o habitar das infâncias e juventudes na cidade. No Dia Mundial do Urbanismo, em 8 de novembro de 2019, os grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE) e Sistemas de Espaços Livres (SEL-RJ), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ FAU-UFRJ), em parceria com o Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados - CVL/SUBPAR da Casa Civil e com a Secretaria Municipal de Educação, realizaram o “Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da cidade do Rio de Janeiro” nas escolas públicas da rede municipal. A atividade teve como proposta entender o olhar dos estudantes em relação à cidade a partir de seus percursos cotidianos entre a casa e a escola, com o intuito de entender a diversidade e a complexidade da cidade, além de conhecer suas percepções e desejos.

As escolas da rede municipal estão subordinadas às 11 Coordenadorias Regionais de Educação - CREs, onde cada uma contempla um grupo de bairros e suas respectivas unidades escolares. Nesta pesquisa, serão abordados especificamente a análise e georreferenciamento do território que compreende a 7ª CRE (figura 1). A região é composta por diversos bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e possui uma grande extensão territorial, além de internamente possuir diferenças sociais, econômicas e urbanísticas marcantes, o que confere um caráter heterogêneo à mesma.

Como metodologia, busca-se identificar e caracterizar tal território a partir de uma análise tipo-morfológica para classificá-lo em diferentes unidades de paisagem (MACEDO, 2009; MAGNOLI, 2006; SANTOS, 2008; SCHLEE et al, 2009; TÂNGARI et al, 2012). A partir dessa categorização é então realizado o entrelaçamento dessa análise morfológica com a análise afetiva obtida com as respostas dos estudantes na atividade do Mapeamento Afetivo, especificamente relacionadas às escolas localizadas em diferentes unidades de paisagens identificadas. Tais representações contidas nas fichas (figura 2) retratam a visão que crianças e jovens têm da cidade, como se apropriam dos percursos cotidianos, as eventuais denúncias para os problemas apontados por elas e o que desejam a partir de uma cartografia do sensível.

Os resultados previstos a partir deste estudo buscam relacionar as análises dos percursos

cartografados pelos estudantes e seu rebatimento com a identificação das unidades de paisagem, para obter pistas que ajudem a compreender as principais demandas relatadas nas fichas. De modo geral, há considerações relacionadas aos trajetos que focalizam em questões de mobilidade urbana, características intrínsecas de territórios extensos e heterogêneos. A análise das formas urbanas pode ser utilizada como instrumento de estudo e proposição frente aos problemas que dificultam o exercício do direito à cidade e que impactam o cotidiano de crianças e jovens.

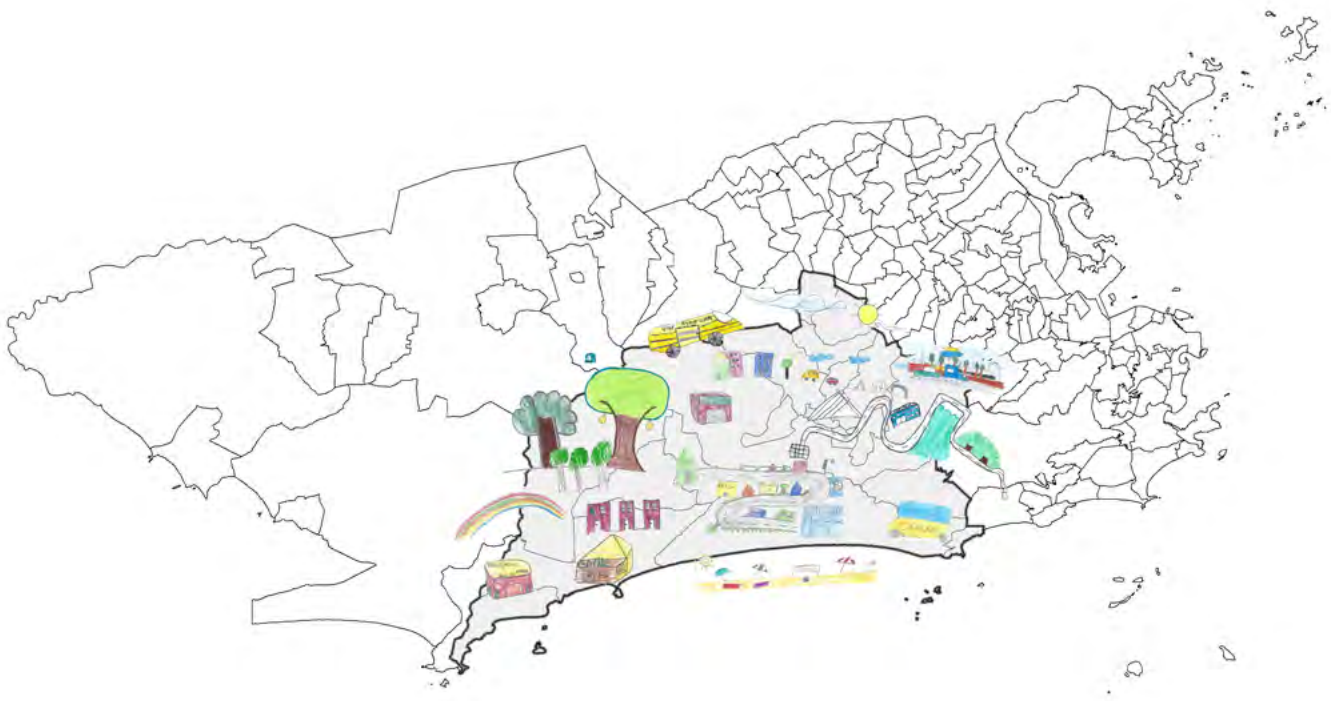


Figura 1: Imagem do mapa da cidade do Rio de Janeiro com ilustrações dos estudantes da 7ªCRE. Fonte: GAE, 2022

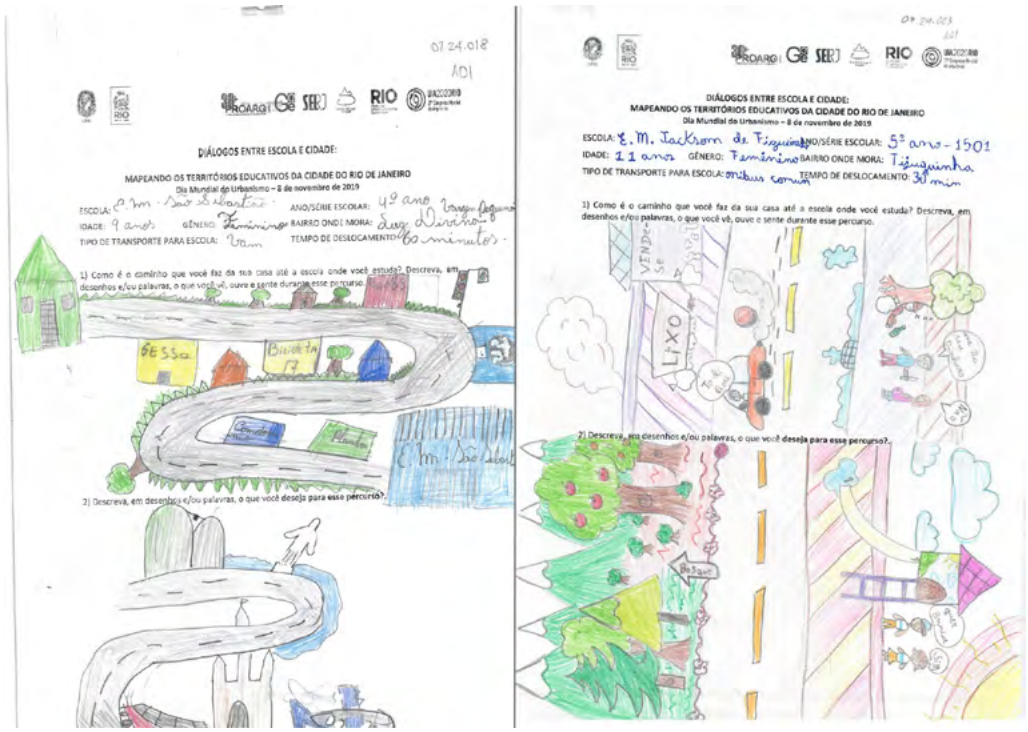


Figura 2: Exemplos de fichas preenchidas dos estudantes da 7ªCRE da cidade do Rio de Janeiro com ilustrações. Fonte: GAE e SEL , 2019.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G.; TÂNGARI, V.; BURLA, F.; LAMOUNIER, A.; SCHMIDT, F.; GOMES, R.; FERNANDEZ, F.; GOMEZ, A.; PINHEIRO, D.; GERSON, G.; NOGUEIRA, E.; QUEIROZ, I.; PARREIRA, G. **Relatório Técnico Mapeamento afetivo dos territórios educativos da cidade do Rio de Janeiro** - crianças e jovens pensando no futuro da cidade. 2020. Disponível em: <http://www2.gae.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-Mapeamento-Afetivo.pdf>

MACEDO et al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In: TÂNGARI, Vera, SCHLEE, Mônica Bahia, ANDRADE, Rubens de. (Orgs.) **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, ausências e apropriações. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

MAGNOLI, Miranda M. Em busca de outros espaços livres de edificação. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, 2006, p. 143-173.

SANTOS, Milton. **O espaço e a noção de totalidade**. In: SANTOS, Milton. EDUSP:São Paulo, 2008.

SCHLEE, M. B.; SOUZA, M. J.; REGO, A. Q.; RHEINGANTZ, P.; DIAS, M. A.; TÂNGARI, V. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um debate conceitual. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v. 26. São Paulo: FAU-USP, 2009, p. 225-247

TÂNGARI, Vera R. et al. Morfologia urbana, suporte geo-biofísico e o sistema de espaços livres no Rio de Janeiro. In CAMPOS, A.A.; QUEIROGA, E.; GALENDER, F.; DEGREAS, H.; AKAMINE, R.; MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. (Orgs.) **Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras.** São Paulo: FAUUSP, 2012. p. 195-227

IDENTIFICANDO TIPOMORFOLOGIAS: UM EXERCÍCIO DE CLASSIFICAÇÃO DA FORMA URBANA

LT 206

Mariana Pizzo Diniz [1], Miguel Serra [2]

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA), Programa Doutoral em Planeamento do Território (PDPT).
[1] mpdarquitetura@gmail.com. [2] mserrra@fe.up.pt

Palavras-chave: tipomorfologias; urban samples; regiões morfológicas; Birmingham, UK; GIS

A forma urbana resulta de um processo cumulativo de estratificação histórica, no qual as entidades físicas urbanas refletem códigos sociais e culturais de períodos precedentes no processo formativo da cidade. Nesta perspectiva, compreende-se que os elementos urbanos e o seu conjunto de tipos formais representam os diferentes períodos evolutivos da cidade, cuja distribuição espacial também reflete uma autocorrelação entre os elementos, em uma tendência para a estruturação de áreas formalmente homogêneas. Trata-se de um aspecto central para o conceito de Regiões Morfológicas, cujo enquadramento teórico delineia o desenvolvimento desta pesquisa (CONZEN, 1960, 1988; OLIVEIRA; YAYGIN, 2020; WHITEHAND; GU, 2010). Este trabalho possui uma abordagem metodológica e objetiva a construção de um método para a classificação e caracterização da forma urbana. Propõe-se um conjunto de métricas para serem testadas em unidades da paisagem urbana, denominadas urban samples. Estas unidades, escolhidas de maneira supervisionada, representam áreas urbanas de caráter tipológico homogêneo entre os elementos – nomeadamente ruas, quarteirões, lotes e edifícios - comparáveis aos padrões formais pretendidos nas Regiões Morfológicas clássicas. A cidade de Birmingham, UK, foi definida como área de estudo e testagem do método, pois além da diversidade de tecidos urbanos, a cidade também já foi analisada por outros estudos de regionalização morfológica (BARRET, 1996; WHITEHAND, 2009). Trinta amostras de dimensões similares (i.e. aproximadamente 10 quarteirões) foram selecionadas considerando a representatividade dos diferentes períodos históricos da cidade identificados pelas Character Areas (BCA) e classificadas em quatro categorias distintas. Estas trinta amostras foram então descritas quantitativamente segundo o conjunto de métricas morfológicas selecionadas em uma revisão de literatura prévia (BERGHAUSER PONT et al., 2019; DIBBLE et al., 2019; GIL et al., 2012; SERRA; GIL; PINHO, 2017). Na sequência, com o intuito de identificar as métricas morfológicas que melhor discriminam as quatro categorias de tecidos urbanos definidas no estudo, utilizou-se análises estatísticas multivariadas, em específico o algoritmo de Análise Discriminante Linear, que explica a contribuição de cada uma das variáveis iniciais para reproduzir a classificação prévia. Portanto, a abordagem metodológica é supervisionada, uma vez que as quatro categorias de tecidos urbanos são conhecidas previamente. As trinta amostras foram analisadas e, como resultado elencou-se um grupo de métricas que melhor discriminam os padrões morfológicos segundo as quatro categorias iniciais. Por fim, com o intuito de confirmar os resultados, em especifico a diferenciação das categorias das amostras segundo as variáveis discriminadas, realizou-se uma análise de clustering não-supervisando, entre as amostras. Como resultado, percebeu-se uma concreta diferenciação dos clusters resultantes, corroborando para a confirmação da hipótese de que as métricas morfológicas inicialmente selecionadas são capazes de distinguir as diferentes categorias das amostras de tecido urbano e quais as variáveis mais relevantes no processo. Em

um contexto específico, este trabalho compõe uma das etapas de uma tese de doutoramento em desenvolvimento; para além, apoiando-se em numa abordagem sistemática e quantitativa, o método é aplicável a análises comparativas em larga escala de formas urbanas contemporâneas.



Figura 1: Ilustração de duas urban samples utilizadas na análise. Fonte: Autor (2022).

REFERÊNCIAS

BARRET, Heather Joy. **Townscape change and local planning management in city centre conservation areas**: the example of Birmingham and Bristol. Birmingham: A thesis submitted to the Faculty of Arts of The University of Birmingham for the degree of Doctor of Philosofy, 1996.

BERGHAUSER PONT, Meta et al. The spatial distribution and frequency of street, plot and building types across five European cities. **Environment and Planning B**: Urban Analytics and City Science, [S. l.], v. 46, n. 7, p. 1226–1242, 2019. DOI: 10.1177/2399808319857450.

CONZEN, M. R. G. Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis. London: Orge Philip & Son, 1960. DOI: 10.2307/1790293. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/621094.

CONZEN, M. R. G. Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow'. In: DENECKE, D.; SHAW, G. (org.). **Urban historical geography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 253–272.

DIBBLE, Jacob; PRELORENDJOS, Alexios; ROMICE, Ombretta; ZANELLA, Mattia; STRANO, Emanuele; PAGEL, Mark; PORTA, Sergio. On the origin of spaces: Morphometric foundations of urban form evolution. **Environment and Planning B:** Urban Analytics and City Science, [S. l.], v. 46, n. 4, p. 707–730, 2019. DOI: 10.1177/2399808317725075.

GIL, Jorge; BEIRÃO, José Nuno; MONTENEGRO, Nuno; DUARTE, José Pinto. On the discovery of urban typologies: Data mining the many dimensions of urban form. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 27–40, 2012.

OLIVEIRA, Vítor; YAYGIN, Muzaffer Ali. The concept of the morphological region: Developments and prospects. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 35–52, 2020.

SERRA, Miguel; GIL, Jorge; PINHO, Paulo. Towards an understanding of morphogenesis in metropolitan street-networks. **Environment and Planning B**: Urban Analytics and City Science, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 272–293, 2017. DOI: 10.1177/0265813516684136.

WHITEHAND, J. W. R. The structure of urban landscapes: Strengthening research and practice. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5–27, 2009.

WHITEHAND, J. W. R.; GU, Kai. Conserving urban landscape heritage: A geographical approach. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 6948–6953, 2010. DOI: 10.1016/j.sbspro.2010.05.047. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.05.047.

A QUESTÃO DO MAPEAMENTO POR QUADRA: O CASO DO NOVO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

LT 207

Rogerio Goldfeld Cardeman [1]

[1] Docente no Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio, FAU|UFRJ e no Curso de arquitetura e Urbanismo da Universidade Veiga de Almeida | RJ; r.cardeman@gmail.com.

Palavras-chave: Plano Diretor; mapeamento; forma urbana; microescala; Rio de Janeiro.

Dentro do planejamento urbano é fundamental o entendimento das escalas. Neste trabalho podemos citar pelo menos três: a escala da cidade que é representada pelo macroplanejamento e tem no Plano Diretor seu principal instrumento, a mesoescala ou escala do bairro abordada através dos planos locais e a microescala como a escala da rua e da quadra, escala onde vivemos e onde se dá a vida urbana. Porém, podemos perceber que, como visto em trabalhos anteriores (CARDEMAN 2012 E 2021), no caso da cidade do Rio de Janeiro existe uma distância muito grande entre o que se pensa na macroescala e o que se realiza ao nível da quadra e da rua.

O Rio de Janeiro está, desde 2021, em um processo de revisão do seu Plano Diretor, diferente de outras cidades ele inclui a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) em sua estrutura. Neste momento de grande mobilização do executivo e legislativo, se faz urgente trazer a discussão das escalas de planejamento. Este artigo irá abordar a importância de se olhar a forma urbana existente e de se planejar nas diversas escalas, mas principalmente do olhar na escala da quadra.

Segundo Lamas (2007), para que se obtenha qualidade na forma de uma cidade não basta haver bons projetos arquitetônicos, é preciso haver também um bom desenho urbano. Podemos observar, nas cidades brasileiras, que as legislações urbanísticas não são necessariamente um reflexo do plano diretor e geralmente atendem a algumas demandas específicas, tratam sempre de uso e gabaritos e pouco interferem nas questões de desenho urbano, espaços públicos e zonas de especial interesse social, além disso determinam seus zoneamentos e uso do solo através de grandes áreas sem um olhar mais aproximado. Portanto, o momento é de mudar a escala do planejamento do macro para a escala da quadra. Através de projetos urbanos podemos fazer alterações pontuais em um espaço que traz uma diversidade de usos e recomposição da forma urbana hoje fragmentada pelas diversas mudanças na legislação urbanística. Os planos normalmente levam tempo para se realizar, ao contrário, o projeto tem um caráter mais imediato, focado em resolver questões a curto e médio prazo. (CARDEMAN e CARDEMAN, 2020).

Na cidade do Rio de Janeiro, desde a década de 1970, a forma urbana é resultante de grandes manchas de zoneamento e gabaritos, nestas manchas se incluem também ruas e praças que são espaços públicos e, portanto, não incidentes de uso e ocupação. Um exemplo é o Projeto de Estruturação Urbana (PEU), instituído em 1977 e que tinha como objetivo ter este olhar na escala do bairro, porém não atendeu plenamente a esta função.

O zoneamento por mancha não dá conta e não consegue ter um olhar aproximado sobre estas quadras. Cidades como São Paulo, com território maior que o do Rio de Janeiro, fizeram, através de sua sua Lei de Uso do Solo, um mapeamento quadra a quadra. Por qual motivo mantemos uma tradição de mapeamento por manchas? Por que em uma proposta de Plano Diretor no século XXI usamos práticas de planejamento do século XX?

A proposta desta pesquisa é a de, através do entendimento de lote e quadras de Lamas (2007) e Santos(1988) além de escala de Ashihara (1988), estudar os impactos que foram gerados pela falta de planejamento baseado nas quadras e na concepção de sua forma urbana, trazendo à luz os impactos da novas propostas do Plano Diretor na paisagem da cidade.

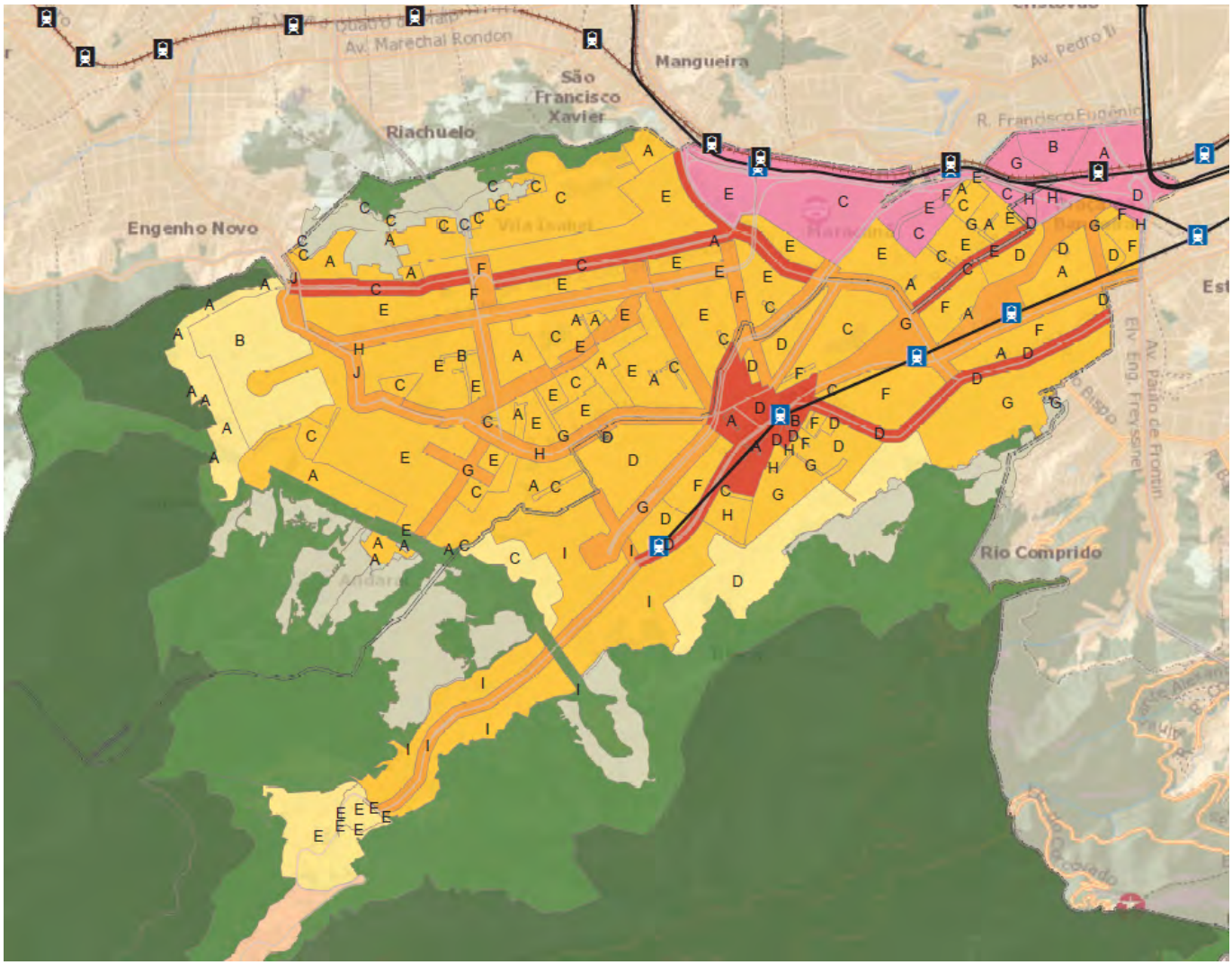


Figura 1: Proposta do novo Plano Diretor da cidade do rio de Janeiro (PLC 44/2021), fica claro a dificuldade de se identificar o zoneamento das quadras bem como a divisão das subzonas traz mais incertezas sobre os parâmetros edilícios. Fonte: SMPU/PCRJ, 2021

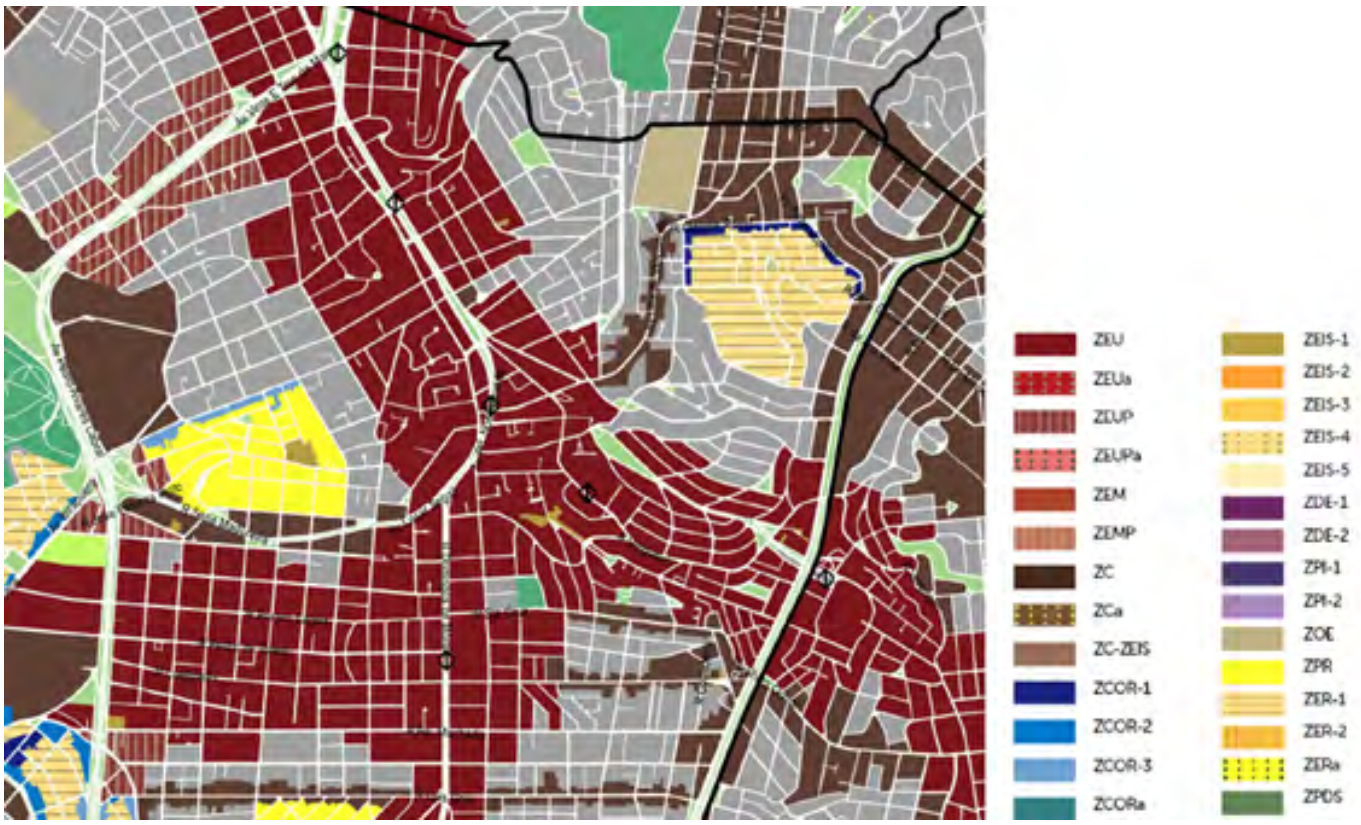


Figura 2: O Plano Diretor de SP determina o zoneamento por quadra. Fonte: SMUL/PCSP, 2014

REFERÊNCIAS

ASHIHARA, Yoshinobu. **El diseño de espacios exteriores.** Barcelona: Editora Gustavo Gili, S.A.,1981.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio G. **Rio Legal**: ensaios de uma cidade em movimento. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2020.

CARDEMAN, Rogerio G. **Por Dentro de Copacabana.** Descobrindo os espaços livres do bairro. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2012.

CARDEMAN, Rogerio G. **Transformação da paisagem**: desenho e planejamento em áreas de expansão urbana. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2021.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

A FELICIDADE INTERNA BRUTA COMO INDICADOR URBANO: O CASO DE BAIRROS NA CIDADE DE CASCAVEL/PR/BR

LT 208

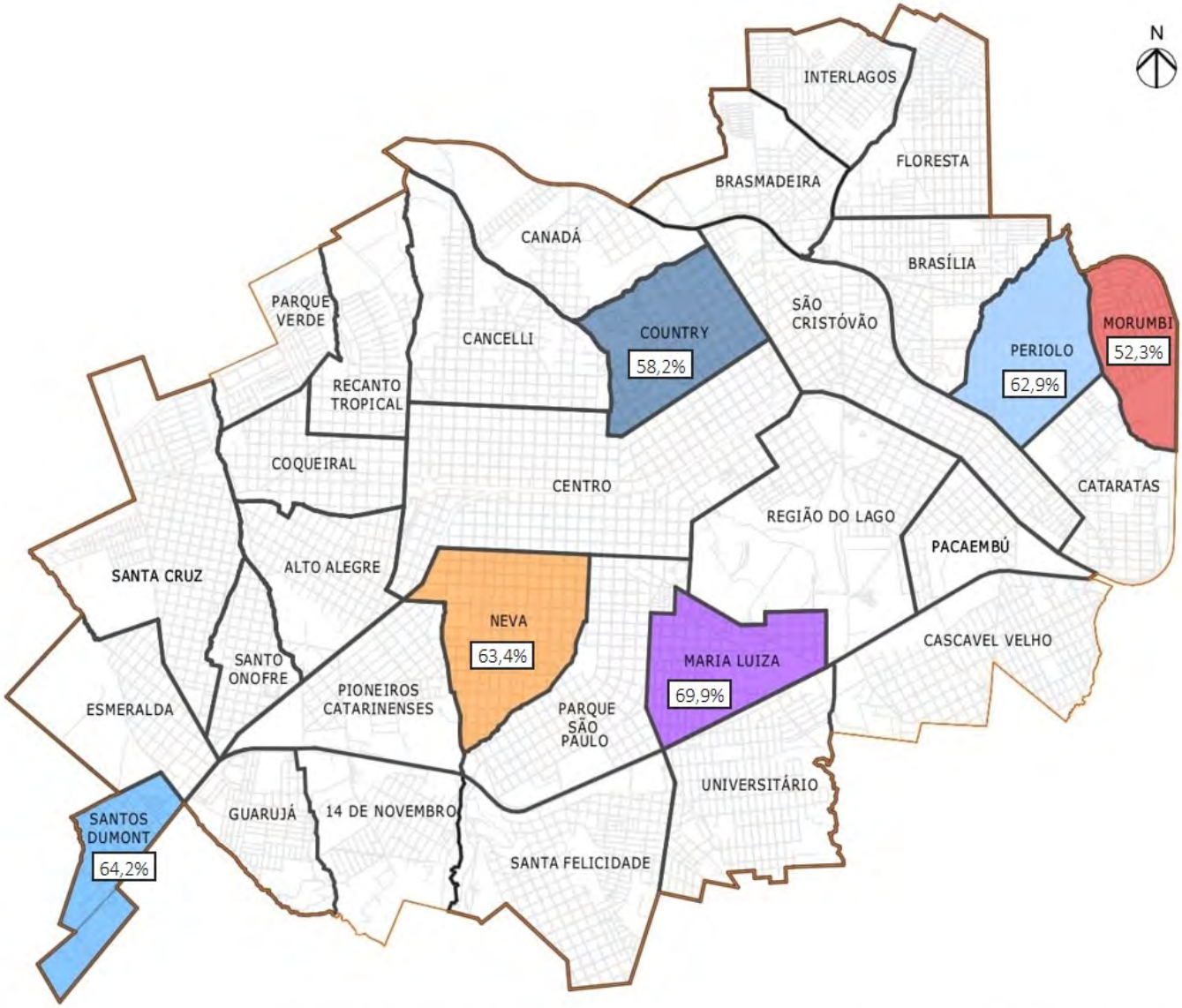
Solange Irene Smolarek Dias [1], Maria Paula Fontana de Figueiredo [2], Beatriz Alves Rocha [3], Maria Fernanda Cervelin [4], Thiago Filipak Moreto [5]

Programa de Apoio à Iniciação Cientifica do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG. Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAUFAG. Grupo de Pesquisa Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional – MTPUR.
[1] Professora orientadora arquiteta e urbanista pela UFPR e doutora pela UFSC; solange@fag.edu.br.
[2] Professora orientadora arquiteta e urbanista pelo CAUFAG, doutoranda pela UFPR e bolsista da CAPES; mariapaulafigueiredo@hotmail.com.
[3] Aluna PIBIC formandos em Arquitetura e Urbanismo do CAUFAG; bia-alves-rocha@hotmail.com.
[4] Aluna PIBIC formandos em Arquitetura e Urbanismo do CAUFAG; nandacervelin@hotmail.com.
[5] Aluno PIBIC formandos em Arquitetura e Urbanismo do CAUFAG; filipakt@outlook.com.

Palavras-chave: FIB; indicador urbano; bairros; Cascavel/PR/BR

Nas transformações e desafios nas formas urbanas do Século XXI, é abordada a Felicidade Interna Bruta – FIB como indicador urbano e para bairros. Considera-se que esses, enquanto unidades de vizinhança, são base da cidade contemporânea e que o FIB, como indicador urbano, pode propor projetos e programas de ordenamento territorial. Ao abarcar o índice de FIB, enfatiza-se a necessidade de estudos urbanos que busquem soluções mais assertivas para cada realidade. Oriundos do mesmo grupo de pesquisa, o estudo do FIB urbano já ocorreu em dois casos (ZANON, DIAS, FIGUEIREDO, 2019b; CIPIANI, DIAS, FIGUEIREDO, 2020), bem como em apresentações nacionais e internacionais, (ZANON, FIGUEIREDO, DIAS 2018a; ZANON, FIGUEIREDO, DIAS 2018b; ZANON, FIGUEIREDO, DIAS, 2019a; ZANON, DIAS, FIGUEIREDO, 2019b; CIPIANI, DIAS, FIGUEIREDO, 2020; FIGUEIREDO, DIAS, ZANON, 2021), tendo como objetivo compor mosaico de aferição do FIB em todos os bairros da cidade de Cascavel/PR. Tal cidade se localiza na região oeste do Paraná com população estimada em 336.073 habitantes (IBGE, 2022); tem o quarto maior IDH do estado, com índice de 0.782 (PNUD BRASIL, 2013), superior ao nacional, que é de 0.755 (PNUD BRASIL, 2015). É sede de região metropolitana (PARANÁ, 2015), sendo o terceiro maior polo de desenvolvimento do estado, a terceira melhor cidade do estado para fazer negócios e a vigésima terceira melhor do país (URBAN SYSTEMS, 2020), além de ser conhecida como “ilha de prosperidade e de empreendedores” (DIAS et al., 2005, p. 103). Portanto, ficou a dúvida: os índices de FIB dessa ilha de prosperidade condizem com o seu destaque econômico? A metodologia utilizada para a resposta segue como definido por Ferentz (2015, p. 17), na coleta de dados em bairros. A atual pesquisa propõe a aferição do FIB em mais quatro bairros da cidade. A metodologia enquadra-se como pesquisa aplicada (Gil, 2008, p.27) e descritiva (GIL, 2008, p.28). Utiliza-se da escala psicométrica Likert (LLAURADÓ, 2015) nas entrevistas, na escala e na metodologia de análise e comparação entre bairros, como feito na cidade de Curitiba (FERENTZ, 2015). No cálculo da amostragem de entrevistas foi utilizado o cálculo de amostras para populações infinitas (GIL, 2008, p. 96), bem como foi realizada a estratificação proporcional entre os bairros, métodos utilizados na cidade de Curitiba por Ferentz (2015, p. 31). Finalmente, a amostragem do levantamento FIB em bairros de Cascavel/PR é transformada em porcentagem (THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES, 2010). O mesmo ocorreu nos questionários, análises, pesos e métricas, como no ranking produzido pela ONU (HELLIWELL, 2018, p. 26). Para a amostragem e sua estratificação, foram considerados os dados do Censo do IBGE de 2010,

com população estabelecida em 286.205 habitantes, utilizando-se do cálculo para populações infinitas de Gil (2008, p. 96). Também foram considerados os critérios de 5% de margem de erro e de 95% de porcentagem de confiança, na estratificação entre os bairros (GIL, 2008, p. 96). Para tal, foi necessário o levantamento da quantidade de habitantes por bairro e feita estratificação, resultando em 400 questionários para toda a cidade. Os resultados da pesquisa de campo, apresentados na Figura 1, evidenciam a heterogeneidade dos domínios na extensão do território urbano e a importância do uso de um indicador complexo como o FIB como ferramenta de proposição e aferição políticas públicas urbanas mais assertivas.



	Bem-estar psicológico	Saúde	Educação	Cultura	Uso do tempo	Governo	Vitalidade da comunidade	Ecologia	Padrão de vida	Total
Neva	78,3%	56,8%	59,5%	56,4%	72,1%	66,9%	71,2%	65,4%	66,5%	63,4%
Morumbi	72,4%	55,9%	44,0%	42,2%	71,8%	24,6%	54,3%	56,2%	48,4%	52,3%
Santos Dumont	77,8%	69,2%	51,7%	31,7%	66,7%	40,8%	79,2%	65,0%	96,3%	64,2%
Maria Luiza	86,4%	72,8%	61,6%	66,3%	60,9%	62,2%	81,6%	56,6%	80,9%	69,9%
Country	67,6%	31,9%	42,5%	54,1%	73,1%	51,3%	62,2%	53,8%	87,4%	58,2%
Periolo	85,7%	77,9%	44,2%	40,3%	71,5%	38,1%	77,3%	54,8%	76, 2%	62,9%

Figura 1: Mapa de bairros de Cascavel: resultado da aferição do FIB nos bairros indicados. Fonte: PMCI (adaptado pelos autores), 2022.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em Ura (2012). Ver Apêndice A – Significados dos domínios e dos indicadores do FIB

Domínios	Indicadores	Peso em %	Pergunta
Bem-estar psicológico	Satisfação com a vida	33	1: Quando você está satisfeito com sua vida?
	Espiritualidade	33	2: Quando você ora, medita ou reflete?
	Emoções positivas	17	3: Quando você sente generosidade e compaixão pelo próximo?
	Emoções negativas	17	4: Quando você sente preocupação, inveja e raiva?
Saúde	Desabilitação	30	5: No último ano, quando você teve problemas físicos de saúde?
	Saúde diária	30	6: Nos últimos 30 dias, quando você esteve incapacitado em relação ao seu estado normal?
	Saúde mental	30	7: Quando você é ansioso, deprimido ou sem confiança própria?
	Auto avaliação de saúde	10	8: Quando os programas de governo se preocupam com sua saúde?
Educação	Alfabetização	30	9: Qual a sua frequência em ler e escrever?
	Formação educacional	30	10: Estudou até: 1=fundamental; 2=médio; 3=graduação; 4=mestrado; 5=doutorado?
	Conhecimentos gerais	20	11: Qual o seu interesse em cultura, doenças e leis brasileiras?
	Valores morais	20	12: Qual a frequência com que você mente e desarmoniza o ambiente em que vive?
Cultura	Participação sócio cultural	30	13: No último ano, com que frequência esteve em atividades culturais?
	Habilidade artesanais	30	14: Qual o seu interesse e conhecimento nas tradições locais?
	Domínios de linguagem	20	15: Qual a sua fluência no português: 1=muito ruim, 2=ruim, 3=médio, 4=bom, 5=muito bom?
	Comportamento em público	20	16: Com que frequência as suas atividades em público são aceitas pela sua comunidade?
Uso do tempo	Horas de trabalho	50	17: Quando você trabalha mais que 8 horas diárias (incluindo também trabalhos voluntários)?
	Horas de sono	50	18: Quando você tem 8 horas de sono diariamente?
Governo	Serviços públicos	40	19: Qual a sua satisfação quanto a fornecimento de luz, agua, ônibus, distância de hospitais, etc?
	Participação política	40	20: Quando você participa e se envolve em discussões políticas?
	Liberdade politica	10	21: Quando você pratica sua liberdade de opinião e associação a partidos?
	Desempenho do governo	10	22: Na sua opinião, qual a frequência com que o governo combate a corrupção?
Vitalidade da comunidade	Criminalidade	30	23: No último ano, com que frequência você foi vítima de algum crime?
	Apoio à comunidade	30	24: No último ano, quando ajudou financeira ou voluntariamente sua comunidade?
	Família	20	25: Qual a frequência com que você convive e sente-se feliz estando com sua família?
	Relação com a comunidade	20	26: Qual a frequência com que você vive em comunidade (não sozinho)?
Ecologia	Problemas urbanos	40	27: Quando há problemas urbanos (trânsito, crescimento, falta de áreas verdes)?
	Vida selvagem/agricultura	40	28: Qual o seu nível de preocupação com a degradação ecológica e vida selvagem?
	Poluição	10	29: Quando se preocupa com problemas ambientais impulsionados pela poluição?
	Responsabilidade ambiental	10	30: Qual a sua preocupação em relação ao meio ambiente?
Padrão de vida	Renda familiar	33	31: Está satisfeito com a renda da sua família?
	Bens	33	32: Está satisfeito com a quantidade de bens que possui?
	Qualidade de habitação	33	33: Está satisfeito com a qualidade de sua moradia?

Figura 2: Questionário da pesquisa. Fonte: ZANON, FIGUEIREDO, DIAS, 2019b.

REFERÊNCIAS

CIPRIANI, Simoni; DIAS, Solange Irene Smolarek; FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana. Índice de felicidade interna bruta: o caso do perímetro urbano de Mercedes/PR. In: **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 10, no 2E, jul/dez 2020 – Edição Especial Arquitetura e Urbanismo.

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smolarek. **Cascavel**: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

FERENTZ, Larissa. **Proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável, com base na qualidade de vida, bem-estar e felicidade**: estudo de caso na cidade de Curitiba. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015.

FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana; DIAS, Solange Irene Smolarek; ZANON, Roberto. Utilização da felicidade interna bruta em diagnósticos, proposições e aferições de políticas públicas em unidades de vizinhança. In: **UIA2021RIO Research proceedings 27th world congress of architects**. Whashington, DC, USA: ACSA Press. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HELLIWELL, John F.; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey D. **WHR World Happiness Report 2018**. Toronto: ONU, 2018.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cascavel. 2022.

LLAURADÓ, Oriol. **Escala de Likert:** O que é e como utilizá-la. 2015. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/escala-likert>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PARANÁ. **Lei complementar nº 9369**, de 12 de janeiro de 2015. Instituição da Região Metropolitana de Cascavel e adoção de outras providências. Diário Oficial do Estado. 13 de janeiro de 2015.

PMC - Secretaria de Planejamento. **Mapa Base Cascavel.** 2022

PNUD BRASIL. **Ranking IDHM municípios 2010. 2013**. Disponível em: <http://www.br. undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 7 fev. 2019.

PNUD BRASIL. **Ranking IDH global 2014. 2015**. Disponível em: <http://www.br.undp. org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em: 8 fev. 2019.

THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES. **GNH Survey Findings 2010**. Thimbu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2010.

URBAN SYSTEMS. Cascavel. 2020.

ZANON, Roberto; FIGUEIREDO, Maria Paula; DIAS, Solange Irene Smolarek. Fundamentos arquitetônicos sobre a felicidade interna bruta. In: **Anais do 16º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, 22-26 de outubro de 2018a. Cascavel/PR. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2018/05-10-2018--14.59.57.pdf. Acesso em 17 jun. 2022.

ZANON, Roberto; FIGUEIREDO, Maria Paula; DIAS, Solange Irene Smolarek. Felicidade Interna Bruta como fator de sustentabilidade ambiental: aproximações teóricas no caso de Maringá/PR. In: **Anais do Congresso Internacional Sustentabilidade Urbana,** 5-7 de dezembro de 2018b. Vitória/ES.

ZANON, Roberto; FIGUEIREDO, Maria Paula; DIAS, Solange Irene Smolarek. A felicidade interna bruta como política urbana. In: **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 9, no 2, jul/dez 2019a.

ZANON, Roberto; DIAS, Solange Irene Smolarek; FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana. **Felicidade interna bruta:** o caso de um bairro rico e de um bairro pobre. 1ª ed.- Cascavel PR: Smolarek Arquitetura / Studio CSD, 2019b.

UTILIZAÇÃO DE SIG PARA A ANÁLISE DE DESIGN URBANO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG)

LT 209

Gabriel Henrique Carvalho Rezende [1], Bruno de Oliveira Lázaro [2], Raquel Naiara Fernandes Silva [3]

Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil (PPGEC), Faculdade de Engenharia Civil (FECIV), Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Andamento
[1] carvalhorezende96@gmail.com; [2] bruno.lazaro@ufu.br; [3] raquelfernandes@ufu.br.

Palavras-chave: Ambiente construído; Desenvolvimento urbano; Design urbano; SIG.

As áreas com localizações centrais às cidades, apresentam em sua maioria, características que envolvem o alto fluxo de movimentações. Assim, referente à concepção da forma urbana e suas condições de uso, ocupação e mobilidade resultantes, percebe-se que os ambientes urbanos apresentam rigidez às aplicações de mudanças urbanísticas, principalmente em função da taxa de desenvolvimento de densidade construída atrelada à indisponibilidade espacial de modificações de infraestrutura nas cidades. Neste sentido, esta pesquisa objetivou verificar alguns dos parâmetros sintáticos e geométricos do ambiente construído, visando estabelecer compreensão espacial e morfológica de uma infraestrutura urbana. Assim, a partir da análise do centro da cidade de Uberlândia/MG, elaborou-se um estudo de caso condicionado a investigar as condições espaciais e o comportamento geométrico de uma região juntamente com as influências desenvolvidas pela ação humana (BRASIL,2012; WRI BRASIL,2018). A metodologia deste trabalho estruturou-se por meio da utilização de fotogrametria, obtidas através de capturas de imagem pela câmera Pentax-Pams 645, fornecendo projeções em vista frontal da arquitetura local. De forma complementar, utilizou-se Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a coleta de informações georreferenciadas. Estes dados foram modelados por meio de técnicas de análise espacial nos softwares Google Earth Professional e QGIS. A Figura 1 sintetiza a diversidade geográfica da área e consequentemente a localização de suas influências. Os resultados aqui apresentados abrangem a análise espacial tridimensional de uma área de 1,38 km² em um contorno de 5,46 km. A região estudada apresenta uma altitude média de 859 m, com variações que compreende valores entre os intervalos de 770 a 946 m. Referente aos resultados de caracterização construtiva, estes revelaram que a área apresenta um coeficiente de aproveitamento do solo (CA) de 1,98, ou seja, ainda com potencial de crescimento populacional e edilício, uma vez que o valor relaciona a área já construída em função da totalidade da área (o CA foi obtido pela razão entre densidade populacional e construída) (SANTOS, 2013). Quanto ao índice de compacidade, que analisa as grandezas de perímetro e de área, este demonstrou uma dimensão geométrica altamente compacta, atingindo o valor de 0,76, sendo um número propício ao planejamento de serviços urbanos acessíveis e inclusivos (Cruz e Marins,2017). No que diz respeito às características do sistema estrutural viário e suas respectivas influências (Figura 2), detectou-se que a área central apresenta um número significativo de cruzamentos semaforizados, especificamente 119 semáforos (sincronizados em ciclos temporais que variam de 50 a 120 segundos) distribuídos ao longo de 30 vias, sendo 9 arteriais, 10 coletoras e 11 locais. Assim, constatou-se que as características básicas que compõe o sistema viário é uma estrutura em grelha. Isto indica que a região exerce papel articulador de redistribuição urbana por meio de eixos estruturais com uma intensidade de trânsito predominantemente rápida e trechos moderados de parada em marcha. Por fim, correlacionando direções de Desenvolvimento

Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS) (WRI BRASIL,2018), pode-se afirmar que a área central do município não apresenta características de saturação populacional, construtiva e transitárias, podendo assim, suportar elementos urbanos necessários para promover um desenvolvimento urbano mais sustentável.

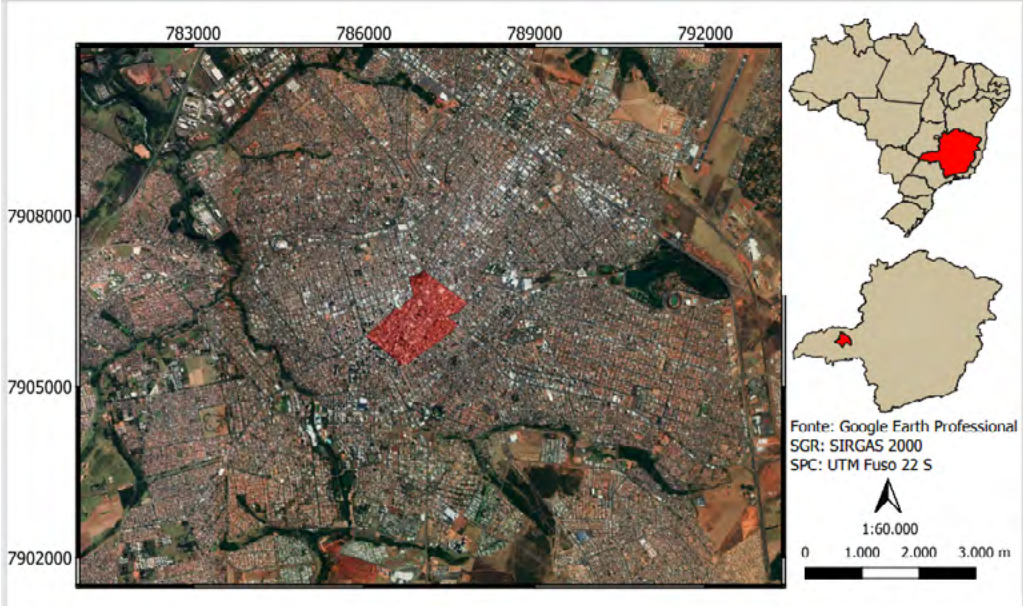


Figura 1: Mapa de localização e espacialização geométrica da área de estudo, Uberlândia, MG. Fonte: Autores, 2022

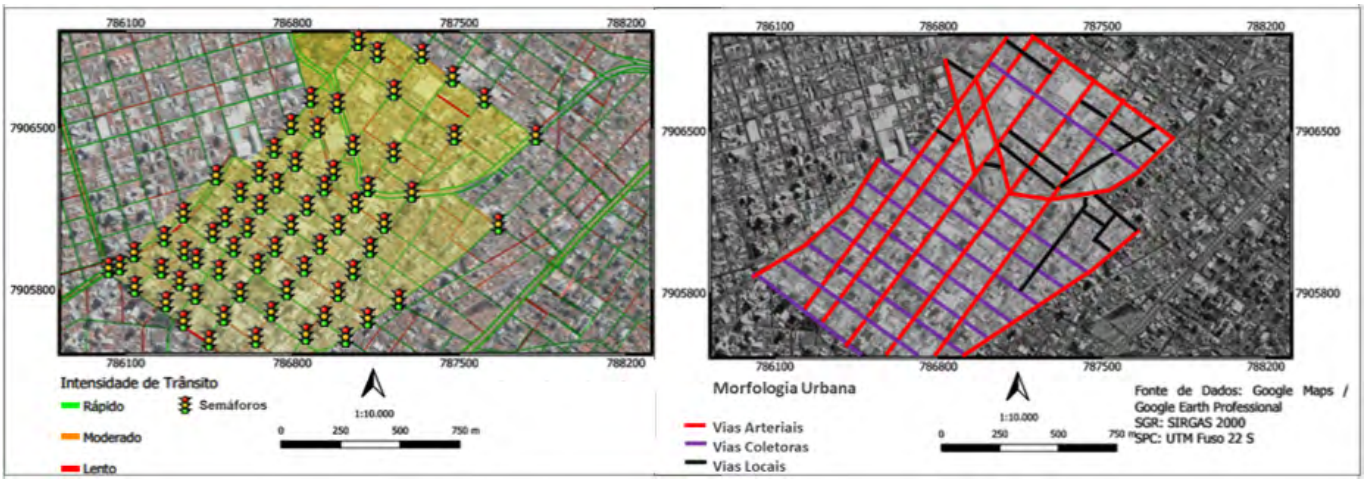


Figura 2: Comportamento viário e característica da morfologia urbana da área de estudo, Uberlândia, MG. Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n° 12.587,** de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 3 jan. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 6 jun. 2022.

CRUZ, Rafael B.; MARINS, Karin R. Avaliação do índice de compacidade nas subprefeituras do município de São Paulo. In: **REEC – Revista Eletrônica de Engenharia Civil**, v.13, n.2, 2017 p.287-298.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. Ed. v. 6. p. 176. São Paulo: Edusp - USP, 2013.

WRI BRASIL (World Resources Institute). **DOTS NOS PLANOS DIRETORES**: Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano. São Paulo, SP, BRASIL. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/DOTS_nos_Planos_Diretores_abr18.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

UM ESPAÇO EM DOIS TEMPOS: PERCEPÇÕES DA PAISAGEM NAS MARÉS ALTA E BAIXA NO PERCURSO DA PRAIA DE BARRA GRANDE – BAHIA.

LT 210

Domitila Almenteiro [1], Alex Lamounier [2], Vera Tângari [3]

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/FAU/UFRJ (em andamento); domitila.almenteiro@fau.ufrj.br.
[2] Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ/FAU/UFRJ; Professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – EAU/UFF; alexlamounier@id.uff.br.
[3] Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROARQ/FAU/UFRJ; vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Paisagem; marés; transformação, microterritorialidades; Barra Grande.

O trabalho apresenta reflexões sobre transformações na ocupação da orla da Praia de Barra Grande, Maraú-BA, com foco na relação entre morfologia e a dinâmica das marés. Através de deriva na maré alta e baixa, investiga-se como esses dois momentos interferem na definição de limites e variações entre dentro e fora e percepções sobre público e privado.

A Península de Maraú vem sofrendo processo de expansão acentuado pela especulação pautada no turismo. Dezenas de canteiros de obras sem regulamentação, desmatamento para demarcação de loteamentos e a introdução de novas tipologias arquitetônicas são marcos desse crescimento e espelham a tensão existente entre a estruturação urbana e a natureza tropical. A maior parte dos novos investimentos se localiza na Praia de Barra Grande, na ponta da península, por ter acesso facilitado – estrada de terra BR 101 e um píer para chegada de barcos. As modificações ocorridas são expressas na ocupação intensificada da orla e nas tipologias das novas construções à beira mar.

Esses processos de transformação da paisagem são emblemáticos, pois representam os modelos de expansão recorrentes no Brasil. Para sua análise é fundamental o entendimento de paisagem em termos de dinâmica processual e em contínua transformação (SCHLEE et al., 2009), bem como produto e sistema (MACEDO, 1997), abrangendo sua essência física, material, objetiva, categorizável, funcional e espacial, contemplando-se também sua dimensão simbólica, experimental, de criação individual, coletiva e histórica.

Na microescala, observa-se que as dinâmicas das marés ocasionam diferentes formas de apropriação, propiciando a configuração de atmosferas com notáveis variações. Atmosferas são aqui entendidas como resultantes de combinações entre atributos morfológicos, estímulos sensoriais e sinestésicos (LAMOUNIER et al, 2019). Suas variações, propiciando experiências e apropriações diversas (Figura 1), levam à configuração de microterritorialidades (LAMOUNIER; YAMAKI, 2005) que possuem caráter tão mutável quanto as atmosferas às quais se relacionam.

Na medida em que a apropriação dos espaços é condicionada pelo ritmo natural das águas, as construções a beira mar, restringindo a faixa de areia, determinam as possibilidades do caminhar, impondo barreiras e limites e confundindo relações entre público e privado, nas suas dimensões formais e simbólicas (Figura 2). Ao longo do trajeto é possível observar vestígios que reforçam o conflito entre as construções e as águas. Os coqueiros nos jardins têm as raízes expostas até finalmente caírem na areia. Se durante a maré baixa servem como banco, na maré alta são

gradativamente levados ao mar. Outro exemplo são as muretas de contenção que não suportam as batidas do mar e vão aos poucos se despedaçando, deixando restos de entulho pela areia.

As duas imersões no território possibilitaram mapear como as sensações e percepções captadas ao longo do trajeto são alteradas. A permeabilidade na maré baixa cede, na maré alta, às restrições de percurso pelo espaço público. O desrespeito ao movimento das águas pela ocupação na praia obriga, em certos trechos, à passagem por áreas privadas – nesses momentos, liberdade, segurança e conforto se transformam em limitação, insegurança e desconforto. Desconsiderado nesse processo de mercantilização da paisagem, o movimento das marés torna-se fator de preocupação e intensificador da subtração espacial resultante das ocupações da praia que promovem a desconfiguração morfológica de microterritorialidades e de suas atmosferas.

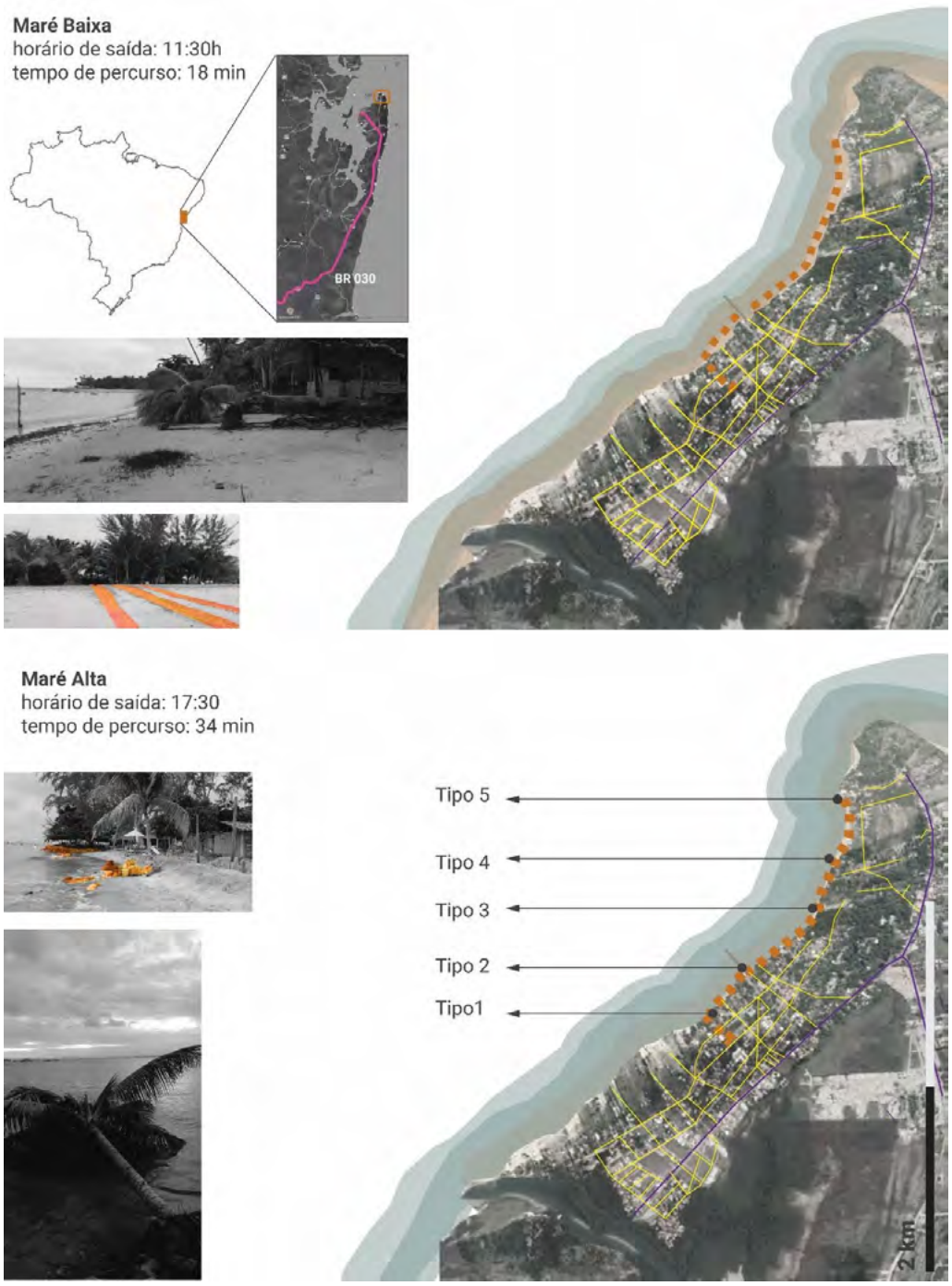


Figura 1: Síntese dos momentos experienciados no percurso divido em Maré Baixa e Maré Alta. Fonte: elaborado pela autora, 2021.

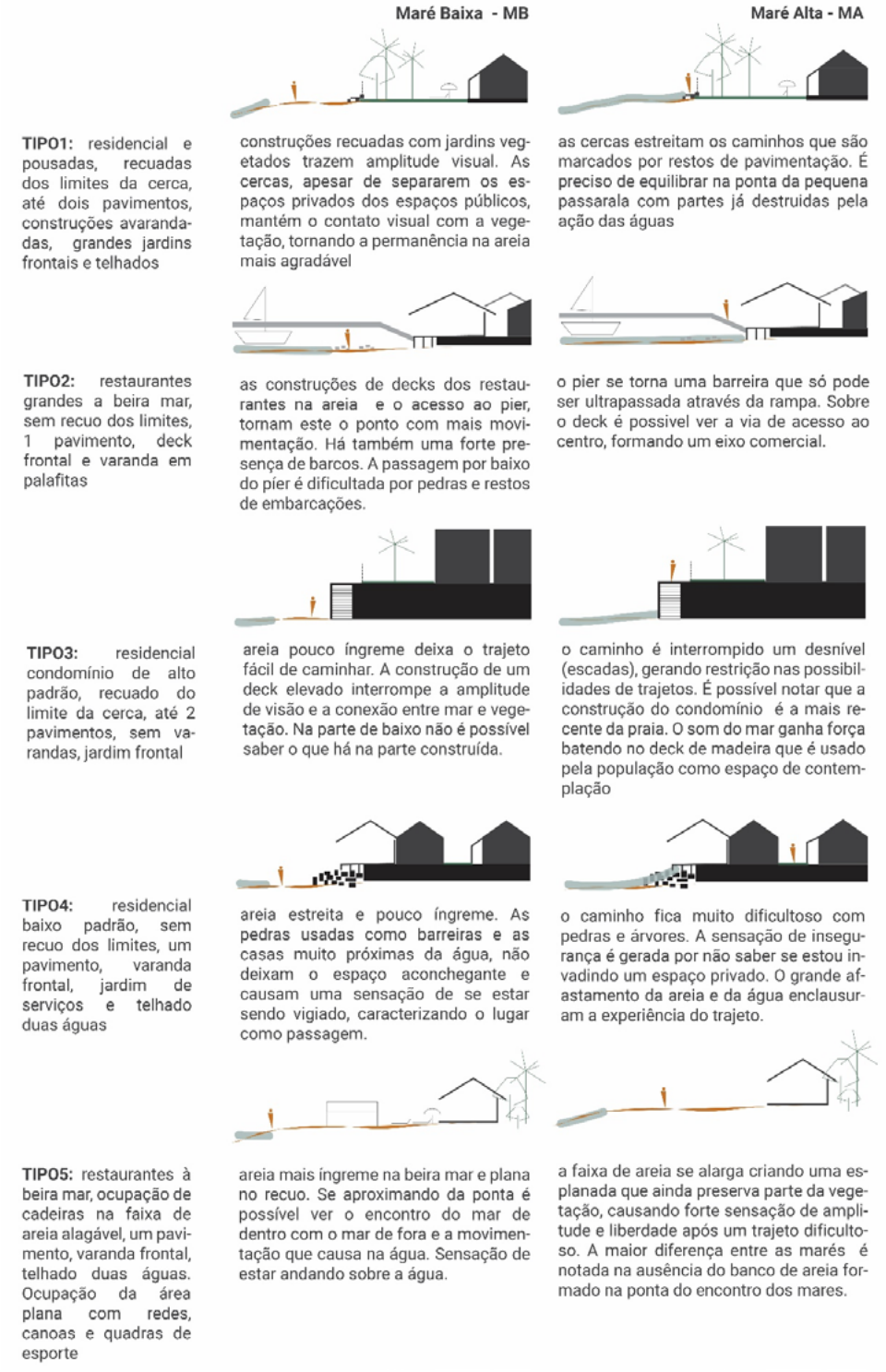


Figura 2: Cortes esquemáticos dos tipos reconhecidos no percurso na maré baixa e maré alta. A figura humana em laranja demonstra o posicionamento durante a caminhada. Fonte: elaborado pela autora, 2021.

REFERÊNCIAS

LAMOUNIER, A. A. et al. Atmosferas de preferência e paisagens cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. **Anais da Conferência Internacional 2019 / Resensitizing Cities, urban ambiances and senses**: Proceedings of the International Conference 2019., 2019.

LAMOUNIER, A.; YAMAKI, H. Espaços Complexos em Londrina: as "ladeiras" Espírito Santo e Alagoas. In: **Anais do I SINPEC**. [s.l: s.n.]. p. 01–21.

MACEDO, S. S. Litoral urbanização: ambientes e seus ecossistemas frágeis. In: **Revista Paisagem e ambiente**: ensaios. São Paulo: FAU USP, 1997.

SCHLEE, M. et al. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. **Paisagem Ambiente**: ensaios - n. 26, p. 225–247, 2009.

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CORREDOR URBANO DE MICROMOBILIDADE

LT 211

Gabriel Rezende [1], Bruno Lázaro [2], Raquel Fernandes [3], Cibele, Marchiolli [4]

Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil (PPGEC), Faculdade de Engenharia Civil (FECIV), Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Andamento
[1] carvalhorezende96@gmail.com; [2] bruno.lazaro@ufu.br; [3] raquelfernandes@ufu.br; [4] cebolabele@gmail.com

Palavras-chave: Mobilidade; Infraestrutura urbana; Geotecnologias; Transporte ativo.

A implementação de redes de infraestrutura viária que incentivem a micromobilidade tem se mostrado uma importante ferramenta para o planejamento urbano e para o desenvolvimento inteligente e sustentável das cidades. Neste sentido, estudos demonstram cada vez mais a importância técnica, urbanística, sanitária e ambiental do incentivo ao transporte ativo e elétrico para os deslocamentos intramunicipais diários das populações urbanas.

Neste sentido, o presente trabalho objetiva avaliar a viabilidade técnica para a requalificação e implantação de um corredor de microbilidade urbana ao longo da Avenida Anselmo Alves dos Santos no município brasileiro de Uberlândia/MG. Esta avaliação foi desenvolvida por meio da caracterização espacial da área de abrangência do empreendimento proposto com a utilização de geotecnologias para a coleta, a interpretação e a modelagem de dados urbanísticos e demográficos da área de estudo.

Assim, foram analisadas informações relativas à topografia e ao traçado geométrico do eixo da via em questão. Ademais, analisou-se os padrões de uso e ocupação do solo na área de abrangência do corredor urbano proposto e dados demográficos da região. Por fim, com o intuito de estudar a demanda, foi desenvolvido um questionário virtual com questões relativas aos hábitos e predileções populacionais à utilização de um corredor de micromobilidade na área de estudo.

Os resultados apontaram que s declividades gerais do perfil longitudinal são extremamente variáveis. A declividade mínima encontrada foi de -9,50% (rampa descendente de 9,50% de inclinação) e a máxima de 8,00% (rampa ascendente de 8,00% de inclinação). Entretanto, apesar das grandes variações de declividade, torna-se possível estabelecer um canteiro central confortável com destinação a micromobilidade local, incluindo o tráfego de pedestres (ASSHTO,1999, 2012; GEIPOT, 2001; CROW, 2007; DNIT,2010; MCID, 2016; DFT, 2020).

No que diz respeito à largura efetiva da pista de rolamento, 41,90% do percurso possui largura superior a 20,00m, enquadrando assim as dimensões de projeto para implantação do corredor proposto. Os demais 58,10% possuem largura inferior a este limite, se configurando assim como regiões nas quais será necessário a realização de intervenções no entorno e/ou no projeto para a alocação do corredor de micromobilidade urbana (MCID, 2016; DFT, 2020).

Em relação ao uso e ocupação do solo, observou-se que a área de abrangência do corredor proposto possui diversos equipamentos urbanos, tais como comércios e estabelecimentos de alimentação, educação, saúde, cultura, religião e lazer (Figura 1). Estes equipamentos apresentam uma distribuição espacial praticamente homogênea ao longo da mancha urbanizada

da área de estudo. Além disso, percebeu-se que existem vazios urbanos ao longo do eixo viário proposto, em especial na extremidade Nordeste do corredor (Figura 1).

Esta heterogeneidade em equipamentos urbanos evidencia o alto dinamismo urbanístico da área de estudo. Desta maneira, a proposição de eixos de micromobilidade favorece o comércio, os serviços e a própria urbanidade local, incentivando o uso e a ocupação efetiva das vias públicas enquanto equipamento de infraestrutura ativa, acessível e universal.

Em relação à demanda, por meio do questionário aplicado que obteve 200 respostas, observou-se que a população local tem interesse em utilizar um futuro corredor de micromobilidade urbana para seus deslocamentos diários. Neste sentido, percebeu-se que a principal motivação para os futuros usuários do empreendimento seria a facilidade de ligação entre parques ecológicos urbanos na região, bastante utilizados como instrumentos de lazer e recreação atualmente.

Portanto, concluiu-se que existe a viabilidade técnica para a implantação de um corredor de micromobilidade urbana ao longo da Avenida Anselmo Alves dos Santos no município brasileiro de Uberlândia-MG. De modo geral, percebe-se que os padrões de uso e ocupação do solo, a dinâmica urbanística e as características de demanda da população local justificam a proposição do empreendimento viário.

Todavia, salienta-se que é importante promover adequações no traçado geométrico da via existente, principalmente no que diz respeito à largura efetiva de vias e declividade de greides. Desta maneira, pode-se condicionar o futuro corredor urbano à diferentes modais de transporte, garantindo assim segurança, conforto e eficiência para os deslocamentos ativos (a pé, por patinete, por bicicleta, dentre outros).

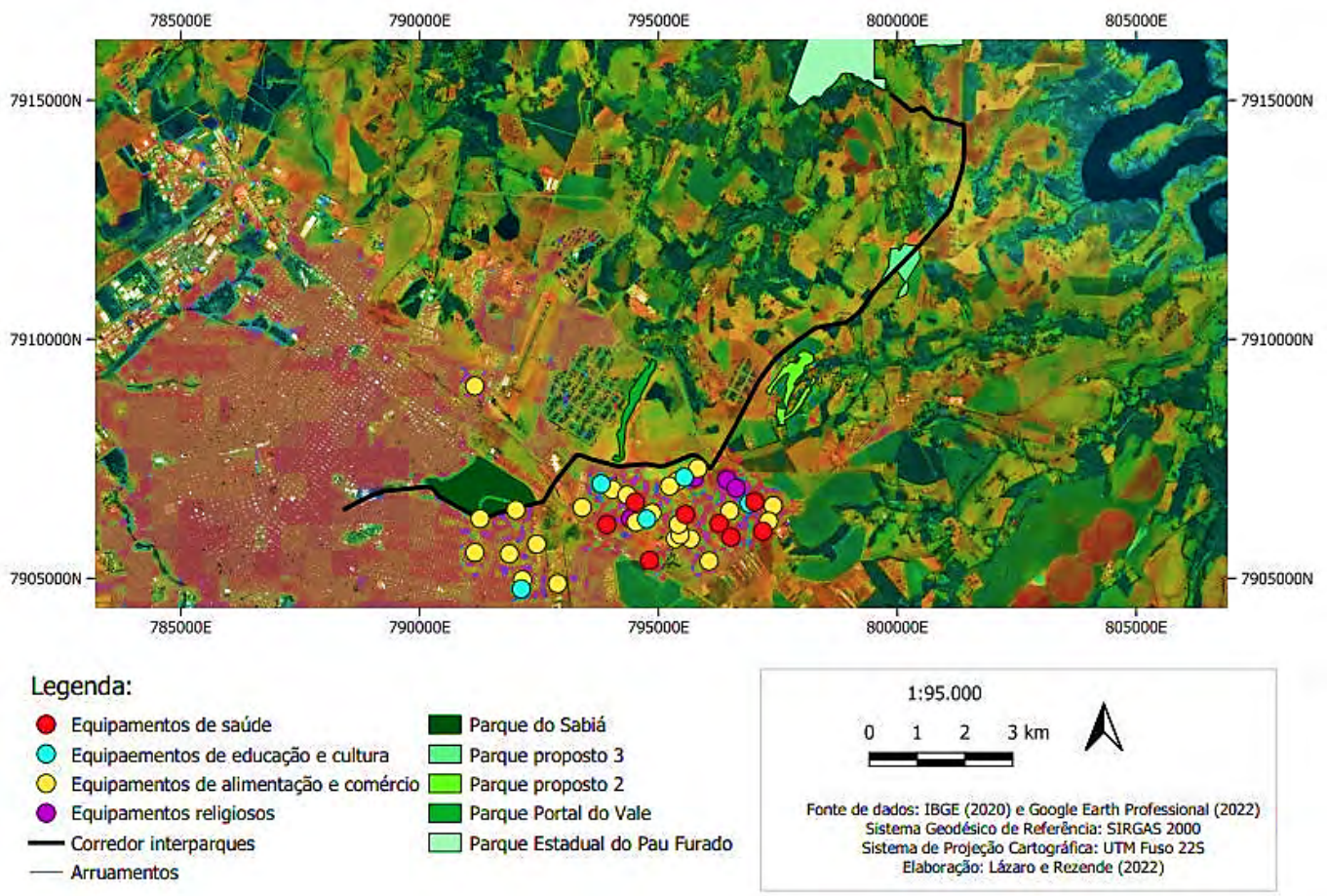


Figura 1: Mapa de distribuição geográfica, Uberlândia, MG. Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF HIGHWAY AND TRANSPORTATION OFFICIALS. **Guide for the Development of Bicycle Facilities**. Washington, DC, AASHTO, 1999. Disponível em: https://usa.streetsblog.org/wp-content/uploads/sites/5/2012/05/AASHTO-Guide-for-the-Development-of-Bicycle-Facilities-1999.pdf . Acesso em: 31 mai. 2022.

AMERICAN ASSOCIATION OF HIGHWAY AND TRANSPORTATION OFFICIALS. **Guide for the Development of Bicycle Facilities.** 4a ed. Washington, DC, AASHTO, 2012. Disponível em < https://njdotlocalaidrc.com/perch/resources/aashto-gbf-4-2012-bicycle.pdf> . Acesso em: 31 mai. 2022.

Bicycle Transportation planning and engineering. **Design Manual for Bicycle Traffic**. Utrecht, Netherlands, CROW, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/28868256/Manual_Dise%C3%B1o_Tr%C3%A1fico_Bicicletas_CROW_ . Acesso em: 31 mai. 2021.

DEPARTMENT FOR TRANSPORT. **Cycle Infrastructure Design**. United Kingdon (UK), 188p., Hastings: DFT ,July, 2020. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/951074/cycle-infrastructure-design-ltn-1-20.pdf . Acesso em: 10 mai. 2021.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Manual de projeto geométrico de travessias urbanas**. 392 p. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: DNIT, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. **Manual de Planejamento Cicloviário** (3a ed.)., Ministério dos Transportes, Brasília, DF: GEIPOT, 2001a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Transporte ativo**: Caderno técnico para projetos de mobilidade urbana. P. 117, Brasília, DF: MCID, 2016.

METRÓPOLE FERROVIÁRIA: ENSAIO PROJETUAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA E A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

LT 213

Vinícius Ferreira Mattos [1]

[1] Professor Adjunto do Curso de Paisagismo da Escola de Belas Artes da UFRJ. Doutor em Urbanismo pelo PROURB-FAU

Palavras-chave: Urbanização, Distribuição Demográfica, Ensaio Projetual, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O presente trabalho busca compreender as relações entre o processo de urbanização e a distribuição demográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro através de um ensaio urbanístico orientado por uma ação projetual. Seu objetivo é a partir da análise das condições urbanísticas e paisagistas da estrutura urbana em relação ao território da metrópole apresentar cenários de distribuição da demanda de urbanização prevista para a década de 2040, refletindo questões de distribuição como a centralidade, a densidade demográfica, o sistema de espaços livres públicos e mosaico de tecidos rurais produtivos e ecológicos.

A premissa fundamental do trabalho parte de exercícios de previsão de crescimento demográficos desenvolvidos pelo prof. Sergio Magalhães (2017) e pelo Plano Diretor da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2018) que apontam uma demanda para 2040 por novas unidades habitacionais, e consequentemente infraestrutura, equipamentos e espaços urbanos, de aproximadamente um terço do número de habitações existentes, considerando a produção formal e informal. A segunda premissa é a evolução da estrutura urbana da metrópole em relação entre as infraestruturas, onde de 1890 até a década de 1960 desenvolveu-se um processo de expansão urbana adensada e orientada pela rede ferroviária e após 1960 em um processo de expansão espraiado e orientado pela infraestrutura rodoviarista. Por fim, a terceira premissa é o padrão de ocupação e expansão do tecido urbano, estruturalmente periférico, majoritariamente através de tecidos nem a devida infraestrutura urbana ou em tecidos informais de alta densidade demográfica. Desta forma, o estudo busca criar cenários de distribuição da demanda estatística de expansão, considerando a ruptura do processo de urbanização atual, baseado em um processo de transformação a partir das características do território e da estrutura urbana existente.

O estudo parte de uma análise urbanística e paisagística das características do território metropolitano, como o suporte biofísico, o uso e ocupação do território urbanizado e não-urbanizado, as infraestruturas de transportes e serviços, os tipos de tecidos urbanos (considerando os aspectos morfológicos e funcionais) a densidade demográfica e a distribuição de equipamentos, trabalho e renda, além de aspectos do planejamento urbano dos municípios que constituem a metrópole e o Plano Diretor da RMRJ, desenvolvido pelo Governo do Estado em 2018.

O ensaio trabalha como diretriz de desenvolvimento da distribuição a estruturação de uma rede de transporte ferroviário capaz de reduzir o impacto rodoviarista e distribuir os equipamentos e as infraestruturas da metrópole em uma rede de centralidades. O estudo desenvolve padrões de distribuição baseados em padrões de densidade, sobre propostas de transformação dos tipos de tecidos urbanos da metrópole. Paralelamente ao estudo de distribuição o ensaio trabalha estudos para a viabilidade do processo de transformação e de uma transição do modelo atual para uma alternativa ecologicamente sustentável.

Como resultados o trabalho apresenta com conjunto cartográficos da metrópole analisando a estrutura urbana e paisagística existente e com as propostas projetuais de ampliação da malha ferroviária e de cenários de distribuição baseados em aumentos de densidade demográfica. Além disso, o trabalho explora a análise e a prototipagem de estratégias de transformação de tecidos urbanos em recortes exemplares da estrutura metropolitana.

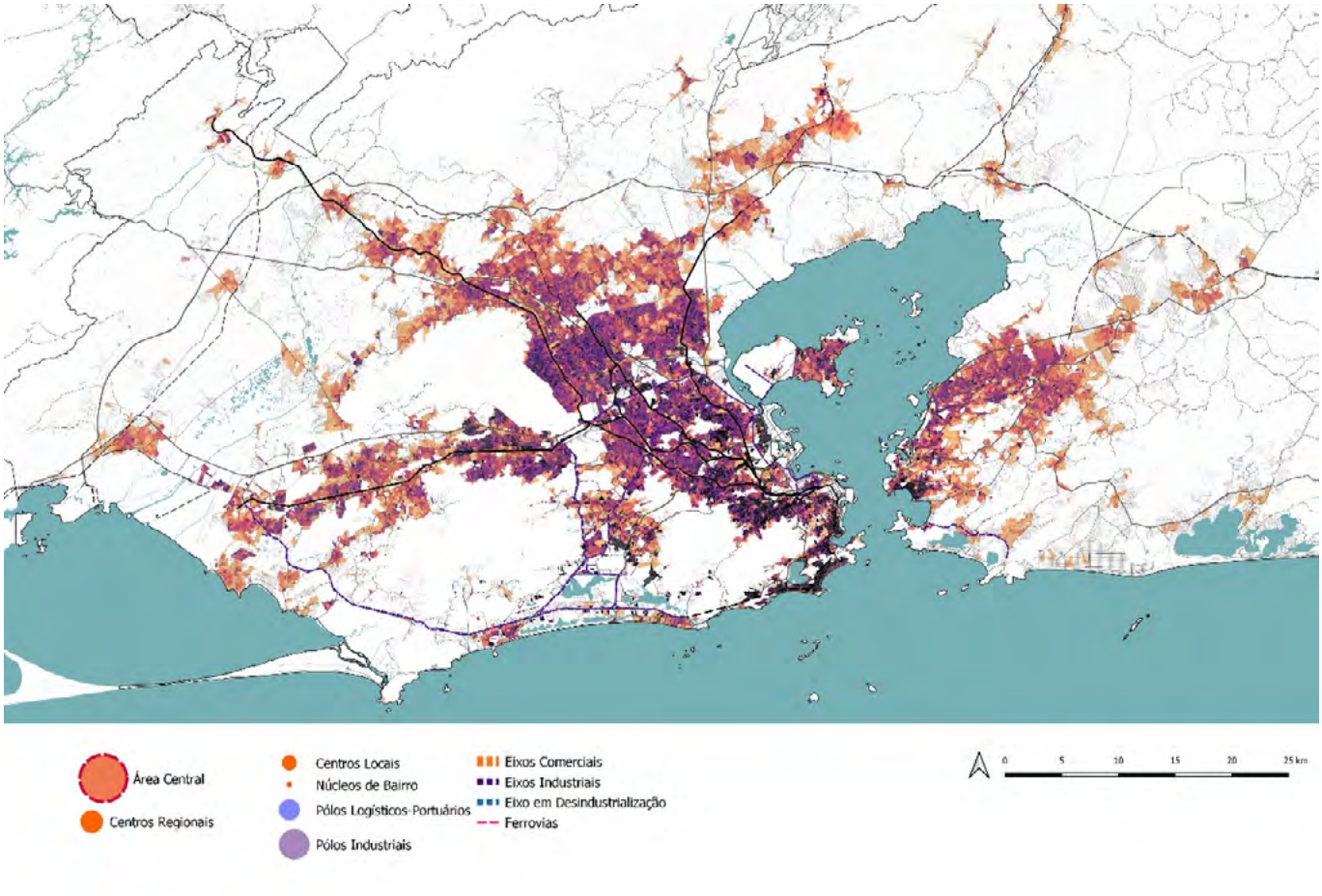


Figura 1: Análise da densidade demográfica da Região Metropolitana. Fonte Autor com dados do IBGE.

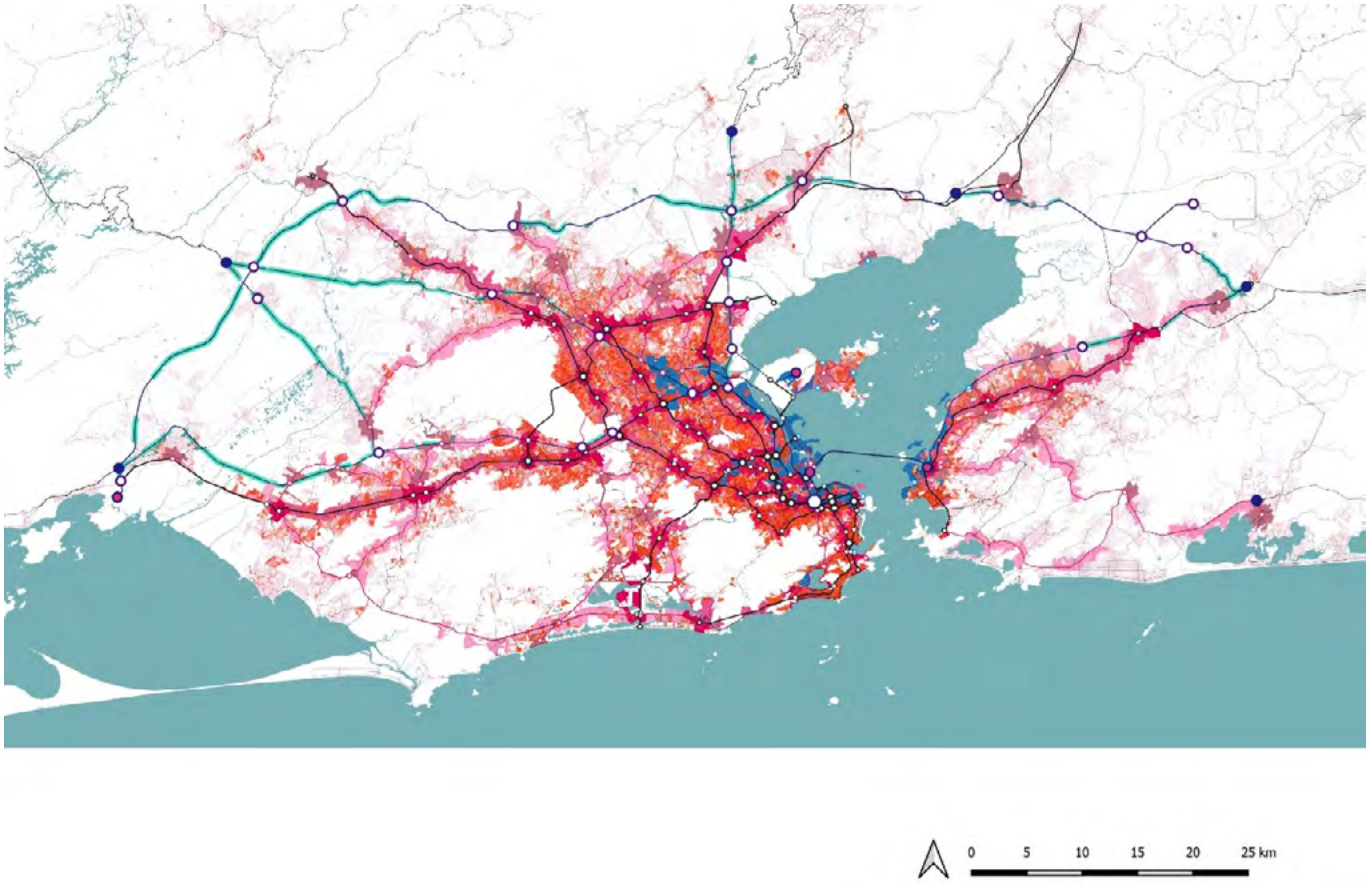


Figura 2: Síntese das propostas de estruturação ferroviária da metrópole e da distribuição de densidades. Fonte: Autor

REFERÊNCIAS

MATTOS, Vinícius F. **Projetos Ensaios Urbanísticos**: Instrumento para Pensar e Transformar a Urbanização Contemporânea. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-FAU-UFRJ, 2021.

MAGALHÃES, Sergio F..; IZAGA, Fabiana G. Cidade Brasileira no Século XXI: Demografia, Moradia e Ocupação do Território: Uma Avaliação Urbanística. In: **Arquitextos**, v.206.01, 2017.

Consórcio Quanta-Lerner. **Modelar a Metrópole**: Plano Diretor Estratégico da RMRJ. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

PARAISOPOLIS. UM ATLAS MORFOLÓGICO: UMA LEITURA MORFOLÓGICA-ESPACIAL DO TECIDO URBANO DA FAVELA

LT 215

Alessandro Tessari [1], Angelica Benatti Alvim [2]

[1] Graduação em Arquitetura, Università IUAV di Venezia. Doutorado em Arquitetura, Università IUAV di Venezia. Doutorado em Urbanismo, FAU-UFRJ. Pesquisador de Pós Doutorado no Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado da Capes (PNPD/Capes), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo (em andamento); tessarialessandro@hotmail.com.

Palavras-chave: Assentamentos precarious; enraizamento informal; morfologia espacial informal; espaço publico informal.

O trabalho dá continuidade a pesquisa desenvolvida em nível de doutorado “Informal rooting. Informal permanences in the contemporary city” realizada em regime de co-tutela entre o prourb - programa de pós-graduação em urbanismo da fau / ufrj do rio de janeiro e o villard d’honnecourt - programa de doutorado internacional em arquitetura, cidade e design da università iuav di venezia e publicado no livro Informal rooting (TESSARI 2021).

Parte-se da constatação de que está em ato, em nível global, um processo de “enraizamento” dos assentamentos precários nas metrópoles que se estruturam sobre si mesmos, permanecem e se sedimentam no imaginário coletivo produzindo uma inédita mutação sociocultural; a estrutura física dos assentamentos precários, na atualidade, assume lógicas de estabilização e reorganização. À luz desse fenômeno em processo, esta pesquisa se propõe em sistematizar de forma rigorosa, por meio de metodologia inédita, a leitura da forma urbana de um tipo específico de assentamento precário, a favela. A ideia inicial do projeto de pesquisa consistia em utilizar a metodologia analítica elaborada e experimentada em favelas no Rio de Janeiro, quando da realização da pesquisa de doutorado, aprimorando-a e aplicando-a em algumas favelas da cidade de São Paulo, definidos como casos de estudo.

Durante a realização das primeiras fases da pesquisa, identificamos a oportunidade de concentrar a intensidade do trabalho em um único território informal da cidade de São Paulo, a favela de Paraisópolis, capaz de nos fornecer uma grande quantidade de dados úteis para o desenvolvimento do trabalho, em virtude de sua grande extensão, sua evolução complexa e sua estrutura urbana articulada. Além desta favela, inúmeras pesquisas acadêmicas foram realizadas nos últimos anos, e podem constituir uma eficiente base para o trabalho de análise preliminar.

A pesquisa subdivide-se em duas etapas: 1) macro escala territorial - verificar as relações de crescimento e expansão da favela de Paraisópolis em interface à expansão da metrópole; 2) micro-escala local - identificar e compreender as micro-transformações espaciais e a sintaxe de evolução do tecido urbano da favela, responsável pela articulação das diferentes partes entre si e com o todo. A pesquisa analiza a favela selecionada, por meio de uma perspectiva de estudo ainda não aprofundada com rigor e precisão suficientes da literatura científica, a da morfologia urbana, destacando a dimensão urbanística e arquitetônica (e não a sociológica ou antropológica), reforçando a importância da ação projetual e de desenho para a compreensão destes territórios, superando o muro representado pela hipercomplexidade, marginalidade e dificuldade de acesso. O produto final tem como propósito construir um catálogo inédito que reúna formas e espaços urbanos gerados na favela, utilizável como instrumento de conhecimento e interpretação rigoroso da informalidade. As temáticas confrontadas nesta pesquisa buscam dar

uma significativa contribuição – se não uma resposta preliminar as seguintes indagações: qual é a gramática urbana e espacial gerada na favela de Paraisópolis? Pode a teoria urbana absorver estas questões e traduzí-las em precisos métodos de ação de projeto e intervenção na favela, mais sensível e coerente com suas dinâmicas de evolução interna?

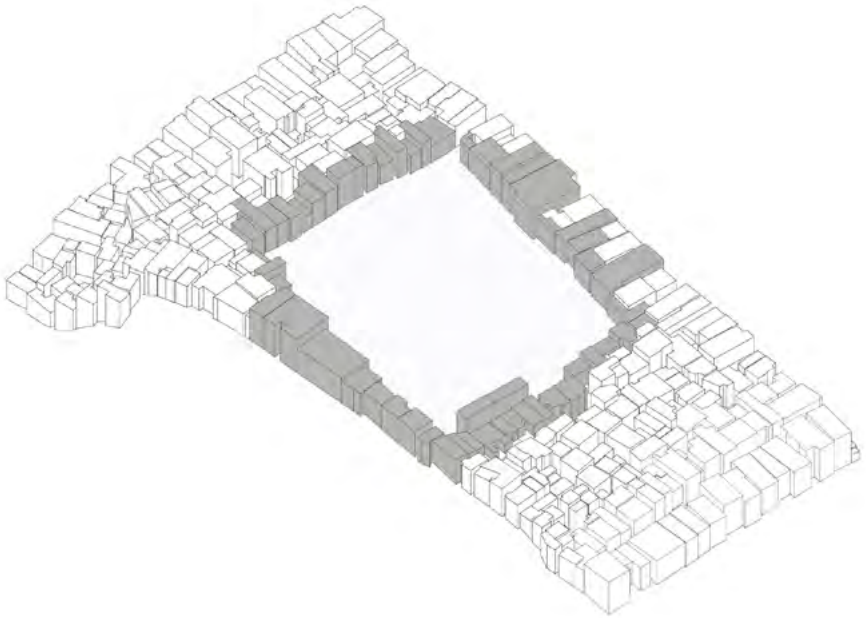


Figura 1: Axonometria da Quadra 66, Paraisopolis, São Paulo. Fonte: Alessandro Tessari

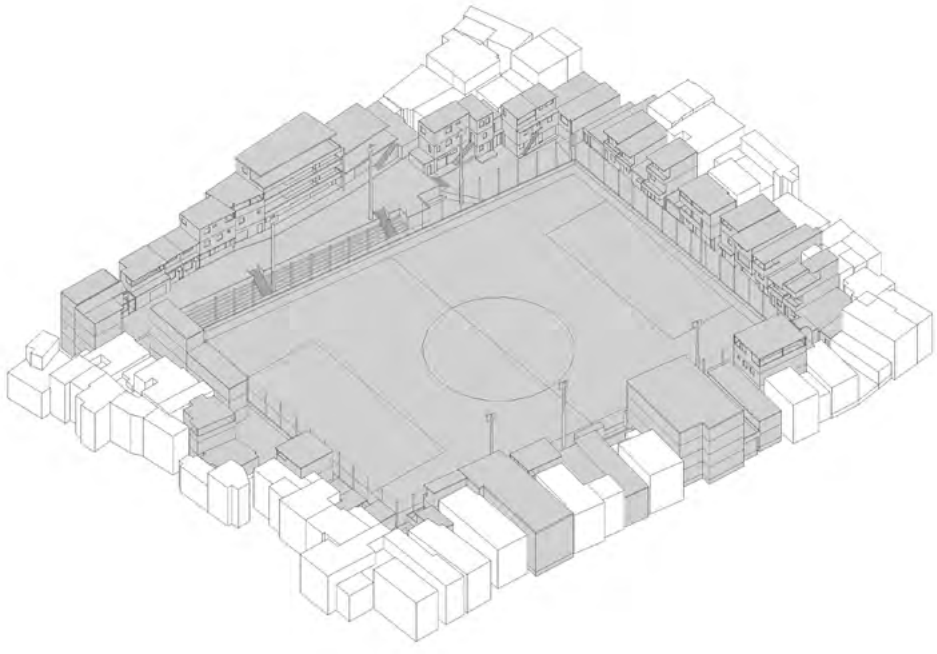


Figura 2: Axonometria do Espaço publico 66_01, Paraisopolis, São Paulo. Fonte: Alessandro Tessari

REFERÊNCIAS

TESSARI, Alessandro. **Informal rooting**. An open atlas. Roverto: ListLab, 2021.

USOS TEMPORÁRIOS E PRÁTICAS DE PARTILHA, UMA NOVA CARTOGRAFIA URBANA

LT 217

Alessia Allegri [1], Rita Ochoa [2]

CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Rua Sá Nogueira, 1349-063 Lisboa, Portugal
[1] allegri.alessia@gmail.com; [2] rita.ochoa@ubi.pt

Palavras-chave: Arquitetura e Planeamento Urbano Inovador 1; Usos Temporários 2; Práticas de Partilha 3; Práticas Intermitentes 4.

A par das transformações políticas, socioeconómicas e tecnológicas que emergiram no novo milénio, as cidades têm assistido a mudanças significativas. Valores de transitoriedade e de partilha surgem em diferentes dimensões da vida pública, impulsionando transformações urbanas e provocando disrupções nas relações convencionais entre espaço, tempo e uso (Bose, et al, 2016).

Dinâmicas novas e não convencionais, com articulações e variantes, tomam forma: modalidades habitacionais (co-living, alojamento temporário); novas formas de trabalho (co-working, teletrabalho); mobilidade partilhada (bike-sharing, car-sharing; pedi-bus); partilha de bens (comércio criativo, consumo colaborativo, alimentação comunitária) e serviços (Netflix, Spotify), fisicamente ou através de plataformas digitais; eventos culturais espontâneos; usos improvisados em espaços anónimos (festas em estruturas abandonadas; esplanadas em espaços de estacionamento; agricultura urbana em lotes vagos), etc.

Ao conjunto de usos do espaço, atividades, expressões e relações que têm em comum a transitoriedade e a partilha, chamaremos Práticas Intermitentes. Interferindo tanto no âmbito público como privado, as Práticas Intermitentes emergem por meio de ações temporárias e definem espaços, bens e serviços a serem compartilhados (Allegri, 2017; Bishop, 2012; Madanipour, 2017).

Recentemente, na batalha contra a pandemia Covid 19, muitas destas Práticas Intermitentes converteram-se em ferramentas de experimentação e apropriação dos espaços urbanos, tanto por indivíduos afetados pela crise, como por autarquias e estruturas governamentais que assumiram estas práticas como forma –low cost e imediata– de ação.

Estamos assim perante um novo mecanismo funcional da cidade com potencial para gerar novas arquiteturas e novas formas de viver, desenhar e gerir o espaço urbano. Mas cujas práticas – ocorrendo de forma pulverizada, mediante lógicas diversas e nem sempre mensuráveis pelas pautas da reflexão arquitetónica convencional– atestam a premência de um debate matizado sobre a natureza da cidade e os seus paradigmas de planeamento em que a flexibilidade e a adaptabilidade tornam-se elementos fundamentais dos processos de design (Allegri, et al, 2021).

Perante esta complexa realidade, o artigo proposto parte do projeto de investigação “Intermittent City: Temporary Uses and Sharing Practices to support and Adaptive Urban Space” para olhar para a morfologia urbana e para a estrutura da cidade a partir das formas e transformações definidas por Práticas Intermitentes (Allegri, Ochoa, 2021). Estas, sem o modificar formalmente ou sem deixar rastros físicos, originam uma reescrita temporária dos espaços que ocupam, desenhando assim uma nova rede, frágil, fragmentária, por vezes oculta, que se infiltra nas estruturas urbanas existentes, particularmente envolvidas com as dinâmicas da vida pública.

Atuando como uma constelação de pontos brilhantes, que continuamente acendem e apagam, as Práticas Intermitentes sobrepõem-se, interagem, coincidem ou simplesmente substituem-se, envolvendo as formas urbanas e os processos dos quais elas resultam e sobre os quais elas também interferem.

Definem-se assim diferentes e novas possibilidades de cartografia urbana, nunca finitas e nunca completamente definidas.

Para explorar este argumento, o artigo considera alguns casos relevantes de Práticas Intermitentes no Município de Lisboa (2012-2022) a partir da sua durabilidade e frequência. Uma vez definido o parâmetro "tempo", cada caso será ulteriormente sistematizado: considerando o modus operandi das Praticas Intermitentes, que não apresentam uma gama de elementos que apoiem simultaneamente a sua continuidade (mas que, ao contrário, se estruturam em torno de uma finalidade central, que, quando ativa, define a sua complexidade, periodicidade, composição material, os seus padrões de ocupação, os seus 'atores' e, em muitos casos, o seu lugar na sociedade), a sistematização proposta reconhece e organiza um conjunto diversificado destas práticas em clusters de casos configurados segundo taxonomias diversas, de acordo com cinco grandes questões, a seguir explicadas: 1. Onde? 2. Quem usa? 3. Quem faz? 4. Porquê? 5 Como?

É importante destacar que esta coleção não pretende ser definitiva, mas sim evolutiva. Um mapeamento como este, com foco nas realidades que respondem a mudanças contínuas, está, por definição, in progress. A ideia de uma classificação continuamente em aberto é paradigmática da forma como a investigação é entendida neste projeto. Pesquisar também significa experimentar.



Figura 1: Imagem de "Torel Beach", Lisboa. Fonte: autoras, 2019.

REFERÊNCIAS

ALLEGRI, A.; Pianificare il non pianificato? Le trasformazioni urbane (durevoli) promosse dale attività commerciali (temporanee). In: Urbanistica Informazioni, 272, 2017, p. 490-494.

ALLEGRI, A., BENATTI ALVIM, A., HELENA ABASCAL, E., SABATÉ, J., PEDRO COSTA, J., & SCHICCHI, M.C. (Eds.); Research Tracks in Urbanism: Dynamics, Planning and Design in Contemporary Urban Territories (1st ed.). CRC Press, Allegri, A., Benatti Alvim, A., Helena Abascal, E., Sabaté, J., Pedro Costa, J., & Schicchi, M.C. (Eds.), 2021.

ALLEGRI, A., OCHOA, R.; Intermittent Practices in the Contemporary City. The Case of Lisbon. In: J. Charytonowicz, A. Maciejko, C.S. Falcão, (Eds.), in: Advances in Human Factors in Architecture, Sustainable Urban Planning and Infrastructure. AHFE 2021. Cham: Springer, Cham, 2021, p. 249-256.

BISHOP, P., WILLIAMS, L.; The Temporary City. Routledge, London, 2012.

BOSE, S., SELF, J., WILLIAMS, F.: Home Economics: five new models for domestic life. British Pavilion, Venice Architecture Biennale 2016. The Space, London, 2016.

MADANIPOUR, A.: Cities in time. Temporary Urbanism and the Future of the City. Bloomsbury, London, 2017.

PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: ATRAVESSAMENTOS POSSÍVEIS.

LT 218

Dagmar Dias Cerqueira [1], Jéssica de Fátima Rossone Alves [2], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [3]

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro PROARQ/UFRJ; dagmar.cerqueira@fau.ufrj.br.
[2] Vinculação 2: Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro PPGPUR/UFRJ; jessica_rossone@outlook.com.
[3] Vinculação 3: Professora Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro PROARQ/UFRJ; giselleartEiro@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: paisagens históricas, processos participativos, contra hegemonia, patrimônio construído.

Este artigo pretende debater a participação dos estudantes do Curso Técnico em Conservação e Restauro, da Escola Técnica Estadual de Restauro Carlos Frederico Werneck de Lacerda, na constituição dos Planos Integrados de Vassouras (PIV). Os processos participativos se baseiam nas práticas dos grupos Ambiente-Educação (GAE) e Lugares e Paisagens (ProLugar). Reforçamos a relevância de participação social nas decisões da cidade, para uma formação cidadã à luz da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2022); de Freire (1995) e Souto e Paz (2012). Defendemos que as práticas relacionadas à Educação em Ambiente Construído (EAC) são meios para aprender sendo relevante evidenciar ações que tomam este tema como propósito. Aliamos à EAC a proposta de uma revisão do conceito de processo participativo, introduzido no Brasil por volta dos anos 1960, muitas vezes conectado à pedagogia freireana e que, após a formalização democrática, se tornou parte estruturante do tecido político-institucional brasileiro, conforme Souto e Paz (2012). Atualmente, intelectuais, organizações e movimentos sociais questionam o sentido da participação popular, apontando um desencantamento e propõem o seu reencantamento. Objetivamos a inclusão no debate acerca da instituição dos Planos os tangenciamentos com a preservação do patrimônio cultural construído local, utilizamos como disparador a participação de estudantes, em audiências públicas, na cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. As consequências extrapolaram a sala de aula e o espaço intramuros escolar. Conduzimos as atividades englobando política e aprendizado do ambiente construído, com foco no entrelaçamento entre planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural. Nossa proposição se integrou ao Relatório da UNESCO (2022) quando menciona a emergência em construirmos o mundo de maneira coletiva, no desenvolvimento de capacidades para melhorá-lo. Conforme Matiello et al (2017), a Arquitetura e o Urbanismo podem dar contribuições para a educação integral, recuperando instrumentos que ajudem a revelar as possibilidades educativas dos espaços fora da escola. Um dos projetos finais para a conclusão do Curso traduziu a percepção estudantil sobre diagnóstico e proposições acerca da reordenação da cidade e, durante a banca de defesa, representantes do governo local solicitaram o seu encaminhamento para os órgãos competentes e para a equipe que presta consultoria para a elaboração dos Planos, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). A proposta da perspectiva invertida potencializou aos estudantes a praticar sua ação cidadã sobre o embate dialético entre o necessário e o potencial para a cidade, reforçando os princípios norteadores para a cidade educadora e para a educação emancipadora. Apresentamos uma ação possível que atravessa a relação cidade/escola, a partir do olhar de uma camada geralmente negligenciada à participação da construção das diretrizes para a cidade. A participação do coletivo funcionou

como uma provocação ao alunado que, ao transpor os muros da escola, se engajou e apontou que o Município acerta ao adotar o planejamento participativo, pois a sua manifestação permite vislumbrar uma constelação de interpretações sobre a cidade de Vassouras. Funciona, ainda, como alternativa e narrativa diante do saber hegemônico voltado ao planejamento urbano e à preservação do patrimônio construído no local.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo. Cortez, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **População estimada de Vassouras em 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MATIELLO, A.; VILLELA A. L. V.; BRUNO, G. R. B.; AZEVEDO, G. A. N. Identificação de novos territórios educativos na escola infantil em tempo integral: a contribuição de alguns instrumentos de avaliação da percepção ambiental. **Cidades** [Online], 34 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/463>. Acesso em: 25 maio 2022.

SOUTO, A. L.; PAZ, R. D. de **O. Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. 2012.

TORRES, A. C. A dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, F. D., JACQUES, P. B. **Corpocidade:** debates, ações e articulações. Salvador: UFBA, 2010.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos:** um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.

FORMA, SEGREGAÇÃO E AMBIENTE NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA: UM DELINEAMENTO DE ANÁLISE

LT 219

Otávio M Peres [1], Renato T. Saboya [2]

[1] Professor FAUrb/UFPel, Doutorando PósArq/UFSC; otmperes@gmail.com.
[2] Professor PósArq/UFSC.

Palavras-chave: crescimento urbano; expansão urbana; segregação socioespacial; ambiente natural.

O crescimento urbano horizontal tem sido associado a externalidades negativas sobre o ambiente natural e a sociedade, produzindo espaços urbanos periféricos, fragmentados e segregados (Marques, 2015; Sposito e Sposito, 2020) A expansão da cidade amplia os limites da mancha urbana e sua interface com o ambiente natural, enquanto a estruturação socioespacial da urbanização periférica transforma e se apropria de aspectos do ambiente natural de modo desigual. O estudo do crescimento urbano, como um processo dinâmico e resultado da convergência de fatores sociais, ambientais e morfológicos, permite compreender relações entre a urbanização socioeconomicamente segregada, a morfologia do crescimento e as desiguais ocupações e transformações dos atributos do ambiente natural.

No escopo geral da pesquisa em desenvolvimento, da qual este trabalho faz parte, pretendemos descrever o crescimento urbano das cidades médias brasileiras nas últimas décadas, analisando: (i) as externalidades ambientais associadas ao crescimento urbano em expansão; (ii) as externalidades sociais da expansão urbana associada à segregação socioespacial; e (iii) as respectivas relações ambientais e sociais com diferentes formas de expansão urbana, observando taxas de crescimento populacional e espacial, densidades e características morfológicas e configuracionais. No presente trabalho apresentamos um conjunto analítico aplicado à cidade de Blumenau-SC, no qual sistematizamos um conjunto de variáveis, representações, classificações e correlações espaciais, envolvendo dados referentes ao crescimento urbano horizontal, à estruturação socioespacial e à paisagem natural de entorno à urbanização. O estudo tem recorte temporal entre 1985 e 2022, envolvendo as seguintes variáveis:

1. Mapeamento da expansão urbana (1985-2022), figura 1, a partir da classificação supervisionada de imagens de satélite Landsat7 e bases disponibilizadas na plataforma Mapbiomas (Souza et al., 2020);
2. Classificação geométrica das formas de expansão urbana, conforme figura 1a., segundo índices de expansão da paisagem do tipo Edge, Infill e Leapfrog (Liu et al., 2010);
3. Dados demográficos e sociais de bases do Censo Demográfico, da Grade para Fins Estatísticos e dados desagregados para as Faces de Quadra, todos disponibilizados pelo IBGE;
4. Análises configuracionais, do tipo Betweenness e Closeness, calculadas com o software sDNA (Cooper & Chiaradia, 2020), e realizadas mediante mapas de segmentos construídos com dados da plataforma Open Street Maps e observando as recentes orientações para análise sintática (Hillier & Iida, 2005);
5. Estrutura socioeconômica e segregação socioespacial segundo as dimensões do Isolamento/ Agrupamento (Reardon & O'Sullivan, 2004), medidas por indicadores baseados na Entropia, apresentada na figura 1c, e pelo Quociente Locacional dos grupos de alta e baixa renda;

6. Atributos do ambiente natural: uso e cobertura do solo natural, rede hidrográfica, topografia, áreas propensas ao alagamento segundo o modelo HAND/INPE (Nobre et al., 2016) e classificação de declividades, ilustrados na figura 2.

Assim, no presente trabalho procuramos modelar um processo, replicável no conjunto das cidades brasileiras médias, que permita: (i) delinear o crescimento urbano em expansão desde 1985, calcular taxas de crescimento espacial e relações com demografia e densidades; (ii) analisar a morfologia do crescimento urbano em expansão, caracterizando a fragmentação e a dimensão configuracional; (iii) observar a reprodução da segregação socioespacial dos grupos de alta e baixa renda nos espaços urbanos periféricos; e (iv) definir um conjunto de variáveis ambientais observáveis e relevantes para o estudo da estruturação da morfologia da expansão urbana. Consideramos que compreender a expansão urbana associada à sua forma, configuração, segregação socioespacial e aos aspectos da paisagem natural não é apenas relevante como método de análise para estudos urbanos, mas também essencial para buscar realidades urbanas de maior interação social, equidade espacial e preservação ambiental.

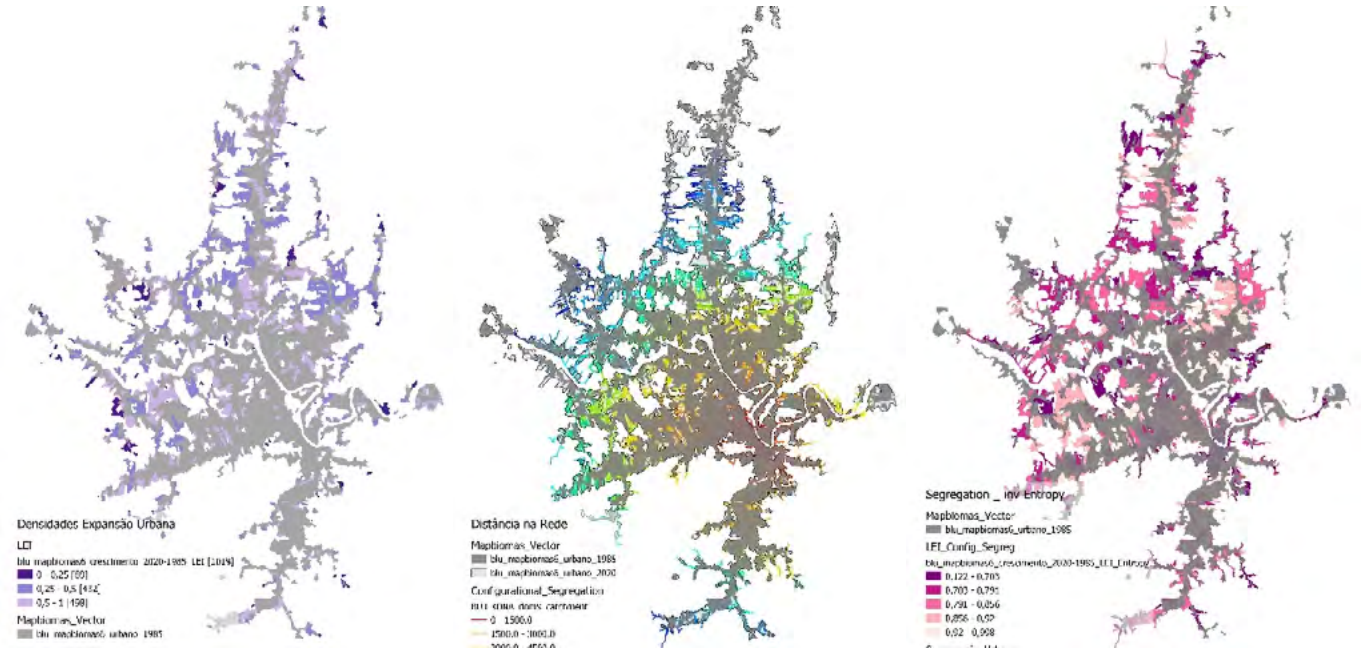


Figura 1: Caracterização morfológica, configuracional e da segregação socioespacial da expansão de Blumenau (1985-2022).

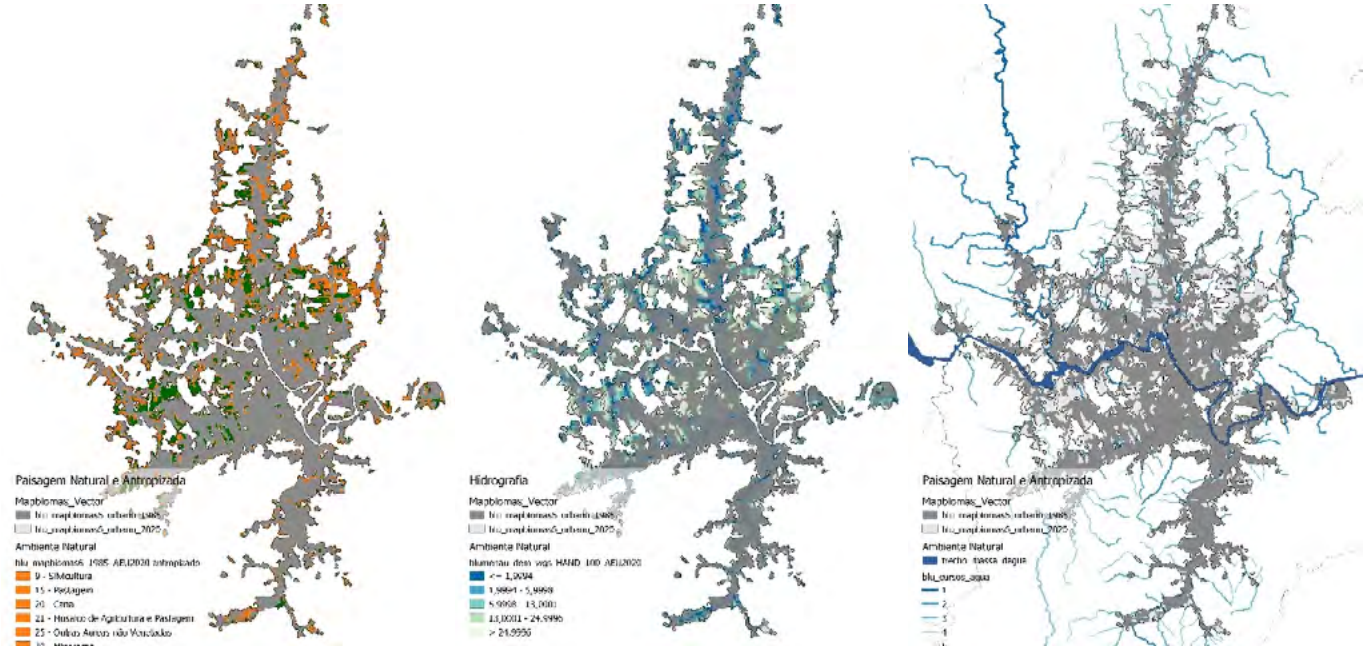


Figura 2: Caracterização ambiental das áreas de expansão urbana de Blumenau (1985-2022): áreas naturais e antropizadas; modelagem de áreas alagáveis e rede hidrográfica.

REFERÊNCIAS

Cooper, C. H. V.; Chiaradia, A. J. F. (2020). **sDNA: 3-d spatial network analysis for GIS**, CAD, Command Line & Python. SoftwareX, 12, 100525. https://doi.org/10.1016/j.softx.2020.100525

Hillier, B.; Iida, S. (2005). Network and Psychological Effects in Urban Movement. Em A. G. Cohn & D. M. Mark (Orgs.), **Spatial Information Theory** (Vol. 3693, p. 475–490). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/11556114_30

Liu, X.; Li, X.; Chen, Y.; Tan, Z.; Li, S.; Ai, B. (2010). A new landscape index for quantifying urban expansion using multi-temporal remotely sensed data. **Landscape Ecology,** 25(5), 671–682. https://doi.org/10.1007/s10980-010-9454-5

Marques, E. (2015). Urban Poverty, Segregation and Social Networks in São Paulo and Salvador, Brazil. **International Journal of Urban and Regional Research**, 39(6), 1067–1083. https://doi.org/10.1111/1468-2427.12300

Nobre, A. D.; Cuartas L. A.; Momo, M.; Severo, D.; Pinheiro, A.; Nobre, C. (2016). **HAND contour**: A new proxy predictor of inundation extent. Hydrological Processes, 30(2), 320–333. https://doi.org/10.1002/hyp.10581

Reardon, S. F.; O'Sullivan, D. (2004). Measures of Spatial Segregation. **Sociological Methodology**, 34(1), 121–162. https://doi.org/10.1111/j.0081-1750.2004.00150.x

Souza, C. M.; Shimbo, J.; Rosa, M.; Parente, L.; Alencar, A; et al. (2020). **Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine**. Remote Sensing, 12(17), 2735. https://doi.org/10.3390/rs12172735

Sposito, E. S.; Sposito, M. E. B. (2020). **Fragmentação Socioespacial**. Mercator, 19(6), 1–12. https://doi.org/10.4215/rm2020.e19015

CAMINHABILIDADE E MICROACESSIBILIDADE URBANA LT 220

Paulo Roberto de Oliveira Silva [1], José Augusto Ribeiro da Silveira [2], Gabriel Lincoln Lopes Carvalho [3], Emmanoel Marques da Silva [4], César Renato Canova [5]

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; paulooliveira.arquitetura@outlook.com.
[2] Professor Doutor, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; ct.laurbe@gmail.com.
[3] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; gabriellincolnlopes@live.com.
[4] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; emmanuel_marquess7@hotmail.com.
[5] Doutor Pesquisador Associado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; canovacr@gmail.com.

Palavras-chave: caminhabilidade; microacessibilidade; macroacessibilidade

As condições de acessibilidade espacial presentes em uma cidade podem apresentar diversos resultados a partir de diferentes contextos e dimensões. Microacessibilidade e macroacessibilidade são escalas urbanas a serem utilizadas neste estudo e podem ser compreendidas como “a facilidade de alcançar atividades” (KNEIB; PORTUGAL, 2015, p.66). Facilidade esta que envolve condições de infraestrutura para o pedestre, uso e ocupação do solo, mobilidade urbana, entre outros atrativos. Este texto busca desenvolver uma revisão bibliográfica que permita compreender a influência da caminhabilidade sobre o tratamento da micro escala, assim como suas consequências na conexão com diferentes pontos da cidade.

É na rua que temos contato com atividades cotidianas que determinam a urbanidade (CALLIARI, 2016). A falta desse contato direto pode levar a alienação social apresentada Rogers (2001). Jeff Speck (2016) apresenta o termo walkability, uma palavra inglesa que pode ser traduzida para o português como caminhabilidade ou andabilidade. Que segundo Machry (2014) pode ser caracterizada por um ambiente construído amigável para o pedestre. Speck (2016) salienta que para a caminhada ser adequada ela precisa atender quatro condições essenciais: ser proveitosa, segura, confortável e interessante. Andrade e Linke apresentam atributos que influenciam diretamente na caminhabilidade “... como acessibilidade, conforto ambiental, atratividade de usos, permeabilidade do tecido urbano, entre outros” (ANDRADE; LINKE, 2017, p.06). Desta maneira, podemos entender caminhabilidade como o conjunto de elementos que estão presentes no espaço urbano de forma confortável e convidativa para o pedestre.

Conforme Kneib e Portugal (2015) a escala micro se restringe ao contexto de bairro, tendo uma escala de deslocamento pedonal confortável para as pessoas. Já a macroacessibilidade se caracteriza por sua escala relacionada a proporção de cidade, contemplando diferentes escalas micro que se conectam entre si por meio de transportes motorizados (GONZAGA, 2019). A partir de princípios representados pela macroacessibilidade, a interligação entre as diferentes áreas da cidade deve priorizar o uso do transporte público (KNEIB; PORTUGAL, 2015), resultando em soluções de mobilidade eficientes que possibilitem o deslocamento das pessoas entre estas regiões. Ressalta-se que o uso do automóvel é uma realidade presente nas cidades, mas este não deve ser o principal condicionante na composição do planejamento urbano. Dado que o uso excessivo do carro impacta diretamente na segurança do pedestre, confrontando desta forma com princípios defendidos para a eficiência da microacessibilidade.

A microacessibilidade representa uma escala urbana diretamente conectada ao pedestre, prospectando um espaço público agradável para seu deslocamento. A conexão da escala micro

com princípios contemplados no estudo da caminhabilidade torna-se relevante para a promoção de um espaço público mais sustentável e acolhedor para as pessoas. Um espaço urbano que promova o deslocamento pedonal e de transportes não motorizados, consequentemente também deve-se investir na macroacessibilidade por meio de transporte público, ciclovias e ciclofaixas, compartilhando conexões a diferentes pontos da cidade e entre seus moradores de forma democrática e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse C. **Cidades de Pedestres:** A Caminhabilidade no Brasil e no Mundo. Rio de Janeiro: Babilonia Cultura Editorial, 2017.

CABRAL, Debbie. **O que é Caminhabilidade e quais são seus indicadores?** Deviante. Março 2020. Disponível em: https://www.deviante.com.br/noticias/o-que-e-caminhabilidade-e-quais-sao-seus-indicadores-spin-1185/. Acesso em: 15 Maio 2021.

CALLIARI, Mauro. **Espaço Público e Urbanidade em São Paulo. São Paulo.** Bei Comunicação, 2016.

EVERS, H. et al. **Dots Nos Planos Diretores**: Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano. Wricidades.org, 2018.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. 2. Ed. São Paulo. Perspectiva, 2013.

GONZAGA, Ana S. Macroacessibilidade e transporte público coletivo: indicadores aplicados à Região Metropolitana de Goiânia. In **Revista dos Transportes Públicos.** ANTP - Ano 41 – 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de Grandes Cidades**. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

KNEIB, Erika C.; PORTUGAL, Licinio S. Caracterização da acessibilidade e suas relações com a mobilidade e o desenvolvimento. In PORTUGAL, Licinio S (Org.). **Transporte, mobilidade e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MACHRY, Sabrina; MONTEIRO, Circe. Andabilidade urbana: Metodologia de avaliação e de gestão da qualidade urbana. In: **Colóquio Ibero-Americano**: Paisagem Cultural e Projeto. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/285.pdf>. Acesso em: 06 de Maio de 2017

MARQUES, Rafaela. **Índice de Caminhabilidade Versão 2.0** – Ferramenta. ITDP Brasil. Maio 2020. Disponível em: https://itdpbrasil.org/icam2/. Acesso em 13 Maio 2021.

NETTO, Vinicius M. A Urbanidade como Devir do Urbano. in AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (Org.) **Urbanidades**. 1Ed. Rio de Janeiro. Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Narrativas ou Traduções de Urbanidade. in AGUIAR e NETTO, Douglas e Vinicius (Org.) **Urbanidades.** 1Ed. Rio de Janeiro. Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

ROGERS, Richard. **Cidades para um Pequeno Planeta.** Barcelona. Gustavo Gili, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo. Brasiliense, 1995.

SABOYA, Renato. O Conceito de Urbanidade. **Urbanidades.** arq. Setembro, 2011. Disponível em: https://urbanidades.arq.br/2011/09/25/o-conceito-de-urbanidade/. Acesso em: 18 de Maio de 2020.

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável.** São Paulo. Perspectiva, 2016.

O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO URBANO NA (RE)PRODUÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA CARIOCA: O CASO DA DISPUTA DO ZONEAMENTO NA FREGUESIA DE JACAREPAGUÁ.

LT 221

Paulo Hora [1]

[1] Mestrado (em andamento). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense - UFF; paulohora@id.uff.br.

Palavras-chave: nimby; associativismo; homogeneização; áreas verdes.

O presente artigo analisa a influência da Associação de Moradores da Freguesia de Jacarepaguá na legislação e vida urbana do bairro ao curso dos últimos quarenta anos. Por meio de campanhas, disputas legais e lobbying junto à administração pública o grupo de moradores obteve êxito em algumas de suas reinvindicações (MOTA; BECK, 2017), contribuindo para manutenções/ transformações de uso e ocupação do ambiente construído.

Entre suas ações estão: (1) o embargo a empreendimentos comerciais e imobiliários (“espigões), (2) tombamento de patrimônio histórico com efeito no gabarito do entorno; (3) preservação de fragmento de mata atlântica que resultou em uma nova área verde, o Bosque da Freguesia; (4) o Decreto de Área de Interesse Ambiental, que redefiniu o zoneamento, com preferência por áreas exclusivamente residenciais de moradias unifamiliares.

Essas diferentes interferências/ações de Associações de Moradores, que se materializam na morfologia urbana, são exploradas neste artigo como a (re)produção de uma “morfologia urbana carioca”, caracterizada por bairros de borda de unidades de conservação na cidade, cujo moradores buscam sobretudo a partir do zoneamento, estabelecer algo como limites de urbanização. Um equilibrio subjetivo com a “natureza”, justificado e valorizado por sua raridade (CARLOS, 2015).

Essa condição morfológica, do espaço urbano metaformizado com a natureza reproduz um processo, diferente em intensidade e tipos de espaços livres de edificação entre as regiões da cidade, mas que se realiza em uma repetição de um específico sistema de objetos, a partir de um sistema de ações (SANTOS, 1996). Estes bairros acumulam valor do solo e valor do solo urbano (VOLOCHKO, 2015), mas se tornam gradativamente por pressão comunitária (, bairros mais restritivos para o uso e ocupação, rejeitando mais moradias e/ou diversidades no zoneamento.

Os resultados deste artigo apontam para uma reflexão sobre o papel antagônico desses grupos de interesse na manutenção e qualidade de políticas públicas. Os efeitos observados no ambiente construído, na reprodução dessa morfologia, podem contribuir para reduzir o acesso a moradia, ao restringir novos licenciamentos, rejeitar moradias populares (DATA RIO, 2022) e representarem diferentes limitações no potencial de uso(s) das áreas de interesse, , em um território metropolitano, regiões de agregações/amenidades.

Essa correlação de valorização do solo urbano, moradores de classe média/alta e a manutenção de amenidades ambientais se apresenta em diferentes contextos territoriais, tanto em metrópoles (CARDEMAN, CARDEMAN, 2004) como em cidades médias (GOMES, 2013). No Rio de Janeiro, existe tanto um componente geográfico dessa morfologia, como para esta pesquisa, esta se configura como uma representação do espaço, um espaço concebido dentro de um imaginário

subjetivo/coletivo, reproduzindo versões de utopias urbanas (CARDOSO, 2009;2014) que se projetam/promovem no espaço urbano carioca.

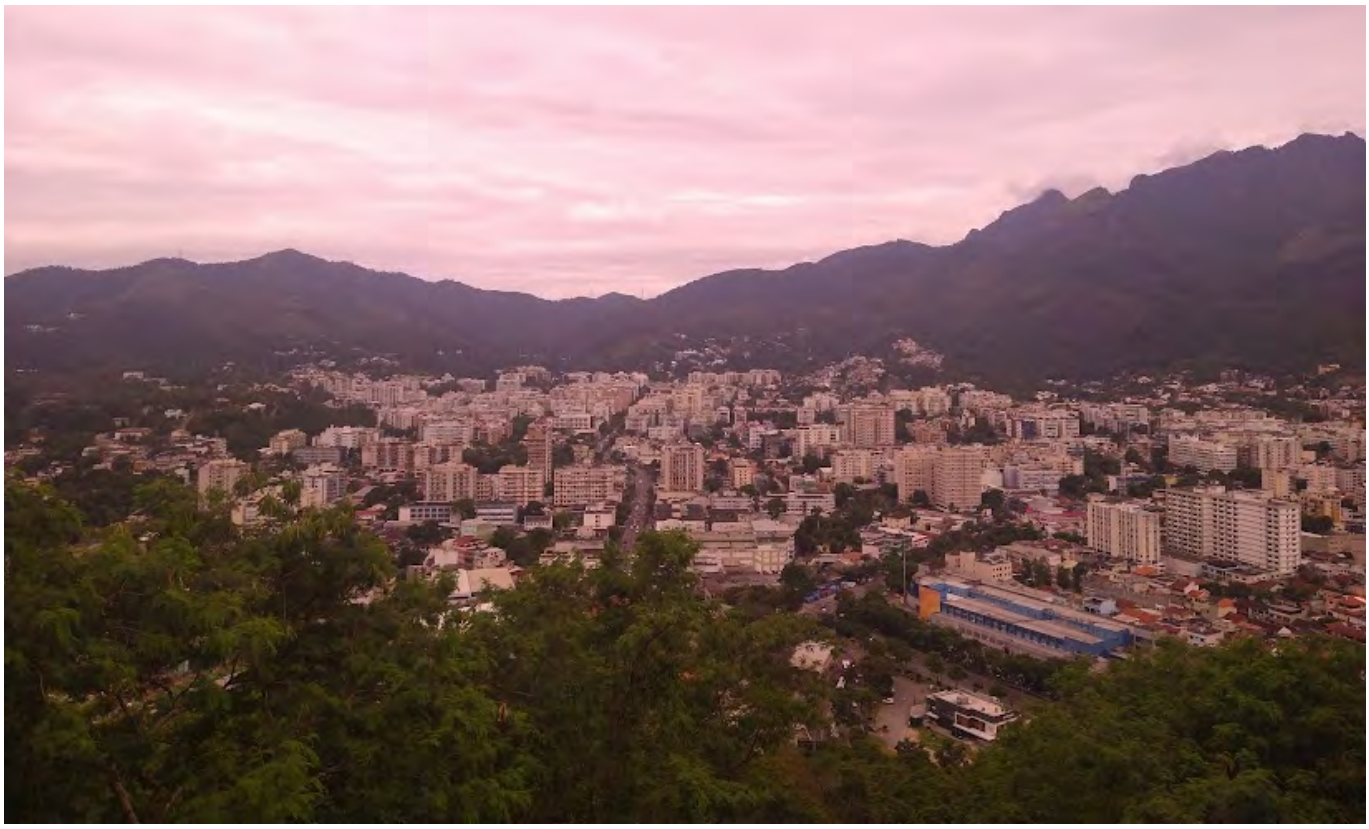


Figura 1: Imagem do bairro da Freguesia de Jacarepaguá a partir da Igreja Nossa Senhora da Penna, no Morro da Freguesia. Fonte: Foto do autor, 2022.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, E. D.. A invenção da Zona Sul: origens e difusão do topônimo Zona Sul na Geografia carioca. **GEOgraphia** (UFF), v. 11, p. 37-58, 2009.

_____ Representações e identidade na cidade na primeira metade do século XX-os subúrbios cariocas. **Urbana** - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 6, p. 35, 2014.

CARDEMAN, D.; CARDEMAN, R. G. O **Rio de Janeiro nas Alturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004. v. 1. 256p .

CARLOS, A. F. C. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Crise Urbana**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 25-36.

GOMES, M. A. S. **A espacialização dos parques e a dinâmica da produção, apropriação e valorização do espaço urbano em Ribeirão Preto (SP)**. Espaço e Economia, 2, 2013.

MOTA, MJP ; BECK, V. A importância da participação popular e da atuação do Poder Judiciário no planejamento urbano. **DIREITO DA CIDADE**, v. 9, p. 1953-1965, 2017

RIO DE JANEIRO. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro** - Portal Data Rio. 2022. Disponível em <data.rio>.

SANTOS, MILTON. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2017 (1996)

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Danilo Volochko; Isabel Pinto Alvarez. (Orgs.). **A cidade como negócio**. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015, v. 2, p. 97-120.

AVENIDA MARIA VITALI VAGO: UMA VIA PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES

LT 223

Denise Barroca [1], Flávia Botechia [2]

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo; denisesouza.au@gmail.com.
[2] Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo; flavia.botechia@ufes.br.

Palavras-chave: morfologia urbana; Colatina; traçado; loteamentos.

Segundo Oliveira (2020), a morfologia urbana é uma ciência de natureza multidisciplinar que estuda a forma física das cidades, os atores e os processos que as moldam. Essa forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais - as ruas, as parcelas e os edifícios – e sua compreensão se dá a partir da análise histórica, uma vez que os elementos estão continuamente em transformação (MOUDON, 1997).

O objetivo geral deste artigo é identificar traços de permanência do eixo da avenida Maria Vitali Vago, bem como as características morfológicas das parcelas implantadas nas áreas imediatamente adjacentes, por meio da descrição métrica das ruas e parcelas. A referida avenida está localizada no município de Colatina (Espírito Santo, Brasil) e se constituiu, na última década, como elemento estruturante de conexão entre quatro loteamentos com distintos aspectos formais. A escolha desse recorte territorial se deu a partir do reconhecimento da preexistência do traçado do elemento urbano em destaque.

A estratégia metodológica adotada está amparada em duas etapas resultantes da atividade denominada “caderno de viagem”, proposta na disciplina da pós-graduação denominada Forma Urbana: abordagens, documentação e projeto. A primeira etapa foi composta pelo processo de recolhimento de dados e de redesenho do trecho escolhido a partir de imagens de satélites (anos 1985, 2003 e 2021). A segunda etapa se deu por meio da decomposição sistêmica do tecido e pela análise dos elementos morfológicos presentes nos loteamentos contíguos à avenida Maria Vitali Vago. Em seguida, mapas e plantas conjecturais foram desenvolvidos, comparados e interpretados.

Constatou-se que o traçado da referida avenida estava pré-definido em 1985 (Figura 1), mas, devido à inexistência de imagens de satélites anteriores a este ano, não foi possível verificar de que tempo seria seu traçado inicial. Todavia, considerando sua função naquele período e reforçando a permanência do mesmo, especula-se que o caminho tenha sido previsto após 1951 (ano em que a concessionária de energia local foi fundada). Como consequência do processo de adição de tecido e adensamento da aludida região, nota-se a execução gradual de trechos da avenida Maria Vitali Vago a partir da atuação de atores privados e arranjos institucionais adotados (Quadro 1).

Destaca-se o Condomínio Caminho da Floresta por ter sido a única produção de parcelas a apresentar malha viária fechada, com presença de cul-de-sac e muro em seu perímetro, bem como ressalta-se a presença de um condomínio fechado de casas (loteamento Santa Clara) situado imediatamente adjacente ao eixo viário em questão. Quanto a descrição métrica das ruas consideradas, salienta-se a largura mínima recorrente de 10 metros e a largura máxima de 24 metros.

Desse modo, após as análises dos distintos aspectos morfológicos da região predita, verificou-se a presença majoritária de malha urbana aberta, embora tenham sido identificados os supracitados empreendimentos murados, impedindo que a avenida Maria Vitali Vago apresente maior integração local (Figura 1; Quadro 1). Quanto aos atores e processos, enfatiza-se a ação de agentes da iniciativa privada e pública, uma vez que os loteamentos foram solicitados por empresas privadas e autorizados pelo poder público municipal. Por fim, supõem-se que esses processos contínuos de expansão territorial, amparados na permanência da supracitada avenida, são resultados de especulação imobiliária, propulsionando dispersão e segregação socioespacial.

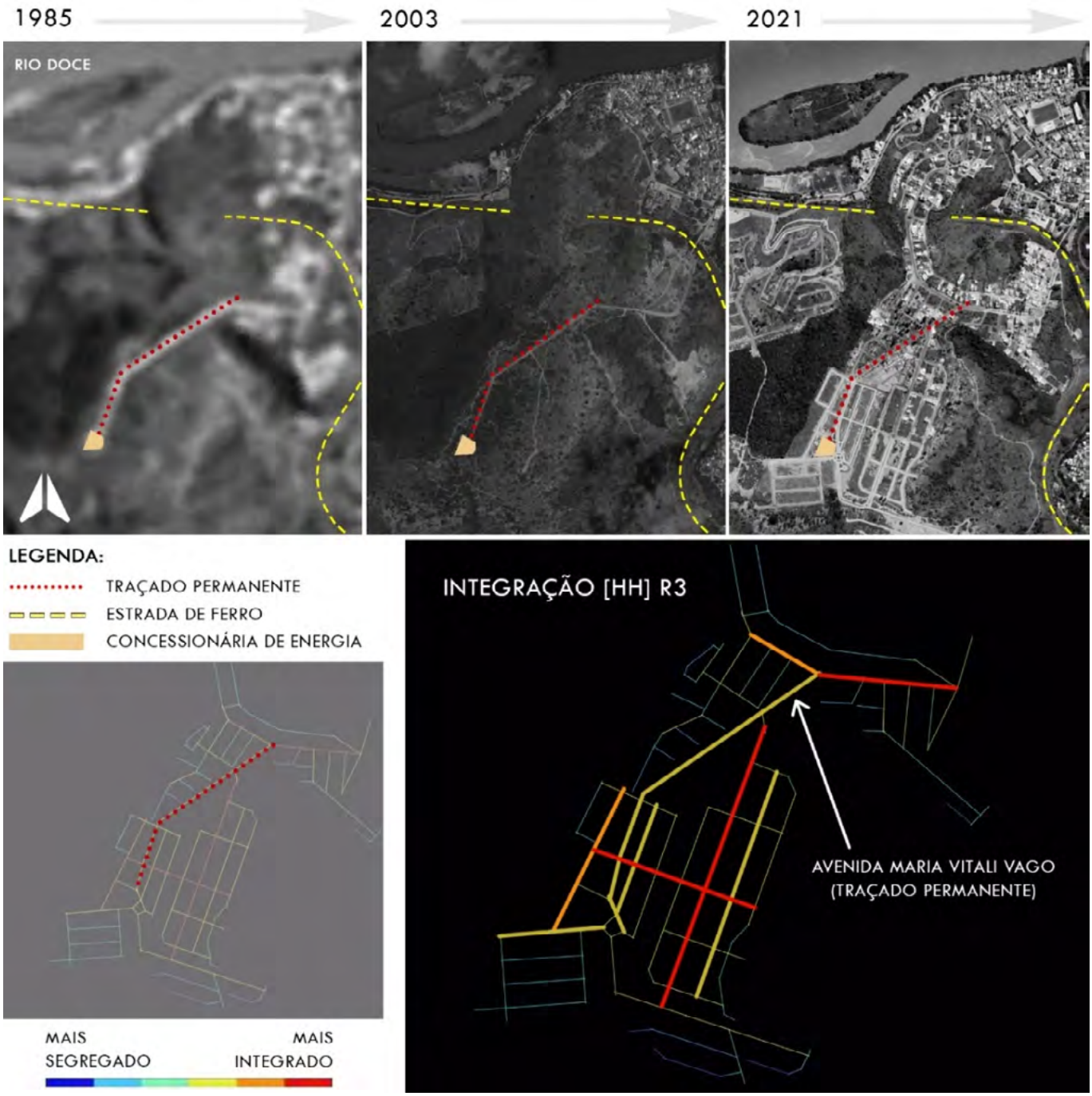
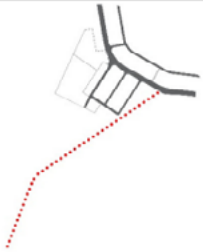
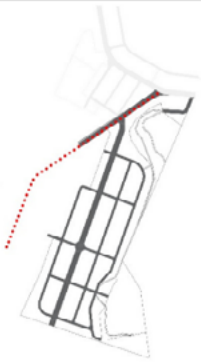
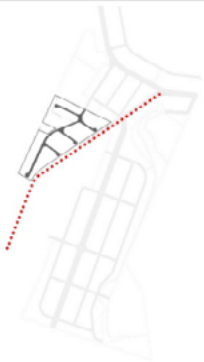
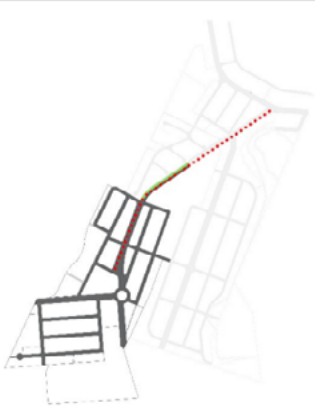


Figura 1: Linha do tempo expositiva: avenida Maria Vitali Vago (em linha pontilhada vermelha) de 1985 a 2021 e análise de Integração Local R3 – mapa axial. Fonte: adaptado pelas autoras a partir de imagens disponíveis no Google Earth Pro, 2021, e de análise gerada no Programa DepthMap, 2022.

Loteamento	Bosque da Princesa	Santa Clara	Condomínio Caminho da Floresta	Colatina 1 (*Real Garden*)
Mapa do traçado urbano Traçado permanente da Avenida Maria Vitali Vago				
Publicação do Decreto Municipal de aprovação	2012	2014	2015	2016
Tipo de malha urbana	malha retangular aberta	malha retangular aberta	malha fechada (com *cul-de-sac*)	malha retangular aberta
Número de quadras	7	22	7	21
Número de lotes	183	357	66	316
Testada padrão	12m	12m	12m	12m
Profundidade padrão dos lotes	25m	25m	25m	25m
Largura mínima da caixa de rua (incluindo calçadas)	10m	16m	10m	10m
Largura máxima da caixa de rua (incluindo calçadas)	22m	24m	12m	22m
Largura mínima da calçada	2m	2m	2m	1,5m
Largura máxima da calçada	2,5m	4m	4m	2,5m

Quadro 1: Síntese das características métricas dos loteamentos implantados nas áreas imediatamente adjacentes à avenida Maria Vitali Vago. Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Prefeitura Municipal de Colatina, 2021.

REFERÊNCIAS

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. In: **Urban Morphology**, v.1, n. 1 p. 3-10, 1997. Disponível em: http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf. Acesso em: jun. 2022.

OLIVEIRA, Vitor. Diferentes abordagens em morfologia urbana (edição de 2020). In: OLIVEIRA, Vitor (org.). **Diferentes abordagens em morfologia urbana**. Contributos luso-brasileiros. Urban Forms, n. 2, 2020.

TRANSFORMAÇÕES EDILÍCIAS E VIÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE: ANÁLISE MORFOLÓGICA DO TECIDO URBANO

LT 225

Lívia Carolina Almeida Rodrigues Alves [1], Jonathas Magalhães Pereira da Silva [2]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas (em andamento); livia.cara@puccampinas.edu.br.
[2] Coordenador do PosUrb-Arq, PUC-Campinas; jonathas.silva@puc-campinas.edu.br.

Palavras-chave: transformação urbana; financeirização territorial; segregação sócioespacial; mercado imobiliário; morfologia urbana.

Essa pesquisa parte da premissa de que a leitura da forma urbana contribui para além da compreensão dos aspectos físico-espaciais do território. A análise reconhece os processos socioeconômicos que ocorrem como fruto da disputa de interesses dos "agentes produtores do espaço urbano" (RAMIRES, 1998). À vista disso, este artigo abrange os resultados preliminares da pesquisa de mestrado em curso, que inclui o mapeamento das transformações edilícias preponderantes nas quadras urbanas, assim como as transformações viárias ocorridas nas principais vias. A análise propõe a categorização dos diferentes tipos de ocupação do solo urbano quanto a organização espacial resultante da ação de diferentes interesses e agentes. O presente trabalho toma como recortes temporal e territorial as transformações urbanas ocorridas no período entre 2006 e 2021, nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande. Estudos demonstram (MARICATO, 2001; FIX, 2011) que, a partir de 2005, a forma urbana se altera consideravelmente devido a expansão do mercado imobiliário. No cenário nacional, constata-se a ampliação significativa de recursos, com a extensão do acesso ao crédito imobiliário e a abertura de capital na bolsa de valores das grandes construtoras, como alguns dos principais fatores responsáveis. Neste mesmo período ocorre, simultaneamente, a revisão dos instrumentos urbanísticos em Cuiabá e Várzea Grande e a escolha da cidade de Cuiabá como sede do evento da Copa do Mundo de 2014. Tais eventos culminaram no resgate de projetos para ampliação do sistema viário concomitantemente a expansão do perímetro urbano, alterando substancialmente a forma urbana. Como resultado da análise, percebe-se que a localização dos investimentos públicos sobre o sistema viário acaba por reforçar o processo de segregação sócioespacial, que privilegia as áreas onde há uma concentração alta renda (VILLAÇA, 1998), favorecendo algumas localizações da cidade em detrimento de outras. Em Cuiabá e Várzea Grande, observa-se que a qualificação do sistema viário e a implementação de parques e praças contribuíram para atrair o interesse do mercado imobiliário, por meio da crescente produção de condomínios de lotes e condomínios horizontais e verticais, normalmente distantes das áreas centrais, onde se concentram as altas e médias rendas. Por outro lado, percebe-se a concentração de ocupações de baixa renda em bairros caracterizados pela autoconstrução e moradias precárias, formados no entorno de antigos conjuntos habitacionais, em regiões desprovidas de investimentos públicos no período. Este processo é fruto das políticas de financiamento e produção habitacional de empreendimentos populares que buscam os terrenos periféricos, justificado pelo baixo preço das glebas na franja externa (ROLNIK, BOTLER, 2003). O padrão de urbanização identificado nestes municípios, por meio da análise morfológica, possibilita a compreensão de um modelo de transformação da forma urbana destas cidades, que guardam processos semelhantes com outras cidades brasileiras.

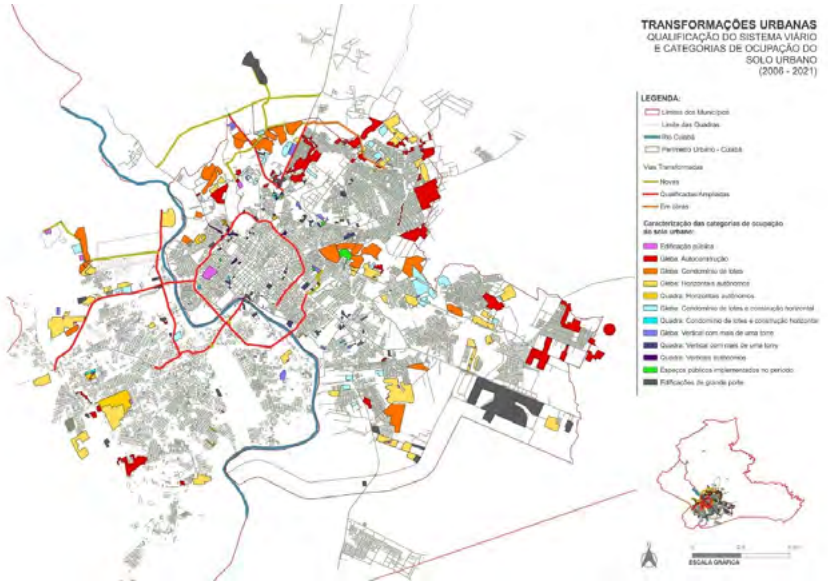


Figura 1: Qualificação do sistema viário e categorias de ocupação do solo urbano no período de 2006 a 2021 nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Levantamento realizado por meio de informações provenientes do Google Earth. Fonte: Elaborado por ALVES & SILVA, 2022.

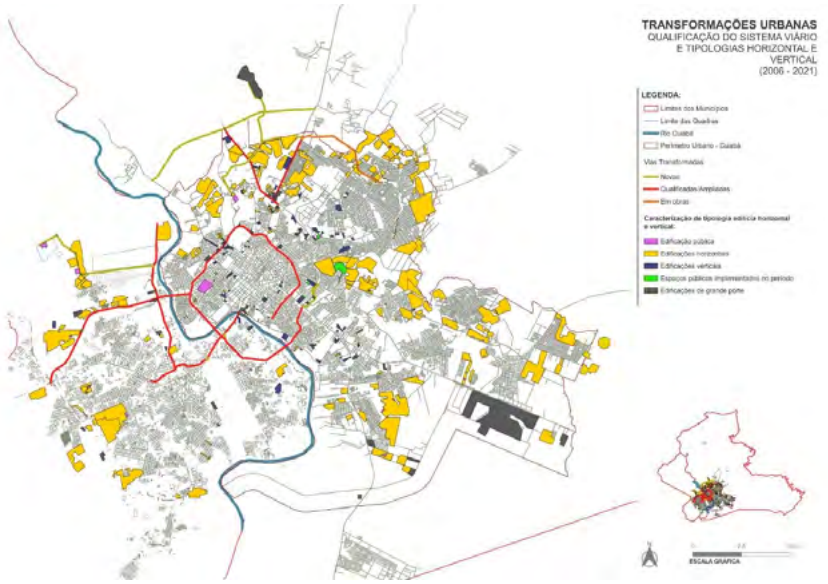


Figura 2: Qualificação do sistema viário e tipologias edilícias (horizontal e vertical) no período de 2006 a 2021 nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Levantamento realizado por meio de informações provenientes do Google Earth. Fonte: Elaborado por ALVES & SILVA, 2022.

REFERÊNCIAS

FIX, Mariana de Azevedo Barretto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RAMIRES, J. C. DE L. O processo de verticalização das cidades brasileiras. In: **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 97-105, 1998.

ROLNIK, R.; BOTLER, M. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (Orgs.) **Urbanismo**: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro. Campinas: PUC-CAMPINAS/UFRJ, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

A MORFOLOGIA URBANA DE FRONTEIRA: O DESENHO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE

LT 226

Lorena Maia Resende [1], Vera Regina Tângari [2]

[1] Doutoranda em Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/FAU/UFRJ (em andamento); lorena.resende@fau.ufrj.br.
[2] Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/FAU/UFRJ; vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: morfologia urbana; cidades de fronteira; desenho urbano.

As diferentes abordagens sobre o método da morfologia urbana, sejam elas cognitiva/ qualitativa (abordagem histórico-geográfica e processual-tipológico) ou normativa/ quantitativa (sintaxe espacial, gramática da forma, autómatos celulares e transecto), têm em comum o estudo da forma física das cidades (OLIVEIRA, 2020). E, o que as diferenciam, ou seja, o que fomenta a criação dessas naturezas, está no processo de análise – no "como" fazer. Consequentemente, a representação de cada uma dessas abordagens também é diferente, embora os resultados possam convergir para ideias complementares. Este último argumento é comprovado na tese de Ana Monteiro (2020), no qual demonstrou a eficácia do cruzamento dos dados e análises obtidas por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Dito isso, o objetivo deste resumo é comunicar a potencialidade do desenho (croqui) como uma ferramenta complementar para a análise da morfologia urbana, no caso aplicada ao estudo das cidades-gêmeas de fronteira. Uma linguagem que não é nova, mas que com o avanço das tecnologias digitais e da precisão dos sistemas geográficos, tem se tornado cada vez mais distante dos processos de investigação, principalmente nas pesquisas da Pós-Graduação. O professor e pesquisador Jonathas Magalhães (2019) estimula o exercício do desenho na promoção de argumentos e ideias que extrapolam a simples ilustração ou imagem, uma vez que o ato "do que" e de "como" desenhar já revelam o teor crítico ou propositivo do estudo. As publicações de Silvio Macedo (2006; 2012) sobre a paisagem também são um exemplo do poder de síntese e compreensão obtidas através do desenho.

O recurso do desenho está sendo utilizado na pesquisa de tese ainda em andamento, de minha autoria, sobre as transformações urbanas da Paisagem de Fronteira Brasil-Uruguay. O início do processo de ocupação dessas cidades se deu a partir de acampamentos militares próximos à linha política internacional[1], uma forma estratégica de demarcação e garantia territorial. No entanto, a composição urbana de cada uma delas possui particularidades, ainda que inseridas em uma mesma paisagem geográfica e histórica. Assim, a morfologia urbana pode ser lida como um testemunho da relevância que as diferenças culturais refletem na implantação da cidade.

Após uma viagem de estudo às cidades de fronteira (experiência de dentro) foi possível perceber as diferenças de execução, materialidade, uso e apropriação dos elementos urbanos, assim como as semelhanças e mesclagens propiciadas pela proximidade física e interdependência econômica. Para comunicar tamanha diversidade a análise através do desenho tem a vantagem de ser uma linguagem flexível que não tem por finalidade a representação física-espacial (para isso poderia

1 Linha identificada normalmente por um curso natural, como exemplo a linha de interflúvio topográfica – fronteira seca, ou mesmo o curso de um rio – fronteira molhada.

ser utilizado a fotografia, por exemplo), mas sim a compreensão dos processos geradores da forma – sendo este o diferencial. As Figuras 01 e 02 apresentam o uso do desenho nas cidades-gêmeas Santana do Livramento (Brasil) – Rivera (Uruguay), no qual os cortes longitudinais de tipologias-padrão da rua dos Andradas e da Avenida Sarandí [2] identificam as nuances de apropriação da borda até o centro (local da linha política). Por meio do desenho foi possível interpretar/apresentar questões como: a presença ou a ausência de vegetação/arborização urbana; o estreitamento ou alargamento das calçadas e seus equipamentos (influências do desenho urbano português e espanhol); o tipo de fechamento e composição das edificações (envolve questões culturais e também certo hibridismo); a presença do patrimônio arquitetônico como marcador temporal (em ambas cidades o início da ocupação urbana aconteceu aproximadamente a 1km da linha de fronteira, vestígio percebido pela arquitetura); a densidade e gabarito urbano (a linha de fronteira como o ponto mais denso por acolher o comércio de fronteira e por ser a "porta de contrabando" e menor densidade nas bordas, local com características rurais); o perfil topográfico (diferenças no traçado urbano: a conformidade com a topografia, no caso português, e a rigidez ortogonal espanhola), dentre outros. A pesquisa ainda está em andamento, mas já é possível concluir que o desenho é uma ótima ferramenta de síntese e análise das dinâmicas sobre a forma urbana.

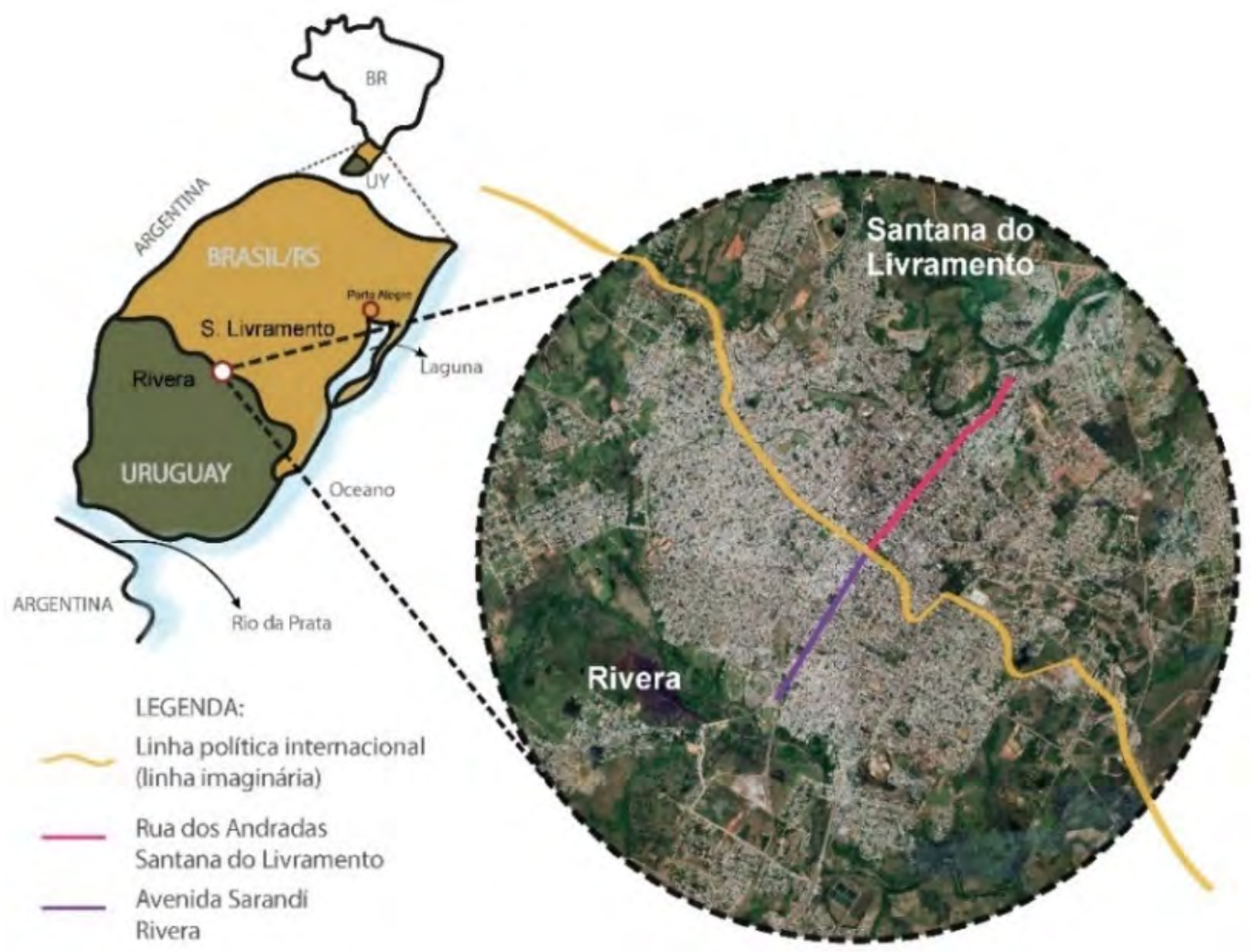


Figura 1: Localização das cidades-gêmeas de Santana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguay) identificando as ruas analisadas. Fonte: Imagem de satélite do Google Earth e desenho da autora, 2022.

2 Essas ruas foram escolhidas por possuírem continuidade viária.

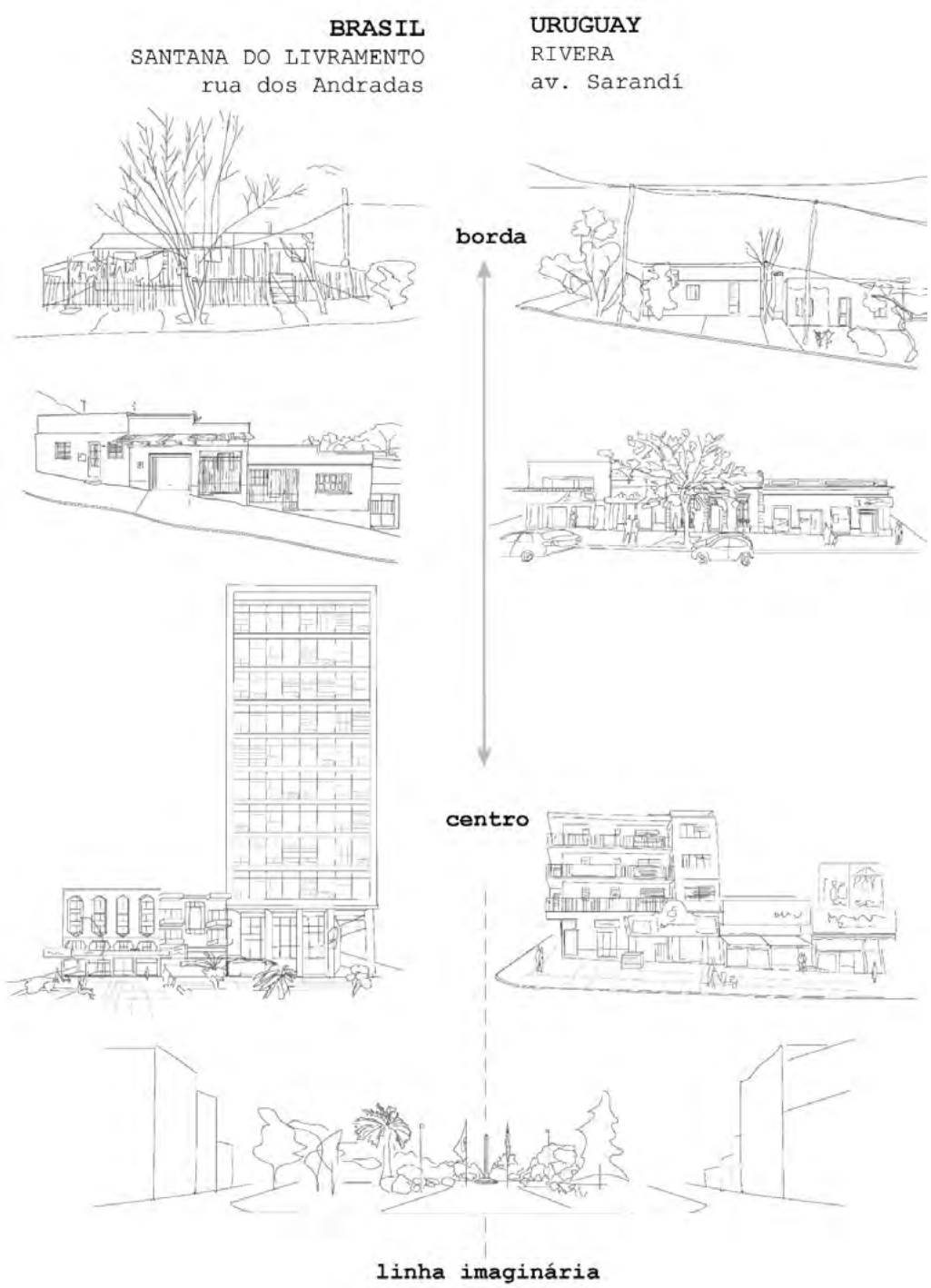


Figura 2: Desenho de análise morfológica das cidades-gêmeas de Santana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguay). Fonte: da autora, 2022.

REFERÊNCIAS

MACEDO, Sílvio Soares. **Paisagismo brasileiro na virada do século**: 1990-2010. São Paulo: Edusp; Editora da Unicamp, 2012

MACEDO, Sílvio Soares. **Projeto orla:** manual de gestão. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Brasília: MMA, 2006.

MONTEIRO, Ana Cláudia P. **Morfologia urbana na prática de planeamento**: para uma metodologia integrada de análise e proposta de cidade. 2020. (Tese de Doutorado em Planeamento do Território) – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2020.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. **Desenho como questionamento**: Distintas dimensões de planos e projetos urbanos, 1ªed, Rio Books, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Vitor. Diferentes abordagens em morfologia urbana. In: V. Oliveira (ed.), **Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso brasileiros.** Urban Forms, 2020. Disponível em: https://vitoroliveira.fe.up.pt/. Acesso em: 06 de jun. 2022.

OS PROCESSOS MORFOLÓGICOS INCIDENTES EM GUARAPARI/ES UM ESTUDO SOBRE A RUA DA MATRIZ

LT 227

Manoela Monjardim [1], Flávia Botechia [2]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito (em andamento); arq.manoelamonjardim@gmail.com.
[2] Profa. Drª. do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo; flaviabotechia@gmail.com.

Palavras-chave: morfologia urbana; rua; traçado urbano; Guarapari; processos morfológicos.

Esse trabalho é resultado do Caderno de Viagem proposto na disciplina de Forma Urbana, ministrada pela professora Flávia Botechia, com finalidade de compreender, por meio do desenvolvimento de uma metodologia de análise, os processos morfológicos que incidiram sobre um elemento urbano. Determinou-se como objeto de estudo e portanto de verificação temporal e física a Rua da Matriz, situada na região da cidade alta do município de Guarapari (Espírito Santo).

A escolha do recorte deu-se por meio de inquietações despertadas a partir da comparação cartográfica do traçado urbano atual e àquele de 1902 (MELLO, 1902), exposto na Figura 1, cujo desdobramento levou ao objetivo deste artigo: analisar os processos morfológicos que incidiram sobre a gênese e metamorfose do traçado urbano da região escolhida.

Moudon (1997) afirma que a morfologia urbana é o estudo que analisa a cidade, sua forma física, processos e composição. Os principais elementos constitutivos na forma urbana e analisados nos estudos morfológicos são os edifícios, as parcelas e as ruas. Neste trabalho a abordagem que se destaca é a histórico-geográfica, que foi desenvolvida pelo alemão Conzen (KROPF, 2009). Tal abordagem consiste no estudo das transformações da forma, por meio da análise dos processos morfológicos que dão origem às formas urbanas, que Conzen (1960) define como: transformação, adição, adaptação e estagnação.

Para o desenvolvimento das interpretações foram utilizados procedimentos metodológicos da morfologia urbana, como o redesenho e a confecção de mapas conjecturais, a partir da abordagem histórico-geográfica, associados à análise de documentos existentes como cartografias, documentos governamentais e cadernos de viagens.

Por meio da compreensão histórica de Guarapari e da identificação das edificações religiosas, foi possível entender como elas marcaram a fundação e expansão da cidade, por meio de estudos indutivos e redesenhos especulativos dos marcos temporais de 1585, 1677 e 1880 (Figura 2). A região analisada é um dos núcleos que deram início à formação da cidade, e o seu povoamento por parte dos colonizadores esteve associado à construção da Capela de Sant'Ana em 1585, que foi instalada no alto da colina (ponto 2, Figura 2). Em 1677, deu-se início à construção da Matriz de Nossa Senhora Conceição (ponto 3, Figura 2), também situada no alto da colina. Junto à construção da nova edificação religiosa, um caminho é delineado no território, interligando o porto à igreja, denominado Rua da Matriz. Na lacuna temporal entre 1677 e 1880, a construção da Matriz é parada devido a questões econômicas, e em 1880, a então Capela de Sant'Ana passa por um processo de ampliação e reforma, e é elevada à posição de Matriz. Nesse momento, supõe-se que um fragmento da Rua da Matriz é abandonado, e sofre um processo de apagamento.

Conclui-se que a partir da abordagem morfológica histórico-geográfica foi possível especular a respeito de lacunas temporais e territoriais existentes, identificando os processos de transformação da cidade. Fica evidente que a Rua da Matriz foi um caminho relevante até meados de 1860, e desempenhou um papel de conexão do porto da vila, na cidade baixa, até a igreja matriz, no alto da colina. No entanto, a partir do momento em que a matriz da cidade foi transferida para a Capela de Sant'Ana e a edificação original foi destinada a outros usos, a relevância da Rua da Matriz é minimizada, e como consequência passa pelo processo de apagamento.

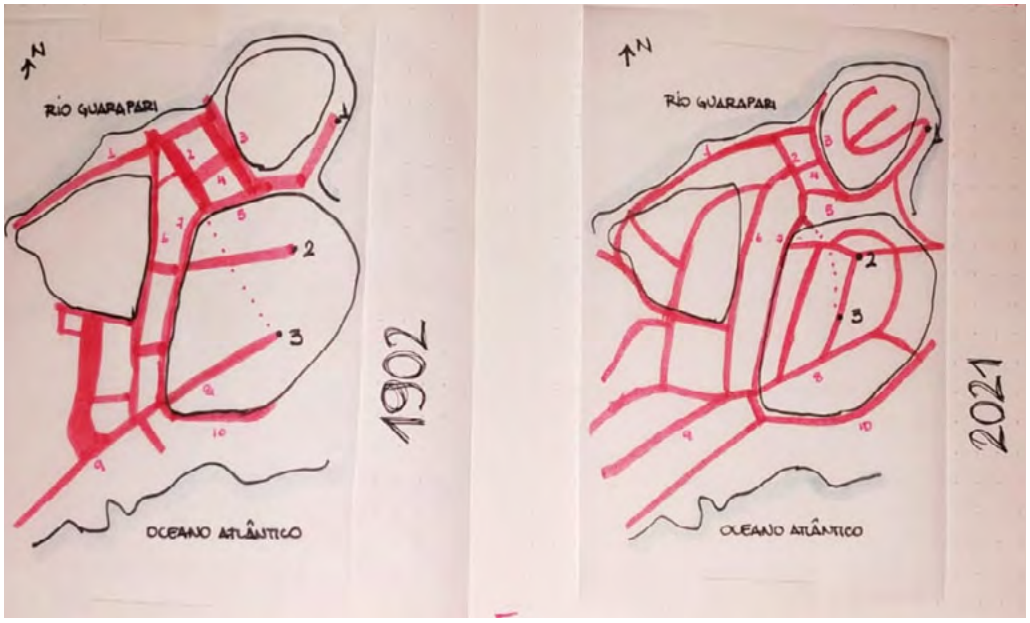


Figura 1: Traçado urbano de Guarapari em 1902 e 2021. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021

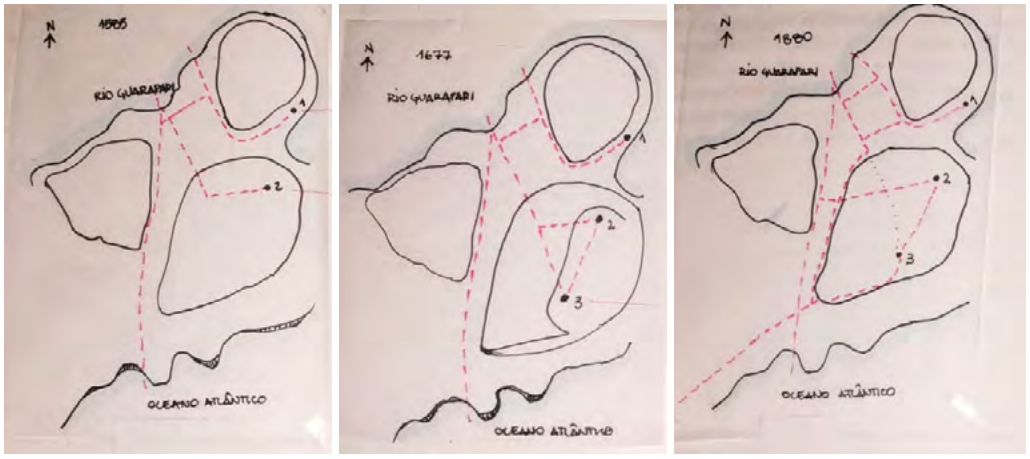


Figura 2: Tábua comparativa de mapas conjecturais da evolução do traçado urbano de Guarapari em 1585, 1677 e 1880. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

REFERÊNCIAS

CONZEN, Michael Robert Gunter. **Alnwick, Northumberland**: a study in town plan analysis. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1960. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/621094. Acesso em: nov. 2021.

KROPF, Karl. Aspects of urban form. In: **Urban Morphology**, v. 12, n. 2, p. 105-120, 2009.

MELLO, João Marinho do. **Planta da cidade de Guarapary**, 1902. Arquivo Nacional.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. In: **Urban Morphology**, v.1, n. 1 p. 3-10, 1997. Disponível em: http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf. Acesso em: nov. 2021.

O SISTEMA DE ESPAÇO PÚBLICO METROPOLITANO E O SISTEMA DE CABECEIRAS: ULTRAPASSAR BARREIRAS

LT 228

Maria Matos Silva [1], João Rafael Santos [2], João Ferreira Nunes [3]

Centro de Investigação de Arquitectura Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, PROAP– Landscape Architecture
[1] mmatossilva@isa.ulisboa.pt;[2] jrs@fa.ulisboa.pt;[3] joao.nunes@proap.pt

Palavras-chave: Sistema de Espaço Público Metropolitano, Área Metropolitana de Lisboa, Cabeceiras, Estrutura Ecológica Metropolitana

No projecto de investigação actualmente em curso, "*MetroPublicNet - Building the foundations of a Metropolitan Public Space Network to support the robust, low-carbon and cohesive city: Projects, lessons and prospects in Lisbon*" (Santos, 2020), um projecto financiado pela FCT e iniciado em 2021, argumenta-se que uma Rede de Espaço Público Metropolitano se conceptualizada, planeada e concebida à escala metropolitana, pode maximizar sinergias e integração territorial de modo a enfrentar desafios emergentes, tais como a resiliência climática, a mobilidade com baixo teor de carbono ou a coesão territorial.

O caso de estudo desta investigação, a Rede de Espaços Públicos Metropolitanos de Lisboa, ainda não foi reconhecido, tanto em teoria como na prática, como um sistema estratégico, abrangente e contínuo. De facto, ao estudar o resultado de 20 anos de melhorias do espaço público na Área Metropolitana de Lisboa (AML), é possível verificar que os investimentos tenderam a ser isolados uns dos outros, sem uma ambição clara na construção de um sistema estrutural e estruturante. A rede pode existir, mas ainda não é um sistema operacional.

A continuidade física dos Espaços Públicos é especificamente considerada como um atributo fundamental na conceptualização proposta e no âmbito e objectivo global de um Sistema de Espaço Público Metropolitano. Embora existam algumas intenções visíveis de maior e mais alargada conectividade, nomeadamente no que diz respeito às ciclovias (AML, 2019), estas estratégias continuam a ser excepções. Existem muitas barreiras no território do caso de estudo que exacerbam as descontinuidades, sejam elas barreiras físicas (tais como infra-estruturas) ou administrativas (tais como fronteiras cartográficas) ou mesmo socioeconómicas (tais como a diferença entre municípios ricos e pobres).

A investigação aqui apresentada baseia-se na hipótese de que as cabeceiras (Pena et al., 2018) são áreas particularmente críticas para a promoção desta continuidade necessária para um Sistema de Espaço Público Metropolitano. Entendemos que as cabeceiras, para além de serem zonas onde se encontram a maioria das barreiras mencionadas, são também áreas especialmente pertinentes na construção sobre a Estrutura Ecológica Metropolitana que englobe estratégias de adaptação e mitigação às alterações climáticas, tais como a produção de solo (segundo maior "sumidouro" de carbono) (EEA, 2021), infiltração de água, silvicultura urbana, entre outras.

A metodologia inclui uma revisão bibliográfica inicial sobre os temas centrais estudados, seguida de uma análise cartográfica sobre a AML (Figura 1) e sobre um caso de estudo a menor escala, de um conjunto mais reduzido de espaços públicos. Especificamente, a revisão bibliográfica centra-se na ideia de um Sistema de Espaço Público Metropolitano e no conceito de continuidade, bem como no conceito e definição de áreas de cabeceira, juntamente com a sua importância crítica,

tanto na promoção da continuidade no Sistema de Espaço Público como no centro da Rede Ecológica Metropolitana.

Hoje em dia, as noções de estrutura, de relação e de continuidade, são muito bem aceites, quase transversalmente entre disciplinas. É uma tendência positiva que devemos acompanhar de perto e aproveitar ao máximo para que as estratégias e intervenções futuras, no âmbito de uma proposta de Sistema de Espaço Público Metropolitano, sejam pertinentes e consequentes.

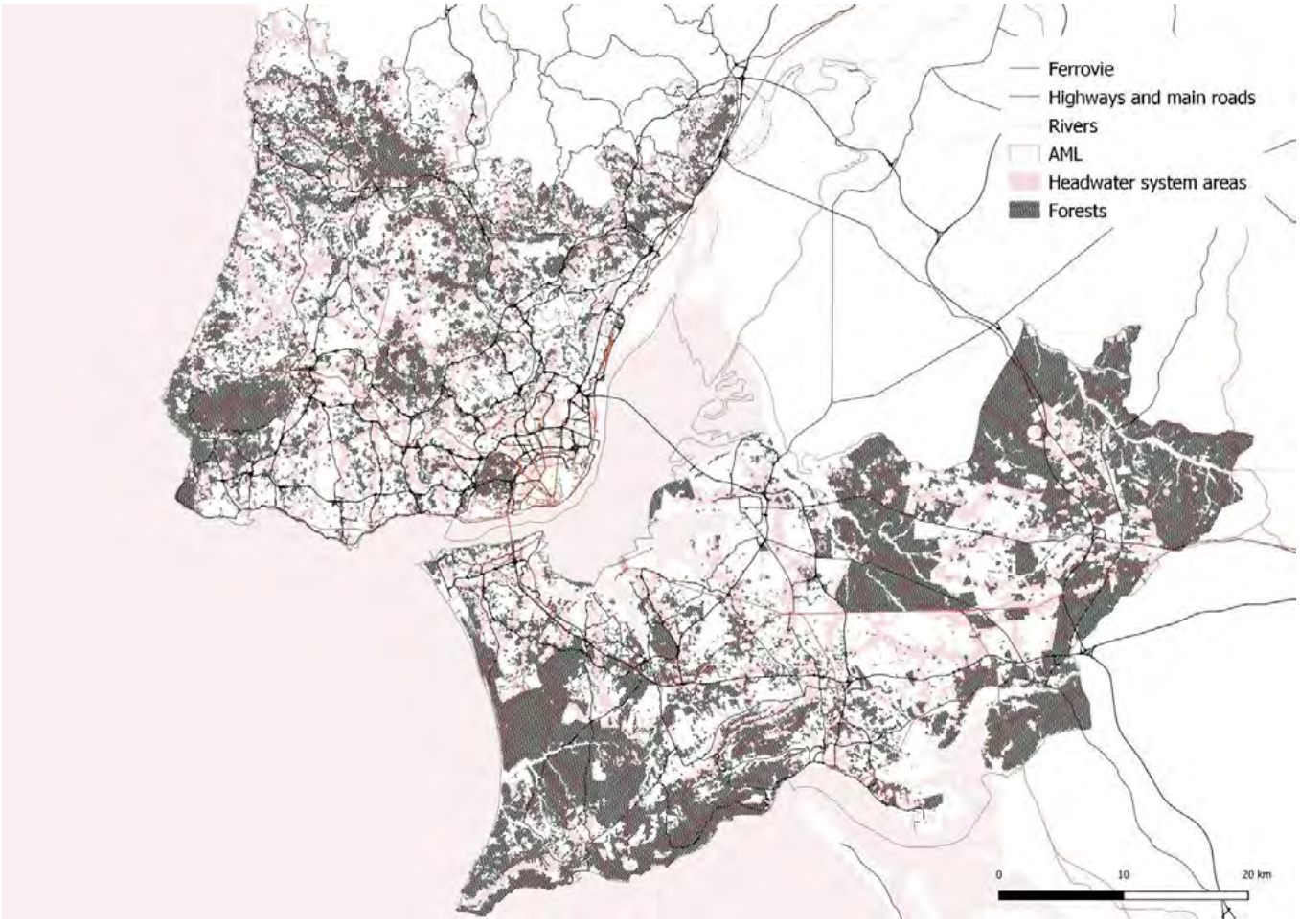


Figura 1: Área Metropolitana de Lisboa: Áreas de Cabeceira, Florestas e principais infraestruturas. Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

AML 2019. **Plano de Acção de Mobilidade Sustentável para a Área Metropolitana de Lisboa** (AML). https://www.aml.pt/, 2019.

EEA. **O solo e as alterações climáticas** [Online]. https://www.eea.europa.eu/. Available: https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2015/artigos/o-solo-e-as-alteracoes-climaticas [Accessed 27th June 2022], 2021.

PENA, S. B., MAGALHÃES, M. R. & ABREU, M. M.. Mapping headwater systems using a HS-GIS model. An application to landscape structure and land use planning in Portugal. **Land Use Policy**, 71, 543-553, 2018.

SANTOS, J. R. (PI), M. MATOS SILVA (co-PI), **MetroPublicNet** - Building the foundations of a Metropolitan Public Space Network to support the robust, low-carbon and cohesive city: Projects, lessons and prospects in Lisbon. FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal, Lisbon. Project reference. PTDC/ART-DAQ/0919/2020, 2020.

ASSIMETRIAS DA PRECARIEDADE URBANA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE MORFOLÓGICA DE FAVELAS

LT 229

Matheus Simões [1], Kainara Anjos [2], Mauro Barros Filho [3]

Centro de Artes e Comunicação (CAC),
[1] Mestrado em Desenvolvimento urbano na UFPE (em andamento); matheus.simoes@ufpe.br.
[2] Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG; kainara.lira@ufcg.edu.br.
[3] Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG; mbarrosfilho@gmail.com.

Palavras-chave: precariedade urbana; morfologia urbana; planejamento urbano

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) surgem a partir de experiências no Recife, decorrentes da pressão dos movimentos sociais de luta por moradia, e do crescimento de debates, em âmbito internacional, sobre a pobreza urbana e o direito à cidade. Nessa conjuntura, as ZEIS tornaram-se o instrumento mais significativo que buscou incorporar a população pobre ao tecido urbano consolidado, e foi com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, que elas se difundiram nos planos diretores em todo o país. Os parâmetros urbanísticos específicos nessas áreas buscaram limitar processos de remembramento, inibir o interesse do setor imobiliário e enfraquecer processos de gentrificação (MIRANDA e MORAES, 2007).

Em 2009, através da Lei Municipal nº 4.806 de 23 de setembro de 2009, regulamentou-se na cidade de Campina Grande, Paraíba, dezessete ZEIS (CAMPINA GRANDE, 2009). Após 13 anos desta Lei, essas áreas apresentaram um processo lento e desigual de urbanização, realidade que se contrapôs ao ritmo acelerado do setor imobiliário formal, que atuou em áreas consolidadas e abriu novas frentes de atuação, impulsionado por elevados índices de aproveitamento.

Os ritmos distintos de produção do espaço urbano alteraram a estrutura urbana e gravaram assimetrias na paisagem da cidade. Nesta conjuntura, a costura dos tecidos precários e não-precários foi insatisfatória e o seu encontro foi marcado por diversas assimetrias, gravadas na paisagem através de diversas morfologias. Os assentamentos precários se distinguem das áreas formais por apresentarem: construções subdimensionadas, irregulares e precárias; alta densidade construtiva; traçado irregular, estreito e mal pavimentado (KUFFER et al. 2016).

Compreender as características que vão além do tecido precário pode tornar-se um recurso útil em sua identificação e classificação, visto que as diferenças entre os assentamentos precários e o seu entorno podem ter certas características em áreas centrais e outras na periferia. Diante disso, avaliações morfológicas podem auxiliar na compreensão da diversidade desses assentamentos a partir das relações dos mesmos com diversos agentes externos (ROY, 2017; KAWAHARA, 2018).

Posto isso, o objetivo deste artigo é avaliar as assimetrias morfológicas de duas ZEIS em Campina Grande em relação ao seu entorno, sendo uma em área central de alto valor imobiliário e outra na periferia (Figura 1). Como metodologia, três abordagens espaciais foram aplicadas na comparação das características do assentamento com o entorno: a lacunaridade urbana (BARROS FILHO, 2006); a densidade urbana (BERGHAUSER PONT e HAUPT, 2005) e a classificação supervisionada nas bandas RGB de imagens de sensoriamento remoto através do algoritmo Random Forest. Os resultados podem ser visualizados na Figura 2, os valores particulares dentro dos limites das ZEIS apontam para como a sua morfologia se diferencia do seu entorno imediato, auxiliando na identificação do assentamento. Já a comparação entre as ZEIS centrais

e periféricas apontou que os seus entornos apresentam diferenças morfológicas consideráveis, que por sua vez, podem auxiliar na classificação desses assentamentos. A compreensão dessa diversidade, a partir de indicadores morfológicos, pode dar suporte à pesquisas de identificação e classificação de assentamentos precários que utilizam técnicas de machine learning. Além disso, traz contribuições úteis que dão subsídio para a formulação de políticas de integração e urbanização de favelas.

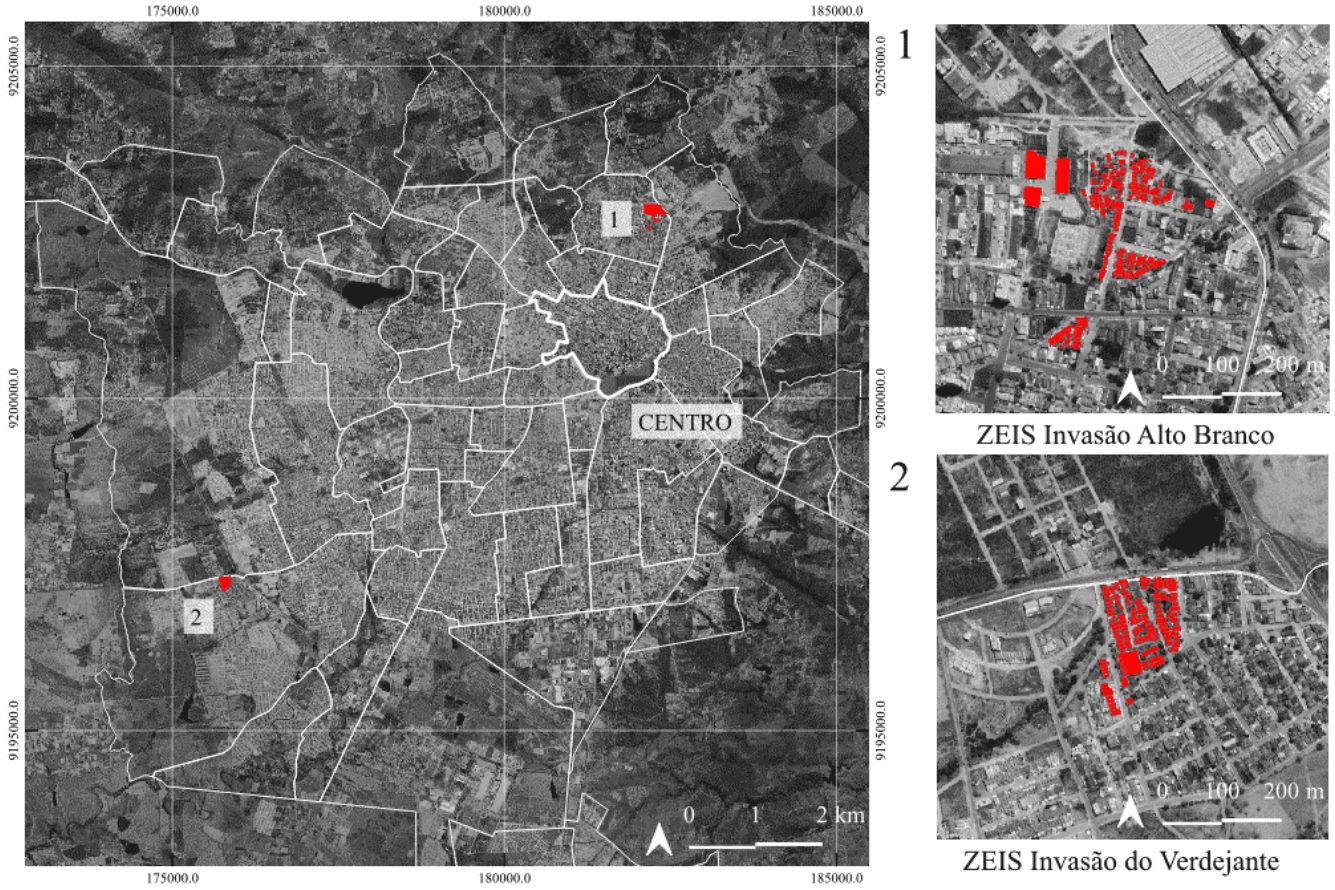


Figura 1: Inserção das ZEIS Invasão do Alto Branco (1) e Invasão do Verdejante (2), em Campina Grande (PB). Fonte: Autoria Própria.

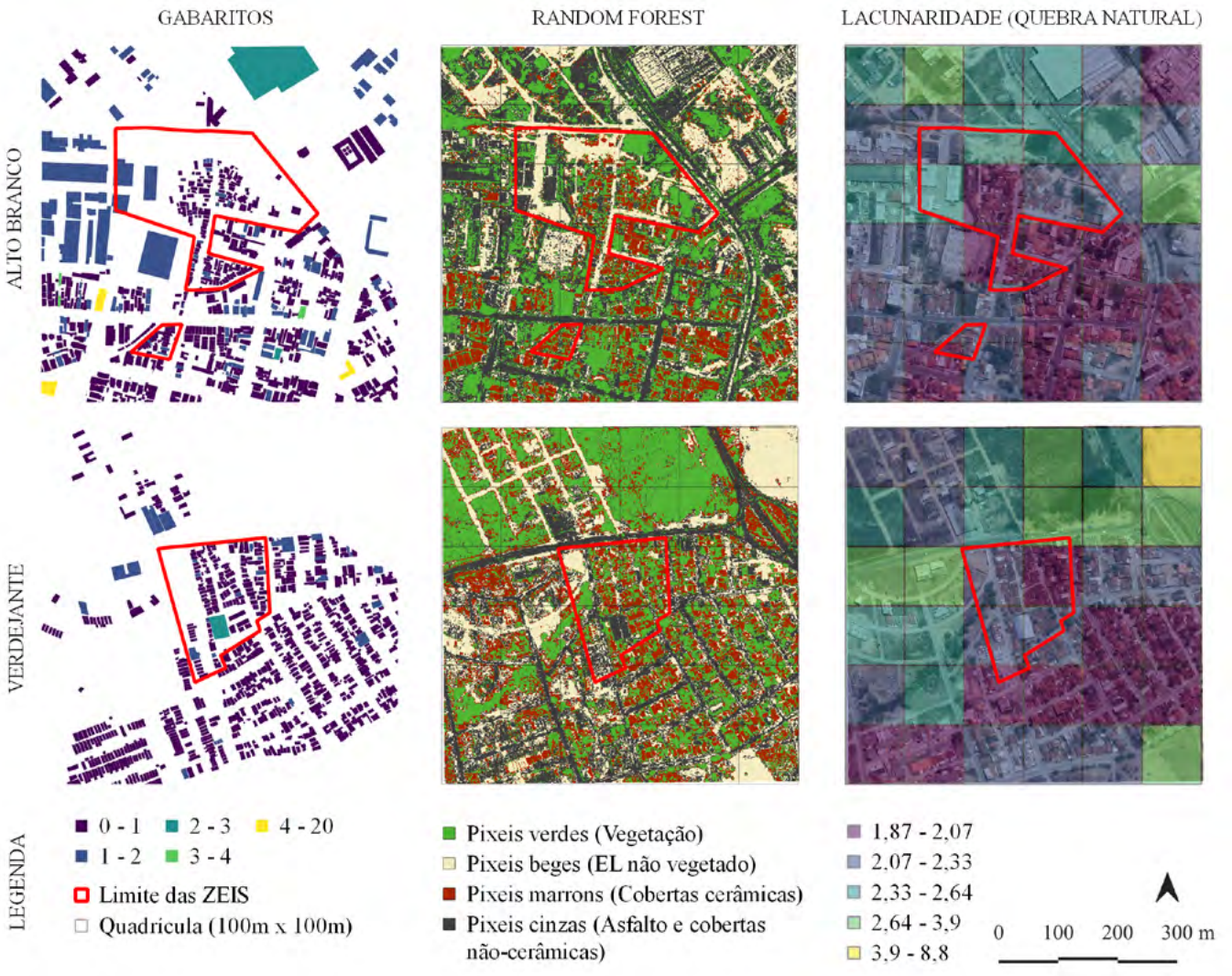


Figura 2: Mapas de gabarito, classificação Random Forest e Lacunaridade. Fonte: Autoria Própria.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Mauro. N. M. **As múltiplas escalas da diversidade intra-urbana: uma análise de padrões socioespaciais no Recife**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BERGHAUSER PONT, Meta; HAUPT, Per. **The Spacemate**: Density and the typomorphology of the urban fabric. Nordisk Arkitekturforskning. 2005.

CAMPINA GRANDE. **Lei Nº 4.806**, de 23 de setembro de 2009. Regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande e dá outras providências. Câmara Municipal Campina Grande, setembro de 2009.

KAWAHARA, Ivan. **A produção do espaço na favela**: elementos para análise do mercado imobiliário. Dissertação de mestrado, PPGPUR/UFRJ, 2018.

KUFFER, Monika; PFEFFER, Karin; SLIUZAS, Richard. Slums from Space, 15 Years of Slum Mapping Using Remote Sensing. **MDPI**, [S. l.], p. 1-29, 27 maio 2016.

MIRANDA, Lívia; MORAES, Demóstenes. O plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) do Recife: democratização da gestão e planejamento participativo. In: **Habitação social nas metrópoles brasileiras** [...], Coleção HABITARE/FINEP, p.414-434, 2007.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6-30, 2017.

ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO AGREGADOR DA REDE METROPOLITANA: POROSIDADE E CONTINUIDADE ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

LT 230

Tomás Ponce Nunes [1]

[1] CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; tomas.nunes1@campus.ul.pt.

Palavras-chave: Morfologia Urbana; Porosidade; Permeabilidade; Domínio Público, MetroPublicNet.

O presente artigo explora a complexidade do sistema de permeabilidade e porosidade urbana originado da articulação entre domínio público e privado, e em que sentido esta forma distinta de ler a cidade revela ser um contributo para o sistema de acessibilidade e influencia as práticas socioespaciais da zona, mediante os processos de apropriação e vivência do espaço.

Na segunda metade do século XX o papel do espaço público transforma-se sob uma lógica de densificação urbana e generalização do automóvel. Ruas e praças são ocupadas por veículos devido à necessidade de espaço de circulação e estacionamento, o que levou a uma desqualificação e desvalorização das suas características espaciais e perda do sentido de espaço público como local de reunião. Com o início do século XXI surge a necessidade de maior consolidação, qualificação e consciencialização na forma de pensar a cidade e na importância do espaço público como promotor de dinâmicas sociais. A abordagem está relacionada com o projeto de investigação, MetroPublicNet (Santos et al., 2020), na ótica de que a cidade pode ser analisada e pensada de forma conjunta e articulada, permitindo desenvolver uma leitura crítica relacionada com questões de mobilidade sustentável, resiliência ambiental, inclusão social e coesão territorial (Santos et al., 2020). O espaço público pode ser interpretado como uma infraestrutura da metrópole e o elemento agregador que permite estruturar e articular as várias intervenções, promovendo meios de sociabilização, convivência e democratização no espaço.

Tendo como caso de estudo a Zona da Ajuda em Lisboa, analisou-se como as intervenções realizadas, entre os anos de 2000 e 2020, alteraram o tecido socioespacial da área, assumindo a Calçada da Ajuda como eixo agregador das intervenções, que se estendem do Palácio da Ajuda à frente ribeirinha e entre o Largo da Memória e o Largo da Boa-Hora.

Como ponto de partida da metodologia realizou-se o levantamento das intervenções, acompanhado por bases cartográficas e bibliográficas que permitiram analisar o eixo estrutural da Calçada da Ajuda quanto: 1) à sua relação entre o património, equipamentos culturais e pontos de interesse envolventes; 2) a questões de mobilidade e acessibilidade pedonal; 3) à vitalidade comercial e forma urbana; 4) às porosidades criadas entre a relação do domínio público e privado, ao nível do piso térreo (Figura 1); 5) ao processo de apropriação e vivência social do espaço público; 6) à presença de espaços verdes e arborização.

Dos resultados obtidos evidencia-se que através da: redução e condicionamento do espaço dedicado ao automóvel; reorganização das vias e aumento dos passeios; concentração de transportes públicos em eixos estratégicos; uniformização de pavimentos, que conferem uma maior segurança e conforto ao peão, permitindo a utilização mista do espaço; introdução de espaços verdes e elementos arbóreos, que permitem maior acessibilidade e sombreamento;

se obtém um aumento das áreas dedicadas ao peão e uma maior fruição entre espaços que anteriormente não se destinavam a acolher atividades de lazer e cariz social. Daqui resulta uma rede composta por espaços públicos e privados permeáveis que, devido à sua configuração espacial e porosidades, convergem, permitindo uma relação mista entre o domínio público e privado, que potencializa novas formas de acessibilidade, lazer e relações socias, através da apropriação e vivência do espaço coletivo.



Figura 1: Porosidade formada do cruzamento entre domínio público e privado, ao nível do piso térreo, Ajuda/ Boa Hora. Fonte: MetroPublicNet, (2022).

REFERÊNCIAS

CAVALIERI, C; VIGANÒ, P. **The Horizontal Metropolis**: A Radical Project. Park Publishing (WI). 2020.

CML. **Uma Praça em cada Bairro**. Lisboa: CML. 2014.

CML. **Eixo Central**: Requalificação do espaço público. Dispononivel em: <http:// www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro/ eixo-central>. Acesso em: 8 set. 2021.

COELHO, R. Designing the City from Public Space. A Contribution to (Re)Think the Urbanistic Role of Public Space in the Contemporary Enlarged City. **The Journal of Public Space 2**, no. 1. 2017. p. 95-108.

CRAWFORD, M. Blurring the Boundaries: Public Space and Private Life. In: CHASE J., CRAWFORD, M., and KALISKI, J. (Org.) **Everyday Urbanism.** New York: Monacelli Press, 1999. p22–35.

FERNANDES, S. P. **Génese e Forma dos Traçados das cidades portuguesas**: Morfologia, tipologia e sedimentação, 2014. 844 p. Tese (doutoramento em Urbanismo) - Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

GREY, D. CCCB, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. **Europe City**: Lessons from the European Prize for Urban Public Space, 2015.

JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities**. New York, NY: Vintage Books,1992

LLOP, C. **Calles y plazas centrales metropolitanas**: Una estrategia para el proyecto territorial metropolitano. Barcelona, 2010.

MATTEIS, M. De. **Rigenerare le periferie venete**: sguardi, mappe e strategie operative per abitare lo spazio aperto negli insediamenti pubblici. LetteraVentidue, 2015.

MITRAŠINOVIĆ, M. MEHTA, V. **Public Space Reader.** Routledge, 2021.

MONTEYS, X (coord.). REHABITAR. 4. **Las Plantas Bajas. Barcelona**: Ministerio de Vivienda y Universidad Politécnica de Cataluña, 2010.

MONTEYS, X. **La calle y la casa**: Urbanismo de interiores. Barcelona: Gustavo Gili, 2018.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius Loci**: towards a phenomenology of architecture. New York: Rizzoli, 1980.

PROENÇA, S. B. . **A Diversidade da Rua na Cidade de Lisboa**: Morfologia e Morfogénese, 2014. 715 p. Tese (doutoramento em Urbanismo) - Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

SANTOS, J. R., MATOS SILVA, M. ET.AL. **MetroPublicNet - Building the foundations of a Metropolitan Public Space Network to support the robust, low-carbon and cohesive city**: Projects, lessons and prospects in Lisbon. FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal, Lisbon. Project reference. PTDC/ART-DAQ/0919/2020. 2020.

SCHEERLINCK. K. Insights on Collective Spaces, on Collectivity, on Signs of Collectivity. In SCHEERLINCK. K. **Collective Spaces Revisited Street Scape Territories Notebook**. Ghent/Brussels: KU Leuven, 2018.p. 10-21.

SECCHI, B., VIGANÒ, P. **La ville poreuse**: un projet pour le Grand Paris et la métropole de l'après-Kyoto. Métis Presses, 2011.

SÒLA-MORALES, M. **The Impossible Project of Public Space**: in In Favour of Public Space, Ten Years of the European Prize for Urban Public Space 2000-2010. Exhibition catalogue. Barcelona: CCCB / Editorial Actar. 2010.

STAVRIDES, S. **Common Space**: The City as Commons. London: Zed Books Ltd, 2016.

STAVRIDES, S. **Common spaces of urban emancipation.** Manchester: University Press, 2019.

WOLFRUM, S. **Porous City**: From Metaphor to Urban Agenda. Birkhäuser, 2018.

O MODELO DE CIDADE MODERNA: ANÁLISE DA FORMA DOS PLANOS DA NOVA MARABÁ/PA

LT 231

Kamila Oliveira [1], Alberto Lima [2], Ana Cláudia Cardoso [3], Luana Castro [4]

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/UFPA; kamiladinizoliveira@gmail.com.
[2] Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/UFPA, albertopclima@gmail.com.
[3] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora da FAU/UFPA e do PPGAU/UFPA; aclaudiacardoso@gmail.com.
[4] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/UFPA; luana.castro.silva@itec.ufpa.br.

Palavras-chave: Plano urbanístico; morfologia urbana; cidade amazônica; Governo Militar; Marabá.

As transformações impostas à região amazônica por políticas públicas federais desenvolvimentistas impactaram o modo de vida da população local a partir da década de 1960. Este artigo toma Marabá como caso para evidenciar o quanto elementos da forma urbana (lote, quadra, traçado e rua) (LAMAS, 1992) distinguiram a cidade moderna (Nova Marabá) da cidade ribeirinha (Marabá Pioneira) na Amazônia (ver figura 1). A análise parte da historiografia (relatórios, documentos e planos) produzida pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), complementada por dados empíricos, para caracterizar espacialmente a concepção de cidade moderna, exógena à realidade amazônica, que visava à substituição de costumes supostamente "primitivos", mas já testados e adaptados há gerações, por modo de vida baseado na sociedade urbana-industrial, revelando rejeição e preconceito contra a forma de produção de espaço e modo de vida locais. No contexto, as políticas públicas do Governo Militar tinham o intuito de integrar a região economicamente aos fluxos capitalistas nacionais e internacionais, através da construção de logística de transporte para exportação de minérios, e transformação da terra em mercadoria, e a cidade de Marabá, localizada no sudoeste paraense, tornava-se uma prioridade federal, por ser a cidade que polarizava a província mineral de Carajás e projetos de colonização rural, além de ser declarada área de segurança nacional e de ser atravessada pelas rodovias Transamazônica e PA 150 e pela ferrovia de Carajás. Todos esses processos tiveram importância na produção do espaço urbano da cidade, transformando-a em estratégico centro regional e atraindo intensos fluxos migratórios (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973). As fortes enchentes ocorridas nos anos 1980 na Marabá Pioneira, posicionada na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, serviram de pretexto para a implantação de um núcleo planejado, a Nova Marabá (ALMEIDA, 2009; TOURINHO, 1991). O SERFHAU elaborou uma concorrência pública, e o escritório Arquiteto Joaquim Guedes e Associados foi contratado para elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM), entregue em 1973, que planejou a cidade com dimensões e equipamentos adequados para uma projeção de crescimento populacional de 50.000 habitantes (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973). Contudo, o PDUM foi substituído e descontinuado ainda em 1976, com a justificativa de que Marabá teria 100 mil habitantes em 1980; a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o substituiu pelo Plano de Expansão Urbana de Marabá (PEUM), elaborado pelo escritório H.J. Cole + Associados (TOURINHO, 1991). Na época o planejamento urbano compreendia a cidade como um artefato técnico, orientado por um modelo progressista-racionalista afiliado ao movimento moderno. Tais planos buscavam a completa transformação da forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência da população local (ALMEIDA, 2009), criando não apenas um novo núcleo urbano, mas uma cidade polinucleada em função de ocupações concomitantes a este processo (ver figura 1). Conclui-se

que os planos para a Nova Marabá foram pensados a partir de repertórios, escalas e concepções desconexos com a realidade cotidiana da Velha Marabá, justificados por uma promessa de desenvolvimento para um lugar julgado como atrasado (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973; ALMEIDA, 2009), a ser completamente transformado tanto economicamente, quanto nas suas condições de uso e ocupação do solo; e que essa promessa não se realizou completamente e resultou em racismo e injustiça socioambiental.

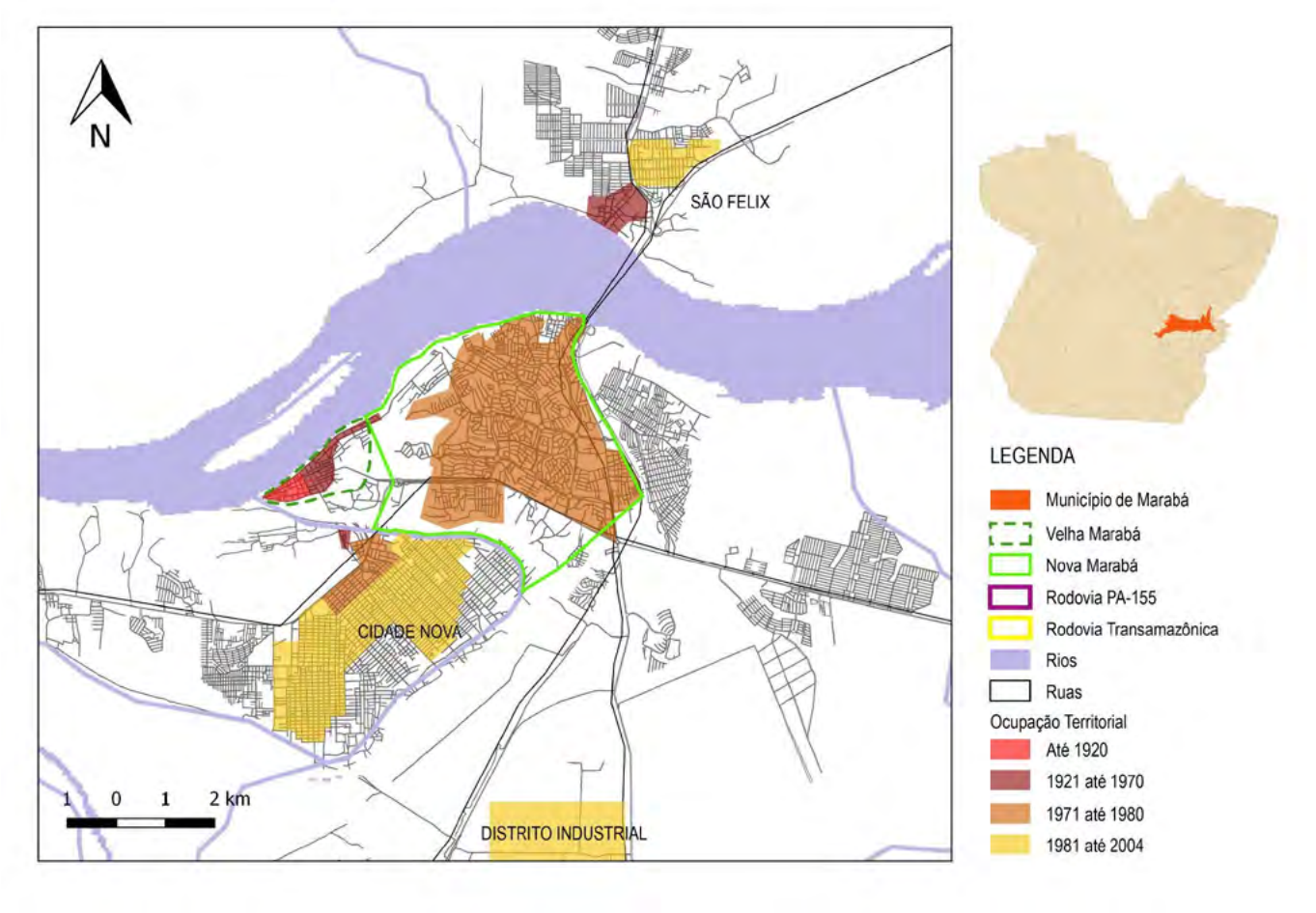


Figura 1: Mapa com a localização da Velha Marabá e da Nova Marabá. Fonte: IBGE, 2018; IBGE, 2020; RAIOL, 2010.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais (1970-2000)**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 167-188, jul./dez. 2009.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Volume 2 – Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá-PA**. São Paulo, março de 1973.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica**: caso Marabá. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo De Altos Estudos da Amazônia, Curso Internacional de Desenvolvimento em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 1991

SIMULAÇÃO DE CRESCIMENTO URBANO COM AUTÔMATOS CELULARES EM SANTIAGO, BRASIL MEDIANTE INFLUÊNCIA DE UMA NOVA RODOVIA

LT 232

Gabriel Delpino da Silveira [1], Maurício Couto Polidori [2]

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.
[1] gabriel_ds@icloud.com; [2] mauricio.polidori@gmail.com.

Palavras-chave: simulação; crescimento urbano; autômatos celulares; rodovias

O trabalho com modelos urbanos permite realizar simulações e estudar alternativas de futuro na cidade, construindo cenários e testando possibilidades. Segundo White et al (1997), autômatos celulares são sistemas espaciais dinâmicos onde o estado de cada célula depende do estado das células vizinhas e das regras de transição de estado. O grid é o espaço onde o autômato existe, onde as informações conseguem ser processadas e transmitidas para outras células (LIU, 2009). O programa CityCell – Urban Growth Simulator, desenvolvido por Saraiva e Polidori (2014), utiliza a base de grid celulares para o seu funcionamento, fornecendo ferramentas para realizar simulações, manipular dados, visualizar, analisar e avaliar os resultados gerados. No geral, este trabalho faz simulações de crescimento urbano em Santiago, RS, Brasil, validando o modelo por estados urbanos pregressos e explorando alternativas com a abertura de uma nova rodovia.

Localizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a cidade de Santiago se encontra na latitude 29º Sul e longitude 54º Oeste, a 354 metros de altitude. Cidade de pequeno porte, com 49.298 habitantes (IBGE, 2022), os principais acessos são pelas rodovias BR-377 e RSC-287. A primeira etapa do trabalho ocorreu ao reunir as informações relevantes para o crescimento da cidade e as informar através de “inputs” no CityCell. Nos testes foram reconhecidos aspectos que impactaram na transformação da área urbana desde 1985 (ano escolhido para o início do estudo e calibração do modelo) até 2021. Foram utilizadas imagens de satélites e de radar, para extrair as altitudes, bacias e sub-bacias hidrográficas, linhas de drenagem, cobertura do solo e área urbanizada, compondo mosaicos permitindo o desenho de grids de entrada para as simulações, com células quadradas de 200m.

Na etapa de calibração do modelo, foi aplicada a regra “Threshold Potential”, ou potencial de crescimento limiar, realizando 20 repetições de 36 iterações (entre os 1985 e 2021), buscando resultado próximo à área urbana de 2021, partindo de 1985. Quando comparado o resultado simulado com a realidade em 2021, utilizando a opção “Fuzzy Comparision”, que segundo Liu (2009), um elemento “fuzzy” não se restringe em 0 e 1, mas sim no intervalo destes dois números, foi alcançado 71% de acerto, com 1 célula de 200m de precisão (Figura 1).

Com o modelo calibrado, é proposto um teste com uma nova rodovia ao sul da cidade, unindo as preexistentes rodovias BR-377 e RSC-287. Hipoteticamente, uma união dessas estradas atrairia fortemente novas urbanizações, fenômeno já observado ao norte da cidade, durante a calibração. Porém as simulações não confirmaram essa hipótese, no caso de uma rodovia de ligação externa entre as outras estradas (Figura 2), onde algum crescimento urbano importante só foi alcançado pelo uso de um peso de atração 4 vezes maior dos demais fatores urbanos.

Por fim, destaca-se 3 aspectos principais: a) os fatores naturais: topografia, recursos hídricos e cobertura do solo, são condicionantes importantes nas simulações de crescimento urbano, operando como um campo de irregularidades; b) a forma da área efetivamente urbanizada, especialmente pelos contornos, é determinante dos próximos estados, na dinâmica de crescimento urbano; c) as estradas e acessos são fundamentais fatores de atração para o crescimento urbano, porém isso depende da sua relação com as preexistências, sendo que as estradas de traçado secante à área urbana atraem com mais intensidade do que as perimetrais, provocando mudanças maiores.

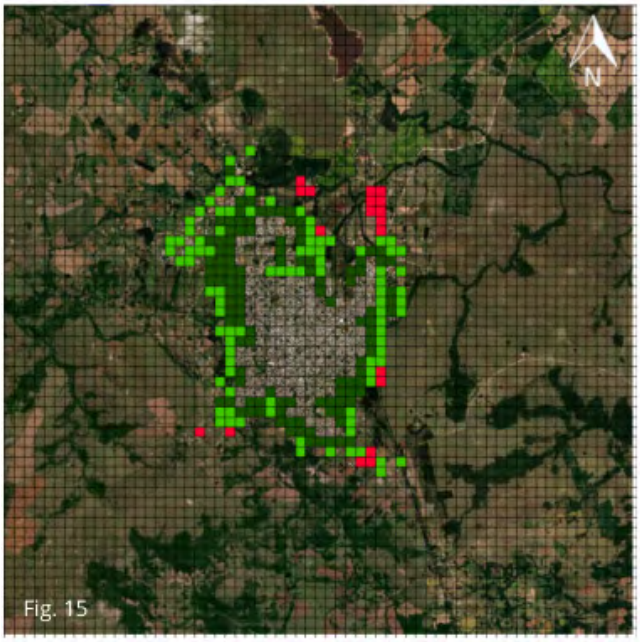


Figura 1: resultado da etapa de calibração do modelo, mostrando a iteração final, de um total de 36. Em verde escuro e verde claro aparecem os acertos, alcançando conjuntamente 71%, com precisão de 1 célula de 200m. Em vermelho estão as células não alcançadas nas simulações. Fonte: dos autores, 2022.

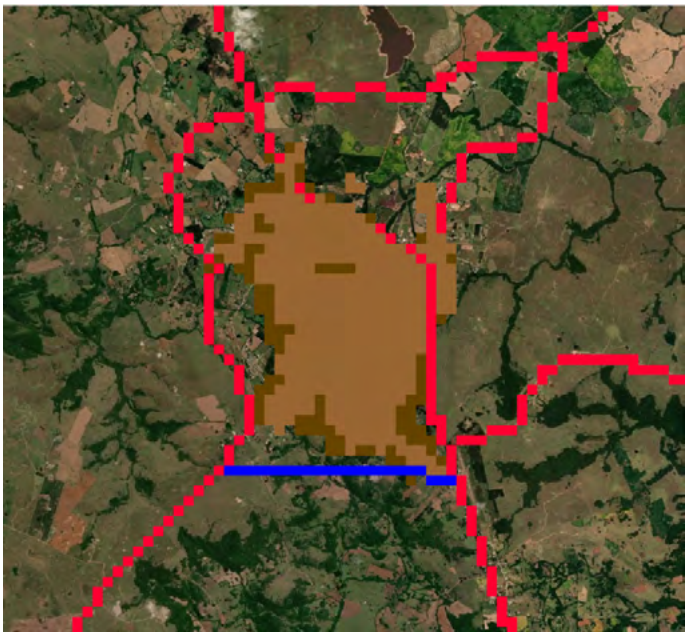


Figura 2: resultado do experimento com simulação de uma nova rodovia perimetral (em azul), interligando a BR-377 e RSC-287 (em vermelho), na iteração final, de um total de 36. Em marrom claro aparece a área urbana em 2021 e em marrom escuro a área acrescida, na simulação de futuro. Fonte: dos autores, 2022.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE**, 2022. Cidades. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santiago.html >. Acesso em: 14 de maio de 2022

LIU, Yan. **Modelling Urban Development with Geographical Information Systems and Cellular Automata**. Estados Unidos: Taylor & Francis Group, 2009.

SARAIVA, Marcus Vinicius Pereira; POLIDORI, Maurício Couto. **CityCell**: Urban Growth Simulator (software). LabUrb – Laboratório de Urbanismo da FAUrb. Pelotas: UFPel, 2015.

WHITE, R.; ENGELEN, G.; ULJEE, I. The use of constrained cellular automata for high-resolution modelling of urban land-use dynamics. **Environment and Planning B**: Planning and Design, 24, n. 3, 1997. 323-343.

AS UNIDADES DE PAISAGEM DA ORLA DA BAÍA DE GUANABARA EM NITERÓI, RJ

LT 234

Victoria Robadey [1], Andrea Queiroz Rego [2]

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro;
[1] Mestrado em Arquitetura (em andamento); victoria.carvalho@fau.ufrj.com.br.
[2] Doutorado (docente permanente); andrea.queiroz@fau.ufrj.com.br.

Palavras-chave: unidades de paisagem; orla de Niterói; Baía de Guanabara; gestão de orlas

O trabalho demonstra como se estrutura a orla de Niterói na Baia de Guanabara com base no método que define diferentes unidades de paisagens (MONTEZUMA, 2014) em função de seus atributos de suporte e morfológicos. Faz parte da dissertação “A paisagem sonora na orla da baia de Guanabara em Niterói, RJ” em desenvolvimento cujo objetivo principal é identificar se essas diferentes unidades de paisagens podem ser reconhecidas e fortalecidas por meio de sua produção sonora, isto é, se há uma correspondência entre as paisagens sonoras e as unidades de paisagem (REGO, 2006), contribuindo para a construção do conceito de identidade sonora. A avaliação sonora é mais um atributo que contribui para desvendar a complexidade cultural da paisagem da costa brasileira (aproximadamente 9.000 km), objeto de estudo e planejamento federal - o Projeto Orla.

Deste modo, apresenta se aqui as unidades de paisagens considerando as diferentes camadas de análise que se justapõem, em recorte previamente definido que incluiu somente a orla que permite a livre apropriação pública, excluindo se deste a área portuária privada. Segundo Silva (2012) “a leitura da paisagem, por meio de suas unidades, configura-se como método que contribui para o entendimento da forma urbana instigando a verificação das contradições existentes e dos produtos espaciais resultantes das disputas sociais”.

A primeira camada é constituída pelos aspectos geobifísicos da orla da Baía de Guanabara em Niterói que engloba os elementos da paisagem como: hidrologia, climatologia urbana, cobertura vegetal e as características geográficas (LAMEGO, 1955). A segunda camada é o processo de transformação da orla, observando a ação antrópica em três tempos: até 1933, entre 1933 e 1975 e entre 1975 e 2021. A terceira camada é composta pela análise do espaço edificado a partir de uso do solo e de estudo tipológico arquitetônico, ressaltando a grande diversidade das edificações presentes na orla. A quarta camada é constituída pelo estudo do espaço livre público, baseado nas funções e formas - praças, áreas de proteção e parques naturais localizados na orla.

Como resultado foram identificadas 9 unidades de paisagem (figura 1) na orla da Baía de Guanabara as quais foram cotejadas com os limites administrativos dos bairros que compõe este trecho analisado avaliando se as potencialidades e entraves de cada qual que apontam caminhos para um planejamento urbano, destacadamente, para a gestão dessa orla, reconhecendo suas especificidades.



Figura 1: As unidades de paisagem identificadas. Fonte: Desenvolvido pelas autoras sobre base do Google Earth, 2021.

REFERÊNCIAS

LAMEGO, A. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro: A Geologia de Niterói na Tectônica da Guanabara. In: LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. 8. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p.1 – 22.

MONTEZUMA, R. M.; TÂNGARI, V. R.; ISIDORO, I. A.; MAGALHÃES, A. M. Unidades de paisagem como um método de análise territorial: integração de dimensões geo-biofísicas e arquitetônico-urbanísticas aplicada ao estudo de planície costeira no Rio de Janeiro. **II Seminário Nacional sobre Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições ao Parcelamento de Solo** – APPURBANA: Belém, 2014.

REGO, **A. Paisagens Sonoras e Identidades Urbanas**: Os sons nas crônicas cariocas e as transformações do bairro de Copacabana (1905 – 1968). Orientador: Professora Drª Margareth da Silva Pereira. 2006. 301 f. Tese (Doutorado PROURB) – Doutorado, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, J. M. P. **Unidade de paisagem e o estudo da forma urbana**: reflexões sobre suas contribuições para o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. QUAPA: Campinas, 2012. P. 1 – 22.

UFF MEMÓRIA INFORMAÇÃO. **Um panorama social da capital fluminense nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)**. Memória Informação UFF, Rio de Janeiro, p. 1 - 7, 18 maio 2015. Disponível em: http://www.memoria.uff.br/images/documentos/primeiros_tempos/panorama_social-1900-1930.pdf . Acesso em: 3 maio 2021.

PROCESSOS MORFOLÓGICOS DO TRAÇADO URBANO DE GUARAPARI: UM ESTUDO SOBRE AS RUAS DO NÚCLEO CENTRAL

LT 235

Manoela Monjardim [1], Eneida Mendonça [2], Maria Manoela Gimmler Netto [3]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós Graduação da Ufes (em andamento); arq.manoelamonjardim@gmail.com.
[2] Prof. Drª. do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes; eneidamendonca@gmail.com.
[3] Prof. Drª convidada pelo Departamento de Urbanismo UFMG e prof. do IEC PUC Minas; manoelagnetto@gmail.com.

Palavras-chave: morfologia; rua; traçado urbano; Guarapari; processos morfológicos.

Essa pesquisa busca verificar os processos morfológicos que incidiram sobre o traçado urbano do núcleo central de Guarapari/ES (Figura 1) desde a sua morfogênese, no século XVI. Com cerca de 126 mil habitantes, é pertencente à Região Metropolitana da Grande Vitória (IBGE, 2020) e é conhecida nacionalmente por suas praias. Ganhou destaque nos anos de 1940 com a divulgação das propriedades de suas areias monazíticas, passando a atrair o interesse de veranistas para descanso e tratamento de saúde (ROCHA, 2019).

Mesmo com o cotidiano vinculado à vida metropolitana, Guarapari mantém o interesse dos turistas pelas suas praias, contando com mercado imobiliário aquecido pela verticalização de edificações. Tendo em vista o processo intenso de urbanização nas últimas décadas e a longevidade da origem da ocupação, considera-se relevante o estudo da evolução da forma urbana ao longo do tempo, com o intuito de compreender as principais características e funções de seu traçado.

Tem-se como base teórica a morfologia urbana, que é o estudo da forma urbana enquanto elemento físico, associado às ações sociais no território, que edificam o espaço ao longo do tempo e o transforma. Utiliza-se os conceitos da escola inglesa de morfologia urbana, que é delineada a partir da investigação das transformações ocorridas no parcelamento, e na identificação de elementos que repetem padrões semelhantes e que se destacaram na forma urbana em períodos de tempo, denominados de períodos morfológicos (MOUDON, 1997; PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2017).

O desenvolvimento se deu a partir do redesenho associado à análise de documentos existentes como cartografias e cadernos de viagens. Por meio da caracterização do espaço e organização das informações visuais de forma cronológica, foi possível redesenhar e construir diagramas que indicam a evolução urbana do território e produzir periodização. Foram estabelecidos 7 períodos, que estão expostos na Figura 2, e as indicações que determinaram o início e fim dos mesmos foram as inovações morfológicas evidentes no tecido urbano.

O primeiro período, que se dá até 1863, é marcado por um traçado vinculado ao acesso pelo Rio Guarapari, principalmente pela ligação entre o porto e a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, edificada no alto da colina no intuito de proteção territorial. No segundo (1863-1902) tem-se a ocupação e consolidação de ruas na baixada do território. No terceiro tem-se o apagamento de parte da rua que interligava o porto à Matriz. O quarto (1934-1952) expressa uma tendência de expansão do traçado na direção sudoeste. O quinto (1952-1960) é marcado pelo desenvolvimento do traçado, devido à construção da ponte sobre o rio. De 1960 a 1980, observa-se a ocupação das margens do litoral dada a relevância internacional de suas praias. A partir de 1980, tem-se a

expansão e consolidação do plano urbano voltado para a valorização do litoral.

Portanto, destaca-se a influência da configuração geográfica de Guarapari no processo de ocupação do território, sendo caracterizada como uma península margeada por um rio e pelo mar, e um relevo composto por colinas. O traçado urbano é marcado por processos históricos, sociais e culturais vivenciados desde o período colonial e que culminam na sua forma contemporânea. Evidencia-se a relevância da abordagem histórico-geográfica como aporte científico para a compreensão da dinâmica morfológica, a partir do redesenho e da periodização marcada por inovações no território, que permitiu uma análise morfológica do plano urbano de Guarapari.

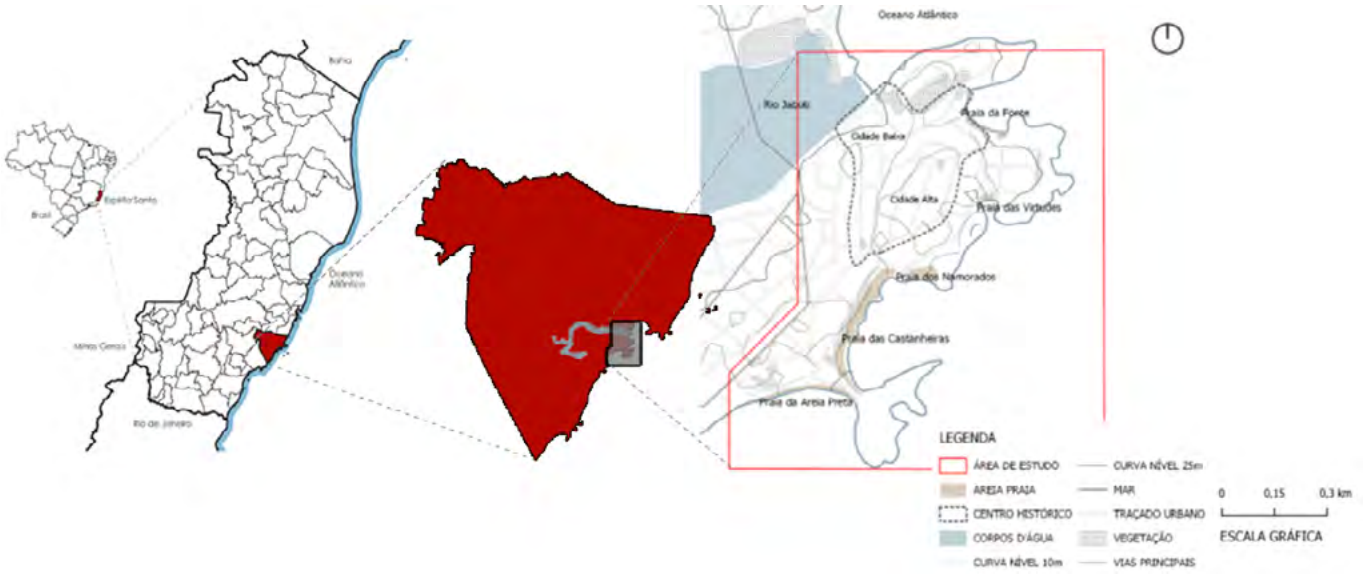


Figura 1: Localização de Guarapari e da área de estudo. Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

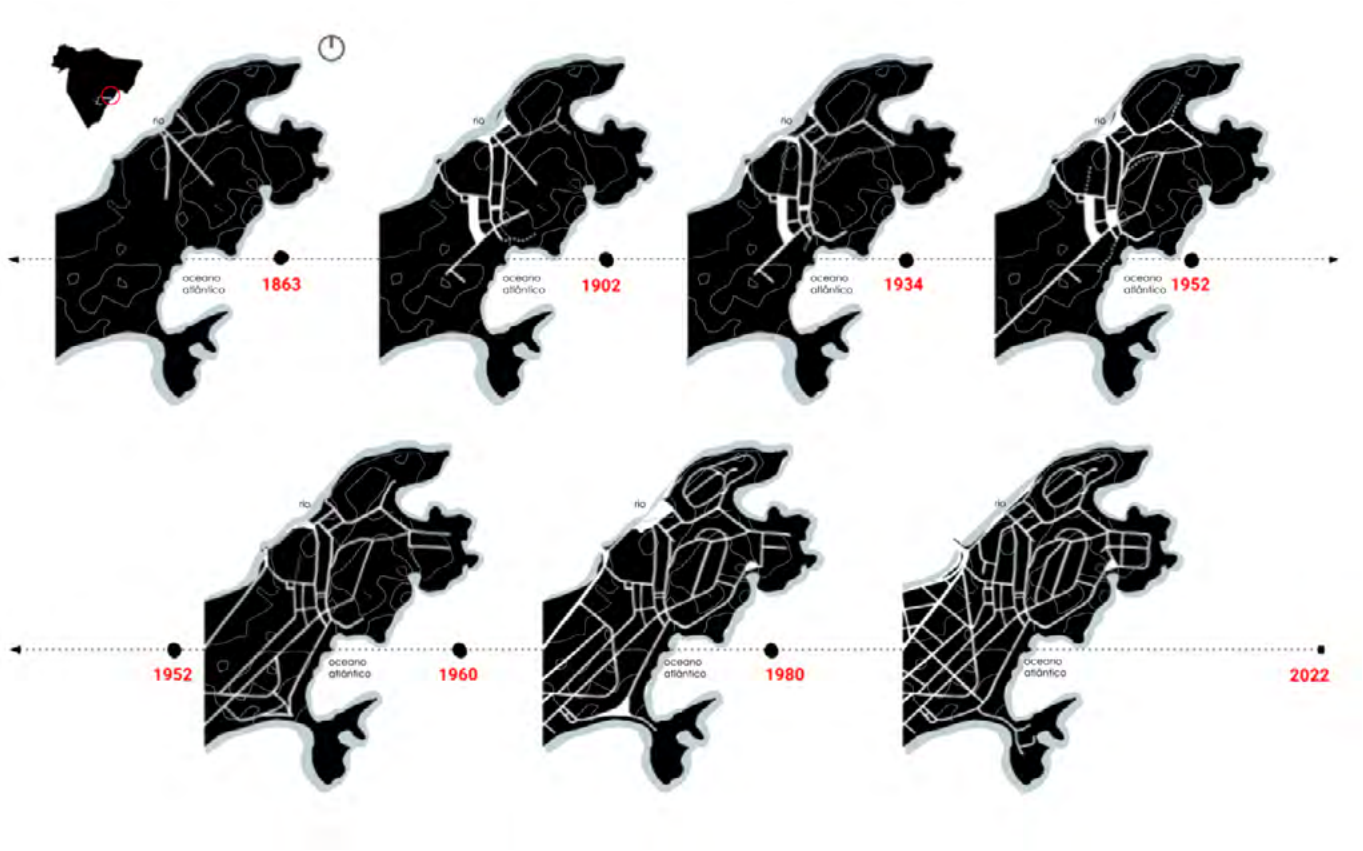


Figura 2: Tábua comparativa da evolução do traçado urbano de Guarapari, entre os anos de 1863 e 2022. Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/guarapari.html?. Acesso em: mai. 2021.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. In: **Urban Morphology**, v.1 , n. 1 p. 3-10, 1997. Disponível em: http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf. Acesso em: nov. 2021.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos da morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

ROCHA, Rhaony Oliveira da. **Verticalização litorânea do centro de Guarapari**: um estudo de caso em Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

BRASÍLIA: DE CIDADE PLANEJADA À CIDADE REGULARIZADA LT 236

Marecilda Sampaio da Rocha [1], Valério Augusto Soares de Medeiros [2]

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Governo do Distrito Federal (SEDUH/GDG), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU/UnB), Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados (MPPL/COPOS/CEFOR/CD);
[1] mare.sammpaio@gmail.com; [2] valerio.medeiros@camara.leg.br

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Ocupação Formal; Ocupação Informal; Configuração Urbana; Sintaxe Espacial.

O trabalho discute, em Brasília/DF, o papel do planejamento urbano oficial na tessitura do território enquanto agente detentor do poder/dever de promover a implantação e gerir a ocupação do assentamento. Para tanto, analisa-se a ocupação diacrônica da cidade (COSTA, 1985; CARPINTERO, 1998; ANJOS, 2010; COSTA, 2011; DERNTL, 2016; CODEPLAN, 2020) tendo em conta o debate a respeito do significado do planejamento urbano (CHALAS, 2013; CORRÊA, 1989; DEL RIO,1990; DUARTE, 2011), a partir da seguinte questão de pesquisa: no Distrito Federal, em que medida o planejamento urbano oficial historicamente antecipou as demandas ou agiu a posteriori para regularizar ocupações, alternando um papel ora de ator principal, ora de ator coadjuvante, no processo de ocupação do território?

Em termos teóricos, metodológicos e ferramentais, a pesquisa se fundamenta no levantamento de dados disponíveis referentes à historiografia da cidade e em documentos oficiais, o que permite a recomposição dos passos executados ora pelo planejamento oficial, ora pela ocupação informal. O estudo se ampara ainda na leitura configuracional, guiada pela interpretação morfológica, aplicando-se o aparato técnico da Sintaxe do Espaço ou Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER, 1993, 1996; HOLANDA, 2003; MEDEIROS, 2006; FREITAS, 2013; COELHO, 2017). O período de análise compreende desde o princípio da implantação de Brasília, em 1958, até os dias atuais (2019), estruturado em quatro etapas (PAVIANI, 2007): a) de 1958 a 1975; b) de 1976 a 1997; c) de 1998 a 2009) e d) de 2010 a 2019. Cada uma das etapas é subdivida em períodos a partir das manchas urbanas históricas disponibilizadas online pelo órgão oficial local responsável pelo planejamento, por meio do *Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica do Distrito Federal – SISDUC e do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal – SITURB*, ambos desenvolvidos e mantidos pelo Governo do Distrito Federal.

Os achados obtidos contribuem para o debate sobre o processo de ocupação territorial do Distrito Federal, ao abordar a relação entre as ações públicas de planejamento, e o modo como o espaço vem sendo ocupado. Percebe-se uma lacuna evidente entre o planejamento oficial e a ocupação urbana que, após os primeiros anos de construção da cidade, vem sempre um passo à frente do planejamento. Apesar do histórico do DF como cidade planejada, o que se tem visto, em especial na última década, é o planejamento urbano cedendo espaço para a iniciativa informal, dedicado à regularização sem conseguir se antecipar às demandas sociais. Soma-se a isso a demora do Estado em promover a ocupação ou dar outra destinação a projetos elaborados que não foram implantados o que, de alguma maneira, favorece ocupações informais. Às vésperas da revisão do PDOT, parece fundamental rever as questões apontadas, buscando retomar o protagonismo do poder público na gestão do território, considerando a necessidade de se rever paradigmas que persistem desde a concepção de Brasília.

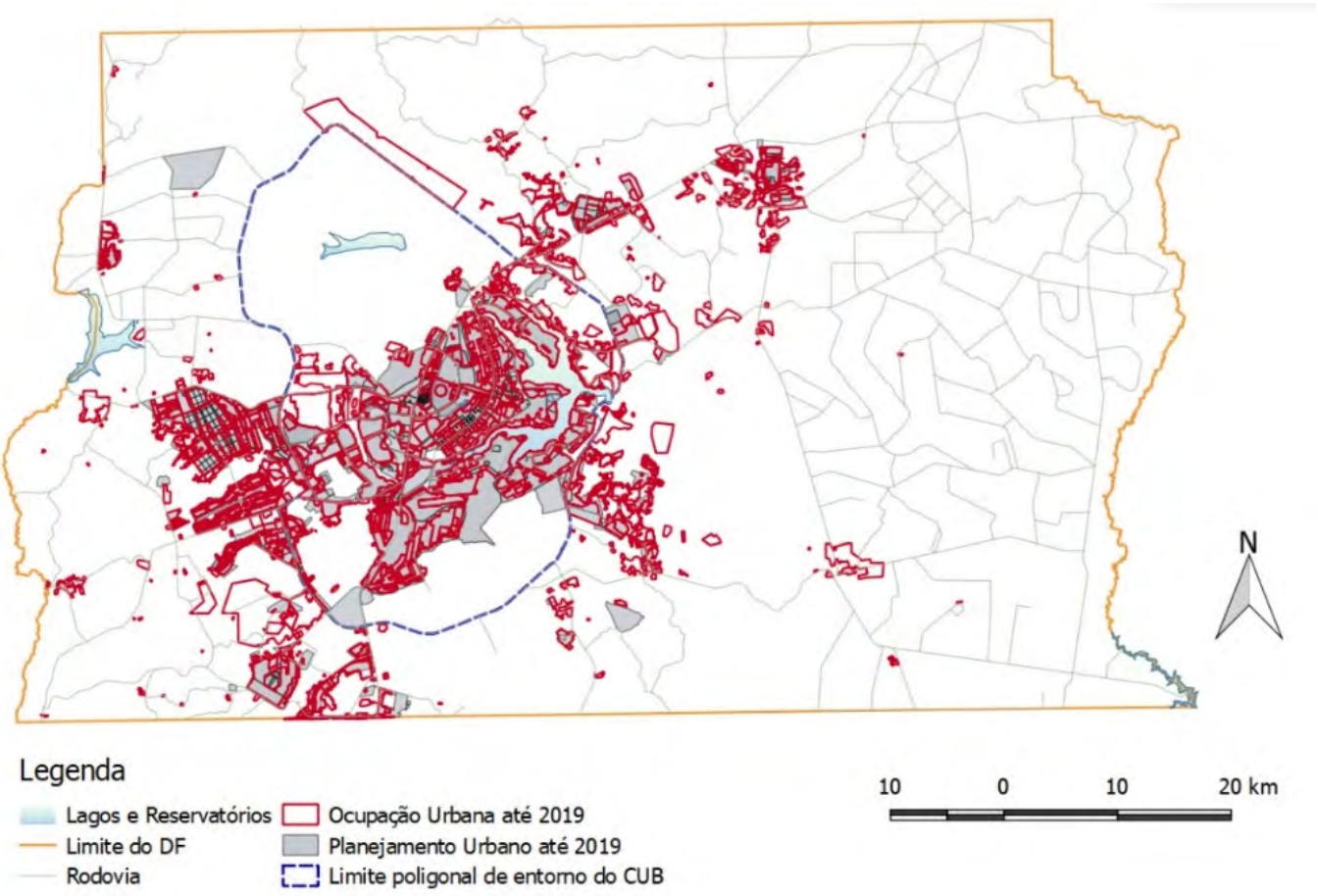


Figura 1: Ocupação do território versus áreas planejadas até 2019 (Brasília/DF). Fontes: ROCHA (2021), Geoportal (SEDUH/GDF) e SISDUC (SEDUH/GDF).

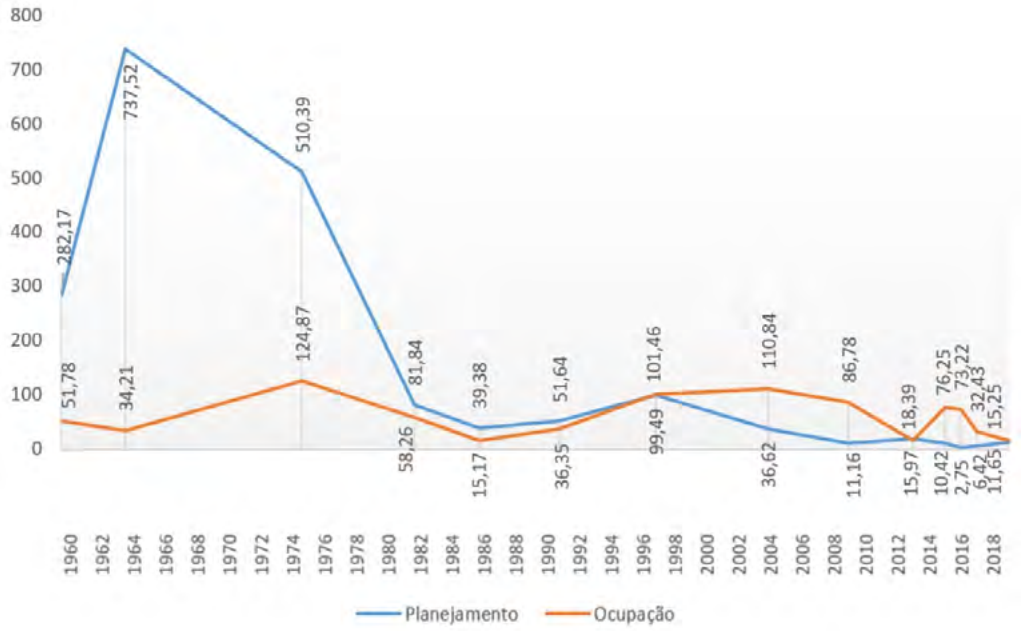


Figura 2: Área planejada versus área ocupada em Brasília/DF, referente a todo o intervalo de análise (1958-2019) (dados absolutos, não cumulativos, em km2). Fonte: ROCHA (2021).

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Monitoramento do crescimento e vetores de expansão urbana de Brasília. In: **Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole**. Aldo Paviani (et al.) (Org) Brasília: Editora UnB, 2010.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília:** Prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CHALAS, Yves. O urbanismo: pensamento fraco e pensamento prático. In: **Planejamento urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. Elson Manoel Pereira (Org) Chapeco: Argos, 2013.

COELHO, Juliana Machado. **Na riqueza e na pobreza**: o papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CODEPLAN. **Atlas do Distrito Federal**. Brasília (DF). Codeplan. Brasília, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Lucio (Coord.). **Brasília 57-85**; do plano-piloto ao Plano Piloto. Brasília, TERRACAP, 1985.

COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011. 2011**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: **Anais do XIV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo**: visões 270 e revisões do século XX, 2016, São Carlos [recurso eletrônico]. São Carlos: IAU-USP, 2016.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2011.

FREITAS, Giuliana de. **Células desconexas**: condomínios fechados e as políticas públicas de regularização do Distrito Federal. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

HILLIER, B at all. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. **Environment and Planning B**: Planning and Design, 1993, volume 20, pgs. 29-66.

HILLIER, B. **Space is the machine**. Londres: Cambridge University Press, 1996.

HOLANDA, Frederico de. **Brasília**: da Carta de Atenas à Cidade de Muros. 2003.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil:** inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PAVIANI. Aldo. **Geografia urbana do Distrito Federal**: evolução e tendências. Espaço & Geografia, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2007.

ROCHA, Marecilda Sampaio da. **Ator principal ou coadjuvante?** O papel do planejamento urbano oficial na ocupação do território do DF. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ANÁLISE MORFOLÓGICA DE TRÊS NÚCLEOS DA COLONIZAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO BELÉM-BRAGANÇA (1875-1914)

LT 238

Alberto Lima [1], José Júlio Lima [2]

[1] Doutor em Arquitetura e Urbanismo (em andamento), albertopclima@gmail.com.
[2] PPGAU/UFPA. Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor da FAU/UFPA e do PPGAU/UFPA; jjlimaufpa@gmail.com.

Palavras-chave: abordagem histórico-geográfica, Estrada de Ferro Belém-Bragança, cidades da região bragantina paraense.

O processo de urbanização da Amazônia na virada do século XIX-XX se destaca pelo renascimento de núcleos urbanos por ação da prosperidade econômica trazida pela exploração da borracha amazônica a partir do estabelecimento de Belém e Manaus como metrópoles, a criação de novas cidades com expansão urbana baseada na exploração gomífera, estruturação logística por meio ferroviário e a colonização agrícola no nordeste paraense (CARDOSO et al, 2020). A colonização agrícola do nordeste paraense, como parte da criação de uma fronteira de desenvolvimento agrícola na Amazônia, foi utilizada pela primeira vez em meados da década de 1870, com o intuito de solucionar uma crise de abastecimento em Belém (COSTA, 2012). O governo da Província do Grão-Pará se mobilizou política e financeiramente para a construção de uma Estrada de Ferro que conectaria Belém à cidade de Bragança, no nordeste paraense. No percurso do que seria a nova linha férrea, seriam constituídas colônias agrícolas para a produção de alimentos e ocupação territorial da região bragantina, além de criar um modal de transporte mais eficiente de conexão à Belém (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967). Para a viabilização da, então denominada, Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB), foram implementadas políticas públicas com o intuito de (1) estatização da terra com vistas a criação de colônias agrícolas orientadas a partir de práticas modernas de produção, (2) substituir a mobilidade antes de base fluvial para a férrea com a construção dos trilhos, oficinas em pontos de apoio para manutenção das composições da EFBB e seus respectivos ramais para viabilizar transporte de pessoas, bens e serviços e a conhecimento supostamente implementado inicialmente por colonos de origem europeia. A associação da colonização antes incipiente, passa a ser articulada à linha ferroviária, que passa a atuar como um possível viabilizador de desenvolvimento econômico que justificaria o investimento na região. Ao longo do percurso ferroviário foram estabelecidos núcleos coloniais e vilas, tendo a EFBB sido um modal de transporte eficiente de conexão à Belém. (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967). Para além do legado como vetor de transporte, analisa-se como o processo de colonização vinculado à construção da EFBB influenciou na formação fundiária rural e urbana de cidades da região bragantina paraense. A figura 1 é um registro do projeto de ocupação territorial com demarcação lotes para a produção agrícola em núcleos coloniais esparsos conectados a partir de vilas localizadas no eixo principal da EFBB, bem como de ramais, incluindo assentamentos pré-existentes estabelecidos a partir do padrão dendrítico formado pelos cursos d'água (SANTOS, 1980). Considerando a extensão da região bragantina e os 17 núcleos coloniais agrícolas, o presente artigo analisa a morfologia de três núcleos urbanos da EFBB (Benevides, Santa Izabel e Americano) (figura 2). Adota-se a abordagem histórico-geográfica (CONZEN, 1960; COSTA e NETTO, 2015) para a análise dos elementos morfológicos identificados na figura 1 bem como a estrutura fundiária rural dos três núcleos

urbanos supracitados. O estudo estabelece uma relação entre a localização dos núcleos urbanos e a morfologia urbana estabelecida pela transformação de lotes rurais em urbanos. Mesmo que a localização de estações e pátios de manutenção não tenham sido capazes de estruturar o aparecimento de grandes cidades, o fato de serem antigas localidades que serviam de acesso a fazendas com acesso pelo rio, há o estabelecimento de um número considerável de variações de um mesmo padrão morfológico. Observa-se que houve uma significativa expansão linear do tecido urbano adjacente a linha férrea, marcado por centralidades no entorno das estações e dependendo do aparado de manutenção instalado, há o aparecimento de bairros em formato de grelha, bastante regular, mas pouco integrado aos eixos formados pela subdivisão que o vetor da linha férrea ocasionava. Além de estabelecer padrões de quadras e lotes a partir de parcelamento de propriedades rurais pré-existentes. Ou seja, o estudo indica um padrão pouco hierarquizado, mas robusto o suficiente para dar origem a núcleos urbanos contemporâneos. ao longo da área lindeira do trilho por uma extensão considerável onde se forma um padrão de ocupação linear com centralidades e eixos de expansão. O artigo fornece subsídios para estudos sobre a constituição fundiária e morfológica dos núcleos urbanos e seus entornos rurais, o que é um importante componente para o enfrentamento de situações de regularização da posse e da propriedade da terra das cidades amazônicas orientais.



Figura 1: Carta da Zona da Estrada de Ferro de Bragança e da Colonização do Estado, com delimitação da área de estudo do presente artigo. Fonte: MUNIZ, 1908.

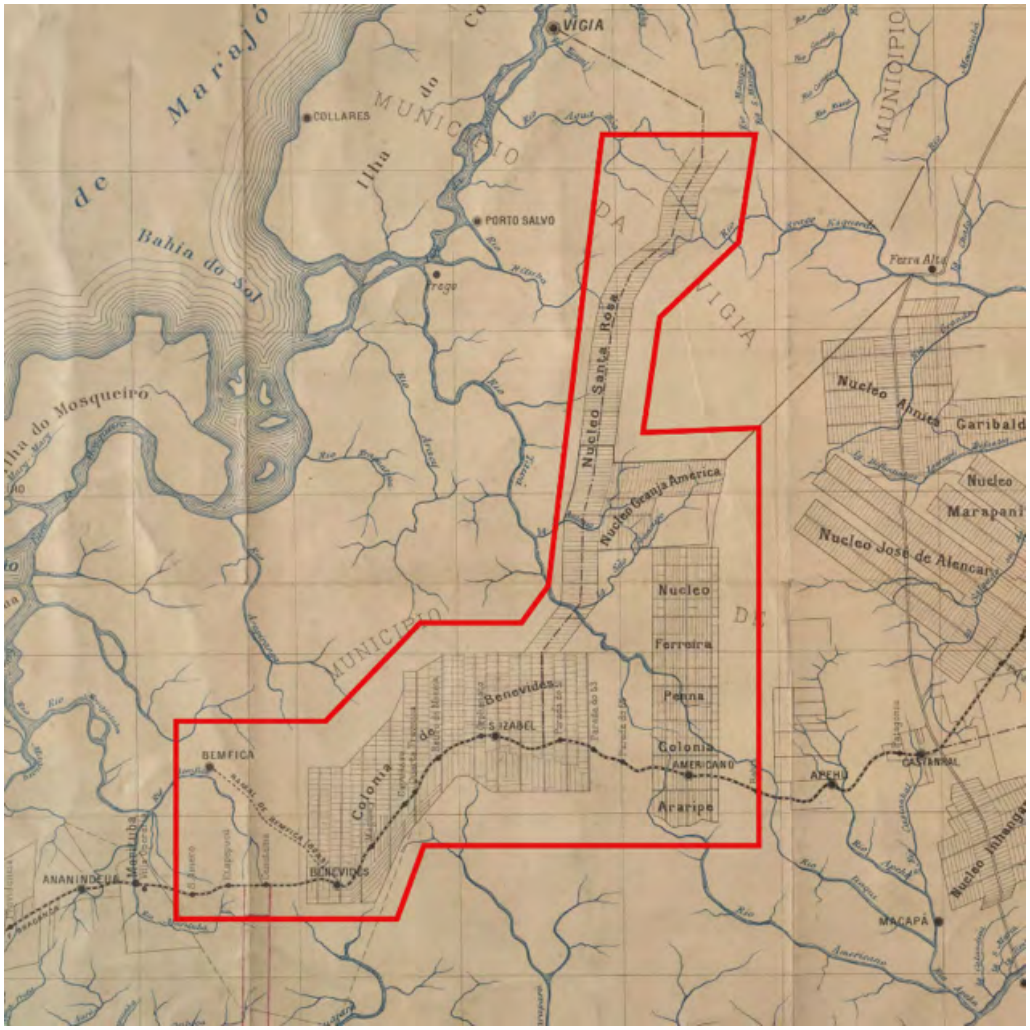


Figura 2: : Magnificação da Carta da Zona da Estrada de Ferro de Bragança e da Colonização do Estado, com delimitação dos núcleos de Benevides, Santa Izabel e Americano. Fonte: MUNIZ, 1908. Elaborado pelos autores

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ana Claudia Duarte et al. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, p. e20190275, 2020. Disponível em https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275. Acesso em 7 set. 2022.

CRUZ, Ernesto. **Estrada de Ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

CONZEN, M. R. G., **Alnwick, Northumberland**: A Study in Town-Plan Analysis. Transactions and Papers (Institute of British Geographers), n. 27, p. 3, 1960.

COSTA, F. DE A. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. Contribuição à interpretação da constituição do campesinato na zona bragantina do Estado do Pará. **Papers do NAEA**, Belém, Volume 19, Nº 1, outubro, 2010. Disponível em http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v19i1.11368. Acesso em 18 jun. 2022

MUNIZ, João de Palma. Estado do Pará. **Carta da zona da Estrada de ferro de Bragança e da Colonização do Estado**. Belém: Secretaria de Obras Públicas Terras e Viação, 1908. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart48960/cart48960.jpg. Acesso em 4 set. 2019.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. 2 Vols. Belém: UFPA, 1967.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz,1980.

COVID-19 E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM: O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

LT 239

Ana Paula Pereira de Campos Lettieri [1], Andrea Queiroz Rego [2]

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro;
[1] Doutorado em Arquitetura (em andamento); ana.lettieri@fau.ufrj.br.
[2] Doutorado (docente permanente); andrea.queiroz@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: paisagem urbana; entornos hospitalares; equipamentos urbanos; EIV; Hospital São Vicente de Paulo.

Considerada como um "produto da interface entre a natureza e cultura" (SCHLEE et. al., 2009, p.233); como um "modo de ver", impregnada de simbolismos (COSGROVE, 2004); como "um produto e um sistema" (MACEDO, 1995); como "o cenário que nos rodeia, participa e conforma o nosso cotidiano" (DEL RIO, 1995, p.94); a paisagem - além de complexa - está em constante transformação, especialmente na cidade contemporânea, à qual a complexidade, a transitoriedade e a instabilidade são inerentes (SECCHI, 2006).

Os grandes equipamentos urbanos, como os hospitais, e as etapas de seus ciclos de vida – considerando sua implantação, as alterações ao longo de sua operação e, um possível encerramento de suas atividades – detêm o potencial de acarretar significativos impactos e transformações na paisagem de seus entornos. Este trabalho objetiva compreender esses processos de transformação - como e porque ocorrem. Processos que envolvem a mudança nos usos do solo, nas apropriações, na infraestrutura urbana e nas dinâmicas socioeconômicas que ali se manifestam.

Adota-se como um estudo de caso o entorno do Hospital São Vicente de Paulo, localizado em Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro, cuja paisagem do entorno sofreu acentuadas mudanças, no contexto posterior à fase latente da pandemia de Covid-19.

Constata se, dois fatores principais que participam mais fortemente deste fenômeno: convênios com prefeituras de outros municípios que reforçam a ideia de rede pública de saúde intermunicipal e o recebimento de verbas públicas e privadas destinadas a melhorias e ampliações de sua estrutura física. Através de observações, de registros fotográficos e mapeamentos, tem sido possível acompanhar transformações como: (1) presença de veículos (ambulâncias e ônibus) e pessoas de outras cidades nas proximidades aguardando o atendimento; (2) a aquisição de imóveis adjacentes; (3) manifestações religiosas; dentre outras menos reincidentes (figura 1).

O entorno hospitalar acaba por acolher e dar suporte às necessidades dos usuários e potencializa oportunidades para o comércio e prestação de serviços. Contudo, por não estar preparado para este fim, acaba por acarretar conflitos, contradições e ausências, resultando, muitas vezes, em espaços de repulsa, ao invés de acolhimento, impactando na própria percepção do equipamento urbano.

As preocupações com a relação do edifício com a paisagem não são recentes, passando, a partir do final do século XIX e primeira metade do XX, a serem tratadas como aspecto relevante do projeto hospitalar (AMORA, 2014). Apesar de serem objetos de alguns Estudos de Impacto de Vizinhança, reforça-se a necessidade de ampliar as análises de modo a obter dados que possam subsidiar melhor o planejamento e a elaboração de políticas que atribuam maior

qualidade ao entorno destes equipamentos de saúde, minimizem os efeitos negativos por eles gerados, possibilitem avaliar as potencialidades proporcionadas e atendam de forma adequada as necessidades dos seus usuários.



Figura 1: colagem contendo manchetes de reportagens sobre o Hospital São Vicente de Paulo, em Bom Jesus do Itabapoana/RJ e registros fotográficos da paisagem do entorno no qual se insere. Manchete publicada na página do jornal O Dia em junho de 2022 (01); edificações lindeiras ao hospital em abril de 2022 (02), quando ainda estavam à venda, e em junho de 2022 (03) após aquisição pelo hospital e demolição das estruturas existentes para sua ampliação; manchete publicada em blog local em fevereiro de 2022 (04); terreno próximo ao hospital, cercado em 2022 para uso como estacionamento rotativo (05); ambulância estacionada em local proibido em frente ao hospital (06); manifestação religiosa em frente à entrada principal do hospital em junho de 2022 (07); vendedor ambulante em frente ao hospital (08); visitantes/acompanhantes de pacientes esperando em calçada em frente ao hospital (09); manchete publicada em blog local em 2022 (10); clínica cardiológica inaugurada em 2022 nas proximidades do hospital (11); imóvel adquirido pelo hospital com obras sendo retomadas em junho de 2022 (12); manchete publicada em blog local em novembro de 2021 (13). Fonte: elaborado pelas autoras, 2022.

REFERÊNCIAS

AMORA, Ana M. G. Albano. A moderna arquitetura de saúde e a cidade. In: **Revista Instituto de Pesquisas Hospitalares Arquiteto Jarbas Karman.** São Paulo: IPH, 2014.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

DEL RIO, Vicente. Paisagens, realidade e imaginário - a percepção do cotidiano. In: **Revista paisagem e Ambiente**, v.7, 1995, p.93-101.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. In: **Revista Paisagem e Ambiente**, v.7, 1995, p.15-56.

SCHELEE, Mônica Bahia. et. al. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras - um debate conceitual. In: **Revista Paisagem Ambiente** - ensaios, v. 26, 2009, p. 225-247.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO E FORMAS URBANAS NA ERA DA INFORMAÇÃO E DO ESPAÇO DIGITAL

LT 240

Bruno Ragi Eis Mendonca [1], Silvano De la Llata [2]

[1] Doutorando no Departamento de Geografia, planejamento e meio ambiente (Department of geography, planning and environment) - Concordia University, Montreal – Canadá; bruno.ragieismendonca@mail.concordia.ca.
[2] Professor associado no Departamento de Geografia, planejamento e meio ambiente (Department of geography, planning and environment) - Concordia University, Montreal – Canadá; silvano.delallata@concordia.ca.

Palavras-chave: forma urbana; cyberespaço; tecnologias digitais emergentes; novas mídias; planejamento urbano.

Diversas teorias e planos urbanos buscaram ao longo da história por conceitos que pudessem representar o modelo ideal de cidade. O que aproxima tais proposições, é a noção de que os ambientes urbanos sempre demonstraram estreita relação com as tecnologias de produção, transporte e comunicações (MAENG e NEDOVIĆ-BUDIĆ, 2008). De fato, com o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente a partir do anos 60, profundas transformações ocorreram no espaço urbano, onde muitos comparam tais impactos às mudanças ocorridas no início do século XIX, alavancadas pela revolução industrial (BROTCHIES et al., 1987). Apesar da semelhança simbólica, a atual Revolução da Informação difere de sua precursora na medida em que transforma os materiais em informação como o principal fator de produção e introduz substancial flexibilidade nos padrões de trabalho, moradia e demais práticas sociais. Além disso, a medida que a tecnologia se torna mais acessível e difundida, inovações como softwares de código aberto, aplicativos móveis e outras plataformas digitais reformulam rapidamente a maneira como vivenciamos e nos relacionamos na espaço urbano, assim como impactam a forma como compartilhamos e gerenciamos informações em todas as esferas de nossa sociedade. Em tempos de "*Big Data*", redes em nuvens e comunicação autônoma entre software e dispositivos eletrônicos (*Internet of things*), os modelos de cidades do futuro idealizados nos início dos anos 90, já são superados pelas "*smart cities*", onde os processos digitais tendem a ser priorizados (LEMOS, 2013). Na era da informação e do espaço digital, cidades já consolidadas buscam se adaptar às novas demandas tecnológicas, assim como nas últimas duas décadas, mais de uma centena de novas cidades, altamente informatizadas, vem sendo idealizadas e edificadas praticamente do zero mundo afora. (MOSER e CÔTÉ-ROY, L., 2021). Nesse contexto, a partir de uma análise crítica da relação entre as tecnologias digitais e a forma urbana, esse artigo objetiva (i) revisar a literatura relevante que descreve as mudanças estruturais da cidade baseadas na evolução das TICs (TOFFLER, 1981; DUTTON et al., 1987; CASTELLS, 1989; BATTY, 1990a; BATTY, 1990b; FATHY, 1991; MITCHELL, 1999; HORAN, 2000; TOWNSEND, 2001; BATTY et al. 2012; CASTELLS, 2010; PRESTES, 2019)[1] ; (ii) analisar como o planejamento urbano tem respondido aos impactos espaciais, econômicos, sociais e ambientais ocasionados pelo progresso tecnológico do século XXI; (iii) Identificar as novas formas de governança, práticas de projeto e participação comunitária em redes que emergem, influenciadas e potencializadas pelo advento das tecnologias digitais e novas mídias. Considerações preliminares desse trabalho corroboram com o argumento da evidente relação

1 *Electronic cottage* (TOFFLER, 1981); *Wired city* (DUTTON et al., 1987); *Informational city* (CASTELLS, 1989), *Intelligent city* (BATTY, 1990a), *Invisible city* (BATTY, 1990b), Telecity (FATHY, 1991); *E-topia* (MITCHELL, 1999); *Digital places* (HORAN, 2000); *Network cities* (TOWNSEND, 2001); *The smart cities of the future* (BATTY et al. 2012) *The network society* (CASTELLS, 2010); *The digital city* (PRESTES, 2019).

entre a forma urbana e o desenvolvimento tecnológico. Entretanto, também destacam como os avanços tecnológicos atuais ocasionam um descompasso entre os processos de estruturação do espaço e o desenvolvimento social das cidades tendo em vista que evoluem de forma muita mais acelerada do que nossa capacidade de adaptação e organização socioespacial. Justificam portanto estudos como o aqui apresentado, que buscam aprofundar o tema em questão.



Figura 1: Rua Uruguaiana no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Imagem representa o esvaziamento da região central da Cidade, fortemente impactada pela pandemia de COVID-19, assim como pela mudança das políticas empresariais que passaram a dar preferência ao trabalho remoto - facilitado pelo rápido desenvolvimento e adaptação das tecnologias digitais ao novo cenário global. Fonte: Cleomir Tavares/Diário do Rio. Acessado em https://diariodorio.com/ em 26 de junho de 2022.

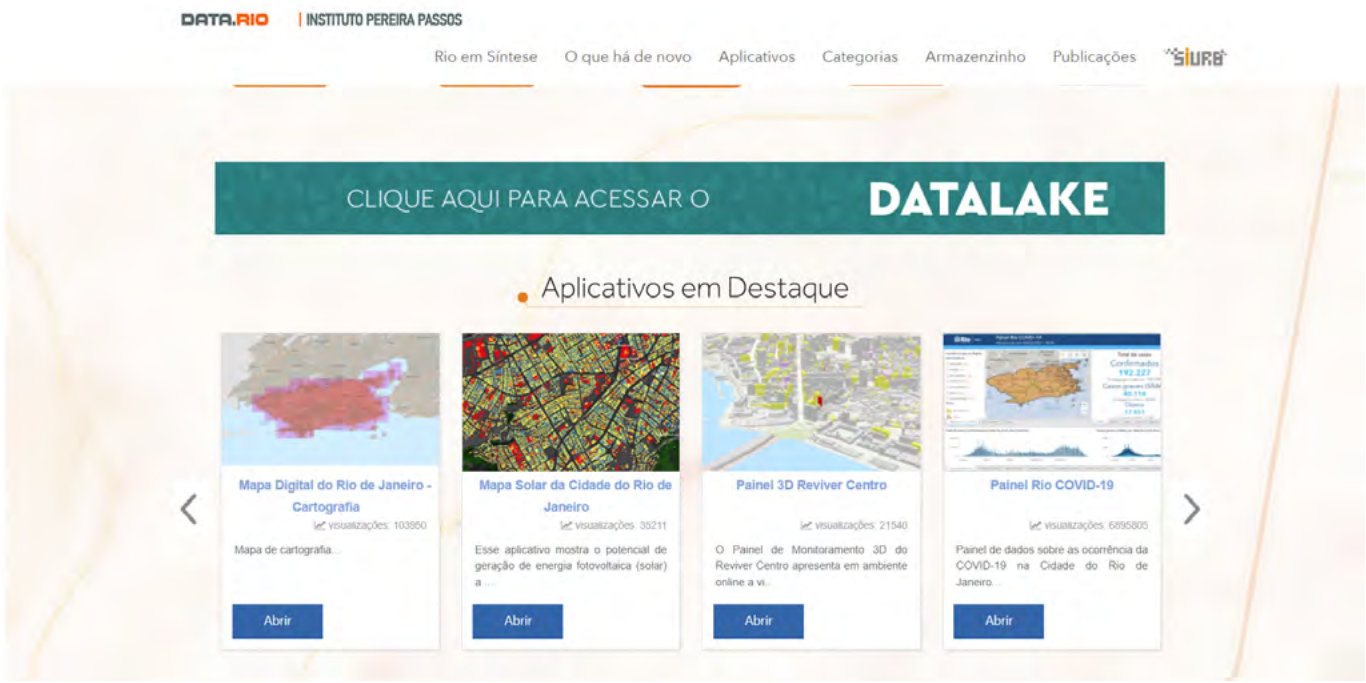


Figura 2: Plataforma on-line DATA.RIO. No âmbito do planejamento urbano, se destacam as plataformas digitais participativas como por exemplo, o DATALAKE - plataforma digital unificada recentemente disponibilizada pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para acesso, consulta e extração de dados com o principal objetivo de subsidiar projetos, pesquisas e políticas públicas em diversos temas urbanos. Fonte: https://www.data.rio/ Acesso em 25 de junho de 2022.

REFERÊNCIAS

BATTY, M. Intelligent cities: using information networks to gain competitive advantage. In: **Environment and Planning B**: Planning and Design, v.17, 1990a, p. 247-256.

_____. Invisible cities. In: **Environment and Planning B**: Planning and Design, V.17, 1990b, p. 127-130.

BATTY, M. et al. Smart cities of the future. In: **The European Physical Journal Special Topics**, V. 214, no. 1, 2012), p. 481-518.

BROTCHIE, J. F.; HALL, P.; NEWTON, P. W. (Eds.). The spatial impact of technological change. New York: Croom Helm, 1987.

CASTELLS, M. **The Informational City**: Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process. Oxford: Blackwell, 1989.

_____. **The rise of the network society.** The information age: economy, society, and culture, V. 1. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2nd.ed., 2010. E-book.

DUTTON, W. H.; BLUMLER J. G.; and KRAMER K. L. (Eds.). **Wired Cities**: Shaping the Future of Communications. Boston: G.K.Hall, 1987.

FATHY, T. A. **Telecity:** Information Technology and its Impact on City Form. New York: Praeger, 1991.

FISHMAN, R. **Bourgeois Utopias**: The rise and fall of suburbia. New York: Basic Books, 1987.

HORAN, Thomas A. **Digital places**: Building our city of bits. Urban Land Institute, 2000.

LEMOS, A. (2013). Cidades inteligentes. In: **GV-executivo**, v.12(2), 2013, p. 46-49.

MAENG, D.-M.; NEDOVIĆ-BUDIĆ Z. Chicago and Seoul: A comparative study of the impact of information and communications technologies on urban land use and regulation. In: **Journal of Urban Technology**, 11(2), 2004, p. 61– 92.

MITCHELL, W. J. **E-topia**: "Urban life, Jim - But not as we know it". Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999.

MOSER, Sarah; CÔTÉ-ROY, Laurence. New cities: Power, profit, and prestige. In: **Geography Compass,** v.15.1, 2021, p. e12549.

PRESTES, G. E. **Cidade digital:** infoinclusão social e tecnologia em rede. Editora Senac São Paulo, 2019.

TOFFLER, A. **The third wave**. London: Pan Books Ltd, 1981.

TOWNSEND, A. M. The Internet and the rise of the new network cities, 1969-1999. In: **Environment and Planning B**, v.28, 2001, p. 39-58.

INFRAESTRUTURAS VERDES E AZUIS EM AMBIENTES URBANOS CONSOLIDADOS NA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA

LT 241

Camilla Carvalho [1], Elisabeth Oliveira [2], Julia Bahiana [3], Luciana Guimarães [4], Aline Veról [5]

[1] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; camilla.carvalho@fau.ufrj.br.
[2] Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU UFRJ; elisabeth.oliveira@fau.ufrj.br.
[3] Mestranda em Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura; julia.bahiana@fau.ufrj.br.
[4] Doutoranda em Engenharia Civil no Programa de Engenharia Civil, COPPE UFRJ; lucianafg@poli.ufrj.br.
[5] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, FAU UFRJ; alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: infraestrutura verde e azul; requalificação fluvial urbana região sudeste brasileira

A expansão urbana desacompanhada de um planejamento adequado tem levado a mudanças significativas no ambiente natural (BATTEMARCO et al., 2019), representando um grande desafio para os formuladores de políticas públicas em diferentes escalas (CHOU, 2016). Dentre estes desafios, destacam-se a diminuição da capacidade hidráulica e da qualidade da água dos rios (FAN; CHEN; HUANG, 2021).

Os rios urbanos muitas vezes sofrem degradação (MAZZORANA et al., 2018) e acabam contribuindo para a propagação de doenças, diminuição da qualidade de vida e desvalorização do entorno (VERÓL; MIGUEZ, 2020). Como forma de lidar com este cenário, surgiram alternativas às medidas de engenharia tradicionalmente adotadas, que desconsideram valores ambientais e acarretam obras de manutenção custosas.

Dentre estas alternativas, o conceito de requalificação fluvial urbana vem com o objetivo de recuperar a qualidade ambiental dos rios pelo reconhecimento de práticas sob uma perspectiva ecológica e socialmente consciente, baseando-se na melhoria dos ecossistemas fluviais e da qualidade da água, na diminuição do risco hidráulico e na recuperação geomorfológica, além de atender a objetivos socioeconômicos (VERÓL et al, 2020). O uso de Infraestruturas Verdes e Azuis (IVA) pode ser explorado neste contexto, conforme expõem Gomes e Veról (2020), ao mencionar a atuação tanto no sistema de drenagem, quanto no caráter estético da paisagem, por meio da criação de espaços livres para a população.

Esta pesquisa visa analisar projetos nacionais de requalificação fluvial urbana para identificar e compreender as diversas funções que as tipologias de IVA podem agregar à paisagem urbana, determinando relações e traçando uma análise comparativa entre os casos pesquisados.

O recorte de estudo foi limitado a região Sudeste brasileira, devido à disponibilidade e acesso às informações, tendo sido selecionados os casos do Córrego Bananal (São Paulo/ SP), do Rio Tijuco Preto (São Carlos/SP), e dos Rios Iguaçu-Sarapuí e Dona Eugênia (Baixada Fluminense/ RJ). Para cada estudo de caso foram elaborados fichamentos sob a forma de mapas mentais e analisadas imagens representativas dos projetos, com a identificação das intervenções realizadas, como exemplificado na Figura 1.

Observa-se que a recuperação ambiental e da paisagem e a criação de parques fluviais e urbanos foram recorrentes em todos os casos. Nos casos de São Paulo, os parques fluviais apresentaram propostas relacionadas ao reflorestamento, preservação das margens e geração de áreas de lazer, enquanto nos demais percebe-se um maior enfoque na preservação dos

cursos d'água. Além disso, foi identificado nos projetos do Rio Tijuco Preto e Rio Dona Eugênia propostas estratégicas de mitigação de risco hidráulico ao utilizar reservatórios de retenção e de detenção, por exemplo.

Cabe um destaque ao caso do Rio Dona Eugênia, em que foi possível identificar tipologias de IVA abrangentes aos quatro pilares da requalificação fluvial, conforme Figura 2.

Em linhas gerais, observou-se que a conjugação da requalificação fluvial com as IVA's é eficaz na redução dos efeitos negativos das ações antrópicas, além de proporcionar benefícios para a saúde e qualidade de vida da população. Além disso, o mapeamento das intervenções permite visualizar de modo prático as metas traçadas no planejamento do projeto e a sua possibilidade de integração com ambientes urbanos consolidados.

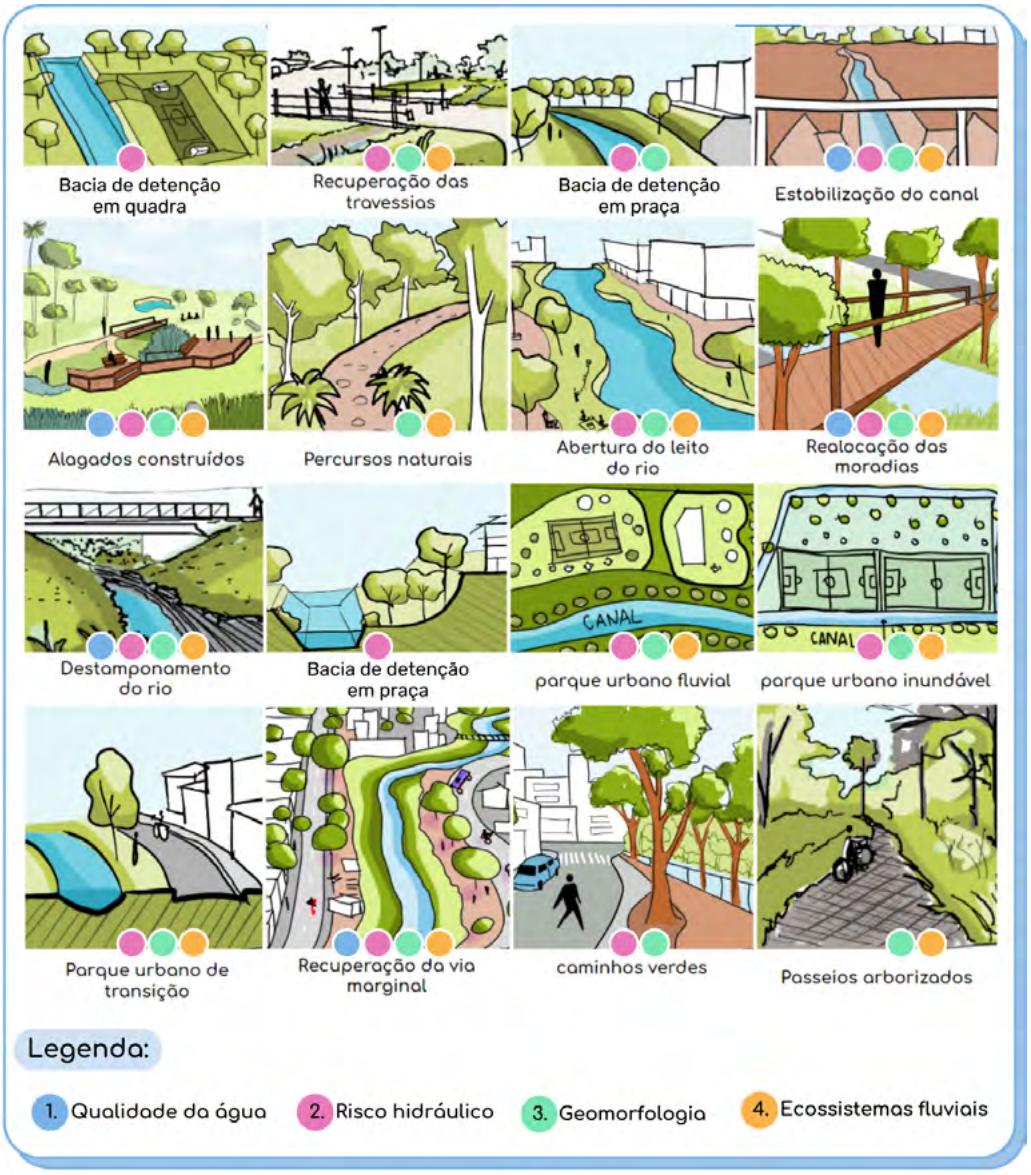


Figura 1: Intervenções identificadas nos estudos de caso associadas aos pilares da requalificação fluvial (VERÓL et al, 2020). Fonte: Autoras, 2022.

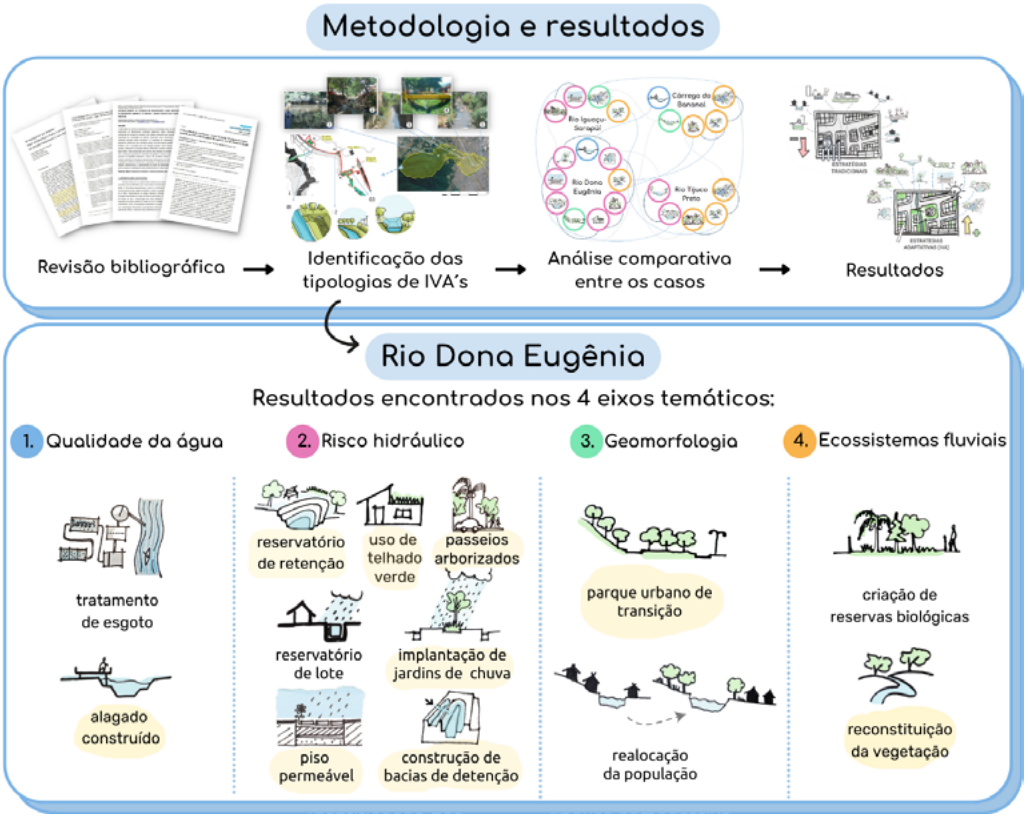


Figura 2: Exemplo de mapa mental do estudo de caso Rio Dona Eugênia, resultante da metodologia utilizada. Fonte: Autoras, 2022.

REFERÊNCIAS

CHOU, R. J., **Achieving successful river restoration in dense urban areas**: Lessons from Taiwan, Sustain., Vol. 8, No. 11, 2016.

FAN, C., CHEN, K. H., E HUANG, Y. Z., I**nvestigação da capacidade de carga baseada em modelo e sua aplicação ao estabelecimento de carga diária máxima total (TMDL) para gestão da qualidade da água do rio:** Um estudo de caso em Taiwan, J. Clean. Prod., Vol. 291, p. 125251, 2021.

GOMES, MVR; VERÓL, AP. (2020). Paisagens multifuncionais: o papel das infraestruturas verdes e azuis na recuperação de rios urbanos. In: **XVIII ENTAC, RS.**

MAZZORANA, B., NARDINI, A., COMITI, F., VIGNOLI, G., COOK, E., ULLOA, H. E IROUMÉ, A. Rumo à tomada de decisão participativa na gestão de corredores fluviais: dois estudos de caso da Europa Alps, J. **Environ. Plano. Manag.**, Vol. 61, No. 7, pp. 1250–1270, 2018.

MIGUEZ, M. G., VERÓL, A. P., DE SOUSA, M. M., & REZENDE, O. M. (2015). Urban floods in lowlands—levee systems, unplanned urban growth and river restoration alternative: a case study in Brazil. **Sustainability,** 7(8), 11068-11097.

VERÓL, A. P. E MIGUEZ, M. G., **Influência do desenvolvimento de baixo impacto no controle de inundações para um evento de chuva projetada**, Proc. Inst. Civ. Eng. - Munic. Eng., Vol. 173, No. 4, pp. 207–217, 2020.

VERÓL, AP et al. (2020). **River restoration integrated with sustainable urban water management for resilient cities**. Sustainability (Switzerland). p. 1–36.

VERÓL, Aline Pires. **Requalificação fluvial integrada ao manejo de águas urbanas para cidades mais resilientes.** 2013. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, [S. l.], 2013.

METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE INTERURBANO DE PESSOAS NO BRASIL

LT 242

Brenda K. A. Oliveira [1]; Leandro R. Silva [2]

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.
[1] brenda.k.oliveira@gmail.com; [2] mscleandro@gmail.com.

Palavras-chave: mobilidade interurbana; planejamento de transportes; Unidades Territoriais de Planejamento; integração nacional

No Brasil, é comum o desenvolvimento de planos e estudos voltados à mobilidade urbana, mas a mobilidade interurbana, em escala nacional, não é estudada como um sistema integrado, tal como nos Estados Unidos, onde utilizam o termo “mobilidade nacional” (Sperry e Morgan, 2011), na China (Jiachen Ye, et al. 2020), e principalmente, na Europa (Guirao. e Briceño, 2006; Guirao e Soler, 2008; Crozet, 2009; Giannopoulos, et al., 2015 e Conti, 2018), incentivado pelos conceitos e diretrizes trazidos pela Comissão Europeia, que por sua vez, destaca que para tratarmos da integração entre os modos, o primeiro elemento a ser definido é o “contexto geográfico de referência”: urbano vs interurbano (Giannopoulos, et al., 2015). A segregação institucional de gestão e planejamento de sistemas de transporte no Brasil (por modo de transporte, ou por esfera administrativa) dificulta a visão do território e a reunião de informações que permitam a compreensão desse contexto geográfico, o que limita o desenvolvimento técnico do planejamento sob uma visão sistêmica. Para o adequado planejamento do transporte, a concepção do território e a definição das unidades de análise é uma etapa primária e deve refletir uma análise funcional das relações sociais, econômicas e ambientais, e seus respectivos deslocamentos, de forma mais ampla possível, pois o impacto dessa atividade reverberará nos resultados do plano, desde as modelagens, até a definição final e detalhamento de ações. Portanto, a fim de materializar um zoneamento inicial que permita a definição do “contexto geográfico de referência”, esse artigo propõe uma metodologia para definição de Unidades Territoriais de Planejamento – UTP, aqui definidas como as regiões onde se concentram as populações e agrupam os fluxos intraurbanos. Para tanto, foram utilizados como base dados informações sobre o transporte terrestre rodoviário e ferroviário (ANTT, 2018), o transporte aeroviário (ANAC, 2018ª; 2018b; MINFRA, 2020; SAC e EPL, 2015; MTPA, 2017), o transporte aquaviário (ANTAQ, 2018; ANTAQ e UFPA, 2014), além do Plano Nacional de Turismo (MTur, 2013), Programa de regionalização do turismo (MTur, 2016), Plano Nacional de Logística (EPL, 2018), Plano Aeroviário Nacional (MTPA, 2018) e estudos do IBGE (2008, 2016, 2017a, 2017b). O trabalho apresenta primeiramente alguns conceitos relevantes para a compreensão das reais regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e arranjos populacionais como insumos para a compreensão da rede de transporte que as conecta. Em seguida, é apresentada a metodologia utilizada para a definição das UTPs, conforme Figura 01, a qual mostra-se coerente à proposta de segregar os fluxos urbanos (locais) dos interurbanos, primeiro, pela alta correlação estatística de toda a base para com as populações, PIB e demandas interurbanas concentradas nas UTP; e pelo baixo número de adequações necessárias quando comparamos os fluxos mais intensos identificados pela pesquisa do Ministério da Infraestrutura (MINFRA, 2020) utilizando dados da telefonia móvel com os municípios que já estavam agregados nas UTP na etapa anterior. Por fim, conclui-se que, apesar de ser um recorte inicial, com as UTPs

definidas para o planejamento do transporte interurbano de pessoas no Brasil, como mostra a Figura 02, é possível iniciar uma análise sistêmica, e consequentemente, evoluir o planejamento das infraestruturas e serviços envolvidos.

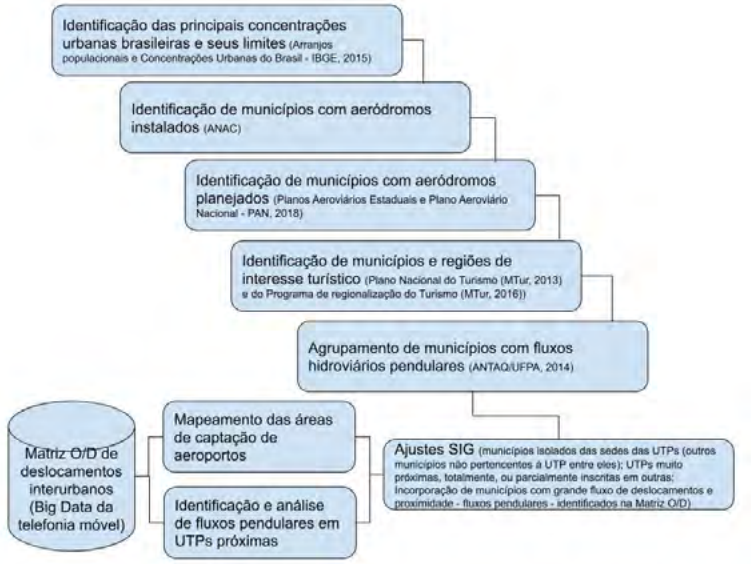


Figura 1: Metodologia para definição das Unidade Territoriais de Planejamento (UTP) para o planejamento do transporte interurbano de pessoas no Brasil.



Figura 2: Unidades Territoriais de Planejamento para o planejamento do transporte interurbano

REFERÊNCIAS

ANAC. **Cadastro de Aeródromos Públicos.** 2018a. Disponível em: <http://www. anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/ aerodromos/cadastro-de-aerodromos/ aerodromos-cadastrados/aerodromospublicos-12.xls/view>. Acesso em junho de 2017.

ANAC. **Demanda e Oferta**. Agência Nacional de Aviação Civil. 2018b. Disponível em: <http://www2.anac.gov.br/estatistica/demandaeoferta/>. Acesso em abril de 2018.

ANTAQ e UFPA. **Caracterização de oferta e demanda em transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica.** Brasília, 2014.

ANTAQ. **Estatísticas do transporte aquaviário.** Agência Nacional de Transportes Aquaviários. 2018. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/estatisticas/>. Acesso em abril de 2018.

ANTT. **Dados operacionais do transporte interestadual de passageiros**. Agência Nacional de Transportes Terrestres. 2018. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/ passageiros/Dados_Operacionais>. Acesso em abril de 2018.

CONTI. B. Modal Shift and Interurban Mobility: Environmentally Positive, Socially Regressive. **Journal of Transport Geography**, 69pp. 234-241. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0966692317308359. 2018.

CROZET. Yves. **Le temps et le transport de voyageurs.** Technical report, European Conference of Ministers of Transport, 2005.

CROZET, Yves. **The Prospects for Inter-Urban Travel Demand**. OECD/ITF Joint Transport Research Centre Discussion Papers, No. 2009/14, OECD Publishing, Paris. https://doi.org/10.1787/5kmmr3hqt4f6-en. 2009.

EPL. **Plano Nacional de Logística** - PNL2025 - Relatório Executivo. Empresa de Planejamento e Logística S.A, 2018.

GIANNOPOULOS, G. A., Tsami, M. T., & Nathanail, E. G.. Defining common goals for future intermodal mobility. In **Transportation Research** Board 94th Annual Meeting. 2015.

GUIRAO, B. AND SOLER, F. **Impacts of the new high speed rail services on small tourist cities:** the case of Toledo (Spain). Transactions on Ecology and the Environment, 117, 465–73. doi:10.2495/SC080441. 2008.

GUIRAO, B. Y BRICEÑO, D.. **First study on mobility for a medium size town:** Ciudad Real, a Spanish experience. WIT. Transactions on Ecology and the Environment, 93. Recuperado de <https://www.witpress.com/elibrary/wit-transactions-on-ecology-and-the-environment/93/16893>. Último acesso: 12 de março de 2019. Doi: https://doi.org/10.2495/. 2006.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016.

IBGE. **Redes e Fluxos do Território** - Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017a.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Acesso em junho de 2017b.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 2007**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

IBGE. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Edição 1, 2019. Acesso em dezembro de 2019.

JIACHEN Y.; QITONG H.; PENG J.; BARTHELEMY, M. **The effect of interurban movements on the spatial distribution of population in China**. DOI: 10.48550/arXiv.2003.07276. 2020.

MINFRA. **Rotas potenciais para o crescimento do transporte aéreo doméstico brasileiro** - Uma análise da matriz O/D com dados da telefonia móvel. Brasília: Ministério da Infraestrutura, 2020.

MTPA. **Plano Aeroviário Nacional 2018-2038**. Metodologia e resultados. Brasília: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 2018. Disponível em: <www.infraestrutura.gov.br/pan>. Acesso em setembro de 2019.

MTPA. **Projeções de demanda para os aeroportos brasileiros 2017- 2037**. Passageiros, cargas e aeronaves da aviação civil regular e não regular, operados por companhias brasileiras e internacionais. Metodologia e resultados. Brasília: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 2017.

MTUR. **Plano Nacional de Turismo**: o turismo fazendo muito mais pelo Brazil 2013-2016. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em janeiro de 2017.

MTUR. **Programa de regionalização do turismo.** Brasília: Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo>. Acesso em janeiro de 2017.

S PICKRELL, C SYSTEMATICS. **Transportation performance measures for outcome based system management and monitoring**. Oregon. Dept. of Transportation. Cambridge Systematics. Tech Report. 2014.

SAC & EPL. **Pesquisa Origem Destino nos aeroportos brasileiros**. Brasília: Secretaria de Aviação Civil e Empresa de Planejamento e Logística S.A, 2015. Disponível em: <www.aviacao.gov.br/obrasilquevoa>. Acesso em novembro de 2019.

SILVA, L. R. e. **A mobilidade interurbana para o Brasil**: Uma nova abordagem de planejamento. Tese de Doutorado. Projeto e Planejamento, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 290p. 2021.

DA PERMANÊNCIA AO APAGAMENTO: PROCESSOS MORFOLÓGICOS NA AVENIDA AGAMENON MAGALHÃES EM CARUARU (PERNAMBUCO)

LT 243

Caroline Calado [1], Flávia Botechia [2]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito (em andamento); caroline.calado@edu.ufes.br.
[2] Profa. Drª. do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo; flaviabotechia@gmail.com.

Palavras-chave: Forma Urbana; Morfologia; Avenida; Caruaru.

O presente trabalho é resultado da produção da disciplina de Forma Urbana do PPGAU-UFES, onde se produziu um estudo sobre a formação morfológica da Avenida Agamenon Magalhães, bairro Mauricio de Nassau (Caruaru, Pernambuco - Brasil) desde sua criação até o presente momento, buscando compreendê-la como eixo de expansão do centro urbano original do município.

Este artigo pretende apresentar as interpretações morfológicas obtidas a partir dos estudos e da pergunta: como se deu o surgimento da Avenida Agamenon Magalhães e como ela se configurou um eixo de expansão do Centro Urbano de Caruaru? Portanto o objeto desta pesquisa são os processos morfológicos (CONZEN, 1960) que incidiram na formação das quadras e lotes lindeiros a referida avenida, com foco em dois trechos específicos.

A metodologia utilizada envolve a busca da fundamentação teórica sobre morfologia urbana, e suas principais abordagens e a busca sobre a história do município. Quanto à base teórica, dá-se destaque à autores como Conzen (1960) e Dias Coelho (2014), pois a escala de análise pretendida encontra-se na individualização do sistema de ruas, sistema esse que apresenta múltiplas configurações e formas que emergem como resultado do desenvolvimento urbano ocorrido ao longo do século XX (LEITE, 2017).

Quanto à análise sistêmica (DIAS COELHO, 2012) iniciou-se com a decomposição do tecido urbano, identificando as permanências, apagamentos e transformações de edificações originais. Os procedimentos adotados incluíram a análise de fonte cartográfica, fotográfica e documental. A partir da coleta de dados foram feitos redesenhos a partir de cartografia histórica (SANTOS, 2016), mapeamentos, ampliações e análise dos processos morfológicos identificados nos lotes lindeiros à Avenida.

Caruaru, município do interior de Pernambuco, com 369.343 habitantes (IBGE, 2021) possui uma formação inicial linear (Figura 1), que constituiu o centro urbano original, onde a denominada Fazenda Caruru era transpassada por uma das rotas que cortavam o Estado: o caminho das boiadas do Ipojuca (FERNANDES, 2017). Observa-se uma característica específica da formação desse povoado pela existência de um núcleo central, encabeçado por um templo católico e uma praça, onde aconteciam atividades sociais, religiosas e comerciais — as feiras (NEVES, 2003). Fora deste núcleo de povoamento, as ruas seguiam um traçado irregular e a Feira de Caruaru surgiu no logradouro associado à igreja local: a Rua da Frente, que passou a se chamar Rua do Comércio (FERREIRA, 2001). Quanto ao bairro Maurício de Nassau, onde está a Avenida Agamenon Magalhães, observa-se uma formação morfológica onde, por

hipótese, identificam-se 4 trechos de formação de malha urbana cuja gênese se deu em função da criação de acessos a construções importantes (Figura 2).

Após mapeamento e análise dos trechos identificados foi possível concluir que a Avenida Agamenon se tornou um eixo de expansão do centro urbano. O estudo da forma urbana e as hipóteses geradas pela pesquisa apontam que a via não foi projetada e se constituiu a partir do processo de permanência. Por outro lado, foi possível entender que o processo de apagamento ocorreu concomitantemente e de forma gradual, mas incidiu tanto no nível do edificado quanto do traçado. Os processos identificados tornam a Avenida um grande eixo de múltiplas atividades e com potencial de centralidade.

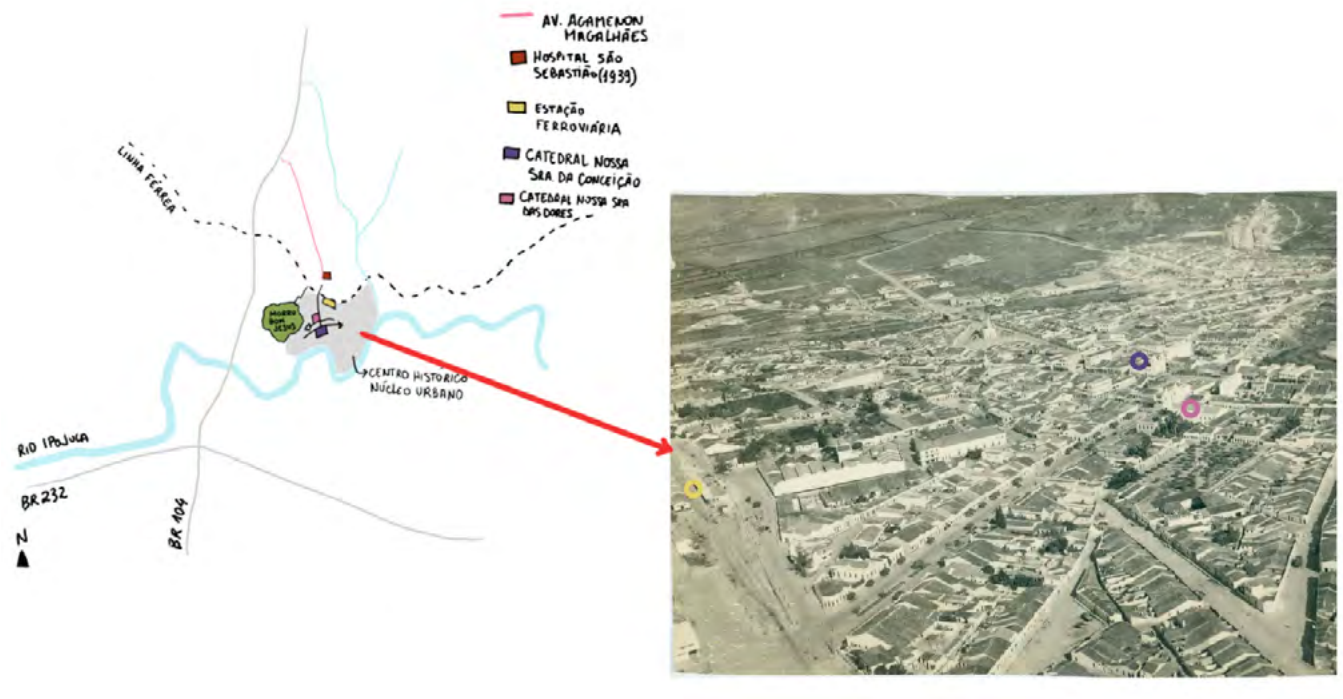


Figura 1: Redesenho a partir de cartografia histórica de localização do núcleo urbano original de Caruaru. A direita fotografia do centro urbano com destaque para as edificações religiosas e para a estação ferroviária. Fonte: As autoras.

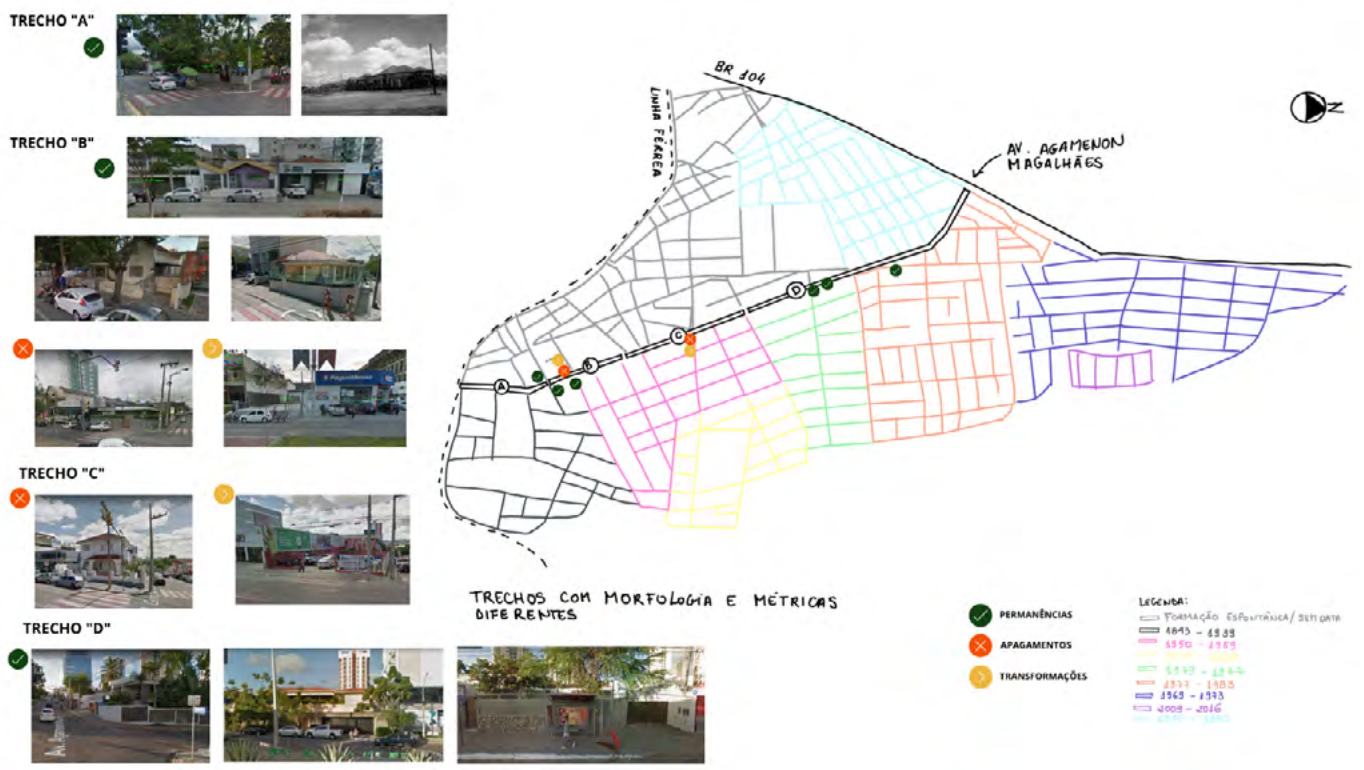


Figura 2: Mapeamento da malha urbana do bairro Maurício de Nassau, com destaque para seu desenho de quadras e possíveis datas de implantação. Fonte: As autoras.

REFERÊNCIAS

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland:** a study in town-plan analysis. Londres: Institute of British Geographers Publication, 1960.

DIAS COELHO, C. (org.) **Cadernos de morfologia urbana:** o tempo e a forma. Lisboa: Argumentum, 2014.

FERNANDES, Líncolins Vasconcelos. **Uma identidade visual para a cidade de Caruaru**: a valorização das particularidades locais. Monografia de conclusão de curso (Design). Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

FERREIRA, Josué Euzébio. **Ocupação Urbana do Agreste Pernambucano**: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. Caruaru: Ideia, 2001.

LEITE, João Silva. Ruas emergentes: tendências morfológicas e processos de transformação. Lisboa. **Quaderns de Recerca en Urbanisme**, n. 7, 2017, pág. 82-103.

NEVES, André Lemoine. Análise morfológica de cidades do Agreste pernambucano surgidas no século XVIII. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

OLIVEIRA, Vítor; MONTEIRO, Cláudia. **Diferentes abordagens no estudo da forma urbana**. Porto: FEUP Edições, 2015.

SANTOS, A. C. A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica. **Anais do Museu Paulista**, 2016.

CIDADES INTERMEDIÁRIAS BRASILEIRAS: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL URBANA E QUALIDADE DE VIDA

LT 244

Ana Flávia Magalhães Costa [1], Valério Augusto Soares de Medeiros [2]

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU/UnB), Coordenação de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados (COPOS/CEFOR/CD)
[1] anafmc@gmail.com; [2] valeriodemedeiros@gmail.com.

Palavras-chave: Cidades Intermediárias; Configuração Espacial Urbana; Indicadores de Qualidade de Vida Urbana

A análise do espaço intraurbano requer um olhar sistêmico que seja capaz de identificar e relacionar os processos sociais, econômicos e ambientais que conformam as cidades (DEL RIO, 1997; SANTOS, 2002; MARICATO, 1996; VILLAÇA, 2001). Explorar o contexto é um desafio metodológico, uma vez que os assentamentos são constantemente tema de debates apoiados em matrizes teóricas distintas (CALDEIRA, 1997; SPOSITO, 2000; FRÚGOLI, 1995), por vezes contraditórias.

O presente estudo busca colaborar para a discussão por meio da análise configuracional dos sistemas intraurbanos de cidades médias (intermediárias) brasileiras, segundo a Sintaxe do Espaço (HILLIER E HANSON, 1984; TURNER, 2000; HOLANDA, 2002; MEDEIROS, 2013), confrontando-os com indicadores de qualidade de vida (COSTA, 2022; NAHAS, 2002; JANUZZI, 2001; MILLÉO, 2005). As cidades intermediárias são definidas a partir do tamanho demográfico e pelo desempenho que exercem na rede urbana, o que evidencia funções de intermediação entre espaços locais e regionais (AMORIM E SERRA, 2001; SANTOS, 2005; STEINBERGER E BRUNA, 2001; SPOSITO, 2001). O estudo, que busca padrões, isto é, semelhanças e/ou diferenças perceptíveis nas estruturas (RIBEIRO, 2008; ARCHELA E THÉRY, 2008; MEDEIROS, 2013; RASHID, 2017) é pautado por três questões: 1) como se comportam as cidades médias em termos de configuração (topologia e geometria)?; 2) o desempenho da configuração do espaço intraurbano das cidades médias interfere nos padrões de qualidade de vida?; e 3) os padrões encontrados indicam a existência de uma tipologia particular desses centros urbanos no país?

As cidades escolhidas como objeto de estudo são centros urbanos nacionais de porte médio, com faixa populacional entre 400 mil e 700 mil habitantes, excluídas capitais de estado e assentamentos inseridos em regiões metropolitanas conurbadas. A amostra é composta por doze núcleos urbanos – Campina Grande/PB, Campo dos Goytacazes/RJ, Caxias do Sul/RS, Feira de Santana/BA, Joinville/SC, Juiz de Fora/MG, Londrina/PR, Maringá/PR, Montes Claros/MG, São José do Rio Preto/SP, Sorocaba/SP e Uberlândia/MG – para os quais foram elaboradas as representações lineares para as sedes municipais, com posterior processamento em mapa axial e de segmentos, e obtenção de 20 variáveis configuracionais estruturadas em três grupamentos: forma e distribuição; densidade e compacidade; e topologia. Estas medidas foram confrontadas com 40 variáveis não-configuracionais, cuja interpretação foi submetida a procedimentos estatísticos em momentos de análise univariada e bivariada.

Os resultados obtidos permitem concluir acerca da existência de um tipo de cidade, em razão da recorrência de padrões análogos, tanto em relação à forma-espaço, quanto aos níveis

de indicadores de qualidade de vida. As cidades intermediárias vivenciam uma gradativa transformação das relações socioespaciais, por meio da inserção de padrões socioespaciais que intensificaram a segregação do espaço urbano, entretanto são detentoras de desempenhos satisfatórios em relação à qualidade de vida, ainda que experimentem impactos gerados pelo processo de urbanização, com o consequente reflexo na forma. Por essa razão, entender a realidade desses assentamentos a partir do desempenho da configuração espacial e relacioná-las aos indicadores de qualidade de vida contribui para a compreensão do fenômeno urbano, além de revelar o comportamento socioespacial com vistas à gestão e ao planejamento do espaço.

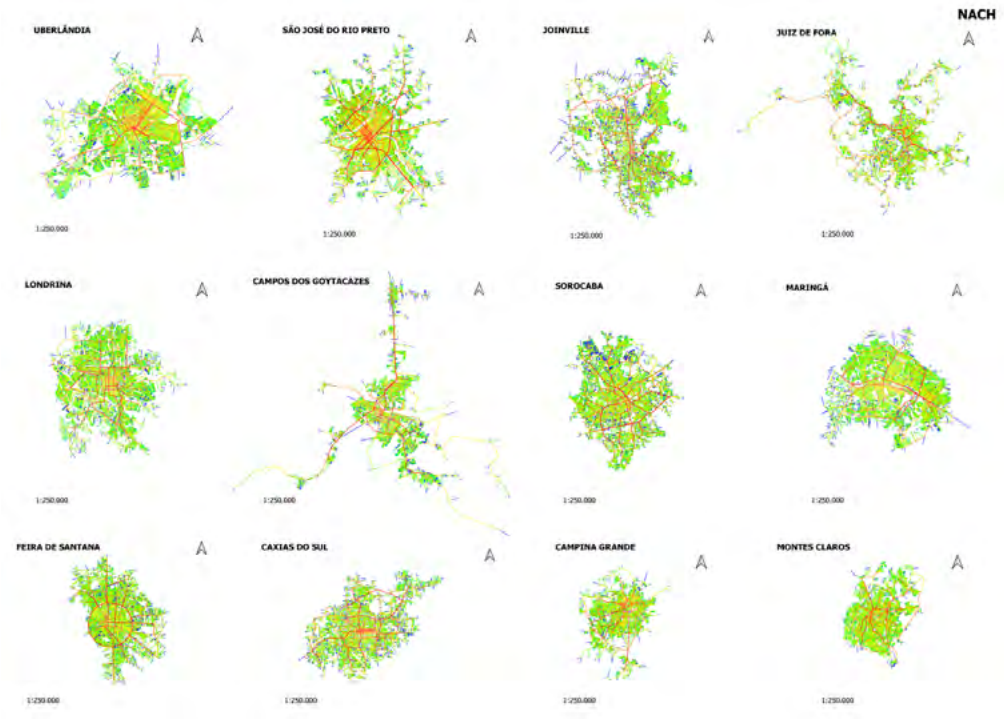


Figura 1: Mapas de segmentos para a variável NACH das cidades intermediárias. Fonte: COSTA (2022).

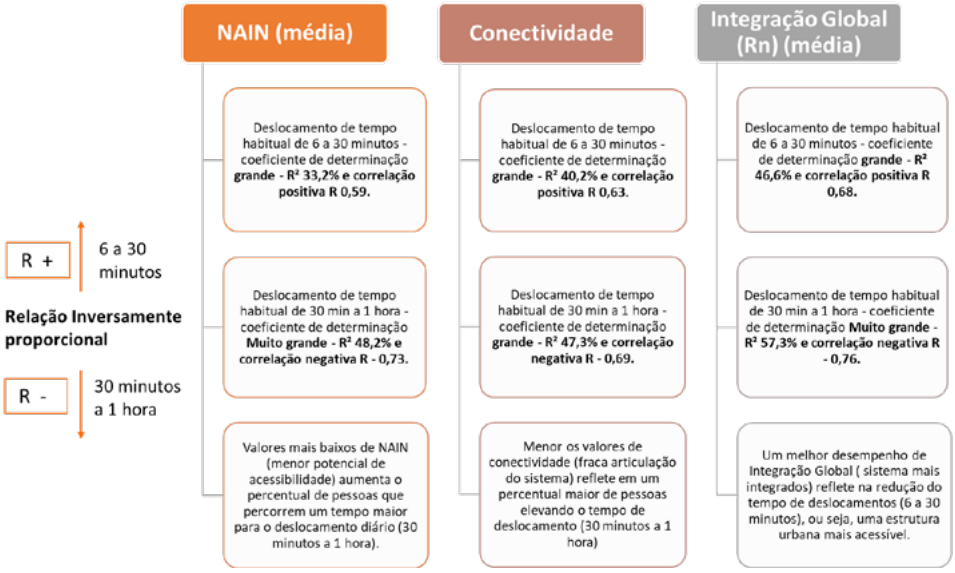


Figura 2: Exemplo da interpretação: esquema-síntese dos resultados dos gráficos de dispersão entre Tempo Habitual de Deslocamento (uma das 40 variáveis não-configuracionais analisadas) e as medidas de NAIN, Conectividade e Integração (três das 20 variáveis configuracionais analisadas). Fonte: COSTA (2022) e dados do Censo 2010 (IBGE, 2011).

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 3, 2008.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 47, mar. 1997, p. 127-154.

COSTA, A. F. M. **Fronteiras urbanas no Brasil:** configuração e indicadores de qualidade de vida. 2022. 400 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DEL RIO, V. Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna**. Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR**. Recife: 1997.

FRÚGOLI JR., H. A metrópole apartada nos centros especializados. In: **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: 1995.

HILLIER, B.; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: CUP, 1984.

HOLANDA, F. de. **O espaço de exceção.** Brasília: Ed. UnB, 2002.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEDEIROS, V. A. S. de. **Urbis Brasiliae**: o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2013.

MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia**: uma análise crítica. Niterói: 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades**: o caso de Belo Horizonte. São Carlos: Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2002.

RASHID, M. **The geometry of urban layouts**. A global comparative study. University of Kansas Lawrence, KS, USA: Springer, 2017.

RIBEIRO, R. J. da C. **Índice composto de qualidade de vida urbana**: aspectos de configuração espacial, socioeconômicos e ambientais urbanos. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 2001.

SPOSITO, M. E. B. **Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana**. Presidente Prudente, 2000.

STEINBERG, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TURNER, A. **Angular analysis**: a method for the quantification of space. Working Paper 23, Centre for Advanced Spatial Analysis, London: UCL, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

A INCLUSÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: O CASO DA E. M. FREI GASPAR, EM VARGEM GRANDE - RJ

LT 245

Esther Ribeiro Costa Xavier [1], Aline Ourique Toledo [2], Beatriz Cruz Amback [3], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [4], Andrea Queiroz Rego [5], Aline Pires Veról [6]

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro
[1] Mestrado (em andamento); esther.costa@fau.ufrj.br.
[2] Mestrado (em andamento); aline.toledo@fau.ufrj.br.
[3] Mestrado (em andamento); beatriz.amback@fau.ufrj.br.
[4] Doutorado (docentes permanentes);giselleartiero@fau.ufrj.br.
[5] Doutorado (docentes permanentes);andrea.queiroz@fau.ufrj.br.
[6] Doutorado (docentes permanentes); alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Planejamento Participativo; Território Educativo; Mapeamento Afetivo; Vulnerabilidade Socioambiental.

A aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) representou um marco na democratização do planejamento urbano no país, a partir da introdução de um modelo de planejamento participativo que estabelece a efetiva inclusão da população nos processos de decisão política. No entanto, apesar desse importante avanço em relação à representatividade popular, os incômodos e anseios de crianças e adolescentes não são mencionados na legislação, mesmo após a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), que estabelece uma posição de protagonismo desse público com relação a políticas urbanas, tendo em vista que elas já ocupam os espaços da cidade e são sujeitos de direito.

Para tal, se faz necessário o desenvolvimento de métodos que permitam que planejadores urbanos possam registrar, compreender e interpretar suas percepções, visto que abordagens convencionais, como audiências e consultas públicas, são incompatíveis com especificidades de faixas etárias mais baixas. Assim, toma-se como referência os depoimentos de estudantes do 1º ao 9º ano da rede pública de ensino do Rio de Janeiro a respeito do seu território educativo, ou seja, as percepções e desejos sobre seu trajeto casa-escola, com base em um trabalho prévio realizado em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - denominado Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro (AZEVEDO et al, 2020).

O artigo tem como objetivo investigar se os desejos e as percepções dos estudantes, relacionados com indicadores socioambientais, estão contemplados em um documento de planejamento urbano participativo. O estudo de caso selecionado é a Escola Municipal Frei Gaspar, no Bairro de Vargem Grande, município do Rio de Janeiro (Figura 1), devido às fragilidades socioambientais do território (MIGUEZ et al, 2019) e das ações populares na região de resistência à implementação de leis que excluem a comunidade (NEPLAC, 2017).

Para tanto, utiliza-se o método analítico comparativo, dividido em três etapas: (1) Identificar os perfis dos estudantes participantes; (2) Sistematizar os desejos e as percepções dos estudantes, comparando-os com a Articulação Plano Popular das Vargens (APP Vargens); (3) Comparar o ponto de vista dos estudantes com indicadores socioambientais. Os produtos elaborados envolvem nuvens de palavras e mapas temáticos e, ao final, foi organizado um mapa síntese que reforça as principais denúncias e desejos dos estudantes em sobreposição com os indicadores, a fim de comprovar graficamente a legitimidade do diagnóstico do público mais jovem (Figura 2).

Apesar da participação popular estar prevista na legislação brasileira, nota-se que, na prática, o planejamento da cidade muitas vezes é desacompanhado de uma participação efetiva da população. Ressalta-se a importância do Mapeamento Afetivo como um importante meio de inclusão de um público mais jovem nos processos de planejamento urbano. Como resultado, se aponta a metodologia empregada no presente trabalho como uma importante ferramenta para sistematização e interpretação das percepções e desejos das crianças e dos adolescentes de determinado território. Muitos relatos trazem questões que só podem ser enxergadas na escala do cotidiano, sendo possível entender quais elementos presentes na cidade geram transtornos e quais não cumprem as suas funções.

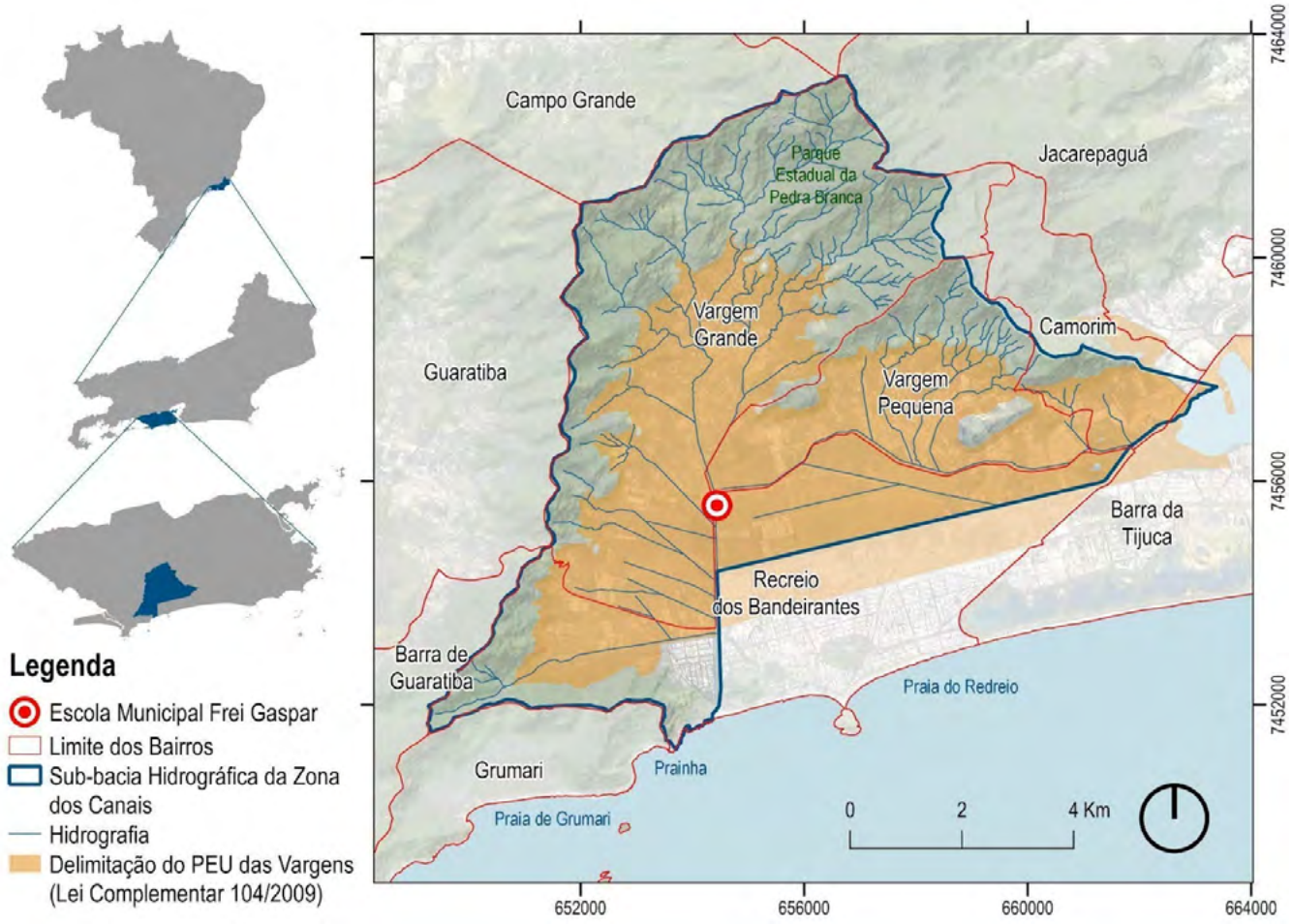


Figura 1: Localização da E.M. Frei Gaspar na Bacia Hidrográfica Zona dos Canais. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

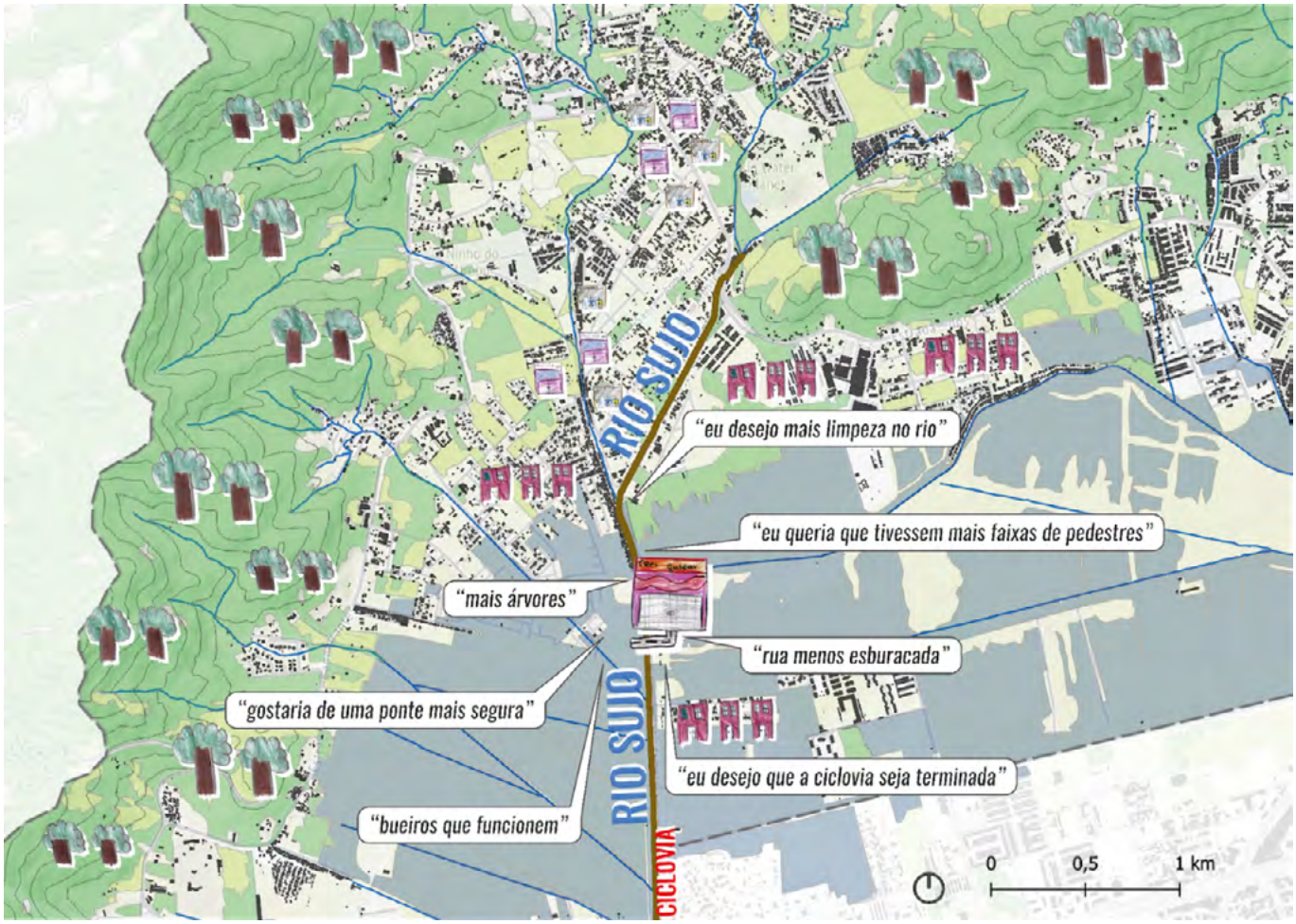


Figura 2: Mapa síntese. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G.; TANGARI, V.; LAMOUNIER, A.; BURLA, F.; et al. **Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos**: crianças e jovens pensando no futuro da cidade do Rio de Janeiro. Relatório Técnico. PROARQ/UFRJ e PCRJ: 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.257**, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

MIGUEZ, M.G., VERÓL, A.P., BATTEMARCO, B.P., YAMAMOTO, L.M.T., DE BRITO, F.A., FERNANDEZ, F.F., MERLO, M.L., and REGO, A, Q. **A framework to support the urbanization process on lowland coastal areas**: Exploring the case of Vargem Grande – Rio de Janeiro, Brazil. Journal of Cleaner Production 231, 1281–1293, 2019. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.187

NÚCLEO EXPERIMENTAL DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL (NEPLAC). **Articulação do Plano Popular das Vargens (APPV)**. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ; Ford Foundation, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 24 mai. 2022.

EXTRAORDINÁRIA MADUREIRA: O URBANISMO RÍGIDO VERSUS A URBANIDADE CONSTRUÍDA PELOS PERCURSOS

LT 246

Izabela Rangel Adell Crescembine [1], Eliana Rosa de Queiroz Barbosa [2]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUFRJ
[1] izabela.crescembine@fau.ufrj.br; [2] eliana.barbosa@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Subúrbio; Cartografia; Deriva.

O artigo aborda o território de Madureira na cidade do Rio de Janeiro, recortado no entorno imediato dos viadutos Negrão de Lima, construído na década de 1960, e Silas de Oliveira, construído paralelo ao anteriormente mencionado para abrigar o BRT, como parte dos preparativos para os jogos olímpicos. Centralidade importante do subúrbio carioca, Madureira é um território - encruzilhada que se constrói com e a partir do corpo. Assim, sua urbanidade questiona as tradicionais categorias da morfologia urbana como malha, quadra, lote, figura, fundo. O urbanismo rígido, aqui interpretado como a materialidade fixa da cidade, é complementada pelos objetos encantadores, elementos que, ao fixados, apoiados, assentados no urbanismo rígido, desenham momentaneamente novos espaços; assim como pelo corpo em movimento. Pretende-se neste artigo construir, portanto, através da elaboração sistemática de cartografias dos percursos, explicar a urbanidade de Madureira através de representações gráficas desses três elementos elencados: urbanismo rígido, objetos encantadores, o percurso do corpo.

Neste trabalho, a busca pela compreensão e registro do território é atravessada por diversas camadas. Percursos praticados através da metodologia da deriva foram o ponto de partida para o levantamento das camadas existentes, a partir do atravessamento de desenhos, signos e narrativas, de forma a compreender o território para além de uma análise tradicional da forma urbana, experimentando e desenvolvendo metodologias para esse processo de apreensão e registros não tradicionais, experimentando os mapas performativos e sobrepondo aos mapas existentes as outras existências ocultadas, questionando os limites do diagnóstico urbano tradicional. O trabalho, de cunho teórico experimental, convida a refletir sobre os modos de apreender e representar a forma do território, e incentiva a experimentar processos de cartografia a partir das narrativas e errâncias, a partir do corpo.

Por meio de observações em campo e registros audiovisuais fotos/ vídeos, interpretados através de croquis e cartografias múltiplas, apreende-se uma série de elementos que representam como a forma urbana de Madureira não “é” mas “acontece”. Para além da cartografia tradicional, lugares passam a existir a partir de algumas combinações entre corpos, objetos e sons, formando uma urbanidade do encantamento (Simas, 2019; Barbosa, 2021). O corpo, que encanta; o urbanismo rígido, o desenho e elementos formais da cidade que recebe o movimento; os objetos encantadores, transformados pelos e transformadores dos corpos; estes elementos cartografados estruturam os acontecimentos / lugares.

Essas camadas coexistem e constroem os lugares, a relação e a proporção entre elas variam. Nos recortes percorridos há um urbanismo rígido bem definido. Urbanismo rígido, é como aqui refere-se aos elementos urbanos previamente construídos e planejados: os viadutos, ruas, calçadas, lotes, fachadas, postes, pontos de ônibus…Através da observação, tudo que está parado, ganha

vida com o movimento. O corpo que transita e ocupa esses espaços os transforma de diversas maneiras, podendo ser uma ocupação temporária como uma roda de samba sexta à noite, ou um grafite nas paredes que tem uma intenção duradoura e de permanência. Assim, o trabalho aqui apresentado, através da produção de uma cartografia não hegemônica de Madureira, pretende complexificar a representação do território do subúrbio carioca, para além do mapa tradicional.



Figura 1: Imagem aérea do recorte territorial de Madureira, Rio de Janeiro. Fonte: Elaborada pela autora.



Figura 2: Ocupação espontânea e temporária do baixio dos viadutos Negrão de Lima e Silas de Oliveira e espaços remanescentes. Fonte: Elaborada pela autora.

REFERÊNCIAS

BARAUSE, Letícia; SOUZA, Gustavo Peters de. Vitalidade, movimento e interface interior x exterior nos centros das cidades: uma análise das principais vias comerciais do centro de Florianópolis e Balneário Camboriú. In: **Revista de Morfologia Urbana**: 7(1), 2019 e00041 Disponível em: http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/41/42

BARRETO, Daniel. **Atlas**: Percursos Imaginários, Cidades Em Movimento. (Dissertação de mestrado). Salvador: PPGAU/FAUFBA, 2020.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o andar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.

CARVALHO, Thereza; PACHECO, Fernanda. Cidade, modos de ver e de fazer vitalidade urbana no dia a dia. In: **Revista de Morfologia Urbana**: 7(1), 2019, e00062 Disponível em: http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/62/31

JACQUES, P.B. "Pensar por montagens". In: JACQUES, P.B., and PEREIRA, M.S. **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 206-234. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788523220327.0009.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola. **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro, 2003.

LUCENA, Felipe. "Uma Breve História de Madureira" In **Diário do Rio**, Edição de 7 de julho de 2017. Disponível em: https://diariodorio.com/historia-do-bairro-de-madureira/. Acesso em: janeiro, 2022

RBEIRO, Ana Paula Alves; CID, Gabriel da Silva Vidal; VARGUES, Guilherme Ferreira. **Memórias, territórios, identidades**: diálogos entre gerações na região da grande Madureira. Rio de Janeiro : Mórula, 2019.

ROCHA, Josielle Cíntia de Sousa. **Madureira**: uma análise sobre as controvérsias entre "cidade – espetáculo" e um subúrbio resiliente (Tese). Niterói: Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, 2019.

SIMAS, Luiz Antônio. **O Corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Fogo no Mato**. A Ciência Encantada das Macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

ESPAÇOS SAUDÁVEIS: APROPRIAÇÕES ESPORTIVAS, CAMINHABILIDADE E CICLOINCLUSIVIDADE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

LT 247

Lucas Ribeiro da Silva [1], Daniela Bogado Bastos de Oliveira [2]

Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e suas Tecnologias, PPGAU, Instituto Federal Fluminense.
[1] lucasribeirosv7@gmail.com; [2] dbogado@iff.edu.br.

Palavras-chave: cidades saudáveis; caminhabilidade; cicloinclusividade; mobilidade urbana sustentável; manifestações esportivas.

A cidade contemporânea brasileira e sua vivência abarca diversas relações, harmoniosas e conflituosos. Os interesses coletivos, àqueles que devem ser atendidos para a concretização do direito à cidade, segundo Harvey (2014), não são prioritariamente atendidos. Exemplo de tal são fenômenos urbanos como gentrificação e especulação imobiliária, que alteram a morfologia da cidade e formam um cenário hostil para a apropriação do Espaço Livre Público (ELP). Segundo o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), este cenário finda num cotidiano dependente dos carros e espaços públicos hostis para a população, o que contribui de forma considerável para a emissão de gases estufa e progressiva mudança climática planetária (2018).

A partir do conceito de cidades saudáveis, aquelas em que o cidadão é convidado a prática de atividades físicas, como caminhar e pedalar, no espaço urbano (GEHL, 2015), e buscando contribuir para a eventual revisão do cenário supracitado, objetiva-se analisar o espaço urbano de Campos dos Goytacazes/RJ, com foco num trecho do Parque Dom Bosco, e verificar o alinhamento de sua morfologia com diretrizes de mobilidade urbana sustentável, caminhabilidade e apropriações esportivas, propondo diretrizes para ELP mais saudável e acessível. A estratégia metodológica perpassa pela revisão bibliográfica acerca das temáticas supracitadas, seguida de pesquisa de campo, resultante em mapeamento temático e aplicação de ferramentas de análise elaborada pelo ITDP para constatação de índices de caminhabilidade e cicloinclusividade.

O recorte analisado compreende a Avenida Dom Bosco, a rua Padre Romeu Pedruzzi e parte da Avenida 28 de Março situada entre as duas. Esta apresenta ciclovia de canteiro central, enquanto aquelas, vias remanescentes, apresentam perfis similares entre si, duas faixas para sentidos opostos de carros, faixa para acostamento e/ou estacionamento e calçadas. Destaca-se que não há ciclofaixas nessas ruas, logo não é possível integração com a ciclovia da Avenida 28 de Março, tornando o tráfego de ciclistas sentindo intra-bairro arriscado, visto a necessidade de travessia e ausência de espaço delimitado para tais. Segundo o ITDP (2017), para a efetividade do planejamento ciclo inclusivo, é necessária uma rede de vias diversas para os ciclistas que se conectem e permeiem a cidade, o que não acontece neste recorte.

Para análise da caminhabilidade no bairro, foi aplicado o índice de caminhabilidade 2.0 (ITDP, 2018), onde seis categorias foram estudadas: segurança viária, atração, calçada, ambiente, mobilidade e segurança pública. O resultado indica diversos elementos favoráveis na área: a presença de escolas e universidades, manifestações esportivas (caminhada, corrida, academia móvel, treino funcional e ciclismo), a “pracialidade” (QUEIROGA, 2001) do canteiro central no entorno, cuja forma admite flexibilidade entre espaço de descanso, exercícios, e de feira semanal itinerante, e a largura das calçadas. No entanto, o mesmo também apresenta problemáticas na

pavimentação das últimas (desníveis e ausência de rampas de acesso), na mobilidade da área, segurança viária, atratividade e ambientação.

A região estudada apresenta grande potencial para configurar um espaço saudável, convidativo para práticas esportivas, a ciclo mobilidade e caminhabilidade. Neste sentido, cabe intervenções morfológicas voltadas para a revisão do estado atual, visando a sustentabilidade e a saúde na escala local da vivência urbana.



Figura 1: Imagem aérea do bairro Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, anos prévios a 2014. Fonte:apontador.com.br. Acesso em jun/2022

REFERÊNCIAS

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 2014.

ITDP, Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento Brasil. **Índice de Caminhabilidade** – Ferramenta. Versão 2.0. 66 p. Brasil, 2018.

ITDP, Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento Brasil. **Guia de Planejamento Cicloinclusivo**. 2017. Disponível em: http://itdpbrasil.org/guia-cicloinclusivo/. Acesso em: Outubro/2017.

QUEIROGA, E. F. **A megalópole e a praça**: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. Universidade de São Paulo.

CARTOGRAFIAS DE MANGUINHOS: DOIS OLHARES SOBRE UMA PAISAGEM

LT 248

Isabela Queiroz [1], Vera, Tângari [2]

[1] Mestrado em Arquitetura, PROARQ/FAU/UFRJ (em andamento); isabela.queiroz@fau.ufrj.br.
[2] Professora, PROARQ/FAU/UFRJ e Coordenadora do grupo de pesquisas Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ); vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: cartografias; formas urbanas; paisagem; processos; mapeamento afetivo

O presente trabalho é parte de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ) e traz contribuições do grupo de pesquisas Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ). Tem como estudo de caso o Complexo de Favelas de Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo desta breve explanação é correlacionar duas abordagens de mapeamento e evidenciar suas contribuições nos estudos das formas urbanas e seus processos no território de Manguinhos.

A fundamentação teórica visa abordar a questão da indissociabilidade entre formas urbanas e processos com base em pesquisas realizadas por Tângari (2014 e 2019). Entendendo que os inúmeros processos presentes no ambiente urbano (sociais, políticos, econômicos, culturais etc.) influenciam na conformação das formas urbanas, assim como as formas urbanas também interferem nesses processos. Tendo como base a construção da paisagem em sentido mais amplo, não só material-objetivo, mas também imaterial-perceptivo (SCHLEE et al., 2009). Além de noções de percepção e atmosferas abordadas por Lamounier (2017 e 2019). Observando que as atmosferas também se relacionam, influenciam e são influenciadas pelas formas urbanas e respectivos processos na construção das paisagens.

O Complexo de Manguinhos, composto por treze comunidades e conjuntos habitacionais, está localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. É um território de alta densidade demográfica e construtiva. Fragmentado por inúmeros enclaves, rios e eixos rodoviários e ferroviários. É uma região marcada por conflitos e fragilidades socioambientais e frequentes confrontos armados entre policiais e o poder paralelo local. No entanto, também é um lugar de resistência e potência. (QUEIROZ; MORAES; TÂNGARI, 2021 e QUEIROZ; TÂNGARI; LAMOUNIER, 2020).

A metodologia se baseia na análise comparativa e complementar de duas cartografias: 1- Mapeamento Afetivo e 2- Mapeamento da Arborização. Ambas são um recorte de pesquisas maiores desenvolvidas pelos grupos SEL-RJ e GAE (PROARQ/UFRJ) no âmbito da cidade do Rio de Janeiro e, para o presente estudo, foram analisados os dados referentes a Manguinhos. O Mapeamento Afetivo (figura 1) foi realizado com crianças das escolas municipais respondendo às perguntas de como é o caminho da casa à escola (“percepções”) e o que elas desejam para esse percurso (“desejos”). As respostas dadas, geraram o gráfico da figura 1 com as respectivas “percepções” e “desejos” mais recorrentes. Já o mapeamento da arborização (figura 2), foi realizado com softwares de georreferenciamento (SIG - Sistemas de Informação Geográfica), identificando e mapeando as massas arbóreas presentes no território com base em ortofotos.

No Mapeamento Afetivo de Manguinhos, destacam-se os desejos por limpeza e arborização

como mais recorrentes nos relatos das crianças. No mapeamento da arborização, destacam-se a baixa incidência da mesma e o fato de ser concentrada em espaços livres públicos de uso especial (Ex.: FIOCRUZ). Ambos mapeamentos evidenciam os conflitos socioambientais da região e trazem camadas que se complementam. Um com aspectos qualitativos e olhar sensível sobre a paisagem cotidiana com relatos que impactam e denunciam. Outro com aspectos que quantificam, aprofundam e localizam tais questões. Cartografias de natureza inicialmente diferentes que se potencializam e ajudam a analisar as formas urbanas e os inúmeros processos que as conformam.



Figura 1: Mapeamento Afetivo de Manguinhos, Rio de Janeiro. Fonte: Relato de estudante – GAE e SEL-RJ, 2020. Gráfico – Isabela Queiroz, 2021.



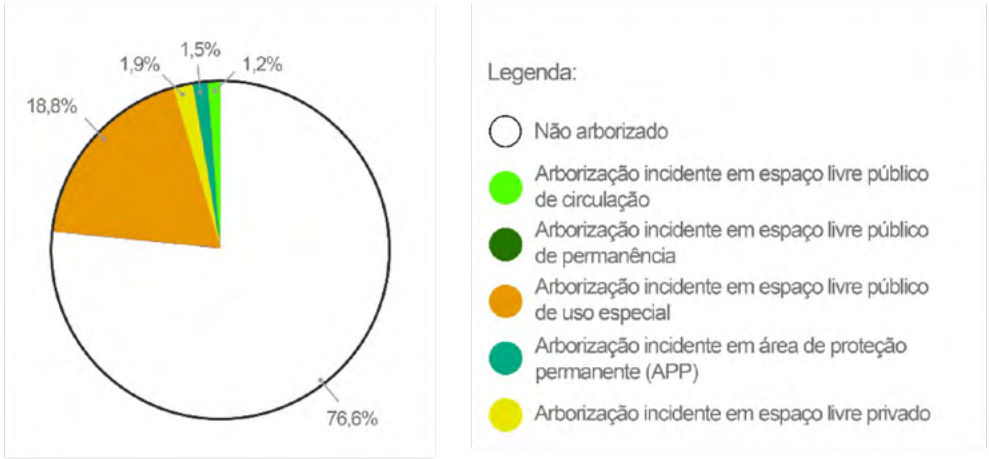


Figura 2: Gráfico ilustrado (com imagem de sobrevoo) da classificação da arborização de Manguinhos, Rio de Janeiro – 2014. Fonte: Isabela Queiroz, Bruno Mendonça e Alexsander Moraes, 2021.

REFERÊNCIAS

LAMOUNIER, Alex Assunção. Atmosferas de preferência em áreas periféricas do Rio de Janeiro-RJ: atratividade e afetividade em territórios urbanos de conflitos e fragilidades. In: 10º Colóquio de pesquisas do PROARQ – FAU-UFRJ, 2019, Rio de Janeiro. **Anais..**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. p. 93-95.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de Preferência na "Cidade Maravilhosa"**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

QUEIROZ, Isabela; MORAES, Alexsander; TÂNGARI, Vera. A paisagem da Rambla Carioca: (re) apropriações e percepções no cotidiano. In: **COLÓQUIO QUAPÁ-SEL**: PAISAGENS, DISTANCIAMENTOS E PROXIMIDADES, 15., 2021, On-Line. **Anais eletrônicos...**, São Paulo: Lab. QUAPÁ/FAUUSP, 2022. p. 211-218. Disponível em: http://quapa.fau.usp.br/wordpress/xv-coloquio-quapa-sel-anais/. Acesso em: 13 jul. 2022.

QUEIROZ, Isabela; TÂNGARI, Vera; LAMOUNIER, Alex. Os Baixios da "Rambla Carioca" de Manguinhos: Morfologia urbana, paisagem e atmosferas. In: **ENEPEA**: RUPTURAS OU CONTINUIDADES?, 15., 2020, On-Line. **Anais eletrônicos...**, Campos dos Goytacazes: Ateliê de Pesquisas da Paisagem/IFF, 2020. p. 695-709. Disponível em: https://ec88cabf-bda0-4766-bae0-ee60557a7202.filesusr.com/ugd/2636c6_6fad843074ad49c3bb91e1e1b8271ecd.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

SCHLEE, M. B. et al. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual. **Revista da Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v. 26. São Paulo: FAU-USP, 2009, p.225-247

TÂNGARI, V.R. **Arquitetura da Paisagem** – notas de aula. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

TÂNGARI, V. R. Espaços livres a forma urbana: identificação dos tipos morfológicos que qualificam a paisagem urbana. In: ENANPARQ, III Encontro Nacional, 2014, São Paulo, **Anais…**, São Paulo: 2014.

CARTOGRAFIAS AFETIVAS E PATRIMÔNIOS COTIDIANOS NO TRAJETO ENTRE A CASA E A ESCOLA DE CRIANÇAS DO RIO DE JANEIRO

LT 249

Flora Oliveira de Souza Cardoso [1], Brendo Tavares Santos [2], Isabella Maria Bulus Maiolino [3], Alex Assunção Lamounier [4]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFPB (em andamento); flora.cardoso@academico.ufpb.br.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, EAU UFF (em andamento); brendotavares@id.uff.br.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, EAU UFF (em andamento); isabellambm@id.uff.br.
[4] Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo, PROARQ UFRJ (em andamento) e Docente em Arquitetura e Urbanismo, EAU UFF; alexlamounier@id.uff.br.

Palavras-chave: Patrimônio Cotidiano; Mapeamento Afetivo; Paisagem Cultural; Cartografia Afetiva; Rio de Janeiro.

Em 2012, parte da cidade do Rio de Janeiro foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural da UNESCO, sob o título “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”. O sítio é composto pelo trecho que segue a linha d’água entre a cidade e a Baía de Guanabara e a Praia de Copacabana, incluindo também o Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico (IPHAN, 2011). Sem diminuir sua importância, entretanto, cabe observar que há muito mais patrimônios cariocas entre o mar e a montanha do que abrange o referido tombamento UNESCO, hipótese essa motivadora de projeto de extensão em desenvolvimento junto à EAU/UFF, em parceria com o PROARQ/UFRJ (LAMOUNIER, 2021), cujos resultados preliminares são aqui apresentados. Partindo de desenhos que relatam percepções e desejos no trajeto entre casa e escola, produzidos por estudantes da rede municipal de ensino público para o projeto “Mapeamento Afetivo de Territórios Educativos” (AZEVEDO; TÂNGARI, 2019), o projeto de extensão mencionado (LAMOUNIER, 2021) objetiva investigar patrimônios cotidianos no Rio de Janeiro.

O estudo aqui apresentado se pauta no material produzido em escolas fora da delimitação do sítio Paisagem Cultural (Figura 1). Em favelas nas bordas do centro da cidade e da Zona Norte, em áreas de risco e vulnerabilidade, ou em bairros periféricos mais distantes, refletem percepções sobre lugares à margem dos cartões postais da “Cidade Maravilhosa”. Em conjunto, os desenhos independentes revelam um mapeamento afetivo e aflitivo das crianças cariocas onde vínculos, preferências, conflitos e vulnerabilidades se mesclam no vivenciar a cidade diariamente. Compõem uma complexa cartografia de percepções e desejos que também apresenta uma cidade multifacetada, marcada por significativas diferenças, descasos e aflições cotidianas.

A investigação sobre os patrimônios cotidianos possibilitou descobertas distintas, aqui categorizados como: patrimônios simbólicos, como festividades religiosas e as águas urbanas; patrimônios esquecidos e negados, representados pelo conjunto da Praça de São Roque (Paquetá), a Ponte dos Jesuítas (Santa Cruz), e a Igreja São Daniel Profeta, projetada e rejeitada pelo arquiteto Oscar Niemeyer (Complexo de Favelas de Manguinhos); e patrimônios tradicionais, como o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor. Os desenhos também revelaram vistas significativas a partir de pontos específicos, espaços livres públicos e até árvores ou outros elementos aparentemente isolados, mas com forte valor identitário local (Figura 2). A descoberta de patrimônios afetivos remete à importância de se atentar aos simbolismos das paisagens ordinárias (MEINIG, 1979) e de estudarmos os múltiplos sentidos que atribuímos às relações entre sociedade e paisagem (BERQUE, 1998). Também aponta para discussões patrimoniais que relacionam o conceito de

paisagem cultural ao de espírito do lugar, ou spiritu loci (ICOMOS, 2008), entendendo-se as expressões tangíveis e os valores intangíveis que residem nesses lugares como uma matriz integrada dos valores da paisagem cultural (O'DONNELI, 2008).

Partindo do olhar das crianças, este estudo, em processo, busca subsidiar ações para a valorização de patrimônios cotidianos e a inclusão da educação patrimonial na grade curricular das escolas públicas no Rio de Janeiro. Essa mistura de afetos e aflições ressalta a importância de se incluir, nas discussões patrimoniais, a busca pela justiça social, aspecto pautado no entendimento de patrimônio como "uma plataforma importante para construir respeito mútuo" (O'DONNELI, 2021), com atenção especial em garantir o pleno acesso à cidade para nossas crianças.

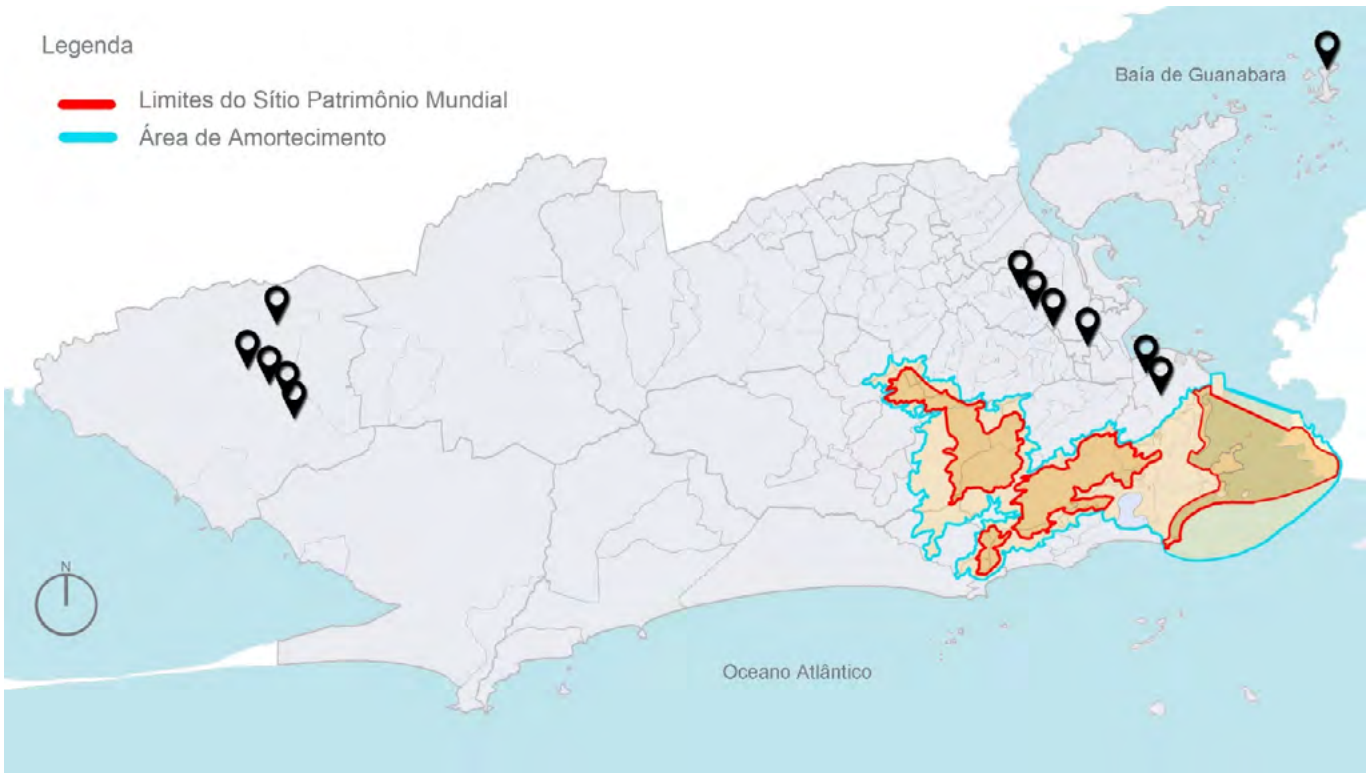


Figura 1: : Mapa do município do Rio de Janeiro com a delimitação da Paisagem Cultural Patrimônio Mundial e a localização das escolas analisadas. Fonte: autores, 2022.



Figura 2: Patrimônios cotidianos no Rio de Janeiro segundo o olhar das crianças: afetos e aflições no trajeto entre casa e escala. Fonte: autores, 2022.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Giselle (coord.); TÂNGARI, Vera (coord.) et al. **Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos**: crianças e jovens pensando no futuro da cidade da cidade do Rio de Janeiro. Relatório Técnico. PROARQ/UFRJ e PCRJ: 2020.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeni (org.). **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2021, v. 01. p. 239-243.

ICOMOS. **Declaração de Québec sobre a preservação do "Spiritu loci"**. Quebec: International Council on Monuments and Sites, 2008.

IPHAN. Dossiê Patrimônio Mundial: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Comitê Técnico da Candidatura do Rio a Patrimônio Mundial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

LAMOUNIER, Alex (coord.). **Educação Patrimonial**: mapeando patrimônios cotidianos com estudantes da rede pública de educação no Rio de Janeiro. Projeto de extensão TUR-EAU/UFF: 2021.

MEINIG, Donald. (org.). **The interpretation of ordinary landscapes** – Geographical essays. Oxford: University Press, 1979.

O'DONNEL, Patricia. Perspectives on Values & Diversities in relationship to Cultural and Natural Heritage. **Brazil Master Course on Heritage Webinar.** 16/04/2021. Our World Heritage. PPGAU-FAU/USP; MPPP-FAU/UFRJ; PPGG-IGEO/UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Rsn6SrZLG8>. Acesso em jun. 2022.

O'DONNEL, Patricia. **Urban Cultural Landscapes and the Spirit of Place**. Canada: 16th ICOMOS General Assemble and International Symposium: "Finding the spirit of place-between the tangible and the intangible", Quebec, 2008.

METRÓPOLE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: TIPOLOGIA DE ENCLAVES FORTIFICADOS NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE-RS-BRASIL

LT 250

Carolina Rezende Faccin [1], Nicole Bueno de Almeida [2], Heleniza Ávila Campos [3]

[1] Arquiteta e urbanista. Mestre e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS); faccincarolina@gmail.com.
[2] Arquiteta e urbanista. Mestre e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS); nlealdealmeida@gmail.com.
[3] Arquiteta. Doutora em Geografia. Docente no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS); heleniza.campos@gmail.com.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Metrópole; Tipologia; Enclaves fortificados; Porto Alegre

A segregação socioespacial é um fenômeno conhecido e recorrente em metrópoles, proporcionalmente aos graus de concentração e complexidade dos sistemas de objetos e de ações que configuram seu espaço, sendo um dos aspectos do processo de desigualdade socioespacial (VILLAÇA, 1997).

Analisa-se neste estudo de caso os enclaves fortificados da metrópole de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, que se caracterizam como espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho (CALDEIRA, 2000). Tratam-se de produtos imobiliários mormente implantados em antigas áreas industriais ou em espaços da cidade que apresentam terra disponível para a incorporação rápida e com possibilidades de valorização (PÁDUA, 2015), construídos alheios aos espaços existentes no seu entorno e costumam exaltar equipamentos comunitários internos que diminuem as possibilidades de relação com pessoas fora do seu núcleo de convivência, reforçando a autossegregação.

Este trabalho objetiva estudar os enclaves fortificados, utilizando como recorte espacial a cidade de Porto Alegre-RS. Para tanto, foi necessário construir uma tipologia de enclaves fortificados que possibilitasse analisar a forma espacial e os padrões espaciais identificados em distintas localizações da cidade. Nesse sentido, a pesquisa foi elaborada a partir da coleta de dados através do software Google Earth. Onde a partir da análise das imagens do satélite e com o auxílio de uma camada shapefile das cercas e muros de Porto Alegre - essa, disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) - realizou-se uma busca e identificação visual pelo território e a demarcação dos enclaves fortificados. A existência deles foi confirmada com o uso da ferramenta Street View, com imagens de janeiro de 2019. Concentra-se a atenção nas formas espaciais que tais assentamentos humanos assumem no corpo da cidade, revelando singularidades e condições distintas de interesses, necessidades e possibilidades de ocupação.

Foram definidas nove tipologias, de acordo com a sua composição espacial: A1 (conjunto de edifícios sem equipamento comunitário de até 4 andares), com 260 unidades; A2 (conjunto de edifícios com equipamento comunitário de até 4 andares), com 56 unidades; B1 (conjunto de edifícios sem equipamento comunitário de mais de 5 andares), com 58 unidades; B2 (conjunto de edifícios com equipamento comunitário de mais de 5 andares), com 179 unidades; C1-a (conjunto de casas sem equipamento comunitário e de porte pequeno), com 148 unidades; C1-b (conjunto de casas sem equipamento comunitário e de porte médio), com 153 unidades; C2 (conjunto de casas com equipamento comunitário de porte médio ou pequeno), com 140 unidades e D (grandes enclaves fortificados), com 25 unidades.

Na zona norte predomina a tipologia construtiva vertical de conjuntos residenciais de edifícios com cinco ou mais pavimentos. Em outras regiões da cidade predomina a tipologia construtiva vertical de edifícios com 3 ou 4 andares (Figura 1). Na zona sul predominam aqueles de tipologia construtiva horizontal, caracterizado por conjuntos de casas, construídos horizontalmente em uma propriedade. Há uma expansão de novos empreendimentos no setor sul da cidade, próximo à orla do Lago Guaíba, com destaque para os de grande porte, com tamanho de área fechada superior a 40 ha, e para a presença em maior quantidade daqueles da tipologia C (Figura 2). Há uma ressignificação da periferia no contexto da metropolização, ao passo que a população de alta renda se autossegrega em espaços distantes do centro.

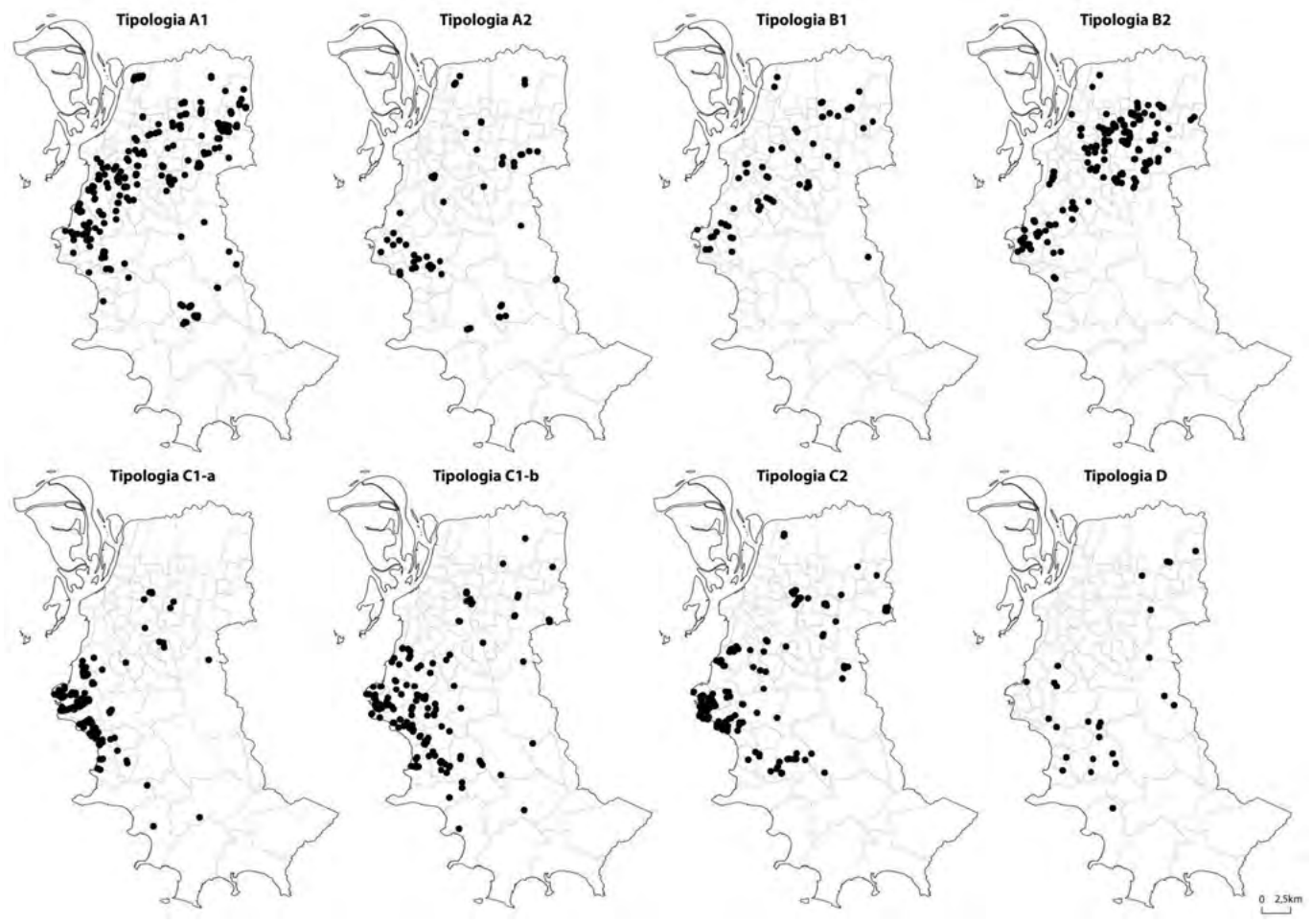


Figura 1: Localização dos enclaves fortificados em Porto Alegre por tipologia. Elaborado pelas autoras a partir dos dados coletados na pesquisa.

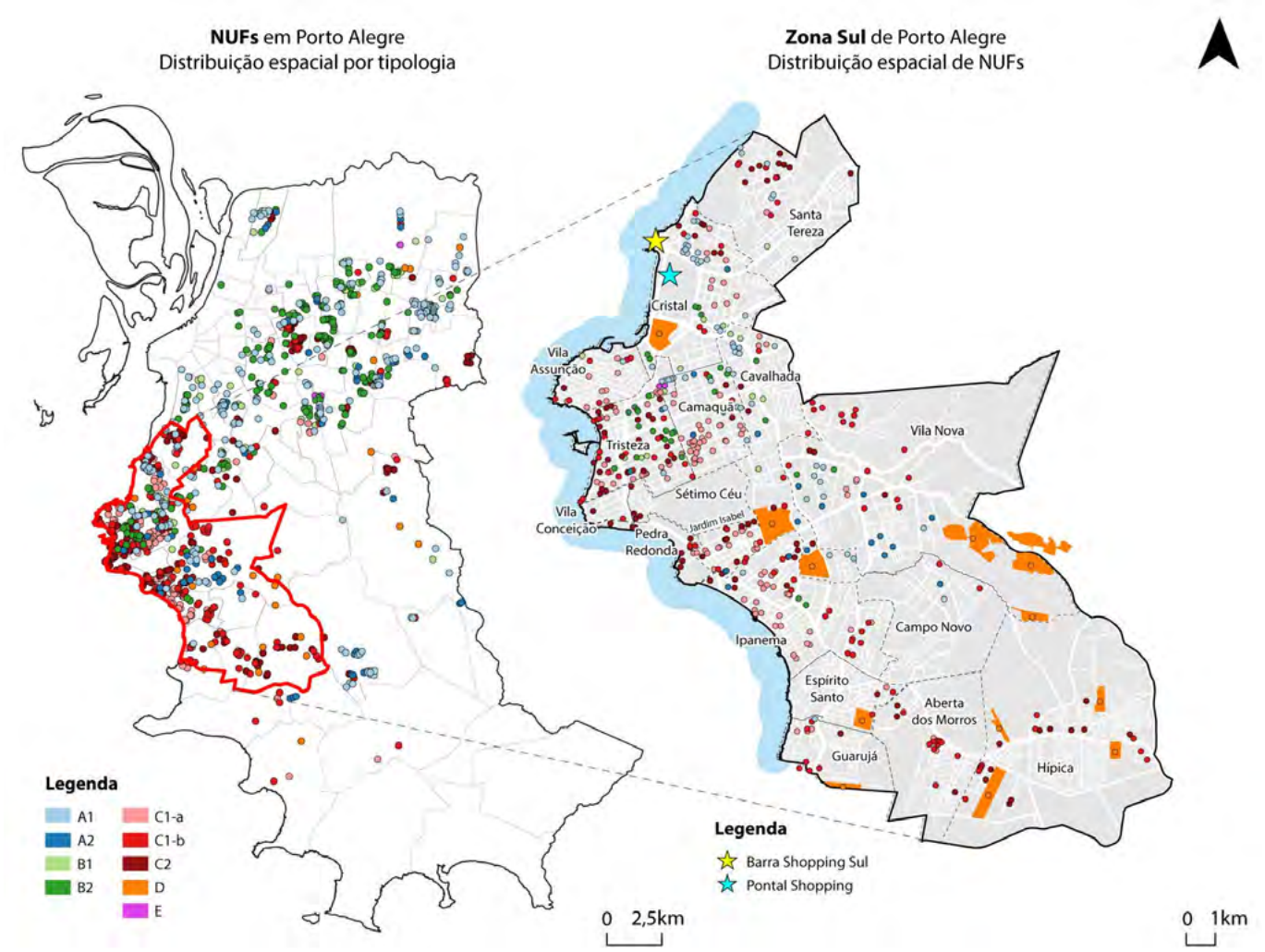


Figura 2: Localização dos enclaves fortificados por tipologia na zona sul de Porto Alegre. Elaborado pelas autoras a partir dos dados coletados na pesquisa e da Base de Faces de Logradouros do Brasil do IBGE (2020).

REFERÊNCIAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de Faces de Logradouros do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

PADUA, Rafael Faleiros de. Produção estratégica do espaço e os "novos produtos imobiliários". In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. 1997, **Anais...** VII ENANPUR - Encontro Nacional da ANPUR. Recife: UFPR, 1997.

CENTRALIDADE E COMIDA: ANÁLISE DA PAISAGEM URBANO-RURAL PETROPOLITANA

LT 251

Emanuela Rocha [1], Patricia, Drach [2]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, UFF (em andamento); emanuelarocha@id.uff.br.
[2] PROURB, UFRJ; PPDESDI, UERJ; patricia.drach@gmail.com.

Palavras-chave: urbano-rural; rururbanização; paisagem; cartografia; Petrópolis.

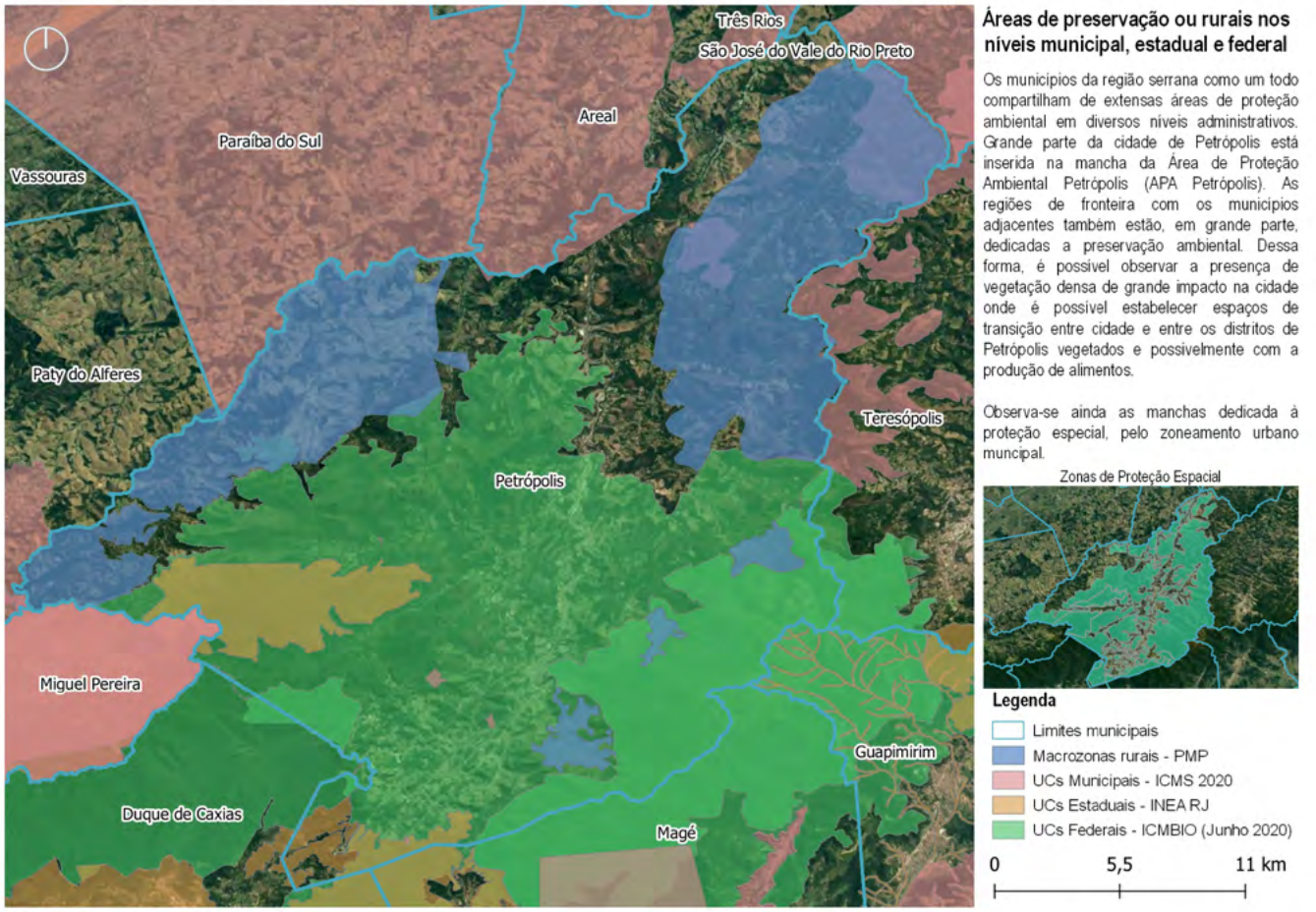
A relação paradoxal entre o meio urbano e o rural promove um afastamento do alimento do consumidor. O caráter elementar do acesso e consumo de alimentos pode influenciar em um apagamento dos processos inerentes a essa atividade, como a produção e a logística, que impactam o valor final do produto. A cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, é destaque no estado pela produção de alimentos do gênero das verduras e hortaliças, onde muitos produtores estabelecem uma dinâmica de deslocamento para venda em feiras na capital. Em 2018, a cidade passou a ser considerada Capital Estadual dos Produtos Orgânicos com 92 produtores, o que corresponde a 13% do total do estado (G1, 2018). No Plano Diretor, a agricultura é consolidada como importante atividade tendo em vista as mudanças climáticas, a importância da integração entre o meio urbano e rural e da produção familiar e orgânica (PMP, 2014).

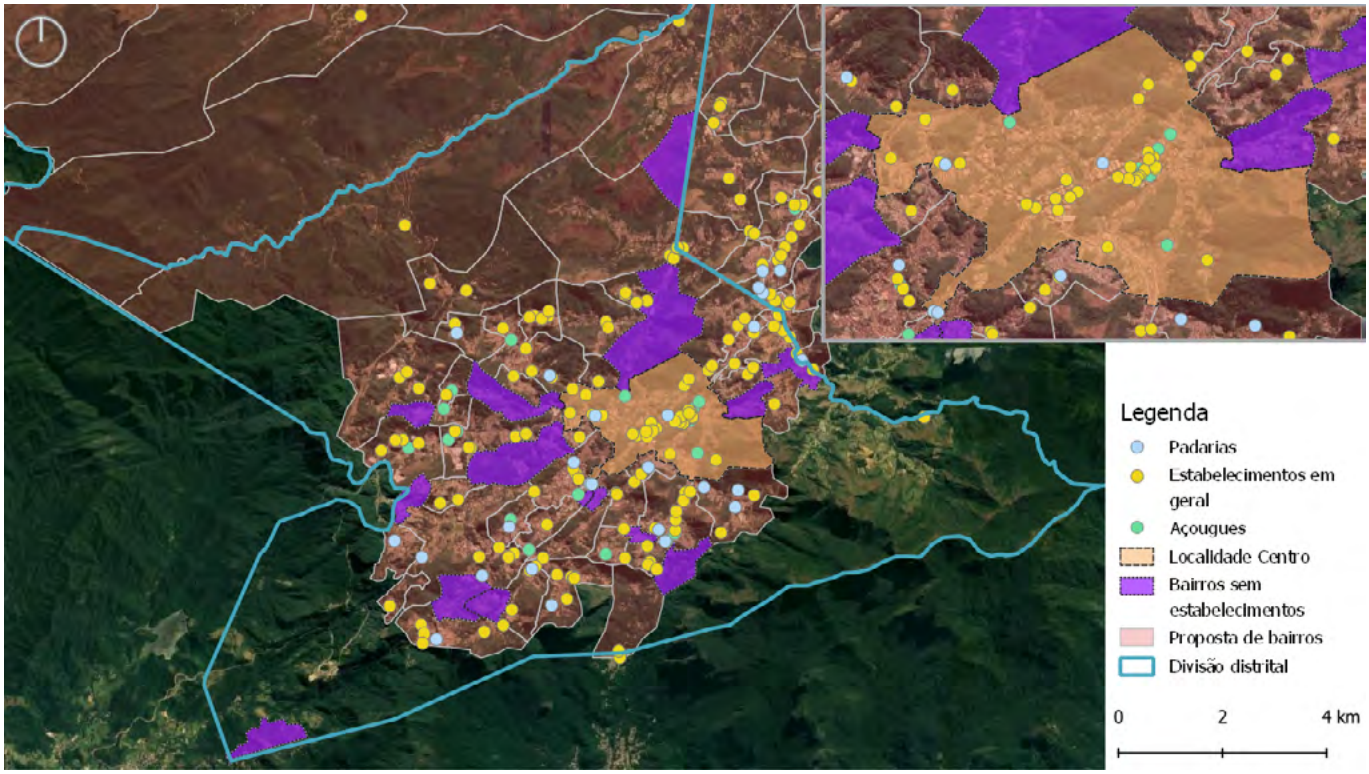
Em um contexto geográfico de vale, a paisagem petropolitana é composta por elementos marcantes ao longo de sua forma urbana como cursos hídricos e montanhas. As investigações cartográficas realizadas ao longo do estudo buscam expressar aspectos do macrozoneamento e unidades de conservação, e sua contribuição enquanto força atuante para contenção da mancha urbana. Dessa forma, observou-se o caráter de complementaridade entre as informações mapeadas ao longo do perímetro da cidade com potencial para a produção de alimentos, principalmente a partir de práticas agroecológicas.

A atividade agropecuária em Petrópolis pode ser observada a partir de uma crescente de estabelecimentos e de área (hectare). De acordo com os Censos Agropecuários, em 2006, a agricultura familiar e não familiar somaram 490 estabelecimentos em 18.883 ha, e em 2017 esses números corresponderam a 768 e 21.246 ha (IBGE, 2006; 2017). A partir do Censo de 2017, foi possível mapear os produtores ao longo do território, onde 63 estão no primeiro distrito; 150, no segundo; 95, no terceiro; 201, no quarto; e 259, no quinto. Ademais, cartografias de manchas de calor de produção de alimentos e unindo ao macrozoneamento foram elaboradas.

Sabe-se, no entanto, que o acesso à comida pela população se dá majoritariamente através de estabelecimentos comerciais. A fim de compreender as dinâmicas de acesso aos alimentos junto da divisão do abairramento proposto para a cidade de Petrópolis, foram mapeados hipermercados, supermercados, mercearias, padarias e açougues no primeiro distrito através da consulta online à plataformas como GoogleMaps. Assim, foi possível observar uma grande concentração desses estabelecimentos na localidade do Centro Histórico e ausência dos comércios mapeados em 15 de 57 bairros. No que tange às feiras livres, elas totalizam 9 na cidade, 7 no primeiro distrito ao longo de 5 bairros. A análise voltada para a relação de dependência entre o centro histórico e seus bairros periféricos busca estimular outras oportunidades de venda de alimentos produzidos na cidade.

Na defesa de uma interdependência entre os meios urbano e rural, o estudo pretende articular ambas as paisagens. Articulando diferentes escalas no território de Petrópolis, esta pesquisa busca compreender e propor para a cidade um processo de rururbanização (FREYRE, 1982) sensível à vivência e à prática rural, reconhecendo seus desafios e a necessidade de romper com a dicotomia urbano-rural; esclarecendo que a ruralidade é fator importante para a reorganização dos ecossistemas e de um planejamento urbano mais saudável e amigável a natureza (ABRAMOVAY, 2012).





REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 774 p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização**: que é?. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

Lei dá a Petrópolis o título de Capital Estadual dos Produtos Orgânicos. **G1**, 04 out 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2018/10/04/lei-da-a-petropolis-titulo-de-capital-esta dual-dos-produtos-organicos.ghtml. Acesso em: 07 mai 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (PMP). **Guia do Investidor**: o perfil histórico e socioeconômico da cidade de Petrópolis. Petrópolis: SDE/PMP, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (PMP). **Lei nº 7.167, de 28 de março de 2014**. Revê e atualiza o Plano Diretor de Petrópolis. Petrópolis, 2014. Disponível em: https://sig.petropolis.rj.gov.br/cpge/PD2014.pdf. Acesso em: 07 mai 2022

AQUI PASSA UM RIO: O IGARAPÉ PIRES DE SÁ E A FORMAÇÃO URBANA DE VILHENA-RO

LT 256

Iana Paula Gonçalves Fermou [1], Áurea Dayse Cosmo da Silva [2]

[1] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, IFRO- Campus Vilhena; iana.arquitetura2018@gmail.com.
[2] Mestre em Arquitetura e Urbanismo, DAU- UFV; aurea.silva@ifro.edu.br.

Palavras-chave: Rio urbano, morfologia urbana, paisagem urbana, revitalização, região norte.

Os cursos d'água foram muito significativos na formação de núcleos urbanos, eles não forneciam somente água para consumo, como também viabilizaram a circulação de pessoas e bens, controle de território, alimentos, energia hidráulica, lazer, entre outros (COSTA, 2006). Conforme as cidades foram evoluindo, os rios foram perdendo sua importância, sendo relacionados aos problemas de mau cheiro, obstáculo à circulação e ameaça de inundações (GORSKI, 2010). O município de Vilhena-RO também teve sua formação ligada a um rio, o Igarapé Pires de Sá, considerado um importante afluente que junto a outros cursos d'água da região compõem a bacia hidrográfica do rio Madeira e seus afluentes. Nas grandes metrópoles, a deterioração dos rios é ainda mais perceptível, pois apresenta maior índice de poluição, causados pelo despejo de efluentes domésticos, industriais, lixo, entre outros (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). Nos últimos anos, aumentou-se a preocupação com a qualidade das águas fluviais, adotando-se estratégias para intervenção em áreas já degradadas, através da renaturalização, restauração ou revitalização de rios urbanos. Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender a relação do Igarapé Pires de Sá com a formação urbana da cidade de Vilhena em Rondônia. A metodologia utilizada reúne pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Primeiramente, levantou-se os aspectos históricos de urbanização da cidade, ao mesmo tempo, verificou-se os impactos causados ao curso d'água em decorrência deste processo. Em seguida, foram explorados os principais debates sobre a relação rio-cidade, buscando entender suas principais adversidades. O trabalho resulta em uma análise da influência do Igarapé Pires de Sá no processo de formação e evolução da malha urbana da cidade de Vilhena (Figura 1), com recorte em um trecho do rio para um estudo morfológico (Figura 2), com o uso de mapas e conceitos abordados por Lamas (2010) e Lynch (2011), investigando seus principais usos/gabarito/permeabilidade do local (Figura 1 e 2) a partir de observações in loco e da elaboração de mapas esquemáticos no Autocad. As visitas realizadas foram registradas através de fotografias por meio de dispositivo celular e um drone para captação de imagens aéreas do local. De acordo com Théry (2012), os principais fatores que influenciaram na formação urbana de Vilhena foi a implantação do posto telegráfico em 1910, a abertura da Rodovia BR-364 (1950), os projetos de colonização da região amazônica a partir de 1960, e posteriormente a construção da BR-174 (1998), que estabelece uma divisão na malha urbana da cidade, além do Igarapé, que era utilizado como fonte de água para consumo, afazeres domésticos e lazer, o mesmo limitou a expansão urbana da cidade para um lado de sua margem, até meados da década de 1990 (Figura 1). A análise indica um espraiamento urbano na cidade de Vilhena, processo considerado por Monte-Mór (2003) como urbanização extensiva. Também observou-se a inexistência da relação rio-cidade, pois o mesmo se encontra oculto por meio da canalização de seu curso em alguns de seus trechos para abertura de vias de acesso. O Igarapé também sofreu alterações físicas e ambientais, principalmente devido às

ocupações irregulares em suas margens, que perduram até os dias atuais. Assim, acredita-se que são necessárias diretrizes que impeçam o avanço de loteamentos irregulares próximos ao rio, além de projetos que visem a reinserção do Igarapé Pires de Sá na paisagem urbana da cidade e resgate seu convívio com a população.

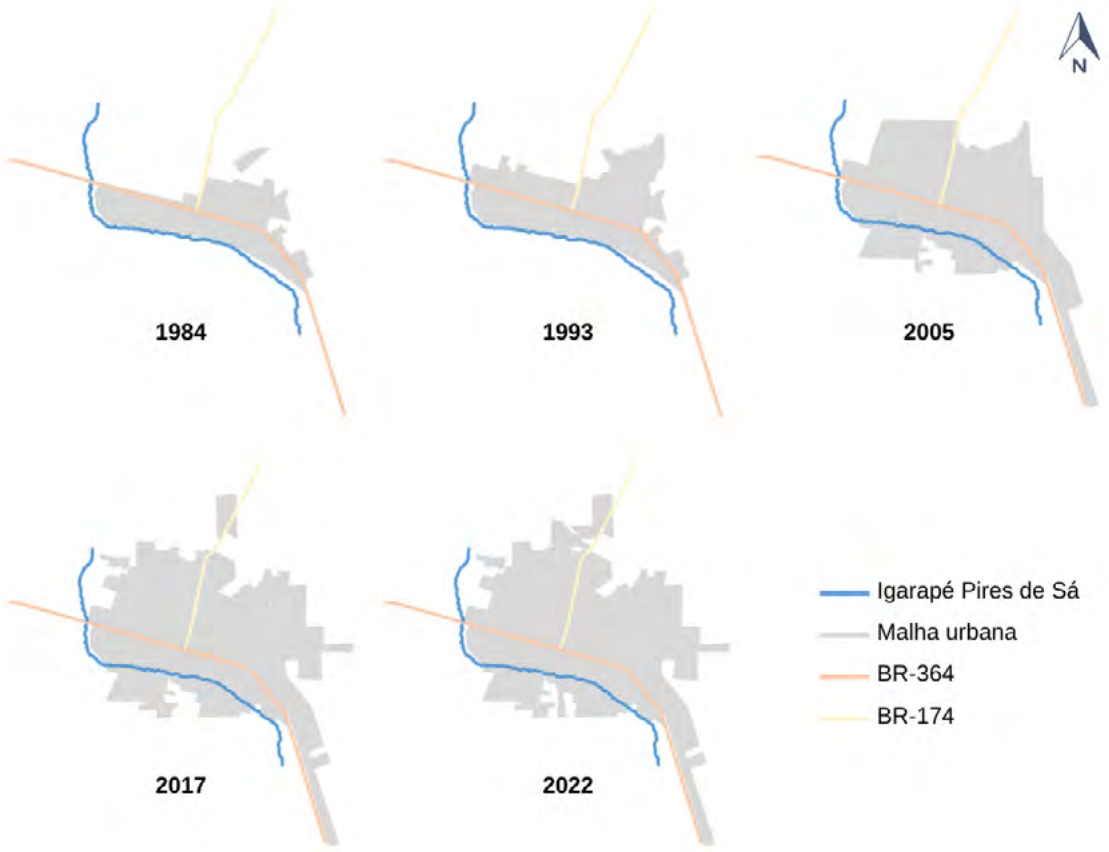


Figura 1: Mapa evolutivo da malha urbana de Vilhena-RO. Fonte: Elaborado por Iana Fermou (2022) com base no mapa do Conhecer Vilhena (2021).

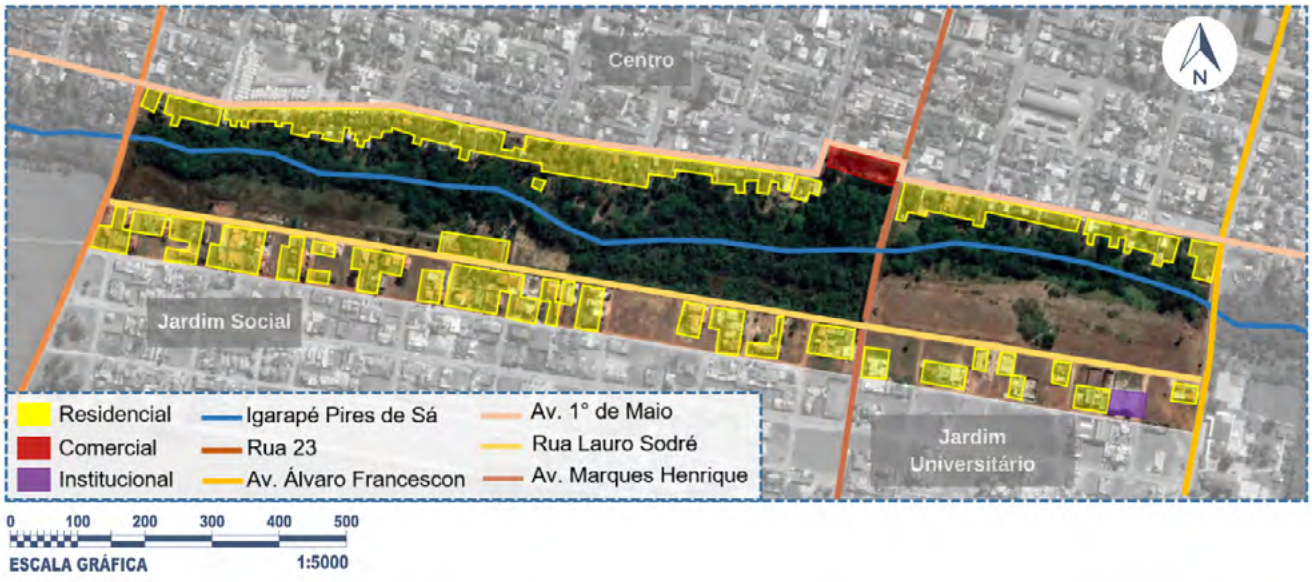


Figura 2: Mapa de uso do solo do trecho analisado do Igarapé Pires de Sá em Vilhena-RO. Fonte: Elaborado por Iana Fermou (2022) com base no mapa do Google Earth (2021).

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. B.; CARDOSO, A. S. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte**, v. 20, n. 2, p. 124-153, 2013. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2693.

COSTA, L. M. S. A. (org.) **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras.** 1. ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006. p. 9-16.

GORSKI, M. C. B. **Rios e cidades**: ruptura e reconciliação. 1. ed. São Paulo: Senac, 2010. 300 p.

LAMAS, J. M. R. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 5ª ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2010.

LYNCH, K. A **Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson L. Camargo. 3 ed. Martins Fontes, 2011. 240 p.

MONTE-MÓR, R. Outras Fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (org.) **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. Pp 260-271

THÉRY, H. A região pioneira de Rondônia trinta e nove anos depois. In: SILVA, A. A; SILVA, M. G. S. N.; SILVA, R. G. C. **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas: Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012, p.15-30.

UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES: BAIRRO JÓQUEI CLUBE, BOA VISTA-RR.

LT 257

Márcio Baraúna Bento [1], Vera Regina Tângari [2], Clara Alice Siqueira Weiduschat [3]

[1] Mestrado em Geografia, UFRR, Doutorando em Arquitetura, PROARQ-DINTER UFRJ/UFRR, (em andamento); marcio.bento@fau.ufrj.br.
[2] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora da Graduação e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura (PROARQ-UFRJ); vtangari@fau.ufrj.br.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRR (em andamento); claraweiduschat@gmail.com.

Palavras-chave: Espaços livres; Sistema; expansão urbana. Boa Vista-RR.

A espacialidade das cidades apresenta diversos modelos de padrões morfológicos que tipificam o processo de urbanização e que, aliado à mudança do meio natural para o meio tecnológico de infraestrutura e ocupação, constituem formas, caracterizam tecidos urbanos e definem novas centralidades. Boa Vista, capital do estado de Roraima, situada à margem direita do Rio Branco, apresenta um núcleo urbano a partir de 1920 que, com a implantação do plano urbanístico de Darcy Aleixo Derenusson em 1940, passou por um crescimento socioespacial induzido na zona oeste, fomentado por políticas sociais de migração, ocupação e urbanização até 1980. O recorte espacial para esse artigo está inserido nessa zona de expansão, que traz uma amostra importante na dinâmica da paisagem e consolidação da forma urbana de Boa Vista, com as transformações no suporte físico, por meio de apropriações do espaço com o ambiente construído. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o sistema de espaços livres e sua influência na morfologia urbana, considerando as ocupações em torno de lagoas naturais e igarapés no bairro Jóquei Clube - zona oeste de Boa Vista-RR, uma região em plena ascensão socioeconômica, fortemente caracterizada pelo mercado imobiliário e com ampla área de preservação permanente (APP), tipicamente de Savana, popularmente conhecido como Lavrado Roraimense. A metodologia aplicada está pautada em categorias de análise da cartografia, do plano diretor e estratégico municipal e de levantamentos fotográficos, em unidades de paisagens, que demonstram a configuração morfológica do bairro Jóquei Clube. Para isso, as referências são os trabalhos amplamente discutidos por pesquisadores, professores e estudantes, no âmbito do Grupo de Pesquisa Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro – SEL/UFRJ, que introduzem uma aproximação com o convênio de doutorado interinstitucional UFRJ/UFRR – Tríplice Fronteira Norte do Brasil. A partir deste contexto da análise, sendo observados conflitos socioambientais e os padrões culturais, no bairro Jóquei Clube, em meio a um cenário de negligência quanto à infraestrutura pública adequada, nota-se sobressair a autonomia da comunidade residente com a cultura informal da apropriação do espaço, na autoconstrução e no comércio. Em adição a essa transformação autônoma, o plano diretor apresenta usos em discordância com a realidade, na classificação de eixos comerciais e residenciais. Sendo assim, espera-se que este trabalho auxilie no entendimento da configuração urbana existente, a fim de promover diretrizes para elaboração de políticas públicas de planejamento e desenho urbano para o poder público e privado para a região condizentes com o cenário atual.



Figura 1: Imagem satélite do Bairro Jóquei Clube e entorno – Boa Vista-RR. Fonte: Google Earth, 2022.

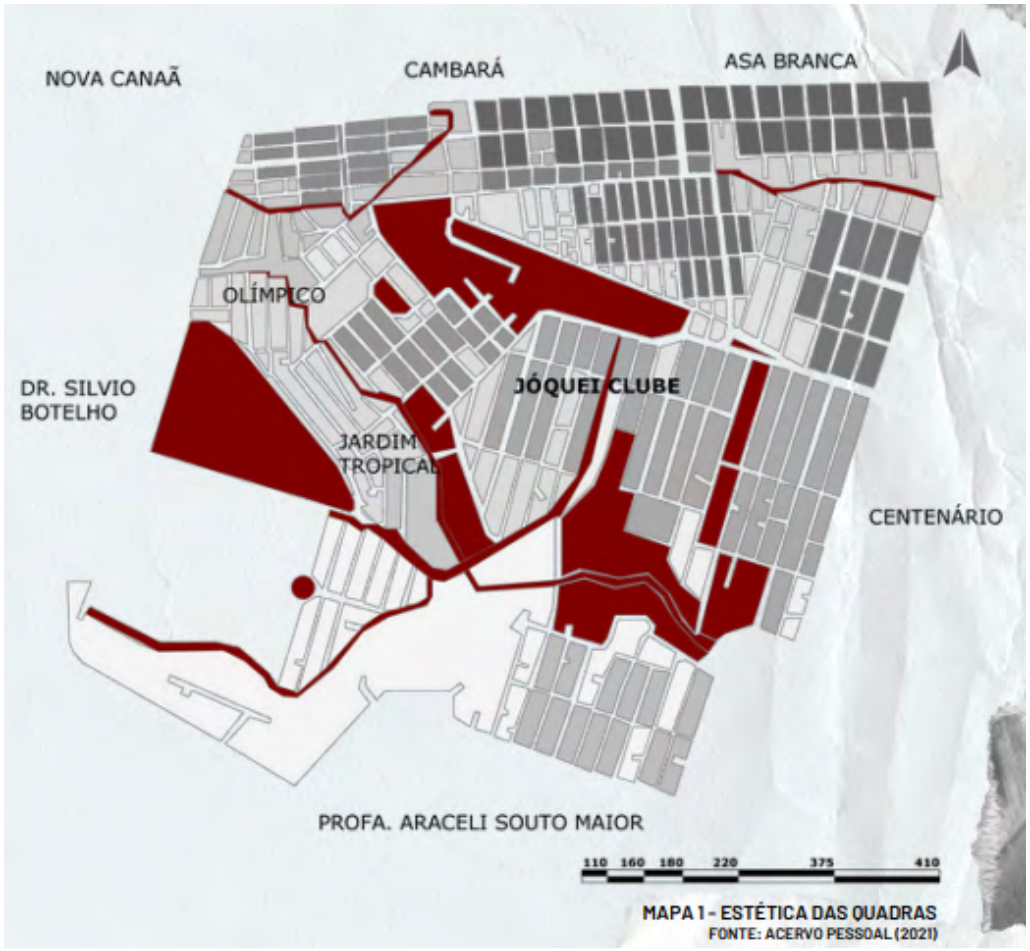


Figura 2: Identificação dos espaços livres – Bairro Jóquei Clube, Boa Vista-RR. Fonte: Acervo pessoal (2021).

REFERÊNCIAS

AKAMINE, Rogério. MACEDO, Silvio Soares. VANDERLI, Custódio. **Sistemas de Espaços Livres:** conceitos, conflitos e paisagem. São Paulo: FAUUSP, 2011.

CAMPOS, Ciro; PINTO, Flávia; BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. **O Lavrado de Roraima**: importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do Bioma Amazônia. Boa Vista: INPA - RR, 2008, p. 1).

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 5. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MACEDO, S. S. et al. Os sistemas de espaço livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (QUAPÁ-SEL II). **Paisagem e ambiente**, São Paulo, v. 30, p. 137–172, 2012.

_____. Espaços livres. In: **Paisagem e ambiente**, n. 7, p. 15-56, 1995.

OLIVEIRA, V. Permanência e transformação das formas urbanas. **Revista de morfologia urbana**, Porto, v. 3, n. 2, p. 83–84, 2015.

TÂNGARI, Vera R.; ANDRADE, Rubens de e SCHLEE, Mônica B. (Org.). **Sistema de Espaços Livres, Apropriações e Ausências**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

_____, Vera R. **Um Outro Lado do Rio**. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1999;

_____. Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos. **Anais IX Colóquio QUAPÁ SEL**. São Paulo, 2014.

A MALHA E O SUBSTRATO: IMPLOSÃO, EXPLOSÃO E FRAGMENTAÇÃO DAS FORMAS URBANAS PARA O CASO DA CIDADE DE MACAPÁ – AMAPÁ – BRASIL

LT 258

Patrícia Takamatsu [1], Fabiano Belém [2]

[1] Doutora em Urbanismo pela UFRJ e docente da UNIFAP; patricia.takamatsu@unifap.br.
[2] Doutor e Geografia pela UFG e docente da UNIFAP; flb.geo@unifap.br.

Palavras-chave: malha urbana, substrato natural, urbanização amazônica, Macapá

Diante da realidade contraditória da Amazônia, os estudos de seus tecidos urbanos permanecem relevantes frente as relações entre a malha urbana e o substrato natural para o caso da cidade de Macapá-Amapá. Através da análise do traçado urbano, pôde-se abordar a ideia de uma imposição de uma grelha abstrata a um território conceitualmente desprovido de pré-existência fornecendo, assim, subsídios para a identificação de novas caracterizações (TAKAMATSU, 2021).

A urbanização na região considera feições geográficas como florestas e hidrografia como parte da paisagem urbana na Amazônia (BECKER, 2013), mas os núcleos urbanos inicialmente criados não promoveram o desenvolvimento esperado. Tal diferenciação criou um contexto atual de cidades médias em hinterlândia (OLIVEIRA &TRINDADE, 2019). Contudo, o fenômeno da urbanização vem sendo visto como "naturalista, a-histórico e empirista" desconsiderando o fato de que um mundo majoritariamente urbano não é uma realidade evidente (BRENNER, 2016).

Com posicionamento estratégico para proteção da foz do Rio Amazonas, Macapá apresenta uma visibilidade dos eixos-guia (Figura 1). Em reticulado xadrez, essa malha avança sobre o tecido urbano desde a área central. Numa condição histórica inicial, houve a apropriação da 'terra firme', de uma relação com a geomorfologia mais conveniente do período pombalino, que permaneceu como critério de escolha dos sítios para implantação de novas áreas urbanas. O planejamento urbano condicionou atrelar o substrato natural como área imprópria e dicotômica à área urbana.

Para a pesquisa, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica e documental conjugada à aplicação de análise cartográfica para confrontação teórico-empírico. Como realidade espacial, categorizou-se setores de negação, conciliação, coexistência e autonomia. A forma urbana foi analisada perante agentes produtores, buscando uma visão ampliada da evolução urbana (Figura 2).

Assim, emergiram três novas ênfases morfológicas ao estudo: geomorfologia, hidrografia e relevo/topografia; campos ligados à análise da paisagem através do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Sensoriamento Remoto (SR). Identificou-se como a área urbana de Macapá desenvolveu-se nos últimos cinquenta anos com aumento considerável e de um aumento da urbanização, detectado por imagens de alta resolução espacial como a imagem IKONOS de 2001 e a fotografia aérea do Exército em 2015.

O apego a malha consolidou-a como instrumento de ampliação e gestão territorial, associando-se a um processo de aperfeiçoamento do espaço urbano. No caso da América Latina, portugueses e espanhóis adotaram a malha como premissa colonizadora, sendo utilizado como variável implícita de possibilidades para uma expansão infinita de ocupação do território. Chega-se a um

estágio onde a fragmentação e a apropriação dos tecidos urbanos do território nunca foram tão expressivas, com destaque para uma expansão de diferentes tipos de agentes produtores da malha (POPE, 2015).

A análise cartográfica confirmou a formação de tecidos urbanos abertos com produção de formas essencialmente fechadas e exclusivas, descolados dos processos de urbanização. O espalhamento da malha ortogonal passou a ser lançado, fragmentado sobre o substrato natural. A malha continua a servir a expansão da urbanização, agora com uma proporção de implosão e explosão das estruturas básicas das cidades para a urbanização planetária que BRENNER (2014) já sentenciava.



Figura 1: Vista aérea em perspectiva da área urbanizada de Macapá – marcação indicativa de direção a partir da Fortaleza de São José (à esquerda inferior, junto ao Rio Amazonas) em direção ao Aeroporto Internacional Fonte: Adaptado pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2019

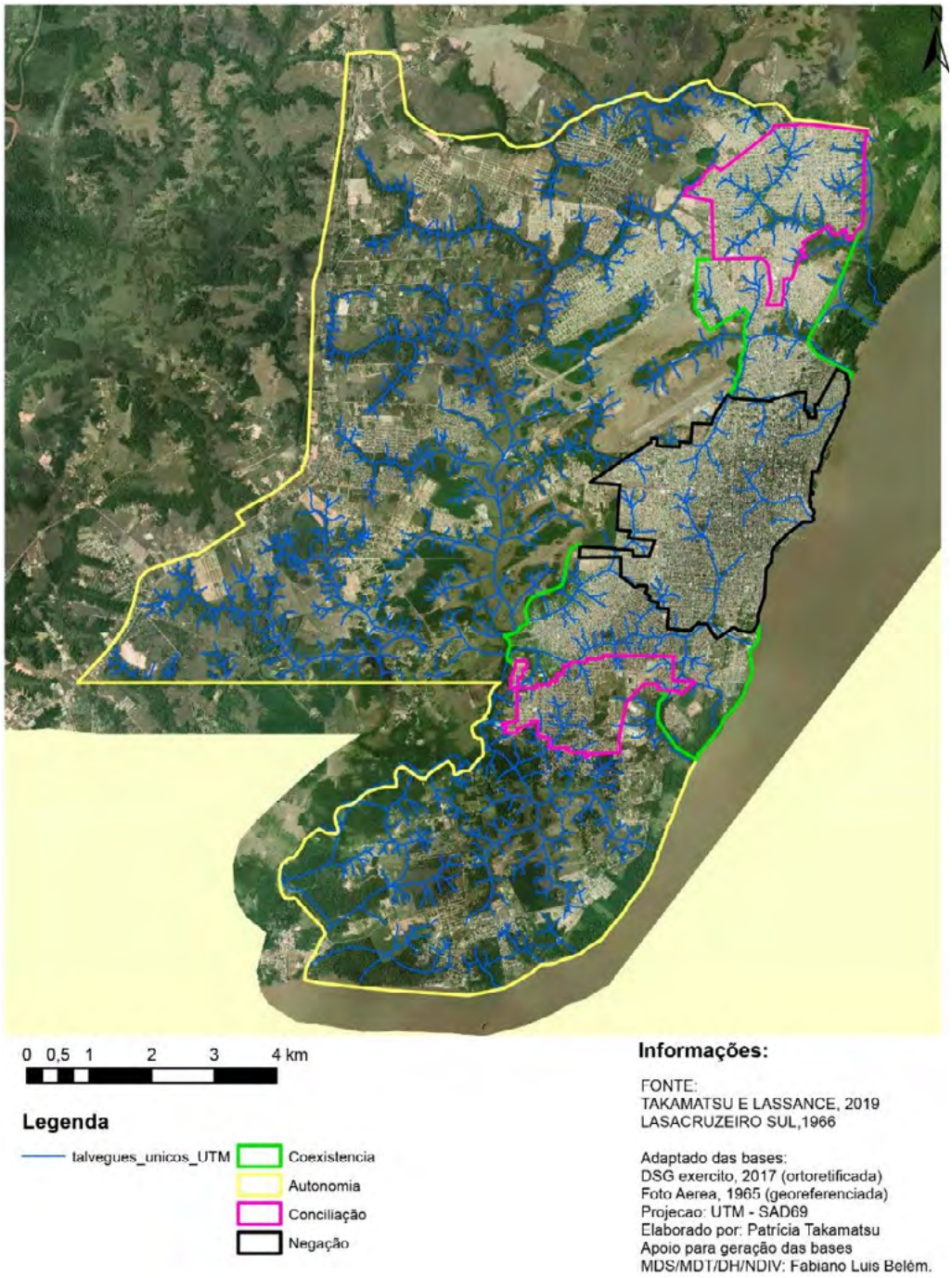


Figura 2: Mapa de categorização da malha em setores analíticos. Fonte: A autora, 2019

REFERÊNCIAS

BECKER, B. **A Urbe Amazonida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013

BRENNER, N. A hinterlândia, urbanizada? **e-metropolis**, v. nº 25, n. ano 7, p. 6–11, jun. 2016.

_____**Implosions/Explosions**: Towards a Study of Planetary Urbanization. [s.l.] Jovis, 2014.

OLIVEIRA, V. L. DE; TRINDADE, J. R. B. As cidades médias do Hinterland amazônico paraense: Urbanização e desenvolvimento em período recente. **Cadernos CEPEC**, v. 2, n. 1–6, 5 abr. 2019.

POPE, A. **Ladders**. 2 edition ed. New York: Princeton Architectural Press, 2015.

TAKAMATSU, P. H. T. **Relações entre a malha urbana e o substrato natural no contexto amazônico**: o caso da cidade de Macapá – Amapá. Tese (doutorado)—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021

GEOPROCESSANDO PATRIMÔNIOS DE CAPELAS: A MORFOGÊNSE E O TRAÇADO DOS NÚCLEOS URBANOS DO TERRITÓRIO DA VILA DE CASA BRANCA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, SÉCULO XIX.

LT 259

Rafael Augusto Silva Ferreira [1], Renata Baesso Pereira [2]

[1] Arquiteto e Urbanista, Mestre em Urbanismo pelo POSURB-ARQ PUC Campinas, doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição. Docente no Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé-MG; rafaelaugustosferreira@gmail.com.
[2] Professora doutora, titular do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas – POSURB-ARQ; renata.baesso@puc-campinas.edu.br.

Palavras-chave: SIG Histórico; Formação territorial; Casa Branca; Caconde; Século XIX.

Na Província de São Paulo, durante o século XIX, núcleos urbanos foram fundados a partir da doação de uma parcela de terras a um santo de devoção, constituindo patrimônios de capelas. Na rede urbana polarizada pelas vilas de Casa Branca (1841) e Caconde (1864), nove municípios nasceram a partir dos chamados “patrimônios religiosos” (GHIRARDELLO, 2010), e compõem a porção nordeste do atual Estado de São Paulo, na fronteira com Minas Gerais. Estruturada pela abertura do Caminho dos Goiases, ainda na primeira metade do XVIII, essa região esteve integrada à economia do abastecimento (FONTANARI, 2012) que interligou as capitanias de Minas Gerais e São Paulo à capital da província paulista e à Corte. Nas décadas de 1860 e 70, o café começou a se mesclar com a cultura de gêneros de subsistência, alcançando sua proeminência com a chegada dos trilhos da ferrovias Mogiana, em 1878.

O trabalho se propõe a demonstrar a formação desse território e dos espaços urbanos nascidos a partir de patrimônios religiosos, analisando a morfogênese (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 64) desses assentamentos, relacionada com a rede de caminhos e rotas estruturantes. Nossa ênfase é sobre o traçado desses núcleos urbanos: conceito abstrato e bidimensional, remetendo à representação do espaço público e das estruturas parcelares (COELHO, 2010, p. 31). Na escala do urbano, analisa-se a relação entre os poderes secular – representado pelas câmaras municipais – e eclesiástico – representado pelas paróquias da região –, na definição do traçado urbano e na localização de seus principais espaços livres, como adros, largos, entroncamentos e alargamentos de caminhos.

A investigação situa-se na intersecção dos campos disciplinares da História da Urbanização e da Morfologia Urbana. Metodologicamente, utiliza-se de conceitos de rede urbana, a partir dos trabalhos de Nestor Goulart Reis Filho (1968), do jogo de escalas e temporalidades, presente na obra do historiador Bernard Lepetit (2016), e dos agentes modeladores do território e da forma urbana, a partir de Vasconcelos (1997).

Insere-se no âmbito de estudos da História Urbana que se valem de ferramentas do SIG[1] Histórico[2] (KNOWLES, 2008) espacializando as informações geográficas contidas em fontes textuais e cartográficas produzidas pelos governos civil e eclesiástico, no decorrer do século XIX. A espacialização das informações em mapas georreferenciados propicia a análise da relação do traçado das povoações com o sítio geográfico (GUERREIRO, 2002), com os caminhos, rotas de

1 Sistema de Informação Geográfica.
2 Cf. CARRARA; MORALES; DIAS (2015).

tropeiros e a ferrovia, com os patrimônios religiosos e as fazendas originárias, focalizando uma rede urbana mais plural, composta de municípios, distritos, fazendas e bairros rurais, no arco temporal 1800-1900 (Figura 1). Nesse sentido, o SIG se coloca como uma ferramenta adequada para realizar o jogo de escalas geográficas, do território ao intraurbano.

Para além dos conceitos de regularidade e irregularidade do traçado das povoações, busca-se contribuir com um estudo sobre a gênese de pequenos municípios do interior do Estado de São Paulo, discutindo métodos e ferramentas do SIG Histórico na criação de cartografias temáticas que colocam questões acerca da formação da rede e dos espaços urbanos como resultado de processos transcorridos em diferentes escalas.

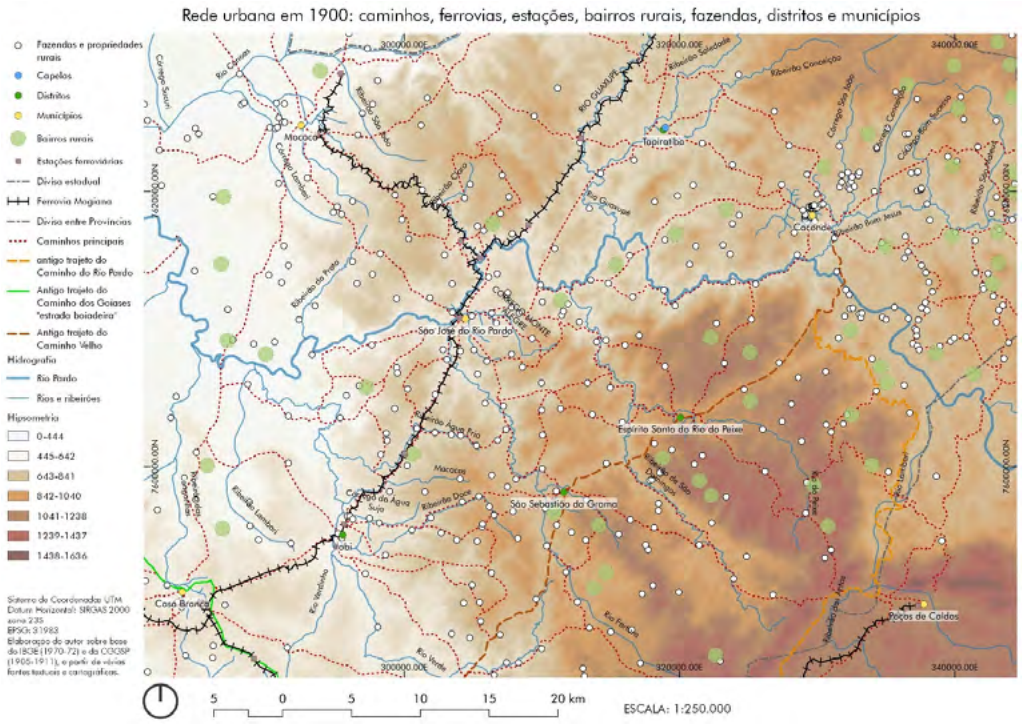


Figura 1: Mapa georreferenciado da rede urbana do território da pesquisam, em 1900. Elaboração do autor em Qgis (2022).

REFERÊNCIAS

CARRARA, Angelo Alves; MORALES, Walter Fagundes; DIAS, Marcelo Henrique. **Paisagens e georreferenciamento**: história agrária e arqueologia. São Paulo; Ilhéus: Annablume; NEPAB/UESC, 2015.

COELHO, Carlos Dias. **Cadernos MUrb Morfologia Urbana**. Os elementos urbanos. 2ª ed.. Lisboa: Argumentum, 2015.

COSTA, Stäel de Alvarenga Pereira; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

FONTANARI, Rodrigo. Rompendo fronteiras: a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista (Casa Branca no meio século 19). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição**: a formação do capitalismo na passagem para o século 20, 69–92. Bauru: EDUSC, 2012.

GUERREIRO, Maria Rosália P. **O Território e a Edificação**: o Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2764.> Acesso em: 16 jul. 2022.

KNOWLES, Anne k. "GIS and History". In Placing History. How maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship., 2–25. Redlands, Califórnia: ESRJ Press, 2008.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Organizado por Heliana Angotti-Salgueiro. 2a ed. rev. São Paulo: Edusp, 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil** (1500/1720). São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1968.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades coloniais. In: CASTRO, et. al. (org.). **Explorações Geográficas**, p. 10–25. São Paulo: Bertrand, 1997.

PERIODIZAÇÃO MORFOLÓGICA E VALORIZAÇÃO DA TERRA NO NÚCLEO URBANO DE ICOARACI, BELÉM-PA (1869-2019)

LT 260

Alberto Lima [1], José Júlio Lima [2]

[1] Doutor em Arquitetura e Urbanismo (em andamento), PPGAU/UFPA; albertopclima@gmail.com.
[2] Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor da FAU/UFPA e do PPGAU/UFPA; jjlimaufpa@gmail.com.

Palavras-chave: morfologia urbana; periodização morfológica; processos socioeconômicos da forma; Belém; Icoaraci.

As alterações morfológicas de assentamentos urbanos ocorrem a partir das relações socioeconômicas e princípios ideológicos ao longo da história. A “terra” enquanto mercadoria está sujeita a formas de apropriação e usos, que alteram seu valor e relevância para a sociedade em determinada época (HARVEY, 2011). O presente artigo tem como objetivo associar valor da terra e uma periodização da forma urbana no caso dos bairros pioneiros do Distrito de Icoaraci, Cruzeiro e Ponta Grossa localizados em Belém-PA (figura 1). A valorização da terra urbana, identificada a partir da constituição da malha de lotes no final do século XIX, é tomada como componente capaz de referenciar a capitalização associada à forma urbana, identificada conforme as transformações nos elementos morfológicos ao longo de períodos morfológicos identificados: sítio, lote (área não edificada), edificação (área edificada do lote) e quadra são analisados como produtos físicos da sociedade urbana local – neste caso, a sociedade urbana amazônica numa situação crescentemente metropolitana. Utiliza-se a abordagem histórico-geográfica da Escola Inglesa de Morfologia Urbana (CONZEN, 1960; CONZEN, 2018) como referência para a periodização morfológica de Icoaraci entre os anos de 1869 e 2019. Três períodos morfológicos foram estabelecidos de acordo com a capacidade de os elementos morfológicos serem robustos o suficiente para abrigar ou acomodar as transformações e modificações nos seus valores e configurações (figura 2). O estudo leva a compreensão de que o processo de urbanização da Amazônia possibilitou a observação da relevância da terra, tanto urbana como periurbana, para a economia capitalista na Amazônia (SANTOS, 1980; CORRÊA, 2006), o que possibilitou a consolidação do tecido urbano da área de estudo enquanto organização, acessibilidade e valorização econômica. Identificou-se no presente estudo a existência de processos socioeconômicos da forma de ocupação, a partir da análise das acumulações, adaptações e substituições na forma dos lotes e quadras. A compreensão da morfogênese do núcleo urbano de Icoaraci, hoje integrado ao tecido urbano da capital, Belém, permite o entendimento das consequências e potenciais na produção da forma urbana em uma cidade amazônica. Utilizou-se da pesquisa documental com fontes primárias: documentos oficiais governamentais, acervos cartográficos, e jornais, para que os períodos morfológicos identificados fossem assimilados no contexto de valorização da terra como parte da análise morfológica.

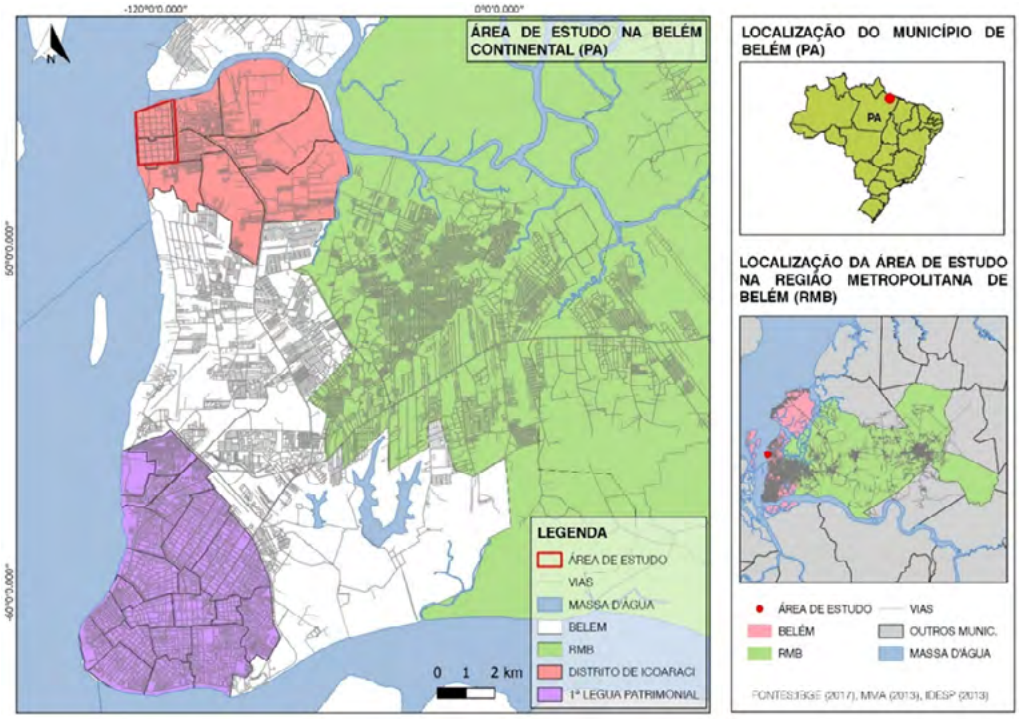


Figura 1: Localização da área de estudo. Elaboração: o autor. Fontes: IBGE (2017), MMA (2013) e IDESP (2013). Elaborado pelos autores

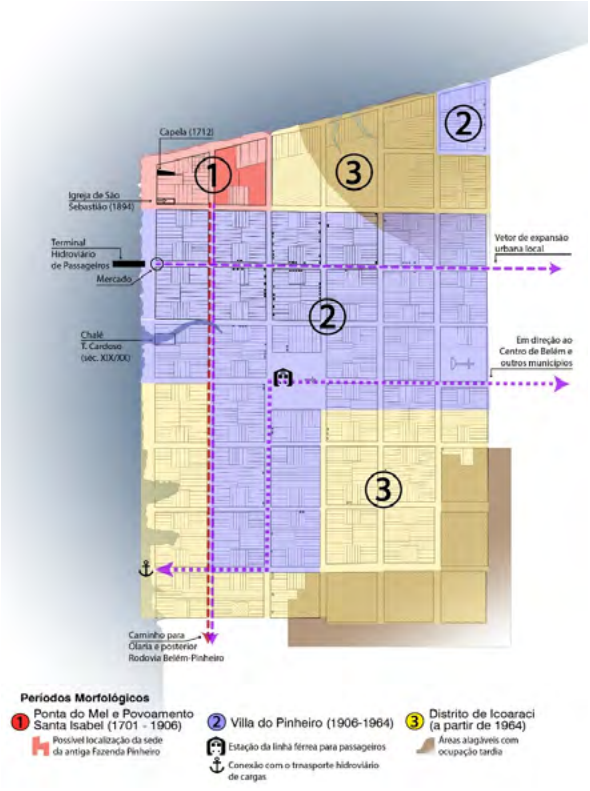


Figura 2: Periodização Morfológica de Icoaraci, Belém-PA (1701-2019). Elaborado pelos autores

REFERÊNCIAS

CONZEN, M. R. G., **Alnwick, Northumberland**: A Study in Town-Plan Analysis. Transactions and Papers (Institute of British Geographers), n. 27, p. 3, 1960.

CONZEN, M. R. G. Notes on Urban Morphology: Its Nature and Development (1992–1999). In: OLIVEIRA, V. (Ed.). **Teaching Urban Morphology**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 51–64.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz,1980.

NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM MARICÁ-RJ

LT 261

Rafael Carvalho Drumond Pereira[1][1]

[1] Geógrafo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF) e Bolsista FAPERJ no Grupo SEL-RJ (PROARQ/FAU-UFRJ)

Palavras-chave: Forma urbana; Tecidos urbanos; Espaços Livres; Mapeamento; Maricá-RJ.

Nas últimas décadas, o município de Maricá, localizado no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, registrou acelerado crescimento urbano, passando de 46.545 habitantes, em 1991, para 127.461 em 2010, um acréscimo populacional de 273% (IBGE, 2010). Esse aumento expressivo pode ser explicado, em grande medida, pela instalação de novos empreendimentos ligados ao setor de exploração de petróleo, principalmente o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o Porto de Jaconé.

No caso do município de Maricá, a instalação de grandes projetos urbanos, conforme definidos por Oliveira et al (2021), significou rupturas no padrão da urbanização, com a presença de resorts, shopping centers e condomínios residenciais fechados de alto padrão, em contraste com o modelo que prevaleceu nas últimas décadas: ocupação horizontal em lotes individuais, de rendas média e baixa, permeada de lotes vazios e por propriedades com uso agrícola. Assim, a escolha de Maricá para esse artigo deve-se ao fato de que observamos um ritmo de transformação de uso e ocupação do solo que se intensificou a partir da implantação dos investimentos citados.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir para estudos realizados anteriormente para Maricá (SILVA e SEABRA, 2011), assim como identificar os processos de transformação da morfologia da paisagem, sob a ótica da incidência de espaços livres de edificação e urbanização, também observados em mais municípios brasileiros, conforme estudos realizados na Rede Nacional de Pesquisa QUAPASEL, coordenada pela FAUUSP, para mais de 40 municípios brasileiros.

Em termos metodológicos, a pesquisa se fundamenta em revisões bibliográficas e na realização e interpretação dos mapeamentos de tecidos urbanos e espaços livres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desenvolvidos pelo Grupo SEL-RJ/UFRJ. Estes são baseados na experiência adquirida em mapeamentos precedentes no município do Rio de Janeiro (TÂNGARI, 2022; SCHLEE et al, 2009), na escala 1:2.000, em ambiente SIG, realizados através de interpretação visual de imagens satélites (PEREIRA et al, 2021a e 2021b). A aplicação de classes e subclasses de mapeamento, permite extrair os dados sobre as características de tecidos urbanos e rurais assim como sobre a distribuição e qualificação dos espaços livres (MAGNOLI, 1982, 2006a, 2006b; MACEDO et al, 2009).

De acordo com a Figura 1, que exprime os resultados quantitativos preliminares do mapeamento de tecidos urbanos no Leste Metropolitano, nota-se que Maricá é o município que apresenta maior percentual (26,4%) de tecido urbano não consolidado (quadras urbanas com ocupação igual ou menor que 50%). Com relação mapeamento de espaços livres, nota-se ainda que há um peso maior atribuído às quadras urbanas com menor densidade, ou seja, que apresentam percentual elevado de espaços livres intra-lotes ou intra-quadras, à espera de edificação. Esses

1 Este trabalho contou com a colaboração do bolsista de Iniciação Científica Marcelo Moreira e supervisão geral da Professora Vera Regina Tângari.

indicadores apontam para o incremento do processo de urbanização recente, com a expansão da mancha urbana e significativas mudanças no perfil da ocupação urbana.

Por fim, resta salientar ainda a fragilidade do suporte biofísico (32,9% da superfície do território é ocupada por Unidades de Conservação e 11,3% é ocupada por lagoas e lagunas). Na medida em que esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento e as ferramentas de geoprocessamento constituem importantes ferramentas para o planejamento de políticas públicas de âmbito urbano e ambiental, buscamos destacar os possíveis desdobramentos frente ao significativo arcabouço ambiental composto por restingas, cordões arenosos, dunas, encostas florestadas, lagoas, praias e brejos.

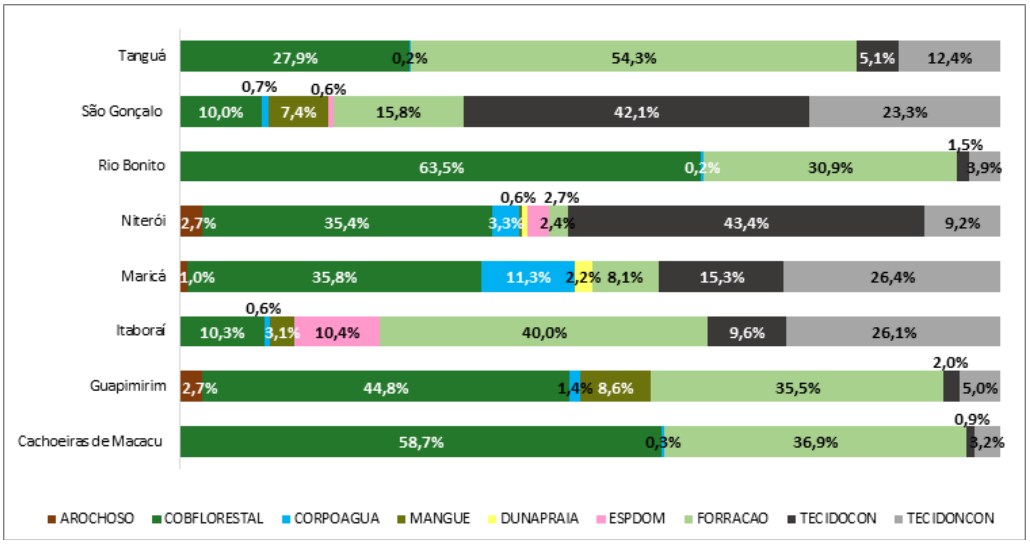


Figura 1: Tabela com resultados da Análise de Tecidos do Leste Metropolitano. Fonte: SEL-RJ, 2021.

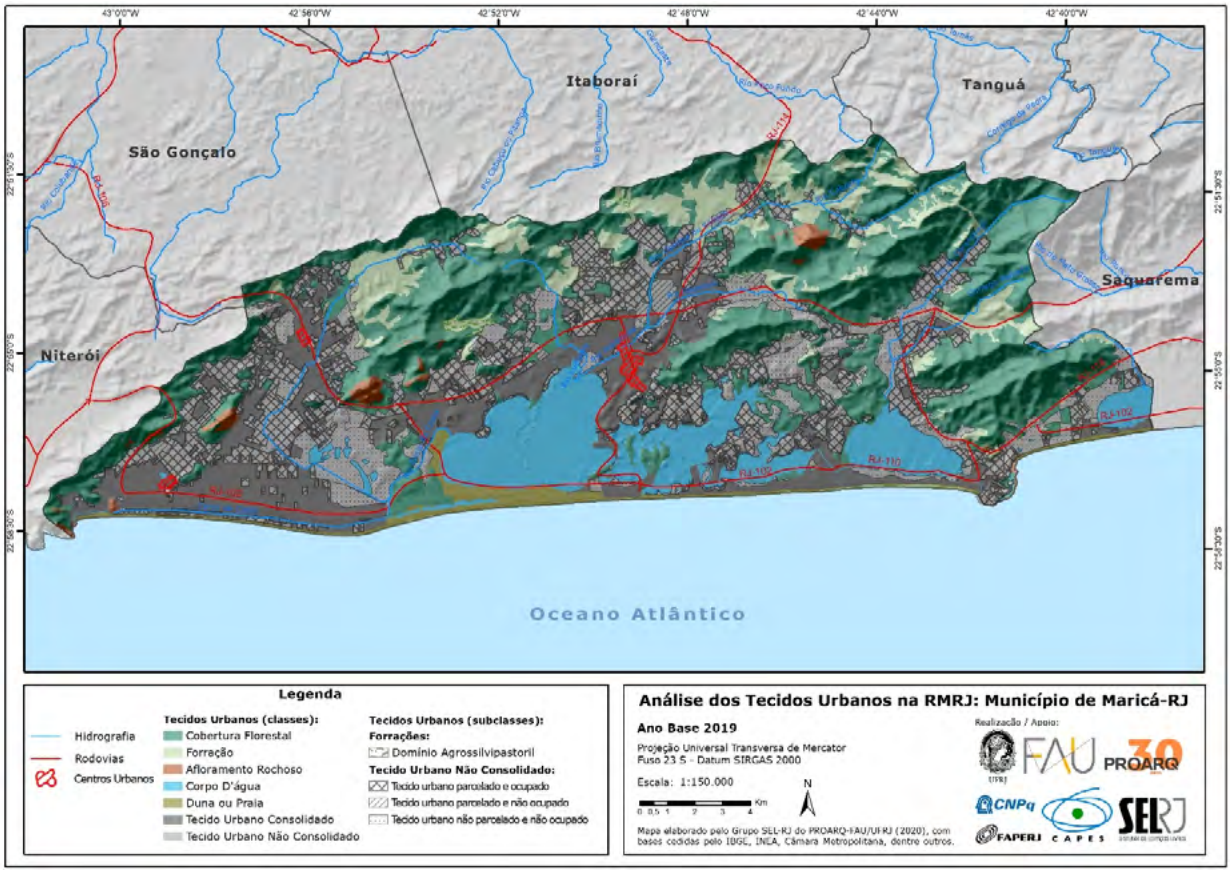


Figura 2: Mapa de Tecidos Urbanos em Maricá-RJ. Fonte: SEL-RJ, 2020.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo, 2010.

MACEDO et al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In TÂNGARI, Vera, Schlee Mônica Bahia, Andrade, Rubens de. (org.) **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, ausências e apropriações. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

MAGNOLI, Miranda M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.Tese de Livre-Docência, São Paulo: FAUUSP, 1982.

_____. Em busca de outros espaços livres de edificação. In **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, 2006a, p. 143-173.

_____. Espaço livre - Objeto de trabalho. In **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, 2006b, p. 177-200.

OLIVEIRA, Fabrício L.; COSTA, Heloísa S.; CARDOSO, Adauto L.; VAINER, Carlos. Grandes projetos metropolitanos – Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

PEREIRA; COUTO; TÂNGARI. Geoprocessamento Aplicado à análise morfológica de tecidos urbanos e espaços livres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Resultados preliminares do Leste Metropolitano. In: **Anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL.** São Paulo: Lab. QUAPÁ/FAUUSP, 2021a, p.50-56.

_____. Tecidos urbanos e espaços livres em Niterói-RJ: Reflexões sobre uma metodologia em construção e seus resultados. In: **Anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL**. São Paulo: Lab. QUAPÁ/FAUUSP, 2021b, p.104-111.

SCHLEE; Mônica; SOUZA, Maria Julieta; REGO, Andrea Q.; RHEINGANTZ, Paulo A.; DIAS. Maria Angela; TÂNGARI Vera R. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um debate conceitual. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios, v. 26, 2009, p. 225-247.

SILVA, F. P. SEABRA, V.S. O uso do sensoriamento remoto para análise da evolução das manchas urbanas no município de Maricá entre os anos de 1975, 1990 e 2008. S**impósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto** - SBSR, Curitiba-PR, 2011, INPE p. 6426.

TÂNGARI, Vera R. (org.). **Rio de Janeiro**: espaços livres e forma urbana. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ e Paisagens Híbridas, 2022 (no prelo).

PROCESSOS E FORMAS SOCIOESPACIAIS NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

LT 262

Rafael Carvalho Drumond Pereira [1]

[1] Geógrafo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF) e Bolsista FAPERJ no Grupo SEL-RJ (PROARQ/FAU-UFRJ); racadrupe@yahoo.com.br.

Palavras-chave: Forma urbana; Tecidos urbanos; Espaços Livres; Mapeamento; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Este trabalho apresenta os objetivos, metodologia e resultados preliminares da pesquisa referente aos mapeamentos de tecidos urbanos e espaços livres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), desenvolvida pelo Grupo SEL-RJ. A partir da comparação entre as normativas legais municipais (macrozoneamentos e leis de uso e ocupação do solo) e grau atual de consolidação dos tecidos urbanos, revelado pelos mapeamentos, pretendemos analisar os processos e formas socioespaciais observados na porção Leste Metropolitana.

O objetivo central é aplicar critérios de análise a territórios na RMRJ através de técnicas de geoprocessamento, buscando identificar os processos de transformação da paisagem metropolitana e os impactos decorrentes de: instrumentos de legislação urbanística e planos de desenvolvimento urbano; investimentos públicos; conflitos e desigualdades socioespaciais; conflitos ambientais; contradições entre as legislações vigentes, os macrozoneamentos municipais e as normativas metropolitanas (PEREIRA et al, 2022; 2022a).

Para tanto, foram considerados os dados sobre o perfil de distribuição de renda como forma de entendimento das desigualdades socioeconômicas, a construção de novos eixos rodoviários e a instalação de grandes projetos urbanos (OLIVEIRA et al., 2012), como forma de compreender o impacto do conjunto de transformações no espaço regional e urbano.

Em termos metodológicos, a pesquisa se fundamenta em análises dos Planos Diretores dos 22 municípios da RMRJ e na realização dos mapeamentos municipais. Os mapeamentos de tecidos urbanos e espaços livres na RMRJ são baseados na experiência adquirida pelo Grupo SEL-RJ no mapeamento dos tecidos urbanos, centralidades e espaços livres, no município do Rio de Janeiro (TÂNGARI et al, 2020; SCHLEE et al, 2009), em ambiente SIG. Sua construção teve início com a revisão bibliográfica que norteou o mapeamento e consequente análise crítica do material obtido, sobretudo, a partir de informações do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana. O mapeamento realizado se baseou na interpretação visual de imagens de satélites de alta resolução dos municípios estudados, na escala 1:2.000, disponíveis no software ArcGis.

Os resultados da pesquisa confirmam que a RMRJ é afetada por vetores de atividade industrial, agrícola e do turismo (com destaque para o terceiro setor) que pressionam fortemente áreas já densamente ocupadas e, principalmente, o significativo arcabouço ambiental existente. A partir dos dados obtidos do Leste Metropolitano do Rio de janeiro (Figura 2), destaca-se a predominância de áreas vegetadas, em parte devido à presença de Unidades de Conservação, o que demonstra o grau de fragilidade ambiental da região. A análise também aponta para a heterogeneidade entre os municípios, com distintos graus de consolidação de tecidos. Chama a atenção também o fato de que, em alguns municípios atravessados por importantes eixos viários, estes parecem

superar as divisas municipais, forjando um vetor próprio de ocupação conurbada, como no caso de Magé-Guapimirim (BR-116) ou São Gonçalo-Tanguá-Rio Bonito, ao longo da BR-101.

Por fim, ressalta-se ainda a importância dos espaços livres de edificação públicos e privados na configuração morfológica das cidades, na medida em que desempenham importante papel como agentes de mudança da paisagem, pois são alvos tanto da pressão exercida pelo capital imobiliário quanto das populações excluídas do acesso à terra e à moradia (TÂNGARI, 2020).

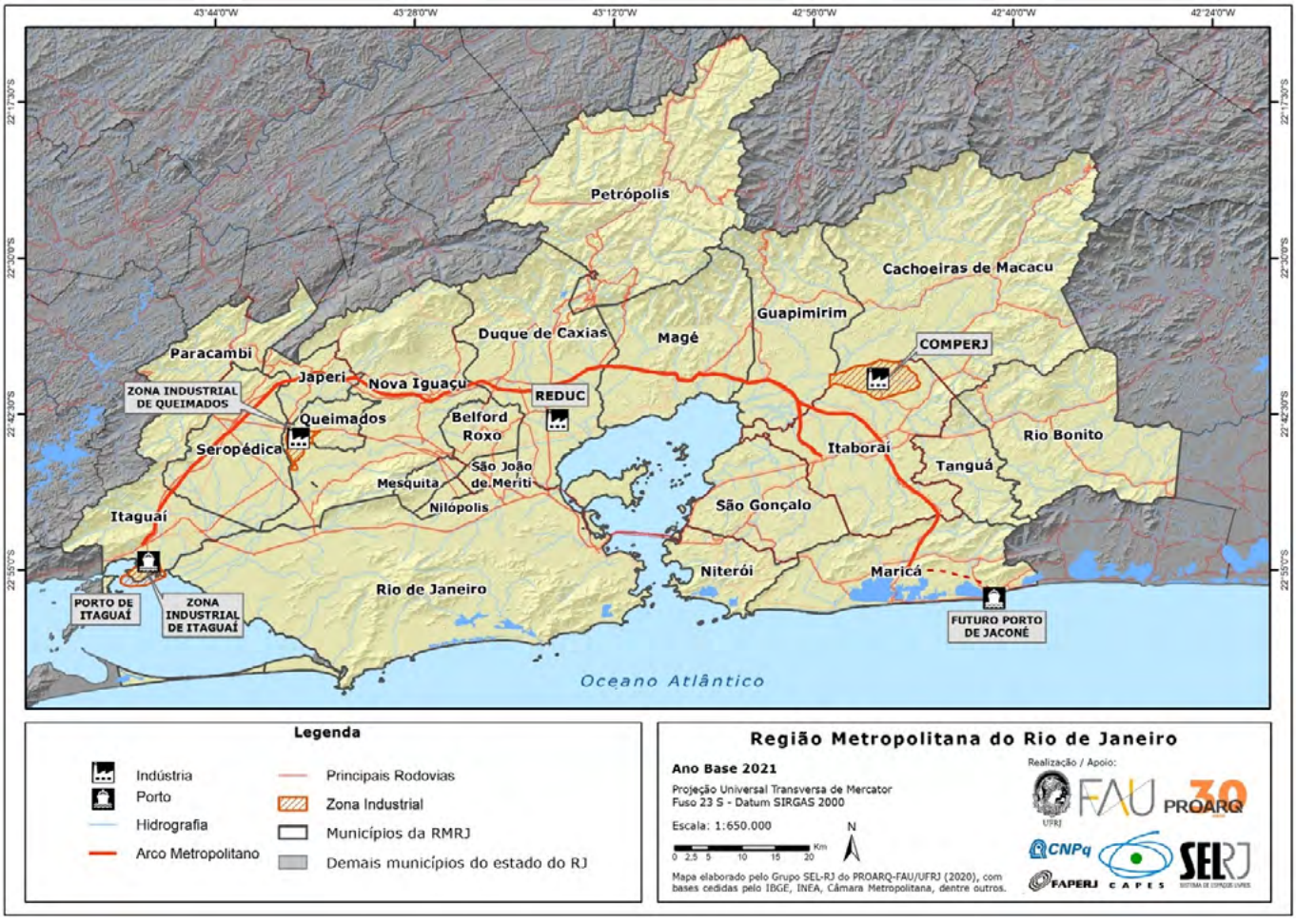


Figura 1: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: SEL-RJ, 2021.

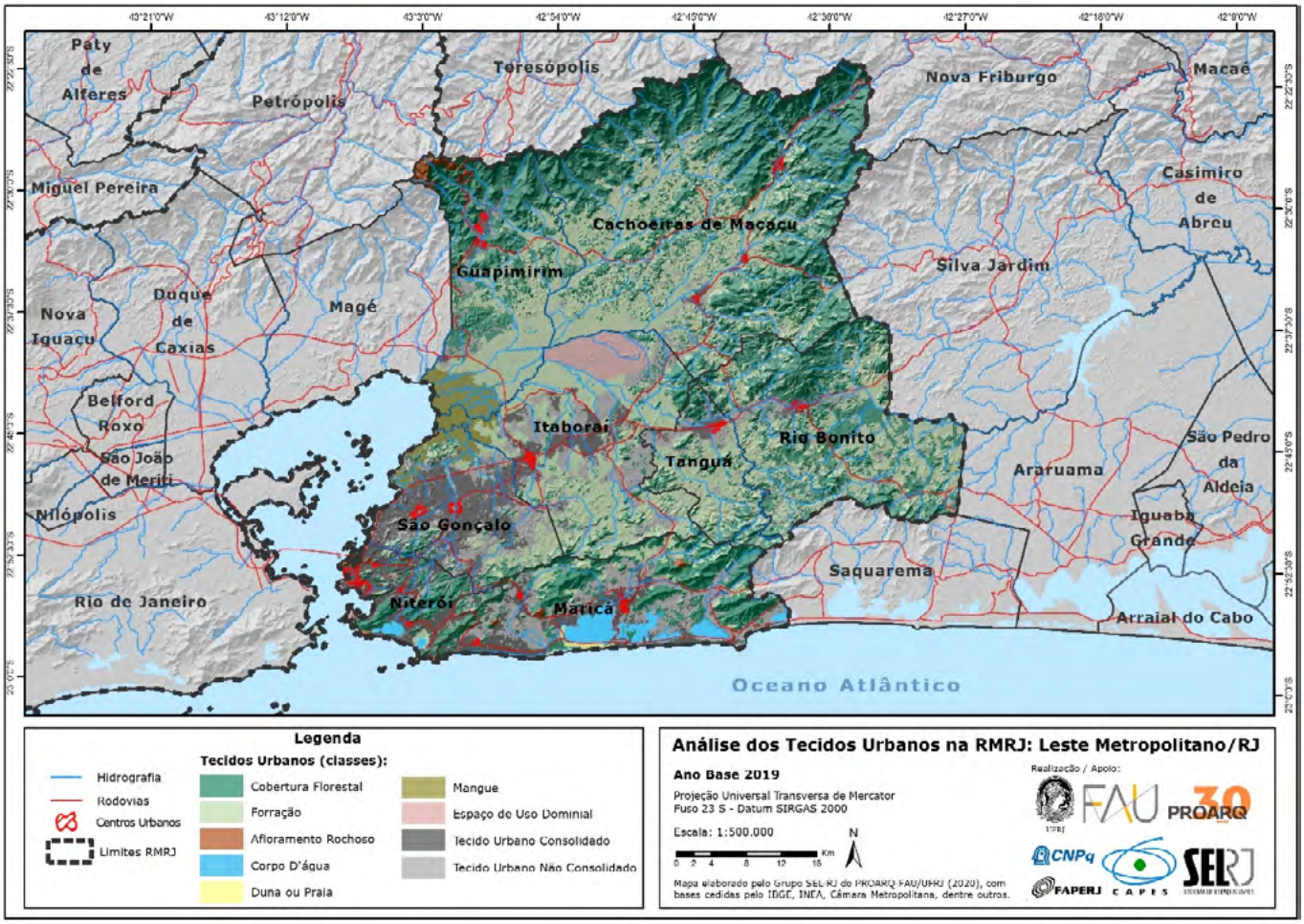


Figura 2: Mapa de Tecidos Urbanos no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Fonte: SEL-RJ, 2020.

REFERÊNCIAS

MACIEL; MARTINS; FERNANDES; PEREIRA; TÂNGARI. Análise dos Planos Diretores e Macrozoneamentos dos Municípios do Leste Metropolitano do RJ. In: **Anais do 12º Colóquio de Pesquisa do PROARQ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021, p.288-291.

NUNES, Maria Julieta; PEREIRA, Rafael; TÂNGARI, Vera. Conflitos Intermunicipais de Uso do Solo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Anais do XIX ENANPUR** – Blumenau: PPGDR/FURB, 2022.

OLIVEIRA, Fabrício L.; COSTA, Heloísa S.; CARDOSO, Adauto L.; VAINER, Carlos. **Grandes projetos metropolitanos** – Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

PEREIRA, Rafael; COUTO, Matheus; TÂNGARI, Vera. Geoprocessamento Aplicado à análise morfológica de tecidos urbanos e espaços livres na Região Metropolitana do Rio De Janeiro: Resultados preliminares do Leste Metropolitano. In: **Anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL**. São Paulo: Lab. QUAPÁ/FAUUSP, 2022, p.50-56.

PEREIRA, Rafael; COUTO, Matheus; TÂNGARI, Vera. Tecidos urbanos e espaços livres em Niterói-RJ: Reflexões sobre uma metodologia em construção e seus resultados. In: **Anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL**. São Paulo: Lab. QUAPÁ/FAUUSP, 2022a, p.104-111.

SCHLEE; Mônica; SOUZA, Maria Julieta; REGO, Andrea Q.; RHEINGANTZ, Paulo A.; DIAS. Maria Angela; TÂNGARI Vera R. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um debate conceitual. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios, v. 26, 2009, p. 225-247.

SEL-RJ. **II Colóquio Contextos Metropolitanos no Rio de Janeiro**: Leste Metropolitano. (disponível em https://www.even3.com.br/ccmrj2021/ e https://www.youtube.com/watch?v=fQILQTUI17k). Acessos em 20 de setembro de 2021.

SIQUEIRA, M.; COUTO M.; PEREIRA, Rafael; TÂNGARI, V. Análise de Tecidos Urbanos, Centralidades e Espaços Livres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). In: **Anais do 11º Colóquio de Pesquisa do PROARQ**. Rio de janeiro: UFRJ, 2020.

TÂNGARI, Vera R. (org.). **Rio de Janeiro**: espaços livres e forma urbana. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ e Paisagens Híbridas, 2020.

ENTRE O MAR E A LAGUNA: UM ENSAIO SOBRE A MANIFESTAÇÃO DA AMABILIDADE URBANA NOS ENTRELUGARES DA CIDADE.

LT 264

Paula Duque Rangel [1], Debora de Barros Cavalcanti Fonseca [2]

[1] Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (2017), Especialização em Direito Urbanístico e Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2020). Mestranda em Dinâmicas do Espaço Habitado pelo PPGAU - UFAL e integrante do grupo de pesquisa e extensão Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST); paularangel.arq@gmail.com.
[2] Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (1986), Especialização e Mestrado em Arquitetura - Université Catholique de Louvain (1993) e PhD em Planejamento Urbano pela London School of Economics and Political Science (2010). Atualmente é Professora Adjunta 2 da FAU/UFAL, atuando no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAU/UFAL). É líder do grupo de pesquisa e extensão Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST) e membro colaborador do CIAUD e do Gestual da Faculdade de Arquitetura de Lisboa; debora_cavalcanti@hotmail.com.

Palavras-chave: entrelugar; morfologia urbana; amabilidade urbana; parâmetros urbanísticos.

Este artigo dedica-se ao estudo do entrelugar aqui definido como a unidade de paisagem que articula os componentes morfológicos do espaço urbano, edifícios e interstícios. Entendido não apenas por sua dimensão física, inclui todas as relações sociais e temporais que também determinam a configuração dele, territórios que sugerem transitividades, mediações, disputas e conflitos, em suas diversas escalas.

> O entre-lugar, portanto, é um conceito que aponta para um determinado arranjo espacial que se caracteriza por ser fronteira, ou seja, ao mesmo tempo em que separa e limita, permite o contato e aproxima. É local daqueles que estão de passagem e em movimento buscando os afetos e as razões para se enraizar e permanecer. É lugar de estranhamento e ao mesmo tempo potencializador de identidades. (FERRAZ, 2010. p. 30)

Apesar das experimentações realizadas no campo do urbanismo e dos avanços das legislações urbanísticas e ambientais brasileiras, o espaço edificado ainda se apresenta de maneira totalitária como elemento estruturador da forma urbana, em detrimento dos espaços livres e das dinâmicas afetivas aderentes a eles. Fundamentado nesse pressuposto, busca-se, para além das relações tipo-morfológicas, ultrapassar os frequentes binarismos entre construído e não construído, dentro e fora, formal e informal, considerando uma espécie de copresença.

Isto posto, a contrapelo do modelo hegemônico de pensar e fazer cidade, é apresentada a hipótese que se as esferas de planejamento e desenho urbanos considerassem o entrelugar como ponto de partida para a definição de parâmetros urbanísticos teríamos cidades mais amáveis. Entende-se por amabilidade urbana a qualidade do espaço que se manifesta por meio das relações entre as dimensões físicas, temporais e sociais, a partir das características do espaço e das formas de apropriação do sujeito (FONTES, 2011).

Portanto, é no sentido de investigar como as dimensões dos entrelugares se articulam no processo de manifestação da amabilidade urbana que versa este artigo, a partir da experiência de situações cotidianas, no contexto da cidade de Maceió-AL. Um produto da análise comparativa de dois casos-referência localizados nos bairros Ponta Verde e Vergel do Lago (vide Figura 1), situados na planície litorânea e lagunar, respectivamente. A escolha dos casos-referência se

deu à existência, em ambos, de uma diversidade morfológica (vide Figura 2 e Figura 3) que permite a escolha de situações urbanas distintas, e, ao mesmo tempo, passíveis de comparação pela similaridade no que diz respeito à vivência do espaço público (FONTES, 2011). Como por exemplo, o atributo de ambos contarem com a presença de elementos hidrográficos (o mar e a laguna) que, apesar de distintos, desempenham, papel fundamental na constituição da identidade da cidade, e possibilita contrapor dois cenários distintos no que se refere à dinâmica urbana local.

Nesse panorama, o artigo suscita discussões relativas à constituição dos entrelugares, e o modo como as pessoas se apropriam deles, como elas invertem, trocam, transformam e adjetivam os espaços planejados, os espaços residuais, ou mesmo os espaços vazios (CAPELATO, HECK; 2016). Tendo em vista a dialética presente entre o espaço concebido e o espaço vivenciado, constata-se que é contraintuitivo e fundamental reconhecer os entrelugares como territórios protagonistas das dinâmicas urbanas, em meio aos instrumentos de controle da cidade. Onde a vida urbana acontece, em suas complexidades e contradições.



Figura 1: Mapa esquemático da localização dos casos-referência, Ponta Verde e Vergel do Lago, Maceió-AL. Fonte: Open Street Map, adaptado pela autora, 2022.

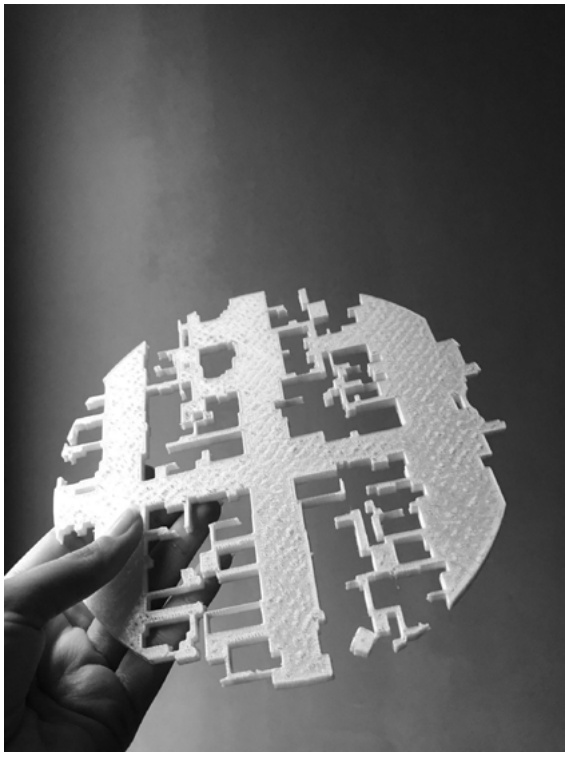


Figura 2: Fotografia de maquete física como representação gráfica dos entrelugares do bairro Ponta Verde, Maceió - AL. Fonte: RANGEL, 2021.

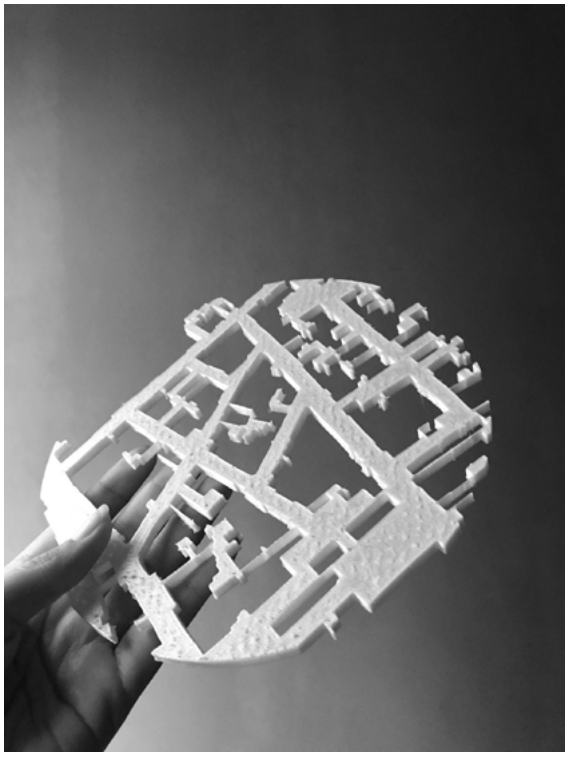


Figura 3: Fotografia de maquete física como representação gráfica dos entrelugares dos bairros Vergel do Lago Maceió - AL. Fonte: RANGEL, 2021.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, R., HECK, M. A. O que te leva para o espaço público? In: CUESTA, M; GONZÁLEZ, F; STEGMAYER, M. (org.) **Actas del VI Simposio de la Red Latinoamericana de estudios sobre Imagen, Identidad y Territorio**: escenarios de inquietud: ciudades, poéticas, políticas. Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2016.

FERRAZ, C. B. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 15-31, 1º semestre de 2010.

FONTES, A. S. **Intervenções Temporárias Marcas Permanentes**: A Amabilidade nos Espaços Coletivos de Nossas Cidades. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

ECONOMIA E CENTRALIDADES: ESTUDO MORFOLÓGICO DE VIANA NA PERSPECTIVA DA SINTAXE ESPACIAL

LT 265

André Augusto Pereira Guimarães [1], Flávia Ribeiro Botechia[2], David Leite Viana [3]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFES (em andamento); andre.guimar@gmail.com.
[2] Professora Doutora, PPGAU-UFES; flavia.botechia@ufes.br.
[3] Professor PostDoc., UPT/ CEAU-FAUP; davidviana@upt.pt.

Palavras-chave: sintaxe espacial; centralidade; movimento da economia; modelo baseado em agentes (ABM); análise dos grafos de visibilidade (VGA).

Os centros das cidades crescem, decaem, mudam e se diversificam, e, em alguns casos, estão dispersos pelo território. Assim, este trabalho tem o objetivo de identificar, através da configuração espacial da malha urbana, as vias centrais e economicamente ativas do Município de Viana (Espírito Santo, Brasil). Realizando uma investigação não só narrativa e descritiva da cidade, mas também considerando como os cheios e vazios afetam as relações sociais, utilizou-se, conceitual e metodologicamente, a sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984), identificando as vias, em termos sintáticos, mais conectadas, integradas, e com probabilidade de escolha. Supõe-se que as vias com os maiores valores sintáticos de integração e escolha, são as que apresentam a maior diversidade de fluxos e de usos do solo, formando novas centralidades (HILLIER, 1999; VILLAÇA, 2001).

A sintaxe espacial tem suas bases concebidas em 1970, mas é com o livro “A Lógica Social do Espaço”, de 1984, que Bill Hillier e Julienne Hanson apresentam uma nova teoria e método que compreendem a relação entre sociedade e espaço, com base no conteúdo social dos padrões espaciais e no conteúdo espacial dos padrões sociais. A configuração espacial da malha urbana influência: padrões de encontros; desencontros; geração do movimento natural e a evolução desse, o movimento da economia (HILLIER, 1999); oportuniza rotas de deslocamento; e, a ocorrência da co-presença, essa entendida, como um conjunto de pessoas em um mesmo espaço, interagindo ou não com ele.

Metodologicamente, realizou-se: i) revisão bibliográfica, recolha documental, análise e tratamento dos dados em sistema SIG; ii) modelagem dos mapas axiais e de segmentos, com ortofoto de 2020; iii) processamento no: QGIS; Space Syntax Toolkit e DepthMap; iii) obtenção dos valores sintáticos, através dos mapas de segmentos, das medidas: integração e escolha; iv) identificação das vias com maiores valores sintáticos, no terceiro quartil, de integração e escolha; v) contagem dos pedestres parados e em movimento (HILLIER et al., 1993); vi) emprego da análise de grafos de visibilidade (VGA) e da modelagem baseada em agente (ABM); vii) análise e discussão dos resultados; e, viii) conclusão.

Para seleção das vias, utilizou-se o mapa de segmentos, por ser mais refinado que o mapa axial e ter uma maior acurácia, demonstra onde realmente o movimento ocorre; recorreu-se os valores sintáticos no terceiro quartil, ou seja, as vias com valores sintáticos maiores que 75% em relação a todas as outras, das variáveis de integração angular (global “Rn” e local “R800m”) e escolha angular. Para a contagem dos pedestres, VGA e do ABM, que será realizado posteriormente, selecionou-se a via do bairro que apresentou: os maiores valores nas variáveis de integração local – R800m e escolha, maior população e renda.

Das Regiões Administrativas, (Viana, 2019), Grande Marcílio de Noronha é a maior em termos populacionais, 15.634hab., e de renda (IBGE, 2010), apresentando a maior quantidade de segmentos com maiores valores de integração global, com destaque neste item, o bairro Marcílio de Noronha, com 249 segmentos, maior número de habitantes, 13.408hab., e maior renda.

Diante dos critérios acima, foram selecionadas 4 vias, sendo elas: Av. Hozack Ferreira Brandt; Av. Espírito Santo; Av. Vitória; e, Av. Piracicaba. Sendo essas, por constatação “in loco”, as que apresentam maior fluxo de pessoa, veículos, mercadorias e comércio; concluindo-se, assim, que são as vias centrais na região estudada.

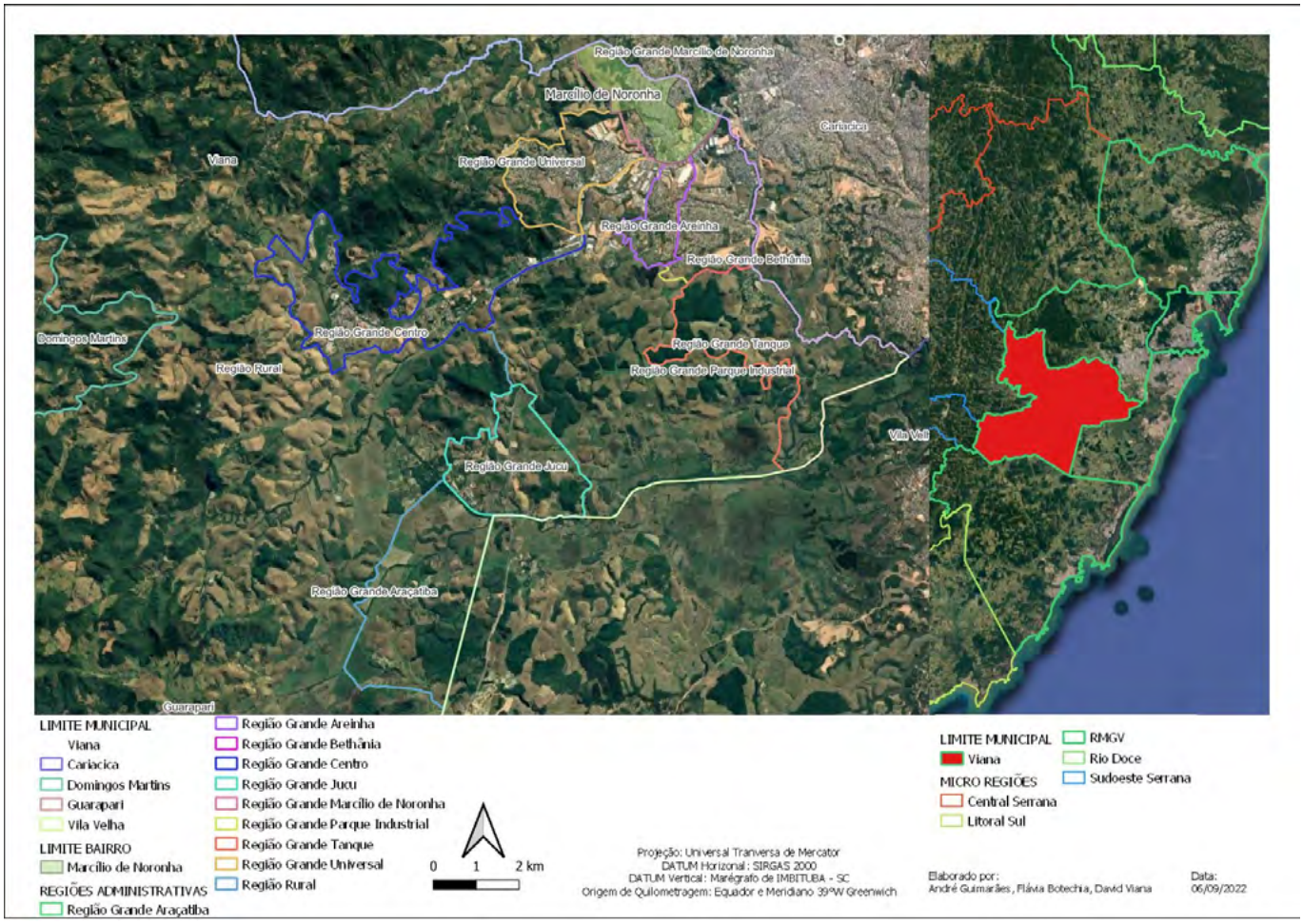


Figura 1: Imagem aérea das regiões administrativas em estudo no contexto do município de Viana (Espírito Santo, Brasil). Fonte: elaborada pelos autores, 2022.

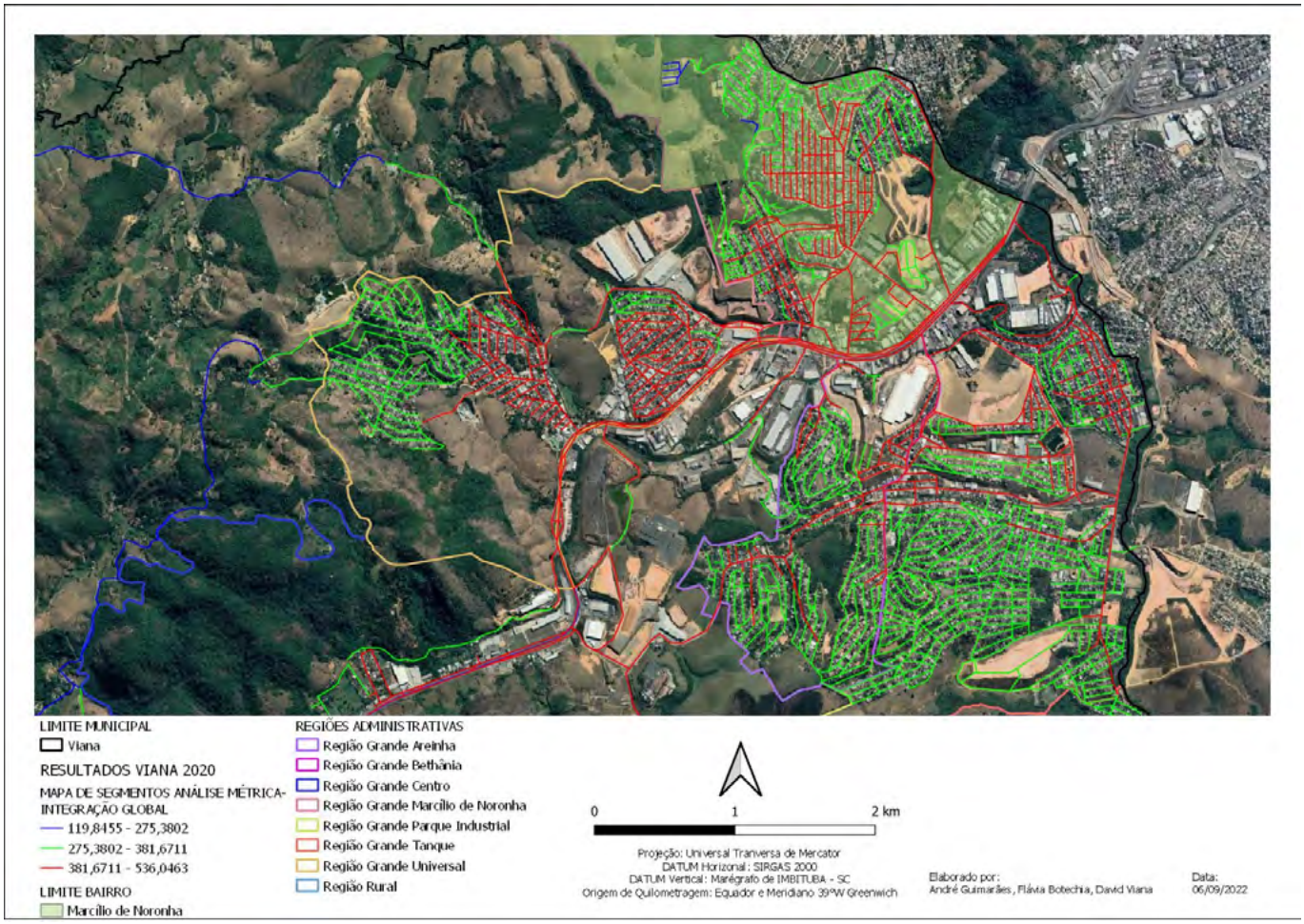


Figura 2: Mapa de Segmentos com a variável de Integração Global "Rn". Fonte: elaborada pelos autores, 2022.

REFERÊNCIAS

HILLIER, Bill. Centrality as a process: accounting for attraction inequalities in deformed grids. In: **2nd International Space Syntax Symposium**, v. 1, p. 06.1-06.20, 1999, Brasília.;

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Londres: Cambridge University Press, 1984;

HILLIER, Bill, PENN, Alan; HANSON, Julienne; GRAJEWSKI, T.; XU, J. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. **Environment and Planning B**: Planning and Design, v. 20, p. 29-66, 1993;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

VIANA (Município). **Lei 3044, de 23 de setembro de 2019**. Cria, extingue, denomina as limitações das regiões administrativas e o Limite dos Bairros de Viana e dá outras providencias.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP/ Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

A CIDADE INVISÍVEL DA RECICLAGEM: UMA ETNOTOPOGRAFIA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NAS RUAS DE BOTAFOGO, RJ.

LT 266

Mariana Frota Agum [1]

[1] Mestrado em Arquitetura, PROARQ, FAU-UFRJ; mariana.agum@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Catadores de material reciclável; Etnotopografia ; Reciclagem; Subjetividade.

Os catadores são responsáveis por 90% da coleta de todo resíduo sólido urbano que é reciclado hoje no Brasil (IPEA, 2013), são assim a base da indústria da reciclagem nacional. Eles realizam um trabalho que consiste em coletar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes até beneficiar os materiais com valor de mercado e que podem ser vendidos para a reciclagem ou para a reutilização (IPEA, 2017).

Apesar de seu papel central na cadeia de reciclagem, a proximidade com o lixo, implica um estigma que coloca aqueles indivíduos que tiram dele seu sustento, na base da hierarquia de respeitabilidade (BOSSI, 2008). São, geralmente, pessoas que já sofriam com algum grau de exclusão social e que se inserem nessa atividade por ser uma das únicas possibilidades que encontraram de subsistência por meio de trabalho, ou pelo menos a mais acessível para suprir necessidades imediatas (IPEA, 2016).

A informalidade e a exclusão norteiam, então, a rotina destes importantes trabalhadores urbanos, guiando a forma com que essas pessoas se deslocam na cidade e exercem seu ofício. Assim, cria-se essa cidade paralela, uma cidade do lixo (ou da reciclagem), quase invisível aos olhos distraídos e alienados daqueles que não fazem parte dessa realidade. Essa cidade possui dinâmicas específicas, fluxos próprios, horário de funcionamento, e inclui diversos personagens para além dos catadores.

Tendo em vista o contexto apresentado, o objetivo deste estudo é entender, a partir de uma abordagem etnotopográfica (Duarte E Pinheiro, 2013), como esta rede formada por trabalhadores independentes se estrutura, usando como recorte territorial um bairro da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, busca-se compreender não só os contextos de ordem físico-organizacional, mas também a relação dos corpos dos catadores com espaço e suas interações subjetivas com a cidade.

A estratégia metodológica aplicada consiste em uma imersão longa no recorte espacial estudado com a utilização de “Croquis de campo” e “Mapeamento das Manifestações” com o objetivo de registrar graficamente as dinâmicas observadas, detalhando as relações visíveis e invisíveis dos catadores com o espaço urbano e todas as sensações subjetivas do pesquisador durante o processo.

O recorte espacial proposto para estudo e aplicação desses métodos é o do bairro de Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Esse bairro se configura como um bom laboratório de estudo por possuir um uso do solo misto residencial e comercial, um terreno essencialmente plano, uma alta densidade populacional e uma pequena extensão territorial.

Assim, foi possível perceber uma série de dinâmicas que se desenvolviam no recorte urbano estudado. Dentre elas, estão: a aqui chamada de “corrida” contra coleta formal; o mapeamento mental por parte dos catadores dos melhores pontos de coleta; as relações espaciais entre locais

de coleta, venda e moradia e seus consequentes desdobramentos; e a forma como os diferentes personagens estudados se relacionam e se deslocam no espaço.

O entendimento dessas dinâmicas é importante para o reconhecimento do papel desses trabalhadores e de suas demandas, criando subsídios para elaboração de políticas públicas que foquem em garantir o direito à cidade e condições de trabalho justas para os catadores. Afinal, apesar da falta investimentos públicos e da informalidade, são eles que se articulam e mantém pulsante essa cidade paralela que é a base da reciclagem no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal":o caso dos catadores de recicláveis. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - VOL. 23, 2008, p.101-116

DUARTE, C. R. & PINHEIRO, E. Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto. In: **Anais...** 6 PROJETAR. Salvador, nov. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Texto para discussão, Brasília: Ipea. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Fernanda Lira Goes (organizadoras) – Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. texto para discussão, Brasília: Ipea, 2017

OS IMÓVEIS PÚBLICOS URBANOS E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS

LT 268

Danielly Vitória Clezar Inácio[1], Jucelio Dall' Agnol [2], Samuel Steiner dos Santos [3], Fabio Tiago dos Santos Serafim [4]; Umberto Violatto Sampaio [5]

[1] Graduandos em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); daniellynacio@gmail.com.
[2] Graduandos em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); juceliodallagnol64@gmail.com.
[3] Graduandos em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); samuel.steiner@ufsc.br.
[4] Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC;fabio_tiago1@hotmail.com.
[5] Mestrando do programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC; umbertovsa@msn.com.

Palavras-chave: habitação de interesse social; Florianópolis; imóveis públicos; função social da propriedade

As demandas sociais por moradia no país são crescentes. O déficit habitacional é a uma tentativa de quantificar esta questão, sendo o déficit qualitativo, aquele medido pelos domicílios que precisam de melhorias na edificação ou na infraestrutura urbana para atingir níveis de habitabilidade; e o déficit quantitativo, que estima o número de domicílios que devem ser construídos para dar conta do crescimento populacional. Para a população mais empobrecida, o enfrentamento do déficit habitacional dificilmente poderá vir sem a atuação do Estado por meio de políticas públicas e subsídios financeiros.

Nos anos recentes, evidenciou-se de um lado a inação do poder público em produzir habitação bem localizada, por outro percebe-se uma gestão bastante precária dos imóveis urbanos públicos. No caso de Florianópolis, a prefeitura não possui um cadastro sistematizado com a localização e caracterização dos imóveis que compõem o seu patrimônio. Em uma cidade com intensa produção imobiliária, é grande a quantidade de terra urbanizada tornada pública, além das ocupações desses espaços: as terras de uso comunal, devolutas, os terrenos de marinha, os aterros.

Tendo em vista a definição de imóveis públicos, segundo o tópico II do Artigo 99 da lei 10.406/2002, a qual os abrange para terrenos e edifícios, estabelecimentos da administração federal, estadual ou municipal, é importante entender seu caráter quanto a sua função social, que consiste no destino economicamente útil, produtivo, de maneira a satisfazer as necessidades sociais. Ocorre que todo o ordenamento jurídico é direcionado para cuidar do cumprimento da função social da propriedade privada, não obstante, retirando em grande medida a discussão sobre a responsabilidade do Estado no que diz respeito à destinação social dos bens públicos que integram o seu patrimônio disponível e que ficam sem utilização, não se vislumbrando, assim, a busca pela função social da propriedade em relação a esses bens.

O objetivo deste artigo é refletir sobre estas duas questões de forma correlata: por um lado realizar um levantamento sobre os imóveis públicos existentes em Florianópolis e, em um segundo momento, analisar quais deles seriam mais propícios ao uso em Habitação de Interesse Social, tendo em vista características próprias como localização, dimensões, proximidade de equipamentos e serviços públicos, transporte coletivo, topografia, etc.

Para tanto, foi feito o levantamento dos imóveis públicos municipais, por meio da pesquisa nos cartórios de registros de imóveis e posterior confecção de planilhas com dados gerais, além

da construção de um sistema de informações geográficas, possibilitando a espacialização destes imóveis. Após isso, foram inseridas informações como hierarquia viária, sintaxe espacial, distribuição de equipamentos e serviços públicos, infraestrutura urbana, topografia, etc. que permitiram a verificação da disponibilidade de terra urbana pública mais propícia para a produção de HIS.

A propriedade pública não é, portanto, um direito intangível e sagrado, mas um direito em contínua mudança que se deve modelar sobre as necessidades sociais às quais deva responder. Sua função social pode estar vinculada a objetivos de justiça social comprometido com o projeto de uma sociedade mais igualitária ou menos desequilibrada, de forma a proporcionar ampliação de oportunidades a todos os cidadãos independentemente da utilização produtiva que porventura já esteja tendo. É nesta perspectiva que o presente artigo se inscreve.

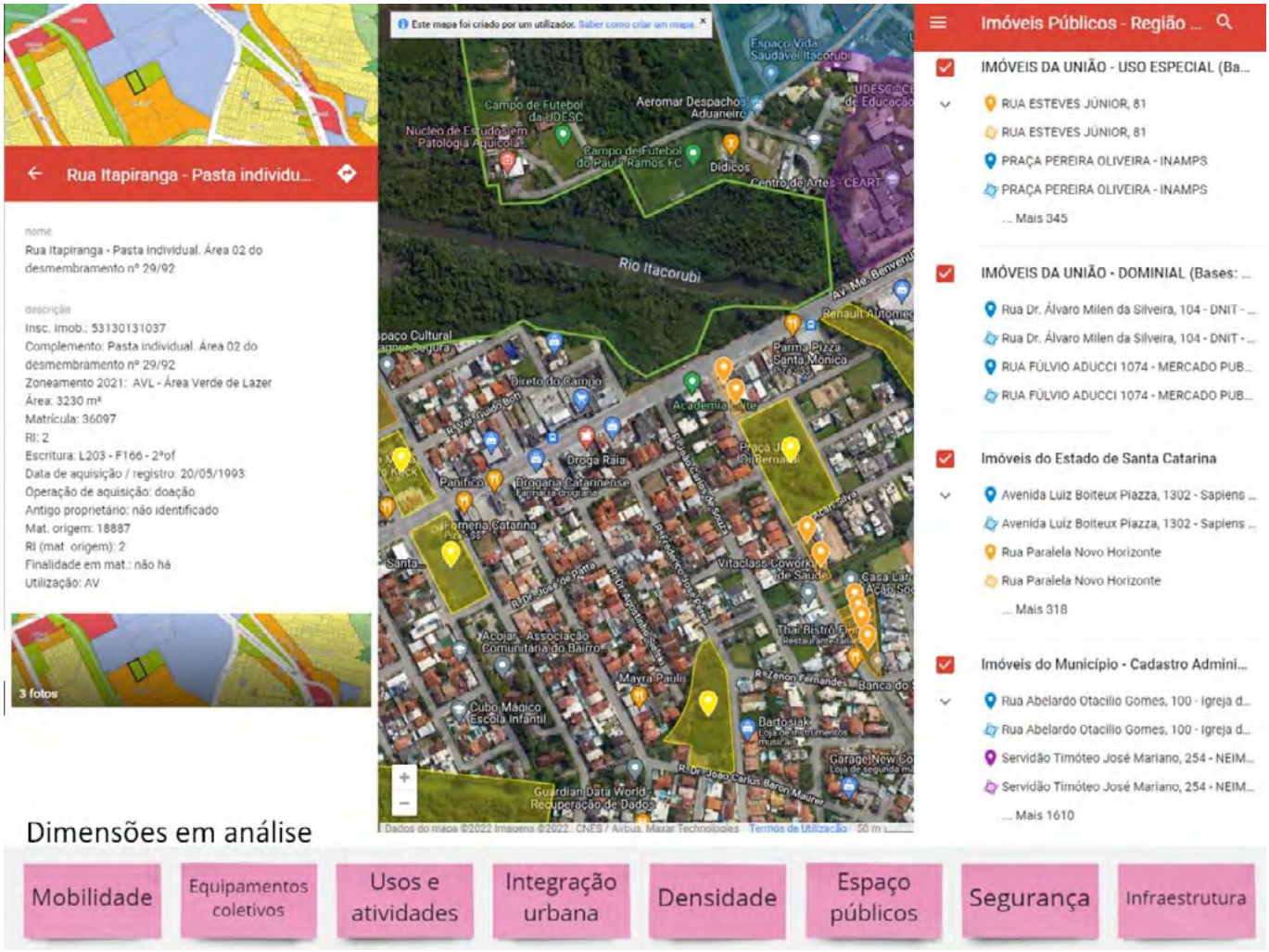


Figura 1: Imagem aérea do SIG com a espacialização dos imóveis públicos levantados pela pesquisa. Fonte: autores

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasil, Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10723576/artigo-99-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002. Acesso em: 14 jul. 2022.

REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – RIDE GRANDE TERESINA COMO PROMOTORA DE TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA EM RAZÃO DE SEUS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.

LT 270

Izaura Vasconcelos [1], Narielle Carvalho [2], Thiscianne Pessoa [3]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNINASSAU FAP Teresina (em andamento); mbarrosvasc@gmail.com.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNINASSAU FAP Teresina (em andamento); nariellelyne@gmail.com.
[3] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA (concluído); thisciannempessoa@gmail.com.

Palavras-chave: RIDE Grande Teresina; equipamentos de saúde; morfologia urbana.

A Região Integrada de Desenvolvimento – Grande Teresina foi instituída pela Lei Federal Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001 e é atualmente composta por quatorze municípios piauienses e um município do estado do Maranhão. Segundo Carcara e Leal Junior (2016), o principal objetivo a ser alcançado com a criação da RIDE Grande Teresina é o fomento da economia e do desenvolvimento dos municípios que a compõe, por meio de um planejamento integrado. No entanto, os autores observaram que pouco de fato foi feito no sentido de estabelecer políticas inclusivas e colaborativas entre os municípios membros da RIDE Grande Teresina. A partir do levantamento de dados catalogados em documentos estaduais, observou-se um ponto comum entre as cidades da RIDE Grande Teresina, relacionado à dependência aos serviços de saúde. Um aspecto relevante a ser considerado diz respeito às demandas de saúde, vindas não apenas de dentro da capital, mas em grande parte das cidades vizinhas, que tem condicionado mudanças na forma urbana de Teresina. O objetivo da pesquisa é a análise do vínculo entre a alta necessidade existente em busca de equipamentos de saúde e a expansão destes para pontos distintos da cidade. Um olhar macro nas cidades vizinhas permite observar, por exemplo, a presença de apenas um hospital regional dentre todas as cidades piauienses que compõem a RIDE, com exceção de Teresina (TERESINA, 2013). Essa constatação justifica o recorrente deslocamento dos moradores dessas regiões em busca do serviço de saúde presente na capital. A resposta a esses fatores em Teresina, tem sido correspondida pela busca do poder público e da iniciativa privada na construção de empreendimentos que se relacionam direta ou indiretamente com a carência evidenciada. A metodologia do trabalho consiste em duas etapas. Na primeira etapa, foi realizado levantamento documental sobre a RIDE e os municípios que a compõe, para identificar as relações estabelecidas, a fim de identificar as lacunas existentes no processo de planejamento. A segunda etapa, consistirá no desenvolvimento de cartografia temática a partir do mapeamento de equipamentos de saúde que surgiram e foram implantados ao longo dos anos 2001 a 2021. A ferramenta a ser utilizada nesse processo é a série histórica do Google Earth, que permite inferir por meio das imagens de satélite a evolução da malha urbana de cada ano. O objetivo final dessa segunda etapa, se consolida na sobreposição dos dados a respeito dos equipamentos de saúde, segundo o aumento dos estabelecimentos e a localização desses nos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento – Grande Teresina. Desse modo, os resultados alcançados evidenciaram um aumento do número de equipamentos de saúde da categoria hospitais e clínicas. No primeiro mapa, referente a 2001, observa-se a concentração dos equipamentos na área central de Teresina, já mapeada pela legislação municipal como Polo de Saúde. No segundo mapa, referente a 2011, observa-se o surgimento de equipamentos de

saúde em outras áreas da cidade. No terceiro mapa, referente a 2021, observa-se o aumento do número de equipamentos nessas novas áreas e a consolidação de novos polos de saúde, além do polo central. A partir desse mapeamento buscou-se compreender as características tipológicas dessas edificações e os impactos que elas podem causar na morfologia urbana, sobrelevando-se que algumas áreas foram impactadas negativamente e precisam ser revistas as normativas quanto a permissão desse tipo de uso.



Figura 1: Elaborado pelas autoras (2022).

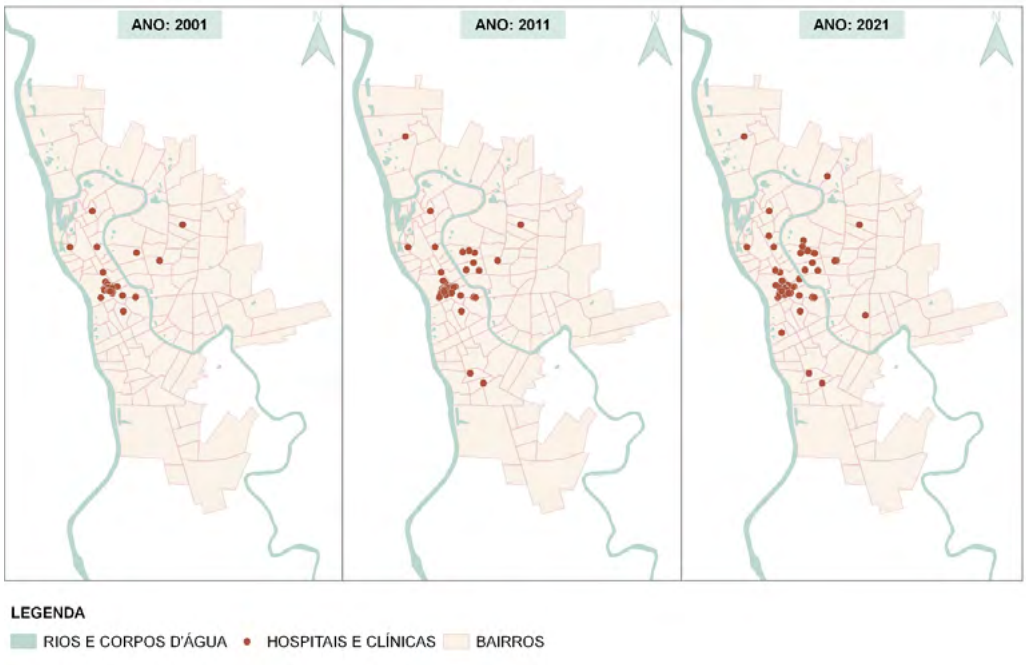


Figura 2: Elaborado pelas autoras (2022).

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e Instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 set 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp112.htm. Acesso em: 06 jun 2021.

TERESINA, **Plano de Ação Integrado e Sustentável para a RIDE Grande Teresina** - Produto II: Diagnóstico Situacional Participativo. CODEVASF, Governo do Estado do Piauí. – Teresina: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2013.

CARCARA, M. C. M. ; LEAL JUNIOR, J. H. L. . Região Integrada De Desenvolvimento - Ride Grande Teresina: isolamento e dispersão no planejamento urbano. In: Seminario Internacional De Investigacion En Urbanismo, 2016, Balneário Camboriú. **Anais [...].** VIII Seminario Internacional De Investigacion En Urbanismo, 2016.

ASSENTAMENTOS INFORMAIS NA AMAZÔNIA: A TRANSFORMAÇÃO DA FORMA E PAISAGEM URBANA DE MUTUM-PARANÁ-RO

LT 271

Áurea Dayse Cosmo da Silva [1], Teresa Cristina de Almeida Faria [2]

[1] Mestre e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo DAU/UFV; aurea.silva@ufv.br.
[2] Doutora em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ e Professora Associada DAU/UFV; teresa.faria@ufv.br.

Palavras-chave: Impactos urbanos; UHE Jirau; Reassentamento Urbano; Nova Mutum Paraná; ocupação espontânea.

A implantação da usina hidrelétrica de Jirau em Rondônia, ocasionou impactos de ordem ambiental, socioeconômica e urbana, sobretudo na capital Porto Velho e seus distritos. O empreendimento acarretou no alagamento da área urbana do distrito Mutum-Paraná, sendo necessária sua realocação. A economia de Mutum-Parará era considerada de subsistência, voltada para o garimpo, pesca e um comércio local voltado para o tráfego da BR-364. Em 2011, a população que optou pelo reassentamento urbano, foi remanejada para em uma nova área, conhecida como Nova Mutum Paraná, planejada pela Jirau Energia, com o objetivo de atender os moradores do antigo distrito, bem como para os migrantes, atraídos pelos empregos gerados pela construção da usina. Para Carlos (2008), o espaço urbano deve considerar as relações sociais, modo de vida de pensar e sentir. De acordo com Lamas (2010) a morfologia urbana permite a identificação dos agentes formadores do espaço urbano, e as tipologias construtivas permitem a compreensão da sua evolução. Para Rego e Meneguetti (2020), a morfologia permite ainda o compreender como conjunto de formas urbanas, planejadas ou espontâneas, constitui a paisagem regional. Desse modo este trabalho buscou compreender os impactos urbanos da implantação da Usina de Jirau para a população reassentada, a partir de uma análise da paisagem e morfologia urbana de Mutum Paraná e Nova Mutum Paraná. Para isso, a metodologia utilizada compreendeu pesquisa documental e de campo na área de estudo, e pesquisa bibliográfica sobre os principais debates sobre a produção espaço, forma, paisagem e assentamentos urbanos. Observou-se que Nova Mutum Paraná apresenta uma sua paisagem urbana muito distinta de Mutum-Paraná. Isso ficou notório no emprego das tipologias construtivas, já que em Mutum-Paraná as edificações eram predominantemente de madeira, com o emprego de palafitas nas áreas lindeiras ao Rio Mutum. Enquanto o reassentamento, teve em sua concepção, tipologias habitacionais padronizadas, com o emprego edificações de concreto armado, alvenaria comum e telhado de fibrocimento e as edificações comerciais e institucionais, tiveram o emprego de estruturas metálicas, fatores que caracterizam uma paisagem homogênea, sem as características e identidade da população nativa. Essa, apresentava características de assentamento informal, com ocupação espontânea, sem esgoto e pavimentação, o qual acredita-se que se delineou sem mecanismos formais de acesso à terra. O sítio urbano do distrito era de topografia predominantemente plana, fator que pode ter direcionado à uma ocupação organizada (Fig.1), como mencionado por Cardoso (2015). O projeto do reassentamento urbano, apesar de viabilizar meios de acesso formal ao solo urbano e possuir infraestrutura (Fig.2), não levou em consideração a relação da população com rio, que se valiam do mesmo para atividades econômicas e de lazer. Além disso, os terrenos do reassentamento eram menores que os de Mutum-Paraná, fator que inviabilizou o plantio. Constatou-se que muitas famílias optaram por outras modalidades de indenização, e a pesquisa

de campo e bibliográfica sugerem que parte da parcela reassentada evadiu o reassentamento. Desse modo, nota-se que a reprodução da lógica capitalista, criou descontinuidades no espaço urbano e regional, que refletem na vida cotidiana de uma população ribeirinha. Acredita-se que é necessário um novo olhar, para criação de mecanismos norteadores para processos de reassentamentos urbanos.



Figura 1: Imagem aérea de Mutum--Paraná, Porto Velho-Rondônia. Fonte: Cavalcante, 2012.



Figura 2: Imagem aérea de Nova Mutum Paraná, Porto Velho-Rondônia. Fonte: Jirau Energia, 2022.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. L. **Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos**. 2016. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9399 > Acesso em 10/08/2021

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CAVALCANTE, M. M. DE A.. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO**: território, tecnificação e meio ambiente. Orientação: Prof. Dr. Leonardo Santos. 2012. 161 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

JIRAU Energia. **A estrutura da usina hidrelétrica Jirau**. 2022. Disponível em:< https://www.jirauenergia.com.br/conheca-a-uhe/> Acesso em 10/06/2022

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 5ª ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2010.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S.; BELOTO, Gislaine Elizete. Morfologia urbana como instrumento projetual. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020.

TERRA PÚBLICA, PRÁTICAS PREGRESSAS: A CONSTITUIÇÃO DA VILA WERNECK EM BELO HORIZONTE

LT 272

Letícia Gardusi De Faria [1], Gisela Barcellos de Souza [2]

[1] Bolsista de PIBIC, Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG; leticiagardusi@ufmg.br.
[2] Professora do Departamento de Urbanismo da UFMG; giselabarcellos@ufmg.br.

Palavras-chave: Vila Edgard Werneck; Morfologia Urbana; Forma Urbana; Estação Horto Florestal

A recente institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil e a opção por se romper com os vínculos da tradição jurídica portuguesa em sua definição no Código Civil de 1916 em prol de uma aproximação dos fundamentos jurídicos alemão e francês (CASTRO, 2000), inscreve traços presentes ainda hoje nas cidades brasileiras. Se, por um lado, a Lei das terras de 1850, que institui alienação a terra por meio da venda, encerra o lapso temporal em que a posse efetiva configurou a única forma de seu acesso; por outro, a prática da concessão de datas urbanas vigorou até o final do império (MARX, 1991).

Sob o novo marco legal, a terra tornou-se mercadoria, esta forma mais racional e regular de partilhar terra – e especialmente de separar o patrimônio público do leigo –, marcam o início de um novo desenho urbano no Brasil, que, em diversos momentos, acompanha a expansão da linha férrea pelo país e a consolidação da "ordem" republicana (MARX, 1991). Belo Horizonte é cidade símbolo deste momento na história do urbanismo – uma cidade planejada, extremamente geometrizada dentro das áreas urbanas de Aarão Reis.

Com a chegada da ferrovia, efetivada em 1917, dá-se a constituição de um novo patrimônio público: as faixas de domínio. As áreas da antiga EFCB foram marcadas por formas de concessão de uso semelhantes às práticas do séc. XIX. Esta pesquisa parte da constatação da contradição entre uma cidade planejada, constituída sob a égide da propriedade privada, e a constituição de um bairro por meio da concessão do uso de terras públicas, resultante num tecido urbano de traçados sinuosos e parcelamento irregular.

Conhecida como Vila Edgard Werneck (cerca de 5.300 habitantes, segundo censo de 2010), implantada na faixa de domínio junto ao pátio da oficina da antiga estação do Horto Florestal, a região teve sua ocupação inicial pelos próprios funcionários da companhia, foi objeto de negociações com a prefeitura para sua regularização em 1976 e em 1982 (BELO HORIZONTE, 1976; idem, 1982).

Assim, esta pesquisa objetiva entender como se deu a questão da posse da terra urbana na Vila Edgard Werneck, e por conseguinte, a relação que existe entre forma urbana e propriedade neste espaço. Para alcançar esses objetivos, busca-se nas metodologias das Escolas Italianas de Morfologia Urbana – especialmente a aplicação em território nacional desenvolvida por Costa e Netto (2014; 2015).

Através destas metodologias, busca-se reconhecer os tipos-base com apoio no quadro das casas-tipos construídas pela E.F.C.B, utilizando como fontes primárias o acervo do Arquivo Público Mineiro, Fundação João Pinheiro e escrita de Vasconcellos (1932).

A partir deste levantamento, observou-se que a ausência fiscalização municipal (visto que os

terrenos pertenciam à união) e o aval da companhia ferroviária consolidaram o traçado urbano da Vila Werneck de forma atípica no contexto belo-horizontino. Durante quase sessenta anos, a Vila constituiu um microcosmo à parte, no qual a posse era suficiente para que os moradores tivessem acesso à terra urbana; relação que sugere uma sobreposição de temporalidades do direito urbano na região que desdobra-se também na forma urbana do bairro.

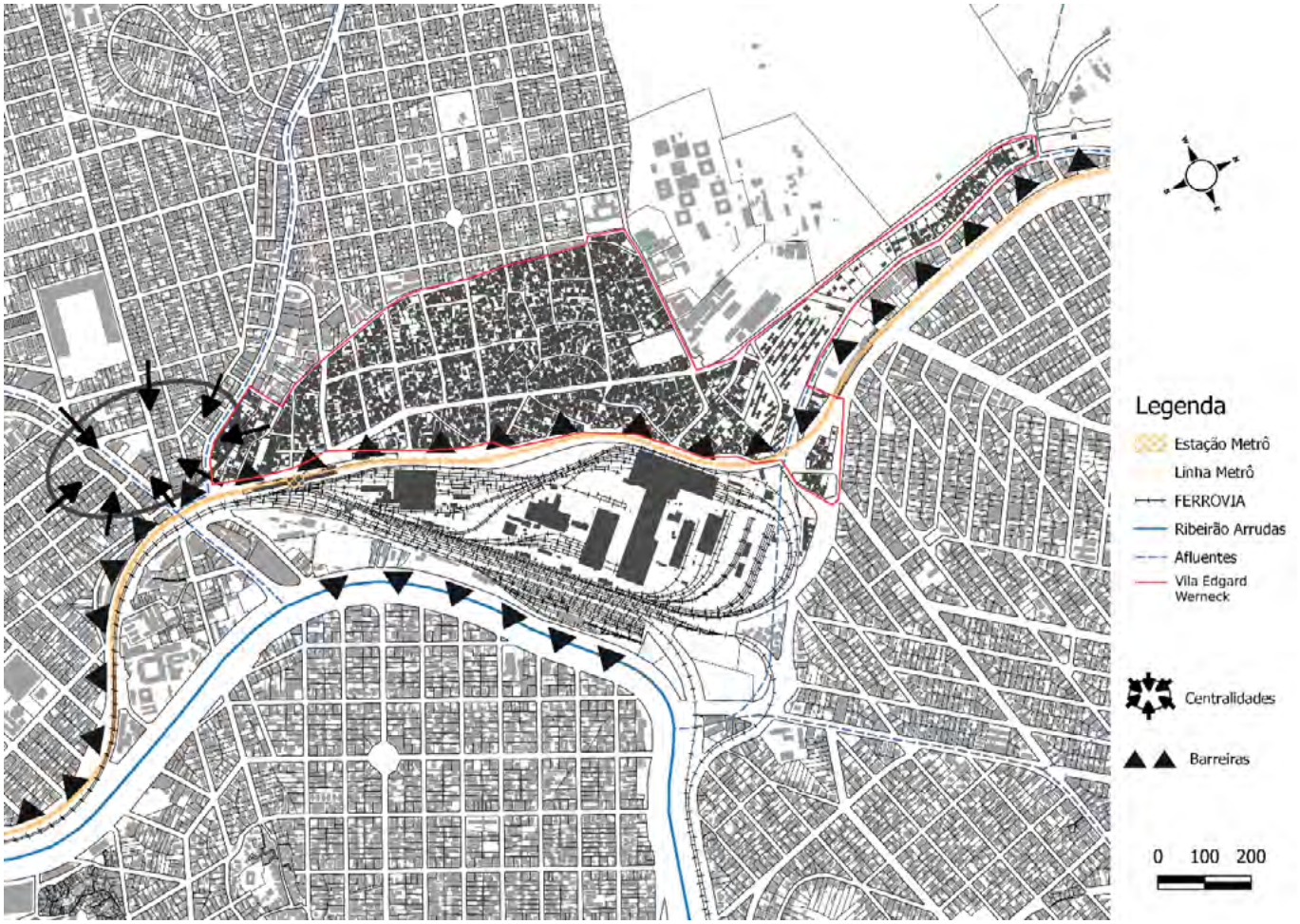


Figura 1: Mapa atual da área estudada, ressaltando seu tecido urbano diferenciado, Belo Horizonte. Fonte: Elaboração própria, 2022.

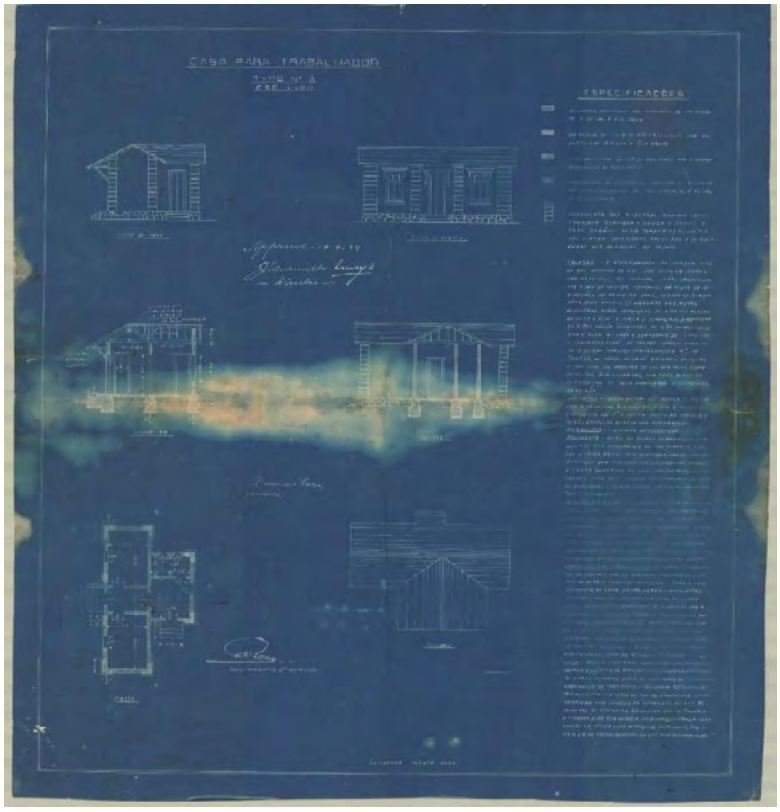


Figura 2: Planta da casa para trabalhador da Estrada De Ferro Central Do Brasil. Fonte: Roxo (1924).

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal de. **Resolução nº 340, de 27 de outubro de 1976**. Aprova Convênio que, entre si fazem a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Rede Ferroviária Federal S.A, objetivando a reurbanização da área na Vila Edgard Werneck.

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal de. **Decreto nº 4231, de 10 de maio de 1982**. Aprova a planta de parte do loteamento da Vila Edgard Werneck e dá outras providências.

CASTRO, Sônia Rabello de. Algumas formas diferentes de pensar e de reconstruir o direito de propriedade e os direitos de posse nos "países novos". In: FERNANDES, Edésio (org.) **Direito urbanístico e política urbana no Brasil.** Belo Horizonte: Del Rey, p.77-100, 2000.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de morfologia urbana**. C/Arte, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Panorama de Belo Horizonte**: atlas histórico. Belo Horizonte: 1997. v. Coleção Centenário. ISBN 85-85930-10-1.

INFORMAÇÕES Setor Censitário 2010. In: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. PRODABEL. BH Map Visualizador: **Mapa Oficial da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=5&lat=7799012.02196&lon=613966.347&baselayer=base&layers=setor_censitario_2010. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Terra de quem?. São Paulo: EDUSP, 1991.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Em que termos?. São Paulo: EDUSP, 1999.

NETTO, Maria Manoela Gimmler; COSTA, Stael de Alvarena Pereira; LIMA, Thiago Barbosa. Bases conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. **Paisagem e ambiente**: Ensaios, São Paulo, n. 33, p. 29-48, 2014.

NOVOA, Hélio. **Disciminação de Terras Devolutas**. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva, 1970.

ROXO, Flávio. **Planta da casa para trabalhador da Estrada De Ferro Central Do Brasil.** Seção Cartographica Da Companhia Lithographica S Paulo Ypiranga Rio De Janeiro, 1924. Documento cartográfico inserido no dossiê: "Estrada De Ferro Central Do Brasil". Escala 1:100000. Coleção De Documentos Cartográficos Do Arquivo Público Mineiro - APM. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=911. Acesso em: 4 jul. 2022.

VASCONCELLOS, Max. **Vias brasileiras de comunicação**: Estrada de Ferro Central do Brasil. 5. ed. aum. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

PADRÕES CONFIGURACIONAIS NAS CIDADES AMAZÔNICAS LT 273

Camila Cristina da Costa Santos Cruz [1], Valério Augusto Soares de Medeiros [2]

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU/UnB), Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados (MPPL/COPOS/CEFOR/CD)
[1] camilacruz.arq@gmail.com; [2] valeriodemedeiros@gmail.com

Palavras-chave: Morfologia Urbana; Sintaxe Espacial; Amazônia; Belém/PA; Rio Branco/AC

O histórico de ocupação da Amazônia foi marcado por surtos de expansão, seguidos por longas fases de estagnação, conforme argumenta Becker (2005). Tais momentos fomentaram a estruturação da rede urbana na região, seguindo interesses externos desconectados das necessidades locais, a exemplo a) da criação de fortes e missões religiosas nos primeiros séculos da conquista colonial, b) da Era Pombalina (séc. XVIII), c) do ciclo da borracha (séc. XIX e XX), d) da política desenvolvimentista do período militar (déc. de 1960 a 1980) e e) da exploração mineral, do agronegócio e da atuação do capital imobiliário nas grandes e médias cidades atualmente.

Visando avançar na compreensão das tipologias de ocupação do espaço urbano amazônico e sua associação com as dinâmicas socioeconômicas correntes em cada período, este trabalho compreende: a) uma etapa global, pautada na análise morfológica de um conjunto de assentamentos representativos das citadas etapas históricas de formação da rede urbana amazônica (Amazonas: Barcelos; Amapá: Macapá; Rondônia: Ariquemes, Cacoal, Porto Velho e Rolim de Moura; e Pará: Altamira, Barcarena, Bragança, Chaves, Monte Dourado, Núcleo Urbano de Carajás, Porto Trombetas, Soure, Vigia e Vila dos Cabanos), de modo a caracterizá-las e investigar a ocorrência de eventuais padrões ou lógicas de ocupação semelhantes; e b) uma etapa local, que consiste em uma interpretação específica da configuração atual de Rio Branco/AC e da Região Metropolitana de Belém/PA – exceto Castanhal/PA. Nesta etapa adotou-se o suporte teórico, metodológico e ferramental da Sintaxe do Espaço – em função de sua demonstrada aplicabilidade na articulação entre as instâncias espacial e social dos assentamentos (Hillier et al. 1993; Holanda, 2002; Medeiros, 2013) – conforme estratégia recomendada por Medeiros (2020), em termos de variáveis configuracionais geométricas e topológicas.

No que concerne à leitura global, em consonância com a literatura (cf. Cardoso e Lima, 2006; Cardoso et al., 2020), percebe-se a coexistência, na região amazônica, de dois principais padrões de ocupação do território: a) um de caráter vernacular, alinhado às condições do ambiente e aos modos de vida tradicionais, gerando formas urbanas mais orgânicas, e b) outro, pautado por uma lógica industrial, consolidada com a chegada dos grandes projetos e a integração rodoviária na década de 1970 (Sathler, 2009). Manifestações incipientes desta contraposição de paradigmas se apresentaram desde as primeiras incursões dos europeus visando à ocupação da Amazônia, nas quais motivações diversas resultaram em soluções espaciais semelhantes, permeadas pela tendência à ortogonalidade (Araújo, 1998; Medeiros, 2013; Takamatsu e Abreu, 2019).

Quanto à análise local, apesar dos distintos contextos, os assentamentos revelaram elevado grau de similaridade, sobretudo quanto às variáveis topológicas, aproximando-se das médias nacionais e corroborando achados de Freire (2021). Nas variáveis geométricas, os resultados foram numericamente distantes, porém, aproximados entre as duas cidades e inferiores às

médias do país. Observou-se, portanto, que a Amazônia segue a tendência de uniformização das propriedades configuracionais das cidades brasileiras (Medeiros, 2020), embora a persistência de formas tradicionais de ocupação reforce o caráter híbrido do urbano amazônico – próprio de sua condição de fronteira econômica – o que sinaliza um momento decisivo quanto à possível adoção de estratégias de ocupação mais adequadas à realidade local.

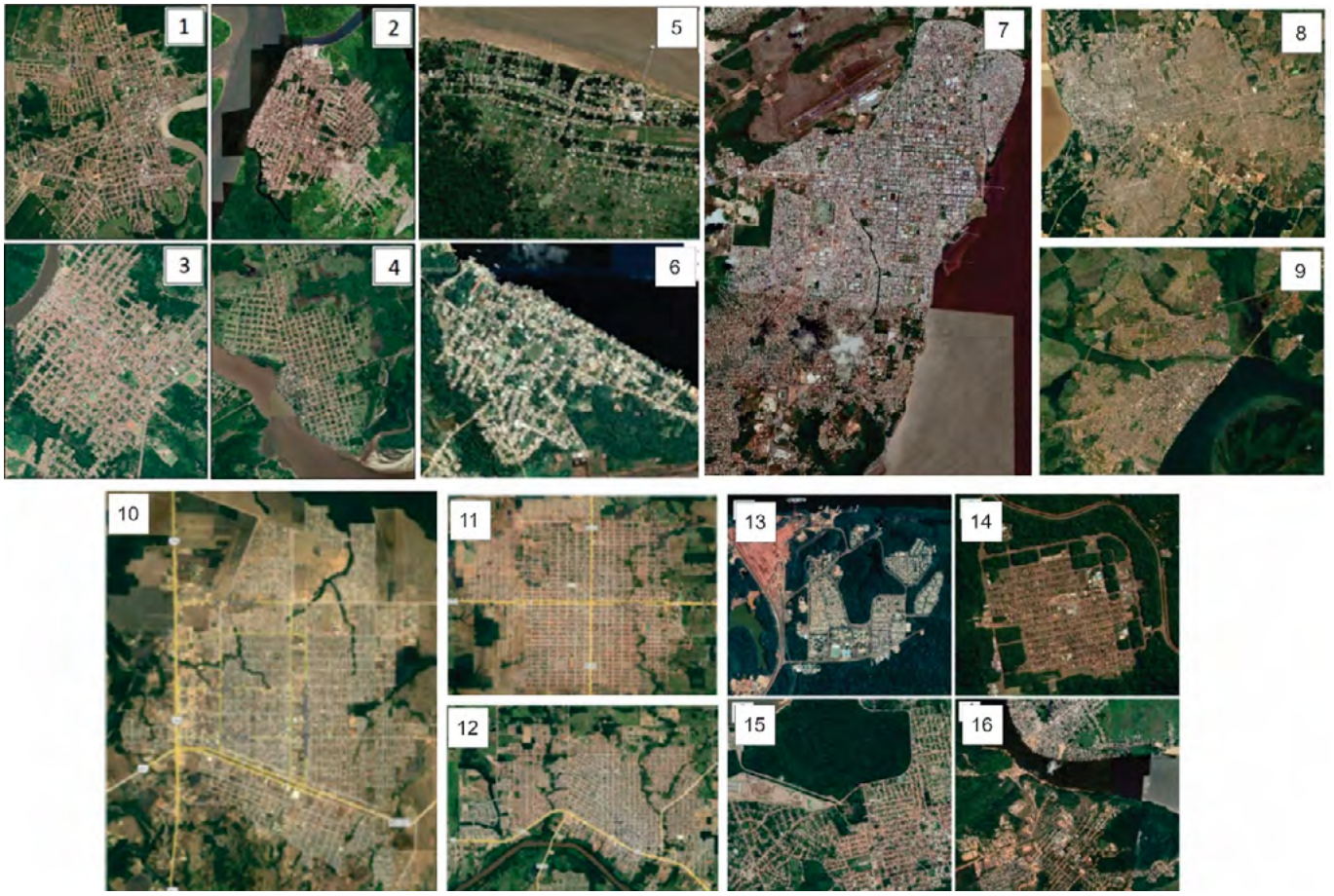


Figura 1: Mosaico com as imagens de satélite das cidades avaliadas na etapa global (1: Bragança-PA, 2:Vigia-PA, 3: Barcarena-PA, 4: Soure-PA, 5: Chaves-PA, 6: Barcelos-AM, 7: Macapá-AP, 8: Porto Velho-RO, 9: Altamira-PA, 10: Ariquemes-RO, 11: Rolim de Moura, 12: Cacoal-RO, 13: Porto Trombetas - Oriximiná-PA, 14: Núcleo Urbano de Carajás - Parauapebas-PA, 15: Vila dos Cabanos – Barcarena-PA, 16: Monte Dourado – Almeirim-PA). Fonte: Google Earth (2022).

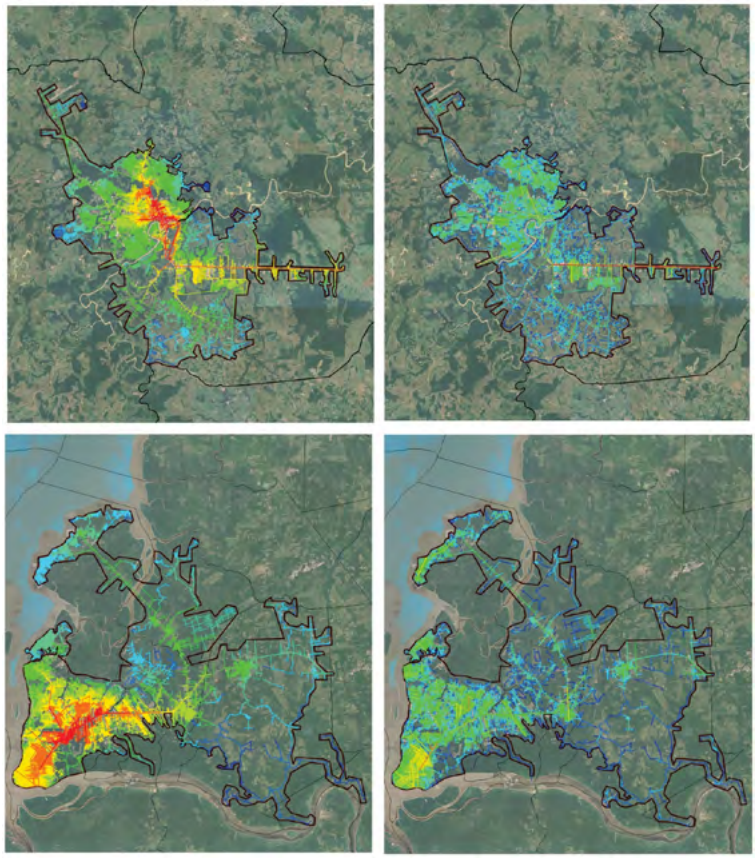


Figura 2: Mapas axiais (variáveis integração global e local) da Região Metropolitana de Belém/PA e de Rio Branco/AC. Fonte: Guimarães (2013) e Freire (2021).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata. M. de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. 2 Ed. Porto, Portugal: FAUP Publicações. 1998.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo. V. 19, núm. 53, p. 71-86, 2005.

CARDOSO, Ana Cláudia D., LIMA, José Júlio F. Tipologias e padrões de ocupação na Amazônia Oriental. In A. Cardoso (Ed.), **O urbano e o rural na Amazônia** (pp. 55-110). Belém: EdUfpa, 2006.

CARDOSO, Ana Cláudia D., LIMA, José Júlio F., PONTE, JulianoP. X., Ventura Neto, Raul. S., & Rodrigues, Roberta. M. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** 12, e20190275. https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275, 2020.

FREIRE. Leonardo. N. de F. **Entre traços, riscos e linhas no horizonte**: Efeitos e potenciais dos reassentamentos habitacionais em Rio Branco-Acre. 2021. 173 p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

GUIMARÃES, Gisele J. da S. **Novas centralidades na malha urbana da Região metropolitana de Belém**: Estudo Aplicado ao Espaço da Rodovia Augusto Montenegro. 2013. 187 p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, 2013.

HILLIER, Bill et al. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. **Environment and Planning B**, Londres: Pion Publication, v. 20, n.1, p. 29-66, 1993.

MEDEIROS, Valério. A. S. de. **Urbis brasiliae**: o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2013.

MEDEIROS, Valério. A. S. de. **Dados configuracionais diacrônicos para cidades brasileiras**. Brasília: UnB/PPG/FAU (Disciplina: Estudos Especiais em Desenho Urbano I e II) (Não Publicado), 2020.

SATHLER, Douglas, MONTE-MÓR, Roberto L., CARVALHO, José Alberto M. de. As redes para além dos rios: Urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia,** 19. 10.1590/S0103-63512009000100002, 2009.

TAKAMATSU, Patrícia Helena T.; ABREU, Guilherme Carlos L. dos S. O tecido urbano de malha ortogonal no contexto Amazônico: o caso da cidade de Macapá – Amapá. In: Asociación de Escuelas y Facultades Públicas de Arquitectura de América del Sur, 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/o-tecido-urbano-de-malha-ortogonal-no-contexto-amazonico--o-caso-da-cidade-de-macapa-----amapa-?lang=pt-br>. Acesso em: 10 jul. 2022.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS CIDADES DA AMAZÔNIA MARAJOARA: UM ESTUDO EM CACHOEIRA DO ARARÍ/PA

LT 274

Taíla Pamplona Gemaque [1], Monique Bentes Machado Sardo Leão [2]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Estácio Belém (em andamento); tailagemaque@hotmail.com.
[2] Professora de Arquitetura e Urbanismo, Estácio Belém. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFPA (em andamento). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFPA; monique.bentes@gmail.com.

Palavras-chave: Cidades na Amazônia; Cachoeira do Arari; Marajó.

A formação de cidades no processo de ocupação da Amazônia foi marcada pela rede hídrica. As cidades de beira de rio e vilas ribeirinhas caracterizam uma tipologia e padrão de ocupação urbana Amazônia, com cidades que se destacam na rede urbana conforme a expressão de sua atividade como entreposto comercial e o raio de extensão da sua hinterlândia (CÔRREA, 1987; CARDOSO e LIMA, 2006).

A organização espacial nesses núcleos urbanos tais como os 16 municípios marajoaras, é dada por sua faixa marginal, considerada a “frente da cidade”, onde se concentram as principais atividades administrativas, religiosas e econômicas, sendo o porto, a feira e o mercado, estruturas que se tornaram peças fundamentais independentemente do tamanho da cidade, garantido tanto o abastecimento como saída dos produtos coletados na floresta (CARDOSO e LIMA, 2006).As estruturas palafíticas em madeira foram a principal estratégia para lidar com os alagamentos sazonais próprios do bioma amazônico, adquirindo elementos arquitetônicos que caracterizam as comunidades ribeirinhas da região, no seu modo de construir e de morar.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar o tecido urbano de Cachoeira do Arari, cidade marajoara localizada no estado do Pará, sendo um recorte do trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em andamento, na Faculdade Estácio de Belém, que busca propor um código de desenho urbano para cidade. Como método para o estudo foram analisados documentos (Plano Diretor), cartografias e levantamento de campo, sendo possível identificar as formas de uso e apropriação do espaço urbano por seus moradores.

Cachoeira do Arari, fundada em 1747, possui aproximadamente 24.355 mil habitantes (IBGE, 2021). Apresenta malha urbana ortogonal herdada da colonização portuguesa, assim como sua estrutura, marcada pelo centro organizado em torno de uma praça, padrão típico das ocupações ibéricas na América (LAMAS, 1993; BENEVOLO, 2015). A rodovia estadual PA-154, conecta a cidade com outros três municípios, mas o seu principal acesso é hidroviário, pelo Rio Arari, que integra o município-sede à outras comunidades ribeirinhas e à capital Belém.

A sua paisagem ribeirinha é marcada por palafitas que margeiam o rio, abrindo uma lacuna na “rua da frente”, onde destacam-se a igreja matriz e a prefeitura, sendo comumente importantes marcos visuais (CÔRREA, 1987; CARDOSO e LIMA, 2006). Nas extremidades da cidade, as construções tornam-se mais simples e espaçadas entre si, com maior presença de palafitas de madeira em solo alagadiço, apresentando deficiência de infraestrutura e serviços urbanos. Demonstrando que mesmo em cidades pequenas, a lógica de baixadas - termo regional para assentamentos precários em áreas de várzea - das metrópoles amazônicas se repete (Figura 01).

Neste trabalho, questiona-se o planejamento das cidades amazônicas de base exógenas que não consideraram suas especificidades geográficas e modos de morar, introduzindo desenhos urbanos que aterram várzeas e que incentivam a modificação das construções tradicionais. Busca-se apontar alternativas para o planejamento urbano que adotem soluções ambientais e sociais mais justas, a partir de uma urbanização mais integrada a natureza e baixo impacto ambiental, onde as dinâmicas naturais dos rios e suas cheias sejam respeitadas. Discute-se a adoção de técnicas de infraestrutura verde e de construções adaptadas às áreas alagadas, que possam valorizar tecnologias tracionais, que tem sido engenhosas soluções de sobrevivência na Amazônia.

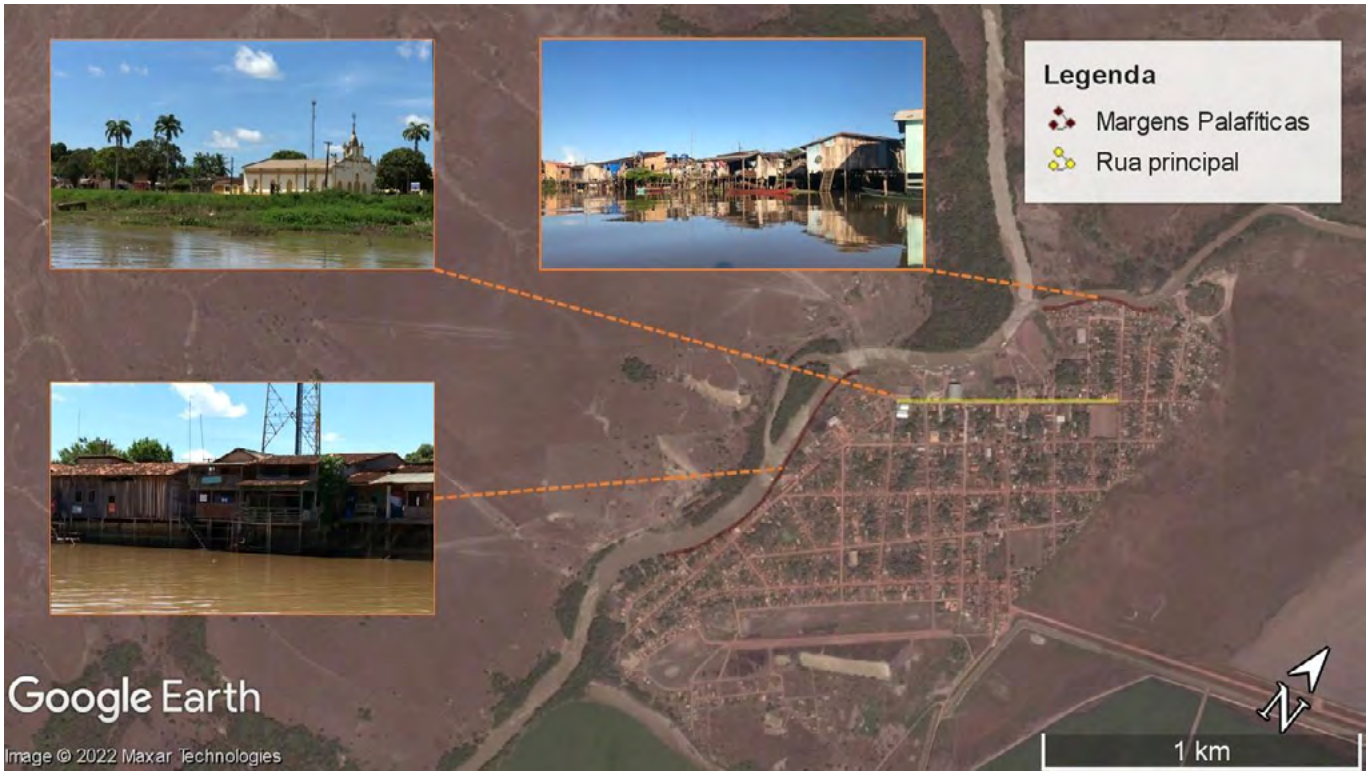


Figura 1: Imagem satélite com colagens ilustrando a malha urbana e os três pontos da paisagem ribeirinha. Fonte: imagem de satélite (Google Earth, 2020) adaptada por autora, 2022. Fotos: Taíla Pamplona Gemaque, 2022.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 6.ed. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 728. p.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?. In: CARDOSO, A. C. D. (Org). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. P. 55-93.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.

Google Earth, website: http://earth.google.com/, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. **Cachoeira do Arari, Panorama, 2021**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cachoeira-do-arari/panorama. Consulta em 15/07/22.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

A VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA POR MEIO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS: ESTUDO DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA

LT 275

Anicoli Romanini [1], Adriana Marques Rossetto [2]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul.
[1] anicoliromanini@yahoo.com.br; [2] amarquesrossetto@gmail.com.

Palavras-chave: produção do espaço urbano; agentes; Estado; investimento público; valorização da terra urbana.

O processo de produção do espaço urbano é realizado por intermédio da atuação dos diversos agentes produtores no espaço, sejam aqueles que dão ênfase ao capital imobiliário, como a sociedade civil ou os movimentos sociais organizados, seja por meio do estado, com a localização, valor e tipo dos investimentos públicos realizados nos municípios brasileiros. Deste modo, esta pesquisa tem com objeto de estudo a Ilha de Santa Catarina, cujo processo de inserção do contexto urbano da cidade foi determinado por investimentos públicos realizados em diferentes momentos históricos. O trabalho aprofunda os efeitos destes investimentos a partir de 2000, em duas realidades localizadas na região administrativa central de Florianópolis (SC-401 e SC-404) que possuem implementados três importantes equipamentos, em que os governos estaduais e municipais atuaram diretamente. A partir da observação dos valores venais territoriais e os respectivos valores do m2 para cada imóvel ainda sem uso das duas Plantas Genéricas de Valores disponíveis no município foi realizado o estudo da valorização fundiária.

O tratamento da forma urbana nestes dois eixos identifica como tendência a necessidade de amplas áreas para abrigar edifícios com diferentes usos em cada um dos eixos. Enquanto nas imediações do Centro Administrativo (SC-401) as parcelas de grandes dimensões pertencentes ao setor privado tendem a ser destinados para usos comerciais, no entorno da UDESC e do cemitério (SC-404) os lotes privados são reservados para uso residencial (Quadro 1).

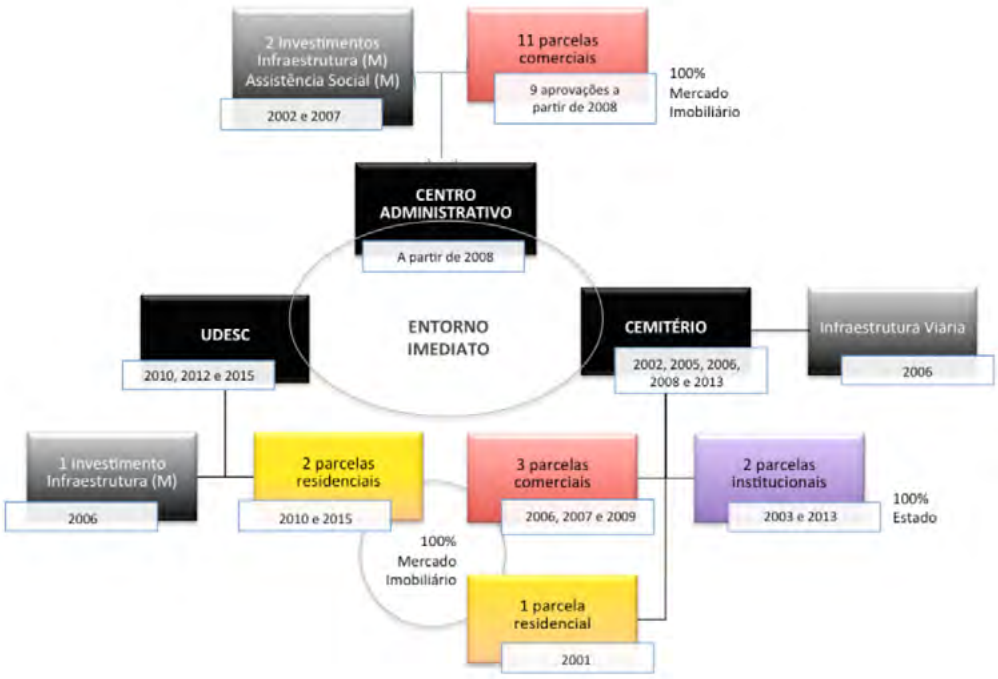
Associado aos demais limites ocupacionais, como taxa de ocupação (TO) e índice de aproveitamento (IA), o planejamento previsto no eixo da SC-401, pelo Plano Diretor em 2014 (Lei nº 482, 2014), promoverá o aumento da densidade populacional destas áreas. Já o planejamento proposto para a SC-404, principalmente pela alteração na redução do número de pavimentos da via, possivelmente busca manter a densidade existente, bem como a qualidade da paisagem. No caso da SC-401, o acréscimo de densidade dos edifícios pode mudar o perfil hoje estabelecido na região pelas modificações nas dimensões e geometrias das parcelas que a via apresenta.

Esse planejamento vai impactar ao mesmo tempo os terrenos vagos, ou seja, aqueles ainda não edificados. Na SC-401, todos os lotes disponíveis ao uso chegam a 1/3 das parcelas da via, e pertencem, quase que em sua totalidade, ao mercado imobiliário, porém, na SC-404, o percentual é o mesmo, 50 das parcelas ainda não edificadas pertencem ao mercado imobiliário e a outra metade pertence ao estado e as fundações/Instituições (Gráfico 1).

Isso significa que, na SC-401, a pressão pelo investimento do estado em uma área mais afastada, com muitos lotes a venda, vem do mercado imobiliário, ao passo que o arranjo espacial estabelecido na SC-404 teve (no Século XX) e ainda terá (no Século XXI) forte influência do

Estado. Quanto ao valor do uso da terra, avaliando em conjunto os dois eixos do estudo, verifica-se que o valor venal do m² territorial estimado nas Plantas Genérica de Valores (PGVs) na SC-404 é muito maior (6x) que o estabelecido na SC-401 (mesmo nas parcelas próximas ao Cemitério), da mesma forma que os investimentos realizados na via nesse período.

Os resultados encontrados neste estudo confirmam que o estado, ao localizar espacialmente sua infraestrutura urbana ou seus equipamentos públicos em determinados locais da cidade, altera estruturas morfológicas existentes, que reforçam a articulação entre agentes do mercado imobiliário e o estado, na valorização da terra urbana, bem como no direcionamento do crescimento urbano.



Quadro 1: Síntese do uso do solo e da atuação dos agentes no entorno imediato dos principais investimentos públicos realizados nas SC-401 e SC-404 – dados por ano. Fonte: Elaboração própria, 2020.

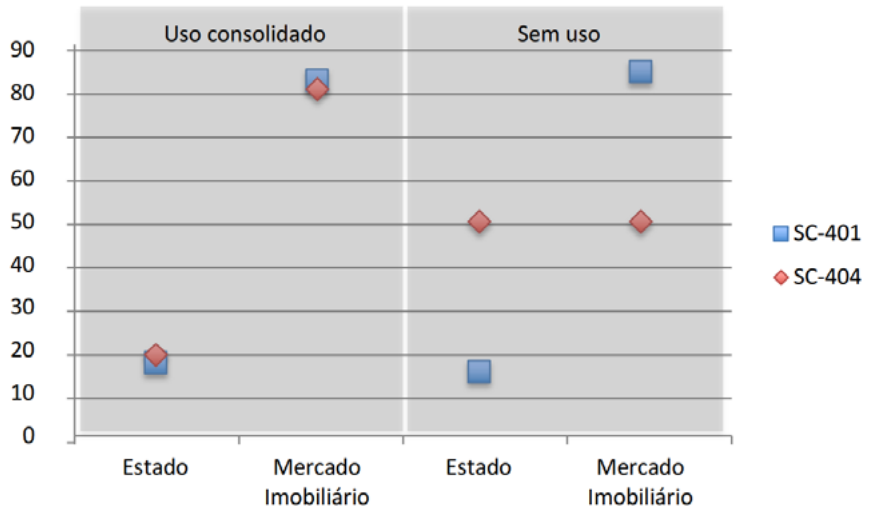


Gráfico 1: Percentual dos agentes na produção do espaço das SC-401 e SC-404, desde 2000. Fonte: Elaboração própria, 2020.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 482. **Plano Diretor de Urbanismo do município de Florianópolis.** Florianópolis, 2014.

EMERGÊNCIA SOCIAL E URBANA: O CASO DAS MORADIAS IMPROVISADAS EM FRENTE À PREFEITURA DE VITÓRIA

LT 276

Daniella AmorimGomes [1], Mauro Cesar de Oliveira Santos [2], Luciana Maria Bonvino Figueiredo [3]

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ.
[1] daniellade amorim@gmail.com; [2] maurosantos@fau.ufrj.br; [3] lucianafigueiredo@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Movimento Social; Emergência Urbana; Precarização da moradia.

Vitória, 08 de abril de 2022, em uma manhã de sexta-feira, um grupo de famílias pertencentes a um movimento social de luta por moradia, autodenominado Chico Prego, ergue acampamento em frente à Prefeitura Municipal de Vitória, com o objetivo de alcançar visibilidade, além de sensibilizar o poder público e a sociedade (Figura 1). Segundo Telles (1987, p. 62) o conceito de movimento social emergiu da necessidade de preencher uma lacuna deixada pelo esgotamento do conceito marxista de classe social, como a “descoberta da sociedade como lugar da política”.

Este trabalho apresenta e analisa o caso destas moradias improvisadas, frente ao cenário de emergência social e urbana, através de uma pesquisa de caráter exploratória, envolvendo pesquisa de campo com a finalidade de coletar dados, entrevistas não estruturadas e observação não participante, além da utilização dados socioeconômicos disponíveis.

A história dos movimentos sociais de luta por moradia em Vitória inicia no ano de 2017, com a ocupação da “Fazendinha”, área localizada na região da Grande São Pedro, na malha urbana do município. Posteriormente ao processo de reintegração de posse, inicia-se uma série de movimentos de ocupação, principalmente nas áreas centrais do Município, que se fragmentaram e parte dele permaneceu por quase três anos em um edifício comercial que estava subutilizado. No mês de janeiro de 2020, houve a reintegração de posse deste edifício e as famílias foram retiradas mediante algumas condicionantes, dentre elas o cadastramento em programas sociais do Município, como o aluguel social pelo prazo de um ano, que, devido a pandemia da COVID-19, foi estendido por mais seis meses (PAULA, 2020).

Entretanto, após o término deste período, as famílias não receberam mais auxílio e sem ter condições de custearem aluguéis, realizaram outra ocupação, desta vez em uma escola municipal desativada localizada no morro do Romão, região sob influência do tráfico de drogas. O município acionou a justiça para reintegração de posse deste imóvel, mas antes dos trâmites judiciais, foram expulsos do local pela própria comunidade, onde segundo um ocupante do movimento, a gestão do atual prefeito inflamou a população contra a ocupação.

Essa última expulsão impulsionou as famílias a procurarem um local para uma nova ocupação que pudesse expor tais questões sociais. Assim, foi erguido um acampamento na entrada da sede principal de Prefeitura Municipal de Vitória, localizado em um bairro nobre da cidade, lá permaneceram por quase quatro meses vivendo em situação de vulnerabilidade e emergência.

A precarização da moradia reforça a segregação e a desigualdade social, trazem os questionamentos de cidade moldada a partir dos desejos do mercado imobiliário e não das necessidades das pessoas. Emergindo em modelos econômicos que privilegiam o mercado imobiliário, em detrimento das necessidades de uma parcela da população que não pode pagar por essa especulação do solo urbanizado (ROLNIK, 2015).

Esta precarização, fica evidente e exposta na ocupação Chico Prego: são 11 famílias residindo em barracas (incluindo 10 crianças), que preparam seus alimentos em uma cozinha coletiva improvisada, com fogão a gás e poucos mobiliários de apoio, não possuem instalações sanitárias para higiene pessoal, utilizam uma área na lateral da prefeitura com uma tenda de lona, sacolas e baldes para as necessidades fisiológicas, sem acesso a água potável e energia ligada apenas no período noturno e finais de semana (Figura 2).

Harvey (2009) discute que na luta pelo direito a cidade haverá também uma luta contra o capital, de modo que apesar da cidade ser um direito coletivo, a construção dela é regida pelo capital, mais do que pela coletividade. Diante deste cenário há o questionamento “cidade para quem?”, além da evidente incapacidade do poder público em promover a equidade frente as necessidades desta parcela mais carente da população, é necessária uma maior conscientização coletiva sobre a ideia de cidade como um bem comum.



Figura 1: Ocupação Chico Prego. Fonte: Acervo Pessoal, 2022.



Figura 2: Instalações improvisadas de cozinha coletiva e sanitários. Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

REFERÊNCIAS

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 18ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

PAULA, V. L. (2020). **Ocupações e Defensoria Pública: Performances coordenadas de mobilização do direito na luta por moradia no Centro de Vitória**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

TELLES, V. L. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERERWARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano**? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

APLICAÇÃO DE DADOS DO MAPBIOMAS PARA ANÁLISE COMPARATIVA DA FORMA URBANA

LT 277

Talita Micheleti [1], Fábio Mariz Gonçalves [2]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP (em andamento); tmicheleti@usp.br.
[2] Professor Livre Docente FAUUSP; fabiomgoncalves@usp.br.

Palavras-chave: sensoriamento remoto; mapbiomas; rede urbana; cidades médias

O MapBiomas[1], originado em 2015, realiza o monitoramento da matriz de transformações da terra, através de sensoriamento remoto, gerando coleções anuais que reúnem a série histórica de mapas para o período de 1985, ao ano corrente à data de lançamento da coleção. O mapeamento tem como característica principal a utilização da coletânea de imagens do satélite Landsat, com resolução de 30 metros, classificada pixel a pixel por algoritmos de aprendizagem de máquina, random forest, através de processamento em nuvem na plataforma Google Earth Engine (SOUZA et al, 2020).

Apesar da limitação relativa à utilização de coletânea de imagens de média resolução, a maior vantagem do método MapBiomas é a abrangência da totalidade do território nacional. Admitindo provisão de dados para municípios com pouca infraestrutura técnica e monitoramento atualizado e constante das transformações da paisagem na macro escala. Por isso, as coleções permitem análise comparativa da cobertura e uso da terra de modo multiescalar para diversas porções do país, em especial quanto ao crescimento da mancha urbanizada no país.

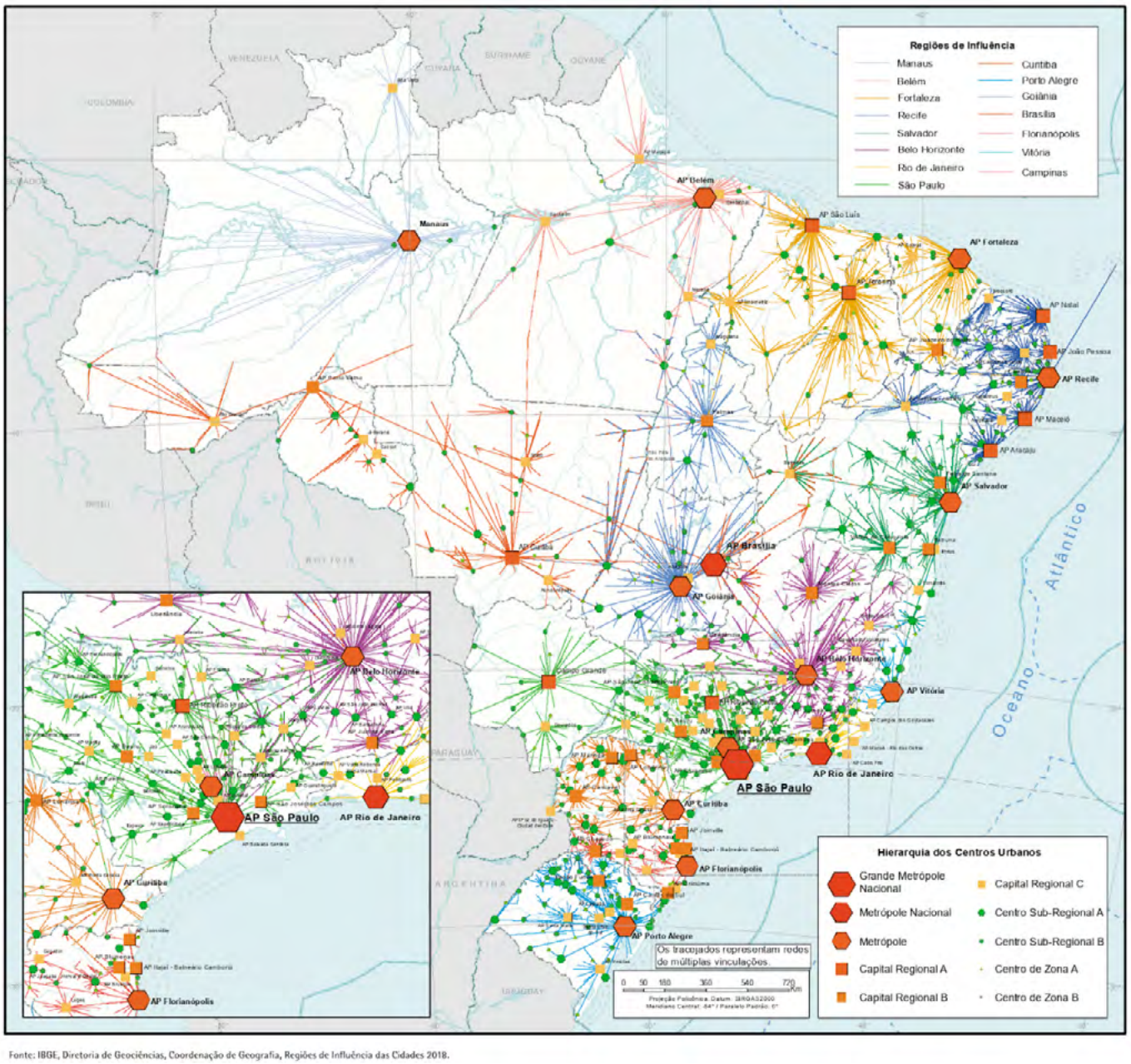
Ainda que se observe uma tendência à diferenciação e complexificação no sistema urbano, frente à especialização regional e de demandas produtiva (SANTOS, 2020), considera-se que o estudo da rede urbana brasileira possibilita a compreensão da relação entre as cidades, seus eixos territoriais de integração e padrões de distribuição de centralidades urbanas (IBGE, 2020). Este artigo, fruto de tese em andamento, analisa as métricas espaço-temporais da classe ‘área urbanizada’ (Mapbiomas, 2021) para identificar o crescimento da mancha urbanizada do país utilizando a hierarquia dos centros urbanos atual (IBGE, 2020), Metrópole, Centros Regionais e Centros Locais, como critério de agrupamento para avaliação e tensionamento com dados demográficos populacionais. Discutindo os processos de expansão urbana, seu impacto sobre a forma e paisagem urbana, no estudo de caso da região de Maringá-PR.

Os resultados destacam o desalinhamento entre as taxas de crescimento geométrico anual das áreas urbanizadas em relação à população, indicando uma ampliação da mancha urbana muito superior ao crescimento populacional. Quando analisado de acordo com a rede urbana brasileira, identifica-se três padrões típicos de expansão: as metrópoles em processo de adensamento, com crescimento populacional maior do que o da urbanização; as capitais regionais e centros locais com um padrão de dispersão da urbanização; e centros de zona e centros locais, onde o crescimento da urbanização é maior do que o da população, fenômeno que sugere a hipótese de perda de densidade.

Ao estudar a mudança de uso rural para urbano, Santoro, Cobra e Bonduki (2010), propõem que novas formas de urbanização precisam ser pensadas a partir de dinâmicas não metropolitanas,

1 Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil.

ponderando o crescimento horizontal enquanto estratégia imobiliária e não apenas fruto do crescimento populacional. Logo, a dinâmica de difusão da mancha urbanizada, ou dilatação dos territórios urbanos (ASCHER, 2010), ligada à ampliação de loteamentos nas áreas periurbanas, é facilitada pela falta de resistência à mudança do uso da terra. Para Spósito et al(2013) esta urbanização produz uma forma urbana com configuração reticular, mesclando concentração e vazios, que se sobrepõem às estruturas anteriores para compor espaços urbanos orientados majoritariamente pela circulação, ao invés da localização.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

Figura 1: Rede urbana brasileira em 2018. Fonte: IBGE, 2020, p. 12.

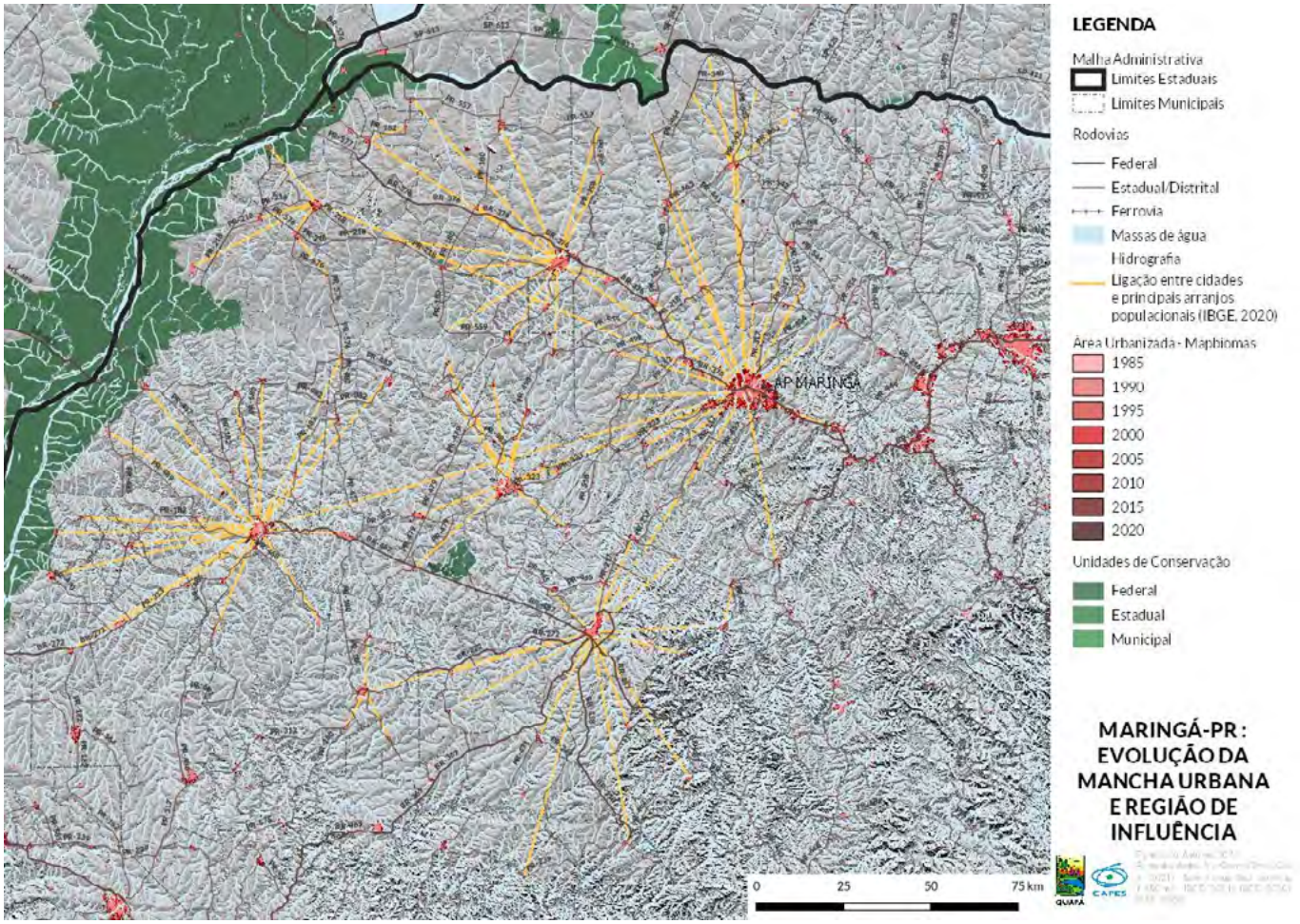


Figura 2: Evolução da mancha urbana do Arranjo Populacional Maringá-PR e sua região de influência. Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 104p.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2018. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil Coleção 6.** 2021. Disponível em: https://mapbiomas.org/download.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed, 5 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTORO, Paula Freire; COBRA, Patricia Lemos; BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. In: **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 417-440, jul/dez 2010. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5897.

SOUZA, Carlos M. Jr. et.al. Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. In: **Remote Sensing,** 12, nº. 17, 2735, 2020. https://doi.org/10.3390/rs12172735.

SPÓSITO, Maria E. B. et al. Dispersão e difusão, urbanização e cidades: múltiplas dimensões, múltiplos olhares. In: **Anais do XV ENANPUR**, v.15, n.1, 2013. Disponível em: https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/499.

MAPEANDO A "TOPOGRAFIA" DOS GÊNEROS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES) NA VIRADA DOS SÉCULOS XIX E XX

LT 278

Karla Caser [1]

[1] Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. Arquiteta, Professora Ph.D. pela University of Guelph/USP; karla.caser@ufes.br.

Palavras-chave: mulheres; Vitória; gênero, espaço público; topografia de gênero.

Desde 2019 vem sendo desenvolvida pesquisa com o objetivo de analisar os usos e apropriações do espaço público do Centro Histórico da cidade de Vitória/ES, através das lentes de gênero e da sociologia crítica de Pierre Bourdieu. O que se constrói a partir desta visão crítica é um entendimento das relações sociais que escapam das dicotomias - quer sejam de classe ou de gênero (MACNAY, 1999; ALMEIDA, 1997), e de sua indissociabilidade do ambiente construído, evidenciando restrições e proibições históricas no espaço urbano (BURNS, 2011).

Em 2020, Caser identifica as principais melhorias urbanas que criaram as condições que, em Vitória, permitiram a abertura do espaço público às mulheres na virada do séc. XIX para o XX, e utiliza um recorte de gênero e classe para analisar excertos de revistas de época em publicações sobre o período (Bellini, 2014 e Ribeiro, 2009), tornando-se possível identificar os diferentes territórios e as relações de poder, acordos tácitos de inclusão e exclusão nos usos dos espaços públicos - ruas, praças e parques - da cidade de Vitória. A estes acordos tácitos no espaço público chamou-se "topografias de gênero", adotando termo que Sayão (2003, p. 128) utiliza para se referir ao estudo desenvolvido por Bourdieu nos anos 60, sobre a relação entre os espaços sociais e arranjo das casas Kabyle (BOURDIEU, 1960).

Dando continuidade a esta pesquisa, este artigo busca discutir e propor um mapeamento da topografia de gênero do Centro Histórico da cidade de Vitória para este período da virada dos séculos XIX e XX. O objetivo é então tornar visíveis em uma cartografia as relações de poder, interdições e permissões tácitas ao uso do espaço público pela mulher quando da "abertura" dos espaços públicos na cidade de Vitória identificados em Caser (2020). Adota-se assim uma abordagem contemporânea de cartografia, como "...ação política de 'fazer ver'" (SPERLING 2016, p.82) e que vem sendo utilizada como forma de "...extrapolar limites do que se compreende como representação e tornar visíveis importantes relações de poder presentes em um determinado território" (SPERLING et al, 2019, p.807).

Desde a década de 60 surgem diferentes formas de representar e analisar a cidade e seus habitantes, desde os mapas cognitivos de Kevin Lynch, aos mapas situacionistas e diagramas de Félix Guattari e Giles Deleuze (TEYSSOT, 2012; VELLODI,2020). A aplicação dessa nova forma de análise e síntese encontraram reverberações em diferentes correntes de pensamento no desenho e planejamento urbano contemporâneo, como a matriz de descobertas de Reinghantz et al (2009), e os mapas de deriva e outras cartografias – mapeamento crítico, contracartografia, cartografia complexa (JACQUES et al, 2013; PASSOS et al, 2015; SPERLING et al 2019; PERES e SCHENK, 2021).

Acredita-se que esse artigo possa trazer uma contribuição metodológica para a área da morfologia urbana, ao propor uma cartografia - topografia de gênero na busca por tornar visível/fazer ver mecanismos de gênero engendrados nos espaços públicos. Ao mesmo tempo, acredita-se

que contribui para tirar as mulheres da invisibilidade no espaço urbano, ao permitir uma maior conscientização das relações de gênero, que é o primeiro passo na busca de uma melhoria das condições de vida e transformação dos espaços públicos mais responsivos a uma diversidade de usuários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Pierre Bourdieu e o Gênero**: possibilidades críticas. Rio de Janeiro: Iuperj, 1997.

BELLINI, Anna Karine de Queiroz Costa. 2014. **Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem**: 1860 a 1916 – Vitória (ES). Dissertação. PPGAU, UFES.

BOURDIEU, P. **Algeria 1960**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1979.

BURNS, K. (Reviewed by). Women and the Everyday City: Public Space in San Francisco, 1890–1915. **Architectural Theory Review**, 2011, 16:3, pg. 315-318.

CASER, K. A "Topografia" dos gêneros na cidade de Vitória, ES. In: Andrade e Nino (orgs.) **Paisagem e Gênero**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ e Grupo Paisagens Híbridas, 2020.

JACQUES, P.B. (org.). **Apologia da Deriva**. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

MCNAY, L. Gender, Habitus and the Field. **Theory, Culture & Society**, 1999, vol. 16, n. 1, p. 95-117.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.) **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERES, R. B. e SCHENK, L. B. M. Planejamnerto da paisagem e mudanças climáticas: uma abordagem multidisciplinar em São Carlos (SP). **Ambiente e Sociedade**, vol.24, 2021,p.1-24.

RHEINGANTZ, P. ; AZEVEDO, G.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D; QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/FAU/Pós-graduação Arquitetura, 2009.

RIBEIRO, N. P. Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX. In: PESSOTTI e RIBEIRO (org.) **Urbanismo Colonial**: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p.200-223.

SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**. Florianópolis,v.21, n.01, p. 121-149, jan./jun. 2003.

SPERLING, D. Você (não) está aqui: convergências no campo ampliado das práticas cartográficas. **Revista Indisciplinar**, EA-UFMG. Belo Horizonte (MG), V. Semestral, n.2, v.2, 2016, pp. 77-92.

SPERLING, D., RAMOS, G. e SANTANA, M. Contracartografias: tecnopolíticas de espacialização da informação - atores, agenciamentos e sistemas. In: RENA et al (orgs) **2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019. P. 806-833.

TEYSSOT, G. The Diagram as Abstract Machine. **V!RUS**, n. 7. [online] 2012. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus07/?sec=3&item=1&lang=en. Acesso: julho 2022.

VELLODI, K. Diagrammatic Transdisciplinarity: Thought outside Discipline. In: Collett, G. (ed) **Deleuze, Guattari, and the Problem of Transdisciplinarity**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020. p. 105-131.

TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL DA PAISAGEM CARIOCA: UMA ANÁLISE DO MODELO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE EXCLUDENTE.

LT 279

Gabriel Ferreira Fernandes [1], Cintia Maria Frazão [2]

Centro de Ciências Jurídicas Econômicas - CCJE/IPPUR/UFRJ
[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFRJ, Mestrando em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ; gabriel.ferreira@fau.ufrj.br.
[2] Graduada em Antropologia pela ICHF/UFF, Mestranda em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ; cintiaaudiencias@outlook.com.

Palavras-chave:

O objetivo deste resumo, parte de uma análise crítica a respeito da elaboração do projeto do Parque Municipal de Inhoaíba a ser implementado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O projeto apresentado pelo poder executivo, contará com uma nave do conhecimento, quadra poliesportiva, escola e espaço de desenvolvimento infantil, monumento em homenagem às vítimas da Covid-19, palco, chuveiro cascata, entre outros itens, em uma área de aproximadamente 1.700.000 m² (Figura 1).

O projeto de Lei Complementar 72/2022, institui a Operação Urbana Consorciada (OUC), autorizando a transferência do potencial construtivo não utilizado da área objeto da OUC do Parque Municipal de Inhoaíba para outros imóveis, Barra da Tijuca - zona Oeste, conforme estabelece o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

A proposta de um parque com uma mega infraestrutura, visa unir preservação e entretenimento, fazendo com que a cidade tenha muitos ganhos, como afirma o Presidente da Câmara do Rio, o vereador Carlos Caiado.

Sobre outra perspectiva a professora Sonia Rabello, afirma que a OCU do Parque Municipal de Inhoaíba se demonstra como um verdadeiro “imbróglio urbanístico”, se expressando como uma “lambança urbanística com recheio de misteriosos negócios imobiliários não esclarecidos”.

Alguns observações de relevância foram levantados pelo Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro (CAU/RJ) e alguns vereadores que questionam a respeito sobre:

1. A falta de transparência do projeto de Lei, quem são os donos dos terrenos beneficiados na Barra da Tijuca, no qual poderiam ter acréscimos dos índices construtivos comprados para o seus lotes?
2. Informações sobre os cálculos acerca dos valores dos terrenos privados em Inhoaíba, ciente que deriva de recursos públicos e a transparência é fundamental, se observa a necessidade dos CPFs envolvidos a fim de demonstrar que a proposta não beneficia ambos os lados se tornando uma moeda de troca.
3. Não foi encaminhado com o projeto de lei informações sobre o custo de implantação da proposta e orçamento municipal tal investimento, ou seja, quanto custará e com que dinheiro será feito?

Existem problemas quanto à constitucionalidade,pois o Poder Judiciário do Rio se manifestou dizendo que projetos que modificam leis a respeito de planejamento urbano na cidade devem preencher três requisitos,o que não foi cumprido neste projeto, por isso é importante a análise legal.

Se já existe a discussão do novo Plano Diretor, por quais razões a Câmara está discutindo um projeto que não agregará ao patrimônio Municipal? Qual motivo da Barra da Tijuca se beneficiar do projeto, já que o atual Plano Diretor explicita que as operações urbanas consorciadas precisam atender a área de influência e seus entornos.

Deste modo, este resumo pretende fomentar discussões acerca de alguns questionamentos:

Mas será que realmente a proposta do parque Municipal se apresenta como uma intervenção urbanística revestida de peso simbólico significativo, com a prerrogativa de um ganho para a população carioca ou simplesmente acaba por servir, aos interesses do capital imobiliário e das elites locais, que se beneficiam da promoção de um modelo empreendedor de cidade?



Figura 1: Vista aérea do projeto do Parque Municipal de Inhoaíba - Rio de Janeiro. Fonte:CAU/RJ, 2022

REFERÊNCIAS

RABELLO, Sonia. **No Rio**: Um Parque em Inhoaíba. O fim justifica os meios? CAU/RJ, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/no-rio-um-parque-em-inhoaiba-o-fim-justifica-os-meios/>. Acesso em: 12 de set. 2022.

PODER EXECUTIVO- **Projeto de lei 72/2022**- Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/d305f3c25ec55a360325863200569353/ba2486da1266cd17032588160061b4c0?OpenDocument&Highlight=0,INHOA%C3%8DBA> Acesso em: 12 de set. 2022.

MODELAGEM GENERATIVA DA PAISAGEM: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL NO PROJETO DE ESPAÇOS LIVRES

LT 280

Angelo Pedrote Caon [1], Bianca De Mello Cunha [2], Luciano Falcão da Silva [3]

[1] Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, PPGAU-IFF (em andamento); angelo.caon@gsuite.iff.edu.br.
[2] Especialização em Arquitetura para a Saúde, Programa de Educação Continuada CCE/PUC-Rio (em andamento); biancamello.arq@gmail.com.
[3] Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, PPGAU-IFF; lfalcao@iff.edu.br.

Palavras-chave: arquitetura da paisagem; projeto paramétrico; sistema generativo; design computacional; sustentabilidade.

O uso de ferramentas computacionais está presente no projeto de arquitetura paisagística, assim como nas demais áreas, e o design paramétrico, de aplicação mais recente, vem ganhando força na área. À medida que as interações tecnológicas e culturais entre humanos e computadores crescem exponencialmente, tecnologias como o design paramétrico permitem que os profissionais criem soluções que vão além dos métodos tradicionais de design analógico. Essa técnica de projeto pode beneficiar os projetistas economizando tempo, garantindo que os espaços projetados se mantenham responsivos a uma variedade de contextos, reduzindo o potencial de erro e aumentando a eficiência do design. Labakali (2012) aponta que em áreas livres, a exemplo de parques, o estado de conforto térmico é influenciado pela satisfação do usuário (sensação de conforto térmico), e Gehl (2015) aduz que a permanência ou não do usuário no espaço público também depende da variável de conforto térmico. Desta forma, este artigo tem por objetivo explorar o pensamento algorítmico de design de paisagem através de uma abordagem metodológica de modelagem generativa com foco no comportamento do usuário e nas condições microclimáticas para definição inicial dos parâmetros de entrada para o processo. A área escolhida para estudo de caso, em andamento, está situada em região predominantemente residencial no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, próximo ao Instituto Nacional do Câncer I, à Praça da Cruz Vermelha e ao Edifício sede da Cruz Vermelha, locais de grande fluxo de pessoas. Nesse sentido, o sítio oferece o significado ambiental e social adequado para a geração do modelo. São investigadas as relações entre a movimentação de pessoas e a radiação de superfície e como estas moldam o projeto. O processo de modelagem é definido em cinco etapas relacionadas ao algoritmo: primeiro, é feito um levantamento do uso do solo no entorno imediato para coletar tendências sobre a movimentação de pessoas; após, os indicadores relacionados à movimentação de pessoas são definidos; em seguida, para coletar as condições de sombreamento das edificações e vegetação existentes, é feita uma simulação através de software específico; na quarta etapa, o algoritmo é alimentado com os dados de sombreamento obtidos; e por último a configuração final do layout de deambulação da área é gerado pelo algoritmo através da avaliação de todos os parâmetros simultaneamente. Durante o processo de modelagem, novos projetos são criados por meio de etapas relacionadas: coleta de dados, análise algorítmica para otimizar seus relacionamentos e projeto usando vetores que moldam padrões de superfície. Essas etapas enfatizam o parâmetro e as relações condicionais que orientam a operação, em vez de discutir a existência rígida do próprio projeto. Toda cidade tem um sistema de espaços livres, e esses espaços são fruto do processo de urbanização e formação (MACEDO, 2011). A aplicação de sistemas paramétricos no urbanismo, permite a criação rápida de inúmeras alternativas por meio de simples alterações de valores nos parâmetros utilizados, tornando as decisões de projeto adaptáveis a qualquer

mudança processual urbanística (Lima, 2014) e esta ferramenta pode ser adaptada aos requisitos específicos de qualquer espaço livre, desde que os dados de entrada iniciais necessários sejam fornecidos. Com este trabalho, destaca-se a importância dos dados para o processo de projeto paisagístico, e em como ferramentas computacionais podem auxiliar nas simulações em busca das soluções finais de projeto.



Figura 1: Mapa de Localização. Fonte: Autoria própria com dados de Google Maps (2022).

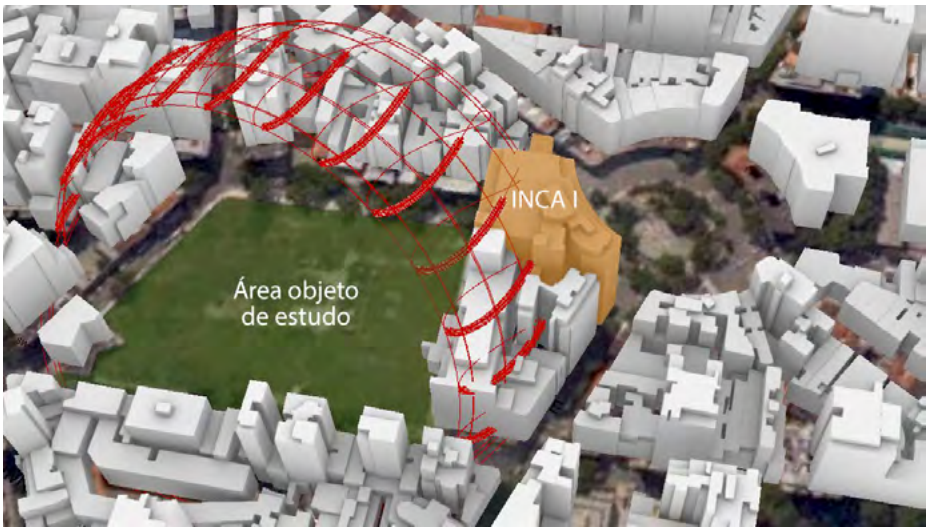


Figura 2: Estudo solar local com uso do software Rhinoceros com plugin Grasshopper. Fonte: Autoria própria (2022).

REFERÊNCIAS

GEHL, Jean. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva.

LABAKI, Lucila Chebel et al. Conforto térmico em espaços públicos de passagem: estudos em ruas de pedestres no estado de São Paulo. **Ambiente Construído**. Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ANTAC, v. 12, n. 1, p. 167-183, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/7140.

LIMA, Fernando Tadeu de Araújo. A parametrização do conceito de cidade compacta: uma abordagem "pós-moderna" para centros urbanos contemporâneos sustentáveis. **Oculum Ensaios**, 11(2), 259. Disponível em: https://doi.org/10.24220/2318-0919v11n2a2545.

MACEDO, Silvio Soares et al. Sistemas de espaços livres privados – o outro lado do sistema de espaços livres urbanos: reflexões preliminares. In: MACEDO, Silvio Soares et al (Org.). **Sistemas de Espaços Livres**: conceitos, conflitos e paisagens. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 33-53.

DO PETRÓLEO AO CAOS: NARRATIVAS MORFOLÓGICAS SOBRE MACAÉ/RJ, A CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO

LT 281

Narjara Xavier dos Santos [1], Vera Regina Tângari [2]

[1] Doutoranda em Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (em andamento); narjara.santos@fau.ufrj.br
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAUUFRJ); vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Forma urbana; Processos morfológicos; Direito à cidade; Políticas públicas; Macaé-RJ.

O presente trabalho refere-se à parte do projeto de pesquisa de tese de doutorado atualmente em desenvolvimento, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ-FAUUFRJ) e alinhado às pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisas Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ).

Conhecida como a “Capital Nacional do Petróleo” (Figura 1) e localizada no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro (Figura 2), a cidade de Macaé passou por profundas transformações em sua paisagem urbana a partir da década de 1970. Tais transformações são apontadas como decorrência de três eventos principais: a descoberta de petróleo na Bacia de Campos dos Goytacazes em 1974, o início das atividades petrolíferas na região em 1977 e a implantação da Sede Operacional da Petrobrás na cidade em 1979 (FREITAS et al, 2006; SAYD; BRITTO, 2016). Dessa forma, a mudança do perfil de cidade balneário para potência nacional da indústria do petróleo ocorreu de forma acelerada nas décadas seguintes, sendo acompanhada de um intenso processo de urbanização do distrito sede do município.

Contudo, se por um lado o estabelecimento da Petrobrás e de diversas empresas de suporte à indústria petrolífera e de serviços em Macaé proporcionou um rápido crescimento econômico, por outro também acarretou significativo aumento populacional, com ocupação intensiva do solo urbano e com consequentes impactos socioambientais, devido ao avanço da mancha urbana sobre ecossistemas frágeis e áreas de preservação ambiental (FREITAS et al, 2006; JERONYMO et al, 2017). Como consequência desse processo de urbanização, Macaé apresenta sinais de sobrecarga nos serviços públicos, falta de saneamento básico e de asfalto em diversas localidades, além de um elevado déficit habitacional.

Nesse contexto, o objetivo principal dessa pesquisa é estudar os reflexos socioespaciais dos impactos gerados pela ação da indústria petrolífera na cidade de Macaé, a fim de compreender de que forma tais efeitos influenciaram nos modos de produção do espaço urbano, e se manifestaram nos processos de transformação da paisagem e de conformação do sistema de espaços livres desse tecido urbano. Através de uma estratégia metodológica combinada (GROAT, 2002), o trabalho visa a realização de uma análise mais aprofundada desse processo de constituição da forma urbana macaense. Assim, por meio da aplicação de técnicas de mapeamento (CORNER, 1999), pretende-se apontar os supracitados reflexos no território macaense de forma gráfica, resultando na elaboração de cartografias críticas.

Sobre as conclusões parciais da pesquisa, constatou-se que apesar do alto PIB per capita do município (IBGE, 2021), o elevado índice de Gini de 0,56 (ATLAS BRASIL, 2010) e a crescente favelização de porção central da cidade revelam que Macaé apresenta uma alta concentração de

riqueza em uma pequena parcela da população. Nessa circunstância, assim como a distribuição da renda oriunda da atividade petrolífera, os investimentos na malha urbana se deram similarmente de maneira desigual, gerando visível contraste entre regiões e bairros altamente privilegiados em detrimento de periferias densamente ocupadas e com ausência de políticas urbanas e habitacionais adequadas (JERONYMO et al., 2017).

Se a concentração de renda aliada à falta de políticas públicas urbanas equitativas contribui significantemente para o caráter segregador das cidades, assim como para o restrito acesso aos bens e serviços urbanos pela camada mais vulnerável da sociedade, a pesquisa almeja fornecer subsídios críticos com relação à desigual distribuição dos investimentos na cidade de Macaé. Dessa forma, anseia colaborar no âmbito decisório do poder público local, almejando que este, quando em processo de desenvolvimento de novas resoluções, tome como fundamento básico os princípios que visem o pleno direito à cidade (LEFEBVRE, 2008) e a mitigação das desigualdades socioespaciais com base nos princípios da ecologia política (ALIER, 2018).



Figura 1: Vista aérea da cidade de Macaé, “Capital Nacional do Petróleo”. Fonte: Leonardo Marques, 2007

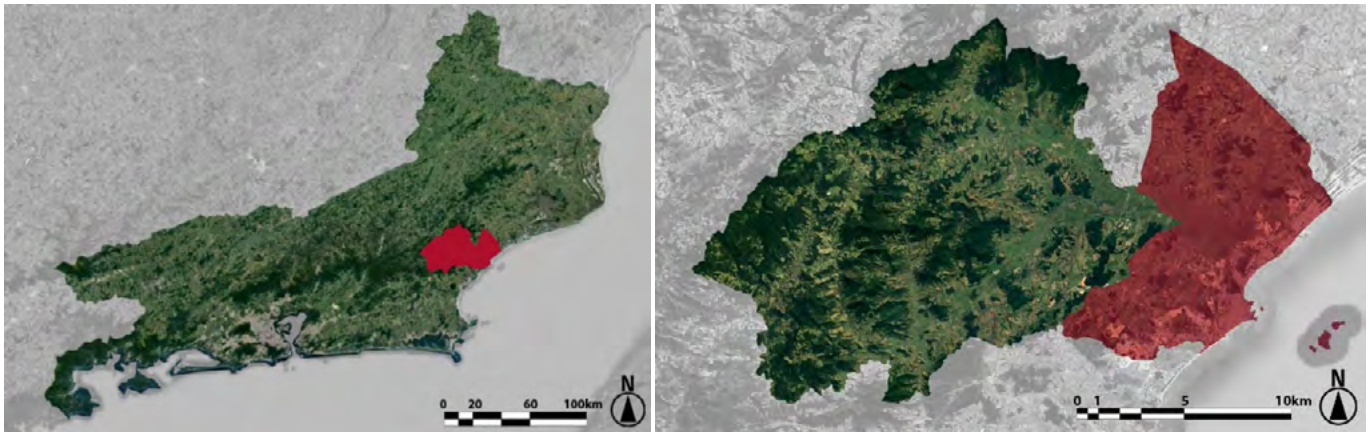


Figura 2: Localização do Município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro (esquerda), e da cidade de Macaé no contexto do Município (direita). Fonte: Narjara Santos, 2022.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ATLAS BRASIL. **Macaé**, RJ. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ perfil_m/macae_rj> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

CORNER, James. The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention. In: COSGROVE, Denis (org.). **Mappings**. Londres: Reakion Book, 1999, p. 213-252.

FREITAS, Leonardo et al. **Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé**. Rio de Janeiro: Editora Nova Tríade do Brasil Ltda, 2006.

GROAT, Linda. Case Studies and Combined Strategies (Chapter 12). In: **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2002, p. 415-451.

IBGE. **Macaé**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macae/panorama> Acesso em: 25 -de outubro de 2021.

JERONYMO, Carlos et al. Evolução do uso e cobertura da terra e a formação de assentamentos humanos em ecossistemas frágeis, áreas protegidas, de risco ou degradadas: o caso da cidade de Macaé (RJ-Brasil). **Revista Tamoios**, São Gonçalo, ano 13, n. 2, p. 94-117, jul/dez. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

SAYD, João; BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. Estuário do Rio Macaé: O papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano. **XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo** – Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e revisões do século XX. 2016.

AS TRANSFORMAÇÕES NO TECIDO URBANO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS EM SANTA CRUZ – RIO DE JANEIRO

LT 282

Anna Clara Souza [1], Raffael Stephanio da Silva [2], Thaísa Escudero [3], Elizabeth Sá Barreto Lopes Nogueira [4], Vera Regina Tângari [5]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, [1] IBMR, annaclarasouza@hotmail.com; [2] UNESA, raffaelstephanio.unesa@outlook.com; [3] IBMR, tr.escudero@gmail.com.
[4] Doutorado em arquitetura PROARQ-FAUUFRJ (em andamento); elizabethsabarreto@gmail.com.
[5] Doutora ,docente permanete FAUUFRJ vtangari@fau.ufrj.com.br

Palavras-chave: Habitação; Tecido Urbano; Santa Cruz;

O presente artigo apresenta o processo de mapeamento das habitações sociais e as transformações do tecido urbano na Região Administrativa de Santa Cruz, que se situa a oeste do Rio de Janeiro. É uma região periférica pobre, que recebe usos considerados não pertencentes a regiões centrais, tais como indústrias e programas de habitação de interesse social. O bairro de Santa Cruz é um dos mais populosos da cidade, mas com pouca densidade habitacional em virtude de sua grande extensão territorial. Por isso tem uma grande potencialidade de expansão urbana, em virtude de sua grande extensão de espaços livres.

A metodologia adotada utilizou mapas, dados históricos e pesquisas bibliográficas, que possibilitou contextualizar o lugar, caracterizar a evolução urbana da paisagem e analisar as várias habitações sociais que foram e estão sendo construídas e as tendências de seu crescimento. O trabalho iniciou-se com a comparação do tecido urbano de diferentes épocas, onde se percebeu que os conjuntos habitacionais, desde a época do Banco Nacional de Habitação até a atual Casa Verde e Amarela, foram o grande transformador da paisagem urbana e que o seu crescimento ocorreu sem um planejamento urbano maior, o que foi uma grande perda para a Região.

Foram pesquisados mapas cadastrais da situação urbana, dados sobre a legislação urbanística, fotografias aéreas e de campo, pesquisas do setor imobiliário e informações sobre o setor industrial. A partir dessa pesquisa, foram feitas observações de campo e aplicados dispositivos com o intuito de identificar e analisar atividades, concepções e apropriações espaciais, numa escala mais aproximada, segundo o tema da habitação social. Utilizou-se plantas aerofotogramétricas cadastrais e mosaicos de ortofotos, bases cartográficas, fotografias de sobrevôo, mapas e desenhos elaborados, dados censitários, Relatório do Grupo de Trabalho Santa Cruz da Prefeitura do Rio de Janeiro, Atlas do Desenvolvimento Humano, Plano de Desenvolvimento Urbano a Longo Prazo para o Estado da Guanabara - Plano Doxiadis e o Plano Santa Cruz 2030: um programa de desenvolvimento sustentável na Zona Oeste do Rio.

Com o mapeamento dos Loteamentos e Conjuntos Habitacionais realizou-se uma análise detalhada de dois trechos significativos de áreas que tiveram seu tecido urbano alterado recentemente. Utilizou-se, para essas análises locais, o Caderno 3 Minha Casa Mais Sustentável do Ministério das Cidades. Também foi feita uma pesquisa dos conjuntos habitacionais promovidos pelo governo estadual, através da Companhia Estadual de Habitação, e dos assentamentos populares do território.

A relevância do presente trabalho dá-se por explorar uma área da cidade pouco estudada, tanto pelo Estado quanto pelas Universidades. Os conjuntos habitacionais desde os anos de 1970

até aos mais recentes, quase todos construídos com financiamento público, tiveram grande importância na modificação da paisagem. Percebe-se que os novos conjuntos habitacionais estão ocupando os espaços livres verdes que eram agrícolas, assim como as próprias áreas verdes. Eles têm características de condomínios fechados e não têm relação direta e espacial com as ruas de acesso. Estão dissociados dos serviços do bairro e são carentes de infraestrutura pública. Assim, tem-se uma estrutura urbana não condizente com a história da Região e que, também, não propicia uma boa qualidade de vida urbana. Constatou-se que existe uma indissociabilidade entre os conjuntos de habitação social e as transformações que eles causam na morfologia urbana e identidade de Santa Cruz.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Adauto L. (Org.). **O programa minha casa minha vida e os efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **PUB-Rio**: plano urbanístico básico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento, 1977.

REIS, José de Oliveira. In **Novas memórias do urbanismo carioca**. Américo Freire e Lucia Lippi Oliveira, org. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REIS, Manuel M. do C. Memória de Santa Cruz. **Revista do IHGB**, tomo V, Rio de Janeiro: 1943.

REIS, Nestor G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos. **Evolução urbanística da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPP, 2008.

_____. **Planos urbanos** - Rio de Janeiro - Século XIX. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades. **Cadernos minha casa mais sustentável**. Caderno 3. Brasília: SNH/M. das Cidades, 2018.

CARTOGRAFIAS E AS NOVAS FORMAS NA PAISAGEM DA MACROZONA URBANA DE CUIABÁ/MT

LT 283

Doriane Azevedo [1], Antonio Mascarenhas Junqueira Neto [2], Taynara Barreto Macedo [3], Thaiz Freitas Pessoa [4]

[1] Docente Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAET/UFMT; doriane.azevedo@gmail.com.
[2] Pesquisador Associado UFMT ;; antoniomjneto@gmail.com.
[3] Pesquisadora Associada UFMT; taynarabarretom@gmail.com.
[4] Pesquisadora Associada UFMT; thaizpessoa@hotmail.com.

Palavras-chave: Cuiabá/MT; Ordenamento do Território e da Paisagem. Lote não Edificado; Gleba não Parcelada;

Em Cuiabá/MT, desde 2010, a participação do Grupo de Pesquisa e Extensão ÉPURA/UFMT, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico - Prefeitura Municipal de Cuiabá (CMDE/ PMC), tem possibilitado acompanhar alguns conflitos no ordenamento do território. Técnicos, Gestores e Incorporadores alegavam a ausência de estoque de terras para implantação de políticas públicas e novos empreendimentos, exigindo a ampliação do perímetro urbano; conduziam outros movimentos, p. ex. implantação de Operações Urbanas Consorciadas (OUC) em Zonas de Interesse Ambiental (ZIA). O contraponto a essas posturas aflorou na ocasião da Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) em 2015, quando o ÉPURA/UFMT, com base em suas Cartografias Técnico-Contestadoras produzidas anteriormente, organizou e conduziu Oficinas Comunitárias nos bairros das Regiões Administrativas de Cuiabá. Aliada à leitura Comunitária, emergiu potente Cartografia Social, segundo Ascerald (2008), ou ainda, Cartografia da Ação, como definida por Torres Ribeiro (2002).

As provocações dessa "Cartografia Social da Ação" evidenciaram a necessidade de mapeamento pormenorizado de Espaços Livres na Macrozona Urbana de Cuiabá, em especial "Lotes não Edificados" e "Glebas não Parceladas", para contribuir nos debates futuros da Revisão do Plano Diretor/ LUOS, orientando o planejar com a paisagem (SANTOS,2003), objetivo principal da pesquisa. Utilizamos a base georreferenciada da PMC e Google Earth, a partir de 2006. Os resultados iniciais registrados em Azevedo, Pessoa et al (2019; 2022), combinados com a leitura das dimensões socioambientais, urbanísticas e legais, evidenciam novas formas na paisagem a serem estudadas (Figuras 1 e 2), e seus impactos - positivos ou negativos - e que podem subsidiar discussões na revisão da legislação urbana, como:

a) Um dos produtos da pesquisa consiste no registro da manutenção de Lotes não Edificados e Glebas não Parceladas desde 2006, assim como o surgimento de novos dentro de Condomínios Horizontais Fechados (CHF) entregues há mais de 05 anos. O mapeamento registra a manutenção, diminuição e/ou aumento desses lotes não edificados ao longo do tempo, funcionando inclusive, como indicador quantitativo temporal para avaliação da eficácia das políticas públicas. Deve-se discutir maneiras de minimizar as dificuldades do Município em implementar os instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários para cumprimento da função social da propriedade;

b) Nas Regionais Norte/Oeste, nosso mapeamento destacou que há número considerável de lotes não edificados/glebas não parceladas que abrigam densa rede de corpos d'água, com potencial para criação de Corredores Ecológicos nesse arco. Evidencia-se a possibilidade de articulação/ integração entre glebas não parceladas contíguas e as Áreas de Proteção Permanente (APP),

aliada a revisão e/ou demarcação de ZIAs ou das Zonas de Amortecimento para que se possa consolidar esses Corredores Ecológicos;

c) Na Região Leste há APPs preservadas no entorno de Córregos/Rio, algumas demarcadas como ZIAs. Em paralelo, nossa análise registrou o predomínio da implantação dos CHF ao longo desses corpos d'água, indicando tendência urbanística desses elementos naturais estarem "encarcerados" entre muros dos Condomínios. Essa nova forma poderia restringir diferentes apropriações (lazer/recreação) anteriormente presentes na região? Exige alerta, aprofundamento do estudo para discussão ampliada;

d) Em porções da Zona de Expansão Urbana – Região Sul, nota-se lotes estreitos entre 20 e 30mil m², originalmente destinados como chácaras, que estão sendo desmembrados em unidades menores (média 360m²), acessadas por via disposta longitudinalmente, sem saída Os antigos lotes rurais são transformados em longas quadras urbanizadas e desarticuladas entre si. Esta situação é uma decorrência de determinação da LUOS, que estabelece que o lote urbano máximo é de 30mil m², não alcançado pelas exigências mínimas da Lei de Parcelamento (reservas de percentual áreas públicas para Circulação, Equipamentos Sociais e Urbanos e Áreas Verdes), reforçando o padrão de carências urbanísticas na Região Sul. Nossos estudos indicam que os impactos negativos gerados exigem a revisão do dimensionamento do lote urbano máximo em Cuiabá/MT.

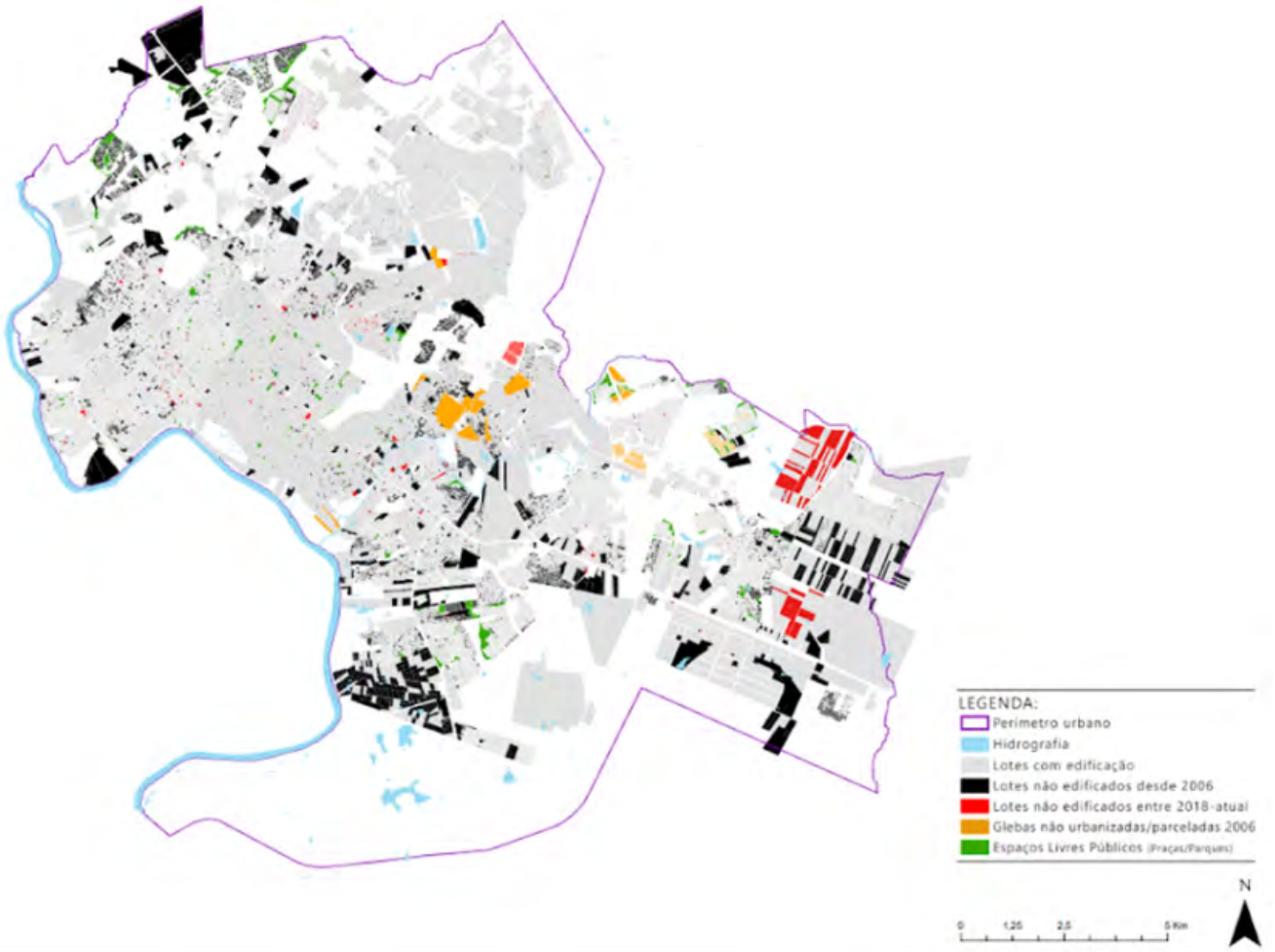


Figura 1: Mapeamento dos Lotes não Edificados e Glebas não Parceladas – Macrozona Urbana de Cuiabá/MT. Fonte: Autores, 2022.

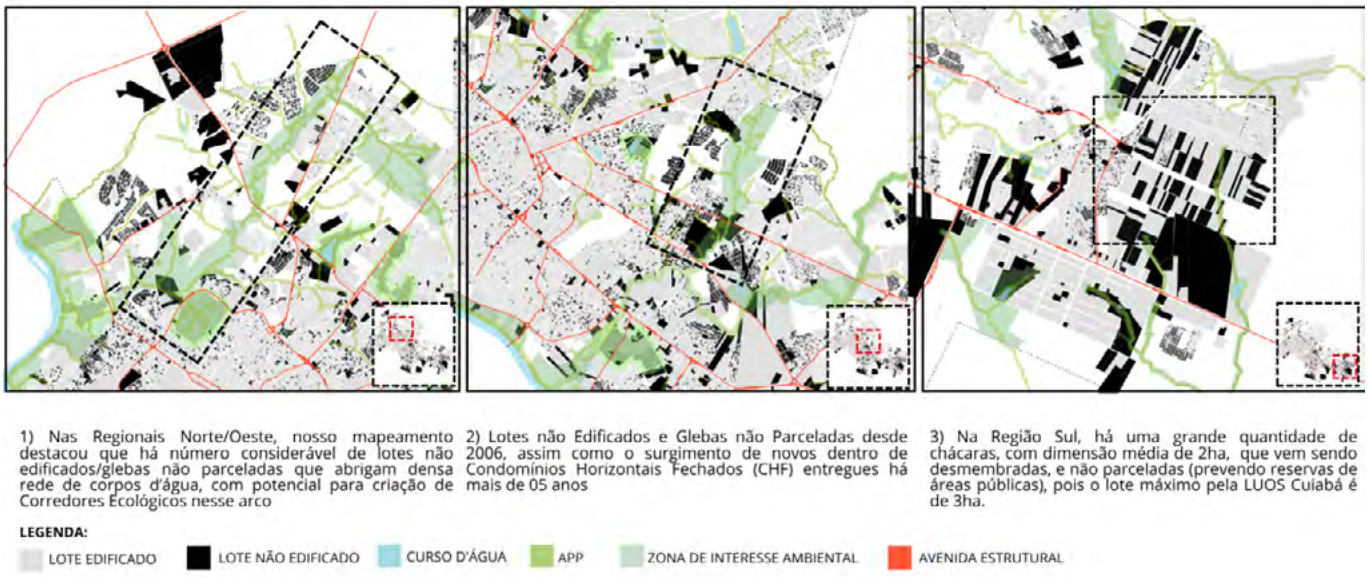


Figura 2: Novas Formas na Paisagem – Macrozona Urbana de Cuiabá/MT. Fonte: Autores, 2022

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

AZEVEDO, Doriane; PESSOA, Thaiz. F.; et al. Vazios Urbanos em Cuiabá/MT: A (Re)Visão dos Planos Diretores e (a Falta de) Mapeamentos. In: **XI IBDU**. Salvador, 2022.

AZEVEDO, Doriane; PESSOA, Thaiz. F.; et al. Como (não) garantir o Direito à cidade: políticas públicas e vazios urbanos em Cuiabá/MT. In: **XVIII ENANPUR**. Natal 2019.

CUIABÁ. **Lei Complementar 150, de 2007**. Plano Diretor Estratégico.

____. **Lei Complementar 389, de 2015**. Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese de Livre-Docência, São Paulo: FAUUSP, 1982.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, Ano XV, N.2 e Ano XVI, N.1, 2001 e 2002.

SANTOS, E. A. dos. **Porque planejar com a paisagem**. PosFAUUSP, 13, 100-123, 2003. https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v13i0p100-123)

PROGRAMAS DE PROVISÃO HABITACIONAL EM BELÉM/PA E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS

LT 284

Monique Bentes Machado Sardo Leão [1]

[1] Professora de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Estácio Belém . Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da UFPA, PPGAU-UFPA (em andamento); monique.bentes@gmail.com.

Palavras-chave: Política habitacional; provisão habitacional; expansão urbana; Belém/PA.

O incentivo a casa própria é presente desde as primeiras políticas habitacionais brasileiras, demonstrando forte vínculo à dimensão econômica (BONDUKI, 2004; BOLAFFI, 1979, ARRETCHE, 1990). Mais recente, com o avanço do capitalismo financeirizado, há o surgimento da categoria habitação social de mercado, termo empregado para caracterizar a produção e comercialização de habitação para classes com rendimentos mais baixos (SHIMBO, 2010). Essa produção foi incentivada no programa Minha Casa Minha Vida (2009-2020), que se destacou pelo volume de unidades habitacionais contratadas, que irão estimular o crescimento urbano e terão efeitos territoriais nas cidades (CARDOSO; LAGO, 2013). Neste trabalho, considera-se que as políticas habitacionais brasileiras baseadas no financiamento da casa própria impactam a ocupação do território das cidades, possuindo aspectos regionais diferentes, sobretudo em regiões periféricas do país.

Belém do Pará possui especificidades enquanto cidade amazônica localizada na região norte do país, sua configuração urbana é marcada pela presença de assentamentos precários, com mais da metade de seus domicílios considerados em aglomerados subnormais (IBGE, 2020). A questão habitacional é fruto de um processo de urbanização desigual, onde as características morfológicas foram determinantes para a estruturação urbana, com áreas de várzeas ocupadas informalmente por famílias de baixa renda. Nas “baixadas” predominaram a tipologia palafítica de madeira como moradia, sendo alvo de planos de urbanização e programas de reassentamento habitacional desde a década de 1960.

Considera-se que a política habitacional será indutora de grandes transformações territoriais na área de expansão urbana de Belém, antigos terrenos rurais passam a ser ocupados por conjuntos habitacionais, com formas urbanas dissociadas da malha antiga da cidade. Observa-se em períodos distintos, a atuação de programas de provisão habitacional, que incentivaram o financiamento da casa própria tanto em empreendimentos de classe média como em conjuntos populares, culminando na formação de novos bairros e centralidades (LIMA, 2002; SOUZA, 2016; VENTURA NETO, 2012).

Neste trabalho, propõem-se o estudo de caso de três programas habitacionais: 1 – Banco Nacional de Habitação (BNH), 2 – Programa de Arrendamento Residencial (PAR/CAIXA), 3 – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A partir de informações históricas sobre os conjuntos produzidos em cada período (PINHEIRO et al, 2007; SILVA, 2014; SOUZA, 2016), e dados coletados no Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), é realizado o mapeamento e análise espacial, utilizando ferramentas de geoprocessamento.

A análise demonstra que os primeiros conjuntos construídos nas décadas de 60 e 70 (BNH) estavam localizados nos limites da área urbana, ainda com características rurais, em geral,

possuíam extensão territorial e ocupação horizontalizada por meio de casas isoladas. Nas décadas de 90 e início de 2000 (PAR/CAIXA) a produção se caracterizou por serem em terrenos menores e com edificações multifamiliares, adotando um modelo de condomínio fechado. A produção mais recente, dos anos 2000 e 2010 (PMCMV) reforçará a ocupação do território por meio de condomínios verticalizados. Desta forma, considera-se que os programas de provisão habitacional representaram uma adequação da região a um novo padrão de arquitetura e de modo de ocupação no território, que colaboram para uma nova estruturação urbana na área de expansão de Belém, sendo presentes conflitos e impactos no desenho urbano da área.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Intervenção do Estado e Setor Privado: O Modelo Brasileiro de Política Habitacional. In: **Espaço & Debates**, ano X, no. 31, 1990. Pp. 21 – 36.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo, Alfa-omega, 1979.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CARDOSO, Adauto Lúcio; LAGO, Luciana Corrêa do. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In.: CARDOSO (ORG). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital , 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA, José Júlio. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Arquitextos**, ago. 2002. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763. Acesso em: 30 abr. 2021.

PINHEIRO, Andréa, et al. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare).

SILVA, Marlon Lima da. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais**: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro; orientador Cibele Saliba Rizek. — São Carlos, 2010.

SOUZA, Renata Durans Pessoa de. **A área de expansão de Belém: um espaço de múltiplas vivências**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

VENTURA NETO, Raul da S. **Circuito Imobiliário e a cidade**: coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbanos de Belém. 2012, 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

TALES OF THE CITY: AS ESCOLAS E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE SAN FRANCISCO

LT 285

Alain Flandes [1], Giselle Arteiro N. Azevedo [2]

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU-UFRJ).
[1] Doutorado em Arquitetura; alain.gomez@fau.ufrj.br.
[2] Doutorado (docente permanente); giselleartEiro@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: território educativo; distrito escolar; identidade

Como parte das atividades de doutoramento sanduíche no Center for Cities & Schools do University of California, Berkeley (CCS / UC Berkeley), apresenta-se esse trabalho que busca discutir a conexão geográfica entre identidade racial/étnica dos alunos e os diversos bairros de San Francisco. Para tanto, a partir de visitas externas aos edifícios escolares e seus arredores do Distrito Escolar Unificado da cidade de San Francisco (San Francisco Unified School District - SFUSD) foram mapeadas 66 escolas públicas de ensino fundamental (figura 1).

Como ponto de partida aponta-se o constatado por David R. Garcia no seu trabalho intitulado “School Choice” (GARCIA, 2018) onde aponta-se que o arranjo em que a maioria dos alunos estadunidenses frequentava as escolas públicas do bairro, com limites de atendimento baseados na proximidade geográfica, continuou praticamente inalterado até a década de 1950.

Segundo Garcia, nos Estados Unidos a frequência dos alunos nas escolas públicas do bairro tem algumas implicações importantes. Primeiro, a composição racial/étnica dos alunos de escolas públicas espelha a composição racial/étnica dos bairros em que as escolas estavam localizadas. Em segundo lugar, a escolha da escola não era uma questão de política educacional. Nos Estados Unidos, as escolas públicas são administradas por distritos escolares, governos independentes para fins especiais, ou sistemas escolares dependentes, que estão sob o controle do governo estadual e local (MATTERN, 2021).

Com as diversas ondas migratórias experimentadas pela cidade de San Francisco pós Segunda Guerra Mundial, este trabalho se ancora na consolidação de comunidades latinas, asiáticas, afro-americanas e europeias localizadas geograficamente na cidade dentro de um único distrito escolar. Prévio à emergência sanitária COVID-19, a cidade passou por uma nova onda migratória decorrente do boom econômico do rumo tecnológico de Silicon Valley. Tal situação contribuiu no deslocamento de comunidades que, em conjunto com a política de matrícula escolar por proximidade geográfica, acabou por separar os alunos que já estão separados na rede pública por meio de segregação através de linhas raciais, estratificadas por status socioeconômico ou classificadas por capacidade acadêmica (MCKOY et al , 2018).

O mapeamento, através de registros fotográficos, identificou diferentes tipologias arquitetônicas dos edifícios escolares visitados, assim como diversas manifestações culturais de apropriação do edifício e seu território por parte da comunidade escolar (figura 2). Tais dados acompanham a inquietude inicial da pesquisa de doutoramento sanduíche sobre a relação do distrito escolar e as escolas públicas de ensino fundamental de San Francisco, buscando compreender melhor estratégias de planejamento de territórios educativos que levem em consideração a complexidade identitária das comunidades.

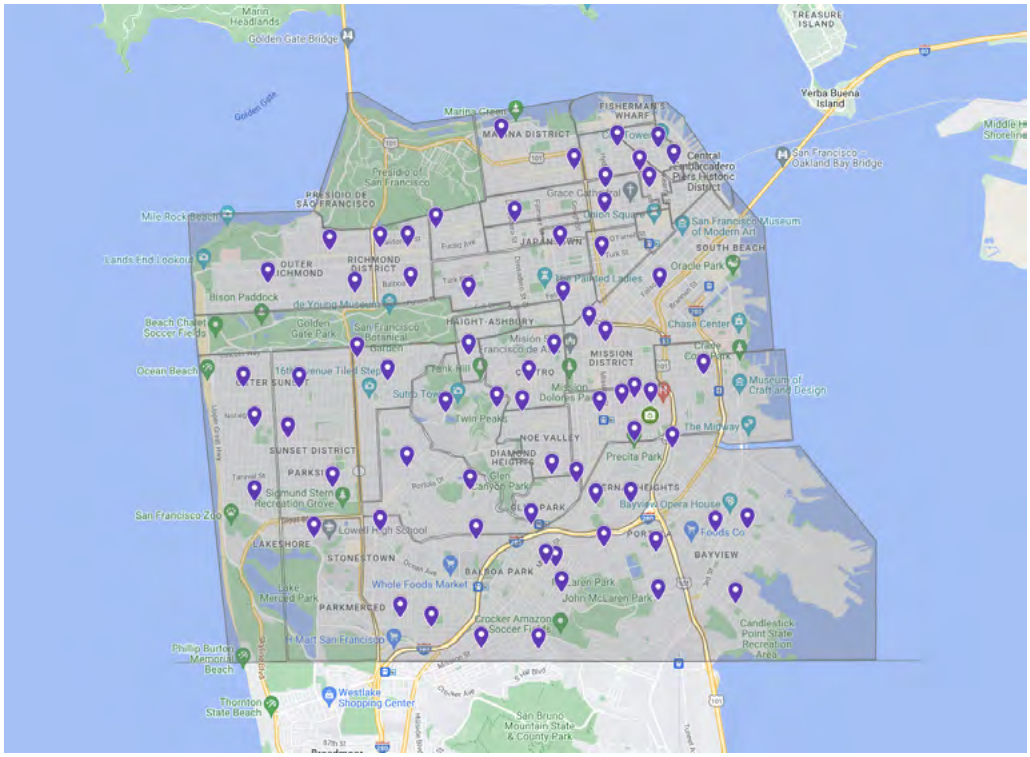


Figura 1: Mapa do Distrito Escolar Unificado da cidade de San Francisco (San Francisco Unified School District - SFUSD) e suas 66 escolas públicas de ensino fundamental visitadas. Fonte: Flandes, 2022



Figura 2: Mapa da cidade de San Francisco realizado por alunos do ensino fundamental. Fonte: FLANDES, 2022.

REFERÊNCIAS

GARCIA, David R. **School Choice**. Cambridge: The MIT press essential knowledge series, 2018.

MATTERN, Shannon. **A city is not a computer**: other urban intelligences. Princeton: Princeton University Press, 2021.

MCKOY, Deborah; EPPLEY, Amanda; BUSS, Shirl. **Planning cities with young people and schools.** New York: Routledge, 2022.

O PODER ECONÔMICO DE UMA VIZINHANÇA ATIVA: RELAÇÕES EMPÍRICAS ENTRE COMPORTAMENTO DE CAMINHADA E VALOR DO SOLO URBANO EM LONDRINA-PR

LT 287

Melissa Affonso de Souza [1], Karine Regina Pompermayer [2], Milena Kanashiro [3]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UEL (em andamento); melissa.affonso@uel.br.
[2] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPU-UEL (em andamento); karine.pompermayer@uel.br.
[3] Professora de Pós-Graduação, PPU-UEL; milena@uel.br.

Palavras-chave: preço do solo; deslocamento ativo; cidades caminháveis

Numa sociedade moldada pelos interesses intrínsecos à econômica de mercado, benefícios urbanos são capitalizados e convertidos em valorização fundiária (HARVEY, 1980). Várias teorias e estudos que fornecem evidências sobre a relação entre características do ambiente construído e o valor de propriedades urbanas (JACOBS, 1969; VILLAÇA, 2001).

Nessa dinâmica estão relacionados alguns atributos do ambiente construído associados também ao conceito de bairros caminháveis, entre eles densidade, diversidade, design, segurança, conforto e conveniência (CERVERO & KOCKELMAN, 1997). Seus benefícios incluem menor custo em infraestrutura e transporte, resiliência às crises, oportunidades de empregos, desenvolvimento do comércio e economia local (FARR, 2013; LITMAN 2017).

Em países desenvolvidos, estudos mostram relações positivas entre a presença de tais atributos e valores imobiliários mais altos (LEINBERGER & ALFONZO, 2012; GILDERBLOOM et al., 2015; GUO et al., 2017; QIU et al., 2021), mas no Brasil há uma certa carência dessas evidências.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar relações existentes entre o comportamento de caminhada e o valor do solo urbano, com um estudo observacional na cidade de Londrina-PR. Busca especificamente: (i) analisar a distribuição espacial do valor do solo urbano e das viagens realizadas a pé, a partir de uma categorização por zonas, (ii) verificar as relações entre número de viagens a pé e o valor imobiliário destas áreas, e (iii) analisar os resultados a partir da configuração espacial das zonas. Parte do pressuposto que o número de viagens a pé reflete a presença de atributos ambientais favoráveis à caminhada (LIAO et al., 2020).

Com uma estratégia de pesquisa descritiva correlacional (GROAT & WANG, 2013), mapeamos os dados disponíveis para uma leitura espacial do fenômeno com auxílio do software QGIS (versão 3.4) e realizamos análises estatísticas para inferir a relação entre as variáveis. Londrina foi escolhida em virtude da disponibilidade de uma pesquisa de origem-destino realizada para a elaboração do seu Plano de Mobilidade, e fornecida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL, 2020).

O banco de dados contém informações sobre 19.323 viagens realizados em todo o território o qual foi dividido em 91 zonas municipais. Foram selecionadas apenas as viagens reportadas com o modo “a pé” e realizadas dentro do perímetro urbano, o que resultou numa amostra de 4.371 viagens agregadas em 83 zonas municipais.

O valor do solo é resultado de um levantamento de preços de terrenos urbanos anunciados para venda e reunidos na plataforma Portal de Imóveis Sub100 (SUB100 IMÓVEIS, 2022). A amostra contém 646 anúncios com informações sobre o preço de venda, tamanho e localização que, para fins

de análise, foram agregados em zonas municipais calculando-se a média dos valores anunciados.

As análises estatísticas mostram uma correlação significativa, porém fraca entre as variáveis analisadas (p-value=0,02 e rho=0,265). Uma classificação dos dados em quadrantes permitiu compreender diferentes padrões discutidos à luz da configuração espacial de cada área. Apenas áreas centrais apesentaram alto valor no solo e grande número de viagens, enquanto áreas condominiais apresentaram alto valor no solo, porém baixo número de viagens a pé. Os achados contribuem com evidências que podem embasar e fomentar o desenvolvimento de estratégias públicas voltadas para a construção de cidades mais caminháveis e democráticas.

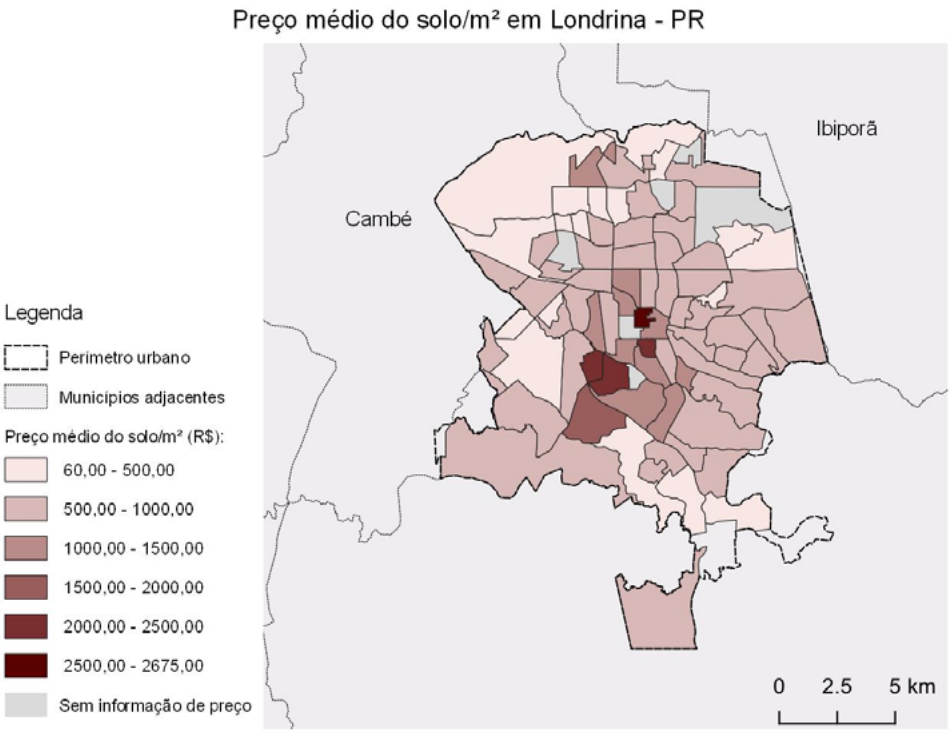


Figura 1: Distribuição do valor do solo urbano no município de Londrina – PR. Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IPPUL e Portal Sub100, 2022.

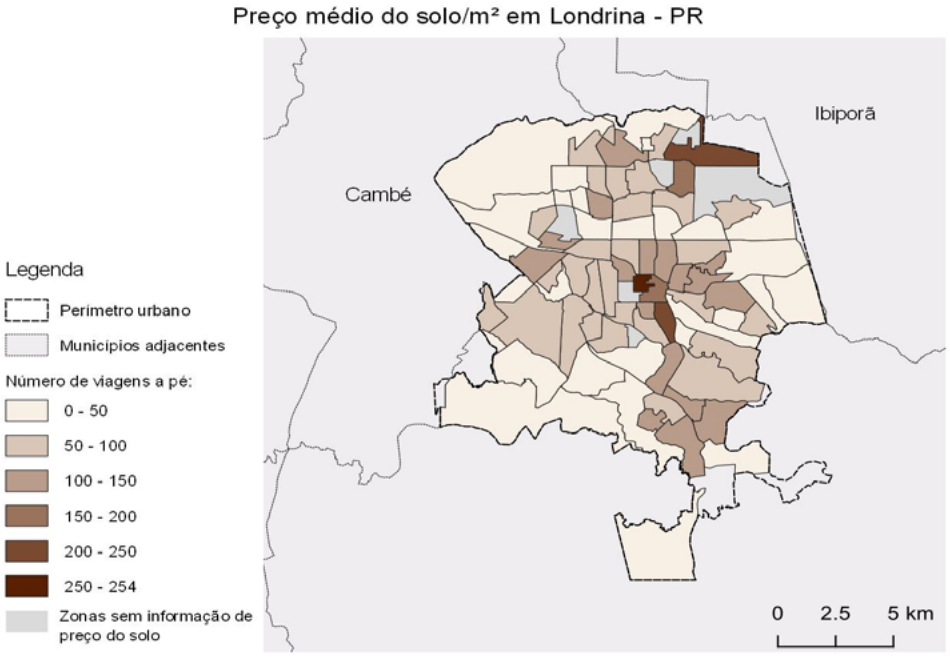


Figura 2: Distribuição do número de viagens a pé no município de Londrina – PR. Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IPPUL e Portal Sub100, 2022.

REFERÊNCIAS

CERVERO, Robert; KOCKELMAN, Kara. Travel demand and the 3Ds: Density, diversity, and design. **Transportation Research**- D, Vol. 2, No. 3, pg. 199-219, 1997.

FARR, Douglas. **Urbanismo Sustentável**: desenho urbano com a natureza; tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre : Bookman, 2013.

GILDERBLOOM, John I.; RIGGS, William W.; MEARES, Wesley L. Does walkability matter? An examination of walkability's impact on housing values, foreclosures and crime. **Cities**, Vol. 42, Part A, pg. 13-24, 2015.

GROAT, Linda. N.; WANG, David. **Architectural research methods**. New York: J. Wiley, 2002.

GUO, Yuntao; PEETA, Srinivas; SOMENAHALLI, Sekhar. The impact of walkable environment on single-family residential property values. **Journal of Transport and Land Use**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2015.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. **Plano de mobilidade de Londrina**. Londrina: IPPUL, 2020. Disponível em: http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/plano- de-mobilidade.html. Acesso em: 15 jul. 2022.

JACOBS, Jane. **The Economy of Cities**. New York: Random House, 1969.

LEINBERGER, Christopher B.; ALFONZO, Mariela. (2012). **Walk This Way**: The Economic Promise of Walkable Places in Washington, DC. Metropolitan Policy Program at Brookings, Issue May, pages 1-21, 2012.

LIAO, Bojing. Walkability, Walking Behavior, and Walking Experiences: An analysis using virtual reality and revealed preferences approaches. Technische Universit eit Eindhoven, pg. 16-39, 2021.

LITMAN, Todd. A. **Economic Value of Walkability**. Transportation Research Record, 1828(1), 3–11, 2003.

QIU et al. **Subjective and Objective Measures of Streetscape Perceptions**: Relationships with Property Value in Shanghai. 10.20944/preprints202103.0506.v1, 2021

SUB100 IMÓVEIS. **Portal de Imóveis Sub100**. Disponível em: <https://sub100.com.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA: FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGULAÇÕES URBANAS NAS ZEDUS E NAS ZEIS DE FORTALEZA

LT 288

Sara Uchoa Araújo Silva [1]

[1] Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; sarauchoaas@gmail.com.

Palavras-chave: regulação urbana; flexibilização; zoneamento inclusivo.

Dentro do planejamento dito oficial e de viés neoliberal, o discurso do desenvolvimento econômico articulado às grandes transformações urbanas têm ganhado cada vez mais legitimidade através de ações pontuais, em detrimento de melhorias socioeconômicas do conjunto da cidade (HARVEY, 2005). A atuação do Estado nesse processo se dá, dentro outras frentes, pela revisão dos marcos regulatórios. Ou, mais precisamente, pela adoção de parâmetros urbanos de uso e ocupação do solo mais permissivos com o adensamento construtivo e com o incentivo ao setor terciário, aplicados em porções do território de flexibilização desejável.

Na cidade de Fortaleza, as Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS) foram definidas como porções do território destinadas à implantação e/ou intensificação de atividades sociais e econômicas. Através de novos parâmetros de uso e ocupação do solo, objetiva-se a requalificação urbanística e a dinamização socioeconômica e a utilização de terrenos ou glebas considerados não utilizados ou subutilizados para a instalação de atividades econômicas. Por outro lado, a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é um instrumento do planejamento oficial das cidades brasileiras que busca garantir o direito à cidade aos moradores de assentamentos. Através deste zoneamento, tem-se a possibilidade de criar uma nova ordem legal mais próxima às especificidades urbanísticas locais e compatível com os requisitos de qualidade urbana e ambiental. Sendo importante tanto para garantir a reserva de solo urbano para habitação de interesse social como para regular os territórios de informalidade para sua posterior regularização fundiária (MATTOS, 2017).

No bairro Pici, na cidade de Fortaleza, essas duas zonas coexistem lado-a-lado, cristalizando dois modelos de cidades com suas potencialidades e seus obstáculos (Figura 01). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo principal analisar o impacto da regulamentação das ZEDUS na morfologia do território e, com especial atenção, na morfologia da ZEIS do Pici.

A partir das bases de dados georreferenciadas de lotes e edificações, de 1996, 2010 e 2016, disponibilizadas nas plataformas oficiais, foram calculados os parâmetros urbanísticos verificados in loco nos diferentes períodos. Uma vez que os dois zoneamentos propõem novos parâmetros de ocupação para a taxa de ocupação (porcentagem do lote ocupado pela edificação) (Figura 02), o índice de aproveitamento (número que multiplicado pela área do terreno indica a quantidade máxima de metros quadrados que podem ser construídos, somadas as áreas de todos os pavimentos), altura da edificação e área do lote, esses foram alguns dos indicadores calculados. Mas também foram utilizados indicadores propostos por Pont e Haupt (2009) para análises além da escala do lote. A sistematização desses indicadores tem permitido a visualização de algumas transformações morfológicas que vem acontecendo nesse território ao longo do tempo, como

por exemplo: o aumento da densidade construtiva, a verticalização, o processo de ocupação das áreas livres residuais e as mudanças de uso principalmente ao longo dos eixos viários principais com o avanço do setor terciário.

No entanto, essa metodologia não se mostrou viável para análise de todo o território devido à ausência de dados oficiais referentes aos assentamentos informais, problema histórico da gestão das cidades brasileiras. Dessa forma, vem se trabalhando com as fachadas com intuito de avaliar as transformações morfológicas da ZEIS Pici, comparando as fotos de algumas fachadas, realizadas durante um levantamento em 2011, com as fachadas atuais, atualização em progresso. Como resultado, espera-se visualizar se houve verticalização, mudança de uso e ampliação da edificação, nas casas em questão.

Essa pesquisa tem se mostrado uma importante fonte de dados para pautar as lutas dos moradores na efetivação dos seus direitos, principalmente para a implementação da normatização especial, proposta de maneira democrática num processo que uniu moradores e universidade.



Figura 1: ZEIS e ZEDUS



Figura 2: Taxa de Ocupação na ZEDUS, 2010 e 2016.

REFERÊNCIAS

BERGHAUSER PONT, M. Y.; HAUPT, P. A. **Space, density and urban form**. [S.l.]: [s.n.], 2009.

GOIS, Rodolfo Anderson Damasceno. **Planejamento e participação**: o caso da LUOS 2016 e do Fortaleza 2040. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MATTOS, Fernanda Cavalcante. **Zeis de papel**: a especificidade da ZEIS de vazio em Fortaleza/CE e seus entraves como instrumento de democratização do acesso à terra urbana. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ASSENTAMENTOS INFORMAIS CONSOLIDADOS COMO CENTRALIDADES PERIFÉRICAS: UMA ANÁLISE MORFOGENÉTICA DE PARAISÓPOLIS (SP) A PARTIR DO TÉRREO URBANO

LT 289

Rovy Pessoa [1]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP / ENSA-Lyon (em andamento); rovy.pessoa-ferreira@lyon.archi.fr.

Palavras-chave: urbanização informal; térreo urbano; autoconstrução

Esta proposta procura analizar as evoluções e os processos específicos de urbanização informal em grandes assentamentos consolidados, a partir do estudo da favela de Paraisópolis, em São Paulo. A análise da forma urbana procura desvendar a evolução das dinâmicas econômicas intra-bairro, a partir da análise da localização das atividades comerciais, das práticas e dos usos do espaço urbano, e das formas recentes de produção informal de habitação. Como avaliar os efeitos da concentração de intervenções públicas nos assentamentos consolidados? Em que medida essas transformações impactam os processos de autoconstrução e as dinâmicas econômicas do assentamento?

A partir de um método de observação, modelização e análise das evoluções morfológicas do bairro entre 2008 e 2018 e dos usos do térreo urbano (Mangin, 2019 ; Ferreira, 2019), este trabalho tem como objetivo a elaboração de uma tipologia de processos de urbanização informal que permita construir um compreensão morfogenética (Dovey, 2020 ; Roncayolo, 2002) da heterogeneidade interna do assentamento. A análise do térreo urbano permite entender, a partir do mapeamento das apropriações dos espaços públicos e privados e do questionamento da relação entre práticas cotidianas e dispositivos espaciais, como essas mudanças se traduzem em termos de evolução dos modos de vida, das relações de vizinhança e das formas incementais de autoconstrução.

Os resultados sugerem, a partir do caso de Paraisópolis, uma posição ambivalente das favelas consolidadas na urbanização da metrópole: por uma lado, a favela se constitui como um espaço periférico em relação aos processos de urbanização formal, e por outro lado como uma centralidade em relação aos demais espaços de informalidade. Esta posição peri-central se caracteriza por novas formas e escalas 1) do mercado imobiliário informal, com a aparição de novos tipos de edifícios, formas de investimento e processos de autoconstrução, 2) da atividade comercial, com novos arranjos dos térreos para manter oportunidades de renda familiar em meio à emergência de grandes estabelecimentos e franquias formais, 3) de indústrias culturais populares, com novas territorializações de práticas culturais que desempenham um papel para além da escala metropolitana. Estas categorias de processos revelam uma articulação específica – tanto na escala do bairro, do quarteirão, do lote e da unidade e da habitação – entre, de um lado, bordas que podem ser ativas ou protetoras, e que proporcionam interfaces e porosidades específicas com o entorno formal; e de outro miolos « introvertidos » que abrigam tanto espaços precarizados e vulneráveis quanto oportunidades resistência, de densificação por autoconstrução, e de melhorias dos espaços domésticos.

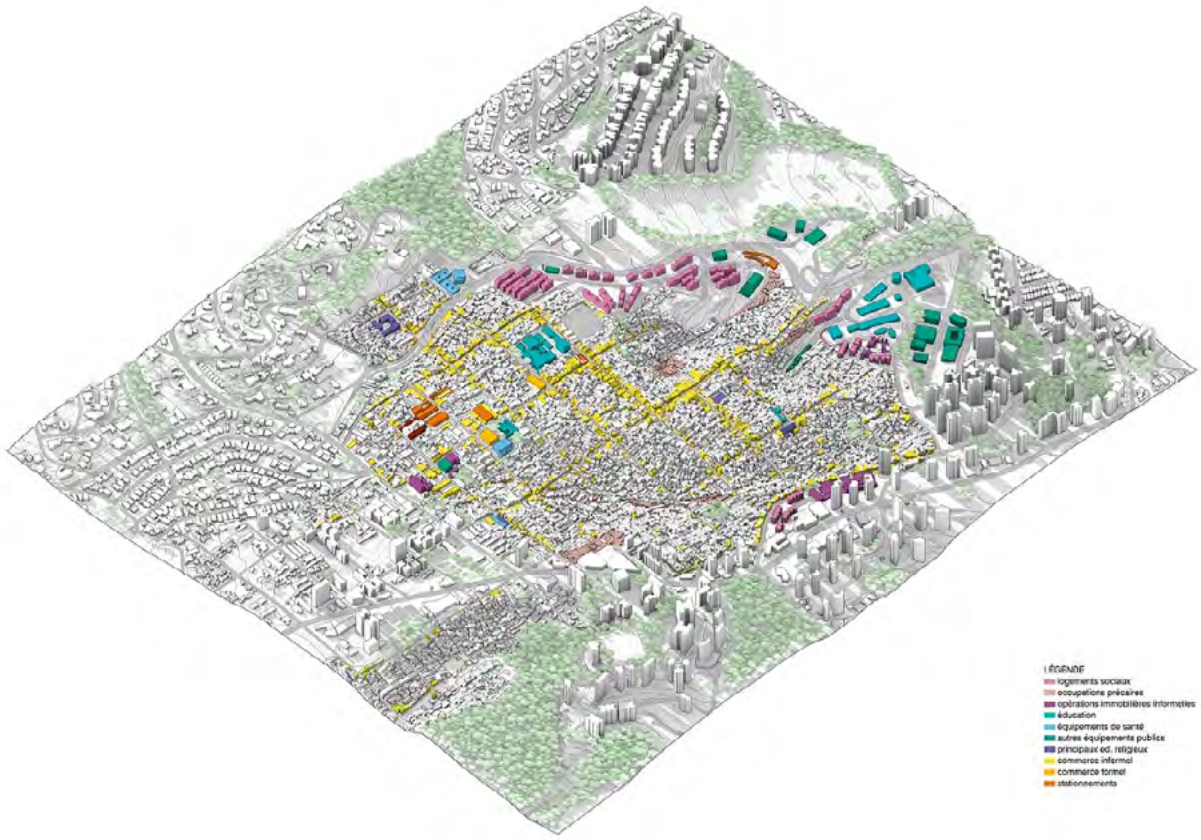


Figura 1: Modelização axonométrica da favela de Paraisópolis, São Paulo, com a localização dos usos. Fonte: Pessoa, 2021

REFERÊNCIAS

DOVEY, Kim; VAN OOSTRUM, Matthijs; CHATTERJEE, Ishita; et al. Towards a morphogenesis of informal settlements. **Habitat International**, v. 104, p. 14, 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker; PESSOA, Rovy. Ville informelle, ville précaire? **Urbanisme**, n. 414, p. 37, 2019.

MANGIN, David. Projeter et dessiner les rez-de-ville. **Urbanisme**, n. 414, p. 58–63, 2019.

RONCAYOLO, Marcel. **Lectures de villes**. Marseille: Parenthèses, 2002.

CIDADES PEQUENAS E FORMA URBANA: A REGINT DE SANTA CRUZ DO SUL E LAJEADO-RS

LT 290

Carolina Rezende Faccin [1], Luana Pavan Detoni [2], Paulo Jorge Riss da Silva [3], Rogério Leandro Lima da Silveira [4], Iasmim Seibert Haas [5]

[1] Arquiteta e urbanista. Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS); faccincarolina@gmail.com.
[2] Graduada e Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS); luanadetoni@gmail.com.
[3] Arquiteto e Urbanista. Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC).pjriss.silva@gmail.com.
[4] Geógrafo. Doutor e Mestre em Geografia Humana (UFSC). Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC); rlls@unisc.br.
[5] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UNISC. Bolsista de Iniciação Científica.

Palavras-chave: cidades pequenas; forma urbana; Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado.

O processo de urbanização contemporânea apresenta uma estruturação de cidades com variados portes (demográfico, territorial e funcional) e diferentes papéis (local, regional, nacional, global). As cidades pequenas, maioria no território brasileiro, conforme Endlich (2017), estão relacionadas aos patamares mínimos e desempenham papéis de baixa complexidade, como descrito por Milton Santos (1979) na abordagem das “cidades locais”. Essa expressiva face da urbanização brasileira, em contextos não metropolitanos, geralmente apresenta uma ocupação linear, que se dá ao longo de uma extensa avenida, muitas vezes sobre a própria rodovia de acesso (ENDLICH, 2009). Por outro lado, observa-se que as cidades planejadas adotam um modelo mais espraiado, com ruas e praças em porções desmesuradas, que segundo Milton Santos (2001) representam a causa e o efeito da especulação. Em comum, nas cidades planejadas e não planejadas, nota-se a proximidade entre os aspectos urbanos, rurais e naturais na composição da paisagem (Lamas, 1993).

Objetiva-se contribuir com os estudos acerca da morfologia urbana, a partir da compreensão das singularidades e particularidades das formas urbanas das cidades pequenas localizadas na Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado. Para tal, foram selecionadas seis cidades que integram diferentes partes da região: Rio Pardo, Sobradinho, Passo do Sobrado, Encantado, Taquari e Nova Bréscia. Metodologicamente, parte-se de estudo anterior realizado por Silveira et al. (2022), bem como, do estudo desenvolvido por Corrêa (2011) sobre tipologias de cidades pequenas. Também parte-se de Panerai (2006), que afirma que na arquitetura, tratar da tipologia permite comparações com outras formas de pensamento, sem ter de se preocupar com detalhes secundários, podendo permanecer em um nível bastante abstrato (PANERAI, 2006). Utiliza-se dados do Censo Demográfico de 2010, da estimativa populacional de 2020 e do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, e de dados da RAIS de 2018 para caracterizar as cidades pequenas selecionadas. Após, são utilizadas imagens de satélite, obtidas a partir do Google Earth e Open Street View, para analisar a forma urbana e a evolução histórica das cidades.

Rio Pardo (38.265 habitantes estimados em 2020), um dos quatro municípios originários do Rio Grande do Sul, têm sua área urbana compreendida entre os cursos hídricos do Rio Jacuí e Rio Pardo, e, juntamente com **Nova Bréscia** (3.337 hab.), representa o tipo de cidades pequenas no campo. No entanto, além das diferenças demográficas, em relação à forma urbana, observa-se que Nova Bréscia apresenta uma conformação mais linear, associada à sua principal estrada de

acesso. **Taquari** (26.885 hab.) localizada à margem do rio de mesmo nome, representa o tipo de cidades pequenas do campo agroindustrializado, assim como, **Passo do Sobrado** (6.574 hab.), cuja configuração de porção longitudinal se dá entre as duas rodovias que conectam a cidade aos municípios do entorno. **Encantado** (22.880 hab.) e **Sobradinho** (15.005 hab.), representam o tipo de cidades pequenas centrais, classificadas pela REGIC (IBGE, 2020) como Centro de Zona A e B, respectivamente, ambas se caracterizam como "nó" da rede urbana regional, devido à confluência de rodovias estaduais que cortam sua área urbanizada.

Espera-se que os resultados desta análise urbana, com ênfase nas cidades selecionadas da região de estudo, possam ser testados e atualizados, a fim de dar suporte a pesquisas futuras acerca da urbanização das cidades pequenas.

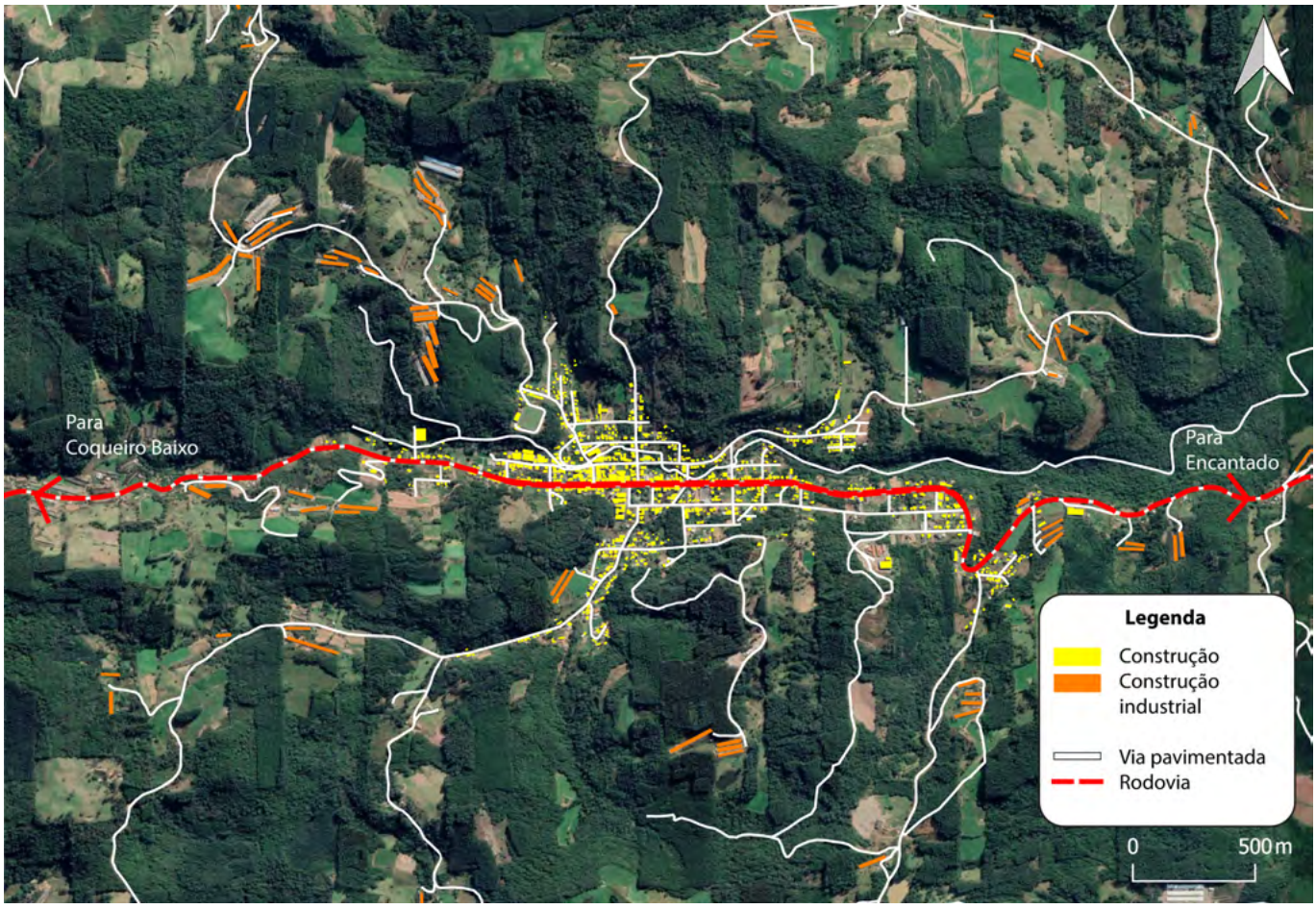


Figura 1: Mapa urbano e imagem de satélite de Nova Bréscia, Rio Grande do Sul. Fonte: Google Earth, 2022

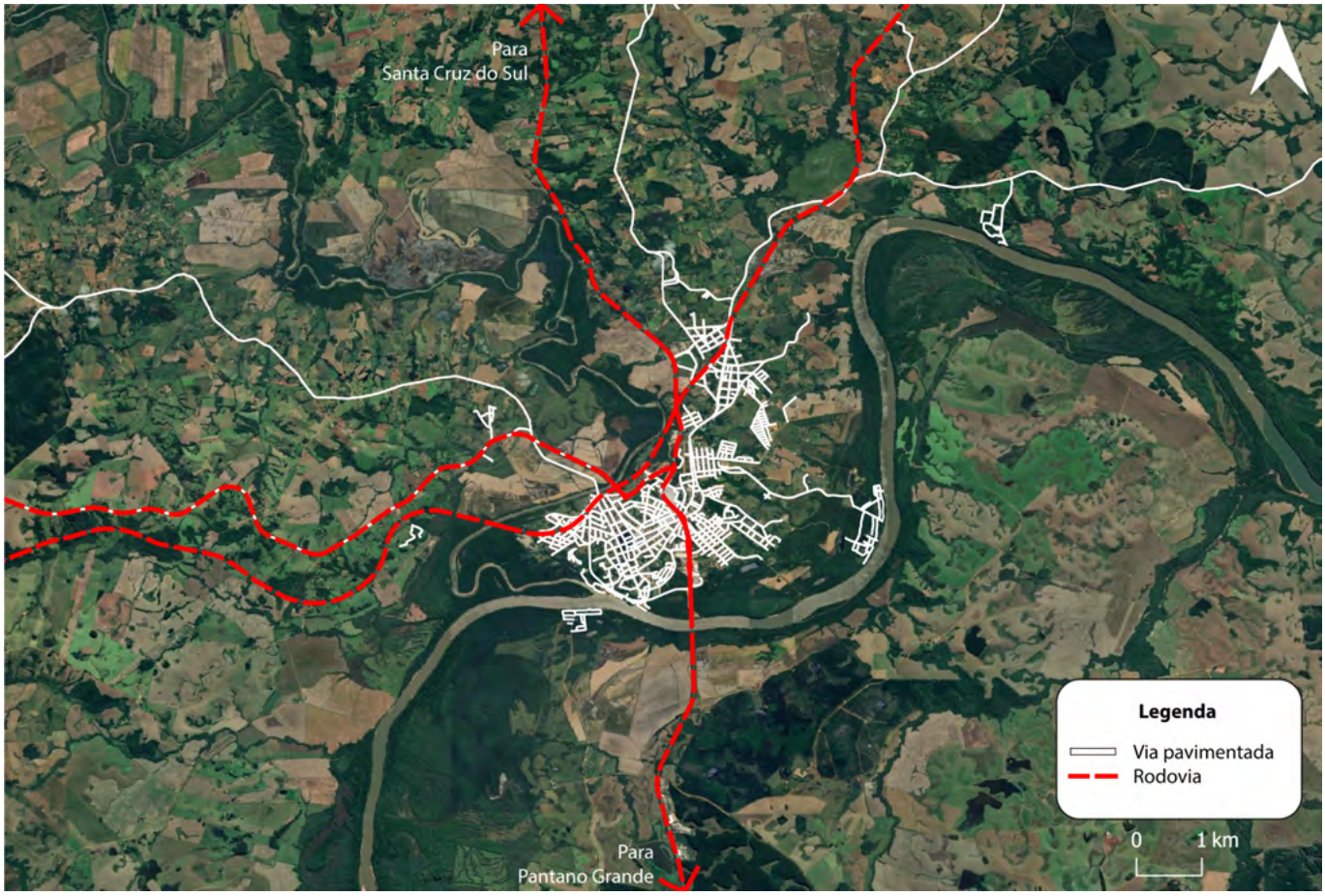


Figura 2: Mapa urbano e imagem de satélite de Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Fonte: Google Earth, 2022.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 30, pp. 05 - 12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>. Acesso em 13 jul. 2022.

ENDLICH, Angela M. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, Marcos C. COSTA, Fábio R. **Estudos Urbanos**. Campo Mourão: Editora Unespar, 2017, p. 33-53.

ENDLICH, Angela M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades** - REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). **Número de empregados por setor CNAE 2.0.** 2018. Disponível em: https://bit.ly/3F872fk. Acesso em:23 nov. 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVEIRA, Rogério L. L.; FACCIN, Carolina R.; DETONI, Luana. P. Cidades pequenas, rede urbana e desenvolvimento regional na região dos Vales-RS. In: **Anais do XIX ENANPUR**, Blumenau, ANPUR, 2022, v. XIX, pp. 1-27.

JANELAS PARA O JARDIM GRAMACHO: FORMAS DE CRESCIMENTO PERIFÉRICO SOB A ÉGIDE DO RACISMO AMBIENTAL

LT 291

Letícia Narciso Barbosa [1], Eliana Rosa de Queiroz Barbosa [2]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUFRJ
[1] leticia.narciso@fau.ufrj.br; [2] eliana.barbosa@fau.ufrj.br

Palavras-chave: Crescimento periférico; forma urbana periférica; cidade informal

Este artigo apresenta uma interpretação cartográfica de Jardim Gramacho, sub-bairro pertencente à Duque de Caxias, sob a lente conceitual da noção racismo ambiental. Jardim Gramacho é um território cuja dinâmica de crescimento se deu em relação à instalação e posterior desativação do Aterro Sanitário Metropolitano do Rio de Janeiro, por um período considerado como o maior da América Latina. Nesse território, as injustiças ambientais são consequências das desigualdades que andam lado a lado à segregação socioespacial, que possui um claro recorte racial, pois dinâmicas territoriais e políticas determinam os lugares de concentração de riqueza, infraestrutura urbana e privilégios; e, por outro lado, os lugares de concentração de as carências e vulnerabilidades, criando zonas de sacrifício metropolitanas.

A área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do município sede. Historicamente, mostrou-se um território dinâmico e aberto às mudanças, pois suas áreas sofreram recorrentes modificações físicas para dar o suporte necessário para o crescimento da capital. Essas mudanças nem sempre foram acompanhadas de transformações na sua estrutura urbana. Tais áreas possuem dramáticas carências como: índices elevados de pobreza e vulnerabilidade, conflitos ambientais, falta de infraestrutura e equipamentos, e ambientes urbanos de pouca qualidade, ou seja, são áreas que estão em constante desvantagem em relação à outras da Região Metropolitana, e possuem população majoritariamente negra e parda, de acordo com Censo.

Assim, para explicar as dinâmicas de crescimento das áreas periféricas racializadas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como suas relações com áreas sensíveis ambientalmente, este artigo apresenta duas janelas, recortes territoriais sobre o Jardim Gramacho, que nos permitem observar as dinâmicas urbanas e a transformação de sua forma urbana, englobando o período em que o aterro sanitário esteve em funcionamento e posteriormente, demonstrando as dinâmicas espaciais deflagradas pelo seu fechamento. Essas janelas se configuram em recortes territoriais de 500x 1000m e são ferramentas que possibilitam um olhar pormenorizado às formas do crescimento periférico metropolitano. Foram escolhidas por se localizarem em áreas ambientalmente sensíveis e por coincidirem com os setores censitários onde se observou maior concentração de pessoas negras e pardas no Censo de 2010. A norte do centro do bairro, a primeira janela (figura 1) mostra o crescimento de uma área limítrofe da urbanização precária, próxima da foz do Rio Sarapuí. A segunda janela foi escolhida por estar localizada em área de mangue, próxima à área de proteção permanente da Baía de Guanabara. Através de cartografias construídas a partir de imagens de satélite dos anos 2003, 2011, e 2021, apresentamos uma reflexão sobre a dinâmica territorial deflagrada pelo fechamento do aterro sanitário. É possível observar através das janelas como o racismo estrutural e ambiental rebate no território contemporâneo

do Rio de Janeiro, nas suas dinâmicas e principalmente na degradação ambiental, evidenciando impactos e vulnerabilidades que perpetuam pelo território ambientalmente fragilizado, visto que Jardim Gramacho possui desmatamentos, presença de lixos, além de adensamento desenfreado com o passar do tempo, e não receber na mesma proporção os subsídios necessários para se tornar um território justo, seguro e digno.

Claramente Jardim Gramacho é um território negligenciado, e as janelas aqui apresentadas nos mostram que mesmo quando questões ambientais são remediadas, apenas com uma leitura intersecional do território, levando em consideração, classe e raça, podemos verdadeiramente explicar como o racismo e a injustiça ambiental se manifesta nesse território.



Figura 1: Janela à norte do centro de Jd. Gramacho, crescimento periférico de 2003 a 2021.Fonte: Elaborado pelas autoras com base em imagens de satélite do Google Earth TM.



Figura 2: Janela à sul do centro de Jd. Gramacho, crescimento periférico de 2003 a 2021. Fonte: Elaborado pelas autoras com base em imagens de satélite do Google Earth TM.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambiente, desigualdade e racismo. **Racismo Ambiental**,2020. Disponível em:https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-urbano/ Acesso em 20. Ago.2021

ACSELRAD, Henri. **Cartografias Socias e Território**. IPPUR/UFRJ,2008.

BURITY, Nathália; DAMASCO, Fernando; GIANNELLA, Letícia. Resíduos sólidos e racismo ambiental: O caso de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/Rj. **XIII, ENANPEGE**,2019.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas Capitais**: Salvador, cidade d' Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Tese de Doutorado em Urbanismo, Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/> Mapa da desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Casa Fluminense, 2020.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco;SIMAN, Frederico Magalhães. Entrevista com o professor Henri Acselrad; **Rever - Revista de Extensão e Estudos Rurais**.

OLIVEIRA, Michele Lima de. **Caracterização dos impactos socioambientais no entorno do aterro controlado de Jardim Gramacho**, Município de Duque de Caxias. Tese de Graduação em Geografia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VESCINA, Laura Mariana. **Projeto Urbano Paisagem e Representação**. Tese de Doutorado em Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PACHECO, Tani. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: Uma luta que transcende a cor, 2007 Disponível em: < https://racismoambiental.net.br/textos-e- artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a- cor/>

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Sustentabilidade e Justiça Ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. **Cadernos Metrópole**- Puc Sp, 2013

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Política Nacional de Resíduos Sólidos e um caso de injustiça ambiental como seu efeito socioespacial: a construção do aterro sanitário de Seropédica. **XVII Enampur**, São Paulo, 2017

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira. O território de Itaguaí/Rj como "Zona de Sacrifício" ou "Paraíso de Poluição".**V Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação**. Rio de Janeiro -2015

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de Racismo Ambiental no contexto brasileiro. **E-Caderno CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**, 2012.

A MORFOLOGIA URBANA DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM FOZ DO IGUAÇU: UMA ANÁLISE DO PLANO URBANO

LT 292

Juliana Rammé [1], Mariana Barbosa de Souza [2], Anna Beatriz Nascimento [3], Vitória Francescon Cittolin [4], Elisa Gonzales Pereira [5], Hong Shin [6]

[1] Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNILA; julianaramme@gmail.com.
[2] Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNILA; barbosadesouzamariana@gmail.com.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNILA (em andamento); ab.nascimento.2019@aluno.unila.edu.br.
[4] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNILA (em andamento) vf.cittolin.2019@aluno.unila.edu.br.
[5] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNILA (em andamento) eg.pereira.2019@aluno.unila.edu.br.
[6] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNILA (em andamento); h.shin.2017@aluno.unila.edu.br.

Palavras-chave: Espaço público; Morfologia urbana; Condomínios Horizontais Fechados; Legislação Urbana.

A partir do início do século XXI, as cidades apresentaram uma mudança radical no que se refere às suas dimensões, seus edifícios e seus espaços públicos, assim como, nas relações que os indivíduos e os grupos sociais estabeleciam entre si e com o meio físico (SOLÀ-MORALES, 2002). A configuração do tecido urbano passou a seguir novas lógicas e interesses. Além do aumento econômico e demográfico, impulsionado, sobretudo, pelos novos modos de produção, as cidades passaram a dar ênfase ao modelo de urbanização que privilegia o automóvel (MIYAZAKI, 2013). Essa lógica tem incentivado o aumento gradativo dos Condomínios Horizontais Fechados (CHF) em diversas cidades brasileiras, em geral, direcionados para uma parcela específica da população, justamente aquela com maior poder aquisitivo (RAMMÉ, 2020). Os CHFs caracterizam-se como unidades residenciais agrupadas de forma horizontal em um mesmo terreno, com controle de acesso e uma barreira que pode ser estruturada através de grades ou muros, os quais isola essas áreas dos espaços públicos da cidade (BECKER,2005). Soma-se a estes processos o aumento das desigualdades sociais e, por consequência, o aumento dos índices de criminalidade, que tem levado uma parcela significativa da população a buscar por meios individuais de segurança (FIGUEIREDO, 2012; MEGALAÇO, 2012). A construção de CHFs produz uma malha urbana segmentada e sua forma não soluciona os problemas gerados pelas desigualdades sociais, mas sim, apenas gera mais insegurança, tanto real como percebida (GEHL,2013), pois não permite que as pessoas tenham os olhos na rua e criem um sistema de vigilância natural (JACOBS, 2014). Em Foz do Iguaçu, cidade localizada na tríplice fronteira entre o Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR), os CHFs passaram a representar 51,72% dos territórios habitacionais aprovados pelo poder público municipal entre os anos de 2001 e 2016, enquanto até os anos 2000 eles representavam 10% (Figura 1). A partir deste contexto, compreende-se que a Morfologia Urbana pode ser encarada como uma peça chave para identificar as principais características destes territórios habitacionais e quais seus reflexos no espaço urbano. Sendo assim, o objetivo desse artigo é levantar e analisar a morfologia urbana dos Condomínios Horizontais Fechados aprovados e implantados até o ano de 2016 em Foz do Iguaçu (PR) e identificar se eles atendem aos parâmetros existentes na legislação urbanística municipal. Para isso, utiliza-se como base os mapas obtidos junto à prefeitura municipal e as imagens satélites obtidas do Google Earth. A edição dos dados é realizada em ambiente SIG, com o auxílio do programa QGIS. Para identificar as características morfológicas dos CHFs, apoia-se no conceito tripartite desenvolvido por Conzen (1960), que divide a paisagem urbana em três complexos: o plano urbano, o tecido

edificado e o uso do solo. Este artigo, em especial, irá focar nas características do plano urbano, que consiste no conjunto de ruas, parcelas e edificações, em uma perspectiva bidimensional (Figura 2). Os dados obtidos a partir da caracterização morfológica dos 52 (cinquenta e dois) CHFs existentes, como dimensões gerais, áreas, taxas de ocupação, índices de densidade, entre outros, podem ser utilizados para a (re)formulação de políticas públicas que busquem por cidades mais humanizadas, que considerem os reflexos da forma urbana na vida cotidiana das pessoas, assim como, contribuam na construção de um olhar crítico sobre as transformações dos territórios habitacionais.

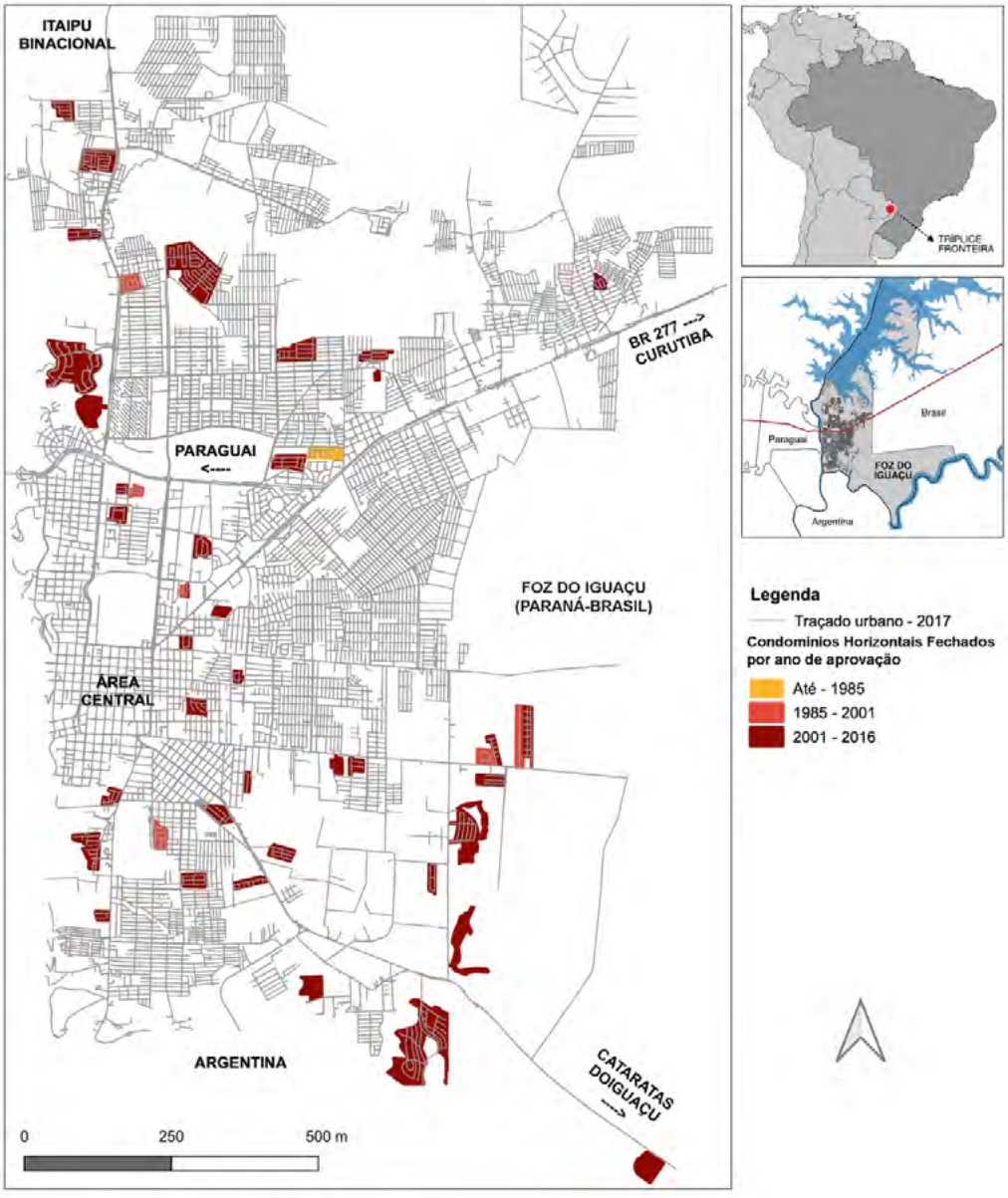


Figura 1: Localização dos Condomínios Horizontais Fechados em Foz do Iguaçu (PR) por ano de aprovação. Fonte: As autoras, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos (2016) e Google Earth (2021).

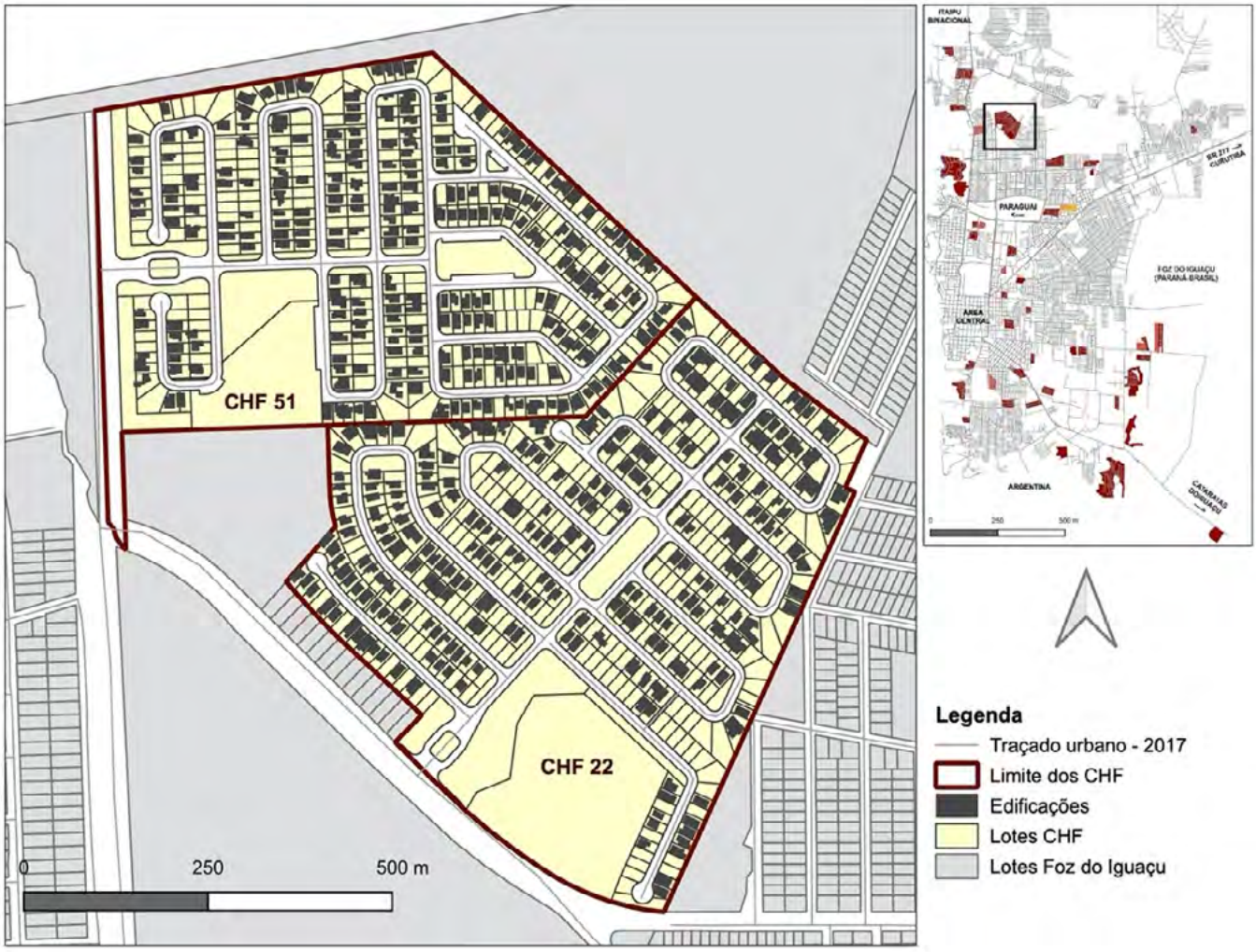


Figura 2: Exemplo do levantamento realizado em todos os Condomínios Horizontais Fechados (CHF) aprovados e implantados até o ano de 2017 em Foz do Iguaçu (PR). Fonte: As autoras, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos (2016) e Google Earth (2021).

REFERÊNCIAS

CONZEN, Michael Robert Günter. **Alnwick Northumberland:** a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers: London, 1960.

GEHL, Jean. **A dimensão humana**. Cidade para pessoas. 2nd ed. Editora perspectiva S.A: São Paulo, 2014.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. In: **Boletin campineiro de geografia** - v. 2, n.1, 2012, p. 81-105.

JACOBS, Jane. A natureza peculiar das cidades. **Morte e vida das grandes cidades**. Martins Fontes: São Paulo, 2003. Cap.1, p 29-58.

SOLÀ-MORALES, M. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

MIYAZAKI, V. K.; **Estruturação da cidade e morfologia urbana**: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2013.

RAMMÉ, Juliana. **A compreensão da urbanidade pela morfologia urbana**: as vilas de Itaipu. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo: Campinas, 2020.

FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição das cidades. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 209-234.

BECKER, Débora. **Condomínios horizontais fechados**: avaliação de desempenho interno e impacto físico espacial no espaço urbano. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Porto Alegre, 2005.

A POPULAÇÃO DE RUA NO HABITAR A CIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CARTOGRAFIA SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS

LT 294

Amanda Cristina Padova [1], Isadora Nascimento de Deus [3], Eduarda Vieira Florindo [4], Nadine Martignago Saleh [5], Natália Sagaz [6], Yago Rodrigo da Rosa [7]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina (em andamento)
[1] padova.amanda@gmail.com; [2] isanscmt@gmail.com; [3] eduardavieirafl@gmail.com; [4] nadinemsaleh@hotmail.com.br; [5] natalia.sagaz30@gmail.com; [6] yrodrigorosa@gmail.com

Palavras-chave: população de rua; Florianópolis; cartografia afetiva; dinâmicas sócio-espaciais; direito à cidade.

Após o marco temporal da pandemia de Covid-19, em março de 2020, a população de rua no Brasil cresceu cerca de 16% entre os meses de dezembro de 2021 e maio de 2022 (FIGUEIREDO, 2022). Em dezembro de 2021, segundo o cadastro CadÚnico, eram 158.191 pessoas vivendo nas ruas no país e, em maio deste ano, o número saltou para 184.638. De acordo com Figueiredo (2022), a cidade de Florianópolis ocupa a 10ª posição com 1.498 pessoas. Cabe ressaltar que a população de rua no país não apenas cresceu com a crise econômica e social nos últimos dois anos, mas também mudou drasticamente de perfil: mulheres e crianças ocupam parte significativa desses índices, e famílias inteiras encontram na rua o único meio de organização de vida possível.

Esse contexto expõe a urgência em discutir planos de ações para as cidades que não sejam contemplados apenas pela pauta da habitação, mas uma discussão embasada no direito à cidade e nas contribuições das políticas de assistência social. Pesquisadores como Quintão (2012) inferem uma grande heterogeneidade da população de rua, que exige atenção dos planejadores urbanos. O modo próprio de organização de vida (MELO, 2011) da população de rua indica que suas necessidades podem não ser contempladas somente pela aquisição da moradia. Nesse sentido, a obra de Henri Lefebvre (2001 [1968]) indica as diferenças entre a perspectiva do habitat e habitar - em que o primeiro trata da habitação enquanto funcionalidade estrita do espaço individual da moradia, ao passo que o segundo contempla, de maneira mais ampla, as relações entre sujeito e cidade. Tal perspectiva orienta que reivindicar por maior produção de habitação não basta: é necessário pensar o espaço urbano e as relações sociais cotidianas. Este trabalho tem como perspectiva, portanto, o direito ao habitar para a população de rua, incorporado ao direito à cidade.

Verifica-se, portanto, que o debate sobre a população de rua apresenta limitações quantitativas e qualitativas no campo de estudo da arquitetura e urbanismo. Em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, houve crescimento da população de rua durante a pandemia (ND NOTÍCIAS, 2020), enquanto o governo local divulgou assistência na passarela Nego Quirido (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2021) - equipamento urbano segregado do seu entorno, incitando o interesse na investigação da relação entre a cidade e a população de rua. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar a relação espacial entre os equipamentos urbanos dedicados à população de rua e a distribuição dessa população em Florianópolis, visando compreender a adequação da política pública local.

Fez-se necessário georreferenciar os equipamentos urbanos de cunho assistencial à população

de rua e identificar os espaços ocupados por esse grupo social. Com os dados encontrados e a leitura de bibliografias complementares, desenvolveu-se uma cartografia que evidenciou a relação entre a localização e o modo de organização de vida da população de rua em Florianópolis, a partir de critérios como afetividade, funcionalidade e acessibilidade. Assim, os resultados constituem uma cartografia sensível, elencando não somente os equipamentos e suas localizações, mas também os demais fatores condicionantes da espacialização desse grupo social.

Concluiu-se que não existem equipamentos urbanos suficientes, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, para acolher e direcionar a população de rua, objetivando a inclusão desta população na cidade formal. Além disso, mais do que a oferta do equipamento em si, o problema perpassa a localização e as funções designadas aos equipamentos. A estratégia política de oferta de equipamentos urbanos é díspar com o modo de apropriação das ruas e vivências da população de rua.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Carolina. **População em situação de rua no Brasil cresce 16% de dezembro a maio, diz pesquisa.** São Paulo: CNN Brasil, 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-cresce-16-de-dezembro-a-maio-diz-pesquisa/ Acesso em 22 de jun. de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001[1968]. 146 p.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A Rua e a Sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua.. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ND NOTÍCIAS (Florianópolis) (comp.). **Número de moradores de rua aumenta durante a pandemia em SC**. 2020. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/numero-de-moradores-de-rua-aumenta-durante-a-pandemia-em-sc/. Acesso em: 16 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (Florianópolis). **Atendimento às pessoas em situação de rua em Florianópolis não foi interrompido com chegada da pandemia.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidade-para-todos/noticia/2021/02/26/atendimento-as-pessoas-em-situacao-de-rua-em-florianopolis-nao-foi-interrompido-com-chegada-da-pandemia.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2022.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na Rua:** há um projeto possível?. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Projeto, Espaço e Cultura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DESAFIOS DA HABITAÇÃO SOCIAL E URBANIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE CASO DO PARANOÁ PARQUE

LT 295

Matheus de Souza Oliveira [1], Vânia Raquel Teles Loureiro [2]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUNB (em andamento).
[1] matheusoarq@gmail.com; [2] vania.teles.loureiro@gmail.com.

Palavras-chave: Habitação Social; Urbanidade; Retrofit Urbano; Sustentabilidade Social; Padrões Socioespaciais.

Partindo-se do estudo de caso do Conjunto Habitacional Paranoá Parque, este trabalho traz como principal contribuição o desenvolvimento de padrões de projeto como recomendações gerais para intervir na habitação social da contemporaneidade. É parte de um trabalho de conclusão de curso e de um projeto de extensão universitária que exploram alternativas sustentáveis de intervenção urbana através de uma abordagem projetual com base em estudos que lidam com o desempenho da vida comunitária, sendo principal referência Jacobs (1961), Alexander (1977), Sobreira (2002), Holanda (2002), Salingaros (2006) e Loureiro (2017).

O Paranoá Parque foi o primeiro projeto do MCMV a ser proposto no território do Distrito Federal, e desde então observa-se um crescente aumento de conjuntos habitacionais desenvolvidos com características configuracionais semelhantes a este, fator que inicialmente motivou o desenvolvimento deste trabalho. Parte-se da hipótese de que é possível definir estratégias de intervenção que possam ser rebatidas nessas várias estruturas urbanas com espacialidades similares, e que por lidar com um modo de vida bastante comum à de muitos outros casos na contemporaneidade (da vida em condomínios fechados, das formas urbanas reclusas, fragmentadas, espraiadas e planejados para serem exclusivamente monofuncionais), este estudo serviria de repertório não apenas para conjuntos habitacionais do MCMV, mas tem o potencial de abranger uma extensa porção do nosso território, principalmente quando levamos em consideração os achados de Coelho (2017) que aponta essas características de restrição em mais da metade do tecido urbano do Distrito Federal. Como evidenciado por Lopes (2018), esses conjuntos desenvolvem ao longo do tempo padrões socioespaciais que se aproximam da lógica auto defensiva da configuração de enclave da favela, que determinam um comportamento de reclusão e com base no medo.

Os espaços públicos formais do Paranoá Parque configuram espaços inertes de vida pública por suas características desajustadas à escala humana e que prejudica a vida em comunidade. Em confronto à essa espacialidade, discutindo e confrontando com elementos das pequenas práticas informais que vão surgindo no território, bem como aquelas que permeiam a intensa vida pública do Paranoá, bairro vizinho, foram feitos mapeamento dos padrões socioespaciais presentes nos espaços públicos, reconhecendo a informalidade e a auto-organização em suas diversas escalas enquanto parte inerente do panorama identitário e comunitário dos lugares.

Para a proposta, a metodologia se estrutura em 3 etapas prévias de análise: a) diagnóstico dimensional: tem como referência a metodologia das dimensões da sustentabilidade, metodologia desenvolvida por Andrade e Lemos (2015) “Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana” que dispõe de uma abordagem integrada da sustentabilidade

(ANDRADE, 2005) e no Desempenho Morfológico dos Lugares proposto pelo Grupo DIMPU; b) estudos de repertório: que envolve a aplicação de um processo participativo inicial e uma revisão bibliográfica dos mencionados padrões da auto-organização, que são favoráveis para geração de urbanidade; c) análise socioespacial: realizada com base na metodologia de Tenório (2013) e com enfoque no aparato teórico e conceitual na Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER & HANSON, 1984), pelo qual porta das ferramentas de análise que permitiram evidenciar a ausência de urbanidade no Paranoá Parque, e também avaliar como sua pós-ocupação tem sido apropriada e adaptada pelos residentes após oito anos desde a sua construção.

A partir disso foram desenvolvidos padrões de desenho e soluções como Retrofit, sendo este um tipo de intervenção reconhecido por transformar subúrbios ou conjuntos monofuncionais em comunidades mais completas, de uso misto e menos dependentes de automóveis (TALEN, 2015). Novas expansões urbanas são caras e implicam em alterar toda uma infraestrutura de transportes, enquanto que o reaproveitamento de áreas degradadas ou subutilizadas se mostram como uma alternativa potencialmente sustentável e cada vez mais necessária no contexto de grandes expansões urbanas como nesse caso.

Em conclusão revela-se o desafio de incorporar as dinâmicas sociais provenientes da complexidade organizada que esses conjuntos tanto necessitam – que com referência ao entendimento de Loureiro (2017), os processos de auto-organização que observamos através das informalidades em resposta à própria configuração espacial do bairro são potenciais geradores de qualidade e diversidade espacial e de atividades, e reforçam um caráter identitário que não podem ser simplesmente ignorados em novas intervenções. Um projeto que mapeie, escute e proponha - em conjunto com a comunidade - soluções de diversas escalas para o bairro, além de estimular a apropriação, poderá contribuir para um potencial reconhecimento da importância da qualidade dos espaços públicos na prática do direito à habitação implicando em projetos como este. Pretende-se esclarecer que o tipo de espaço abordado não se concentra em suas problemáticas socioeconômicas conhecidas, mas em suas boas relações construídas, revelando sérios contributos - lições de desenho urbano - para os estudos urbanos como um todo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA Sara; Murray, SILVERSTEIN; JACOBSON, Max; FIKSDAHL-KING, Ingrid; ANGEL, Shlomo. A **Pattern Language**: towns, buildings, construction. Barcelona: Gustavo Gilli, 1977.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Agenda verde x Agenda marrom**: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos. Dissertação de Mestrado PPG-FAU/UnB. Brasília, 2005.

ANDRADE, L. M. S., LEMOS, N. S. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social**: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.

COELHO, Juliana Machado. **Na riqueza e na pobreza**: o papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília. 2017. 290 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, F. DE. O **Espaço de Exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOPES, Flávia M. N. S. **Como era na favela? Como é no conjunto?** Relações entre propriedades espaciais e modos de uso no caso do reassentamento da favela do Maruim em Natal/RN. 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25663>. Acesso em 11 ago. 2021.

LOUREIRO, V. R. T. **Quando a gente não tá no mapa**: a configuração como estratégia para a leitura socioespacial da favela. 2017. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24679>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SALINGAROS, Nikos A. et all. (trad. Livre SALOMÃO, Lídia) Habitação Social na América Latina: uma Metodologia para Utilizar Processos de Auto-organização. Apresentado no **Congresso Ibero-Americano de Habitação Social**, Florianópolis, Brasil, 2006. Disponível em: <https://applied.math.utsa.edu/~yxk833/POUS-online.html>. Acesso em 30 ago. 2021.

SOBREIRA, F. **A Lógica da Diversidade**: Complexidade e Dinâmica em Assentamentos Espontâneos. Recife, 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

TALEN, E. Sprawl Retrofit: Sustainable Urban Form in Unsustainable Places. **Environment and Planning B**: Planning and Design 2011, volume 38, pages 952-978. School of Geographical Sciences and Urban Planning, School of Sustainability, Arizona State University. 2015. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?-doi=10.1.1.823.9920&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

TENÓRIO, G. S. **Ao desocupado em cima da ponte**: Brasília, arquitetura e vida pública. 2013. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://fredericodeholanda.com.br/orientacoes/doutorado/2012_TenorioGabriela_ao_desocupado_em_cima_da_ponte.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CARTOGRAFANDO O MORRO DA CAIXA/MONT SERRAT EM FLORIANÓPOLIS: TERRITÓRIOS, CONQUISTAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

LT 296

Rafael Alves Campos [1], Nadine Martignago Saleh [2], Ana Paula Cabral [3], Helena Antunes Zapelini [4], Ana Maria da Silva Oliveira [5], Isadora Nascimento de Deus [6]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFSC (em andamento); arqrafaelcampos@gmail.com.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC (em andamento); nadinemsaleh@gmail.com.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC (em andamento); cabral.ana2000@gmail.com.
[4] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC (em andamento); helenaazape@gmail.com.
[5] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC (em andamento); anamariadso226@gmail.com.
[6] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC (em andamento); isanscmt@gmail.com.

Palavras-chave: cartografia social; Monte Serrat/Morro da Caixa; Florianópolis; ComunitÁreas.

O Projeto ComunitÁreas é resultado de uma cooperação técnica entre IAB/SC e Universidade Federal de Santa Catarina e financiado pelo CAU/SC através do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020 (CAU, 2020), que teve foco em ações emergenciais no combate ao COVID-19. É uma Plataforma digital, colaborativa e georreferenciada, que busca localizar e caracterizar as comunidades e grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental nos municípios da Grande Florianópolis. Os resultados referentes à primeira etapa foram publicados no site da plataforma (https://comunitareas.wixsite.com/comunitareas).

Depois da sistematização com dados descritivos, a ComunitÁreas começou um novo projeto no final de 2021, contemplado pelo EDITAL 001/2021 do CAU-SC (2021), com objetivo de colaborar para o autorreconhecimento e a consolidação de redes de apoio, de atuação e de fortalecimento coletivo e individual a partir da manifestação do que é representativo pelo olhar e pela vivência dos próprios moradores. Para isso, a comunidade do Morro da Caixa/Monte Serrat , localizada no maciço do Morro da Cruz no centro de Florianópolis - SC, foi escolhida a partir de contato estabelecido com importante ator social da comunidade, que indicou interesse por uma cartografia que pudesse principalmente resgatar a história da comunidade.

Na busca por reconhecer e dar visibilidade às necessidades e condições daquele coletivo e produzir uma cartografia que refletisse a realidade histórica e territorial a partir daquilo que os moradores consideram relevante, encontrou-se a cartografia social (DIEZ TETAMANTI, 2018) como percurso metodológico. Isto porque a cartografia social entende que as construções sociais também constituem o território, sendo capaz de fortificar as relações de poder local, valorizar a cultura e resgatar valores, saberes e tradições, e tem como fundamento a participação da comunidade mapeada, que se apresenta como a principal fonte de informações (NETO; SILVA; COSTA, 2016).

Como metodologia foram adotadas estratégias etnográficas de levantamentos, trabalhos de campo e interlocução com a comunidade. Foram realizados dois encontros para apresentar a proposta e duas visitas guiadas por moradoras que constituem a liderança comunitária. O objetivo era reconhecer o território, identificar espaços simbólicos, aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e memórias do cotidiano a partir da percepção dos atores locais.

Além disso, realizamos quatro entrevistas semi-estruturadas, utilizando a história oral como

metodologia, com seis pessoas mais velhas representativas da comunidade, que objetivaram resgatar memórias da trajetória do território. Assim, pretendeu-se valorizar suas memórias e autobiografias e perceber as confluências entre os relatos. Em paralelo, foram realizadas pesquisas bibliográficas.

Os dados levantados serão reunidos em uma cartilha com a linha do tempo que relaciona as transformações urbanas da comunidade e da cidade, e quatro mapas temáticos com foco na identificação dos territórios, conflitos, conquistas e resistências. Todos os materiais articulam subjetividades, sujeitos e afetos constituídos ao longo do processo. A cartilha será apresentada à comunidade para futuras adequações e para aprovação final antes da publicação.

Acredita-se que através da cartografia social da comunidade do Monte Serrat/Morro da Caixa, foi possível identificar a realidade histórica e territorial a partir daquilo que os moradores consideram necessário e relevante, ao contribuir no resgate e fortalecimento da identidade popular e atualização das memórias coletivas e individuais, valorizando o conhecimento tradicional e a cultura existentes no território.

REFERÊNCIAS

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Santa Catarina). CAU . **Edital de Chamada Pública Nº 01/2020**. SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS COM FOCO EM AÇÕES EMERGENCIAIS NO COMBATE À PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19 NO ESTADO DE SANTA CATARINA, A PARTIR DA ARQUITETURA E URBANISMO, PARA CONCESSÃO DE PATROCÍNIO, Florianópolis, n. 01, p. 1 -29, 26 maio 2020.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Santa Catarina). CAU . **Edital de Chamada Pública Nº 01/2021**. SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA CONCESSÃO DE PATROCÍNIO, Florianópolis, n. 01, p. 1 -19, 30 maio 2021.

DIEZ TETAMANTI, Juan Manuel. **Cartografía social**: teoría y método. Estrategias para una eficaz transformación comunitária. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2018.

MAIA, Cauane G. A. **Vozes negras em Florianópolis**: escrevivências antropológicas do morro das mulheres. Curitiba: Appris, 2020.

NETO, Francisco Otávio Landim; DA SILVA, Edson Vicente; DA COSTA, Nátane Oliveira. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: Reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 18, n. 2, p. 8, 2016.



EIXO 3

formas urbanas e paisagem: patrimônios, apropriações e manifestações culturais

Rubens de Andrade (EBA-UFRJ/PROARQ-FAUUFRJ) **e**
Daniel Athias de Almeida (PROARQ-FAUUFRJ)

Este eixo coloca em discussão aspectos da morfologia urbana relacionados às múltiplas possibilidades para conceber paisagens ao longo da história da cidade considerando em particular, o legado patrimonial, as inquietações relativas às apropriações espaciais como também, a emergência para pensar a coexistência de humanos e não-humanos, chaves de leituras essas essenciais para a compreensão da forma urbana na contemporaneidade. Ser e Estar no urbano constituem-se em vivências, narrativas e contra-narrativas que se contrapõem à dinâmica gestada por elites dominantes e a urbanidade espontânea produzida pelas classes sociais menos favorecidas. Esse conjunto de vetores geram desigualdades, fomentam contradições, segregam corpos, ampliam tensões, alimentam lutas de classes.

Entre insurgências e dissidências, exclusões e acréscimos e à luz do direito à paisagem a lógica capitalista revela suas fragilidades. Nesses termos, propomos três questões norteadoras para os debates: i) Como a morfologia do território e as práticas de seus habitantes moldam, articulam e referenciam historicamente patrimônio e manifestações culturais? ii) Em que medida a ideologia da forma urbana, em particular na esfera das apropriações territoriais, evidencia processos de adição e subtração socioespacial? iii) Como as representações e manifestações no campo das artes, cultura e cibercultura surgem como disparadores para uma leitura cartográfica das formas urbanas na contemporaneidade?

POTENCIALIDADES DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA (UFPI) COMO PARTE DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES EM TERESINA-PI

LT 301

Gedeilson Silva [1], Karenina Matos [2], Wilza Lopes [3], Denise Santiago [4], Fernando Gomes Filho [5]

[1] Graduando em Arquitetura e Urbanismo, DCCA/UFPI; gedeilsonlima123@gmail.com.
[2] Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, DCCA/UFPI; karenina@ufpi.edu.br.
[3] Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, DCCA/UFPI; wilza@ufpi.edu.br.
[4] Mestranda da Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/UFMA; arq.denise15@gmail.com.
[5] Graduando em Arquitetura e Urbanismo, DCCA/UFPI; flopesfilho@live.com.

Palavras-chave: UFPI; SEL, parque urbano

Localizado no bairro Ininga, nas proximidades do rio Poti, o Campus Ministro Petrônio Portella-UFPI, apresenta relevante paisagem natural, destacando-se a necessidade de valorização desses espaços livres e adequado planejamento para os futuros planos de expansão da universidade. Sua proximidade com o rio Poti e seu potencial em áreas verdes o torna importante, legitimando a necessidade de se voltar a atenção para a vivência de áreas livres e paisagens na universidade (MATOS et al., 2021). Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo analisar as potencialidades do Campus Ministro Petrônio Portella como parte do Sistema de Espaços Livres (SEL) da cidade de Teresina. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, referentes à expansão do campus, como também, visitas ao local, registro gráfico, por meio de documentação fotográfica, além de elaboração e estudos, por meio do uso de capas urbanas, que permitem identificar e analisar as características da área, de forma isolada e, posteriormente, de maneira conjunta, a partir de sobreposições. A UFPI foi oficialmente instalada em 1971, nas quais se situava a Fazenda Ininga, nome do qual deu, também, nome ao bairro (DIAS, 2006). A origem do bairro está fortemente atrelada às fazendas, o que justificaria a grande presença de áreas verdes. Com o passar dos anos e a construção dos diversos centros, que compõe a instituição, essas áreas foram reduzidas. Os espaços livres para permanência dos usuários, dentro do Campus, tiveram poucos investimentos ou até mesmo quase nenhuma atenção quando da construção dos novos blocos (MATOS et al., 2021). Em relação as unidades de paisagem presentes no Campus, estudos elaborados por Santiago et al. (2018) foram possíveis identificar 3 unidades (Figura 1). A leitura dessas unidades de paisagem ajuda a um melhor entendimento da flora do Campus, podendo ser um primeiro indicativo para um plano diretor da Universidade que considere as particularidades paisagística do lugar. Ainda sem um plano diretor mais atual da UFPI, que considere as particularidades paisagística do local, a exuberância da paisagem do Campus se destaca na cidade e na sua localização, nas proximidades do rio Poti, contribuindo para que a UFPI seja incorporada a rede sistêmica de espaços livres da cidade. Do total de 12 parques ambientais nas margens dos rios Parnaíba e Poti, quatro estão na zona Leste, porém, um com o uso de Zoobotânico, os outros três são parques lineares, sendo um deles o parque floresta fóssil. A proposta do Uniparque complementará com mais um parque o SEL atraindo os morados do entorno e do outro lado do rio, zona Norte, nas proximidades de um dos mais antigos e maiores parques de Teresina, o Parque da Cidade. Assim, em 2021, o Laboratório Urbano da Paisagem- Lupa/UFPI, junto a Prefeitura Universitária – PREUNI/UFPI, elaboraram diretrizes e projeto para um Parque Urbano (Figura 2). Dessa forma, a UFPI, também, cumprirá seu papel social, como espaço livre, de maneira mais

eficiente, proporcionando a integração das pessoas, possibilitando sua convivência, além de enaltecer seu valor arquitetônico e paisagístico a todos. São nos espaços livres e públicos, como os Campi Universitários, que muitas vezes são locais onde o indivíduo exerce a sua cidadania de forma mais afetiva. Assim, pretende-se evidenciar o papel do campus universitário como elemento formador do sistema de espaços livres, observando o Campus Ministro Petrônio Portella, como elemento de referência na paisagem da cidade de Teresina.

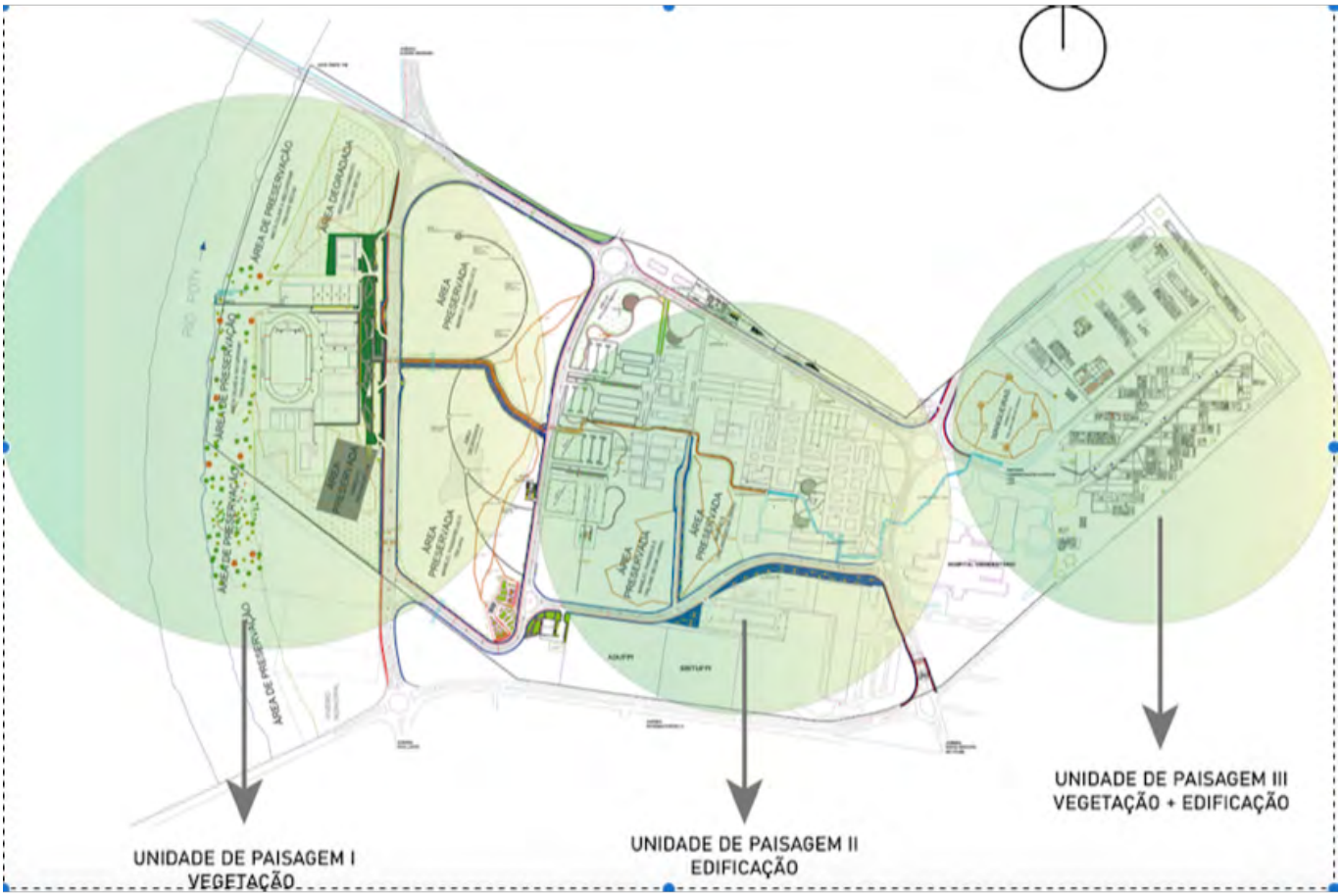


Figura 1: Unidades de paisagem da UFPI



Figura 2: Proposta do parque na UFPI- UNIPARQUE

REFERÊNCIAS

DIAS, Cid. **Piauí Projetos Estruturantes**. Teresina: Alinea, 2006.

MATOS, Karenina; LOPES, Wilza; SANTIAGO, Denise; Sousa, Giuliana; LEITE, Nicia. A Expansão de Campi Universitários e a Formação de Unidades de Paisagem: estudo do campus ministro Petrônio Portella, em Teresina, Piauí. In **Novos Campi Universitários brasileiros: processos e impactos**. Org. Elaine Saraiva Calderari, Joel Pereira Felipe. -- 1. ed. -- Brasília, DF :Universidade de Brasília, 2021. p. 295 – 323.

SANTIAGO, Denise Rodrigues; FIGUEIREDO, Camila Soares; MATOS, Karenina Cardoso; LOPES, Wilza Gomes Reis. Espaços Livres e a formação de Unidades de Paisagem na Universidade Federal do Piauí - UFPI. In: **VII Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2018**, 2018, Porto. Anais do PNUM 2018. Porto, Portugal: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2018. v. 1. p. 791-807.

LEI DOS ARRUAMENTOS DE 1923 E A MUDANÇA DE PARADIGMAS NA FORMA URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DO BAIRRO DO PACAEMBU.

LT 302

José Geraldo Simões Junior [1]

[1] Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAU – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Palavras-chave: arruamentos, forma urbana, Pacaembu

O objetivo deste trabalho analisar e discutir a mudança no padrão da forma urbana da cidade de São Paulo, decorrente da implementação de uma nova lei de arruamentos em 1923 - a lei 2611 - que vigoraria por mais de 80 anos e viria alterar significativamente o desenho urbano da capital paulistana. Para tanto será estudado um caso específico de configuração desta mudança, que foi o projeto do bairro do Pacaembu, empreendimento projetado pela Companhia City e implementado em uma área de encosta e fundo de vale, de difícil ocupação.

No inicio do século XX, a cidade de São Paulo registrava um de seus momentos de mais forte crescimento populacional, decorrente da riqueza econômica advinda do café. A necessidade de expansão territorial planejada esbarrava nas limitações de normas de arruamentos antigas, como o Código de Posturas de 1886, que preconizava que todas as ruas novas a serem abertas na cidade deveriam ser retas, com largura de 16 metros e os quarteirões em forma quadrada ou retangular. Nessa ocasião, em 1911, é instalada na cidade uma companhia imobiliária de capitais ingleses, a Cia City. Com o objetivo de projetar novos bairros, a companhia adquire grandes glebas na cidade, sobretudo na região oeste, mas encontra dificuldade em viabilizá-las. A concepção inglesa de garden-suburb (ou bairro-jardim), adotada pela City, utilizava como referência o partido das linhas curvas, para garantir os princípios urbanístico-ambientais e estéticos defendidos pelo urbanista inglês Raymond Unwin, que havia projetado o subúrbio de Hampstead em Londres, alguns anos antes, juntamente com seu colega Barry Parker.

No inicio dos anos 1910, a Cia City consegue aos poucos, juntamente com o diretor de obras da prefeitura paulistana à época, Victor da Silva Freire, elaborar projeto de lei para alterar esse rígido padrão morfológico de ocupação. O que vem acontecer em 1913, com a aprovação de uma normativa um pouco mais flexível, a Lei nº 1.666, que permitia que os novos loteamentos fossem projetados com ruas curvas.

Em 1917, a City contrata Barry Parker para uma consultoria para novos projetos na cidade. Parker trará a visão dos princípios da forma urbana adotados por ele e Unwin em Hampstead e defenderá nova alteração nas normativas de arruamentos, flexibilizando-as ainda mais. Em 1923, por conta de seu empenho é finalmente aprovada a lei nº 2611, definindo novas possiblidades projetuais como distintas categorias e larguras para as vias, em função de sua importância no tráfego da cidade, ruas de 8 metros para tráfego local, ruas sem saída (cul-de-sac), com praças de retorno, passagens e escadarias para pedestres em locais de grande declividade ou em quadras muito extensas, belvederes em pontos estratégicos, dentre outros.

Tal fato viria possibilitar um melhor aproveitamento para ocupação de micro-bacias, muito comuns na cidade, de forma a definir traçados viários seguindo as curvas de nível, minimizando assim

grandes cortes e movimentos de terra no momento da implementação do empreendimento. Desta forma a City também se beneficia, pois conseguirá projetar o bairro do Pacaembu no acidentado vale de sua localização. E também viabilizará um traçado mais harmônico e dentro do espírito das garden suburbs para os empreendimentos do Jardim América, Alto da Lapa e Bela Aliança.

A ocupação posterior desses bairros, permitirá uma distinta forma de apropriação pelos seus moradores, pois a generosidade dos passeios aos longo das vias de trânsito local, a arborização densa que se incentiva nas ruas e lotes e a baixa taxa de ocupação das construções, aliada a outros dispositivos de integração, como utilização de cercas-vivas na divisa de lotes e espaços de uso comum, permitirão uma maior integração entre a comunidade, sendo esses princípios apontados como os precursores da unidade de vizinhança, que seria depois extensamente adotada pelo urbanismo modernista.

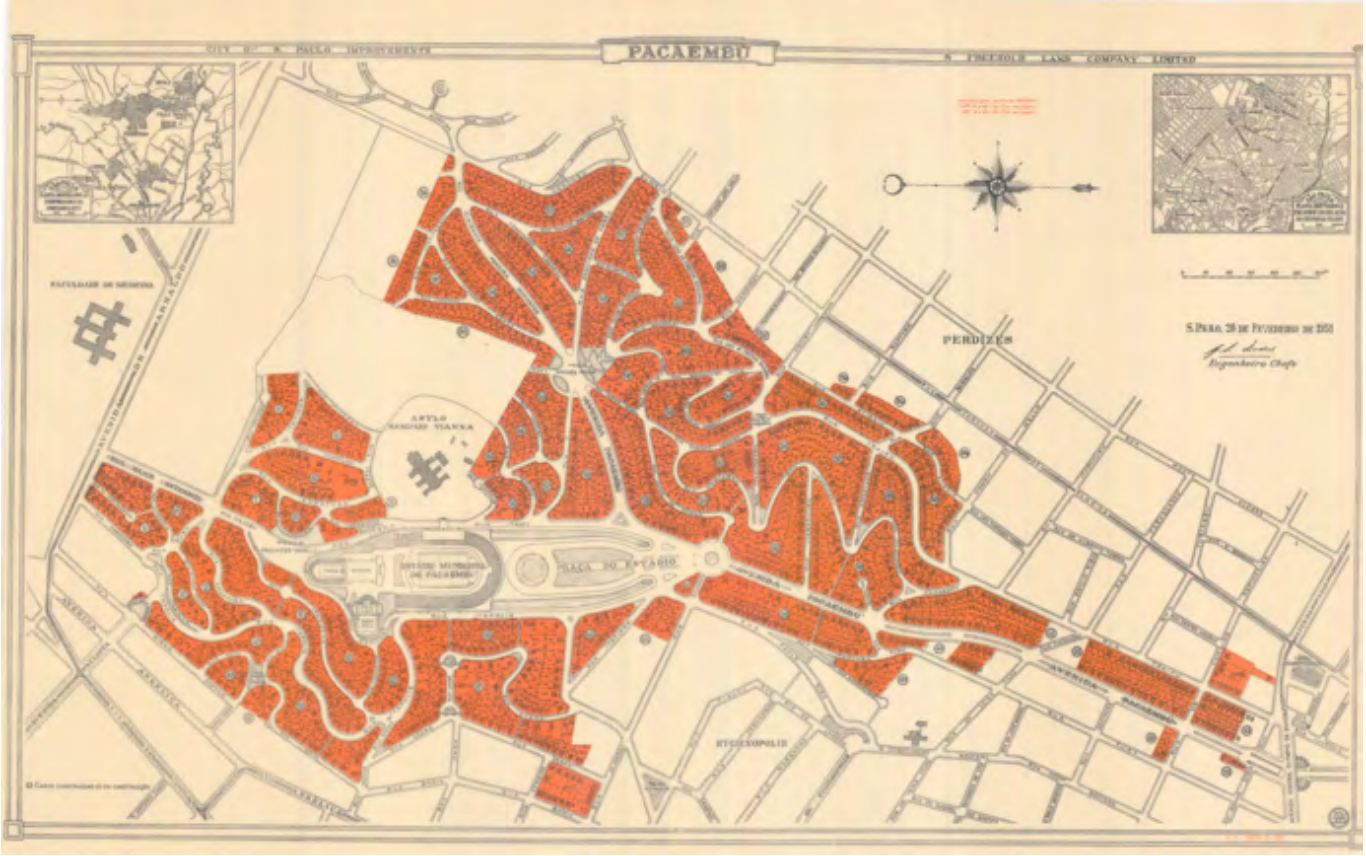


Figura 1: Planta do bairro do Pacaembu, produto da lei dos arriamentos de 1923. Notar a distinção do traçado viário em relação aos bairros circundantes (Higienópolis e Perdizes), elaborados sob a normativa de 1886. FONTE: Acervo da Cia City

REFERÊNCIAS

CIA CITY. **Documentos técnicos de Barry Parker** (Pasta GG 092). São Paulo, Arquivo da Cia City.

PARKER, Barry. Two Years in Brazil. In: **Garden Cities and Town Planning Magazine**. Londres, N.8, V.9, ago. 1919, p. 143-151.

SIMÕES JR, José Geraldo. As normativas sobre arruamentos em São Paulo (1873-1923): o debate urbanístico e a contribuição do vereador Anhaia Mello. In: SIMÕES JR, José Geraldo; ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **Luiz de Anhaia Mello**: um pioneiro do urbanismo paulistano. São Paulo, Ed. Mackenzie, 2020.

COLÓNIAS AGRÍCOLAS DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS: UM EMBRIÃO DO RURBANO

LT 303

Lucinda Caetano [1], José Luís Crespo [2]

[1] Centro de Investigação de Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa e Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, Direção Geral do Património Cultural; email lucinda.caetano63@gmail.com.
[2] Centro de Investigação de Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; email jcrespo@fa.ulisboa.pt.

Palavras-chave: colónias agrícolas portuguesas; política pública de colonização interna; urbanismo rural moderno

Trata o presente trabalho da análise morfológica das sete colónias agrícolas portuguesas, implementadas em Portugal na década de 50 do século XX, no âmbito do seu legado patrimonial e da paisagem rural construída.

O contexto gerador integra-se na convulsão política, económica e social do século XX, quando surgiram as Políticas Públicas Agrárias e de Infraestruturação Hidroagrícola e de Povoamento Interno em Itália, Espanha e Portugal, com feições e razões específicas em cada país, mas genericamente vinculadas à reconstrução de povoados destruídos na guerra civil em Espanha, e para impedir o fluxo migratório massivo em Itália e Portugal, cuja génese ocorre em Itália, inspirando a Península Ibérica.

A política pública portuguesa de fomento agrícola e povoamento interno surgiu na década de 30 do século passado, pretendendo, por um lado fazer face à falta de habitação e emprego - travando o fluxo migratório – e, por outro, materializar a ideologia “nacionalista” do regime politico autoritário vigente.

Os objetivos são genericamente os seguintes: estudar a morfologia e os pressupostos teóricos subjacentes às colónias agrícolas portuguesas; e verificar a sua presença no território contemporâneo, configurada como “paisagem rural construída”.

A metodologia adotada para a análise seguiu duas linhas distintas: uma que se debruçou sobre a forma urbana dos assentamentos “concentrados”, observando se a sua tipologia(geométrica ou orgânica), e qual a sua corrente estilística (culturalista ou modernista), através da análise comparativa de três casos de estudo: Littoria (Itália), Santo Augustín (Espanha) e Boalhosa (Portugal); outra que se deteve na observação da paisagem “rural” caracterizada pelas colónias agrícolas portuguesas (ao contrário das propostas italianas e espanholas de índole urbana), definida pela baixa densidade e pela organização funcional/ espacial. Relativamente à organização funcional (dispersa ou concentrada) selecionaram-se três casos de estudo: as colónias de Boalhosa (feição “urbana”); Barroso (rural concentrado); e Pegões Velhos (rural disperso).

Os resultados sugerem algumas premissas a reter. A análise da forma urbana parece demonstrar que, apesar de serem mais rápidas as transforrmações estilísticas na arquitetura do que no urbanismo relativamente às paisagens construídas, no caso da implantação de novos assentamentos, tendencialmente, triunfa o ideário mais contemporâneo. No caso dos assentamentos populacionais italianos, espanhóis e portugueses percebe-se nitidamente a corrente moderna. Por outro lado, a análise da paisagem “rural” das três colónias portuguesas,

usando três tipologias de organização distintas - dispersa, concentrado e “feição urbana” (casas geminadas) – revela que o cariz rural, apesar de se relacionar com a “concentração” das edificações e a presença de equipamentos de serviços, baseia-se principalmente na densidade populacional. Saliente-se, como exemplo, a fundamentação da classificação patrimonial do assentamento da Boalhosa (com moradias geminadas) que a identificou como «paisagem rural europeia de cariz moderno».

As conclusões da análise das colónias agrícolas portuguesas do Estado Novo remetem-nos para conceitos ainda pouco estudados, tais como: “Rurbano” e urbanismo rural. Noutro sentido, parece-nos de extrema importância o seu estudo sistematizado, revelando-se como experimentos valorosos, enquanto exemplares da génese do urbanismo moderno do alvorecer do século XX.

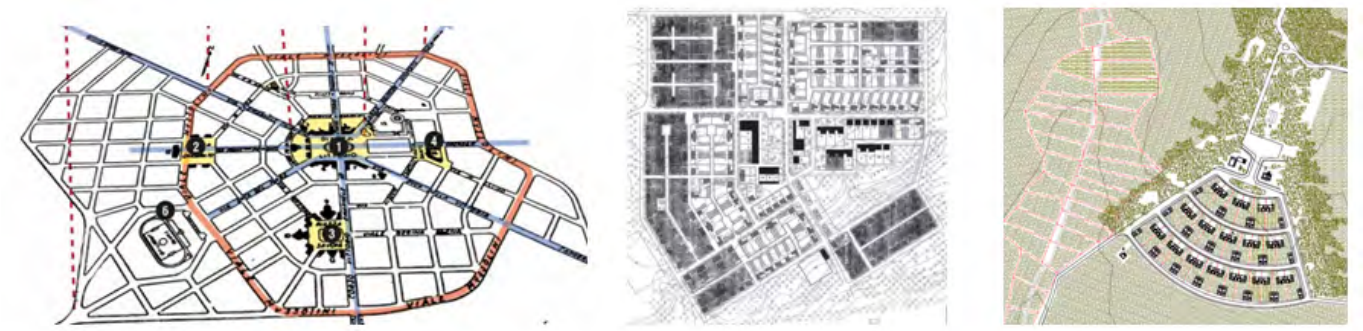


Figura 1: Planos de Littoria (Itália), Santo Augustín (Espanha) e Boalhosa (Portugal). Fonte: Diagrama 1 - COSTA e TREVISAN, 2021, p. 16; Diagrama 2 – CENTELLAS-SOLER, 2010, p. 114; e Diagrama 3 – GUERREIRO, 2015, p. 178.



Figura 2: Planos de Boalhosa, Barroso e Santo isidro-Pegões Velhos. Fonte: GUERREIRO, 2015, pp. 178, 156, 134.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Maria J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA; Francisco C. T. Da; SANTOS; Raimundo; COSTA; Luís F. de C. (org.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-117.

CENTELLAS-SOLER, Miguel. Los pueblos de colonización de la administración franquista en la España rural. In: **Revista P + C** – Ano 1, 2010, p. 109-126.

COSTA, Lucas F. e TREVISAN, Ricardo. Planejamento e fluxos migratórios: do agro pontino italiano às colônias agrícolas nacionais brasileiras (1931-1948). In: **Anais do 16.º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo** – SHCU. Salvador: UFBA, 2021.

GUERREIRO, Filipa de C. **Colónias agrícolas portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960**. A casa, o assentamento, o território. Tese de Doutoramento, Porto: FAUP, 2015.

PINHO, Giselle F, MONTEIRO, Evandro Z. e PINA, Sílvia A. M. G. Urbanismo rural, uma utopia não realizada. In: MARTINS, Bianca C. (org.). **O essencial da arquitetura e urbanismo 3**. São Paulo: Atena Editora, 2019. Capítulo 24.

URBANOMIMETISMO E HIPERPROXIMIDADE: SOBRE O FUTURO DO CONSUMO, DAS FORMAS URBANAS E DOS CENTROS COMERCIAIS EM PORTUGAL E NA EUROPA

LT 304

Miguel Silva Graça [1]

[1] Investigador Integrado, CITTA-UC (Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente – Universidade de Coimbra), Portugal; miguel.graca@dec.uc.pt.

Palavras-chave: centros comerciais; consumo; hiperproximidade; urbanomimetismo; Portugal; Europa.

Se podemos definir um centro comercial como um local onde podemos encontrar tudo o que procuramos, de entre uma ampla gama de marcas, produtos e serviços. Tal definição também se poderia facilmente adequar a qualquer uma das grandes plataformas de vendas ou de distribuição online de hoje.

Esta mudança nos hábitos de consumo da última década — materializada num crescimento das vendas online a nível mundial de 15% ao ano entre 2010 e 2019, por oposição a apenas 4% ao ano em contexto de loja física, e no crescimento da quota de mercado das vendas online atualmente nos 16 % e que se prevê aumentar para cerca de 25% até 2025 — em conjunto com o encerramento ou a diminuição de construção de novos centros comerciais, é um fenómeno global do qual a Europa, e Portugal, não são exceção.

Conjuntura que se agravaria com a pandemia da Covid-19, que provocou não só o encerramento temporário, como o cancelamento de projetos em pipeline para 2020, 2021 e 2022 estimando-se — antes do início da crise pandémica — uma redução de 18% em novos projetos em toda a Europa e um adiamento de 8% das inaugurações programadas, ainda que tenham sido construídos em 2019, na Europa, mais de 168 milhões de metros quadrados de área bruta locável.

E será que num mundo onde agora podemos comprar o que quisermos a partir de um smartphone, ainda há necessidade de ir ao shopping center?

Perante a eventualidade da sua própria obsolescência, a resposta do sector retalhista foi oferecer algo que não pudesse simplesmente ser mediado por um ecrã. Parques de diversões, parques aquáticos, pistas de ski cobertas, salas de concerto, galerias de arte, eventos ao ar livre, experiências de realidade virtual ou lojas pop-up, são cada vez mais comuns e têm como objetivo, mais do atrair as pessoas, permitir que estas descubram algo novo em cada visita.

Em paralelo, a tendência é também uma crescente presença de serviços de cariz utilitário como bancos, clínicas médicas, lavandarias, cabeleireiros, dentistas, centros de saúde e beleza ou ginásios. Assim como começam igualmente a surgir cada vez mais exemplos de usos mistos que acumulam a vertente retalhista com residências, hotéis, escritórios e espaços de co-working.

O que falta então ao centro comercial para ser cidade, quando já é possível morar, trabalhar, fazer compras, comer e passear neste?

Talvez muito pouco, porque em muitos centros comerciais, tal como na maior parte das cidades europeias, e portuguesas também, se enterram parques de estacionamento para substituir por lagos e jardins, se colocam estacionamentos para bicicletas e se constroem ciclovias de acesso,

se coloca a ênfase na sustentabilidade e no combate às alterações climáticas, ou se constroem parques infantis, bibliotecas públicas e museus. Em que difere, na realidade, o alcance deste conceito da "cidade de 15 minutos" que defende a hiperproximidade e o acesso a serviços básicos, comércio, trabalho e lazer a uma distância a pé do lugar onde se mora?

O objectivo desta comunicação será assim não só demonstrar a evidência de uma tendência crescente de associação de experiências baseadas em entretenimento, de oferta crescente de serviços e de preocupações de sustentabilidade ambiental — que apesar de suspensa, ressurgirá em força num mundo pós-covid — mas acima de tudo um alinhamento entre as actuais tendências de desenho dos espaços "públicos" dos shoppings e dos ambientes urbanos europeus, em que os centros comerciais mais do que continuarem a imitar a cidade, a começam já a construir.



Figura 1: Mar Shopping, Loulé (Portugal). Fonte: https://www.designeroutletalgarve.com/noticias/ultimas-noticias

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Le Seuil: Paris, 1992.

BORJA, Jordi; Muxí, Zaida. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2003.

CAUTELA, Cabirio; OSTIDICH, Daniela (eds). **Hell Paradise Shopping**: L'inferno e il paradiso degli acquisti e del consumo. FrancoAngeli: Milano, 2009

CRAWFORD, Margaret. "The World in a Shopping Mall". In Sorkin, Michael (ed). **Variations on a Theme Park**: The New American City and the End of Public Space. Noonday Press: New York, 1992: 3-30.

C&W - Cushman & Wakefield. "Shopping Centre Development Report: Europe 2019". In **C&W**: Global Research Reports, 2020.

ELLIN, Nan. **Architecture of Fear**. Princeton Architectural Press: New York, 1997.

GRAÇA, Miguel Silva. **Shopping (&) Center**: sobre o consumo, a cidade e os centros comerciais em Portugal e na Europa (Tese de Doutoramento). Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, 2010.

KOOLHAAS, Rem. "La cittá generica=The generic city". **Domus**. Milano. Nº 791, pp. 3-12, 1997.

LEONG, Sze Tsung. "And Then There Was Shopping". In Chung, Chuihua Judy; Inaba, Jeffrey; Koolhaas, Rem; et al (coord). P**roject on the City 2**: Harvard Design School Guide to Shopping. Taschen: Köln-London-Madrid-New York-Paris-Tokyo, 2001: 128-155.

NORBERG-SCHULZ, Christian. "The Phenomenon of Place" (orig. 1976). In Nesbitt, Kate (ed.). **Theorizing a New Agenda for Architecture**: An Anthology of Architectural Theory 1965-1995. Princeton Architectural Press: Princeton, 1996.

OC - Observatório do Comércio. **Centros Comerciais em Portugal**: conceito, tipologias e dinâmicas de evolução (coord. Herculano Cachinho). Lisboa: Observatório do Comércio, 2000.

Oldenburg, Ray. "The character of third places" (orig. 1989). In Carmona, Matthew; Tiesdell, Steve (ed). **Urban Design Reader**. Oxford: Architectural Press, pp. 163-169, 2007.

PARIS, Mario. **L'urbanistica dei superluoghi.** Rimini: Maggioli Editore, 2009.

PORTAS, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (coord). **Políticas Urbanas**: Tendências, estratégias e oportunidades. Fundação Calouste Gulbenkian – Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Lisboa, 2003.

SIEVERTS, Thomas. **Entre-ville**: une lecture de la Zwischenstadt. Éditions Parenthèses: Marseille, 2005.

SOJA, Edward. Thirdspace: **Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

SORKIN, Michael. "Introduction: Variations on a Theme Park". In Sorkin, Michael (ed). **Variations on a Theme Park**: The New American City and the End of Public Space. Noonday Press: New York , 1992: xi-xv.

OS RIOS E A FORMA URBANA EM CIDADES DO OESTE PAULISTA

LT 305

Norma Regina Truppel Constantino [1], Antonio Arnot Queiroz Crespo [2], Anna Maria Galvão Carneiro Lyra [3], Jessica Telles Zanateli [4]

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPGARQ-FAAC-UNESP
[1] norma.rt.constantino@unesp.br; [2] antonio.arnot@unesp.br; [3] anna.lyra@unesp.br; [4] jessica.telles@unesp.br

Palavras-chave: forma urbana; rios urbanos; paisagem e memória

A formação das cidades no Oeste Paulista no final do século XIX e início do século XX deu-se pela abertura das zonas pioneiras. A conquista desse território resultou da busca de novas terras para o plantio do café, sendo essa expansão cafeeira seguida de perto pela ampliação da rede ferroviária. A questão da terra teve grande influência na forma do território, enquanto a cultura do café alterou a fisionomia física, humana, social, cultural e econômica do Estado, a rede ferroviária atuou como meio de organização do território, determinando o traçado dos lotes e as fundações urbanas. Para Monbeig (1984, p.390) a “mola propulsora da marcha para o oeste residiu no tenaz desejo do ganho”. A lucratividade era proveniente da colonização, da atividade imobiliária, e da oportunidade do fundador tornar-se popular e aumentar seu prestígio político. Mas, se por um lado a uniformidade das condições naturais leva àquilo que Monbeig (1984) chama de monotonia da paisagem urbana, que faz com que se repita em todas a mesma planta geométrica, própria às cidades novas, por outro lado, é o próprio autor que esclarece que são as circunstâncias históricas de fundação que impõem modificações na disposição da trama urbana. Neste sentido, “ler a paisagem é extrair os modos de organização do espaço” (BESSE, 2014, p.31). Entre os objetivos gerais almejados pela pesquisa desenvolvida, estão o de analisar a paisagem das cidades de Birigui, Araçatuba e Jaú, utilizando as chaves de leitura referenciadas por Besse (2014), a fim de verificar como a morfologia do território e as práticas de seus habitantes moldaram, articularam e referenciaram os rios, um patrimônio natural que, historicamente, foi fundamental para a conformação dos núcleos urbanos. Os procedimentos metodológicos compreenderam o levantamento da bibliografia pertinente ao tema e à história da formação das cidades, levantamento fotográfico e percursos de observação ao longo dos córregos e rios nos centros urbanos e sistematização dos dados coletados. O tecido urbano foi considerado como variável dependente dos rios. As cidades tiveram os rios como importante fator de sua fixação. Os resultados puderam ser avaliados pela coleta, sistematização e análise do material levantado, bem como o universo comparativo entre as cidades pesquisadas e seus rios. Ao constarmos que a atividade humana se inscreve no solo e o transforma, verifica-se que a organização espacial da paisagem traduz uma forma de organização da sociedade (BESSE, 2014). Muitas cidades, como Jaú, Birigui e Araçatuba, foram criadas próximas aos cursos d´água, e os traçados dispostos a partir da estação ferroviária. Para Rego & Meneguetti, (2011, p.125) o que “chama a atenção no desenho de uma cidade é a sua tessitura, a trama dos seus elementos.” Segundo os autores, “o tecido urbano é configurado pelo sistema viário, pelo padrão do parcelamento do solo, pela aglomeração e pelo isolamento das edificações assim como pelos espaços livres.” Esses elementos devem ser considerados como organismos constantemente em atividade e em transformação. Portanto, as características físicas têm influência no modo de

como é visualizado o rio. Nesse sentido, constatou-se que apesar da importância histórica dos complexos ferroviários e dos cursos d'água para as cidades pesquisadas, o abandono no qual se encontram atualmente configura uma paisagem fisicamente degradada e ausente da memória da população.



Figura 1: Córrego Biriguizinho, Birigui-SP. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

REFERÊNCIAS

Plantas, mapas e legislação pertencentes ao acervo da Prefeitura de Araçatuba-SP.

Plantas, mapas e legislação pertencentes ao acervo da Prefeitura de Birigui-SP.

Plantas, mapas e legislação pertencentes ao acervo da Prefeitura de Jaú-SP.

PERSPECTIVA HISTÓRICA DA FORMA URBANA DA CIDADE DE CAMPINAS-SP: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE DOIS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO, NO SÉCULO XIX

LT 306

Ana Beatris F. Menegaldo [1], Renata Baesso Pereira [2]

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ), Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo e Mestre em Urbanismo, PUC-Campinas; ana.bfm2@puccampinas.edu.br.
[2] Doutora e docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas; renata.baesso@puc-campinas.edu.br.

Palavras-chave: Agentes Modeladores; História Urbana; Produção Urbana; Campinas-SP.

O enriquecimento exponencial da cidade de Campinas-SP, inicia-se com a cultura açucareira e é ampliada com o café, ao longo do século XIX. A contar da década de 1870 um cenário contraditório se configura: de um lado a cidade é considerada a capital agrícola na produção cafeeira; de outro lado, os sinais de desgaste do regime monárquico conjunto às medidas que assinalam o fim da mão de obra escravizada (Bianconi, 2003). A estratégia elaborada pelo grupo senhorial de Campinas foi de enxergar, nos prenúncios da Abolição, um "golpe fatal" à cafeicultura, e como saída, injetar o capital campineiro excedente em outras atividades senão a lavoura, como uma "janela de oportunidade" em meio à crise (Goyena Soares, 2020, p.03). A atuação desse grupo é exitosa, havendo uma consonância na administração de seus negócios em níveis locais e provinciais, permeados pelas relações de parentesco e pelas afinidades dos interesses econômicos e políticos. O sucesso desse grupo senhorial é assegurado pela "poderosa teia clânica" de sobrenomes presente desde a origem da localidade, como é o caso, por exemplo dos Souza Aranha (Lapa, 1995, p.111-112). O presente trabalho tem por objetivo discutir como as estratégias e ações desse grupo senhorial se concretizam espacialmente, a partir do estudo de caso da trajetória de membros da família Souza Aranha- um dos principais sobrenomes ligados à elite senhorial de Campinas: Joaquim Policarpo Aranha (Barão de Itapura) e seu irmão Manoel Carlos Aranha (Barão de Anhumas), com ênfase nas ações durante o Segundo Império e início da Primeira República. A metodologia proposta aborda o processo de urbanização da cidade de Campinas, através da análise das iniciativas particulares de membros da família Souza Aranha, discutindo como algumas relações estabelecidas nas práticas sociais se espacializam nos espaços rurais, periurbanos e urbanos.

Tais membros da família Souza Aranha são compreendidos enquanto agentes modeladores do espaço, ou seja, responsáveis por práticas e ações que se materializam em formas espaciais. Além de serem detentores de grandes fortunas, figurarem entre os maiores proprietários rurais, responsáveis pela expressiva produção agrária no município e alcançarem prestígio através de cargos políticos, passaram também a investir no mercado imobiliário e nas principais companhias privadas responsáveis por criar infraestrutura urbana e no território, através de títulos e ações.

Trata-se, portanto, de uma investigação documental que trabalha na escala da compreensão do evento, debruçando-se na ótica micro histórica, da especificidade local e na "ação situada" (Lepetit, 2016, p.200). Contudo, na trama dos eventos particulares, há múltiplas articulações de escalas bem mais vastas, ou seja, ante o evento há uma estrutura (Marquese; Silva Júnior, 2018, p.52). A metodologia também envolve o conceito da "longa duração", em um tempo superior ao evento (Braudel, 1978). A pesquisa se baseia na apreciação cuidadosa de fontes

documentais primárias diversas, cruzando os dados compilados e revelando como a forma urbana se apresenta como resultado das práticas dos agentes modeladores. Para a presente pesquisa, o entendimento de fonte primária é amplo, não se restringindo apenas ao documento textual. A interpretação dos dados, possibilita a construção de interpretações e de estratégias de visualização que reconstituem parte do espaço urbano, principalmente no que diz respeito a conferência dos resultados espaciais e gráficos. As fontes primárias analisadas são: autos de avaliação de inventários, testamentos, registros fundiários, anúncios junto à imprensa (Almanaques e periódicos locais), registros civis, listas nominativas de habitantes (maços de população), livros de lançamentos de Impostos Prediais, cartografias históricas, fotografias históricas, bem como os edifícios remanescentes.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra:** família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória da Unicamp CMU, 1997.

BIANCONI, Renata. **Dinâmica Econômica e formas de sociabilidade**: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905). Dissertação (mestrado), Instituto de Economia, UNICAMP, 2002.

BIANCONI, Renata. Posições Republicanas no contexto da diversificação das atividades econômicas em Campinas no final do século XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Caxambu/2003. Disponível em: <https://bit.ly/3yRZZGx> Acesso em março de 2022.

BITTENCOURT, Luiz Claudio. **Riscando a Cidade.** Cartografia Histórica e Desenho Urbano de Campinas. Campinas, CMU/Unicamp, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfoses da Riqueza.** São Paulo 1845/1895. São Paulo: HUCITEC, 1985

CORRÊA, Rodolpho Henrique. **Do Texto ao Desenho:** Uma sistematização de documentos históricos não-gráficos no estudo da morfologia urbana: Cartas de Data de Terra de Campinas SP (1815-1859). Dissertação (mestrado). UNICAMP, 2019.

GOYENA SOARES, Rodrigo. Racionalidade econômica, transição para o trabalho livre e economia política da abolição: a estratégia campineira (1870-1889). **HISTÓRIA (SÃO PAULO)** v. 39, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3QOmTFl> Acesso em janeiro de 2022.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Por Uma Nova História Urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MARQUESE, R. de B.; DA SILVA JÚNIOR, W. L. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3OEwbBG> Acesso em junho de 2022.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes. ENTRE O RURAL E O URBANO: o Barão de Itapura como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902). Dissertação (mestrado). PUC- Campinas, 2019.

SABARIM, Fernanda. CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1886. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2016.

MODELAGENS VOLUMÉTRICAS EM PLATAFORMA SIG NO ESTUDO MORFOLÓGICO E PATRIMONIAL DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

LT 307

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos [1], Carolina Barbieri Reis [2]

[1] Pesquisador de Pós-Doutorado, PPGAU-UFF; guilhermemeirelles@id.uff.br.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, EAU-UFF (em andamento); carolinabarbieri@id.uff.br.

Palavras-chave: modelagem volumétrica; SIG; morfologia urbana; Rio de Janeiro

Este trabalho tem como objetivo apresentar a aplicação de modelagens volumétricas digitais, desenvolvidas em plataforma SIG (Sistema de Informação Geográfica), na investigação urbanística e patrimonial da Área Central da cidade do Rio de Janeiro, destacando as potencialidades destas tecnologias no campo da morfologia urbana. Neste estudo, entende-se o patrimônio edificado como um produto moldado a partir da história, em meio a um processo centrado no presente, direcionado para o futuro (Harvey, 2008). Em sua dimensão urbanística, o patrimônio age como peça-chave junto aos projetos urbanos na estruturação da cidade contemporânea, reconhecida como um acúmulo dos resultados tangíveis de forças que incidem sobre o espaço físico ao longo do tempo (Moudon, 2015 [1997]).

Revelando o palimpsesto (Conzen, 2004 [1977]) de sedimentação e sobreposição de formas no espaço urbano, tais como os bens patrimoniais e os resultados de proposições renovadoras, o SIG emerge como aliado na investigação morfológica. Estudos prévios abordaram o emprego desse ferramental no reconhecimento dos vestígios de proposições inconclusas na cidade contemporânea (Sampaio & Mattos, 2020), sublinhando a leitura facilitada dos processos urbanos com a superposição de cartografias georreferenciadas. Avançando na investigação, destacam-se as possibilidades do SIG na produção de modelagens volumétricas digitais da cidade em suas múltiplas proposições e temporalidades, contribuindo na compreensão dos efeitos dos grandes projetos renovadores em relação ao tecido urbano existente e seu patrimônio.

Como objeto desta investigação são apresentadas modelagens volumétricas da Av. Presidente Vargas, importante artéria viária da Área Central do Rio de Janeiro, que apresenta-se como excepcional no estudo da história urbana e da salvaguarda na cidade: o primeiro projeto aprovado para sua abertura é produzido simultaneamente - e com proposta incompatível - ao início das ações de preservação do antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN) e seu instrumento de proteção, o tombamento, em 1938 (Mattos, 2021).

Tendo como referência fotografias e levantamentos cadastrais, produziram-se modelagens que representam a configuração urbana existente deste trecho do Rio em três momentos: anterior à abertura da Avenida (com base no cadastro de 1935); após a inauguração do eixo viário (com base no cadastro de 1953); e a configuração contemporânea. E a partir dos projetos para abertura da avenida, e esquemas e maquetes em artigos de revistas especializadas, foram reconstituídas suas diferentes propostas urbanísticas na década de 1940. Em meio às composições, encontram-se as volumetrias de bens edificados relevantes, incluindo os preservados, e aqueles que foram demolidos para a abertura da Avenida. Devido à plataforma SIG, as modelagens são interativas e navegáveis, e cada volumetria pode agregar um banco de dados. Os estudos, por sua vez,

são potencializados pela facilidade de difusão das modelagens em aplicativos web interativos. Por meio de uma leitura comparada entre a configuração urbana existente e seus múltiplos projetos, as modelagens elucidam o processo morfológico da cidade, destacando seus legados patrimoniais e as perdas resultantes das propostas renovadoras.

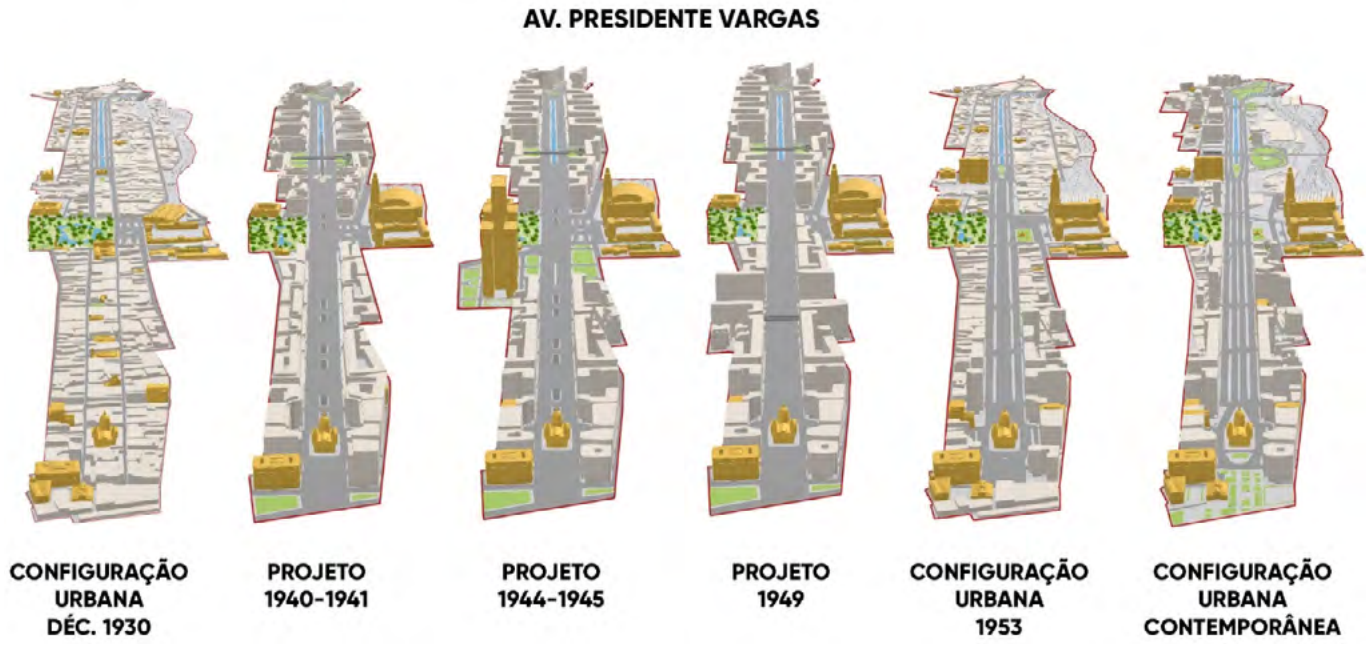


Figura 1: Modelagens Volumétricas da Av. Presidente Vargas. Fonte: Aplicativo web AtlasRio, 2022. Disponível para consulta em: <http://atlasrio.maps.arcgis.com>.

REFERÊNCIAS

CONZEN, M. R. G. Urban Morphology: A Geographical Approach. In: **Thinking about urban form:** papers on urban morphology 1932–1998. Oxford: Peter Lang, 2004. p. 47-59.

HARVEY, David C. The History of Heritage. In: GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (orgs.). **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 19-36.

MATTOS, Guilherme Meirelles Mesquita de. Embates e diálogos na preservação patrimonial da Área Central do Rio de Janeiro (1938-1964). In**:** **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2021.

MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. In: Revista de Morfologia Urbana, v. 3, nº 1, 2015, p. 41-49.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. MATTOS, Guilherme Meirelles Mesquita de. A cidade contemporânea é histórica: estudos morfológicos na Era Digital. In: **Revista de Morfologia Urbana.** v. 8, nº1, 2020.

REVELANDO SALVADOR: MORFOLOGIA URBANA E PLANEJAMENTO

LT 310

Sílvia Spolaor [1], Vítor Oliveira [2], Tolga Ünlü [3]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFES, Mestrado em Urban Planning and Policy Design, POLIMI, Doutorado em Planeamento Territorial CITTA, FEUP (em andamento); silviacaser@gmail.com
[2] Graduação em Arquitetura, FAUP, Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano, FEUP, Doutorado em Planeamento Territorial, CITTA, FEUP. vitorm@fe.up.pt.
[3] Graduação em City and Regional Planning, Mestrado em City and Regional Planning, Doutorado em City and Regional Planning, Middle East Technical University.

Palavras-chave: cinturas periféricas; abordagem histórico-geográfica; morfologia urbana; planejamento urbano; Salvador.

O papel da morfologia urbana como ferramenta de suporte ao desenho urbano e para o fornecimento de evidências para o planejamento de cidades tem ganhado destaque nos últimos anos (OLIVEIRA, 2021). Na abordagem histórico-geográfica (WHITEHAND, 1981, 2001), argumenta-se que a aplicação do conceito das regiões morfológicas (OLIVEIRA; YAYGIN, 2020; WHITEHAND, 2009) pode auxiliar na elaboração de propostas de áreas de conservação do patrimônio histórico e no traçado do zoneamento urbano (GU; LI; ZHENG, 2019). O conceito de cinturas periféricas (fringe belts) (CONZEN, M. P., 2009; CONZEN, M. R. G., 1960; ÜNLÜ, 2013; WHITEHAND, 1988) é discutido com interesse na gestão do patrimônio edificado e na manutenção e distribuição das funções ecológicas das cidades (HOPKINS, 2003, 2012; WHITEHAND; MORTON, 2004). Esses conceitos surgiram e se desenvolveram no contexto europeu e poucos exemplos da sua aplicação são vistos no Sul global.

Portanto, o objetivo do artigo é apresentar uma leitura histórico-geográfica da cidade de Salvador, Bahia, como ferramenta de auxílio ao planejamento urbano. A análise baseia-se na elaboração e interpretação de mapas observando lotes, edifícios, ruas e quadras e suas transformações. A sobreposição de mapas históricos georreferenciados de diferentes períodos e dados espaciais atuais da cidade em shapefiles para uso em SIG (sistemas de informações geográficas) é o processo utilizado para identificar a formação das cinturas periféricas (interior, intermediária e exterior) ao longo do tempo. Os dados foram obtidos pelo na Prefeitura Municipal de Salvador e em arquivos públicos.

A aplicação do conceito de cinturas periféricas é realizada com o intuito de verificar a relação entre seus atributos e o espaço urbano desenvolvido no seu entorno. Demonstra-se a relação espacial estabelecida entre centros e periferias, apontando para a formação de novas centralidades em áreas privilegiadas – ao redor de cinturas periféricas compostas por espaços livres e institucionais – e para o reforço da periferização da população mais pobre no entorno de cinturas periféricas de caráter industrial. Uma análise na escala do bairro mostra dois exemplos representativos deste processo, evidenciando as diferenças nos tipos de tecido comumente descritos como ‘formais’ (planejados por meio de ações públicas ou privadas) e ‘informais’ (aqueles de origem popular e que muitas vezes não são contemplados pelo planejamento normativo). Na região da Barra verifica-se o desenvolvimento de áreas formalmente planejadas próximas a lotes institucionais ou espaços livres. Já na região da Liberdade/Calçada, observa-se o crescimento de áreas residenciais sem aprovação legal ao redor de lotes industriais. A análise demonstra que os diferentes níveis de urbanidade percebidos nem sempre são proporcionais à qualidade da infraestrutura fornecida,

apontando potencialidades e deficiências em ambas as partes da cidade.

O artigo argumenta que uma leitura detalhada da configuração urbana atual pode fornecer informações essenciais sobre os padrões culturais e históricos da cidade, identificando com maior rigor as áreas destinadas à preservação e as áreas onde se admite uma maior transformação. Mais especificamente, as evidências obtidas por meio desta análise podem se traduzir em instrumentos diretamente utilizados na prática do planejamento, como auxiliar no traçado de limites de zoneamento utilizando o conceito de regiões morfológicas e definir índices de construção e urbanização.

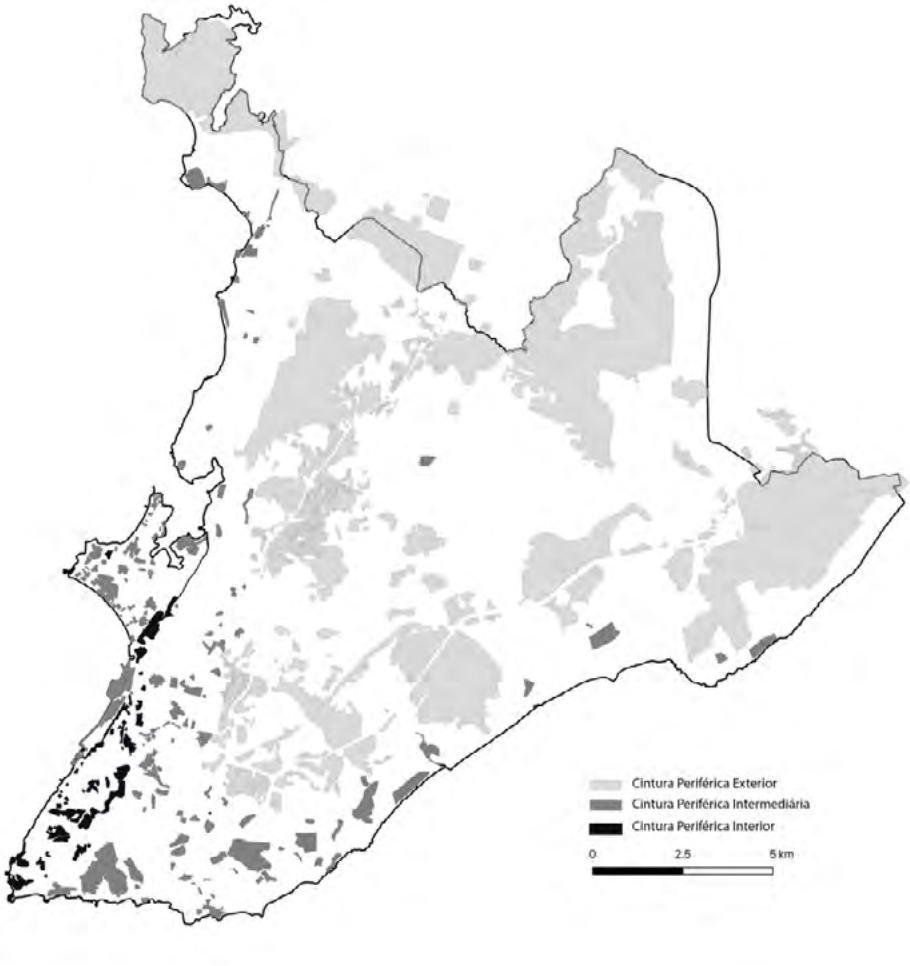


Figura 1: Cinturas periféricas da cidade de Salvador: cintura interior, cintura intermediária e cintura exterior. Fonte: mapa elaborado em 2022 por Silvia Spolaor.

REFERÊNCIAS

CONZEN, M. P. How cities internalize their former urban fringes: A cross-cultural comparison. **Urban Morphology,** [s. l.], v. 13, n. 1, p. 29–54, 2009.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland**: A Study in Town-Plan Analysis. Transactions and Papers (Institute of British Geographers), [s. l.], v. 27, p. iii+ix-xi+1+3+122, 1960. Available at: https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004

GU, K.; LI, Y.; ZHENG, X. A typological approach to planning. **Journal of Urbanism,** [s. l.], v. 12, n. 4, p. 373–392, 2019. Available at: https://doi.org/10.1080/17549175.2019.1626264

HOPKINS, M. I. W. The ecological significance of urban fringe belts. **Urban Morphology,** [s. l.], v. 16, n. 1, p. 41–54, 2012.

HOPKINS, M. I. W. **Using fringe belts to examine the relationship between urban morphology and urban ecology**. 2003. - University of Birmingham, [s. l.], 2003.

OLIVEIRA, V. (org.). **Morphological Research in Planning, Urban Design and Architecture**. Cham: Springer International Publishing, 2021. (The Urban Book Series).

OLIVEIRA, V.; YAYGIN, A. The concept of the morphological region: developments and prospects. **International Seminar on Urban Form**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 2020, 2020.

ÜNLÜ, T. Thinking about urban fringe belts: A Mediterranean perspective. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 5–20, 2013.

WHITEHAND, J. W. R. British urban morphology: The Conzenian tradition. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 103–109, 2001. Available at: http://www.urbanform.org/online_unlimited/um200102_103-109.pdf

WHITEHAND, J. W. R. The structure of urban landscapes: Strengthening research and practice. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 5–27, 2009.

WHITEHAND, J. W. R. (org.). **The urban landscape**: historical development and management; Papers by MRG Conzen. London: Academic Press, 1981.

WHITEHAND, J. W. R. Urban fringe belts: Development of an idea. **Planning Perspectives,** [s. l.], v. 3, n. 1, p. 47–58, 1988. Available at: https://doi.org/10.1080/02665438808725651

WHITEHAND, J. W. R.; MORTON, N. J. Urban morphology and planning: The case of fringe belts. **Cities,** [s. l.], v. 21, n. 4, p. 275–289, 2004. Available at: https://doi.org/10.1016/j.cities.2004.04.001

TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: ANÁLISE MORFOLÓGICA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS EM PATOS DE MINAS - MG

LT 311

Júlia Tavares de Sousa Elias [1], Glauco de Paula Cocozza [2]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFU (em andamento); juliatavares.mestrado@gmail.com.
[2] Professor Doutor em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU-UFU; glauco.cocozza@ufu.br.

Palavras-chave: morfologia urbana; transformação urbana; paisagem urbana; patrimônio; Patos de Minas - MG.

O estudo dos processos de transformação da paisagem urbana de áreas centrais é essencial ao entendimento da estrutura da cidade contemporânea. A parte central da cidade de Patos de Minas - MG, delimitada pela Avenida Getúlio Vargas e arredores, representa o núcleo inicial do povoado, ordena a forma urbana de uma grande região, possui relevância histórica, e é um elemento monumental na paisagem. No contexto da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as praças na estrutura morfológica das cidades "(...) se moldaram às correntes projetuais que incorporam nos espaços públicos elementos tipológicos, paisagísticos e ornamentais que descreveram os diferentes momentos sociais, políticos, econômicos e principalmente culturais da cidade" (COCOZZA, VALE & CUNHA, 2014). A Avenida Getúlio Vargas, com suas dez quadras tombadas como Patrimônio Ambiental Urbano (CONSELHO CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PATOS DE MINAS, 1998, 2000), representa a memória afetiva da população e a imponência das mesmas em meio à paisagem urbana de Patos de Minas - MG, polo do Alto Paranaíba, por: suas espécies arbóreas significativas, seu eixo institucional, suas edificações tombadas e inventariadas e seu caráter local. Portanto, esse estudo busca compreender as transformações e permanências da morfologia urbana na região da Avenida Getúlio Vargas, grande área identificatória do Centro da cidade e de forte conexão com a comunidade local. A investigação se desenvolve a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, leitura fotográfica e análise morfológica. Dentro da morfologia, a pesquisa se divide em seis critérios, baseados nos trabalhos de Swanwick (2002), Macedo (2012), Costa e Netto (2015) e Lamas (2017): traçado; parcelamento dos lotes; volumes construídos; elementos e mobiliários; espaços livres; e uso e ocupação do solo. Além disso, estes critérios são analisados em quatro períodos morfológicos: paisagem horizontal inicial - 1826 a 1930; paisagem horizontal desenvolvida - 1930 a 1979; paisagem vertical inicial - 1979 a 2008; e paisagem vertical contemporânea - 2008 até o presente momento. A pesquisa mostra que, apesar do processo de transformação e da verticalização do entorno, a paisagem horizontal desenvolvida é a que permanece como marco referencial simbólico, já que constitui-se por edificações institucionais e protegidas pelo patrimônio. A partir disso, a dinâmica da cidade demanda esforços para o planejamento e a gestão da morfologia urbana da área tombada, em razão da complexidade da contemporaneidade e o desenvolvimento vertical da região. É necessário criar um equilíbrio entre a constante transformação dos períodos morfológicos e a permanência dos casarios tombados, dos espaços livres originais e dos monumentos da paisagem. Dessa forma, o trabalho contribui com a reflexão crítica sobre a morfologia urbana e a consequente mutação da paisagem da Avenida Getúlio Vargas, além de investigar a importância da mesma para a cidade de Patos de Minas - MG.



Figura 1: Imagem aérea da Avenida Getúlio Vargas e seu entorno em Patos de Minas - MG. Fonte: DIAS, 2019.



Figura 2: Imagem aérea da Avenida Getúlio Vargas e seu entorno em Patos de Minas - MG. Fonte: DIAS, 2019.

REFERÊNCIAS

COCOZZA, G. P.; VALE, M. B. T.; CUNHA, C. R. As praças históricas na forma urbana das cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: análise morfológica através de acervo iconográfico. **Anais do Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto**, UEG, 2014.

CONSELHO CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PATOS DE MINAS. **Dossiê de Tombamento da Avenida Getúlio Vargas**, 1998, 85 p.

CONSELHO CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PATOS DE MINAS. **Dossiê de Tombamento da Praça Dom Eduardo,** 2000, 92 p.

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DIAS, Richartt. **Avenida Getúlio Vargas**. Asadrones Filmes, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BtVzu0-hUqV/>. Acesso em: mai. 2022.

ELIAS, J. T. S. **Requalificação da Avenida Getúlio Vargas e da Praça Dom Eduardo em Patos de Minas - MG.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

MACEDO, S. S. **Higienópolis e Arredores**: Processo de Mutação da Paisagem Urbana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SWANWICK, Carys. **Landscape Character Assessment**: guidance for England and Scotland. Scottish Natural Heritage & The Countryside Agency, 2002. Disponível em: <http://www.naturalengland.org.uk/ourwork/landscape/englands/character/assessment/>. Acesso em: abr. 2022.

ANÁLISE PERCEPTIVA DE UM ESPAÇO DESTINADO À CAMINHADA

LT 312

Glaucia Hellen de Freitas Marangão [1], Dr.ª Renata Cardoso Magagnin [2]

[1] UNESP – Universidade Estadual Paulista. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; glaucia.marangao@unesp
[2] renata.magagnin@unesp.br.

Palavras-chave: qualidade espacial; pedestres; percepção visual; desempenho topoceptivo.

A composição dos elementos morfológicos no espaço urbano proporciona diferentes percepções e expectativas nas pessoas que se deslocam pela cidade. Essa percepção é dependente de diversos fatores, dentre eles a velocidade em que os indivíduos se deslocam no espaço. A caminhada, seja para fins utilitários ou de lazer, é, atualmente, um dos modos de deslocamento mais importante nas cidades (MONTEIRO; TORICELLI, 2017). Nos deslocamentos urbanos realizados pelo modo a pé, as pessoas estão em contato com diversos elementos que contribuem para sua orientação na escolha de caminhos, legibilidade espacial, permanência e uso do lugar, como: o traçado urbano, as formas dos edifícios, texturas, cores, presença de recuos, arborização, dentre outros aspectos (SASTRE, 2018). Identificar as características da forma e da configuração urbana e o quanto os elementos morfológicos e aspectos físicos são percebidos pelos pedestres durante a caminhada, pode ser um dos primeiros passos para que os urbanistas e gestores urbanos possam proporcionar maior qualidade e legibilidade espacial aos usuários (BORBA, 2015). Neste contexto, este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa que analisa os estímulos visuais, através dos efeitos topológicos e perceptivos, proporcionados pelos elementos morfológicos presentes em um eixo viário destinado à prática da caminhada, voltada para atividades físicas e de lazer. O estudo foi realizado em uma importante avenida de Bauru-SP, cidade de médio porte brasileira. A área foi escolhida por ser um dos principais eixos de ligação com a região central da cidade, e por ser um local que atrai as pessoas para a prática de caminhada com fim esportivo ou de lazer, durante a semana e nos finais de semana, nos períodos de início da manhã e fim de tarde. A metodologia compreende-se pelas etapas: (i) definição dos locais para o registro dos campos visuais (estações); (ii) levantamento de dados através de registro fotográfico; (iii) identificação dos estímulos visuais (utilizando os efeitos topológicos e perceptivos); (iv) mapeamento desses estímulos através de pictogramas; e, (v) análise de sua influência na legibilidade espacial (KOHLSDORF, 1996; MAGAGNIN, 1999; TONON, 2019). Neste artigo definiu-se por avaliar os campos visuais do espaço de caminhada nos períodos da manhã e noite e em dois eixos distintos: i) o eixo da largura da calçada e ii) o eixo da largura da calçada somada a largura da pista de um sentido da avenida (utilizada pelos usuários aos domingos pela manhã). Os resultados mostram que o trecho analisado possui características físicas que favorecem a caminhada, por ser um percurso contínuo, com calçada larga, piso adequado e em bom estado de conservação. Quanto aos efeitos topológicos e perspectivos (Figura 1), observa-se que há diferenciação na análise do trecho no sentido centro x bairro, e no sentido contrário (bairro x centro), proporcionado pelo relevo, pela malha urbana resultante da implantação do aeroclube da cidade e edifícios do entorno. Os efeitos visuais sofreram alteração em função do período do dia em que os registros visuais foram realizados, pois, à noite, mesmo com a presença de iluminação pública, o trecho se caracteriza por um estreitamento visual, e os efeitos

perspectivos possuem menos intensidade, alterando assim a legibilidade do espaço (Figura 1). Em síntese, este estudo induz a uma discussão sobre como as cidades contemporâneas estão sendo construídas e quais os impactos dessa qualidade espacial e visual nos usuários.

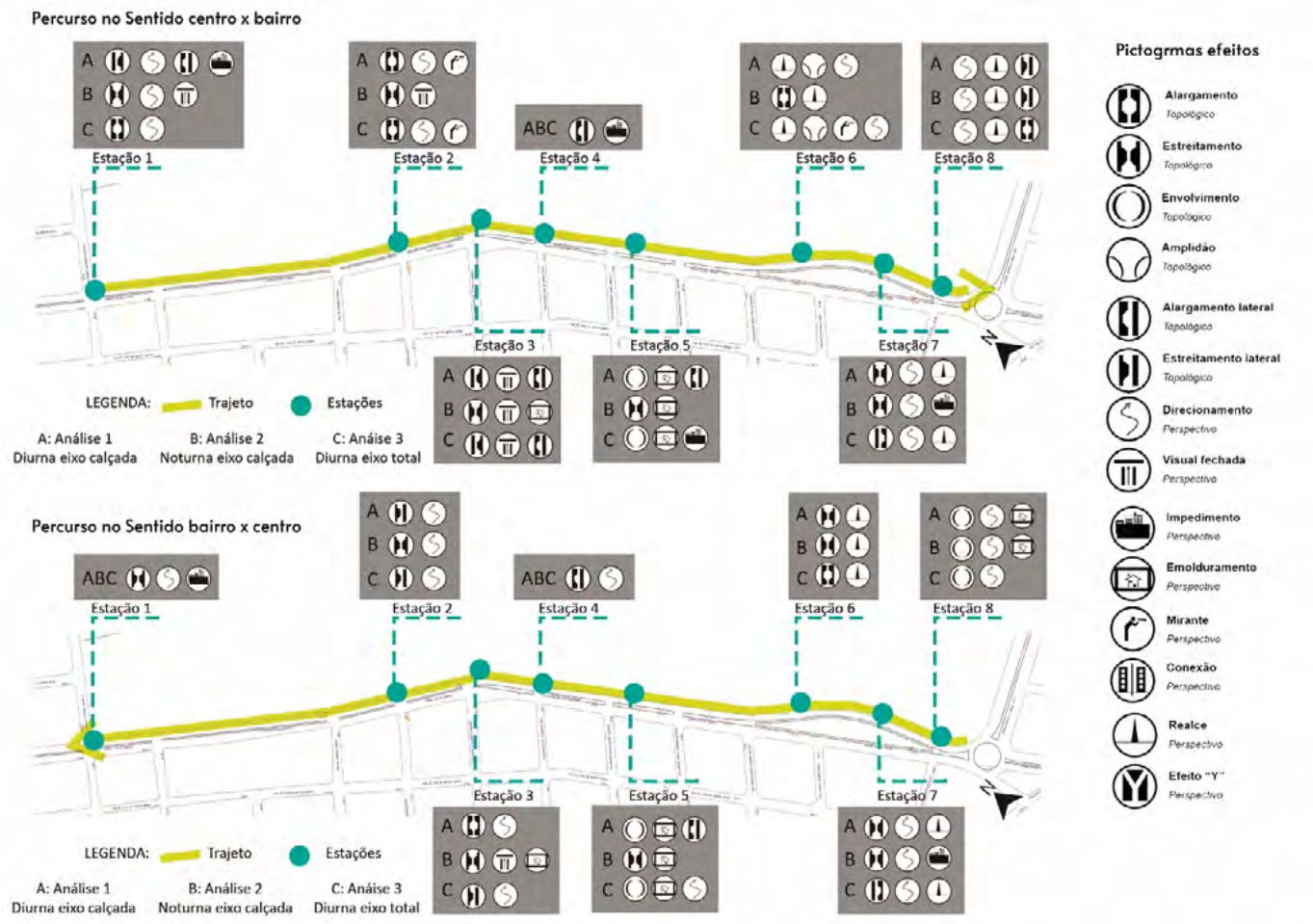


Figura 1: Efeitos percebidos nas estações, em ambos os sentidos do trajeto, nos períodos manhã e noite. Fonte: autoras (2022).

REFERÊNCIAS

BORBA, V. S. **A Influência de características morfológicas no desempenho e apropriação de Espaços Urbanos**: Estudo de caso de Charqueadas-RS. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MAGAGNIN, R. C. **Análise de desempenho espacial e perceptiva do espaço público**: o caso da avenida São Carlos. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MONTEIRO, E. Z.; TORICELLI, R. C. Caminhabilidade: consolidando atributos de análise qualitativa, ago. 2017, PNUM 2017 - **Portuguese Network of Urban Morphology**, Vol. 1, pp.1-10, Vitória, ES, Brasil, 2017.

SASTRE, R. M. **Qualidade espacial urbana**: O ponto de vista do pedestre. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

TONON, B. F. **Instrumento para avaliação da qualidade espacial do ambiente de pedestres.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2019.

O PAPEL DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS NA FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE JAICÓS-PI

LT 314

Maria Eduarda de Lima Coutinho [1], Isis Meireles Rodrigues Sampaio

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Uninovafapi, Pós-graduação Lato Sensu em Patrimônio e Cidade pela FAEME (em andamento); eduarda.c.lima@hotmail.com.
[2] Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, Curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Uninovafapi; isis.sampaio@uninovafapi.edu.br.

Palavras-chave: Jaicós. Patrimônio Cultural. Várzea Queimada

O patrimônio cultural é parte da memória e identidade de uma sociedade, onde desempenha um importante papel de representante histórico-cultural vivo no cerne que o abriga. A vertente material da esfera patrimonial no Brasil que é majoritariamente identificada nos monumentos históricos de posse do Estado, carregam uma importância cultural ímpar, visto que a arquitetura representa aspectos da história que são palpáveis. Já as manifestações culturais imateriais que percorrem o Brasil estão correntemente associadas aos costumes de comunidades tradicionais que são partes fundamentais do que tangencia uma herança cultural e modo de vida de diversos polos sociais. Seja no campo tangível ou intangível do patrimônio, é evidente que uma parcela significativa destas produções culturais esteve sistematicamente vinculada a pontos de partida para a formação das suas comunidades detentoras. A cidade de Jaicós, conhecida como Terra do Galo, está situada no sudeste do estado do Piauí e se caracteriza como uma das sete cidades mais antigas do distrito. A formação urbana atual do município teve seu início no processo de colonização do estado, a partir de um aldeamento indígena do século XVIII e da instalação da sua Igreja Matriz, a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês no ano de 1833. Apesar do município ser muito antigo, somente uma parte ínfima de seus moradores tem conhecimento da sua importância histórica e de seus patrimônios histórico-culturais. Estes estando pautados tanto em processos ligados a estruturações sociais e morfológicas coloniais, como em manifestações atreladas ao passado indígena do interior nordestino e seus frutos decoloniais, como é o caso da produção artesanal que ocorre na comunidade rural Várzea Queimada, localizada a 27 km de Jaicós-PI, que se trata de uma técnica imaterial advinda dos povos originários da região e rege boa parte da organização social do povoado. Diante do exposto, este estudo científico visa realizar uma análise a respeito da correlação entre as produções patrimoniais culturais da cidade de Jaicós-PI e sua organização social e urbana atual, buscando compreender a história do surgimento do munícipio e a sua notabilidade cultural conexa aos traços identidários da sociedade jaicoense. Logo, serão ponderadas no decorrer desta pesquisa estudos em torno de patrimônio cultural na perspectiva colonial e decolonial, memória social, identidade cultural e noções sobre morfologia urbana. Ademais, será explanado um aprofundamento nas questões que regem o funcionamento socio-morfológico atual e contexto histórico da cidade de Jaicós e sua comunidade rural Várzea Queimada, onde serão abordados contornos temporais como o Piauí Colonial e informações a respeito das povoações indígenas que ocuparam a localidade estudada, evidenciando como seus traços culturais ainda sobrevivem no sertão jaicoense. A metodologia utilizada foi pautada na pesquisa qualitativa, consulta a artigos científicos, sites e livros desenvolvidos acerca dos assuntos em foco, perpassando por teóricos como: Tolentino

(2018), Amaral (2015), Sousa (2010), Pereira (2012) e Pereira (2013). Foram realizadas também visitas de campo e entrevistas. Por conseguinte, o teor deste trabalho associa-se ao conceito da importância do conhecimento e da difusão acerca das origens daquilo que compõe determinadas sociedades, partindo do entendimento da história cultural local e dos laços sociais longevos que contornam a origem desse povo e da sua estruturação citadina.



Figura 1: Imagem aérea da cidade de Jaicós, Piauí. Fonte: Jaicós.com, 2020.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da Colonialidade do Patrimônio ao Patrimônio Decolonial**. Tese (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, Everton Luís. **Fazendo Cena na Cidade dos Mudos**: Surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí. Tese de doutorado (Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PEREIRA, Elizabeth da Silva. **Patrimônio cultural imaterial:** uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação. Trabalho de Conclusão do Curso. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUSA, Lourenilson Leal. **História da Educação Jaicoense:** Dos Primeiros Aldeamentos ao Ginásio Padre Marcos. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entraves nas Práticas de Patrimonialização Federal. **Sillogés**. v.1, n.1, jan./jul. 2018

A TRANSFORMAÇÃO DE UM ZOOLÓGICO PRIVADO EM BAIRRO PAULISTANO: GRANJA-JULIETA

LT 315

Maria Pronin[1], Luciana Monzillo de Oliveira [2]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP; maria.pronin@mackenzie.br.
[2] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo FAUMackenzie; luciana.oliveira@mackenzie.br.

Palavras-chave: Granja-Julieta; bairro-jardim; Santo Amaro.

O artigo discute o inventário histórico dos bairros de São Paulo, uma vez que a cidade é conformada por um conjunto de fragmentos urbanos que configuram uma diversidade morfológica decorrente das diferentes épocas de fundação de seus loteamentos e parcelamentos, desde sua fundação em 1554 até os dias atuais, e da diversidade territorial identificada em seu vasto território de 1.521,11 km2, sendo classificado como o 9º maior munícipio do estado de São Paulo. A problemática identificada é que a historiografia de São Paulo ainda apresenta lacunas significativas que devem ser preenchidas por estudos que complementem seu acervo histórico. Dos 96 distritos classificados oficialmente em São Paulo, apenas 38 fazem parte das publicações oficiais que compõem a série de “Monografias da História dos Bairros de São Paulo”.

Assim, o objetivo da pesquisa é contribuir para preencher parcialmente essa lacuna a partir da apresentação da história do bairro Granja-Julieta na zona sul do município de São Paulo. A escolha deve-se ao fato de que é um bairro considerado como um bairro-jardim, conforme classificação da Secretaria Municipal de Planejamento que realizou uma pesquisa entre 1984 e 1985 e identificou 22 bairros-jardins em na cidade (SÃO PAULO, Estado, 1988). Os dados apresentados compõem os resultados parciais de uma pesquisa que aborda o estudo da morfologia urbana dos bairros-jardins da zona sul do município de São Paulo, sendo estes: Chácara-Flora, Interlagos, Vila Nova Caledônia e Granja-Julieta. Até então, somente os bairros-jardins próximos à área central da cidade já haviam sido tema de publicações, tais como: Jardim América, Jardim Europa, Pacaembu, Higienópolis, Alto de Pinheiros e Alto da Lapa.

A história da Granja-Julieta tem início por volta de 1918, quando era apenas um sítio denominado Chácara Belga. Durante o período de mais de um século, o local foi transformado em um zoológico particular até ser fracionado em um parque público e um loteamento privado. A Granja Julieta atualmente é um bairro estritamente residencial, horizontal, com traçado parcialmente orgânico e ruas em curva seguindo a topografia original. No centro do bairro permanece uma área verde preservada e que atualmente constitui o parque público Severo Gomes (Figura 2). Na extremidade nordeste do parque ainda permanece a construção da antiga residência do casal proprietário das terras entre os anos 1919 e 1960, o Sr. Manoel Justino e D. Julieta Braga, que foram os responsáveis pela criação de um zoológico particular que atraiu a visitação de muitas personalidades da época.

A metodologia de investigação é de base historiográfica e utiliza duas abordagens que se aproximam da escola inglesa de morfologia urbana: a reconstituição do contexto histórico do período de conformação do fragmento urbano e a análise da forma urbana contemplando as questões referentes à implantação no solo urbano a partir do traçado das vias e quadras, a divisão dos lotes e a ocupação das edificações dentro dos lotes (COSTA; GIMMLER NETTO,

2015).

Os resultados da investigação historiográfica da Granja Julieta demonstram a diversidade da região de Santo Amaro, que é reconhecida como uma região periférica marcada por seus contrastes entre as vulnerabilidades sociais e econômicas e a pujança cultural e ambiental. As qualidades morfológicas e ambientais do bairro Granja Julieta vêm desde sua origem no início do século XX e têm sido preservadas por mais de um século, constituindo-se em um relevante cenário da tradição dos bairros-jardins.



Figura 1: Detalhe da Planta de São Paulo, setembro de 1941, mostrando em verde a Granja-Julieta, quando ainda era um Zoológico particular. Fonte: CASTIGLIONE, 1941.



Figura 2: Imagem da Rua Maestro Jordão Bernardino de Sene; à esquerda a paisagem do bairro horizontal com seu conjunto de residências e à direita a massa arbórea do Parque Severo Gomes. Fonte: Acervo das autoras.

REFERÊNCIAS

CASTIGLIONE, José. Planta de São Paulo. São Paulo: José Castiglione, 1941. Escala 1:20.000. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1550/cart1550.jpg. Acesso em 03 jun. 2022.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos de morfologia urbana.** Belo Horizonte, MG: C / Arte, 2015.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MONOGRAFIAS de História dos Bairros de São Paulo. Arquivo Histórico Municipal. Departamento da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313. Acesso em: 13 set. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Vegetação significativa do município de São Paulo.** São Paulo: Sempla, 1988.

RELAÇÃO ANTIGO-NOVO NA MORFOLOGIA URBANA: CONTRASTE E ANALOGIA NA PRAÇA MAUÁ DO RIO DE JANEIRO

LT 316

Natália de Freitas Cruz [1]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PUC-Rio, 2018). Especialização em Design de Interiores (IPOG, 2021). Especialização em História da Arte e da Arquitetura no Brasil (PUC-Rio, 2022). Mestrado em Arquitetura, linha de pesquisa em Teoria e Ensino de Arquitetura (UFRJ, PROARQ, 2022, em andamento); natalia.cruz@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Praça Mauá; morfologia urbana; patrimônio; antigo-novo; Rio de Janeiro.

Na era contemporânea, pós-moderna, a busca por valores patrimoniais e significados tem sido objeto de discussão, influenciando nos pensamentos acerca das intervenções patrimoniais: o que preservar e como preservar (AVRAMI et al, 2000). As permanências na paisagem urbana fazem com que resquícios históricos ainda se façam presentes em novos contextos e configurem intencionalidade estética através do tempo, enquanto as transformações acontecem em decorrência do desenvolvimento social e tecnológico da sociedade (ROSSI, 2001). Diversas intervenções, de tempos distintos, acabam por se sobrepor na paisagem urbana.

A política de desenvolvimento urbano do Porto Maravilha fomentou diversas intervenções na morfologia da região que articulam, inevitavelmente, relações entre antigo e novo. Intervenções como as do núcleo da Praça Mauá, que aprofundaremos neste artigo, buscam fomentar atividades culturais e se relacionar com a presença do litoral. O projeto deste núcleo articulou vários elementos distintos, incluindo a vinculação entre dois edifícios históricos (o Palacete Dom João VI e a antiga rodoviária da cidade), a construção do Museu do Amanhã, o projeto de reabertura da Praça Mauá e diversas outras intervenções no entorno (figura 1).

A ocupação da Região Portuária, que iniciou no século XVII, se relaciona com a história do Rio de Janeiro. Na Praça Mauá, nosso recorte de estudo, as diversas intervenções que ocorreram desde sua inauguração, no começo do século XX (KAMITA, 2015) moldaram uma configuração morfológica fragmentada. Considerando tal paisagem em sua morfologia e estrutura urbana (ROSSI, 2001), e percebendo-a como experiência temporal fragmentada, podemos analisar sua condição como “colagem” (ROWE, 2008) e relações de “analogia” e “contraste” presentes (SOLÀ-MORALES, 2008). Como se configuram as intervenções no núcleo da Praça Mauá sob esta ótica? Quais são os impactos destas decisões para a morfologia urbana histórica, em suas identidades e valores?

O projeto do Museu de Arte do Rio (figura 2) apresenta elementos de analogia, como a altura em relação ao Palacete, assim como o contraste aparente na cobertura e no revestimento em vidro. A que custo estas relações foram criadas? E, recentemente, conforme UNESCO (2005; 2011) e ICOMOS (2005; 2011), o conceito de bem edificado passa a abranger as ambiências da cidade como consequência da integração entre o caráter material e imaterial. Quais são os impactos das recentes intervenções no patrimônio edificado da Praça Mauá para a ambiência histórica deste espaço urbano?

Este estudo lida com as relações entre antigo e novo na morfologia urbana histórica por meio dos conceitos de contraste e de analogia, mobilizando-os para analisar intervenções recentes

na Região Portuária do Rio de Janeiro. As permanências e transformações são fenômenos intrínsecos à cidade, compreender como esta articulação se dá nos auxiliará a compreender as relações entre antigo e novo na morfologia urbana histórica.



Figura 1: Praça Mauá antes da intervenção do Projeto Porto Maravilha. Fonte: WikiRio, 2010.



Figura 2: Render do projeto do Museu de Arte do Rio. Fonte: Casa Vogue, 2013.

REFERÊNCIAS

Aberto o Museu de Arte do Rio – MAR (2013) | **Casa Vogue Lazer&Cultura** (O Globo). Disponível em: https://casavogue.globo.com/LazerCultura/noticia/2013/03/museu-de-arte-do-rio-mar.html Acesso em 23/06/2022.

ArquivoPraçaMaua1.jpg (2010) | **WikiRio**. Disponível em: https://www.wikirio.com.br/Arquivo:PracaMaua1.jpg Acesso em 29/06/2022.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. **Values and Heritage Conservation.** Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

FIFTEENTH GENERAL ASSEMBLY OF STATES PARTIES TO THE CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE (2005) | UNESCO.org. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-7e.pdf Acessado em 26/06/2022.

KAMITA, João Masao. A nova Praça Mauá. O Rio do espetáculo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 187.02, Vitruvius, dez. 2015. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.187/5885.

Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011) | ICOMOS.org. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf Acessado em 26/06/2022.

Recomendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions.(2011) | UNESCO.org. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html Acessado em 26/06/2022.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. 1a ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, Aldo. Qué hacer com las viejas ciudades? In: ROSSI, Aldo. **Para una Arquitectura de Tendencia**. Espanha: Editorial Gustavo Gilli, 1977a.

ROWE, Colin. Cidade-Colagem. In: NESBITT, Kate. **Nova Agenda para a Arquitetura.** São Paulo: Cosac Naif, 2008.

SÒLA-MORAES, Ignasi de. Do Contraste à Analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. Em: NESBITT, Kate. **Nova Agenda para a Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naif, 2008.

XI'AN DECLARATION ON THE CONSERVATION OF THE SETTING OF HERITAGE STRUCTURES, SITES AND AREAS (2005) | ICOMOS.org. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/xian-declaration.pdf Acessado em 26/06/2022.

OESTE PARANAENSE: O DESENVOLVIMENTO DA FORMA URBANA DAS CIDADES FUNDADAS PELA COLONIZADORA MARIPÁ

LT 317

Thiago Filipak Moreto [1], Sirlei Maria Oldoni [2], Mariana Pizzo Diniz [3]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAG (em andamento); filipakt@outlook.com.
[2] Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UEM/UEL; sirleioldoni@hotmail.com.
[3] Doutoranda em Planeamento do Território, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UEM/UEL; mpdarquitetura@gmail.com.

Palavras-chave: Oeste Paranaense, Colonizadora Maripá, Morfologia Urbana

O estudo da forma física das cidades requer a compreensão de sua estrutura histórico-geográfica. Desta forma, entende-se que a configuração espacial urbana é resultante das condições culturais, históricas e geográficas envolvidas no processo formativo das cidades. A Morfologia Urbana trata do estudo da forma urbana, considerando o seu contexto histórico e meios códigos sociais daqueles que moldam o seu espaço (REGO; MENEGUETTI, 2011; COSTA; NETTO, 2015). Nesta perspectiva, a presente pesquisa objetiva compreender o desenvolvimento morfológico dos núcleos urbanos fundados em meados da década de 1950 pela Colonizadora Maripá no Oeste do estado do Paraná, até a década de 2010. Propõe-se uma análise individualizada dos planos de colonização e o desenvolvimento destes núcleos urbanos. Este estudo é uma continuação de outros três trabalhos, realizados por Oldoni (2016), e Diniz (2017, 2019), onde Oldoni (2016) versa sobre a o método de colonização do Oeste paranaense, em âmbito regional e urbano. Diniz desenvolve em seus trabalhos (2017, 2019) uma análise sobre a correlação entre o desenvolvimento da forma urbana de duas destas colônias urbanas com seus respectivos planos de colonização. O presente trabalho possui uma abordagem metodológica conzeniana, adaptada para o oeste paranense, similar a proposta por Oldoni. A pesquisa analisa os núcleos urbanos que apresentaram o maior desenvolvimento quando comparado a sua fundação, na década de 1950, segundo critérios como perímetro urbano, número de quadras e espaços livres. Aplica-se a visão tripartite, e uma análise pormenorizada dos elementos morfológicos que compõem a paisagem urbana, nomeadamente: as quadras, os lotes, as vias principais, a forma e o perímetro urbano (CONZEN, 1960; LAMAS, 1993; COSTA; NETTO, 2015; OLDONI, 2016; DINIZ, 2017). Como resultado, foi observado que as cidades apresentaram um crescimento alinhados aos seus respectivos planos de colonização, corroborando parcialmente a hipótese inicial de que as cidades se desenvolveram formalmente segundo as diretrizes de planejamento propostas pela colonizadora Maripá, e atingindo uma estagnação na expansão urbana a partir da década de 1990. Esta pesquisa integra trabalho da disciplina de trabalho de curso CAUFAG, ainda em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CONZEN, Michael Robert Gunter. **Alnwick, Northumberland:** A study in town plan analysis. Inst. Br. Geog., Londres, n.27, 1960.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Monoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana.** 1. ed., Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DINIZ, Mariana Pizzo. **Toledo e Sua Morfologia Urbana**: Continuidades e Rupturas. Trabalho de Conclusão de Curso. Cascavel, 2017. Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/professores/arquiteturaeurbanismo/TC%20CAUFAG/TC2017.2/43.%20MARIANA%20DINIZ/DINIZ_MP%20VERSÃO%20FINAL%20TC%20DEFESA%20%20.pdf> Acesso em: 05 mai. 2022.

LAMAS, José Manuel Rossano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 2. ed., Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

OLDONI, Sirlei Maria. **Cidades Novas do Oeste do Paraná**: Os traçados criados pela colonizadora Maripá. Dissertação de Mestrado. 2016. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Maringá - UEM e Universidade Estadual de Londrina – UEL. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3378> Acesso em: 15 fev. 2022.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. **A respeito de morfologia urbana.** Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. Acta Scientiarum. 2011; 33: 123-127.

PROJETO ENSAIO SOBRE A DIMENSÃO PAISAGÍSTICA DA BAÍA DE GUANABARA: A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFRJ COMO UM PARQUE ECOLÓGICO

LT 318

Vinícius Ferreira Mattos [1]

[1] Professor Adjunto do Curso de Paisagismo da Escola de Belas Artes da UFRJ. Doutor em Urbanismo pelo PROURB-FAU; viniciusmattos@eba.ufrj.br.

Palavras-chave: Baía de Guanabara; projeto paisagístico; Ensaio, Cidade Universitária da UFRJ; Parque Ecológico 3.

O presente estudo busca desenvolver ensaios projetos paisagísticos para os territórios hídricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de modo a desenvolver alternativas de ruptura desse processo de afastamento e de constituição de novas paisagens urbanas hídricas. O trabalho desenvolve estratégias para aproximar os tecidos urbanos e os habitantes da metrópole e a Baía de Guanabara. Inicialmente parte-se do problema específico da falta de integração dos espaços livres da Cidade Universitária da UFRJ e os tecidos urbanos do seu entorno.

A escolha da metodologia do ensaio projeto vem da utilização do exercício do desenho em projeto paisagístico como linguagem para desenvolver ensaios críticos sobre uma determinada realidade social. Os ensaios projetos são operações criativas sobre territórios reais cujo objetivo é apresentar uma análise da situação existente e propostas de transformação ambiental, a fim de explorar novos cenários ecológicos e culturais para os territórios, não necessariamente sobre a ótica da aplicação do pensamento sobre a realidade, mas como uma construção teórica para a reflexão sobre a realidade social e ambiental dele (Mattos, 2021).

Com a metodologia dos ensaios projetos, esse trabalho vai apresentar uma proposta para com o território da Cidade Universitária da UFRJ, localizada na Ilha do Fundão, no coração da orla da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. Esse território é resultante de um processo de projeto e implantação de uma rede metropolitana sobre a orla da Baía de Guanabara e do aterramento e união de 9 ilhas na década de 1950. A cidade Universitária foi idealizada como uma Cidade Parque para a Metrópole do Rio de Janeiro. Em paralelo a ocupação da ilha pelos edifícios e atividades acadêmicas, os espaços livres da cidade universitária apresentam dois fatores que constituirão as razões de dois processos de reflexão sobre um parque urbano ecológico no lugar:

- Em primeiro lugar a apropriação dos espaços livres pelo corpo social da universidade, por moradores do entorno ou por grupos que utilizam a água como objeto de trabalho (como pescadores). Esse fator foi a base para um processo de projeto e reflexão sobre o lugar, durante os anos de 2005 até 2007, que ficou conhecido como projeto do Parque da Orla, desenvolvido pelo ETU-UFRJ e pelo PROARQ-FAU-UFRJ.
- Em segundo lugar o desenvolvimento ecossistêmico do território e a necessidade de conservação, manejo e expansão dos fragmentos de paisagens com qualidade ecossistêmica, resultou em um conjunto de processos e ações sobre o território, entre o reflorestamento da partes específicas, o desenvolvimento de projetos e ações paisagísticas para a formação de bosques, manguezais e restingas, além do desenvolvimento do Plano Diretor Ambiental Paisagístico pela Prefeitura Universitária da Ilha do Fundão em 2015.

Portanto além da premissa de aproximar a metrópole da Baía de Guanabara, no território da Cidade Universitária, serão apresentados ensaios que experimentam equilíbrios entre a expansão das atividades acadêmicas, as apropriações dos espaços livres e a expansão, conservação e manejo dos conjuntos ecossistêmicos. Dentro dessa perspectiva serão abordados temas como a conectividade da Ilha da Cidade Universitária e o tecido urbano da Maré, a ocupação Programática dos espaços livres, a utilização da paisagem para a inovação e a experimentação, a consolidação de Unidades de paisagem com biomas da floresta atlântica, restinga e mangues.

REFERÊNCIAS

MATTOS, Vinícius F. **Projetos Ensaios Urbanísticos**: Instrumento para Pensar e Transformar a Urbanização Contemporânea. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-FAU-UFRJ, 2021.

DIAS, Maria A.; TÂNGARI, Vera R.; AMORIM, Flávia. **Projeto do Parque da Orla do Fundão**: Experimentação e Ensino na FAU/RJ. In: Revista Paisagem e Ambiente – Especial ENEPEA 2006, v. 22, 2006, p. 273-287.

Prefeitura da Cidade Universitária da UFRJ. **Plano Diretor Ambiental Paisagístico**. Rio de Janeiro: PU-UFRJ, 2015

INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS: REQUALIFICAÇÃO URBANA VIA PARQUE LINEAR EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ

LT 319

Giovanna Garcêz Freire [1], Willian Vieira Alves [2]

[1] Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UEMA), especialista em Docência do Ensino Superior (Dom Alberto), mestre em Urbanismo (UFRJ), doutoranda em Arquitetura (Universidade de Lisboa); contato@giovannafreire.com.
[2] Técnico em Edificações (E.E.E.P Raimundo Saraiva Coelho); graduando em Arquitetura e Urbanismo (Centro Universitário Paraíso, UniFAP); williamedificador@gmail.com.

Palavras-chave: intervenção; parque; ferrovia; patrimônio ferroviário; Juazeiro do Norte

A noção do que se entende por centro urbano modificou-se em poucas décadas, especialmente no final do século XX: o crescimento acelerado das aglomerações urbanas teve como consequência a criação de vários polos, gerando um ajuste histórico. O núcleo original da cidade passa a coexistir com outros bairros que se caracterizam pela "variedade e diversidade, (...) por uma forte concentração de equipamentos públicos e instituições, pelas (...) atividades comerciais e complexidade de suas funções" (PANERAI, 2006, p. 141). Portanto, um dos atuais desafios da gestão urbana é garantir o atendimento de demandas contemporâneas mesmo em espaços que não foram projetados para tais. Diante dos expostos, Vargas e Castilho (2015) pontuam três fases de intervenções urbanas após a Segunda Guerra Mundial, assim denominadas: renovação urbana (1950-1970); preservação urbana (1970-1990); reinvenção urbana (1980-2000). A primeira fase diz respeito a projetos de cunho modernista, tentativa de colocar em prática a cidade funcional prevista na Carta de Atenas de 1933, além de intervenções para requalificar o tecido antigo, devastado pela guerra. A segunda fase trouxe projetos além dos centros, como "antigas estruturas industriais, estações de trem, armazéns, mercados e teatros" (CASTILHO; VARGAS, 2015, p. 15), cujas intervenções tinham viés voltado ao varejo, lazer e cultura. A última das fases trouxe de novidade projetos arquitetônicos e urbanísticos com fins políticos e partidários, intensificados e de grandes dimensões. Para fins deste trabalho, foi analisada a fase de preservação urbana, tendo como objeto de estudo Juazeiro do Norte, cidade localizada no Sertão do Cariri, sul do Ceará. O município conta com aproximadamente 280 mil habitantes, estimativa do último censo (IBGE, 2010) e localiza-se a quase 500 quilômetros de Fortaleza, capital do estado. Juazeiro destaca-se regionalmente por ser um polo religioso, comercial e educacional, sendo a mais desenvolvida das nove cidades da Região Metropolitana do Cariri (RMC), formando juntamente com as outras Crato e Barbalha o "Triângulo CRAJUBAR". A cidade recebeu em a Estrada de Ferro Baturité, com construções iniciadas na década de 1870 e finalizadas em 1926, com a inauguração das respectivas estações em Juazeiro e no Crato. Tal acontecimento foi de fundamental importância econômica para a região, consagrando Juazeiro do Norte como uma das cidades mais prósperas do Ceará. Contudo, a linha foi encerrada em 1988, quando o "Sonho Azul", como era conhecido o transporte ferroviário, fez sua última viagem. Somente em 2009 a estrada de ferro voltou a ser utilizada para o transporte de passageiros, após criação de um veículo leve sobre trilhos (VLT), de extensão reduzida, fazendo ligação apenas entre Juazeiro do Norte e Crato. Há trechos desativados da linha que atualmente encontram-se degradados não só pelas intempéries, mas também pela população local que ali deposita lixo, retira areia e realiza queimadas. Escolheu-se para elaborar uma proposta de intervenção urbana um desses trechos desativados, localizado

entre os bairros Fátima e Carité, com aproximadamente 890 metros de extensão, próximo a áreas residenciais que não possuem espaços públicos destinados ao lazer e manifestações culturais. Espera-se com o projeto deste parque linear contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e o desenvolvimento do seu entorno, além de inspirar intervenções semelhantes na própria cidade e em outras de mesmo porte, que apresentem áreas obsoletas causadas por desativação de linhas férreas.



Figura 1: Reffsa Juazeiro do Norte, Ceará. Fonte: Os autores, 2022.



Figura 2: Local de intervenção. Fonte: Adaptado de Google Earth, 2022.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Ana Luis; VARGAS, Heliana (Orgs). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memórias Descarrilhadas**: O trem na cidade do Crato. Dissertação de pós-graduação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. **O espaço a serviço do tempo**: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GEHL, Jean. **Cidades Para Pessoas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Metrô do Cariri**. Disponível em: <encurtador.com.br/bcgCE>. Acesso em: 15 mar 2022.

HERZOG. Cecilia Polacow. **Cidade para todos:** (re)aprendendo a conviver com a natureza. São Paulo: Mauad 2013.

MACEDO, Silvio Soares e SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001

PANERAI, Phillipe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. **Origem, história, cultura, divisão e política, curiosidades, brasão, hino e bandeira**. Disponível em: <encurtador.com.br/vGOZ3>. Acesso em: 3 mar 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. **Lei Complementar N° 2.570/2000** - Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Juazeiro do Norte, que define o parcelamento do solo, uso e ocupação do solo e indicadores urbanos de ocupação do solo. Juazeiro do Norte, CE, 2000.

DIAMANTINA/MG: O PATRIMÔNIO MUNDIAL SOB A ÓTICA DA PAISAGEM

LT 320

Edilson Borges de Barros Filho [1], Staël de Alvarenga Pereira Costa [2], Maria Manoela Gimmler Netto [3]

Doutoramento pelo programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.
[1] edilsonbbfilho@gmail.com; [2] staelalvarenga@gmail.com; [3] manoelagnetto@gmail.com

Palavras-chave: Diamantina/MG; paisagem cultural; patrimônio mundial.

O objetivo desse artigo é refletir sobre como a gestão do patrimônio cultural de um sítio pode ter a incorporação da ótica da paisagem cultural e de seus aspectos morfológicos. Para tanto, selecionou-se a cidade de Diamantina em Minas Gerais. Trata-se de uma das primeiras cidades no Brasil acauteladas pelo decreto-lei n. 25-37, cuja proteção em 1938 ocorreu no contexto "heroico" (FONSECA, 1997) do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). A fase se caracterizou pelos tombamentos que visavam à eleição de cidades com excepcional valor artístico e histórico do período colonial (BRASIL, 1937), mas desprovidos de normas de proteção.

Para a gestão da área tombada, ao longo do século XX, esforços foram empenhados pelo serviço nacional do patrimônio (GONÇALVES, 2010, p. 87). Contudo, as posturas administrativas enfocaram os elementos arquitetônicos da cidade (D'ASSUMPÇÃO, 1995), com avaliações restritas aos elementos de sua ambiência. A primeira poligonal de tombamento federal na cidade é criada na década de 1950 (BARROS FILHO, 2018), englobando áreas registradas em cartografia do final do século XVIII. O reflexo disso na paisagem foi a manutenção da altimetria construtiva e dos tipos arquitetônicos na centralidade acautelada, sem maiores preocupações com construções de entorno e volumetrias para além da poligonal. Porém, a cidade não parou de se expandir (SATHLER, 2015), com padrões de ocupação e de tipologias arquitetônicas diversas daquela documentada na centralidade tombada.

Em 1999, Diamantina é intitulada como patrimônio mundial pela Unesco (BORSAGLI; MEDEIROS, 2011), com a seguinte justificativa: "Diamantina está tão admiravelmente integrada ao seu sítio, que forma com a Serra dos Cristais um conjunto indissociável. O centro histórico que está sendo proposto (...) patrimônio mundial forma com a Serra dos Cristais uma autêntica paisagem cultural (...)" (IPHAN, 1999, p. 1). De fato, a urbe se desenvolve sobre duas encostas (serras de Santo Antônio e dos Cristais), em um terreno composto por quartzito e filito (VARAJÃO, 2015), domínios rochosos de pouco potencial para agricultura. Ou seja, o argumento da candidatura tratou-se de interpretação pautada na paisagem cultural. Em detrimento disso, foi feita uma delimitação da área reconhecida pela Unesco restrita ao trecho central com casario de tipologia colonial (IPHAN, 1999), o que reforça a mesma leitura associada à arquitetura da poligonal federal.

Como consequência, o que se vê em 2022 são ações de patrimônio não articuladas, sem uma compreensão do sítio segundo métodos da morfologia urbana (CONZEN, 1969). Devido a isso, a serra dos Cristais se tornou território de administração do instituto estadual de patrimônio (IEPHA, 2000), o centro de responsabilidade do Iphan, enquanto demais setores da cidade são legislados municipalmente pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (PMD, 1999). Até mesmo a minuta de nova portaria com critérios de intervenção do instituto federal (IPHAN, 2019) ainda

está norteada pelo estudo de face de quadra, em detrimento da noção de tecido urbano (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

O risco dessa constatação é o de se perpetuar a preservação da cidade de Diamantina se referindo mais às partes do que ao todo. Como prenunciado pela justificativa da candidatura, a cidade está intrinsecamente relacionada à sua paisagem. E, por essa razão, é com a abordagem morfológica que se conseguirá uma preservação do sítio urbano em seus múltiplos aspectos, para além do mero "congelamento" de suas fachadas.



Figura 1: Trecho do casario de Diamantina/MG à rua do Bonfim, interposta à Serra dos Cristais. Foto: Barros Filho, 2018.

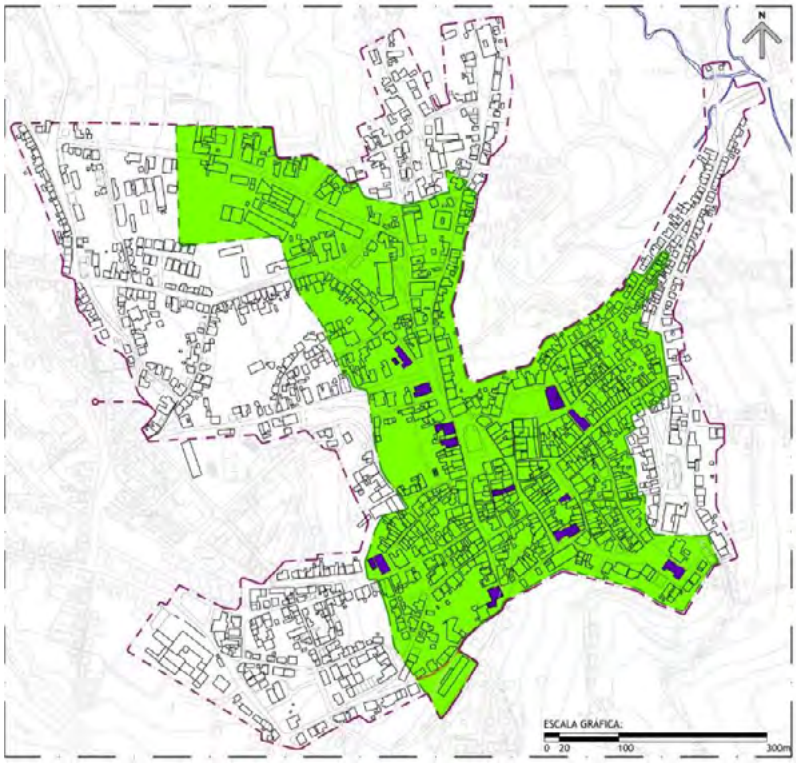


Figura 2: Poligonais de tombamento do Iphan (linha tracejada roxa) e de titulação da Unesco (hachura verde), além dos bens com tombamento isolado pelo Iphan (edifícios em roxo). Fonte: Barros Filho, 2018.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, E. B. **Urbs Adamantina**: da Gestão à Preservação, 2018. 252 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2018.

BORSAGLI, A; MEDEIROS, F. G. L. História econômica da cidade de Diamantina. In: **IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas**, 2011, Curitiba. IX Congresso Brasileiro de História Econômica, 2011. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/alessandro-borsagli-fernanda-guerra-lima-medeiros.pdf. Acesso em 04 de julho de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers Publication 27 (second edition) Londres: Institute of British Geographers. 1969.

COSTA, S. A. P; GIMMLER NETTO, M. M. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/ARTE, 2015.

D'ASSUMPÇÃO, L. R. **Preservação urbana em Diamantina: aspectos teóricos e a prática institucional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA/FAU, 1995.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rido de Janeiro: ed. UFRJ, 1997, 316 p.

GONÇALVES, C. S. **Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)**. 2010. 216f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê Diamantina Patrimônio da Humanidade.** Anexos 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9. Diamantina, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 12 de 2002.** Trata da delimitação e normas de intervenção urbana-arquitetônica para o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina e seu entorno. Belo Horizonte, 2002. 80 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo administrativo n. 01514.000884/2019.** Minuta de Portaria que dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área contida na poligonal de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina, situado no estado de Minas Gerais (MG), bem objeto de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Brasília, 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Dossiê de tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, município de Diamantina**. Belo Horizonte, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). Lei complementar nº 35, de 28 de setembro de 1999. Institui o plano diretor e estabelece normas e condições para parcelamento, uso e ocupação do solo do distrito sede do município de Diamantina. Diamantina, 1999.

SATHLER, D. (org.). **Cidades médias**: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VARAJÃO, G. F. D. C. **Por uma Geografia de Diamantina-MG**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2SK5T. Acesso em 25 de fevereiro de 2022.

PRESENÇA OCULTA: O RIO SANTA MARIA DO DOCE COMO EIXO ORDENADOR PARA A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE COLATINA/ES

LT 321

Igor Corona Pedrone [1], Abrahão Alexandre Alden Elesbon [2], Thiago Pandolfi Depizzol [3]

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Colatina/ES
[1] igorcoronapedrone@hotmail.com; [2] abrahão@ifes.edu.br; [3] tpdepizzol@gmail.com;

Palavras-chave: rios urbanos; espaços livres; urbanização; morfologia urbana

Considerando a importância da temática sobre a expansão das cidades a partir da calha do rio e sua estruturação no desenho urbano com a paisagem, a dinâmica de urbanização das cidades a partir da calha de rios, sobretudo no Brasil, tem tomado as pautas das discussões da paisagem, preservação ambiental e planejamento. Dentro deste contexto, observa-se um caso relacionado: a cidade de Colatina, no norte do Espírito Santo. O município se desenvolveu no entorno do Rio Santa Maria do Doce (Figura 1) que, segundo Albani (2012), serviu de caminho para índios e colonizadores. Atualmente o rio sofre com a poluição, invasões, erosões, assoreamento e, principalmente, o apagamento como elemento natural da paisagem. Diante o exposto, define-se como objetivo deste estudo investigar o modo com que a cidade de Colatina se desenvolveu nas margens do Rio Santa Maria do Doce e entender a dinâmica das relações entre a forma urbana e o curso d'água. A metodologia baseia-se em estudos realizados por Gorski (2010) e Porath (2004), que retratam a expansão urbana na calha do rio. Macedo (1986), Macedo (1995) e Freire (2015) estruturam a visão do rio como espaço público e, seguindo essa perspectiva, Maricato (2011) completa o corpus da pesquisa, evidenciando o mau uso e ocupação ilegal do solo na malha urbana. A aproximação com objeto empírico se deu a partir de registros gráficos, levantamento fotográfico, mapeamento e cartografias. Já em laboratório foi realizado o tratamento dos dados obtidos, aplicando-se métodos da morfologia urbana, descrevendo e explicando características relativas à transformação dos bairros dentro da área de influência do rio. Para tal, foi mapeada toda a bacia hidrográfica e a expansão dos bairros próximos. O mapeamento possibilitou a categorização de tipologias de caracterização territorial, potenciais, fragilidades, vias e o predomínio dos usos (Figura 2). Os principais resultados obtidos foram o reconhecimento da drenagem urbana precária, o desmatamento, o assoreamento acometido pela mudança do curso do rio e as dificuldades na mobilidade entre bairros. Contudo, também pode-se observar a inutilização das margens do rio como espaço público pela população. Pode-se perceber a partir desse estudo a importância de planejar e encaminhar uma gestão sentido a uma motivação para ações com foco na sustentabilidade. Nota-se que o Rio Santa Maria do Doce deixou de ser um elemento natural rico e único e passou ser espaço residual, ocupado pelo descontrolado adensamento urbano e poluído pelos seus habitantes. Desta forma, o estudo evidencia a necessidade no que diz respeito ao seguimento de leis e normas urbanísticas que guiem um desenvolvimento urbano mais sustentável e também alternativas que fortaleçam espaços participativos que envolvam essa temática nos levando a pensar e agir de forma coletiva sobre como queremos nossos espaços de vivência. Assim como o Rio Santa Maria do Doce, todos os rios urbanos não precisam estar ligados a uma evolução social negativa ou devastadora.

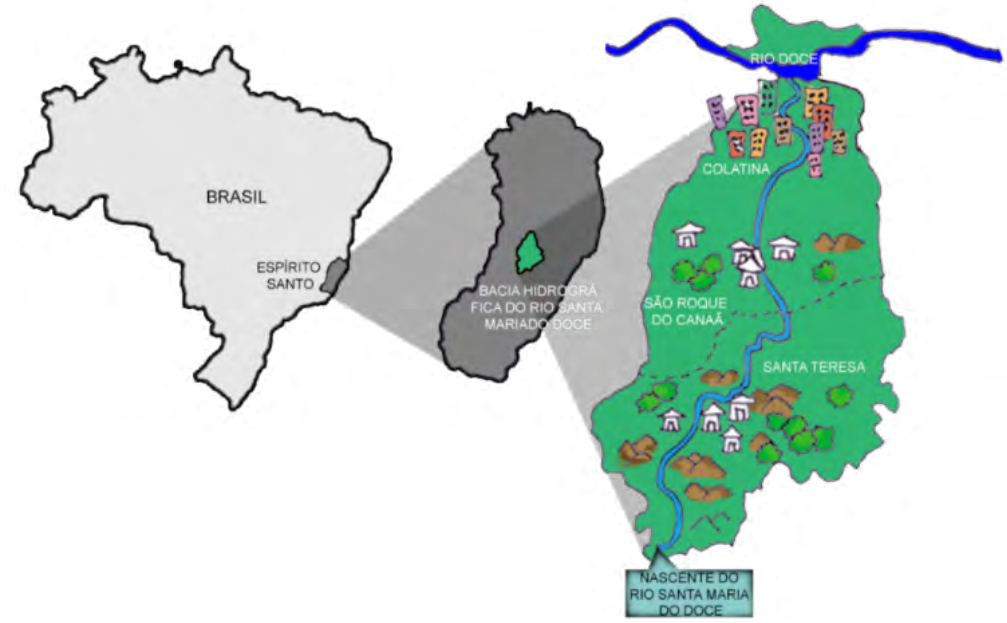


Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Doce em macro e meso escala. Fonte: Autores.

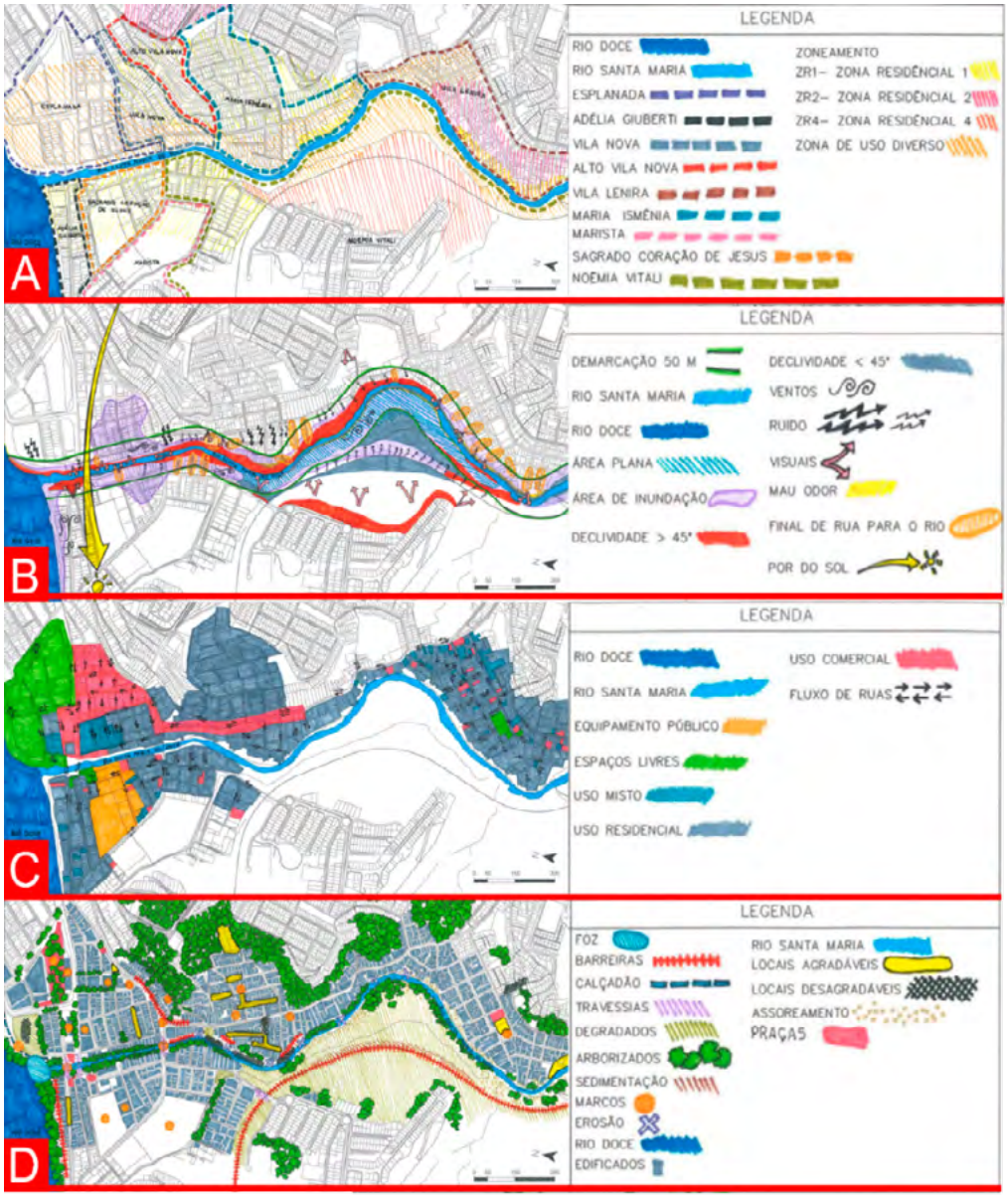


Figura 2: Mapeamento esquemático da expansão territorial das cidades em relação as margens do rio Santa Maria do Doce, sendo: mapa A- Caracterização territorial com as áreas dos bairros analisados e zonas de uso do município, mapa B- Caracterização territorial com os potenciais e as fragilidades e com a demarcação da várzea dada por lei, mapa C- Caracterização territorial com as vias e o predomínio dos usos e mapa D- Caracterização territorial com as demais potencialidades e fragilidades.

REFERÊNCIAS

ALBANI, Vivian. **Trajetória do crescimento da cidade de Colatina.** 2012. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades:** Ruptura e reconciliação. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 300 p.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**, n. 7, p.15-56, 10 jun. 1995. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem e Ambiente**: ENSAIOS. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, v. 3, 1986. Anual.

PORATH, Soraia Loechelt. **A paisagem de rios urbanos**. A presença do Rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Cap. 8.

MARICATO, Emínia. **O impasse da Política Urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, Mariane Telles SÁ. **Intervenção urbana nas orlas do rio paraíba do sul em campos dos Goytacazes, RJ**. 2015. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Campos, Campos dos Goytacazes/rj, 2015. Cap. 5.

O LEGADO DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM VITÓRIA/ES A PARTIR DO SÍTIO FÍSICO E DA INSERÇÃO URBANA

LT 323

Michela Pegoretti [1], Eneida Mendonça [2]

[1] Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo (em andamento); michelasagrillo@yahoo.com.br,
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo; eneidamendonca@gmail.com.

Palavras-chave: sítio físico; inserção urbana; praça pública; centralidade urbana; praça Costa Pereira

As praças públicas são estruturas urbanas fundamentais à compreensão da relação do homem com a cidade, cujo legado simbólico e histórico são contribuições essenciais diante dos desafios urbanos e morfológicos impostos pelas cidades do século XXI. O sentido de centralidade muitas vezes atribuído a este excepcional elemento morfológico traz forte aderência à inserção urbana e ao sítio físico, o que de fato é peculiar ao urbanismo português. Soma-se a isto, a condição e especificidade do sítio físico enquanto elemento participativo do plano urbano, considerado o mais persistente na evolução da forma física das cidades (CONZEN, 2022), configurando-se, com carga valoral em processos de permanência morfológica. Na verdade, nas cidades coloniais e litorâneas brasileiras, o traçado avançou em direção a obstáculos como várzeas em processos que tendiam a aterros (MARX, 1980) e encontrou junto a locais próximos à praia e cursos d'água, uma maneira de crescimento e urbanização, dadas pelas facilidades de acesso, principalmente no caso de presença de água, portos ou situação plana do sítio (REIS FILHO, 1968). Neste contexto, a praça Costa Pereira localizada em Vitória, cidade do sudeste brasileiro, mantém-se como espaço livre público do centro histórico, com forte caráter de centralidade urbana, dado pela convergência de vias, práticas socioespaciais, atividades e usos diversificados do solo que, em conjunto, formam aspectos capazes de proporcionar caráter identitário ao lugar (ROSSA, 2002). No entanto, tal configuração estimula investigações pretéritas da forma física que precede as grandes transformações urbanas inspiradas no advento republicano, as quais criaram a praça Costa Pereira no início do século XX. De grande envergadura, tais transformações sob o ponto de vista morfológico, modificaram o então largo da Conceição, que passou a se configurar como praça Costa Pereira, em processo que demoliu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e, posteriormente, o teatro Melpômene, implantando ali dois novos teatros, mas mantendo a mesma inserção urbana outrora modelada. Sendo assim, o objetivo deste artigo é compreender o papel dialógico do sítio físico com o desenho do traçado urbano embrionário que antecede à inauguração da praça, a partir de uma narrativa que permita reflexões acerca da inserção urbana do largo da Conceição à luz do urbanismo português e sua íntima relação com o sítio físico, especulando ainda possíveis apropriações precedentes e indígenas sobre o território. A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica ligada a conceitos de praça (DIAS COELHO, 2013; TEIXEIRA, 2012; ROBBA e MACEDO, 2010), sítio físico (MARX, 1980; SERRA, 1936; FERNANDES, 2018) e centralidade urbana (VILLAÇA, 1998; VARGA E CASTILHO, 2006; PANERAI, 2014), além daquela relacionada à história do lugar (DERENZI, 1995). Também se utilizou de análise com sobreposição cartográfica e uso dos aspectos tridimensionais da topografia do local, além de recursos iconográficos. O estudo aponta que o traçado urbano atual contém uma centralidade física que fora incorporada de forma embrionária principalmente a partir da implantação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição no então largo de mesmo nome, ainda no século XVIII. Sob

lugar plano de confluência de águas, a escolha da localização revela local estratégico e de conexão que contribuiu para o traçado urbano subsequente e a consolidação da vocação do lugar em acolher e atrair pessoas e acontecimentos, à luz da centralidade urbana.



Figura 1: :Contextualização geográfica da praça Costa Pereira. Fonte: Adaptado de Google Earth

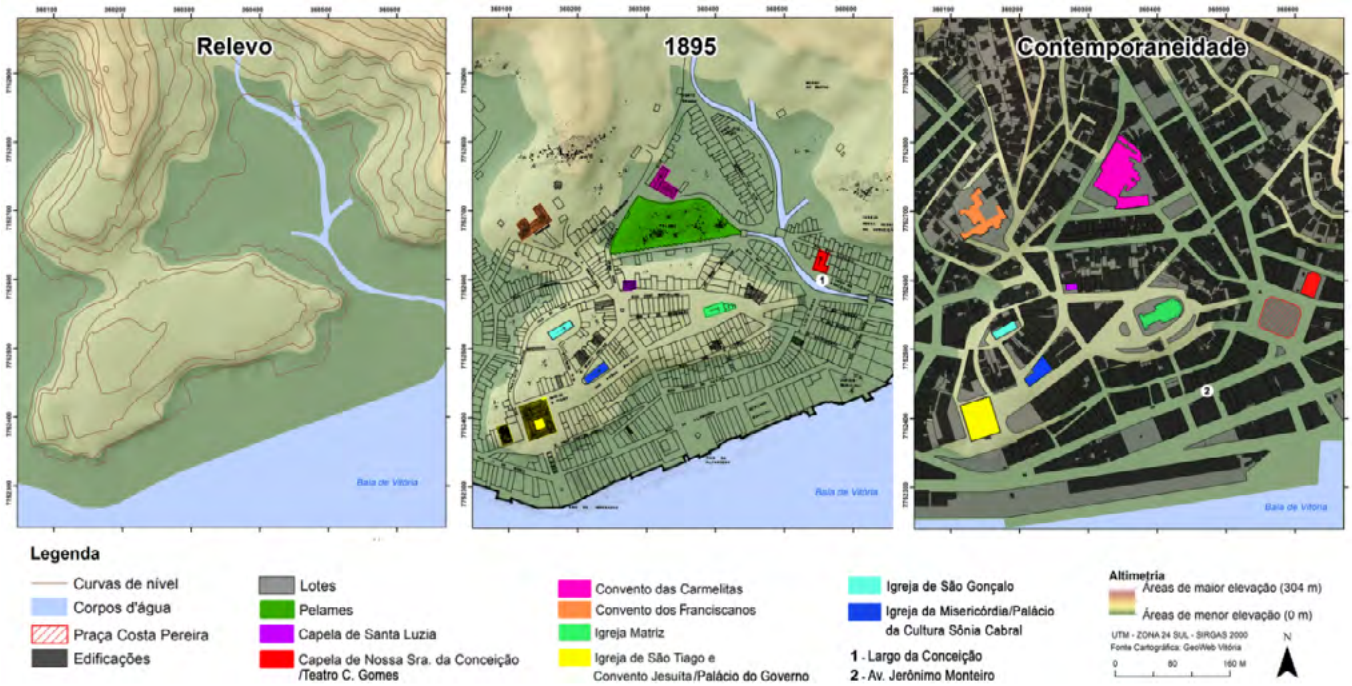


Figura 2: À esquerda, sítio físico e cursos d'água inerentes à cartografia de 1895; ao centro, cartografia de 1895 e respectivos templos religiosos; à direita, cartografia atual e a inserção da praça Costa Pereira. Fonte: adaptado da cartografia de 1895, disponível em acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU

REFERÊNCIAS

CONZEN, Michael Robert Gunter. **Alnwick, Northumberland**: análise do plano de cidade. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1969. Tradução de Vítor Oliveira e Cláudia Monteiro. Porto: Urban Forms, 2022.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

DIAS COELHO, Carlos (Org.). **Cadernos de Morfologia Urbana**: os elementos urbanos. Lisboa: Argumentum, 2013. v.1.

FERNANDES, Sérgio Padrão. Fundação e Evolução dos traçados urbanos: matrizes elementares de assentamento e derivações complexas. 2018. In: DIAS COELHO, Carlos (Org.). **Cadernos de Morfologia Urbana**: o tempo e a forma. Lisboa: Argumentum, 2013. v.2. p. 70 - 93.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil** (1500-1720). São Paulo: Pioneira, 1968.

ROBBA, Flavio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras.** 3ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço.** Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Lisboa: Almedina, 2002).

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel. 1987.

TEIXEIRA, Manuel Carlos. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2012.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em Centros Urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

SINTOMAS DO ABANDONO: EXPRESSÕES NA FORMA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOVA DE CAMPINA GRANDE-PB.

LT 324

Gabriel Lincoln Lopes Carvalho [1], José Augusto Ribeiro da Silveira [2], Paulo Roberto de Oliveira Silva [3], Emmanoel Marques da Silva [4], César Renato Canova [5]

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; gabriellincolnlopes@live.com.
[2] Professor Doutor, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; ct.laurbe@gmail.com.
[3] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; paulooliveira.arquitetura@outlook.com.
[4] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; emmanuel_marquess7@hotmail.com.
[5] Doutor Pesquisador Associado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; canovacr@gmail.com.

Palavras-chave: Abandono; Estação ferroviária; Patrimônio; Forma Urbana.

Da hegemonia ao sucateamento, este pode ser apontado o processo predominante de boa parte das estações férreas brasileiras. Apesar do foco principal ser o embarcar e desembarcar, as estações representam muito mais do que um ponto de partida e chegada, representam crescimento e inovação; tendo essa relevância também expressa na história da Estação Ferroviária Nova de Campina Grande – Paraíba. Inaugurada em 1957 pela Rede Ferroviária do Nordeste – RFN e sendo desativada em meados da década de 90, um equipamento urbano significativo e de suma importância na história do crescimento socioeconômico e espacial da cidade, encontra-se em estado de deterioração e descaso. Localizada no bairro Quarenta a edificação com traços do Estilo Modernista foi instaurada em comemoração ao cinquentenário da chegada do trem a cidade. Almejava-se também expandir os serviços ferroviários com áreas maiores e espaços que viessem a atender melhor as demandas; outra mudança foi a substituição do carvão pelo diesel, um combustível menos agressivo que o anterior (ARANHA, 2001). Entre os anos de 1930 e 1995, Silveira (2002) considera a diminuição da importância das ferrovias no período capitalista industrial brasileiro. O crescimento exponencial das rodovias, sucateamento das estações, constantes greves dos funcionários e o Plano de Metas promovido pelo Presidente Juscelino Kubitschek foram os estopins para progressivo desuso e desativação de boa parte das estações no Brasil.

Este trabalho procura entender e caracterizar os principais sintomas de abandono expressos na forma do ambiente construído que configuram ou potencializam as consequências de áreas abandonadas, evidenciando a área patrimonial de estação férrea na qual se refere o objeto desta pesquisa. Metodologicamente recorremos a: a) o método hipotético-dedutivo aliado b) pesquisa bibliográfica à partir da identificação das fontes primárias; por fim c) levantamento em campo para análises, correlações e discussão dos resultados obtidos.

O objetivo geral da pesquisa é contribuir com a discussão dos sintomas expressos na forma do ambiente construído que caracterizam e fomentam o abandono material e de sentido, ampliando a compreensão sobre o sucateamento de estações férreas em desuso refletidos nos traços morfológicos dos prédios e espaços urbanos. Os prédios e galpões da Estação Nova, tombados pela IPHAEP encontram-se com sinais de abandono. Forneck e Rocha (2020) distinguem dois tipos de abandono, o abandono material e o abandono de sentido. O abandono material (que é percebido na Estação Nova) refere-se as condições físicas nitidamente expressas. O abandono de sentido relaciona-se a forma de ocupação, se os mesmos se tornam invisíveis à sociedade, com o sentimento angustiante de incúria e falta de identificação. Foi possível identificar como

sintomas do abandono a falta de uso em todos os prédios da Estação Nova, além disso: galpões destelhados, esquadrias surripiadas, vidros quebrados, paredes com fissuras ou em ruínas, esquadrias e revestimentos danificados, vegetação rasteira, falta de pavimentação, pichações, seringas, resquícios de drogas entre outras características que baseado no conceito de abandono material e de sentido foi possível correlacionar. O abandono material é influenciado também pela morfologia urbana e a hierarquia dos prédios e galpões abandonados, condicionando consequentemente no uso e ocupação dos espaços. Como resultado têm-se a discussão das dinâmicas sociais e diversas situações, políticas, econômicas e de constante atualização que ocorre devido a característica mutável da sociedade e cidade, aliadas à falta de políticas públicas adequadas e irresponsabilidade da gestão.



Figura 1: Situação atual de um dos galpões da Estação Nova de Campina Grande-PB. Fonte: Acervo pessoal, 2021.



Figura 2: Expressões morfológicas que identificam sintomas do abandono na Estação Ferroviária Nova de Campina Grande-PB. Fonte: Acervo pessoal, 2021.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervacio. **Trem, modernidade e imaginario na Paraiba e região**: tramas politico-econômicas e práticas culturais (1880-1925). (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosocia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2001, p. 461.

FORNECK, Vanessa.; ROCHA, Eduardo. **Abandono de estações férreas**: cartografia nas cidades de fronteira molhada Brasil-Uruguay. In: ENPOS, 21, 2019, Pelotas. Anais eletrônicos. Pelotas: UFPE, 2019. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/SA_03737.pdf. Acesso em 26 de maio de 2022.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVEIRA, Márcio. A importância econômica das ferrovias para o Brasil. **Revista dos Transportes Públicos - ANTP**. Ano 24 - 2002.

TIPO E CRISE: O CASO DO BAIRRO BELVEDERE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

LT 325

Gabriela Clemente de Oliveira [1]; Maria Cristina Villefort Teixeira [2]

[1] Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PACPS - UFMG (em andamento. O presente trabalho foi realizado com apoio de recursos da CAPES); gabriela.gabiarte@gmail.com;.
[2] Prof.ª Drª no Programa Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PACPS - UFMG; mcrisvt@gmail.com.

Palavras-chave: Tipo; Escola Italiana de Morfologia Urbana; Consciência Espontânea; Consciência Crítica; Crise; Bairro Belvedere

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre Tipo e Crise, pelo ponto de vista da Escola Italiana de Morfologia Urbana, tendo o bairro Belvedere, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil, como estudo de caso. Busca-se, assim, ampliar entendimentos sobre esse importante vínculo conceitual, que muito pode contribuir para as ações de arquitetar e habitar. Para a Escola Italiana, o edifício é considerado a própria materialidade do ambiente construído, a representação física da ideia de Tipo. Segundo Gauthier (2005), o Tipo é uma categoria cognitiva presente na mente dos construtores e dos usuários, anterior aos seus atos de edificar e de residir. Pereira Costa e Gimmler Netto (2017) complementaram esse conceito, definindo-o como um modelo, inconscientemente disponibilizado pela herança cultural, a síntese da tradição construtiva de um povo. Para melhor compreensão deste, somam-se a ele as noções sobre consciência espontânea e consciência crítica. Pereira Costa e Gimmler Netto (2017) consideram que a consciência espontânea é um estado que permite ao construtor reproduzir esse modelo cultural, livre de barreiras e censuras. Pontuaram que o Tipo é intrínseco à consciência espontânea. Já a consciência crítica seria um estado que se manifesta mediante uma necessidade técnica para elaboração projetual, normalmente exercida por arquitetos ou engenheiros. Nessa caracterização, as autoras retomaram as preocupações de Muratori diante dos possíveis desequilíbrios que podem surgir entre as duas consciências e favorecer a manifestação de uma crise. Ainda que estudiosos, como Karl Kropf (2006), tenham chamado a atenção para a dimensão da crise como parte fundamental ao próprio processo tipológico, para esta reflexão adota-se o entendimento do termo como o predomínio da consciência crítica sobre a consciência espontânea, o que coloca em risco a própria dimensão do Tipo. Admite-se também a compreensão, conforme Cataldi, Maffei e Vaccaro (2002), quando a materialização do Tipo ocorre numa relação de desequilíbrio com o território que o abriga. Nesse contexto é que se identifica o bairro Belvedere (Fig.1), como um exemplo da dimensão da crise no conceito de Tipo. Ele surge com forte influência dos apelos especulativos do mercado imobiliário, que não levou em consideração o equilíbrio entre os valores espontâneos e críticos em seus atos construtivos. Os resultados foram novos padrões habitacionais que se relacionam ao imaginário de uma população de alta renda, com pouca ligação com o modelo disponibilizado pela herança cultural. No início do loteamento, entre as décadas de 1970 e 1980, a predominância das construções era de residências unifamiliares de, no máximo, dois pavimentos. A partir da década de 1990, foram implantados prédios verticalizados multifamiliares de grandes dimensões. Suas extensas áreas de lazer foram ampliadas e os variados espaços no setor social possibilitaram a aproximação dos moradores internamente, sem qualquer intenção de integração com a rua ou os espaços externos. Além disso, os prédios foram erguidos dentro da área de proteção da Serra do Curral, território que há décadas vem sofrendo pressões dos interesses das grandes empresas de

mineração e da especulação imobiliária. Para sustentar a reflexão, recorreu-se a estudos ligados à Escola Italiana, pesquisas relacionadas ao bairro Belvedere, relatórios e artigos de jornais da cidade de Belo Horizonte e análise de plantas (Fig.2) de imóveis do bairro em questão.



Figura 1: Imagem do Bairro Belvedere com a Serra do Curral ao fundo, Belo Horizonte/MG. Fonte: UNIVIVA, s.d.



Figura 2: Planta baixa apartamento em edifício multifamiliar. Bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG. Fonte: Construtora Patrimar, 2022.

REFERÊNCIAS

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. Saverio Muratori and the Italian school of planning typology. **Urban morphology**, v. 6, n. 1, p. 3-14, 2002.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

GAUTHIER, Pierre. Conceptualizing the social construction of urban and architectural form through the typological process. **Urban morphology,** v. 9, n. 2, p. 83, 2005.

KROPF, Karl S. Crisis in the typological process and the language of innovation and tradition. **Urban Morphology,** v. 10, n. 1, p. 70, 2006.

PATRIMAR. Deixe a qualidade de vida escolher você. **Site da construtora Patrimar**. Disponível em: https://www.patrimar.com.br/empreendimento/sttropez/. Acesso em 23 jun. 2022.

UNIVIVA. Aos 42 anos, Belvedere se consolida como referência de qualidade de vida. Belo Horizonte, 2022. **Site da União dos moradores do Belvedere**, Vila da Serra, MG-30 e Região - UNIVIVA. Disponível em: https://univiva.org.br/aos-42-anos-belvedere-se-consolida-como-referencia-de-qualidade-de-vida/. Acesso em 23 jun. 2022.

DE CIDADELA A ENCLAVE TERRITORIAL: O ASILO-COLÔNIA SANTO ÂNGELO EM SÃO PAULO

LT 327

Bianca Maria Batista Janotti [1], Maria Cristina da Silva Schicchi [2]

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PUC-Campinas
[1] bianca.mbj@puccampinas.edu.br; [2] cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

Palavras-chave: Asilo-colônia; patrimônios marginais; periurbano; território cultural, preservação.

Na tentativa de conter a propagação da doença a hanseníase no Brasil, disseminou-se a construção de asilos-colônia em todos os estados. O tratamento da doença a partir do isolamento se consolidou principalmente após 1917 e o intuito era manter um nível de convívio social, criar laços afetivos e propiciar ocupações no setor agrícola aos internos, de forma a garantir a fixação e permanência destes durante toda a vida, já que a internação compulsória havia se tornado a única forma de tratamento no país, entre os anos 1920 e 1940.

O projeto do Asilo-Colônia Santo Ângelo, implantado na cidade de Mogi das Cruzes, foi modelo para o tratamento da doença. Após 1935, consolidou-se uma rede de profilaxia da lepra no Estado, composta por mais 4 asilos-colônia, 46 dispensários (para o tratamento ambulatorial dos casos não infectantes) e 3 preventórios (para abrigar os filhos sadios dos internos) (CURI, 2002).

O objetivo da pesquisa foi compreender a lógica de implantação e disseminação deste modelo e analisar, a partir dos métodos histórico-crítico e analítico, a situação do complexo em relação ao contexto periurbano em que está inserido. Numa segunda etapa, através de método empírico e levantamento in situ, procurou-se compreender a situação atual do complexo em relação à população envolvida (ex-internos, gestores, população do entorno etc.). Por fim, a análise buscou discutir, de forma mais sistêmica, a ressignificação destes “patrimônios marginais”.

Os asilos-colônia foram concebidos como cidades completas, autônomas e isoladas na natureza, compostas por estruturas de lazer, culto, higiene, conforto e trabalho. Projetado por Adelardo Soares Caiuby, o Santo Ângelo dispunha os equipamentos de forma a atender o cotidiano funcional dos doentes. Seguindo os preceitos sanitários da época, estruturava-se em três zonas independentes: “Zona Sã”, “Zona Doente” e “Zona Intermediária”, dividindo espacialmente as pessoas e os diversos serviços, de acordo com as necessidades de funcionamento e de prevenção ao contágio (COSTA, 2008).

O Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti (CERAPC), mantém hoje parte da área do antigo Asilo, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), em 2018, juntamente com os outros 4 asilos construídos no Estado, a partir do reconhecimento da importância em preservar a memória do conjunto como representativo deste passado doloroso.

A preservação do Asilo Santo Ângelo, entretanto, não pode ser garantida apenas pelo tombamento, dada a complexidade das questões territoriais e culturais locais envolvidas, que passam por uma discussão sobre as formas de assimilação deste complexo pelo tecido urbano da cidade, cujo entorno imediato foi ocupado por comunidades carentes - que utilizam a infraestrutura de transporte e os equipamentos esportivos e sociais criados para o complexo - em meio à ocupação de áreas agrícolas, áreas de proteção, de mineração e de habitação irregular.

A pesquisa procura discutir a ressignificação do Asilo como etapa importante para sua preservação, a partir de uma análise que considera o papel dos gestores (o CERAPC, autoridades municipais e estaduais), dos ex-internos - hoje moradores fixos das residências do antigo asilo - e da população local.

REFERÊNCIAS

COSTA, A. P. S. **Asilos-colônias paulistas**: análise de um modelo espacial de confinamento. 2008. 422 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros**: Lepra e isolamento no Brasil 1935/1976. Orientador: Vera Lúcia Puga de Souza. 2002. 231 f. Dissertação (Mestrado, Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

POÇOS DE CALDAS (BRASIL) E CALDAS DA RAINHA (PORTUGAL) –ÁGUAS QUE CONFIGURAM ELEMENTOS DA FORMA URBANA

LT 328

Luciana Valin Gonçalves Dias [1]

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas POSURB-ARQ - PUC CAMPINAS (em andamento). Mestre em Urbanismo pela mesma instituição; lucianavalin.pc@gmail.com.

Palavras-chave: Estâncias Termais; Microcosmo Termal; Elementos da forma urbana. Poços de Caldas (Brasil); Caldas da Rainha (Portugal).

O presente artigo é parte do desenvolvimento de uma tese de doutorado intitulada: Águas termais que configuram cidades: Caldas da Rainha (Portugal) e Poços de Caldas (Brasil) – um estudo comparativo. O trabalho aborda a relação que se estabelece tendo a água como instrumento civilizador de cidades. A água, além de ser uma fonte vital para o homem, proporciona os meios de subsistência para a agricultura e a pecuária, está ligada aos movimentos higienistas e aos aspectos de salubridade dos espaços, à circulação de saberes e de mercadorias, entre outros fins. Além dos benefícios físicos e químicos, a água também tem um papel muito relevante no desenvolvimento das cidades, pois, a partir do seu curso natural, de sua localização e de sua ocupação em um determinado território, desenvolve, condiciona, estrutura, modela e transforma os tecidos urbanos. A água é utilizada pelo homem como recurso terapêutico há muitos séculos em diversas culturas pelo mundo. O termalismo é a ciência que trata da exploração e utilização das águas minerais e sua prática ocorre em lugares com diversas denominações, entre elas: caldas, termas, casas para banhos, estâncias hidrominerais e estâncias termais. Quando se trata de estâncias termais, há estruturas que se consolidam no território compondo um programa de atividades que são comuns à diversas localidades, dando forma ao que alguns autores denominam como “microcosmo termal”, “urbe termal” e “estância hidromineral / termal”. De acordo com Jorge Mangorrinha (2000), “uma estância termal é composta pelo centro termal (onde se incluem os equipamentos de função hidroterápica, cultural e ambiental), pelas instalações hoteleiras e por todas as estruturas que se juntam, por forma a alcançar-se uma estada agradável”. Já Helena Pinto (2015), destaca que “o microcosmo português se afirmava com valores próprios, […] os aquistas usufruíam de um outro tempo, percorrendo tranquilamente dos espaços edificados, dos percursos e ambientes propícios ao convívio e ao jogo. […]” Também o autor João B. Serra (2003), fala que “a vila de Caldas enfrentou o desafio de novas e exigentes funções ao longo da segunda metade do século XIX: de natureza administrativa especificamente urbanística, outras decorrentes da necessidade de adoptar e desenvolver o conceito de urbe termal”. Assim, pretende-se discutir nesse artigo quais são elementos da forma urbana, as edificações e os espaços que compõem essas ambiências termais, elementos esses que envolvem o “passear as águas e ocupar o ócio”. Buscar-se-á entender se existe um modelo de cidade termal, se existe uma forma de estância-tipo e quais são as particularidades que se repetem nesses locais. O final do século XIX e início do século XX, foi um período muito promissor para o desenvolvimento de estâncias termais na Europa e no Brasil. Há muitas estâncias que se tornaram modelos a serem seguidos pelo mundo, entre elas, Vichy (França), Bath (Inglaterra), Caldas da Rainha (Portugal) que possui o primeiro hospital termal do mundo, Caldas da Imperatriz (Brasil) que também tentou seguir esse modelo de hospital termal no Brasil com a presença da coroa portuguesa e ainda,

a cidade de Poços de Caldas (Brasil) que se tornou uma referência de estância hidromineral na América Latina. A metodologia aplicada envolveu levantamento de documentos primários (cartografia histórica, planos e projetos) e análises in loco, dos elementos que compõe a forma urbana nas duas estâncias.



Figura 1: À esquerda - núcleo termal de Poços de Caldas (Brasil) e à direita – núcleo termal de Caldas da Rainha (Portugal). Fonte: Acervo Pessoal Luciano Silveira, 2021 / (ASSÍRIO & ALVIM, 2005)

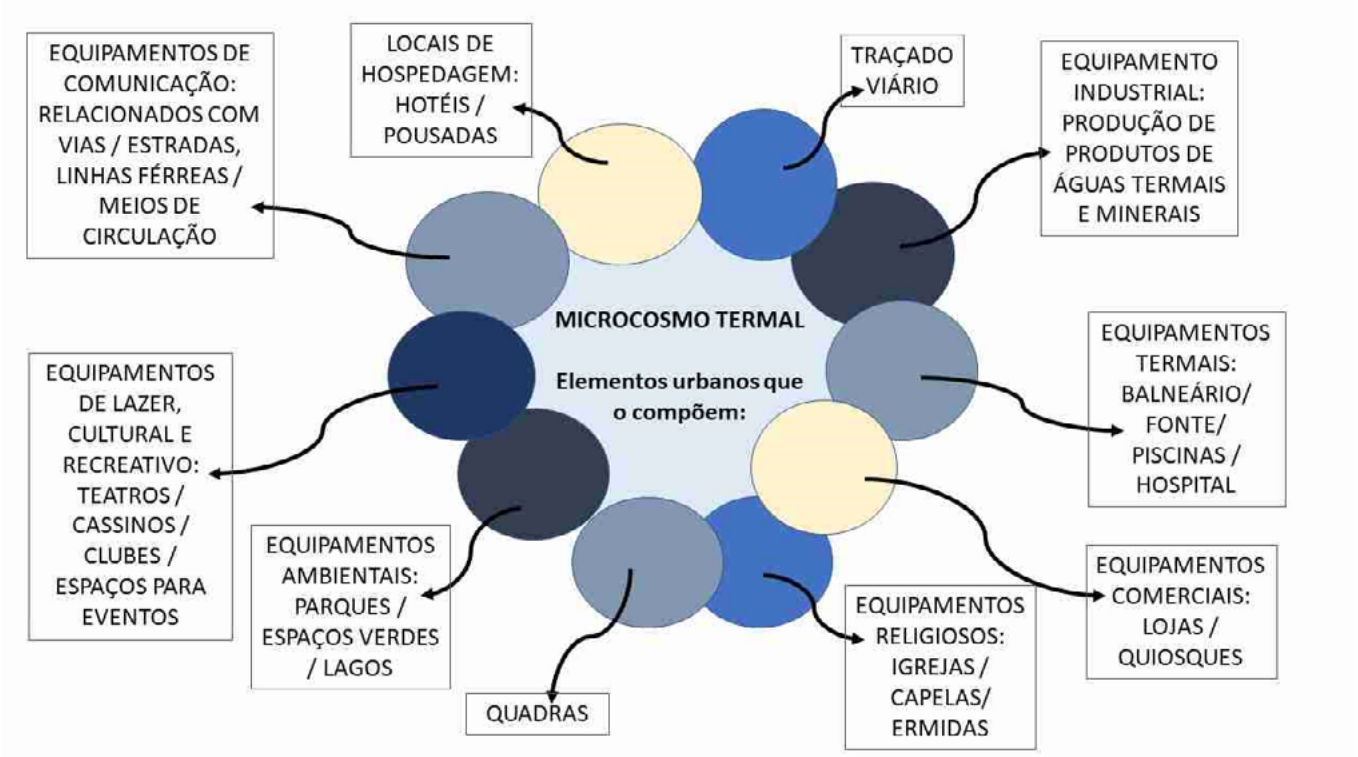


Figura 2: Elementos que compõem uma estância termal. Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

REFERÊNCIAS

ASSÍRIO & ALVIM. **Caldas da Rainha – Património das Águas** (A legacy of waters). Lisboa: Guide – Artes Gráficas, Lda., 2005.

MANGORRINHA, Jorge. **O que é uma cidade termal?** Lisboa: Cheltenham, 2012.

PINTO, Helena Gonçalves. **A cura e a arquitectura**. História da Arquitectura Hospitalar Portuguesa na Época Contemporânea. Da Programação à Tipologia Arquitectónica. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Lisboa pela Faculdade de Arquitectura. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/11734>

SERRA, João B. **21 anos, pela História:** Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos. Caldas da Rainha: Graficampo – Artes Gráficas, Lda, 2003.

ALÉM DOS MUROS : O PAPEL DO IFFLUMINENSE EM GUARUS NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

LT 329

Luísa Peixoto de Souza [1], Bruno Leite de Freitas [2], Letícia de Souza Silva [3], Danielly Cozer Aliprandi [4]

Projeto de Pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense- Campus Campos Centro Centro, Faculdade, Universidade
[1] luisa.souza@gsuite.iff.edu.br; [2] brunoleitedefreitas@gmail.com; [3] leticia.souza@gsuite.iff.edu.br; [4] daniellyalip@gmail.com.

Palavras-chave: Espaços Livres; Campi Institucional; IFF; Guarus; Impacto socioambiental.

A proposta desta pesquisa é estudar as edificações e espaços livres existentes nas unidades do Instituto Federal Fluminense (IFF) no 3º Subdistrito de Campos dos Goytacazes-RJ, Guarus formado pelo Campus Campos Guarus e a Reitoria, buscando consolidar ações investigativas do ambiente ocupado pelas instituições, visando autonomia e garantia ao uso do espaço construído e não construído pelos grupos sociais e melhorar as condições de segurança dos usuários. A análise do histórico do campus, nos permite perceber que novas edificações são continuamente inseridas sem avaliações prévias do impacto no desempenho de construções antigas e novas. O objetivo geral é analisar a relação entre o IFF e seu entorno urbano, assim como a relação entre os blocos implantados e os espaços livres da quadra em que exercem suas atividades, o seu impacto em relação à apropriação social, levando em consideração as condições físicas, urbanas, arquitetônicas, socioculturais validadas nesse contexto. A pesquisa integra abordagens em diferentes dimensões e estratégias. Foi realizada a busca de notícias relacionadas ao IFF em Guarus e seu entorno, desde a sua inauguração, em 2010, para ajudar a entender a influência desta instituição na realidade local. Paralelamente, foi realizado um levantamento de dados por meio de mapeamento georreferenciado das unidades, através de elaboração de cartografia do processo de ocupação, os recentes investimentos e previsões futuras, estudo morfológico e diagnóstico da ocupação dos espaços livres, levantamento de indicadores físico-ambientais e socioambientais. Também foram estudadas as mudanças que a presença da instituição causou no Plano Diretor de 2020 (o primeiro após a inauguração do Campus Campos Guarus). Para melhor compreensão da presença do IFF em Guarus, estão sendo organizadas visitas ao espaço e conversas com estudantes, servidores e moradores do entorno. A análise morfológica permitiu perceber que as unidades do IFF em Guarus possuem uma boa quantidade de espaços livres (principalmente no campus que é bem arborizado, contando também com uma horta e um pomar) o que facilita a circulação de pessoas e uma qualidade no uso dos espaços por parte do público interno. O entorno possui ruas arborizadas e uma paisagem horizontalizada, cuja maioria das construções possuem 1 ou 2 pavimentos. Diferente do que ocorreu no IFF Campus Campos Centro, onde a morfologia do entorno da instituição é fortemente impactado, principalmente pela presença de um comércio voltado para os estudantes e funcionários e também pelos prédios com repúblicas, esse impacto ainda não ocorreu em Guarus pelo tempo que a instituição está no local, e também devido à pandemia que ocorreu durante um dos momentos de expansão do campus. Na pesquisa de campo será possível entender se há mais motivos para essa ainda baixa transformação. O impacto social, porém, é mais visível pois trata-se de uma instituição de ensino público em uma das áreas mais carentes da cidade.Os resultados encontrados até então auxiliam na compreensão dos benefícios e danos da presença desta instituição, fortalecendo o

papel das unidades do IFF em Guarus, incorporando novos usos, funções e apropriações aos espaços construídos e não construídos das unidades como forma de resistência e busca pela sustentabilidade.

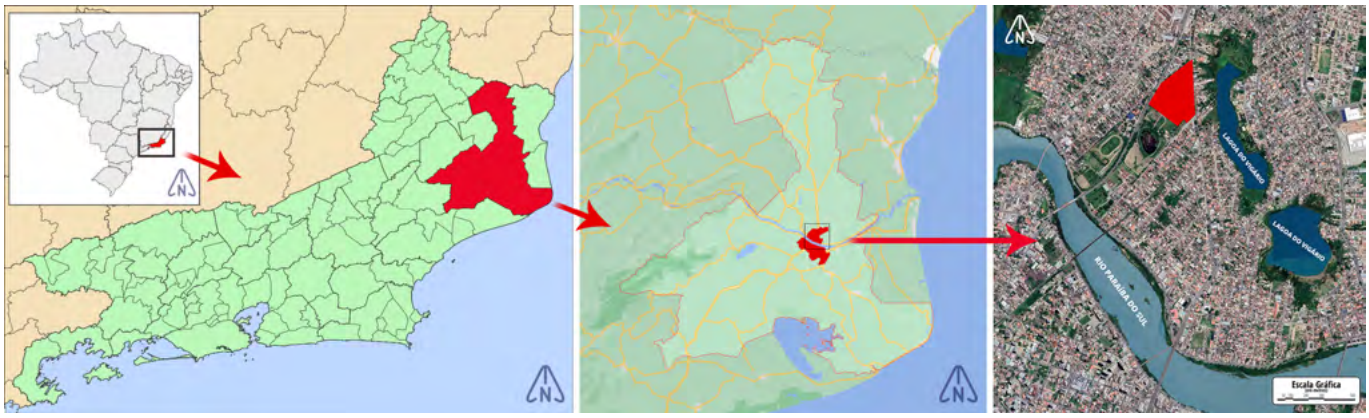


Figura 1: Mapas para localização do IFF em Guarus. Fonte: Produzido pelos autores, 2022.



Figura 2: Imagem aérea do IFF em Guarus, Campos dos Goytacazes. Fonte: Diretoria de Comunicação do IFF, 2015, editado pelos autores, 2022.

REFERÊNCIAS

IFF. **Histórico do IFFluminense**. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffluminense/historico-do-iffluminense. Acesso em: 23 jun. 2022.

MAGNOLI, Miranda. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006b, p.175-198.

SCHLEE; Mônica; SOUZA, Maria Julieta; REGO, Andrea Q.; RHEINGANTZ, Paulo A.; DIAS. Maria Angela; TÂNGARI, Vera R. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um debate conceitual. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios, v. 26, 2009, p. 225-247.

TÂNGARI, Vera Regina. **Análise multi escalar de campi universitários de Instituições Federais de Ensino Superior como categorias de espaços livres especiais e a aplicação de inovações tecnológicas visando seu impacto em desempenho climático e eficiência energética na dimensão urbano arquitetônica**. Proposta aprovada no Programa de Apoio a Projetos Temáticos no Estado do RJ 2019.

TÂNGARI et al. Morfologia urbana, suporte geobiofísico e o SEL do Rio de Janeiro/RJ. In: CAMPOS et al. **Quadro do SEL nas cidades brasileiras**. São Paulo: FAUUSP, 2012, p.195-239.

AS COLETIVIDADES COMO FATOR DE CONTINUIDADE E RESILIÊNCIA SOCIAL E URBANA: O CASO DO BAIRRO DA ENCARNAÇÃO, EM LISBOA

LT 330

Maria Amélia Cabrita [1], Teresa Marat-Mendes [2]

DINÂMIA'CET, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Doutoramento em Estudos Urbanos
[1] mamelia007@gmail.com; [2] teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt.

Palavras-chave: bairro, coletividade, resiliência social, urbano

Os bairros de casas económicas foram programados e construídos, um pouco por todo o país, a partir de 1933, por iniciativa e sob controlo do Estado Novo, segundo um modelo de alojamentos unifamiliares geminados em lotes individuais (Antunes, 2018). Correspondiam a um conceito de habitação muito vinculado a opções ideológicas corporativas e objetivos de política social centrada nos benefícios da vida familiar independente, como núcleo fundamental da formatação de uma sociedade com valores estritos de moralidade, obediência, trabalho e frugalidade.

Formaram-se, assim, conjuntos urbanos de baixa densidade, tornados sintagmáticos relativamente a uma envolvente de habitação coletiva (Agarez, 2018). Mas o ambiente resultante e as condições sociais dos novos habitantes, contribuíram para gerar um sentido de comunidade e as iniciativas de caráter coletivo que emergiram de forma espontânea em muitos desses bairros.

A instituição atual, Fundação INATEL (Instituto para o Aproveitamento dos Tempos Livres), é a sucessora de uma organização do Estado Novo, criada em 1935, a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho). Inspirada nos modelos italiano e alemão, empenhou-se, não só em criar melhores condições para os tempos livres dos trabalhadores sindicalizados, mas também no papel de agente de propaganda e inculcação ideológica ao serviço do regime (Valente, 1999). De entre as iniciativas, destacamos a constituição dos Centros de Recreio Popular—CRP, antecedidos dos CAT—Centros para a Alegria no Trabalho (Melo, 2013), para os quais foram sendo apropriadas algumas coletividades existentes, as quais tinham já uma longa tradição, sobretudo em meios urbanos (Valente, 1999). Entretanto, enquanto nova legislação de 1943 vai prever equipamento social para os agrupamentos de casas económicas, a relação com a FNAT é concretizada em 1947, data em que lhe é atribuída a iniciativa de atividades culturais e recreativas nos bairros, completada, mais tarde, em 1950, com a criação dos CRP (Valente, 1999).

O Bairro da Encarnação, em Lisboa, construído por fases, a partir de 1939, surge como o maior bairro de casas económicas de Lisboa, com projeto do arquiteto Paulino Montez, na zona ainda profundamente rural de Olivais e longe do centro da cidade. O projeto de urbanização, no entanto, já previa áreas para equipamento: escolar, comercial, religioso e também desportivo e recreativo (Inácio, 2012).

A coletividade atual, ADCEO (Associação Desportiva e Cultural da Encarnação e Olivais) resultou da reunião de 3 associações, sendo uma delas o Centro de Recreio Popular Nº5 da FNAT, para o qual foi efetivamente construída a sede e instalações existentes e a funcionar (Inácio, 2012).

Tal como em outros bairros, também aqui o primeiro movimento associativo parte de um grupo de moradores, cuja formalização passou então obrigatoriamente pela constituição de um CAT e pela inscrição na FNAT, em 1946 (Inácio, 2012), mais tarde designado CRP nº 5. O problema

das instalações definitivas só vem a ser resolvido mais tarde, a partir de 1958, com início da construção, por fases, em 1961.

A pesquisa em curso sobre este tema, baseada sobretudo na consulta de documentos inéditos nos arquivos (IHRU e DGP) e em testemunhos, permite-nos contribuir para uma história das coletividades portuguesas, que é por vezes desigual e atribulada, mas cuja importância na recuperação de um sentido identitário e de comunidade inegáveis, se conjuga com fatores de resiliência social e urbana, de que as cidades tanto carecem para sobreviver



Figura 1: Plano de Urbanização do Bairro da Encarnação [1939] com a localização dos equipamentos previstos Fonte: SIPA, DGP. cota CE-0029



Figura 2: O atual clube, ADCEO Associação Desportiva e Cultural da Encarnação e Olivais. Fonte: http://www.adceo.pt/

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação** - 200 anos. Lisboa: Caleidoscópio. CML, 2018.

AGAREZ, Ricardo C. (Coord.). **Habitação**. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal.1918-2018. Lisboa: IHRU, 2018.

INÁCIO, Carlos A.R.; BARREIROS, Fernando F. **O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais**. 2. Ed. Lisboa: Autores e CML, 2012.

MELO, Daniel. **Salazarismo e Cultura Popular** (1933-1958). 2. Ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.

VALENTE, José C. **Estado Novo e Alegria no Trabalho**. Uma história política da FNAT (1935-1958). Lisboa: Ed. Colibri. INATEL, 1999.

BARRA DE SÃO JOÃO: FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES. LT 331

Elias Rust Barcelos Souza [1]

[1] Mestrando do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio, PROARQ/FAU/UFRJ (em andamento); elias.souza@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Paisagem Urbana; Espaços Livres; Patrimônio Urbano; Barra de São João

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a forma urbana de Barra de São João, distrito do município de Casimiro de Abreu (RJ), para entender a formação do traçado das vias e dos demais espaços livres que formam a paisagem urbana. A forma das cidades, como afirma Mônica Schlee, é resultado de fatores relacionados ao processo de ocupação do território urbano, sua configuração espacial e estrutura, padrões e tipos de ocupação em uma perspectiva histórica. (SCHLEE, 2011). A análise do processo histórico de desenvolvimento urbano possibilita uma perspectiva dinâmica sobre a questão da forma urbana e considera o sistema viário, os usos do solo e a disposição das edificações como elementos definidores do tecido urbano. As análises foram fundamentadas em documentações primárias, principalmente mapas de diferentes períodos históricos que ao serem sobrepostos foram evidenciando as permanências ao longo do tempo na paisagem urbana. A ocupação urbana junto a foz do rio São João se origina no século XVIII (LEÂO, 1767) e se consolida no século XIX (BELLEGARDE, 1863). O adensamento edilício se deu ao longo de uma via que ligava a área rural à igreja de São João Batista, passando pelo porto fluvial às margens do rio São João. A ocupação urbana se concentrou ao longo dessa via, atualmente denominada rua Bernardo Gomes (Figura 1) e rua São João (Figura 2), e agregou à paisagem urbana edificações patrimoniais do século XIX, tombadas em diferentes esferas governamentais. No final do século XIX, mudanças na dinâmica econômica geraram o declínio urbano e populacional. A implantação de uma linha ferroviária (BRASIL, 1892) na região da bacia do rio São João fez com que o porto fluvial junto ao núcleo urbano perdesse a sua função de escoamento agrícola, o que gerou um declínio econômico na localidade que tinha no porto a sua base econômica e comercial (LAMEGO, 1944). A partir dos anos 1960 (IBGE, 1963) o eixo de adensamento urbano foi transferido para o entorno da recém-construída rodovia Amaral Peixoto, que atravessa o núcleo urbano de Barra de São João e, a partir dessa nova conexão viária regional, o núcleo urbano começou a se expandir. A pesquisa demonstrou a concentração da ocupação e adensamento urbano ao longo dessa via desde o século XVIII até a década de 1960. Os espaços livres públicos presentes nessa paisagem urbana, para além das vias, são espaços residuais localizados por entre as margens do rio e as vias. A única exceção é a praça das primaveras, que teve seu traçado retangular planejado em 1857 (BELLEGARDE, 1863) junto com um plano de arruamento regular que incorporou em seu traçado a via primitiva já bastante ocupada e adensada à época do projeto urbano. A preservação da forma dos espaços livres, por seu caráter museográfico, como argumenta Vera Tângari (TÂNGARI, 2005), é indissociável da preservação do patrimônio construído. A relação entre eles cria a ambiência que é característica da paisagem urbana de Barra de São João. Os resultados dessa pesquisa contribuem para esclarecer os processos formativos da paisagem urbana de Barra de São João, a formação do patrimônio edificado e do sistema de espaços livres associados a eles. O esclarecimento dos processos dinâmicos de transformação e seu reflexo na forma urbana atual foi importante para

embasar as propostas de diretrizes e ações que visam contribuir para salvaguardar a paisagem urbana de Barra de São João, entre as quais: Proposta de reformulação na legislação urbanística e um projeto de intervenção nas vias que originaram o núcleo urbano.



Figura 1: Vista de trecho da rua Bernardo Gomes em Barra de São João (RJ). Fonte: Acervo do autor, 2021



Figura 2: Vista de trecho da rua São João em Barra de São João (RJ). Fonte: Acervo do autor, 2021

REFERÊNCIAS

BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. **Carta chorographica da Provincia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1863. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASIL. **Planta geral das estradas de ferro**. Rio de Janeiro, 1892. Acervo Biblioteca Nacional.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa rodoviário do estado Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1963.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga.** Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1946.

LEÃO, Manoel Vieira. **Carta topografica da Capitania do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1767. Acervo Biblioteca Nacional.

SCHLEE, Monica Bahia. **A ocupação das encostas do Rio de Janeiro**: morfologia, legislação e processos socioambientais. 2011. 398 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TÂNGARI, Vera Regina. Espaços livres públicos como espaços museográficos In: **Anais do Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus.** Rio de Janeiro: PROARQ -FAU/UFRJ, 2005. pp.49-72.

A PROXIMIDADE À ÁGUA NO DESENHO DA MARGEM DO RIO: O PROJETO DA CIDADE DO ESTUÁRIO DO TEJO

LT 333

Caterina Anastasia [1]

[1] CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; caterinaanastasia@fa.ulisboa.pt

Palavras-chave: Paisagem aquática; interface terra-água; projetos de regeneração; proximidade à Água; Cidade do Estuário do Tejo.

É agora claro que, independentemente da forma como a sustentabilidade é definida, não pode ser alcançada sem considerar a paisagem (Landscape Performance Serie, 2021) e, acrescentamos, ainda mais sem considerar as paisagens aquáticas. De lidar com e desafiar a resiliência ambiental, um arranjo urbano-água mais amplo e integrado, e estratégias de conceção baseadas no contexto, as intervenções de regeneração urbana ligadas à água desempenham um papel fundamental na melhoria do bem-estar dos habitantes e da coesão social (Beute et al., 2020; WHO, 2021). Hoje em dia, os espaços abertos vinculados a linhas de água visíveis ou invisíveis (por que canalizadas e enterradas) apoiam uma fórmula apelativa e vencedora de regeneração urbana. As áreas urbanizadas historicamente marcadas pela água parecem ser terrenos onde a política urbana aspira a construir um futuro metropolitano mais verde e habitável e a promover uma nova imagem da cidade (Anastasia, 2019). Além disso, especialmente numa época de restrições de mobilidade devido à pandemia da COVID-19, reconhecemos a atração dos passeios ribeirinhos, bem como das zonas verdes e dos caminhos ao longo dos corredores de drenagem.

Respondendo à falta de prescrições e diretrizes de conceção relevantes, o artigo considera intervenções localizadas na 'Cidade do Estuário do Tejo' - a cidade situada ao longo do sistema hídrico do Estuário do Tejo (Área Metropolitana de Lisboa, Portugal) - para compreender as práticas comummente implementadas para os projetos ribeirinhos. O artigo analisa projetos públicos de regeneração ribeirinha virados para o sistema do estuário do Tejo. O foco está nos fatores e componentes de qualidade que funcionam em conjunto com os estímulos visuais das cenas verde/azul.

Considerando a água como um 'material de projeto', analisaremos como é construído o limite terra-água, como são percorridos os corredores de água e drenagem (a pé ou de bicicleta) e, finalmente, como são organizados os espaços de repouso e as atividades. O trabalho registará 'formas', cores predominantes e materiais de construção utilizados nos projetos. Ao criar ábacos de soluções de intervenção, serão feitas propostas para explorar o potencial da proximidade com a água da paisagem estuarina.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Caterina. Urban Regeneration Projects Bound to Water: along and towards the Tagus Estuary (Portugal). In: **Sustainability** 11, 2019, 6578.

BEUTE, Femke; DAVIES, Zoe; DE VRIES, Sjerp; GLANVILLE, Julie; KEUNE, Hans; LAMMEL, Annamaria; MARSELLE, Melissa; O'BRIEN, Liz; OLSZEWSKA-GUIZZO, Agnieszka; REMMEN, Roy; RUSSO, Alessio; ANDREUCCI, Maria Beatrice. **Types and characteristics of urban and peri-urban blue spaces having an impact on human mental health and wellbeing, report prepared by an EKLIPSE Expert Working Group, Wallingford**: UK Centre for Ecology & Hydrology, 2020.

Landscape Performance Serie. https://www.landscapeperformance.org/about-landscape-performance (acedido a 20 de Março de 2021).

WHO Regional Office for Europe. **Green and Blue Spaces and Mental Health**: New Evidence and Perspectives for Action. Report, 2021.

ASPECTOS DE OCULTAMENTO DE RIOS URBANOS: O CASO DO RIO JOANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

LT 334

Clarice Freitas Teófilo [1], Mylenna Linares Merlo [2], Gleison José M. S. Junior [3], Aline Pires Veról [4]

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Mestrado em Arquitetura (em andamento) Universidade Federal do Rio de Janeiro
[1] clarice.teofilo@fau.ufrj.br; [2] mylenna.merlo@fau.ufrj.br; [3] gleison.junior@fau.ufrj.br.
[4] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro; alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Rios Urbanos, Ocultamento, Patrimônio Cultural, Rio Joana

Historicamente os rios promoveram o desenvolvimento das civilizações e por consequência dos núcleos urbanos. Porém, com o passar do tempo, a relação entre rios e cidades começou a se tornar antagônica. A civilização usufruiu dos potenciais dos corpos hídricos e em seguida buscou o controle das águas urbanas (MORSCH et al, 2017) até finalmente suprimir os rios das paisagens (HERZOG, 2013).

O processo de negação dos rios na cidade inicia no século XIX, principalmente a partir dos surtos epidêmicos e do processo higienista (BAPTISTA et al 2013). Os conceitos da engenharia hidráulica convencional concentraram esforços no controle do volume das águas pluviais, tendo como objetivo remover os alagamentos o mais rápido possível dos núcleos urbanos (MIGUEZ et al 2016), transferindo-os de lugar. Esse processo acarretou não só a perda dos serviços ecossistêmicos (DHAKAL et al 2016, KOZAK et al 2020, VERÓL et al 2020), mas também um afastamento do convívio da população com o corpo hídrico (MORSH et al 2017).

Alguns autores apontam a necessidade de mudança de paradigma em relação às soluções mais tradicionais para as águas pluviais urbanas (DHAKAL et al 2016, KOZAK et al 2020), que considere um resgate do ciclo natural da água e a busca por soluções baseadas na natureza. Essa visão permite a consideração dos potenciais paisagísticos dos rios urbanos, buscando a valorização do rio como parte de um patrimônio paisagístico natural e cultural, com uma valorização das águas urbanas para além da mitigação das inundações, mas também uma melhoria do ambiente urbano, garantindo oferta de espaços públicos de lazer, aproximando a população de espaços verdes e permitindo a criação de um lugar capaz de reunir pessoas (VERÓL et al 2020).

Este artigo visa analisar os aspectos práticos de ocultamento de rios urbanos, tendo como estudo de caso o Rio Joana, localizado na cidade do Rio de Janeiro (figura 1).

Na metodologia, utilizou-se de uma visão sistêmica, multifuncional e multiescalar para a compreensão da paisagem por meio da valorização da água como patrimônio cultural. Valeu-se de cartografias históricas da cidade do Rio de Janeiro (figura 2) e mapas elaborados a partir de ferramentas de georreferenciamento.

Para a escala micro, o trabalho propõe um quadro de análise. A partir do estudo de Silva et al (2013), foram criados parâmetros para analisar a forma e ocupação urbana; os conflitos entre ambiente construído e ambiente natural e o caráter cultural/patrimonial. Os parâmetros estabelecidos foram aplicados em três trechos específicos do rio, escolhidos pelas distintas formas de alteração e tratamento do Rio Joana, além da proximidade de diferentes bens de interesse patrimonial. A definição dos trechos permite compreender o impacto das alterações da paisagem e como ela se relaciona com valores patrimoniais.

Como resultados, percebe-se o processo de antropização de um rio, seu esquecimento e negação quanto à sua paisagem urbana e sua relação sujeito-rio. A pesquisa também identifica que apesar desses processos, o Rio Joana ainda pertence a paisagem. Dessarte, a partir dessa percepção propõe-se uma discussão conceitual para explorar as possibilidades de retomada do Rio na paisagem de forma a contribuir para o resgate patrimonial cultural da relação água-sujeito, rio-paisagem, isto é, um resgate tanto no âmbito memorial, quanto no físico, no caso do Rio Joana, apreende-se a necessidade de proposições factíveis para o reconhecimento e reabilitação do corpo hídrico.



Figura 1: Localização geográfica (Fonte: Elaborado pelos autores com base de fontes em IPP e MPRJ) e prolongamento em direção à Av. Francisco Bicalho construída sobre aterro, Augusto Malta, 1906 (Fonte: Rio de Janeiro Aqui)

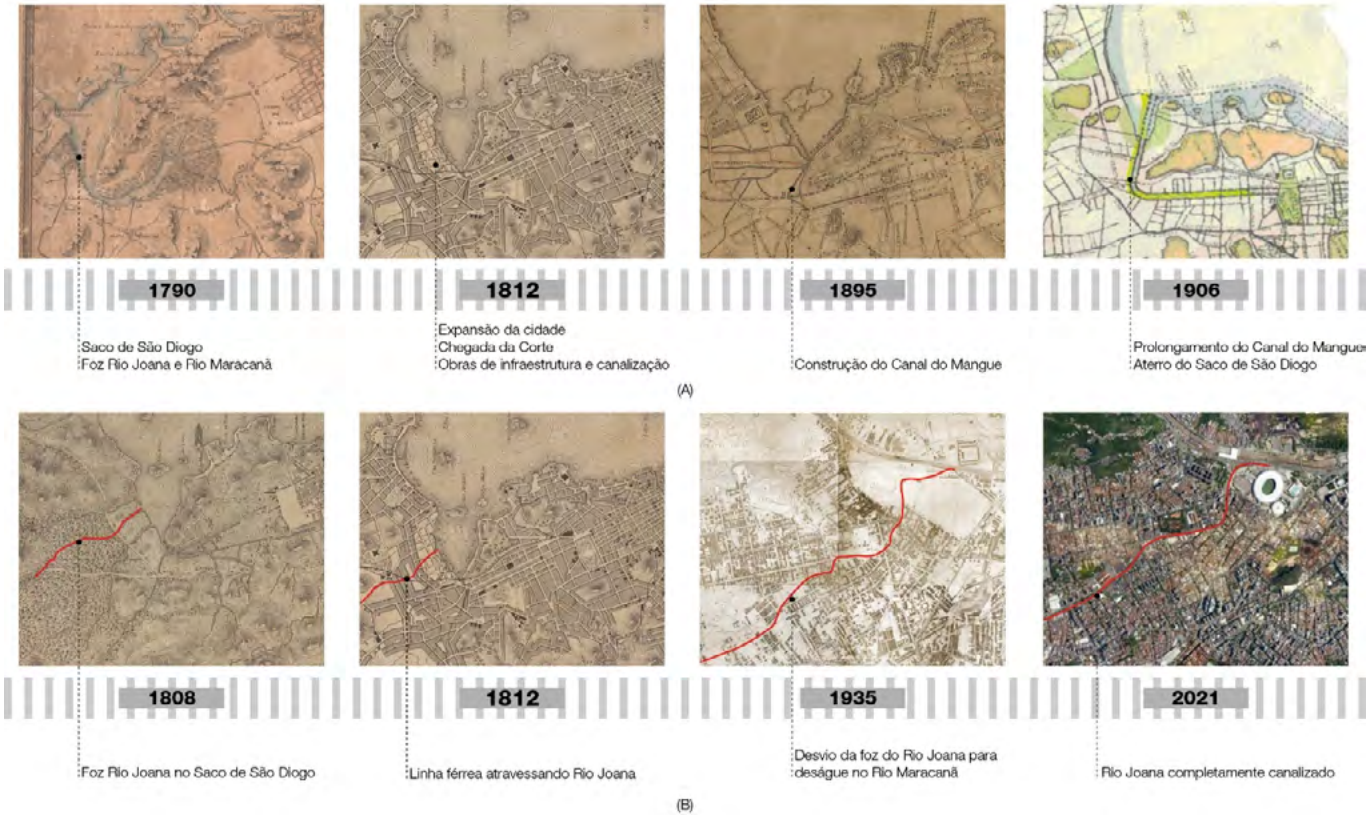


Figura 2: (A): Linha do tempo cartográfica (Fonte: Elaborado pelos autores com base em fontes Bulhões, 1790; Pimentel, 1812; e Rezende, 2018); (B): Linha do tempo cartográfica - Alterações do Rio Joana (Fonte: Elaborado pelos autores com base em fontes de Pimentel, 1812; AtlasRio, 1935; e Google Earth)

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. et al. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Revista UFMG,** v. 20, n.2, p.124-153, Belo Horizonte, 2013.

DHAKAL, K.P.; CHEVALIER, L.R.; Urban Stormwater Governance: The Need for a Paradigm Shift. **Environmental Management 57**, 1112–1124, 2016.

HERZOG, C. P.; **Cidades Para Todos** - (re)aprendendo a conviver com a Natureza. Revista LABVERDE, (6), 266-266. 2013.

KOZAK, D.; HENDERSON, H.; MAZARRO, A. C.; ROTBART, D.; ARADAS, R.; Blue-Green Infrastructure (BGI) in Dense Urban Watersheds. The Case of the Medrano Stream Basin (MSB) in Buenos Aires. **Sustainability**, 12, 2163, 2020.

MIGUEZ, M.G.; et al; **Drenagem Urbana**: do projeto tradicional à sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MORSCH, M. R. S.; MASCARÓ, J. J.; PANDOLFO, A.; Sustentabilidade urbana: recuperação dos rios como um dos princípios da infraestrutura verde. **Ambiente Construído.** v. 17, n. 4 , pp. 305-321, 2017.

SILVA, J. M. P.; MANETTI, C., & TÂNGARI, V.; Compartilhamentos e Unidades de Paisagem: Método de Leitura da Paisagem Aplicado à Linha Férrea. **Paisagem E Ambiente,** (31), 61-80. 2013.

VERÓL, A.P.; BIGATE Lourenço, I.; FRAGA, J.P.R.; BATTEMARCO, B.P.; LINARES Merlo, M.; MAGALHÃES, C. P.; MIGUEZ, M.G.; River Restoration Integrated with Sustainable Urban Water Management for Resilient Cities. **Sustainability** 12, 4677, 2020

A PAISAGEM ARQUETÍPICA NA RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E MEIO.

LT 336

Flora Oliveira de Souza Cardoso [1], Francisco Xico Costa [2]

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB; flora.cardoso@academico.ufpb.br.
[2] Docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB; xicocosta2001@gmail.com.

Palavras-chave: Paisagem histórica urbana; paisagem arquetípica; formas de apropriação.

Em 1987 foi produzida a Carta de Washington, que é considerada um marco para a preservação do patrimônio urbano por abordar a salvaguarda das Cidades Históricas ou Centros Históricos. Nela se indica que todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história, ou seja, todas as cidades são históricas (ICOMOS, 1987). Os sítios históricos urbanos, desde então, tiveram nesta Carta o fortalecimento de uma ideia mais abrangente, na relação entre sujeito e meio. Ou seja, como nos apresenta Choay (2006), como totalidades singulares independentemente de seus componentes.

Entretanto, as políticas preservacionistas nem sempre contemplam a totalidade singular dos sítios históricos urbanos, levando na maior parte dos casos a uma apropriação e espetacularização de suas estruturas na perspectiva de objeto de consumo, fortemente responsáveis por gerar exclusão social (VARGAS & CASTILHO, 2015). Uma abordagem contemporânea que tenta atuar em áreas antigas em sua totalidade é o conceito de paisagem histórica urbana, definida como “a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de ‘centro histórico’ ou ‘ensemble’ para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica” (UNESCO, 2011, p.3).

Mas apesar das atualizações de posturas preservacionistas, ainda se percebe um descolamento entre conceito e prática, o que pode derivar de uma idealização da forma contida nos instrumentos de preservação dos sítios históricos urbanos. A noção de paisagem arquetípica aponta para as origens de tal idealização, que é impulsionada por uma elite cultural, literária e/ou artística de um determinado grupo social, que desenvolve uma metáfora e a difunde para toda a sociedade (NOGUÉ, 2008). Há um sentimento de divórcio entre as paisagens que imaginamos e aquelas em que vivemos, uma crise de representação onde as paisagens de referência são transmitidas de geração em geração através de canais diversos como a pintura, a fotografia, os cartões-postais, entre outros meios de comunicação social (NOGUÉ, 2010).

A noção de paisagem arquétipo é tradicionalmente associada a contextos naturais, onde os elementos principais sofreram pouca ou nenhuma intervenção humana, em muitos casos de caráter paisagístico, como por exemplo o arquétipo paisagístico inglês (IFLA EUROPE, 2015). Entretanto, ao transportar tal noção para áreas urbanas se percebe uma ideologia da forma urbana inserida nas políticas patrimoniais, onde o ideal de centro ou cidade histórica deriva das paisagens arquetípicas europeias, o que não possui legitimidade para outros contextos, como o brasileiro ou mesmo o amplo contexto latino-americano. É preciso, portanto, compreender que estes documentos internacionais guiam intervenções a partir de idealizações arquetípicas, sendo necessário decifrar seus conteúdos, de uma forma crítica, fundamentando assim uma ideia de preservação dos sítios históricos urbanos a partir da relação abrangente entre sujeito e

meio. Porque se a contemplação da verdadeira paisagem contemporânea é muitas vezes tingida por uma idealização (NOGUÉ, 2010), sua preservação também. Neste artigo, portanto, trazemos uma contribuição ao entendimento deste processo e de que maneira é possível superar estes estereótipos e idealizações, interpretando o território a partir das apropriações dos que neles habitam.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

ICOMOS. Carta de Washington (1987). In: CURY, Isabelle (Org.) **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

IFLA EUROPE. **Landscape archetypes, lessons for the future** - Yearbook 2015. International Federation of Landscape Architects EUROPE, General Assembly. Lisboa, 2015

NOGUÉ, Joan. **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008.

NOGUÉ, Joan. El retorno al paisaje. In: **Revista Enrahonar** 45, (123-136), 2010.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções urbanas em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri-SP: Manole, 2015.

UNESCO. **Recomendações sobre a paisagem histórica urbana**. Sintra, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE PARA CIDADES MAIS HUMANIZADAS: QUATRO VILAS DE ITAIPÚ

LT 337

Juliana Rammé, Silvia Pina, Karen Lorena Aquino de Mendez [1]

[1] Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNILA; julianaramme@gmail.com.
[2] Faculdade de Engenharia Civil, UNICAMP; smikami@unicamp.br.
[3] Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP; karena255@windowslive.com.

Palavras-chave: Espaço público; Morfologia urbana; Humanização; Habitação operária; Itaipú.

Diversos estudos de morfologia contemporânea enfocam a relação entre a forma urbana e a urbanidade (ELIAS, BEIRÃO, 2017), independentemente se é de boa qualidade ou não. No entanto, o conjunto do ambiente construído é diverso e complexo, uma vez que englobam a estrutura, formação e transformação urbana, mas devem ser compreendidos incorporando os usos, as atividades e a cultura humana do seu cotidiano (KROPF, 2014; SENNET, 2018). Uma teoria recorrente sobre urbanidade é que seu conceito está relacionado com as interações que acontecem entre pessoas diferentes nos espaços públicos e coletivos, assim como a noção de que essas interações podem ser impulsionadas ou repelidas, dependendo da estrutura físico-espacial existente. A urbanidade é, portanto, um atributo utilizado para caracterizar determinado espaço urbano, com o objetivo de compreender como os padrões morfológicos da paisagem urbana, seus processos de formação e transformação, juntamente com os usos e atividades cotidianas que regem a vida pública e, por consequência, na interação de pessoas de diferentes classes, raças, gêneros e práticas sociais (RAMMÉ, 2020). Nesse sentido, a urbanidade deve ser analisada a partir de uma abordagem qualitativa, tendo o espaço público e coletivo como palco central para sua caracterização. O objetivo deste artigo é apresentar a caracterização da urbanidade em quatro territórios habitacionais distintos que compõem as Vilas de Itaipu, planejadas e construídas pela Itaipu Binacional no Brasil e no Paraguai, no final da década 1970. Os territórios selecionados foram as Vilas A e C na cidade de Foz do Iguaçu e as Áreas 4 e 6 em Cidade do Leste, no Paraguai. Esta seleção se justifica pela importância que tais territórios apresentam no desenho e na expansão urbana das cidades onde foram implantados, bem como pela diferença nos seus padrões morfológicos, desde sua origem até os dias atuais. Para caracterizar a urbanidade se utiliza da metodologia apresentada por Rammé e Pina (2020), que considera a compreensão dos principais processos de expansão urbana e a identificação das Regiões Morfológicas, a partir de Conzen (1960), como base para caracterização da urbanidade. Para esta análise, são considerados seis elementos que condicionam a urbanidade: (i) densidade urbana, (ii) articulação do tecido urbano, (iii) diversidade de uso e ocupação do solo, (iv) relação entre espaço público e privado, (v) distâncias intraurbanas e (vi) uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos (Rammé, 2020). O mapeamento realizado das atividades cotidianas aponta que os espaços públicos e coletivos localizados em estruturas urbanas com baixa densidade urbana, fraca articulação no sistema viário, com falta de diversidade de uso e de ocupação do solo e longas distâncias urbanas entre os equipamentos públicos urbanos, refletem pouca ou nenhuma interação entre diferentes pessoas (Figura 1). Ainda, que a diversidade de uso do solo seja o principal fator que impulsiona a apropriação das pessoas, a sua existência depende

fortemente dos demais elementos, principalmente, da articulação do tecido urbano. Por fim, destaca-se a importância de planejar e pensar as cidades considerando a adaptação dos padrões morfológicos existentes às atividades cotidianas da população local, sob o conceito amplo de urbanidade, complementando outros estudos das manifestações morfológicas dos tecidos urbanos (HOLANDA, 1993). A construção de cidades mais humanizadas, inclusivas, acessíveis e seguras, corroborando com o objetivo 11.7 da Agenda 2030, requer que os espaços públicos e coletivos sejam, de fato, adequados à consolidação da esfera da vida pública.

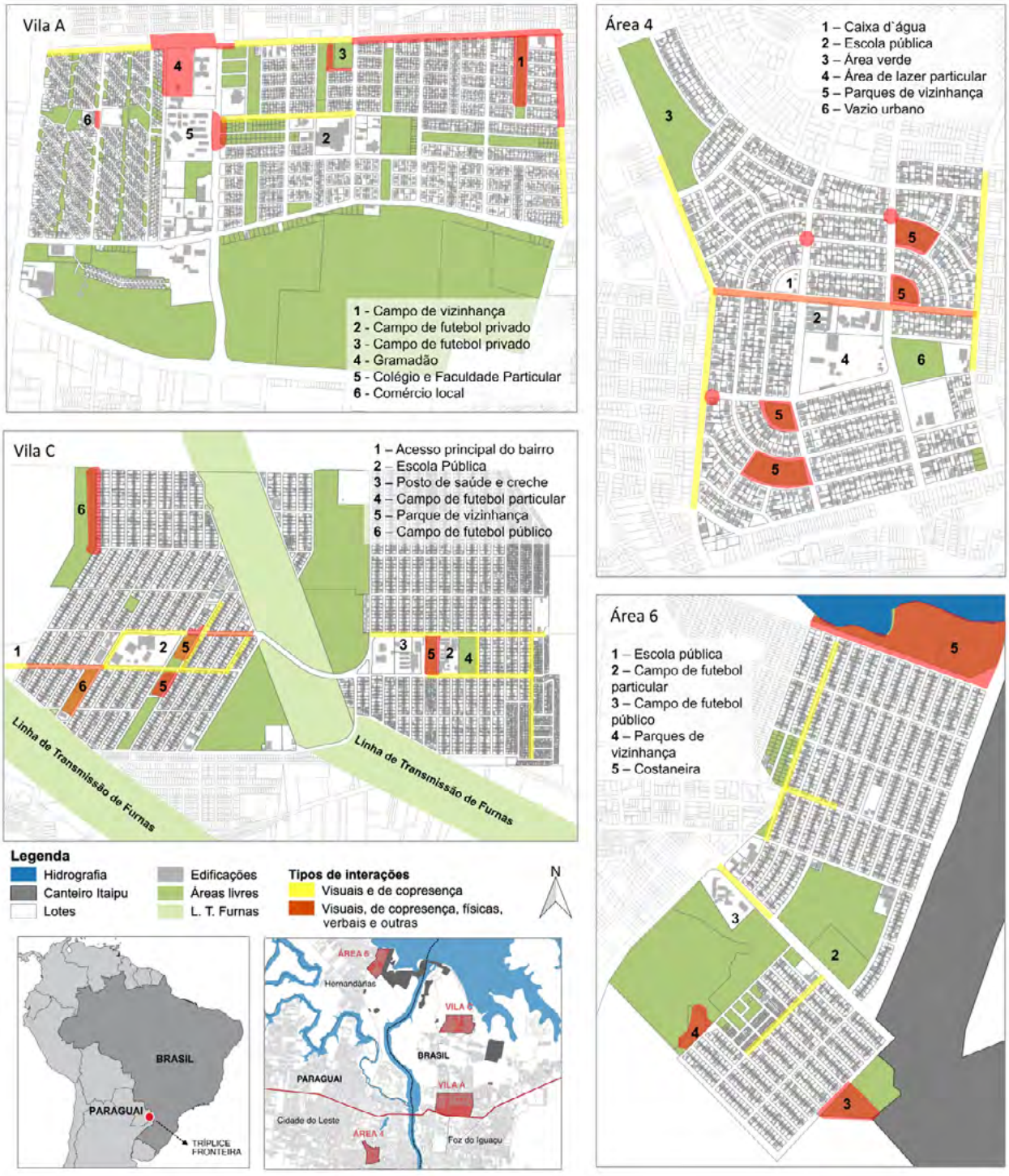


Figura 1: Síntese mapeamento dos elementos que caracterizam a urbanidade em 4 Vilas de Itaipú. Fonte: as autoras, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019) e Rammé (2020.

REFERÊNCIAS

CONZEN, Michael Robert Günter. **Alnwick Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers: London, 1960.

ELIAS, S.; BEIRÃO, J.N. As relações determinantes entre forma urbana e urbanidade. In: SiGradi 2017, Conceoción, Chile. **Anais XXI Congreso de la Sociedade iberoamericana de grafica digital 2017**. Disponível em: http://papers.cumincad.org/data/works/att/sigradi2017_088.pdf

HOLANDA, Frederico de. **Dimensões morfológicas do processo de urbanização**: o aspecto da apropriação social dos lugares. Brasília: UnB, 1993. Mimeo.

KROPF, K. (2014) Ambiguity in the definition of built form. **Urban Morphology**, v. 18, n. 1, p. 41-57. Disponível em: http://www.urbanform.org/online_public/2014_1.shtml.

RAMMÉ, Juliana; PINA, Silvia. Caracterização da urbanidade pela morfologia urbana: uma proposta metodológica. In: Morfologia Urbana: Identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na era digital, 2020, Lisboa. **Anais da 9ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana PNUM 2020**, no prelo.

RAMMÉ, Juliana. **A compreensão da urbanidade pela morfologia urbana: as vilas de Itaipu**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo: Campinas, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/343410.

SENNETT, R. **Construir e Habitar**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

O VERMELHO E O VERDE: CIDADE LINEAR NAS ADMINISTRAÇÕES SOCIALISTAS DO ENTRE-GUERRAS EUROPEU.

LT 338

Guilherme Bueno [1]

[1] Doutor em Artes Visuais, EBA-UFRJ. Professor da Escola de Belas Artes da UFMG. Professor colaborador do PPGARTES-UERJ e pesquisador do Laboratório de Narrativas em Arquitetura (LANA) – PROARQ-FAU-UFRJ; gbuenopuc@gmail.com; buenog@ufmg.br

Palavras-chave: cidade linear; cidade jardim; arquitetura e urbanismo: vanguardas européias; arquitetura e urbanismo: anos 1920-30.

Qual nossa impressão da cidade moderna? “O resultado estava mais para uma necrópole do que para uma metrópole, uma paisagem estéril de asfalto e cimento, desumana em todos os aspectos”, diz Ludwig Hilberseimer numa autocrítica aos seus projetos de 1927. Apesar das porcentagens, projeções e maquetes de Le Corbusier para a Ville Radieuse, e da reivindicação por áreas verdes de vários outros arquitetos, o espaço moderno é lembrado como uma distopia asséptica.

Mas a possibilidade de a cidade moderna optar por ser verde era desde o final do século XIX o objeto de estudos como a “cidade jardim” de Ebenezer Howard, e a “cidade linear”, de Arturo Soria y Mata. Discutiremos a reconfiguração do paisagismo em projetos na República de Weimar e no Leste Europeu nas décadas de 1920 e 30, enfocando aqueles patrocinados por administrações socialistas. A paisagem, compósito entre natural e industrial, enfatiza o sentido cultural de sua experiência, por exemplo, nos desenhos de cidade linear por Nikolai Miliutin – Nijny Novgorod (fig.1) – e de uma cidade verde, por Mikhail Barshch e Moisei Guinzburg (fig. 2), ambos de 1930. Lidando com um leque de variáveis que vai da requalificação de cidades industriais existentes a implantação de outras tantas, todas respondem ao exemplo de Gary, Indiana (EUA). Fincadas oposições como cidade capitalista x cidade socialista (aqui tomado o termo genericamente) e metrópole x cidade industrial, “admitidamente, a metrópole moderna requer uma combinação racional do princípio ‘americano’ de centralização [...]com o princípio europeu das cidades jardins [...]”, segundo Karel Teige. Nossas hipóteses derivam da conexão enfeixada de espaços descentralizados e intersticiais, materializando especulativamente em micro escala o protótipo de internacionalização. Os princípios de sociabilidade e identidade do jardim têm suas nuances explicitadas no ambiente da I Guerra – “Karl Heicke, editor [da revista] Die Gartenkunst, [...] pedia aos seus leitores para considerar a relação em projetos de jardins entre a Alemanha e os países estrangeiros [e] advertia-os acerca de uma adesão muito forçada a modelos estrangeiros”, pois, citando-o “nossos jardins precisam ser alemães, pois nosso jardim precisa expressar o caráter germânico em todos os sentidos” (SCHNEIDER, 2000, p. 70) – e são reconfigurados na cidade linear jardim do Entre-Guerras. Despidas das alegorias de outrora, as funcionais áreas verdes aludem a extinção da propriedade privada: suas unidades habitacionais encaixadas umas às outras, paralelas às vias e à faixa de vegetação tornam a “horizontalidade” do terreno e do skyline um elemento formalmente simbólico de serialidade e igualdade, como no projeto de Barshch e Ginzburg. Como hipóteses subsidiárias temos: (a) essa cidade deriva de uma junção de Howard, Soria y Matta e fontes como Das Englische Haus, livro de Hermann Muthesius (NYBERG, 1992 e SCHNEIDER); (b) a “nova” cidade linear, sendo uma cidade industrial, diferencia-se de suas referências originais; (c) pragmatismo e simbolismo se equivalem nela.

Analisamos a seleção de desenhos, fontes primárias e comentaristas pela abordagem iconológica de Panofsky: (1) cotejando-os com a pintura abstrata; (2) transpondo por analogia a comparação feita por ele entre o jardim francês e o jardim inglês para a cidade-jardim inglesa e a cidade "socialista". Entre a pressão dos fatos e a arquitetura de papel, deslocamo-nos da leitura utópica em prol da circunstância histórica atravessada por crenças, apostas e realizações.

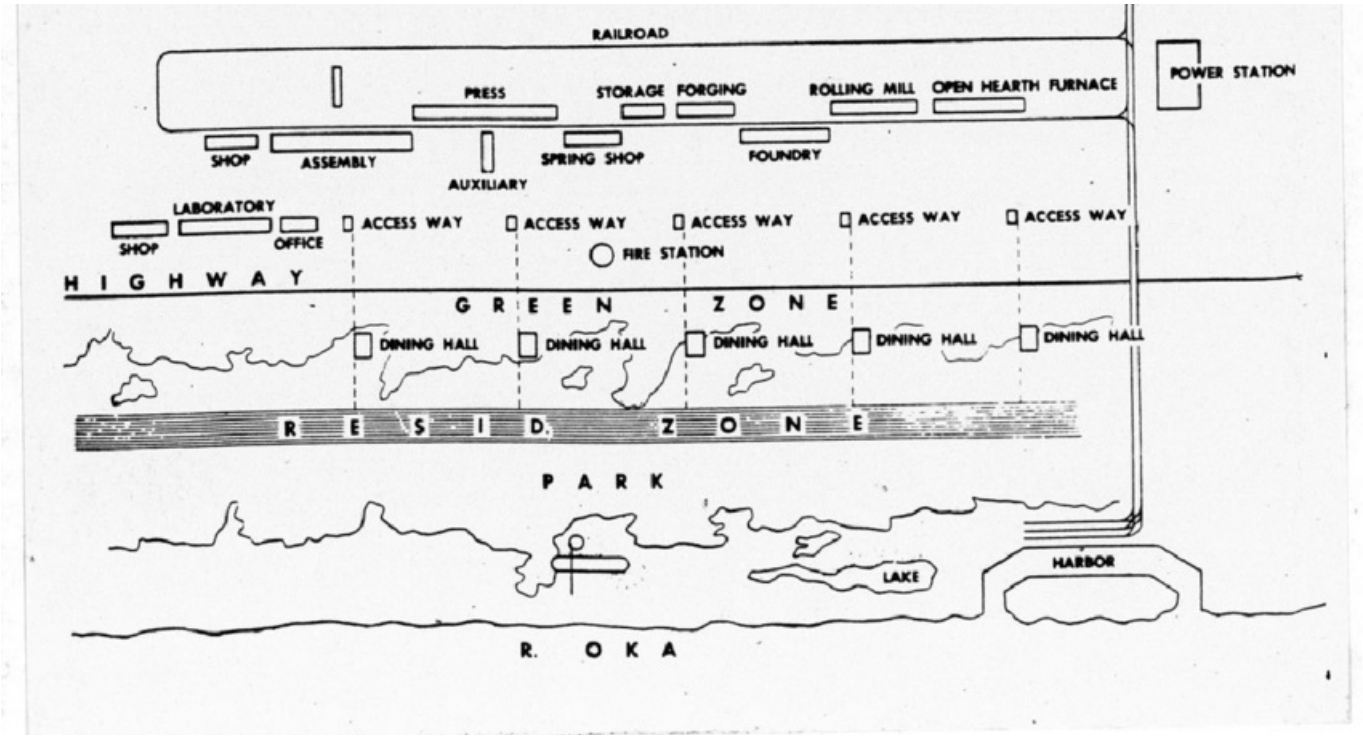


Figura 1: Nikolai Miliutin. Cidade Linear, projeto, Nijny Novogorod (antiga URSS), 1930. Fonte: MILIUTIN, 1930 (tradução das legendas: Arthur Sprague, 1974).

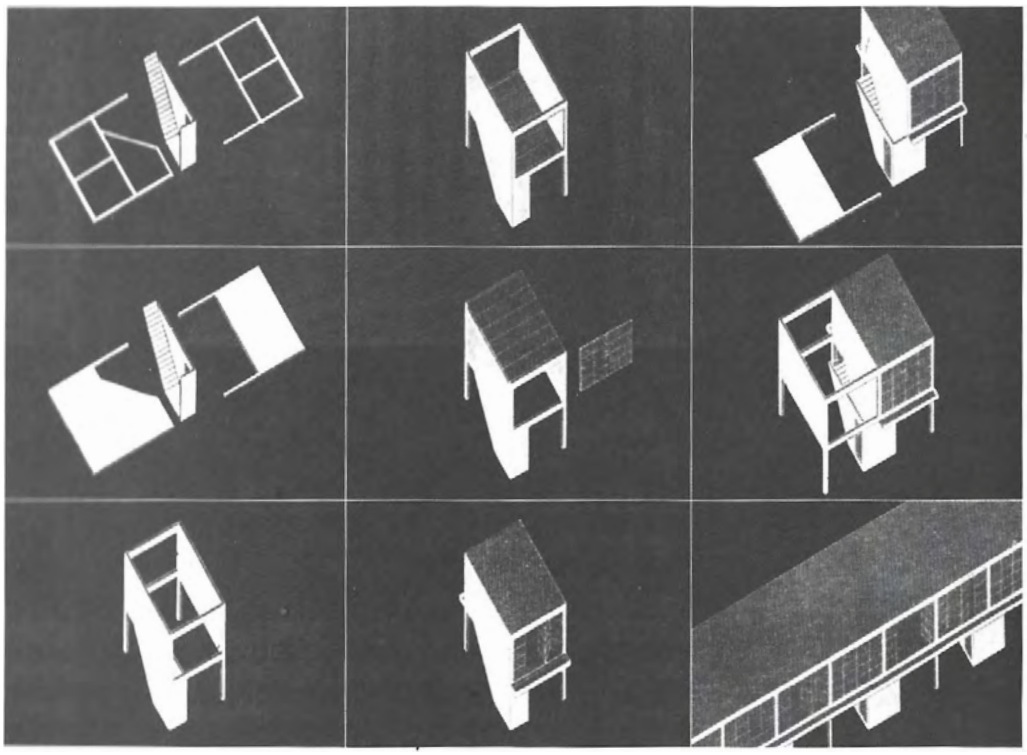


Figura 2: Mikhail Barshch e Moisei Guinzburg. Cidade Verde. Projeto de célula habitacional, processo de montagem a partir de elementos estandardizados, 1930. Fonte: KHAN-MAGOMEDOV, 2009.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, Hilarión Gonzales del. **Ciudades Jardines y Ciudades Lineales**. Madri: Imprenta de la Ciudad Lineal, 1913.

COHEN, Jean-Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

AAVV. **Das Neue Frankfurt. Internationale Monatschrift**. Frankfurt am Main: Verlag Englert und Schlosser, 1926-1931.

FISHER, Axel. Planning the Capital City of a 'Community of Fortune' in the Soviet Far-East: Hannes Meyer's Scheme for the Jewish Autonomous Oblast of Birobidzhan (1933-34). In: **15th International Planning History Society Conference**.

HILBERSEIMER, L. **Entfaltung einer Planungsidee**. Berlim: Verlag Ullstein, 1963.

HNÍDKOVÁ, Vendula. Lost in Translation? The Idea of the Garden Cities and its Migration to the Czech Lands, 1900-1938. In: **Art east/central,** v. 1, 2021, p. 77-104.

HOWARD, Ebenezer. **Garden Cities of Tomorrow.** Cambridge: MIT Press, 1965.

KHAN-MAGOMEDOV, S.O. **Mikhail Barshch**. Moscou: Heritage Preservation Foundation Russian Avantgarde, 2009.

MILIUTIN, N.A. Sozgorod. Moscou: Gozydarstvennoe Izdatelstvo, 1930.

NYBERG, Folk. From Baukunst to Bauhaus. In: **Journal of Architectural Education**, Vol. 45, No. 3. Londres: Taylor & Francis, Maio 1992, pp. 130-137.

PANOFSKY, E. The Ideological Antecedents of the Rolls-Royce Radiator. In: Three Essays on Style. Cambridge: MIT Press, 1995, pp. 127-163 (originalmente publicado em: Proceedings of the American Philosophical Society, n. 107, 1963, pp. 273-288.

SCHNEIDER, Uwe. Hermann Muthesius and the Introduction of the English Arts & Crafts Garden to Germany. In: **Garden History**, Vol. 28, No. 1, Reviewing the Twentieth-Century Landscape (Summer, 2000), pp. 57-72.

TEIGE, Karel. **Modern Architecture in Czechoslovakia**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2000.

_____. **Zahradní města nezaměstnaných**. Praga: Magda Pavlová, 1933.

O USO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO MOTIVADOR DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

LT 339

Thaís Conceição Feitosa Almeida [1]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-IFF), Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e suas Tecnologias; thaiscfalmeida@gmail.com.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico; requalificação; permanência.

A transformação da paisagem dos Centros Históricos a partir da modernização urbana incidiu na modificação do caráter de uso do sujeito que ocupa esses locais e, por conseguinte, agiu na desvalorização com prejuízo na preservação de Obras Culturais. Nesse sentido, se afirma a necessidade de restaurar o Patrimônio Arquitetônico, de modo a restabelecê-lo “em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” para aderi-lo ao espaço-tempo atual (DUC, 2006, p.29). Logo, o conceito de restauração compreende o objeto, os usuários e o meio o qual esse se relaciona. Isso porque, a reabilitação de edificações “é considerada uma intervenção urbana, pois gera impacto no espaço público como um todo” (BONDUKI, 2010, p. 16). Ou seja, a atribuição de valor por meio da composição do bem na morfologia urbana junto a ressignificação dos usos requalifica a arquitetura e todo entorno. Assim, o objeto de estudo deste trabalho é o bem localizado na Av. Nelson de Souza Oliveira (Beira Rio), no Centro Histórico de Campos dos Goytacazes/RJ (Figura 1). Esse locus garante relevância por ser o primeiro centro local, por ter expressiva gama de edificações históricas, além dos usos que não se perderam totalmente. Entretanto, a área apresenta infraestrutura inadequada, Patrimônios degradados e subutilizados, desvalorização e desconhecimento dos mesmos, além do caráter de uso dos cidadãos, por vezes, se apresentar como passante e não permanente (ALMEIDA, 2019). Então, o objetivo desta pesquisa foi desenvolver um anteprojeto de restauro, além da proposta de intervenção no entorno imediato a fim de gerar a permanência dos usuários nessa localidade. A estratégia se baseou em métodos qualitativos com análise bibliográfica; análise documental da história e legislação local; pesquisa de campo com questionários semiestruturados; observação por meio de levantamentos e fotografias; diagnóstico do meio (Figura 1); caracterização do objeto de estudo (Figura 2) e desenvolvimento projetual. A análise foi realizada segundo os elementos da imagem urbana: pontos nodais e referenciais, vias, limites e bairros (LYNCH, 1960). As vias compreendem a Av. Nelson de Souza Oliveira e a R. Marechal Floriano, onde ambas possuem fluxo veicular intenso e a Beira Rio compreende alta intensidade de pedestres. Se observa pouca conservação de suas calçadas e a quantidade insuficiente de mobiliários urbanos. O Rio Paraíba do Sul se torna limite por meio de margens pouco convidativas à permanência e utilizado, sobretudo, como um lugar de espera de ônibus. O bairro denominado Centro tem por característica grande concentração de comércio e serviços e pouco uso residencial. Os Pontos nodais considerados são os cruzamentos das vias, já os referenciais são os pontos marcantes. Ademais, esse diagnóstico conta com o Patrimônio Arquitetônico Eclético estudado e caracterizado (Figura 2). O desenvolvimento do anteprojeto de restauro partiu da identificação das patologias através do mapa de danos das fachadas (Figura 2), tendo como base a intervenção equilibrada caracterizada pela repetição, unificação e cores, mas nunca agindo para “falsificação”

da obra (DUC, 2006). Desse modo, a intervenção proposta na obra junto ao entorno é advinda da necessidade da valorização do prédio e integração desse com o cenário urbano a fim de motivar o uso e a permanência de todo local. Se considera que o Patrimônio Edificado é inseparável do meio, assim, o trabalho poderá contribuir para reflexão e valorização da Zona Histórica como Patrimônio Urbano.

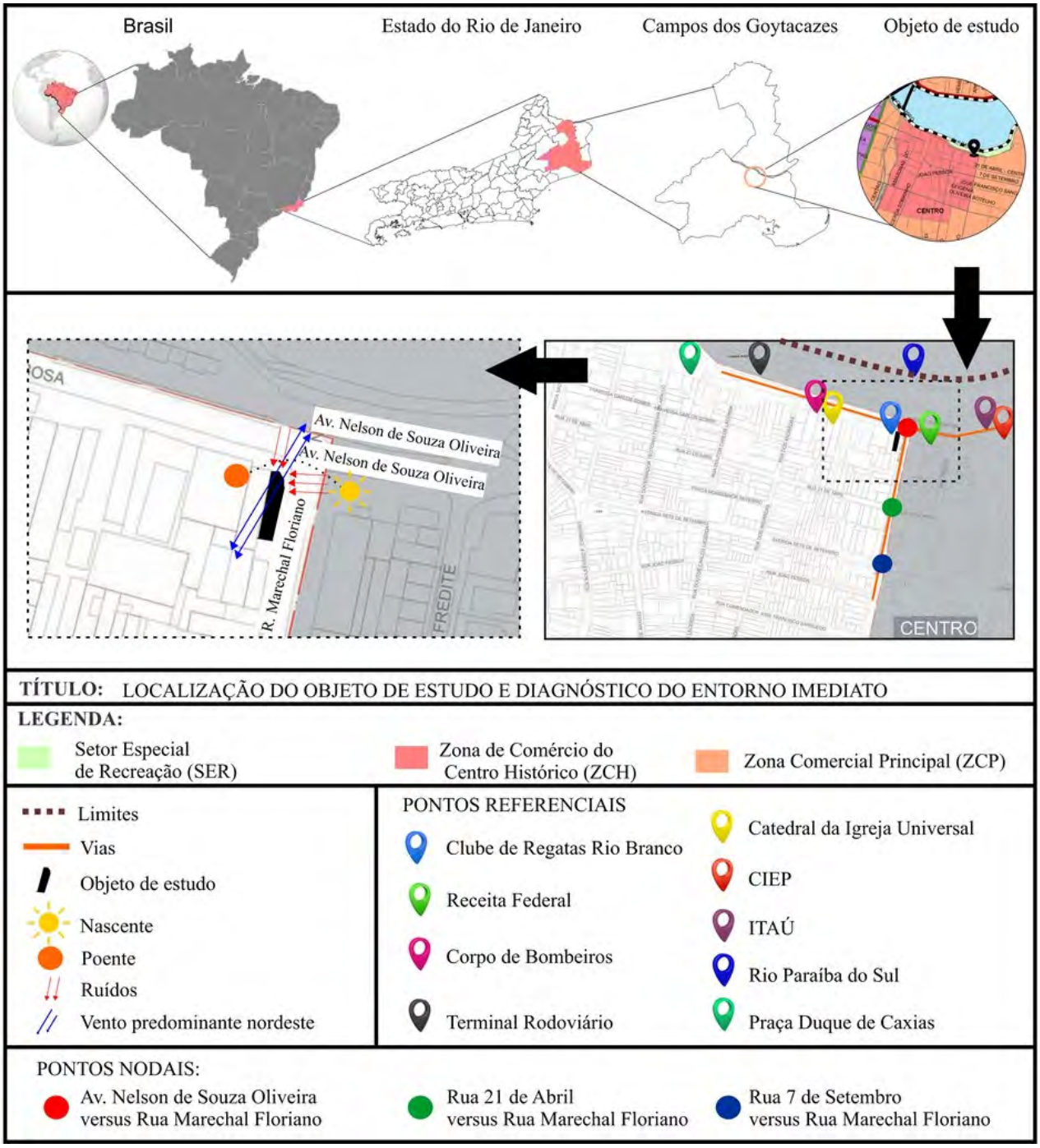


Figura 1: Localização do objeto de estudo e diagnóstico do entorno imediato. Fonte: ELABORADO PELA AUTORA, 2022 com dados do Mapa de Zoneamento do Anexo III da Lei 0016/2020 e Almeida (2019).

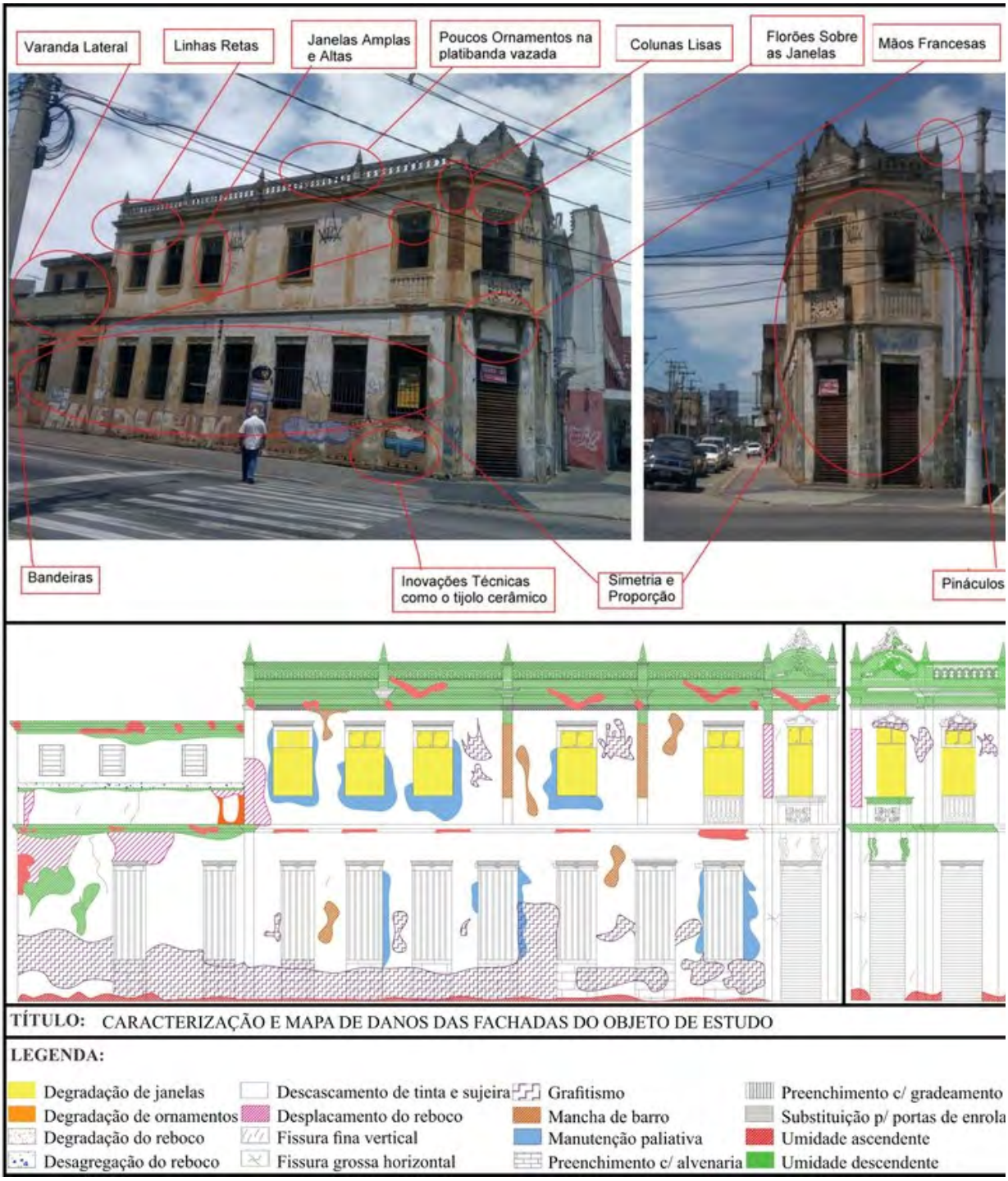


Figura 2: Caracterização e mapa de danos do objeto de estudo. Fonte: ELABORADO PELA AUTORA, 2022 com dados de Almeida (2019).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thaís Conceição Feitosa. **O patrimônio arquitetônico como motivador da requalificação do entorno urbano no centro histórico de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes. IFF. 2019. Disponível em: <http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/simplesearch?query=almeida%2C+tha%C3%ADs> Acesso em 14 de janeiro de 2022.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas:** na Recuperação de Centros Históricos. IPHAN. Programa Monumenta. Brasília. 2010.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Complementar N° 0016.** Lei de Uso e Ocupação do Solo. 2020.

DUC, Viollet Le. **Restauração**. 4ª Edição. Editora: Ateliê Editorial. 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Editora: WMF Martins Fontes, 1960.

CIDADES PEQUENAS BRASILEIRAS: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA URBANA E DO MEIO AMBIENTE

LT 340

Maria Lis Paula de Moraes dos Santos [1], Danielly Cozer Aliprandi [2]

[1] Mestranda em Arquitetura Paisagística PROURB/FAU/UFRJ; maria.moraes.arq@gmail.com.
[2] Doutorado em Arquitetura pelo PROARQ/FAU/UFRJ; daniellyalip@gmail.com.

Palavras-chave: paisagem; memória; cultura; cidades pequenas

Este trabalho é fruto do reconhecimento da necessidade de olhar para as pequenas cidades brasileiras como fundamentais para a resiliência cultural das identidades dos povos, da memória urbana e da conservação da paisagem. Um dos maiores desafios do século XXI é identificar os processos de ocultação das identidades culturais expressas nas paisagens e suas reverberações na composição e uso das cidades. A influência da globalização na produção do espaço, no ordenamento dos territórios e na composição das paisagens promove uma homogeneização das práticas culturais e consequentemente a desvalorização do passado e da memória urbana. Nessa pesquisa a cultura é vista de forma mais abrangente, considerando-se seus aspectos físicos e simbólicos, sendo ela o produto de relações ambientais, das relações espirituais e econômicas. Desta forma, entende-se cultura como o reflexo da acumulação da comunicação dos povos, ou seja, da forma que as pessoas se relacionam entre si e com o meio ambiente onde vivem. Contudo, muito se discute sobre as paisagens e formas urbanas dos grandes centros e suas zonas de conflitos, de fato são locais onde as tensões são muito mais agravantes que em cidades menores, mas não se pode deixar de olhar para as pequenas cidades como locais de grandes potencialidades culturais e ambientais, principalmente por a maioria das cidades no brasil serem de pequeno porte e apresentarem cultura ruralistas onde se tem, a partir da relação com a terra, importantes reverberações socioculturais. Segundo IBGE (2010) apud Fernandes (2018), existem no país diversos municípios criados desde a colonização até o século passado, a maioria deles são considerados de pequeno porte. O objetivo do trabalho é, portanto, refletir sobre a dinâmica de formação cultural das paisagens das pequenas cidades brasileiras, com foco na cidade de Conceição de Macabu, localizada no Norte Fluminense. Como estratégia de pesquisa, foram utilizadas análises bibliográficas sobre a formação dessa cidade, identificando seus hábitos, costumes, povos nativos e como a relação entre eles influenciam na paisagem (Figura 1).

Foram realizadas entrevistas com seus moradores e pesquisadores, como forma de compreender a história e as perspectivas sobre a cidade, nela foi constatado que a maioria da população carece por espaços que valorizem a memória da cidade e seus recursos ambientais que estão a cada dia mais degradados. Foi necessário a produção de análises para identificação de seus aspectos físicos e simbólicos dentro do perímetro urbano, além de mapas temáticos de análise, utilizando-se as ferramentas do Google Earth e imagens de áreas importantes do município como forma de compreensão dos reflexos culturais na produção das paisagens (Figura 2).

Desta forma, identificou-se que existe nas paisagens de pequenas cidades, grandes potencialidades para atuarem como veículos da valorização cultural e ambiental, da aproximação das pessoas com a sua história, com o meio ambiente de forma sustentável, contribuindo para a memória urbana através da gestão de seus valores materiais e imateriais, de forma

também a frear as reverberações negativas geradas pelo processo agressão social geradas pelas grandes cidades.



Figura 1: Análise dos recursos naturais e influências na história de C. de Macabu. Fonte: Elaborado pela autora com base no livro ABC de Macabu. Maio 2022



Figura 2: Análise das principais atividades culturais refletidas nos espaços da cidade de C. de Macabu. Fonte: Elaborado pela autora, Maio 2022

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Dr. Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia,** Barra do Garça, v. 8, n. 1, p. 13- 31, jan. 2018. Semestral.

GOMES, Marcelo Abreu. **ABC de Macabu:** topônimos, histórias e curiosidades de conceição de macabu. Macaé: Asm, 2019. 441 p. Disponível em: https://docplayer.com.br/181249663-A-b-c-de-macabu-toponimos-historias-e-curiosidades-de-conceicao-de-macabu.html. Acesso em: 10 maio 2022.

PATRIMÔNIO E DIREITO À MEMÓRIA: ESPAÇOS LIVRES E EDIFICADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

LT 341

Thaís Conceição Feitosa Almeida [1], Thaissa Da Silva Ferreira [2], Danielly Cozer Aliprandi [3]

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-IFF), Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e suas Tecnologias.
[1] thaiscfalmeida@gmail.com;[2] thaissafs1@hotmai.com; [3] daniellyalip@hotmail.com.

Palavras-chave: patrimônio histórico; direito à memória; direito à cidade

Este trabalho tem como objeto de estudo, a Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH) de Campos dos Goytacazes (Figura 1), município situado no norte fluminense. Notável em representação de arquiteturas históricas, berço de patrimônios materiais e imateriais. Apesar de tamanha riqueza cultural, Prata (2018) relata a falta de reconhecimento do cidadão campista pela cultura expressa pelos patrimônios edificados, que é revelado nas características da paisagem estudada, composto por solo densamente edificado, mas com muitas áreas residuais e grande número de edifícios de valor cultural em estado de degradação, subutilizados ou desocupados. A ZCH garante sua relevância por ser a primeira centralidade da urbe campista, estabelecida adjacente ao Rio Paraíba do Sul, elemento estruturador do espaço. Assim sendo, Lamego (1945, p. 164) afirma que “Campos é justamente uma destas ‘cidades naturais’. Só podia nascer ali”. E mesmo com o surgimento de outras centralidades, o local tem grande representatividade na história campista, além de importância no comércio especializado e na tradição de usos que não se perderam totalmente. Todavia, usos residenciais e a arte do relacionamento não são estimulados na configuração urbana do objeto de estudo. Dessa forma, esta pesquisa objetiva identificar as potencialidades dos usos dos espaços livres e edificados do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes e, sobretudo, gerar o diálogo entre patrimônio e direito à paisagem, prevendo para o local estudado as seguintes premissas: segurança e proteção: garantir a acessibilidade e segurança de pedestres por meio da iluminação, sinalização e acessibilidade, conferindo prioridade a eles e, assim, tornar a cidade mais amigável e humana; suporte à permanência e sentimento de pertencimento: melhorar a qualidade do espaço público e a possibilidade de permanência para fomentar a vida urbana; novos usos e atividades: conferir novos usos de entretenimento e acesso à cultura aos edifícios e espaços para acolherem manifestações culturais e artísticas. Para isso, a metodologia envolveu, além da pesquisa bibliográfica sobre direito à cidade e à paisagem, memória e pertencimento, e documental, sobre o local, a pesquisa de observação e mapeamento de leitura e diagnóstico de usos e funções do Centro Histórico da cidade, que culminou na síntese e proposição de diretrizes (Figura 2). Tendo os mapas como produto e suporte de análise, voltados para entender não só a materialidade, mas também a dinâmica do espaço urbano, foi possível compreender a relação entre o construído e a população, pois por vezes, o construído já não narra a história da civilização campista, acarretando no desconhecimento local e prejuízo no pertencimento. Se percebe também a quantidade de espaços livres de edificações sem uso e espaços residuais constituídos, em sua maioria, por estacionamentos, se tornando evidente que a política de mobilidade da cidade trata o veículo particular como prioridade. Estudar as características morfológicas e os usos da área histórico-central da cidade é uma tarefa inadiável, visto que constantemente o capital molda essa paisagem. Nesse sentido, foi possível por meio

dos diagnósticos realizados, a proposição de diretrizes a fim de demonstrar o potencial para apropriação e pertencimento local visto que esses fatores são preponderantes para afirmar o direito à paisagem. Logo, essas orientações envolvem a qualificação viária e urbana, além de ressignificação de áreas residuais mediante novos usos.

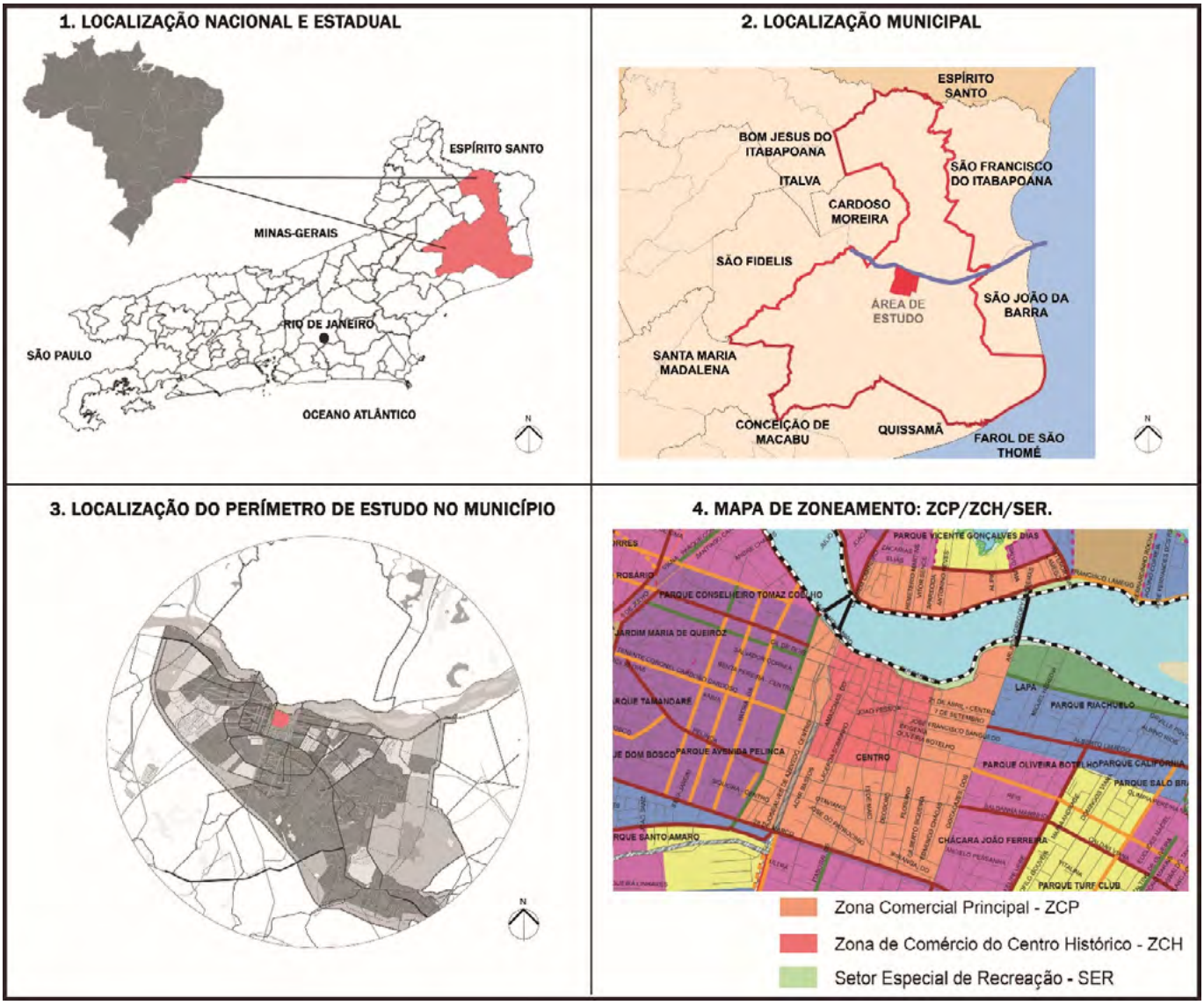


Figura 1: Mapa de Localização do Município de Campos dos Goytacazes e da ZCH. Fonte: Elaborado pelas Autoras, com dados de ANEXO III DA LEI 0016/2020, 2021 e geolocalização Google Earth,

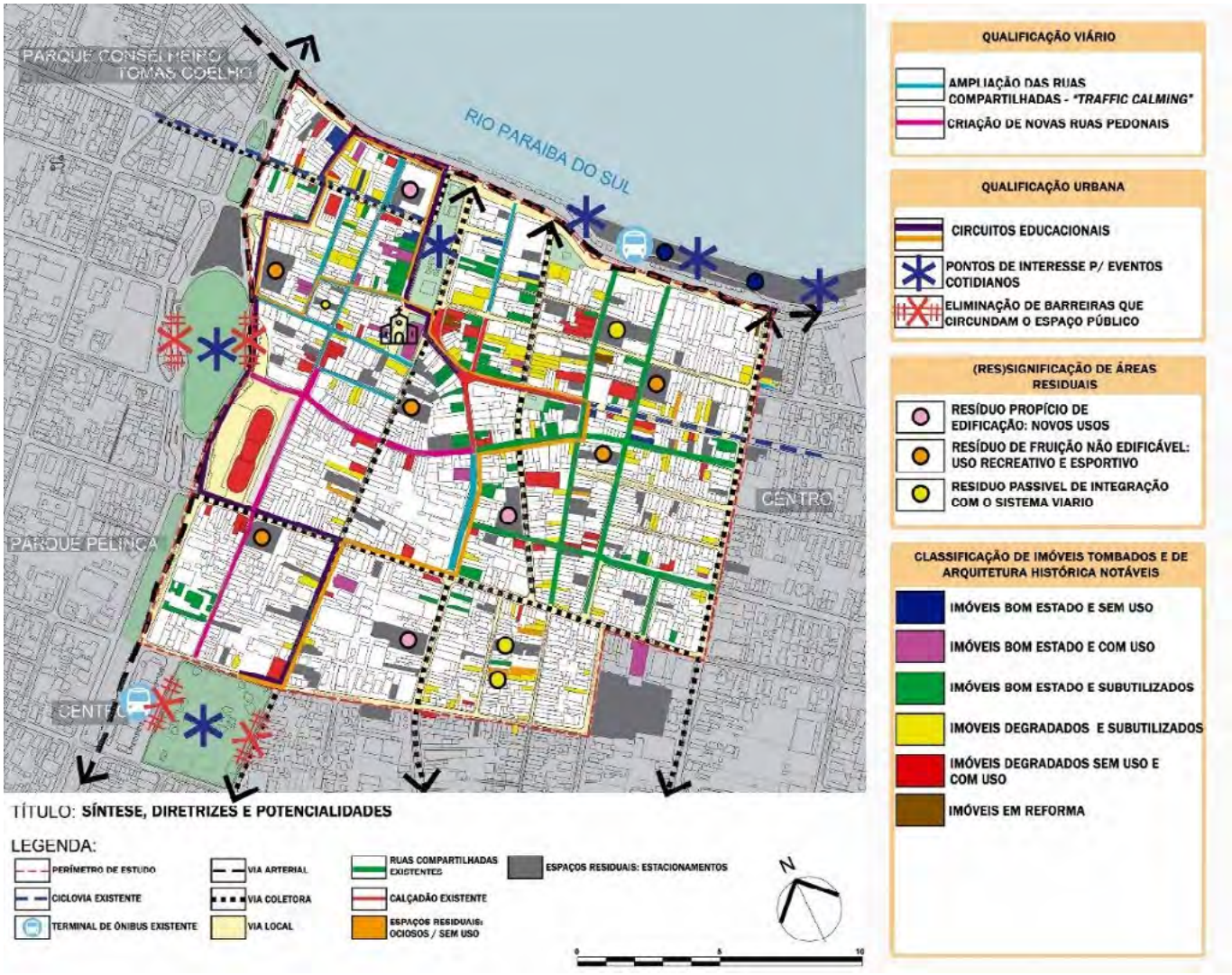


Figura 2: Mapa de Síntese, Diretrizes e Potencialidades. Fonte: Elaborado pelas Autoras com dados de Prata (2018); Oliveira (2020).

REFERÊNCIAS

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Complementar N° 0016**. Lei de Uso e Ocupação do Solo. 2020.

LAMEGO, Alberto Ribeiro (1945). O Homem e o Brejo. In. **Setores da Evolução Fluminense**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13016_v1.pdf> Acesso em 24/05/2021.

OLIVEIRA, Larissa Santos. **Parque Alberto Sampaio**: Reabilitação de área central com habitação de interesse social e praça em Campos dos Goytacazes/RJ. 2020. 144 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2020.

PRATA, Maria Catharina Reis. Queiroz. **O Coração da Cidade**: Memória e Identidade em Campos dos Goytacazes. 423 f. Tese (doutorado) - UFRJ / PROARQ / Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2018.

FORMAÇÃO URBANA DAS VILAS DA CAPITANIA DO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO PORTUGUESA E DA ESPANHOLA. LT 342

Mara Lopez Côrtes [1], Fernando Perinazzo Rambo [2], Kellen Melo Dorileo Louzich [3]

[1] Licenciatura de História, UFMT (em andamento), graduação de arquitetura e urbanismo, UNIC (finalizada em 2018), Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico, UFMT (em andamento); arquitetamaralopes@gmail.com.
[2] Graduação em arquitetura e urbanismo, FAUUFMT (em andamento); fernandoprambo@gmail.com.
[3] Graduação em arquitetura e urbanismo, FAUUFMT (finalizada em 2018), Mestrado em arquitetura e urbanismo, PósArq-UFSC (finalizada em 2021); kellendorileo@gmail.com.

Palavras-chave: Fronteira do Guaporé; Sociedades Ameríndias; Coroa Portuguesa; Coroa Espanhola.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo de determinada sociedade e suas relações socioespaciais nos deparamos com a necessária pergunta “Por que e como nasce uma cidade?”. Olhar para o passado nos permite compreender como as relações humanas vão sendo estabelecidas em determinada espacialidade ao longo do tempo, as relações de poder e disputa da qual ela é palco, e, principalmente, como certas mentalidades são materializadas espacialmente e perduram no tempo, sendo reproduzidos até os dias atuais. Neste trabalho nos propomos a estudar a formação urbana de duas Vilas da Capitania do Mato Grosso, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, fundada em 1727, e Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada 1752. Ambas as Vilas são marcos históricos da expansão territorial da Coroa Portuguesa sobre os domínios da Corroa Espanhola e fundamentais para o redesenho das fronteiras no século XVIII, porém, apresentam dois padrões diferentes de construção das cidades utilizados por Portugal. O processo de expansão territorial, que culminou no surgimento das novas vilas do século XVIII, assumiu o caráter predatório das territorialidades dos povos originários, na porção mais a Oeste da colônia, em terras espanholas. Segundo Carlos Rosa, para a Coroa Portuguesa “conquista e a colonizar eram práticas de “tomar” espaço, de “produzir” espaço, de especializar-se” (ROSA, 2003 p. 11), dizimando, expulsando e escravizando povos. A territorialidade Bororo, situada na região dos afluentes (do posteriormente) denominado Córrego da Prainha, foi desterritorializada para dar lugar a Villa Real do Bom Jesus do Cuyabá. A descoberta de minério foi o principal estímulo para a fixação das Bandeiras Paulista no começo do século XVIII. As primeiras bandeiras, que tinham por intuito apresar os gentios, ou negros da terra, acabou se deparando com as jazidas de ouro (de aluvião) no Coxipó da Ponte, território que era dos Paiaguás e dos Coxiponés, antes de 1719. Tempos depois, em 1721, os índios cativos de Miguel Sutil acabam encontrando ouro nas margens do Córrego da Prainha. A descoberta do mineiro é a centelha propulsora para uma nova onda de reterritorialização e o fomento para a construção de uma Política Portuguesa de Fronteira. A espacialização Portuguesa estava pautada na conformação e adaptação ao relevo, assumindo um traçado urbano mais orgânico, onde as ruas acompanham a sinuosidade das curvas de nível dos declives e aclives presentes no terreno. Para Fonseca, há “qualidades estéticas” presentes nos “traçados não retilíneos” que é integrado pela “implantação das igrejas matrizes, das múltiplas igrejas e capelas (das irmandades) em largos ou em outeiros a cavaleiro das vias públicas”, o que acabou produzindo “belos efeitos cênicos e harmoniza-se com a paisagem natural” (FONSECA, 2012, p. 79), criando espaços únicos e singulares. Já o modelo de espacialização da Coroa Espanhola dava-se, principalmente, por sua planificação. A preferência pelas planícies era

determinada pela utilização do padrão ortogonal de construção de ruas e a busca de um "modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas" (BENEVOLO, 2012 p. 487). A escolha da localidade e o traçado, da Vila Bela, não é despretensiosa, mas sim proposital, pois tinha como objetivo deixar claro para a Espanha a consolidada presença portuguesa e o redesenho da fronteira. A adoção de traçado similar ao espanhol, buscava demonstrar espacialmente o domínio luso nos moldes das cidades empreendidas pela Espanha nas Américas, trata-se de um recado aos Espanhóis, pois apresenta uma codificação urbana reconhecida e aceita pelo oponente. Contudo, tanto a apropriação dos portugueses quanto a espanhola negligenciaram totalmente toda a dinâmica existente, alterando as territorialidades e reterritorializando a sua maneira. Foi estabelecido um processo de ocupação contrastante e significativamente impactante na paisagem, provocando sérias rupturas e grandes impactos na natureza, que passou a ter uma única função: curvar-se aos desígnios dos sujeitos que aqui se instalaram e proporcionar-lhe riquezas.

REFERÊNCIAS

BAETA, Rodrigo Espinha. A paisagem urbana das cidades hispano-americanas e suas transformações no século XVIII. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 54–103, 2018. DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651022. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8651022. Acesso em: 9 ago. 2021.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS RAROS: notoriado e legislação de Mato Grosso no período colonial 1728-1744. Otávio Canavarros [et al.] (orgs). - Cuiabá: EdUFMT, 2009.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto, composição gráfica, Frank Svensson; capa Adriana Tavares de Lyra, Miriam Vargas. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 2012, 77-108. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100004. Acesso em 12 fev. 2021.

LACERDA, Mariana Duque Coutinho de Abreu. **O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá**: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Himanas, Programa de Pós-graduação em História, Cuiabá, 2014. 118p.

PRESOTTI, Thereza Martha. **Na trilha das águas - índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul**: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII). 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In **A terra da conquista**: História de Mato Grosso colonial. Organizadores Carlos Alberto Rosa. Nauk Maria de Jesus. Cuiabá: Adriana. 2003.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de Cidades no Brasil Colonial.** 3ªed. Rio de janeiro: Editora UFRJ. 2001. 184p.

SILVA, Alcido Leite da. **A civilização pelas águas e a gente de cor**: urbanidade e relações educativas na Vila-capital da capitania de Mato Grosso (1752-1835). Cuiabá: EdUFMT, 2014.

VEIGA, Juracilda. Migrações históricas e cosmologia Guarani. **Revista de Antropologia da UFSCar,** v.5, n.1, jan.-jun., p.49-80, 2013. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol5no1_03.Juracilda.pdf. Acesso em 12 fev. 2021.

PERCURSOS E SUAS IDENTIDADES: ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL

LT 344

Daniel Athias de Almeida [1], Vera Regina Tângari [2]

[1] Doutorado em Arquitetura, PROARQ (em andamento) , Universidade Federal do Rio de Janeiro daniel.almeida@fau.ufrj.br.
[2] vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Percursos; Processos Participativos; Território.

A premissa deste trabalho surge de um projeto de doutorado em andamento sobre as relações que se constroem a partir de um percurso. No caso específico deste trabalho lançamos o foco na estrada real. Segundo Careri (2013) o percurso indica ao mesmo tempo a travessia, o ato de atravessar o espaço e seu relato subsequente é uma forma estética frente a paisagem. Usamos o percurso como objeto e como questionamento do processo, revisitando sua importância e seus significados.

A Estrada Real é acima de tudo um percurso histórico e de grande relevância social, mercantil e cultural que se articulou como principal eixo de ocupação urbana no Brasil nos séculos XVIII e XIX. A Estrada Real que conhecemos hoje pode ser lida como uma narrativa consolidada a partir da estrada real do passado, em que privilegiam determinados fatos, acontecimentos históricos em detrimento de outros - como forma de fortalecimento dessa narrativa turística e mercadológica existente.

Segundo Cosgrove (2007) Embora seja uma categoria fundamental da geografia física em suas estruturas biodinâmicas e geomorfológicas, a paisagem se constitui num conjunto similarmente de representação, ou seja, diretamente atrelada às manifestações culturais que se mesclam à paisagem. Para compreender quais as relações que se constroem nesse território, se faz necessário lançar mão de estratégias participativas de reconhecimento territorial, de uma apreensão do território mais abrangente, abarcando elementos que talvez não se configurem como patrimônio como narrativa oficial, mas que se consolidam como marcos identitários e fatores de reconhecimento local.

Para Gudynas (2020) a construção coletiva deve necessariamente ser um produto a partir de um diálogo entre culturas. Para a recuperação das formas de valoração própria, é preciso pensar em alternativas à nossa própria modernidade incorporando uma nova ética ambiental. Faz-se importante, nesse sentido, a construção de um inventário participativo, utilizando cartografias afetivas, ferramentas pedagógicas, oficinas participativas para a construção de um panorama mais abrangente do patrimônio local que leva em consideração os grupos mais vulneráveis, bem como seu contexto sócio ambiental.

Como método investigativo, utiliza-se de estratégias participativas de análise, tais quais cartografias afetivas, entrevistas á lideranças locais e experimentações socioeducativas através das escolas municipais.

As manifestações culturais que hoje se fazem presentes no território são testemunhos (Figura 1), movimentos de resistência de modos de vida que estão desaparecendo devido ao avanço das culturas hegemônicas frente aos modos de vida tradicional.

Como parte desta análise, toma-se como ponto de partida o município de Magé - destino final das mercadorias do percurso histórico - atualmente marginalizado frente ao contexto metropolitano. Os conflitos e contra narrativas identificadas são uma base importante para a consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio e um espaço de discussões aberto para uma representatividade maior nas tomadas de decisão.

Estes processos poderão futuramente auxiliar na formatação de políticas públicas mais representativas no campo patrimonial e de gestão territorial do município.



Figura 1: Folia de Reis Nova Aurora do Horizonte – Magé-RJ. Fonte: Imagem do Autor, 2021

REFERÊNCIAS

CARERI, F. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2013.

COSGROVE, Denis E. Introduction to social formation and symbolic landscape. In: DELUE, Rachael Ziady; ELKINS, James. **Landscape Theory.** New York: Routledge, 2008. [p.17-42].

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos Da Natureza**: Ética Biocêntrica e Políticas Ambientais, Brasil, 2020.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, **Vértice/Revista dos Tribunais**, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

IPHAN. **Inventário Nacional De Referências Culturais: Manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

CUIABÁ NO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO SOBRE A MORFOLOGIA URBANA LUSO-BRASILEIRA EM TERRITÓRIO BORORO

LT 345

Yara Galdino [1], Dorcas Araújo [2], Ricardo Castor [3], Paulo Rodrigues [4]

Núcleo de Estudos e Pesquisas Tecnologias Indígenas, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologias, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Mato Grosso.
[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Urbanismo PROURB-UFRJ; yayanog@hotmail.com.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Urbanismo PROURB-UFRJ; dorcas.araujo@ufmt.br.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em História e Teoria da Arquitetura – FAU-USP; ricardo.castor@ufmt.br.
[4] Graduação em Arquitetura e Urbanismo (em andamento); p.arq.rodrigues@gmail.com.

Palavras-chave: morfologia urbana, século XVIII, Cuiabá, tradição urbana luso-brasileira.

Este artigo apresenta um estudo sobre a morfologia urbana de Cuiabá no século XVIII, procurando investigar as características luso-brasileiras presentes no tecido urbano, bem como as possíveis variações dessa tradição, ocorridas em função das misturas culturais, da adaptação às condições ambientais e principalmente em função da expressiva presença indígena na vida urbana colonial. A história da cidade de Cuiabá inicia-se no final do século XVII, período de expansão e exploração das áreas interiores do território colonial pelas bandeiras vindas da Capitania de São Paulo. As bandeiras circulavam pela região onde hoje se localiza Cuiabá a procura de mão de obra indígena desde 1673, mas é em 1722 após a descoberta de uma grande jazida de ouro às margens do córrego da Prainha que um povoado começa a se consolidar.

Sobre a implantação de cidades de origem portuguesa em contextos coloniais, Teixeira (2012) destaca que estas cidades geralmente partiam de uma simplificação ou de uma abstração dos princípios originais, gerando a partir disso uma condição favorável para a inovação e distinção. Essa simplificação ocorria em função de diversos fatores, como a escassez de recursos materiais e humanos e o pragmatismo e rapidez necessários à implantação de núcleos urbanos em contextos coloniais. Um outro fator que incidia na implantação dessas cidades é que algumas delas, como é o caso de Cuiabá, eram implantadas em territórios ocupados por outros povos, e que por isso o traçado urbano além de contar com as imposições da tradição portuguesa e do sítio, absorviam também as preexistências mentais dos usos anteriores ou coexistentes.

Apesar do amplo conhecimento de que a região onde se localiza Cuiabá seja originalmente um território do povo Bororo, com diversos estudos e relatos históricos que demonstram essa efetiva presença indígena (ROSA, 1996, PRESOTTI, 2008, CANOVA, 2012, FLORENCE, 2007) e com um rico registro toponímico que testemunha essa presença, não existe ainda um conhecimento espacializado do lugar onde uma possível aldeia teria sido um dia localizada. Um registro que permita a constatação de que houve uma sobreposição morfológica do espaço de aldeia para o espaço urbano, como ocorreu nas vilas jesuítas e em algumas vilas formadas na Capitania do Pará (MALCHER ARAÚJO, 2012). No entanto, entendendo uma aldeia indígena não apenas como o local onde as edificações propriamente ditas estariam implantadas, e sim como o local onde se estabelece um amplo campo de interações com a paisagem, toda a região onde hoje se localiza Cuiabá pode ser entendida como parte integrante deste território Bororo.

Os nomes geográficos ou topônimos Bororo indicando diversos lugares que compõem essa paisagem, seriam chaves interpretativas que testemunham essa efetiva presença indígena

no território. Como Ikuiébo – ou córrego das estrelas (atual córrego da Prainha, local onde foi encontrado ouro pelos bandeirantes e onde foi implantado o principal ponto de mineração da vila) e Ikuiéri - morro às margens do Ikuiébo, topônimos que possuem em comum o radical Ikiué (estrelas), fazendo referência ao brilho das pepitas de ouro ao sol.

O próprio nome da cidade tem origem em um topônimo Bororo: Ikuiapá - lugar de pesca com flecha de arpão, que seria um lugar no rio Cuiabá localizado próximo a foz do córrego da Prainha, onde era possível pescar com flecha de arpão em função das grandes pedras e águas rasas. Topônimo cuja relevância e presença ativa na vida urbana colonial, fez com que o mesmo compusesse o primeiro nome dado à vila em 1727: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Revelando uma coexistência espacial e cultural entre a sociedade indígena e a sociedade não indígena no período.

Enquanto a primeira metade do século XVIII é marcada por um período de captura de indígenas e destruição de aldeias, a segunda metade do setecentos é marcada por uma mudança de mentalidade, com a conversão da urbanidade em um elemento civilizacional, onde a vila passa a ser um ideal a ser implantado com o objetivo de mudar a natureza e os povos que nela viviam (MACHER ARAÚJO, 2012, p. 52). Sob os auspícios da política pombalina, ocorre em Cuiabá uma reordenação do espaço urbano, com implantação de praças regulares e ruas retilíneas (ROSA, 1996, DELSON, 1979), onde a urbanização assume papel central como elemento de controle e poder territorial.

Duas constatações emergem desse breve estudo, a primeira delas refere-se ao papel central que os indígenas exerceram no processo de exploração colonial. A segunda constatação relaciona-se às medidas reguladoras necessárias para que as vilas e cidades não “se dissolvessem em meio aos índios”, isto é, às regras de traçado e edificação destinadas a simbolizar o poder metropolitano e a afrouxar os laços do ambiente urbano com a população nativa e o ambiente natural que constitui seu habitat. É eloquente, nesse sentido, a comparação dos dois mapas da Cuiabá colonial aqui expostos. O plano mais recente, datado de 1790, traz as mudanças sofridas pelo tecido urbano sob os auspícios da administração pombalina, com a abertura de espaços de poder marcados pela regularidade. Em contraste com o desenho sinuoso das vias e largos anteriores, as praças da Sé e do Governo se impõem na paisagem por sua forma ampla e retangular, dominada por monumentos oficiais de estrutura igualmente regular, expressando, em conjunto, autoridade e poder político. Embora as intervenções ordenadoras do período pombalino tenham “endireitado” parte do traçado anterior, o fato é que a malha urbana colonial não pode ser perfeitamente descrita como uma retícula curvada ao sabor da topografia, afigurando-se, antes, como uma teia de percursos a amarrar os elementos naturais da paisagem às edificações que estruturavam o espaço urbano. Com a imposição da regularidade cartesiana sobre parte dessa trama orgânica, no final do setecentos, a Coroa portuguesa selava seu domínio sobre o ancestral território Bororo.



Figura 1: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, 1777. Legenda: 1) Rua de Baixo, 2) Rua do Meio, 3) Rua de Cima, 4) Córrego da Prainha, 5) Largo da Sé, 6) Igreja Matriz, 7) Largo da Mandioca, 8) largo da Rua de Cima (atual Praça Alencastro). Fonte: Infográfico adaptado de planta original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1770-1780. In: REIS, Nestor Goulart, 2000.

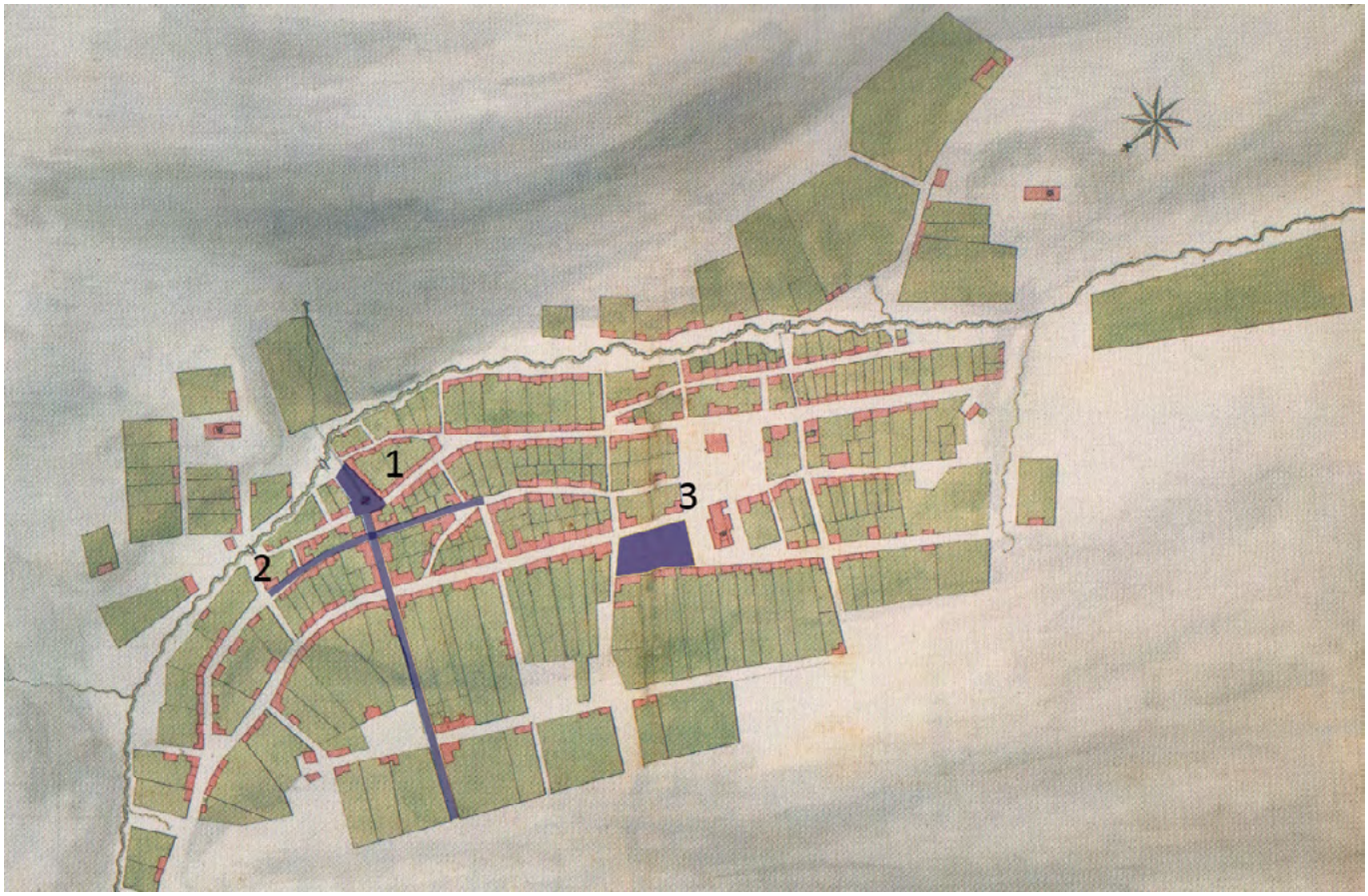


Figura 2: Plano da Villa do Bom Jesus do Cuyaba. Legenda: 1) Largo da Igreja Nosso Senhor dos Passos, 2) Rua Nova do Meio, 3) Praça Real (atual praça Alencastro). Fonte: Infográfico adaptado do original do Museu Botânico Bogage, Lisboa ca. 1790. In: REIS, Nestor Goulart, 2000.

REFERÊNCIAS

Canova, Loiva. Presença indígena na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu termo. Albuquerque: **Revista de História, Campo Grande, MS**, v. 4 n. 7 p. 133-158, jan./jun. 2012.

Delson, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**. Planejamento Espacial e Social no século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1979.

Florence, Hércules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 à 1829**. Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007

Malcher Araújo, Renata. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas, e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V.20. n.1. p.41-76. 2012.

Presotti, Theresa Martha Borges. **Na trilha das águas**. Índios e Natureza na conquista colonial no centro da América do Sul: Sertões e Minas de Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII). Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2008.

Reis Filho, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP, 2000.

Rosa, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá:** vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808). São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 1996.

Teixeira, Manoel C.A. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 177p. 2012.

OS BENEFÍCIOS DAS HORTAS COMUNITÁRIAS LT 346

Suzana de Oliveira Gomes [1], Maria Eduarda Mira Valentim [2], Giulia Bilheri Castilho [3], Miguel Nogueira da Motta [4], Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [5]

[1] Graduanda de Paisagismo, EBA-UFRJ, Bolsista de Iniciação Artística e Cultural; suzanaog@hotmail.com.
[2] Graduanda da Arquitetura, FAU-UFRJ. Voluntária na pesquisa; maria.valentim@fau.ufrj.br.
[3] Graduanda da Arquitetura, FAU-UFRJ. Voluntária na pesquisa; giulia.castilho@fau.ufrj.br.
[4] Graduando de Biologia Vegetal, IB-CCS-UFRJ, Bolsista de Iniciação Científica; miguelnmotta@ufrj.br.
[5] Prof. Dr., PROARQ-FAU-UFRJ; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: agricultura urbana e periurbana; hortas comunitárias, educação ambiental; interação social.

A forma urbana define ideologias políticas e sociais, e a ocupação de lotes vazios, tornando-os produtivos vem somar à qualidade de vida da população. Este estudo faz uma análise inicial de hortas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUPs) nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, reiterando e evidenciando seus efeitos ambientais (físico-espaciais), sociais e econômicos. Foi elaborado por meio de levantamentos e análises iniciativas públicas e privadas, coletadas em sites e visitas à comunidade. As AUPs adquirem cada vez mais adeptos e ganham destaque mundial com o aumento significativo de projetos, estudos e publicações. As diversas ações implementadas contribuem para a assistência a comunidades e promovem inúmeros benefícios. Como benefícios ambientais, criam novas áreas verdes, gerando maior conforto térmico (PINHEIRO e SOUZA, 2017); reduz os níveis de poluição (NOWAK et al., 2014); aumenta a biodiversidade (BECHARA et al., 2016); reutiliza resíduos para fertilização (FERREIRA et al., 2018) e reduz enchentes (VIANA et al., 2018). Como benefícios sociais, promove a participação da população na ocupação urbana, suscita maior coerção social e auxilia na formação de identidade cultural (VALENT et al., 2017). Para FLOSI (2004), o uso de lotes vazios, que poderiam virar depósitos de entulho e focos de doenças, pode produzir hortaliças para o consumo de escolas e famílias de baixa renda, melhorando a qualidade da alimentação. Como benefícios econômicos, as hortas comunitárias possibilitam a redução de gastos com alimentação, e, de acordo com MELO (2010), há menos desperdício de alimento e geração de resíduos, uma vez que a horta agroecológica garante seu próprio adubo, e seus produtos excedentes podem ser doados para instituições de uso comunitário, além de poderem ser vendidos em feiras e mercados, A FAO (2012), aponta estatísticas relacionadas à horticultura urbana na Cidade de Dakar, onde 30% das hortaliças cultivadas são mantidas para consumo doméstico e o excedente é vendido, gerando o equivalente ao salário de um trabalhador. De acordo com JAIME (2009), estudos realizados no Distrito Federal e nas capitais brasileiras buscou estimar a frequência sobre o consumo regular de frutas e hortaliças pela população. Como resultado, menos da metade dos indivíduos apresentou um consumo regular desses alimentos, sugerindo a importância de iniciativas que promovam o consumo de furtas e hortaliças. Conforme BRITO (2004), um dos principais benefícios das AUPs está o combate à desnutrição e à fome daqueles mais necessitados por meio de uma alimentação mais balanceada, saudável e acessível com alimentos de maior valor nutritivo e de forma gratuita, contribuindo com a melhora da carência de vitaminas e minerais, anemia e baixo peso por parte dessa população. A pesquisa é exploratória e estudou os conceitos que envolvem as AUPs, identificou, selecionou e mapeou seis hortas, contextualizando-as em relação à localização (acesso ao local) e informações existentes. A partir da seleção, levantou as principais atividades desenvolvidas em cada horta, o público beneficiado e estabeleceu um calendário de

visitação, para confirmação dos dados e registros fotográficos. Após o levantamento e a apuração, constatou-se que as AUPs utilizam espaços ociosos para a produção de alimentos, educação ambiental, interação social e prática de diversas atividades. A ocupação de áreas ociosas para o cultivo proporciona maior facilidade de acesso a alimentos saudáveis; que os incentivos gerados pelas prefeituras viabilizam a criação de novas hortas, ampliando o fornecimento de alimentos, o uso de terrenos ociosos e a ampliação de empregos/atividades que fortalecem a ocupação de membros da comunidade; o aproveitamento desses espaços abandonados com a criação de áreas verdes melhora o escoamento da água das chuvas e aumentam a biodiversidade da fauna local.



Figura 1: Horta do Parque de Madureira, Rio de Janeiro. Fonte: autoral.

REFERÊNCIAS

BECHARA, F.C.; TOPANOTTI, L.R.; SILVA, L.M. Aspectos da arborização urbana ecológica. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, v.7, n.1, p.49-55, 2016. DOI: http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.001.0004.

BRITO, W. de A.; FREITAS, M. A. A Horta orgânica: segurança alimentar do campo à mesa. Aracaju: EMDAGRO, 2004. 22p. il. (EMDAGRO. Série Tecnologia Agropecuária, 06).

FERREIRA, A. J. D. et al. Urban agriculture, a tool towards more resilient urban communities? Current Opinion in Environmental Science & Health, v.5, p.93-97, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.coesh.2018.06.004.

FLOSI, S. Hortas comunitárias melhoram a qualidade da alimentação nos centros urbanos. Fundação Banco do Brasil. 19 de dez. de 2004. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd191004.htm> Acessado em: janeiro/ 2022.

JAIME, Patrícia C., FIGUEIREDO, Iramaia C. R., MOURA, Erly C. de et al. Fatores associados ao consumo de frutas e hortaliças no Brasil, 2006. Rev. Saúde Pública. 2009;43 (Supl 2) p.57-64

MELO, Paulo. Hortas Comunitárias geram renda e melhoria da qualidade alimentar 13 de out. de 2010, disponível em: < http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/hortas-comunitarias-geramrenda-e-melhoria-da-qualidade-alimentar/> Acessado em: janeiro/ 2022.

NOWAK, D. J. et al. Tree and forest effects on air quality and human health in the United States, Environmental Pollution, v. 193, 2014. p.119-129. DOI: https://doi.org/10.1016/j.envpol.2014.05.028.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Criar cidades mais verdes. Programa de Horticultura Urbana e Periurbana (HUP) da FAO. Roma, FAO, 2012. Disponível originalmente: https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf. Acesso em: 20/12/2021

PINHEIRO, C. R.; SOUZA, D. D. de. A importância da arborização nas cidades e sua influência no microclima. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 67 - 82, abr./set. 2017.

STEVANI, Cleber. Favela de Manguinhos abriga a maior horta urbana da América Latina. Joven Pan. 19 de abril de 2022. Disponível em:<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/favela-de-manguinhos-abriga-a-maior-horta-urbana-da-america-latina.html> Acessado em: junho / 2022.

VALENT, J. Z.; OLIVEIRA, L. de; VALENT, V. D. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, v.7, n.2, p.4-19, 2017. DOI: https://doi.org/10.24302/drd.v7i2.1427

VIANA, K.R.C.; ROSA, T.C.F.F. da.; VASCONCELLOS, V.M.V. Espaços livres públicos e sua contribuição para a drenagem e qualidade ambiental urbana sustentável. In: Simpósio internacional de qualidade ambiental, Anais[...], 11., 2018, Porto Alegre-RS.

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE MURIAÉ, MG

LT 347

Maria Alice Bouzada [1], Andrea Rego Queiroz [2]

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro
[1] Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio (em andamento); maria.bouzada@fau.ufrj.br.
[2] Doutorado (docente permanente); andrea.queiroz@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Sistema de Espaços Livres; Patrimônio Cultural e Paisagístico; Planejamento Urbano; Muriaé-MG.

Este trabalho evidencia a importância da reestruturação do sistema de espaços livres para a valorização do Patrimônio Artístico, Cultural e Paisagístico de Muriaé (MG) desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da FAU UFRJ.

Muriaé localiza-se na região da Zona da Mata Mineira e pertence ao quadro de cidades médias, segundo o IBGE 2016 (aproximadamente 107.916 hab). A Cidade vem crescendo com as atividades industriais, destacadamente a indústria da moda, e este crescimento também impulsiona o setor imobiliário, fato que gera significativo impacto na paisagem.

A preservação do patrimônio da Cidade iniciou em 1997 com o tombamento municipal de edificações, conjuntos paisagísticos, acervos e documentos com relevância cultural e histórica, salvaguardados pela Fundação de Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE). Em 2006, com o objetivo de controlar o crescimento desta região central onde se concentra a maior parte dos bens patrimoniais, o Plano Diretor Lei nº 3.377/2006 institui a Zona de Preservação Histórica (ZPH). Em 2009, é aprovada a Lei nº 3.782/2009 que criou a “Zona Especial do Caminho Cultural de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro do Município de Muriaé”. Atualmente o Plano Diretor Participativo Lei nº 5.915/2019, principal instrumento de Política Urbana Municipal, reconhece as ações anteriores e aponta o turismo como estratégia, sem muita definição.

A ZPH (figura 1) abrange a porção mais antiga do centro da Cidade e, apesar, de reconhecer seu patrimônio ambiental – Rio Muriaé, e seus conjuntos paisagísticos de valor histórico (praças) não identifica a potencialidade de conectá-los e valorizá los associados com outras estratégias urbanas.

A proposta (figura 2) se baseia no reconhecimento do Rio Muriaé como estruturador da paisagem urbana e reconhece a importância das conexões viárias (as pontes) que possibilitam as ligações entre as margens norte e sul. Deste modo, define um novo perímetro de proteção das áreas antigas da Cidade que inclui uma zona adjacente à ZPH, até o principal corredor atual de acesso à Cidade, garantindo, deste modo, um maior controle sobre a forma de seu crescimento (densificação e verticalização), evitando contínuos impactos na paisagem do centro histórico.

A proposta traça diretrizes projetuais que abordam de modo sistêmico os espaços livres de caráter ambiental (Rio Muriaé), de permanência e com reconhecimento patrimonial - as praças Hastenreiter, Cel Pacheco, João Pinheiro e Largo do Rosário e de circulação – eixo central, via que margeia o rio e conexões com as pontes.

Define se como estratégias capazes de dar maior visibilidade ao patrimônio e reforçar a identidade do lugar: (1) valorizar o pedestre - ampliar calçadas, fechar vias ao tráfego veicular e dar acessibilidade universal; (2) criar pequenos corredores verdes entre as praças (densamente arborizadas) e a margem do Rio; (3) instalar iluminação diferenciada e (4) criar novo mobiliário urbano.

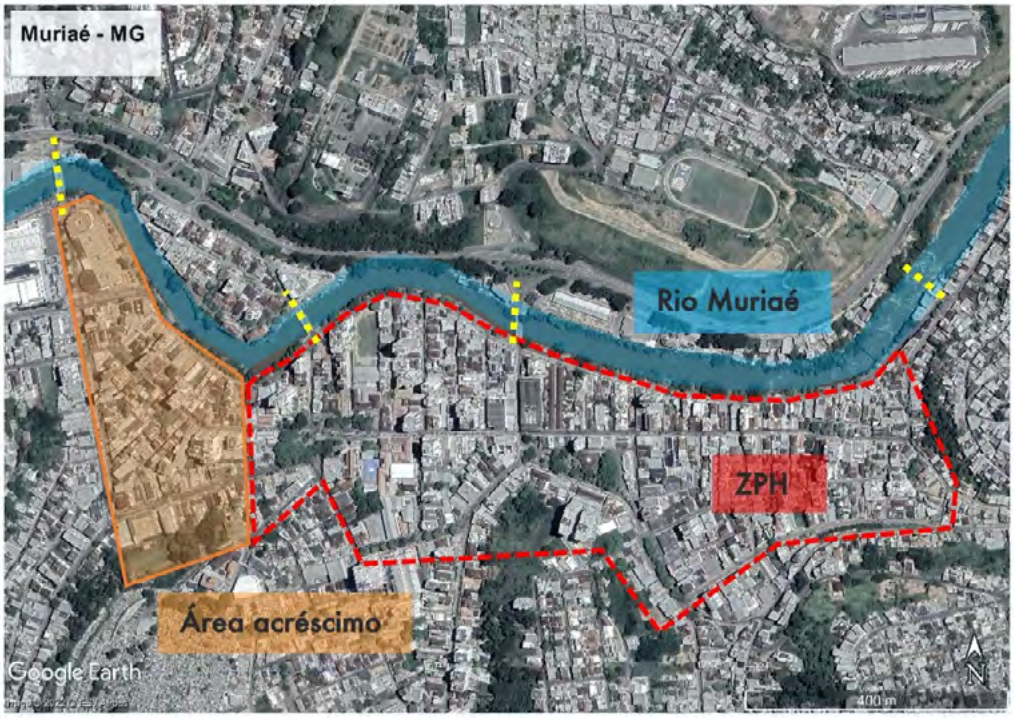


Figura 1: Imagem mostrando a ZPH, a área incorporada a esta nessa proposta apresentada. Fonte: Desenvolvida pelos autores sobre o Google Earth, 2022



Figura 2: Proposta de reestruturação do sistema de espaços livres destacando os espaços livres públicos de caráter ambiental (Rio Muriaé), de caráter de permanência as praças e o Largo e de caráter de circulação (em laranja) o eixo central histórico, o eixo secundário e as conexões com o Rio. Em rosa os espaços livres privados e em tracejado a ZPH. Fonte: Desenvolvido pelos autores com base de dados da Cartografia Municipal, 2022.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. Muriaé 150 anos de História. **Revista comemorativa do sesquicentenário de Muriaé 1855 – 2005**. Muriaé 2005 –2008.

BRASIL. **Plano Diretor de Muriaé**, LEI Nº 5.915/ 2019. MURIAÉ, MG, 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.782 DE 27 DE OUTUBRO DE 2009**. Cria a Zona Especial do Caminho Cultural de Muriaé, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, e dá outras providências. MURIAÉ, MG, 2009.

BRASIL. **Portaria Iphan Nº 127 De 30/04/2009.** Estabelece a chancela da Portaria da Paisagem Cultural Brasileira. BRASIL, 2009.

BRASIL. **USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO**, LEI Nº 5.441/ 2017. MURIAÉ, MG, 2019.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXVI. IBGE, 1959.

_____. Estudo Regional da Zona da Mata Mineira. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, n°1, jan-mar, 1958.

COY,Martin. A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina. **Revista Franco-Brasileira de Geografia.** São Paulo, N. 18, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010.** Infográficos do município de Muriaé, IBGE, 2016. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/pesquisa/23/25124 Acesso em: 20 de novembro de 2021.

HASTENREITER, J. Henrique. Muriaé. **Revista de Historiografia muriaeense**. Ano 2, maio/1979.

MAGNOLI, Miranda. Em busca de outros espaços livres de edificação. **Paisagem Ambiente:** ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 141 - 174 – 2006.

MANOEL, Joel Peixoto. **Tópicos da História de Muriaé**. Muriaé: Tipográfica, 2013

MARGE Adellunar. Muriaé: 150 anos de História. **Revista Comemorativa do Sesquicentenário de Muriaé**. 2005/2008.

MATTOS, Marine L. O. **Bens patrimoniais e morfologia urbana na zona de preservação histórica de Muriaé**, MG. Dissertação para obtenção do título Magister Scientiae. Universidade Federal de Viçosa-UFV. Viçosa. 2018.

QUEIROGA, Eugênio F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2º edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TÂNGARI; Vera Regina. Espaços livres públicos como Espaços museográficos. **Museografia e Arquitetura de museus**. Rio de Janeiro, 2005.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formas: a cidade feita e refeita. **Velhos centros vida nova**. Artigo publicado em Cadernos Municipais, nº 6. Braga: Universidade do Minho, 1981.

VARGAS, Heliana. C; CASTILHO, Ana. H. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 3º edição. Manole: São Paulo. Edição digital, 2016.

TURISTIFICAÇÃO, CENTRALIDADE E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: UMA ANÁLISE EM ITAPEMA E PORTO BELO, EM SANTA CATARINA

LT 348

Igor T. L. de Almeida [1], Valério A. S. de Medeiros [2]

[1] Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ/UFSC); igor.lombardi@ufsc.br.
[2] Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU/UnB), Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados (MPPL/COPOS/CEFOR/CD); valeriodemedeiros@gmail.com.

Palavras-chave: Centralidade Urbana; Urbanização Turística; Configuração Espacial.

O artigo consiste em uma análise configuracional diacrônica sobre o processo de expansão urbana associado à polinuclearização (LEFEBVRE, 1999), em um assentamento costeiro de relevância turística. Composto pelas cidades de Itapema e Porto Belo (Santa Catarina), o estudo de caso tem presenciado rápido crescimento demográfico e intensa turistificação nas últimas décadas (PINHO e REIS, 2010). O fenômeno acentua os conflitos entre interesses imobiliários e preservação ambiental em um frágil ecossistema (SUGAI, 2002): se por um lado a paisagem é a principal força motriz que fomenta a ocupação urbana e o desenvolvimento econômico, por outro sofre os efeitos do turismo predatório, da especulação imobiliária e do decorrente espraiamento urbano.

Sob uma abordagem morfológica (MEDEIROS, 2013), pretende-se compreender de que maneira a expansão urbana, por meio da perspectiva configuracional e estimulada pela turistificação, afeta a dinâmica das centralidades existentes no assentamento (HOLANDA, 2012). Para tanto, são avaliadas as centralidades em quatro níveis: a) centro ativo urbano/morfológico, b) centro tradicional, c) subcentros e d) centros especializados.

A pesquisa ampara-se na Teoria da Lógica Social do Espaço, ao assumir a cidade enquanto um sistema de interdependências, de modo que alterações em partes implicarão alterações no todo. A estratégia permite a compreensão do processo de expansão urbana com base na avaliação das novas relações estabelecidas na medida em que o assentamento cresce. Deste modo, a abordagem fornece subsídios para o entendimento do fenômeno de deslocamento e expansão do centro morfológico, com efeitos no centro tradicional, além de subsidiar o debate a respeito da polinuclearização. Para a identificação das centralidades, os dados configuracionais são confrontados com levantamento de uso do solo, tomando por base as denominadas “áreas de interesse” do Google Maps (2021), que correspondem às regiões de maior concentração de lojas, bares, restaurantes, escritórios etc.

Os resultados obtidos indicam a existência de um notório fenômeno da polinuclearização, resultante da expansão desenfreada experimentada pelo assentamento nas últimas décadas. O processo teve início a partir da consolidação da BR-101 (décadas de 1950 e 1960), um dos principais eixos viários do país, simultaneamente à turistificação do litoral brasileiro. A criação de novas reservas de terra a partir da capitalização da paisagem tem sido o principal instrumento ideológico para o frenético crescimento que se intensificou no final do século XX, levando a transformações disruptivas do território. O que antes se caracterizava por uma população local, tendo a pesca e a agricultura como base de subsistência, hoje conforma um dos principais destinos turísticos de Santa Catarina, com a maior taxa de crescimento demográfico da UF.

Os achados apontam que, especialmente em cidades litorâneas turísticas, as centralidades se estabelecem tanto nas regiões de maior acessibilidade quanto naquelas de forte apelo paisagístico, a resultar em uma espécie de dualidade (MULLINS, 1991). Esse fenômeno contemporâneo está diretamente relacionado à mercantilização da paisagem, subordinada às questões econômicas (YÁZIGI, 2002). O turismo, portanto, atua como elemento primordial ou magneto para orientar o crescimento urbano, de modo que as novas relações que resultam em deslocamento e multiplicação de centralidades produzem um fenômeno de polinuclearização.

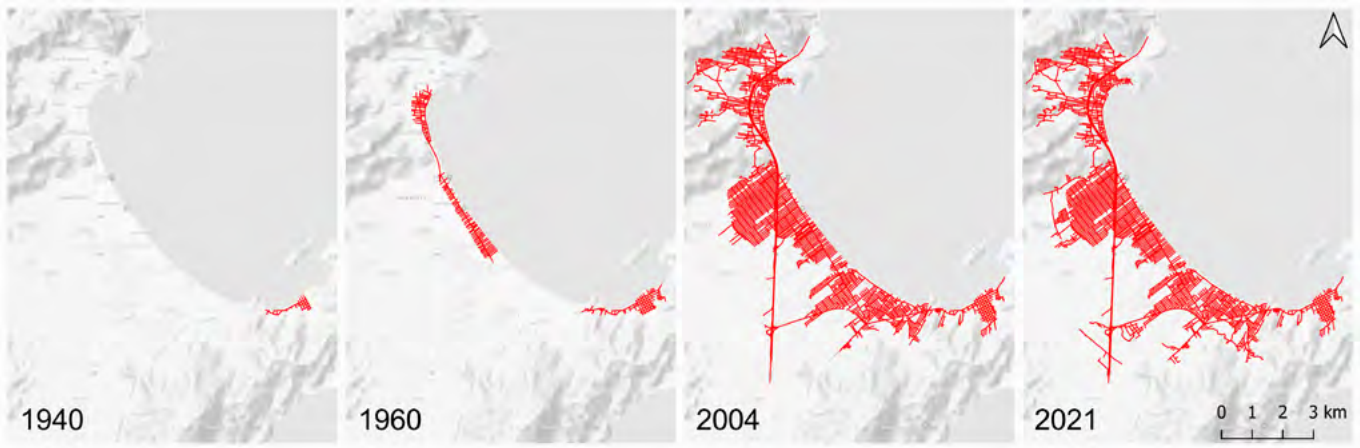


Figura 1: Expansão da mancha urbana de Itapema/SC e Porto Belo/SC, entre os períodos de 1940 e 2021.

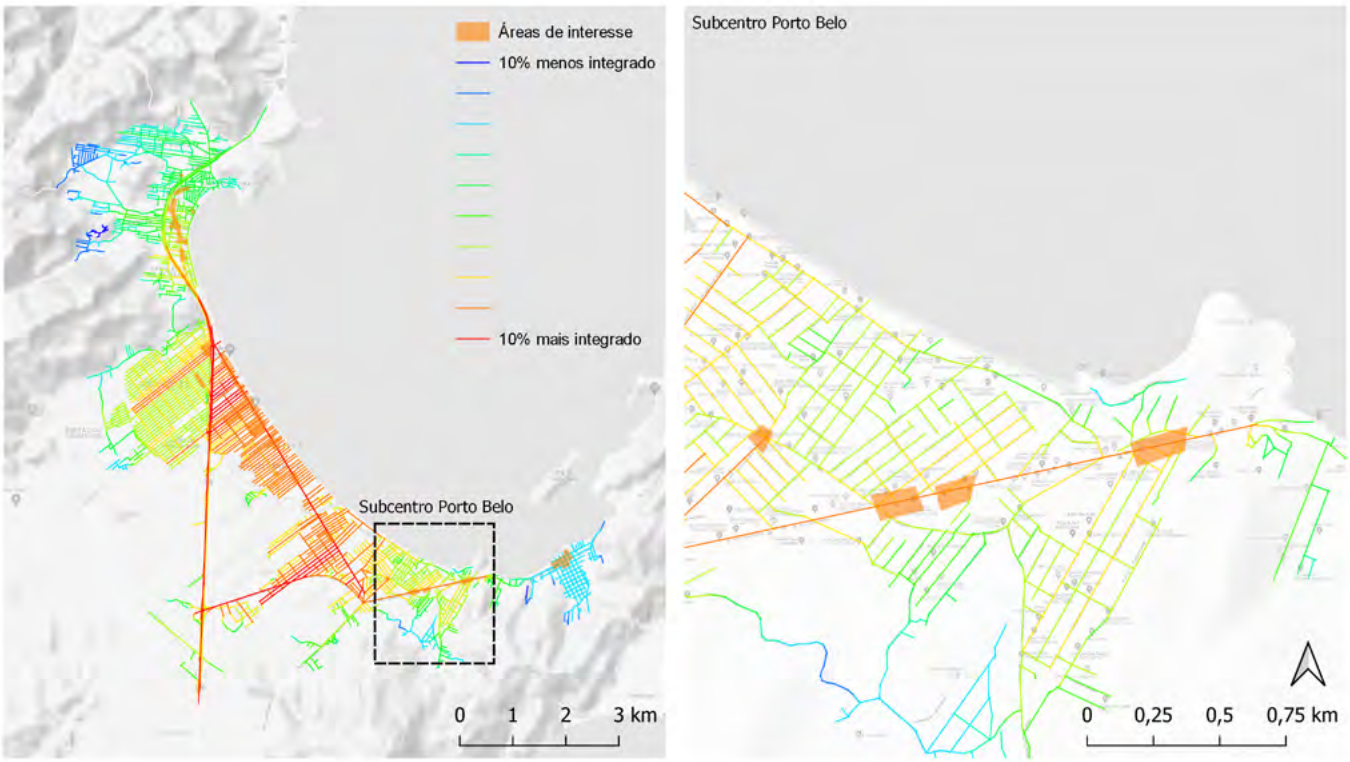


Figura 2: Mapa de integração global do sistema urbano, à esquerda, com destaque para o subcentro de Porto Belo/SC, e indicação de áreas de interesse (à direita).

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Frederico de. Uma Ponte para Urbanidade. In: **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais,** [s.l.], v. 5, 2012, p. 59-76.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Urbis brasiliae:** o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2013.

MULLINS, Patrick. Tourism Urbanization. In: I**nternational Journal of Urban and Regional Research**, 15 (3) 1991, p. 326-342.

PINHO, Luciana; REIS, Almir Francisco. Estudo do Processo de Crescimento Urbano-Turístico de Itapema, no Litoral Catarinense. In: **Relatório de Pesquisa**, Florianópolis: CNPQ/UFSC, 2010.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na Área Conurbada de Florianópolis. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2002.

YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

AS CONFIGURAÇÕES MORFOLÓGICAS NA IMPLANTAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO DE CAMPINAS

LT 349

Silvia Mikami Pina [1], Jonathan William Santana Paiva [2]

Faculdade de Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP
[1] smikami@unicamp.br; [2] j199996@dac.unicamp.br.

Palavras-chave: Habitação Social; Implantação; Programa Minha casa Minha vida; Qualidade de vida

A recente produção habitacional de interesse social realizada no Brasil é marcada em sua maioria por empreendimentos de baixa qualidade e políticas públicas voltadas especialmente para os aspectos quantitativos, impondo parâmetros urbanísticos e arquitetônicos de baixa qualidade. A carência habitacional está no centro da questão urbana em razão da exclusão a que está submetida grande parte da população, da precariedade ambiental nos bairros urbanos mais pobres, do consequente baixo grau de qualidade de vida e da insustentabilidade que isto representa na formação de uma cidade sustentável com cidadãos plenos. O Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV, lançado em 2009, vigente até 2020, embora promovesse o acesso à moradia, era um programa com fins econômicos que estimulou o mercado imobiliário, cuja repercussão tem sido uma forte especulação imobiliária nas cidades, encarecendo a terra urbana, imóveis e aluguéis. Ao adotar medidas e diretrizes de projeto arquitetônico e urbanístico que viabilizassem o maior lucro das construtoras, não ocorreu o atendimento das necessidades humanas de uma moradia digna, nem o de uma cidade sustentável. Este trabalho tem por objetivo apresentar as configurações morfológicas urbanas produzidas na implantação dos empreendimentos do PMCMV no cinturão periférico da região metropolitana de Campinas- SP. O estudo de caso se deu no vetor Campinas-Sumaré, um dos eixos da expansão urbana metropolitana (CAIADO, PIRES, 2006), caracterizado por um padrão de urbanização definido pela precariedade dos assentamentos urbanos e pela ausência de equipamentos, serviços e infraestrutura, onde foram realizados diversos empreendimentos do PMCMV, além de outros programas de habitação social.

O levantamento inicial identificou 27 empreendimentos de habitação social neste vetor, sendo que uma análise preliminar verificou a repetição morfológica em vários empreendimentos, com pouca variação. Assim, a seleção das unidades de estudo se deu pelas distintas características morfológicas (CONZEN, 1960) identificadas a partir da implantação das edificações, resultando no primeiro filtro com seis projetos habitacionais a serem analisados (figura 1). Essa primeira abordagem aponta uma forte repetição de tipologias residenciais e de implantação, desconsiderando o contexto e as características físicas, espaciais, das famílias e ambientais de cada lugar.

Os resultados desse vetor de estudo no bairro do Matão, infelizmente, representam a grande maioria dos empreendimentos construídos pelo PMCMV. Além da pouca qualidade construtiva e projetual das moradias, é o desenho da morfologia urbana e sua inserção no tecido da cidade onde se concentram as piores respostas dos empreendimentos habitacionais produzidos pelo programa. Os projetos de implantação destinam a maior porcentagem do lote para o sistema viário e estacionamentos asfaltados, contribuindo também para a pouca permeabilidade do projeto e incremento de ilhas de calor. Além disso, eles se localizam distante das centralidades de serviços, de postos de trabalho, contribuindo para o crescimento desnecessário e ineficiente

de áreas urbanas. As áreas de lazer são raras e, no geral, possuem pouca qualidade. O impacto perverso desse modelo adotado e construído pelo PMCMV está evidente na baixa qualidade de vida dos seus moradores, dos bairros do entorno e da cidade como um todo, além da repercussão da elevação exponencial do preço da terra urbana.

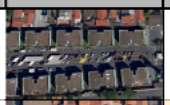
Empreendimentos	Tipologia Morfológica	Ampliação Tipológica	Número de edificações (blocos)	Gabarito	Número UH / pavimento	Número UH / bloco	Número total de unidade habitacionais	População por pavimento	População por bloco	População total no conjunto
Condomínio Residencial **Céu Azul I**	Linear / **Edifício barreira**		30	3	4	12	360	16	48	1440
Condomínio Residencial **Terra Sol**	Aglutinado com pátio		11	4	4	16	144	16	64	704
Residencial **Vila Matão I e II**	Em fitas simples		20	8	8	64	1280	32	256	5120
Condomínio **Ideal Flamboyant**	Em fitas compostas		13	5	7	35	330	28	140	1820
Condomínio **Vitória da Conquista**	Clusters aglutinados		35	3	4	12	420	16	48	1680
Condomínio Residencial **Céu Azul II**	Aglutinado **misto (disperso + linear)**		24	3	4	12	288	16	48	1152

Figura 1: Síntese Análise morfológica – empreendimentos PMCM. Fonte: autores, 2021.

REFERÊNCIAS

CAIADO; M. C.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, José M. Pinto da. (org.) **Novas Metrópoles Paulistas**: População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.275-304

CONZEN, Michael Robert Günter. **Alnwick Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers: London, 1960.

CONJUNTO RESIDENCIAL DE REALENGO: A CONSTRUÇÃO DE UMA "CIDADE MODELO" MODERNA PARA OS TRABALHADORES NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO

LT 351

Leonardo Rodrigues Pereira [1]

[1] Arquiteto e Urbanista pela EAU-UFF. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFF e professor da área de Arquitetura e Urbanismo & Design no Centro Universitário IBMR; leonardorpereira@gmail.com.

Palavras-chave: Conjunto Residencial de Realengo; Morfologia Urbana; Arquitetura Moderna; Conjuntos Habitacionais.

O conjunto residencial de Realengo concluído em 1943, de autoria de Carlos Frederico Ferreira, arquiteto chefe da divisão de engenharia do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) foi um projeto pioneiro do final da década de 1930 no âmbito da nova lógica do Estado Novo de Getúlio Vargas, como abordado na obra de Nabil Bonduki, Origens da Habitação Social no Brasil. Segundo o próprio presidente, na época, o projeto representava uma "cidade modelo" para os trabalhadores. De fato, este projeto merece um olhar de destaque pois além de propor diversas tipologias de unidades residenciais diferentes previa avanços formais significativos para a época, tais como: prédios de habitação coletiva com apartamentos prevendo comércio no térreo; implantação de espaços comunitários como praça, clube, escola, posto médico e templo católico. A importância deste espaço, que inclusive aparece como referência na icônica publicação Brazil Builds sobre a arquitetura moderna brasileira, é também urbanística. O interesse do arquiteto e da equipe não era fazer apenas edificações em um local isolado, ao contrário, o conceito era implementar uma nova estrutura para os trabalhadores, próximo a estações de trem e com uma vivência comunitária estimulada pela configuração dos espaços projetados. Nilce Botas e Ana Paula Koury ressaltam a relação das ações promovidas pelo governo Vargas na estruturação do espaço urbano do Rio de Janeiro, principalmente na visão em relação aos subúrbios, como Realengo objeto de estudo. Por meio da avaliação do projeto divulgado pretende-se identificar elementos que ainda hoje manifestem a estrutura morfológica projetada em uma paisagem modificada ao longo da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI. A comparação entre a proposta do IAPI e o estado atual do local mostra diferenças importantes que serão abordadas neste artigo.



Figura 1: Fotografia do conjunto residencial de Realengo e sua conformação espacial nos anos 1940, à época da inauguração. Fonte: BONDUKI in BOTAS & KOURY, 2014, p.158.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia; KOURY, Ana Paula. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na era Vargas (1930-1954). URBANA: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 6, n. 1, p. 144-165, 2014.

GOODWIN, Philip L. Brazil builds. **Design,** v. 44, n. 7, p. 10-11, 1943.

FUNK CARIOCA: REPRESENTAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DE UMA CULTURA URBANA NEGRA

LT 352

Gabriella Stephany Oliveira [1], Andrea Queiroz Rego [2]

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro;
[1] Mestranda; gabriella.oliveira@fau.ufrj.br
[2] Doutorado

Palavras-chave: funk; cultura negra; paisagem sonora; território; periferia carioca.

Este trabalho busca demonstrar a importância das manifestações culturais na formação de territórios na paisagem urbana e adota o funk carioca como estudo de caso. O Funk, manifestação cultural produzida e consumida em sua maioria por pessoas negras, representa uma segregação racial também acompanhada por uma segregação socioeconômica e espacial. O gênero musical cria representações nas paisagens, cuja análise possibilita um maior entendimento das apropriações dos territórios periféricos.

Gonzalez e Hasenbalg (2022) enfatizam que os efeitos do preconceito sobre a formação e as ações dos sujeitos, tanto negros quanto brancos, não são resultados apenas das discriminações em si, mas também de uma violência simbólica exercida contra o negro. Grada Kilomba (2019) fala que a falta do negro como sujeito portador de conhecimento não se dá pela falta de produção intelectual, ou pela não demonstração de sua própria realidade, mas por estes serem desqualificados e invalidados pela academia, o que inclui os estudos em arquitetura e urbanismo.

Milton Santos (2003) diz que são dos pobres que nascem as possibilidades de um debate inédito sobre a cidade, podendo ser feito silencioso ou provocando ruídos com os outros atores urbanos. O autor afirma que, desta maneira, as periferias podem repensar o tecnicismo e a psicologia dos lugares, desenvolvendo novas normas sociais, morais e afetivas, assim como práticas espaciais, de ocupação e uso dos territórios e de finalidades dos objetos constituídos neles. De acordo com o autor, a desigualdade simbólica cria culturas populares que possibilitam que grupos excluídos formem jeitos de comunicação com o meio que está inserido.

Lopes (2010) afirma que o funk cria uma cena musical em que corpos negros dançam em grandes bailes sediados nas “periferias”, e se consolidou como uma estética favelada que se conecta com a juventude negra periférica. Se apresenta de forma transgressora, apropriando dos tabus sobre violência e sexualidade e reivindica de forma incisiva o acesso à cidadania. Manifesta a subjetividade do/a jovem negro/a e suas complexas formas de sociabilidade urbana, espaço de liberdade e afirmação.

A partir disso, considera-se o funk como uma cultura popular que desenvolve um discurso identitário, da estética favelada conectada com a juventude negra periférica e coloca em pauta suas manifestações complexas de subjetividade e formas de sociabilidade urbana.

O trabalho analisa as três fases principais da trajetória do funk carioca. A primeira, na década de 1980, é caracterizada pela influência do funk norte-americano, valorização da negritude e popularização dos bailes black. A segunda, na década de 1990, é marcada pelo surgimento de músicas autorais que narravam e cartografavam o cotidiano dos artistas nas favelas em que moravam (VIANNA, 1987; LOPES, 2009). A terceira, a partir da década 2000, tem destaque no

funk proibidão e seu surgimento decorrido das tentativas de criminalização dos bailes funks. Os documentos estudados na primeira e na segunda fase são as letras das músicas, já na terceira fase são as matérias jornalísticas que relatam os grandes eventos, que passam a ser executados pelas facções criminosas, e registram as ocupações dos espaços públicos.

Como resultado dessa reflexão para além da dualidade simbólica e da moral hegemônica, será desenvolvida uma cartografia que coteja a trajetória do gênero musical e suas respectivas espacializações, que identificam territórios e criam paisagens efêmeras na periferia carioca.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. tradução de Jess oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, Adriana Carvalho. **Funk-se quem quiser**: no batidão negro da cidade carioca. Campinas, SP : [s.n.], 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003

VIANNA, Hermano. **O Baile Funk Carioca**: Festas e Estilos de Vida Metropolitanos.(Dissertação de Mestrado)PPGAS/UFRJ, 1987.

OS USOS SOCIAIS E O CONFORTO AMBIENTAL DO CAMPUS CAMPOS-CENTRO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E SUA INFLUÊNCIA NA MORFOLOGIA DOS ESPAÇOS DE APROPRIAÇÃO

LT 353

Fagner das Neves de Oliveira [1], Maria Fernanda Soares Lisboa [2], Fernanda Moreira Monteiro [3]

[1] Doutorando em Arquitetura, PROARQ/FAU/UFRJ (em andamento); docente do Instituto Federal Fluminense, IFF; fagner.oliveira@iff.edu.br.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, IFF (em andamento); m.lisboa@gsuite.iff.edu.br.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, IFF (em andamento); fernandammtr@gmail.com.

Palavras-chave: Instituto Federal Fluminense; espaço social; espaço livre institucional; conforto ambiental.

A estrutura desta pesquisa se compõe nas dimensões, escalas e disciplinas que buscam analisar a relação dos espaços apropriados para os encontros sociais e afetivos dos alunos e servidores nos espaços livres do campus Campos-Centro do Instituto Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes/RJ, relacionando-os com o conforto ambiental através da observância da qualidade do lugar por meio da aplicação de procedimentos de avaliação de desempenho e de relações pessoa-ambiente no intuito de entender como os usos sociais dos espaços livres, pelo olhar do conforto ambiental, influenciam as mudanças na sua morfologia.

Sabendo que a apropriação dos espaços por grupos sociais têm relação tanto com elementos e condições subjetivas quanto com elementos objetivos ligados à materialidade do lugar e, entre outras coisas, com a localização, tempo, facilidade de acesso e acessibilidade, disponibilidade, território e conforto ambiental,; buscaremos nesta proposta identificar o peso da materialidade, mais especificamente ligadas ao conforto ambiental do espaço construído de modo a poder permitir novas possibilidades de apropriação nos espaços.

A ocupação dos espaços livres e do pátio ocorre segundo várias considerações, podemos discutir seus aspectos em conjunto entendendo haver uma ambiência, entendido por “estudo da relação pessoa-ambiente construído, analisando os fatores de ordem subjetiva e cultural que participam da construção do Lugar, buscando conhecer os vínculos identitários, apropriativos e relacionais que os grupos sócio-culturais mantêm com o espaço” (DUARTE, 2004, p. 4).

Relacionar o conforto ambiental do edifício e dos espaços livres à ambiência parte do entendimento de que para que o lugar seja agradável e que nele haja permanência, o conforto é primordial. O Conforto ambiental que segundo Shmid (2005) é uma espacialidade além da especialidade, levando em consideração os aspectos sócio-culturais da arquitetura que influenciam as técnicas aplicadas na busca da eficiência.

Como estratégia de levantamento de dados serão utilizados walkthrough, mapa comportamental e mapeamento visual, baseados nos métodos apresentados por Rheingantz (2009). No Walkthrough é possível avaliar qualitativamente o desempenho do ambiente na sua materialidade e a coleta de dados é feita por registro das impressões sobre o local através de fichamento, fotografia, croquis, entre outros. Foram analisados a temperatura, iluminação e ventilação dos ambientes, além do mobiliário e materiais empregados. O Mapa Comportamental analisa as atitudes e as atividades realizadas pelos usuários dos ambientes por meio de mapas esquemáticos, logo será a ferramenta de verificação da congruência do ambiente planejado construído ao efetivamente existente e

utilizado. Por sua vez, o Mapeamento Visual tem como objetivo apontar aspectos de apropriação espacial e territorialidade, avaliando a adequação do mobiliário e dos equipamentos existentes.

Este projeto é parte integrante de um projeto de fomento FAPERJ com uma abordagem multidisciplinar em edificações e espaços livres em campi de Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UFF, IFF e UFRRJ), visando a otimização associada ao conforto ambiental. Espera-se contribuir com o planejamento das instituições, em cenário de contingenciamento otimizando o conforto ambiental nos espaços livres, espaços sociais e espaços edificados, propiciando, também, uma maior interação científica entre as instituições.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Cristiane Rose. Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço. **Por une écologie sociale de la ville sensible**: ambiences urbaines en partage. Genève: MetisPresses, v. 1, 2013.

RHEINGANTZ, Paulo A., et al. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

SCHMID Aloisio Leoni; **A Ideia de Conforto** - Reflexões Sobre o Ambiente Construido; Editora Pacto Ambiental, 2005, Curitiba.

O LUGAR COMO PROMOTOR DE CAMINHABILIDADE E DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

LT 354

Leonardo Novo Ghislandi [1], Andréa Holz Pfützenreuter [2]

[1] Graduando em Engenharia de Transportes e Logística, UFSC;
[2] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, UFSC; andrea.hp@ufsc.br.

Palavras-chave: Aging-in-place; caminhabilidade; espaços urbanos.

A pandemia do coronavírus foi uma evidência da essencialidade da atividade física ao ar livre para a saúde de todos. Este período foi conturbado para todos, o certo e errado estavam latentes e sujeitos a muitos conceitos e dilemas. Os idosos se isolaram em suas residências por recomendações médicas ou por pertencerem ao grupo de risco, sofrendo consequências negativas provocadas pelo afastamento social, como o sentimento de solidão e de finitude, depressão, angustia, esquecimento e inutilidade social. (BERG-WEGER; MORLEY, 2020; GALEA; MERCHANT, LURIE, 2020; SEPULVEDA-LOYOLA et al.,2020 apud SARAIVA et al., 2020) além dos impactos na saúde física e no bem-estar (SARAIVA et al., 2020). As populações mais velhas são mais dependentes das características da morfologia do local, do uso e ocupação do ambiente em que moram: lojas, serviços, unidades de saúde, recreação e entre outros (ROUX et al., 2004 apud RIBEIRO et al.,2016). O envelhecer no lugar (ageing in place) proporciona um lugar em que os idosos se sentem aptos para viver com independência e utilizem a caminhabilidade das calçadas, entre locais, como um engajamento na prática de atividades físicas, além de ser um modo de transporte ativo e saudável. Há uma carência de estudos relacionando a mobilidade urbana, a atividade física enquanto caminhada, e o envelhecimento saudável, sobretudo no contexto brasileiro. O objetivo deste estudo foi investigar as publicações científicas que argumentam a relação entre a mobilidade urbana e a prática de atividades físicas dos idosos, identificando as características físicas do ambiente construído que incentivem a caminhada como meio de transporte. Por meio de uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2011 e 2021, nas bases de dados PubMed, SciELO, Cochrane Library, BU UFSC e LILACS, adotando os restritores: envelhecimento saudável, ageing in place e mobilidade urbana. O resultado inicial encontrou oitenta e uma publicações, realizando a leitura dos respectivos títulos e resumos, relacionados ao tema envelhecimento e morfologia urbana, foram removidos os estudos repetidos; as publicações que constavam apenas resumo e estudos produzidos em outros idiomas exceto português e inglês. Desta análise definiram-se dezesseis artigos a serem lidos na íntegra, sendo que treze foram selecionados para integrarem a base teórica do projeto. Identificou-se a baixa produção de estudos com enfoque nos idosos acima de 79 anos. Logo, foram considerados os materiais que mencionavam as pessoas com 60 anos ou mais. Os materiais selecionados foram divididos em categorias quanto ao assunto predominante no estudo: “Aging in place” (AIP), “Atividade física” (AF), “Mobilidade urbana/Ambiente construído (AC)”, “AIP+AC”, “AIP+AF”, “AF+AC”. Pela leitura observa-se que o vínculo do idoso e ao local, promove uma vantagem econômica, seja pela promoção dos serviços prestados e utilizados em regiões distintas da cidade, a qualidade de vida diária é melhor, reduzindo os custos atrelados às mensalidades das casas de repouso, pelo cuidado e assistência médica-psicológica (WANG; SHEPLEY, 2018). Os estudos demonstram que é possível melhorar a condição do ageing in place com a promoção de capital social pela construção de espaços destinados para o convívio coletivo

(LOO et al., 2017) e a criação de suportes para atividades participativas e educacionais (PARK; CHOI, 2021), ao perceber a morfologia urbana do contexto social populacional do lugar, o envelhecer torna-se mais saudável e menos solitário. A possibilidade de qualificar a segurança no trânsito, com maior atenção para os pedestres, é também uma alternativa para estimular o envelhecimento ativo e saudavel no ambiente urbano. A caminhabilidade está positivamente relacionada com a prática de exercícios físicos por parte dos idosos (KING et al., 2011; HOLLE et al., 2014 apud HOLLE et. al, 2016), reduzindo o fator ao sedentarismo (KIKUCHI et al., 2013 apud HOLLE et al., 2016). A combinação entre deixar uma região mais caminhável e o incentivo de contatos sociais entre os vizinhos pode ser o suficiente para diminuir os níveis de sedentarismo dos idosos (HOLLE et al.,2016). A morfologia urbana que promove a mobilidade das pessoas, aumentando as interações sociais e desenvolvendo mecanismos que estimulem a caminhada e a percepção dos espaços, devem ser os principais objetivos de um planejamento urbano que incentiva o envelhecimento humano.

REFERÊNCIAS

HOLLE, V. et al. Interactions between Neighborhood Social Environment and Walkability to Explain Belgian Older Adults' Physical Activity and Sedentary Time. **International Journal Of Environmental Research And Public Health,** [S.L.], v. 13, n. 6, p. 569, 7 jun. 2016. MDPI AG. Disponível em: http://dx.doi.org/10.3390/ijerph13060569.

LOO, B. P. Y., LAM, W. W. Y., MAHENDRAN, R., & KATAGIRI, K.. How Is the Neighborhood Environment Related to the Healt of Seniors Living in Hong Kong, Singapore, and Tokyo? Some Insights for Promoting Aging in Place. **Annals of the American Association of Geographers**, 2017, 812-828. Disponível em: https://doi.org/10.1080/24694452.2016.1271306

PARK, J. CHOI, B. Factors Affecting the Intention of Multi-Family House Residents to Age in Place in a Potential Naturally Occurring Retirement Community of Seoul in South Korea. **Sustainability**, [S.L.], v. 13, n. 16, p. 8922-8945, 9 ago. 2021. MDPI AG. Disponível em: http://dx.doi.org/10.3390/su13168922.

RIBEIRO, A. I. et al. The influence of socioeconomic, biogeophysical and built environment on old-age survival in a Southern European city. **Health & Place**, [S.L.], v. 41, p. 100-109, set. 2016. Elsevier BV. Disponível em:http://dx.doi.org/10.1016/j.healthplace.2016.08.008.

SARAIVA, M. D. et al. The Impact of Frailty on the Relationship between Life-Space Mobility and Quality of Life in Older Adults during the COVID-19 Pandemic. **The Journal Of Nutrition, Health & Aging,** [S.L.], v. 25, n. 4, p. 440-447, 17 nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1007/s12603-020-1532-z.

WANG, Z. SHEPLEY, M. M. Can aging-in-place be promoted by the built environment near home for physical activity: a case study of non-hispanic white elderly in texas. **Journal Of Housing And The Built Environment**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 749-766, 22 jan. 2018. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em:http://dx.doi.org/10.1007/s10901-017-9584-z.

AFETOGRAFIA: HISTÓRICOS-CULTURAIS E AFETIVOS DA CIDADE DE CARMO NO RJ

LT 355

Rachel Silveira [1]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, IES Anhanguera Niterói/RJ (em andamento); email rakel614@hotmail.com.

Palavras-chave: Afetografia; Arquitetura da Memória; Mapa de Afetos; Política Patrimonial

Afetografia, representação gráfica dos Mapas de Afetos, construídos com alguns habitantes da cidade de Carmo, Rio de Janeiro. Metodologia que proporcionou verdadeiros tesouros, mosaicos históricos-culturais/afetivos. Com objetivo principal, repensar as políticas públicas na área cultural-patrimonial e de turismo. A ideia era fomentar nos atores sociais-políticos a discussão sobre a importância de uma política pública patrimonial e também promover novos usos e maior interação entre os bens patrimoniais/afetivos e a comunidade local, oferecendo subsídios sobre o conjunto patrimonial da Cidade. A Metodologia utilizada foi da Documentação Histórica à Pesquisa-Ação, de Michel Thiollent, do qual foi retirado o conceito das entrevistas semiestruturadas, relatos orais, além de registro fotográfico. O trabalho traz um arcabouço teórico que fundamenta a proposta em termos conceituais sobre a importância da Afetografia, da arquitetura da memória, dos conceitos de paisagem urbana e sonora e outros. Assim como também em termos práticos, promover a relação afetiva da comunidade com os espaços públicos citados nas entrevistas e nos desenhos. Tendo como foco a preservação, valorização e difusão dos bens culturais reconhecidos como Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais da Cidade do Carmo. No primeiro momento, o projeto teve início na experiência inusitada de escutar alguns habitantes da cidade, tendo como principal objetivo descobrir quais eram os espaços urbanos que carregavam memórias afetivas e/ou que marcaram de alguma forma suas trajetórias de vida. Com esses dados, obtidos através de entrevistas faladas e/ou desenhos, foi formado um mosaico que resultou na construção de um grande Mapa de Afetos. Estas histórias construíram 3 (três) Percursos Históricos-Culturais e Afetivos: Percurso Religioso (Procissões); Percurso das Crocheteiras/Trabalhadores das Fábricas de Barbante; Percurso das Fazendas, que além de sua história e suas edificações, abriga patrimonios imateriais, como a manteiga, o gado nelore e a premiada Cachaça da Quinta. Considerando todos estes pontos, foi pensado numa proposta de implantação de um Pólo Cultural-Gastronômico na antiga Sede da Estação Ferroviária que se encontra abandonada e subutilizada. Assim, os patrimônios materiais e imateriais, tombados e/ou a tombar foram catalogados com o intuito de dinamizar a cidade e implantar o turismo sustentável na região. Tendo a responsabilidade de transformar estas referências afetivas em pontos de interesse para atrair seus habitantes e visitantes, foi criado um Panfleto e uma Cartilha, que segue abaixo. Assim como, um video e um site, www.afetografiacarmorj.com.br, onde podemos visualizar o video e consultar um mapa georreferenciado, mostrando os percursos, assim como a história da construção desta cidade. Nele também, são divulgados os patrimonios, a pesquisa e propostas com diretrizes importantes na construção das APACs – àreas de proteção do ambiente cultural e turístico construído.



Figura 1: Imagem do Panfleto_Verso. Fonte: Elaborado pela autora, Junho/2022.



Figura 2: Imagem do Panfleto_Frente. Fonte: Elaborado pela autora, Junho/2022.

REFERÊNCIAS

BARROS, M.M.L. **Memória e Família**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.29-42, 1989.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar Editora,2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Memória de velhos. São Paulo, USP, 1979.

_____. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: Edusp, 1983.

CARERI, F. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. 1 Ed. São Paulo: Editora Gustavo Gili. 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Artigo: Apresentação do Livro de Ecléa Bosi**. Memória e Sociedade: Memória de Velhos. USP, São Paulo, 1979.

CHOAY, Françoise. Patrimonio histórico na era da indústria cultural. In: _____. **A alegoria do patrimonio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORBIN, Alain. **Território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana.** Lisboa, Edições 70, 2010.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora. **Revista Brasileira de História,** São Paulo: Marco Zero/ANUPUH, Vol.13 Nº25/26, pp.97-103/1992/1993.

DUNCAN, James. **The city as text**. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2 Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice,1990.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo, Ed. Martins Fontes. 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimonio Cultural: uma revisão de premissas. In: **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimonio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimonio Cultural: desafiso, estratégias e experienciais para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História: São Paulo, v. 10, 1993.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Koury. In **Projeto história.** Revista do Programa de estudos de Pós Graduados em história e do Departamento de história da PUC- SP. São Paulo: Educ, 1981.

PIÑON, Helio. **Teoria do Projeto.** Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2006.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2011

DO CORPO À CIDADE: QUINTAIS COMO FORMAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRAS NO ESPAÇO URBANO

LT 356

Rita C. M. Montezuma [1], Flávia E. S. Martins [2], Paulo Santo[3]; Laís A. Souza [4]

[1] Professora Associada do Departamento de Geografia, NIPP/POSGEO/UFF; ritamontezuma@id.uff.br.
[2] Professora Associada do Departamento de Geografia, GEOCOTIDIANO/POSGEO/UFF; fesmartins@id.uff.br.
[3] Engenheiro Cartógrafo e Sociólogo Colaborador do NIPP/UFF; oaluap@gmail.com.
[4] Graduanda em Geografia/NIPP/UFF; laissouza@id.uff.br.

Palavras-chave: territórios negros; quilombo; paisagem urbana, quintais ressignificados, (re)existências urbanas.

Esta pesquisa se inicia com foco nos territórios negros, periféricos, dos quintais do Quilombo Cafundá-Astrogilda e entorno (Vargem Grande, Rio de Janeiro/RJ, BR). **A população negra, majoritária nas periferias urbanas**, recorrem às estratégias de (re)existir e morar resultando em implicações escalares que se articulam com práticas sociais em suas dimensões vividas e institucionais, revelando mecanismos de exclusão/inclusão (SODRÉ, 2019). Quintais, objeto desta pesquisa, são formas de habitar em áreas urbanas e rurais, compreendidos nos espaços externos à casa que fazem parte da propriedade, com funções de convívio social, lazer e/ou produção a partir de elementos como jardins, hortas, criações e pomares. Este trabalho objetiva discutir os quintais como formas associadas a valores familiares ou coletivos, partindo da hipótese de que estes são espaços de resistência, os quais desempenham funções que variam da escala do corpo à cidade, que perpassam a segurança alimentar e somam-se à conservação de solos, água, biodiversidade e à cultura e memória da comunidade (AMORIM et al., 2015). Foi empregada a técnica da observação participante e da bola de neve para a caracterização **de todos** os quintais do Quilombo, assim como no entorno, onde buscamos apoio do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa, visando à pesquisa sobre os conflitos entre o processo de urbanização e o modo de vida nos quintais quilombolas. Para tanto, foram aplicados 50 questionários junto à comunidade escolar para levantamento do perfil socioeconômico **(idade, cor, escolaridade, renda)** e das funções presentes nos quintais ou seus equivalentes ressignificados. No Quilombo foi realizada uma sequência de incursões guiadas por mulheres que, ao nos introduzirem na organização de seus espaços, entre a casa e a cidade, nos revelavam a organização de suas estratégias de vida. Identificamos que formas diferenciadas em contextos habitacionais específicos resguardam práticas realizadas nos antigos quintais, que também revelaram as ressignificações dos quintais nos espaços possíveis e, portanto, de resistência aos modelos de habitar propostos nos projetos de urbanização. O resultado demonstrou a importância dos quintais para os grupos periferizados da cidade, sejam quilombos, favelas ou outras comunidades de baixa renda, **majoritariamente negros**, expressando o peso do processo histórico na formação socioespacial. Nos quintais verificou-se um entramado de saberes e práticas que os destacam como o lócus das relações predominantemente femininas, que lhes possibilitam um cuidar de si e dos/as seus/suas (GOMES, 2009). Nos quintais ressignificados a questão de gênero foi menos preponderante. Na escala da comunidade, quintais influenciam na educação dos mais jovens, reforçando a formação de identidade, pertencimento e detenção de conhecimento e memórias de usos e cuidados. Constituem-se fontes de trabalho e geração de renda, subsidiando a economia doméstica. Na conservação da biodiversidade, se integram à área protegida, atuando como nicho alimentar e espacial complementares para a fauna e subsidia trocas gênicas com a

matriz florestal. Na escala da cidade e do município torna-se uma alternativa ao padrão atual de planejamento e produção do espaço urbano, por se tratar de áreas não edificadas, de agriculturas familiares urbanas, de conhecimentos acerca da biodiversidade e de populações tradicionais com técnicas de conservação *in situ* de espécies de diversas categorias de uso e de interesse da população em geral.



Figura 1: Quintal do Quilombo Cafundá Astrogilda, bairro de Vargem Grande, Rio de Janeiro. Fonte: Rita Montezuma, 2018.



Figura 2: Lage – ressignificação de quintal, bairro do rio Comprido, Rio de Janeiro. Fonte: Ana Nardy, 2019.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Alexandre Nojosa; CARVALHO, Denis Barros de; BARROS, Roseli Farias Melo de. Vinculação afetiva a quintais urbanos do Nordeste Brasileiro. In: **Espacios**, v.36, n.16, 2015, p: 1-10.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana**: terreiros, quilombos, quintais da grande BH. Tese de Doutorado em Geografia, Belo Horizonte, Minas Gerais: PPGEO/UFMG, 2009.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2019

ENTRE LINHAS E TRAMAS: ANÁLISE HISTÓRICA E PONTECIALIDADES DE EXPANSÃO URBANA EM PARACAMBI

LT 357

Carolina Damasceno. Giovana Gomes. Johnny Santana. Leonam Aquino. Denise de Alcantara.

Graduandos em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
[1] caroldamascenoo@ufrrj.br, [2] giovanagomes@ufrrj.br, [3] johnnysnt@ufrrj.br, [3] leoaquino1999@outlook.com.
[4] Professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. dalcantara@ufrrj.br.

Palavras-chave: Expansão urbana, Cenários prospectivos, morfologia urbana, Paracambi-RJ.

O presente trabalho apresenta investigação sobre o tecido urbano de Paracambi, município localizado no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, a partir de seus antecedentes históricos de ocupação e evolução urbana, marcados por expansão territorial extensiva tentacular, isto é, “caracteriza-se pela ocupação das terras em função do sistema viário” (JAPIASSÚ e LINS, 2014) e dos cursos d’água. O principal modal de articulação viária e testemunho das logísticas de ocupação é a ferrovia. Inaugurada em 1861, foi determinante na localização e servia de apoio para o transporte de funcionários e escoamento da produção da antiga Fábrica Brasil Industrial de produtos têxteis, cujo edifício de arquitetura industrial inglesa é hoje ocupado pela icônica instituição educacional Fábrica do Conhecimento. No eixo entre a fábrica e a estação consolidou-se uma trama urbana reticulado configurada por vilas operárias ao longo do Rio dos Macacos, onde se concentram as principais atividades e equipamentos urbanos e cívicos municipais.

Ainda que a ferrovia tenha sido um importante canal de escoamento e principal vetor de expansão urbana a partir das estações, seu caráter tornou-se fragilizado, tendo em vista o processo de ocupação urbana e apropriação do espaço em função das necessidades humanas imediatas e mutáveis. A ferrovia limita-se à uma extensão do ramal de Japeri e sua principal função é o movimento pendular para a metrópole, configurando Paracambi como cidade-dormitório (LAGO, 2007). Corrobora com este cenário a limitada oferta de transporte público rodoviário, o que dificulta a integração com a linha férrea e com outros distritos e localidades, em um tecido esgarçado tanto pela configuração tentacular, quanto pelas questões e dicotomias socioespaciais presentes (COSTA, 2015). Seu aspecto físico-espacial apresenta núcleos urbanos principais, concentrados e segregados. A maior parte do território tem rarefeita ocupação das áreas periurbanas e rurais, caracterizadas como espaços livres de edificações (MACEDO et al., 2018), destinados a atividades agropastoris; ou ainda, de aquelas de caráter ambiental, com densa cobertura vegetal e relevo acidentado, praticamente sem intervenção humana. Um exemplo é o Parque do Curió, o segundo maior do Estado, cujo potencial não é devidamente explorado pela falta de infraestrutura, plano de manejo e informação para acesso da população, que garantam seu usufruto público e sua preservação.

O potencial de expansão urbana se encontra em áreas periféricas, de caráter rural, pouco exploradas, com limitado acesso ao transporte público e má articulação intramunicipal.

Em anos recentes, vem se modelando uma nova dinâmica metropolitana, em função dos incentivos fiscais municipais para atrair indústrias e condomínios logísticos, principalmente na RJ-127, principal acesso a partir da via Dutra, além da consolidação como polo educacional na centralidade da antiga fábrica.

Considerando as pressões por terras para localização industrial e habitacional inerentes a esse processo de expansão metropolitana, busca-se prospectar cenários de desenvolvimento, tendo a natureza e o suporte geobiofísico como elemento primordial de planejamento da paisagem (MCHARG, 1971). Metodologicamente, são realizados mapeamentos multitemáticos e multiescalares, levantamentos de campo e análises espaciais e tipo-morfológicas, com apoio de geotecnologias (SIG) de modo a identificar as transformações ocorridas nos últimos 30 anos. Os cenários são analisados sobre as vertentes da expansão urbana e socioespacial do município, que tanto podem alavancar um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente responsável, quanto engendrar uma ocupação predatória e desordenada, como tantas já vistas na metrópole fluminense.

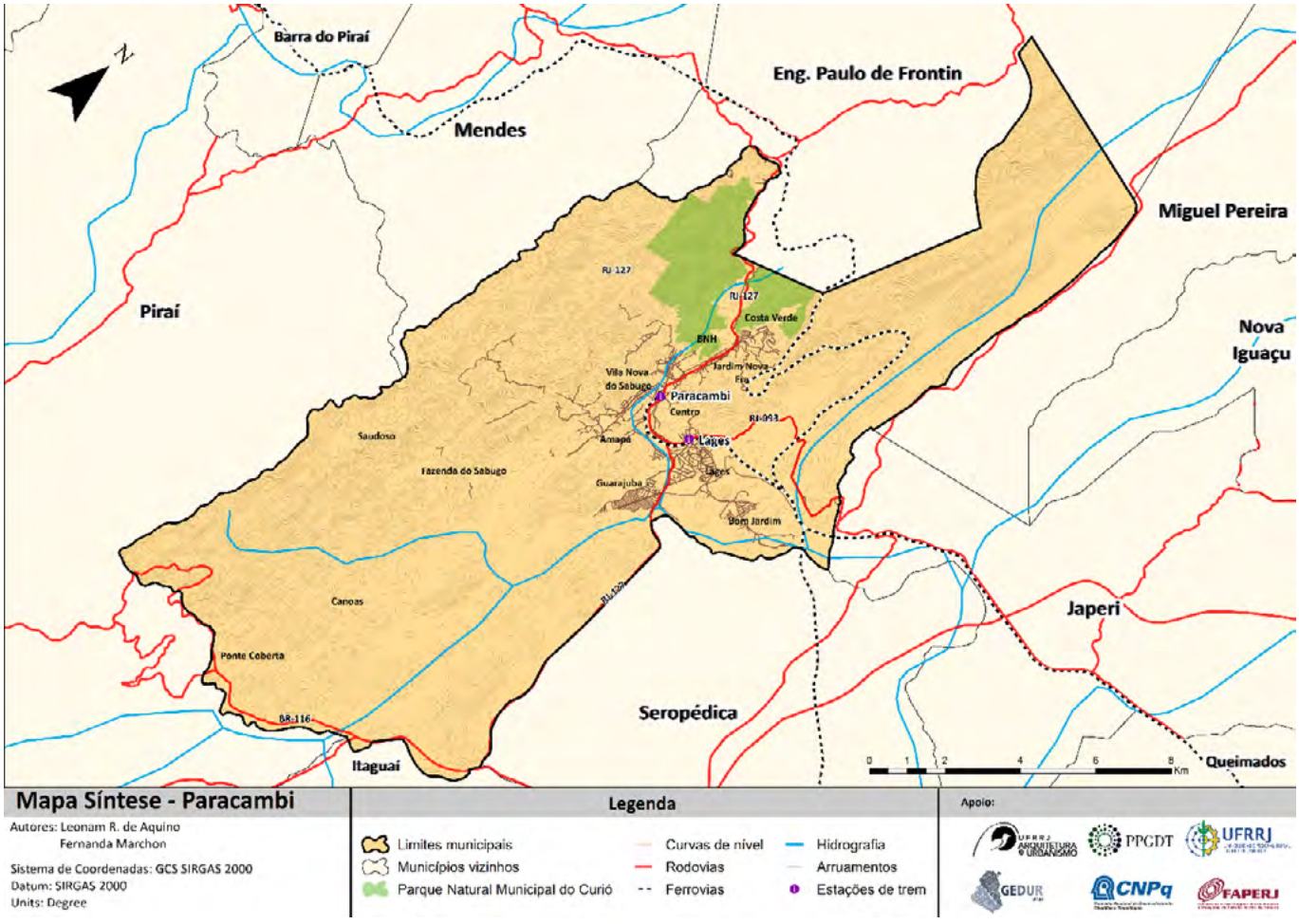


Figura 1: Paracambi: limites municipais, mancha urbana e Parque do Curió. Fonte: Acervo GEDUR, 2022.

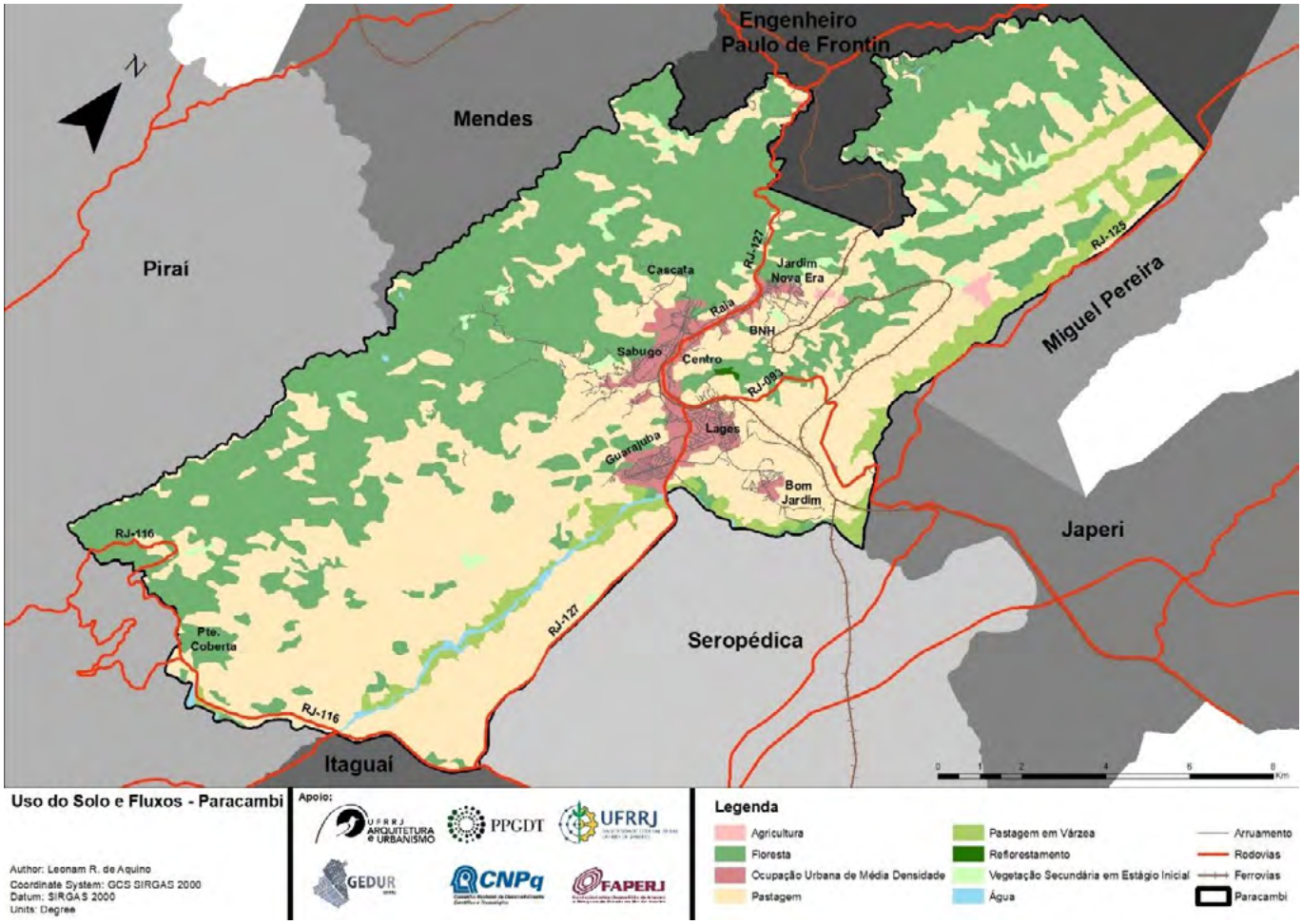


Figura 2: Expansão urbana tentacular ao longo dos eixos viários e hídricos. Fonte: Acervo GEDUR, 2022.

REFERÊNCIAS

COSTA, V. Tecido Urbano Esgarçado: a fissura entre ricos e pobres. **E-metropolis** nº 44 ▪ ano 12 março de 2021.

JAPIASSÚ, L; LINS, R. As diferentes Formas de Expansão Urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 02, n. 13, 2014, pp. 15-25

LAGO, Luciana. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. In **Cadernos IPPUR**, Ano XXI, no. 2 Ago-Dez 2007. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007.

MACEDO, S., QUEIROGA, E., CAMPOS, A., GALENDER, F., CUSTÓDIO, V. **Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2018.

MCHARG, I. **Design with Nature**. New York: Doubleday/Natural History Press. 1971.

MAGNOLI, M. Espaço livre - Objeto de trabalho. In **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, p.177-200. 2006.

MORFOLOGIA DA PAISAGEM URBANA: ANÁLISE VISUAL TRIDIMENSIONAL DO AÇUDE VELHO EM CAMPINA GRANDE, BRASIL

LT 358

Paula Santos [1], Maria Eduarda Dantas [2], Rávina Medeiros [3], João Victor Silva [4], Mauro Barros Filho [5]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFCG (em andamento); paularodgss@gmail.com.
[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFCG (em andamento); dudaldantas@gmail.com.
[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFCG (em andamento); ravinabmmedeiros@gmail.com.
[4] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFCG (em andamento); joaovictor.jv1292@gmail.com.
[5] Doutorado em Desenvolvimento Urbano, UFPE; mbarrosfilho@gmail.com.

Palavras-chave: Paisagem Urbana; Morfologia Urbana; Análise Gráfica Visual 3D

O Açude Velho é um importante marco histórico e cultural de Campina Grande (Paraíba), cidade do Semiárido brasileiro sujeita a frequentes períodos de estiagem. Construído em 1828 para o abastecimento hídrico da região, a partir de 1907 esse corpo d'água passa a ser integrado à malha urbana com a instalação do ramal ferroviário, recebendo em seu entorno diversas indústrias. A partir de 1950, um intenso processo de valorização desta área, acompanhado por um acelerado adensamento construtivo, torna sua paisagem um dos principais cartões postais da cidade, mas também alvo de especulação imobiliária, espetacularização e gentrificação (FERREIRA e BARROS FILHO, 2019). Assim, as fachadas, os gabaritos e as formas de ocupação dos edifícios que ficam no entorno do Açude Velho vêm dificultando a percepção e a legibilidade visual do mesmo, bem como sua apropriação pelas pessoas.

Com os avanços das teorias da Sintaxe Espacial (HILLIER e HANSON, 1984) e das Isovistas (BENEDIKT, 1979), surge a Análise Gráfica Visual - VGA (TURNER et al., 2001), método quantitativo que analisa os campos visuais do pedestre, relacionando cada ponto de observação do espaço com os demais, indicando o grau de visibilidade das áreas através de uma escala de cores. No entanto, apesar do enorme leque de possibilidades, muitos softwares aplicam VGA apenas em espaços bidimensionais. Pesquisas recentes (MORAIS et al., 2017) buscam desenvolver métodos para compreender o espaço tridimensional, gerando resultados mais próximos à realidade.

Dentro desse contexto, o presente artigo tem o objetivo geral de analisar a visibilidade do Açude Velho, na perspectiva do pedestre, a partir de uma análise morfológica tridimensional da área urbana que o margeia. Mais especificamente, o trabalho busca: caracterizar o corpo d'água e seu entorno, considerando a relação entre seus elementos morfológicos e suas transformações ao longo do tempo; construir uma metodologia para analisar a visibilidade em terceira dimensão do corpo hídrico, considerando as características morfológicas do seu entorno; e compreender os principais fatores visuais que interferem (facilitam ou dificultam) na integração do Açude Velho com o seu entorno.

A metodologia proposta (Fig.1), baseada em Barros Filho, Castro e Jales (2022), é composta pelas seguintes etapas: (a) levantamento de dados primários e secundários; (b) elaboração de mapas morfológicos e de usos do solo; (c) construção de um modelo 3D, representando o relevo e as barreiras visuais (edificações e vegetação, Fig.2) no entorno de 400 metros do Açude; (d) fatiamento do modelo 3D a cada 0,5 metros de altitude; (e) elaboração de mapas VGA 2D para

cada fatia; (f) interpolação pelo inverso da distância dos valores obtidos em cada mapa; (g) sobreposição dos mapas interpolados de todas as fatias; e (h) elaboração do mapa VGA 3D a partir da média dos valores obtidos.

Os resultados revelam que há uma dicotomia sobre a valorização do Açude Velho. Seu entorno norte apresenta alta visibilidade e maiores níveis de integração global, enquanto seu entorno sul apresenta baixa visibilidade e menor integração, sendo mais inseguro e menos apropriado pelos usuários. Ademais, percebe-se que a paisagem da área tem sido vendida como uma mercadoria pelos agentes imobiliários, acarretando em uma verticalização exacerbada e em um aumento da ocupação do solo, resultantes de processos de especulação imobiliária e gentrificação, o que torna as edificações barreiras sociais para além de físicas.

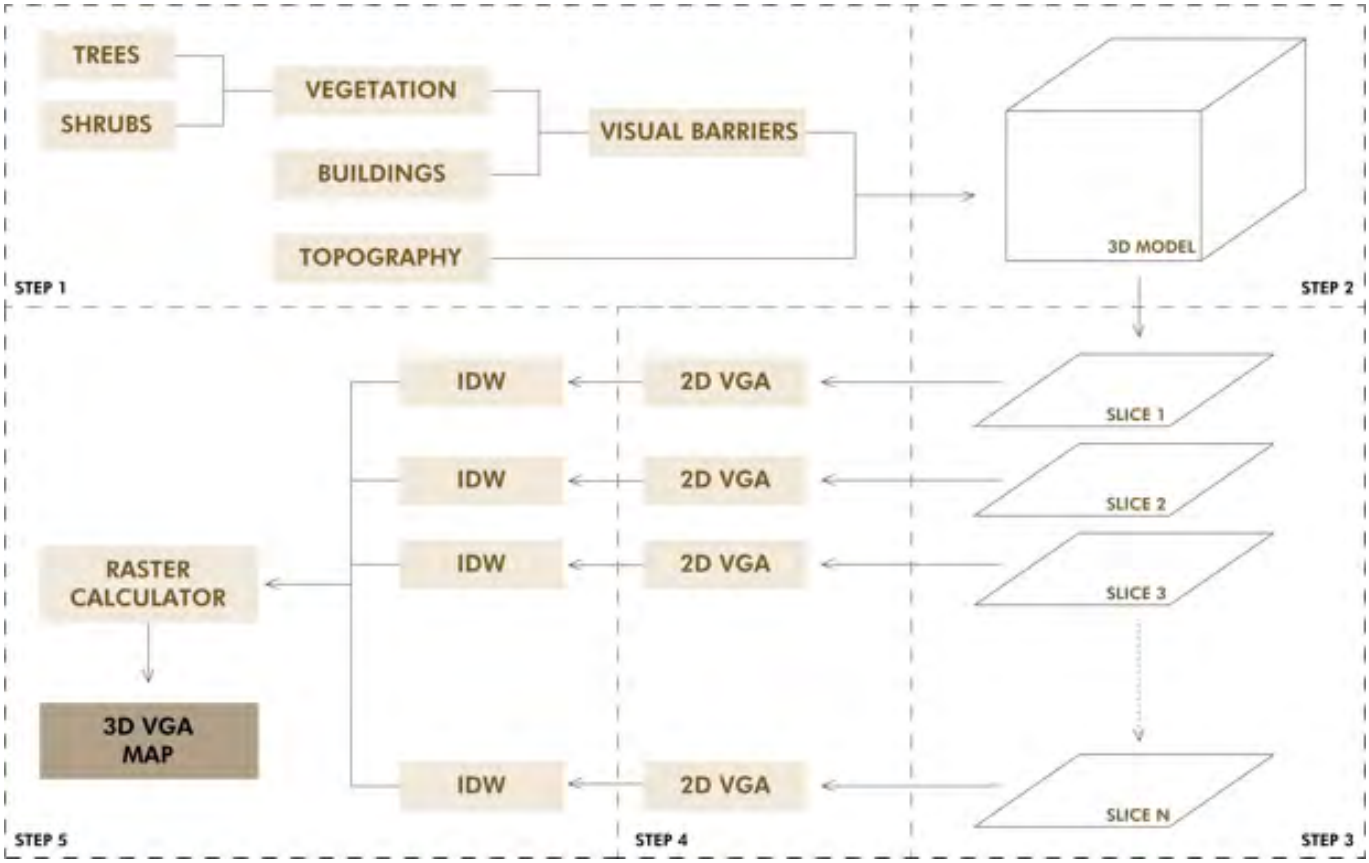


Figura 1: Esquema metodológico proposto. Fonte: Barros Filho, Castro e Jales (2022).

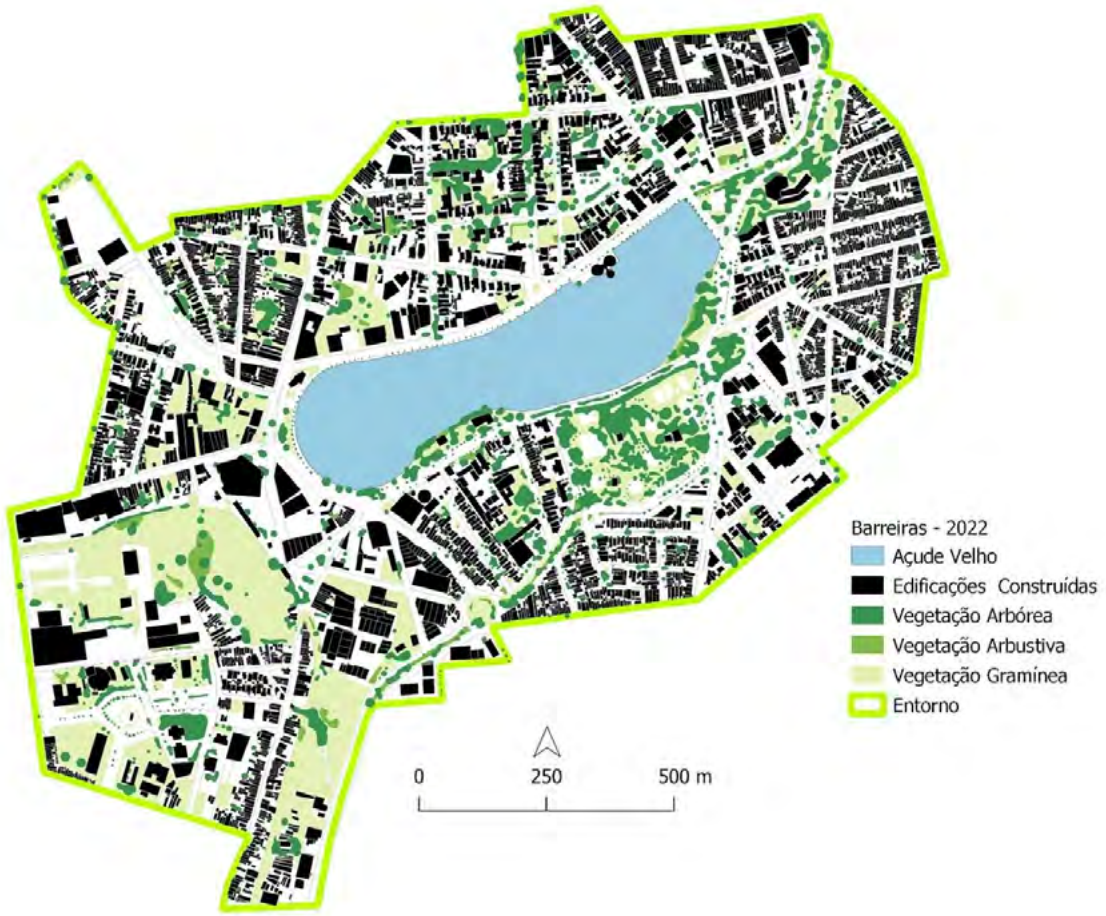


Figura 2: Mapa de Barreiras Visuais no entorno do Açude Velho.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, M. N. M.; CASTRO, A. A. B. C.; JALES, L. S. Multi-Slice Visibility Graph Analysis. In: **Proceedings of the 13th Space Syntax Symposium.** Bergen, 2022.

BENEDIKT, M. L. To take hold of space: isovists and isovist fields. In: **Environment and Planning B**: Planning and design, v. 6, n. 1, p. 47-65, 1979.

FERREIRA, Y. V. B.; BARROS FILHO, M. N. M. Áreas urbanas em beira d'água: análise de integração do açude velho com a cidade de Campina Grande, PB. Campina Grande - PB. In: **Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica da UFCG**, 2019.

HILLIER, B., HANSON, J.. **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MORAIS, F. ; VAZ, J. V.; VIANA,, D. L.; CARVALHO, I. C.; RUIVO, C.; PAIXÃO, C.; TEJADA, A.; GOMES, T. 3D Space Syntax Analysis: case study 'Casa da Música'. In: **Proceedings of the 11th Space Syntax Symposium.** Lisboa, 2017.

TURNER, A.; DOXA, M.; O'SULLIVAN, D.; PENN, A. From Isovists to Visibility Graphs: A Methodology for the Analysis of Architectural Space. In: **Environment and Planning B**: Planning and Design, v. 28, n. 1, p. 103–121, 2001.

CIRCUITO 12 ARTES: APROPRIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

LT 360

Khristiano Boquimpani Cuco Calvelli [1], Lucas Ribeiro da Silva [2], Mayara Cristina Pereira Leite dos Reis [3], Thaissa da Silva Ferreira [4]

Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, Instituto Federal Fluminense, Campus Campos Centro (em andamento);
[1] k.boquimpani@gsuite.iff.edu.br; [2] lucasriberiov7@gmail.com; [3] mayreiss@gmail.com; [4] thaissafs1@hotmail.com

Palavras-chave: Centro Histórico; Patrimônio; Manifestações Culturais; Campos dos Goytacazes; Circuito Cultural.

O patrimônio de um povo pode ser composto por elementos materiais, ou também possuir características abstratas, representadas através de suas expressões culturais, considerados patrimônios imateriais (UNESCO, 2003). A reflexão acerca dos estímulos à relação de um povo com seu patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico torna-se relevante para a conscientização de sua preservação, que podem ser fortalecidas através de iniciativas como a proposta do “Circuito 12 Artes”, idealizado para a apropriação do Centro Histórico (CH) da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. O CH campista, adjacente ao Rio Paraíba do Sul, é composto por importantes elementos do patrimônio local e intensas atividades de comércio e serviços. Contudo, esta área da cidade carece de estímulos à interação da população com sua cultura local, principalmente fora do horário comercial, período este em que se observa o esvaziamento e a consequente sensação de insegurança. Além das edificações históricas, o Art. 271 da Lei Orgânica Municipal reconhece como patrimônio histórico, cultural e afetivo, do município, as seguintes manifestações: o Jongo, os Bois de Samba, o doce chuvisco, a Cavalhada de Santo Amaro, o linguajar campista, entre outras. Diante deste cenário, no âmbito da disciplina de Ateliê Integrado do Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias do Instituto Federal Fluminense, em 2021, estabeleceu-se a proposta de um circuito que tem como objetivo geral auxiliar na oferta de uma sensação de maior vitalidade do CH, proporcionando aspectos de uma cidade viva, segura e saudável (GEHL, 2015), aliada à promoção do patrimônio cultural e do resgate de aspectos históricos relevantes. Para isto, os objetivos específicos deste trabalho incluem: analisar o contexto sociocultural, através da elaboração de diagnósticos e identificar as manifestações culturais existentes na cidade. Assim, as estratégias metodológicas adotadas foram: pesquisas bibliográfica e documental; entrevistas e debates com atores políticos, acadêmicos e gestores públicos; aplicação de questionário com vistas à validação da proposta pela população local. Como resultado, foi elaborado um cronograma de atividades, estruturado através de um plano de ação (financeiro, divulgação e comercialização), que foram compilados em uma revista digital apresentada em uma live no Youtube (ARQIFFTUBE, 2021), como encerramento da disciplina. O circuito é composto por atividades culturais estruturadas em 12 eixos temáticos (Figura 1), considerados norteadores para captação de diversas manifestações culturais locais. As atividades aconteceriam aos sábados, a partir das 17h até o início da madrugada de domingo. Foram idealizados painéis itinerantes, para serem dispostos nas adjacências dos seguintes espaços livres públicos do CH: Praça São Salvador, Pelourinho, Praça do Chá Chá Chá, Praça do Santuário Diocesano Eucarístico, Praça do Terminal Rodoviário e o Cais da Lapa (Figura 2). Ao propor a realização do evento, busca-se fomentar o debate público acerca das potencialidades existentes no CH, objetivando a ocupação estratégica dos amplos espaços livres públicos e

a valorização do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico campista, com intervenções de incentivo à memória e ao pertencimento, sendo estas consideradas plenamente viáveis. Assim, o circuito é um convite à pluralidade, a mobilização de políticas públicas e a integração de múltiplos grupos da sociedade com sua cidade.



Figura 1: Imagem resumo do Circuito 12 Artes, com apresentação da logomarca e dos 12 eixos temáticos, subdivididos ao longo dos 12 meses do ano. Fonte: Autores, 2022.

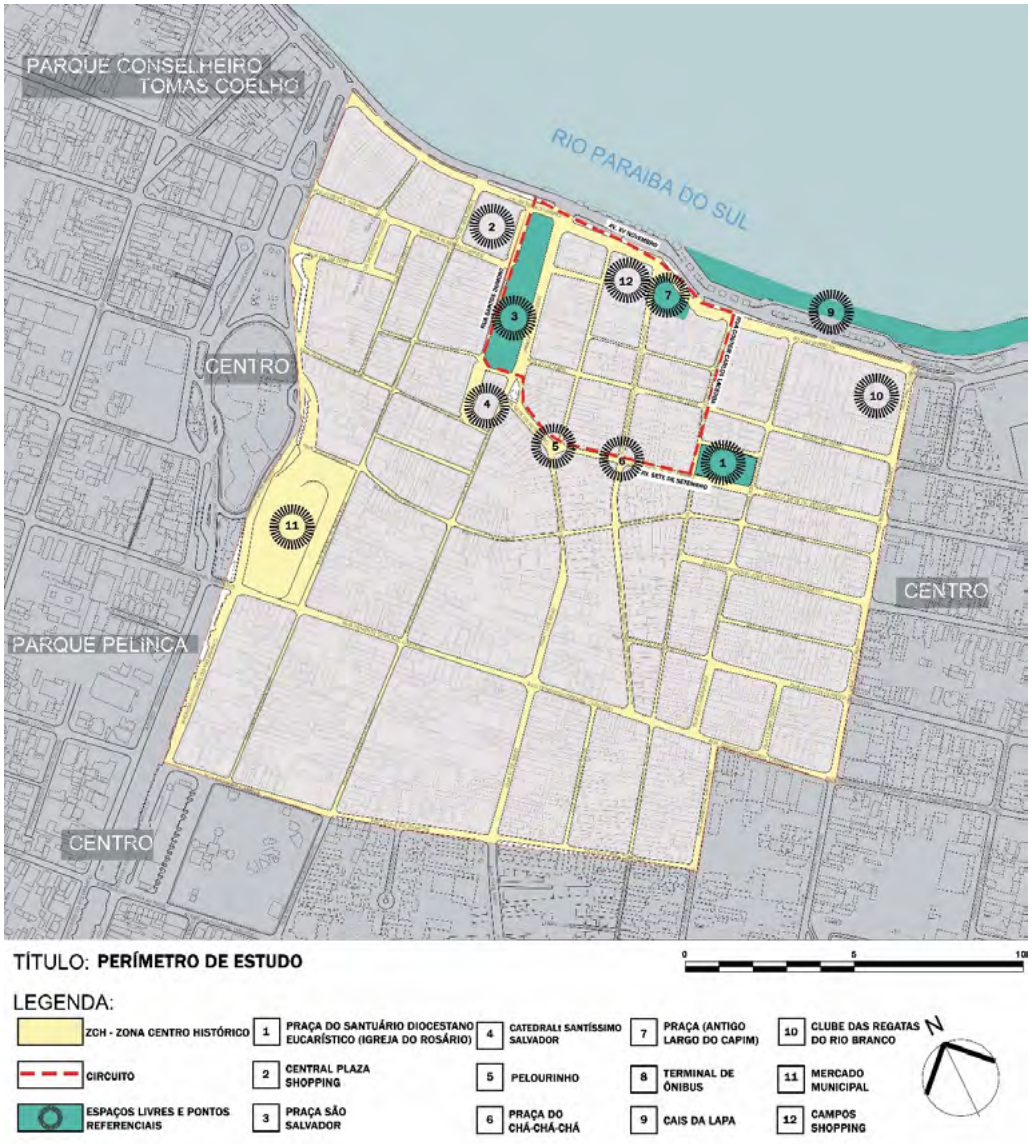


Figura 2: Perímetro de Estudo, com a identificação do traçado do circuito e de pontos relevantes do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes/RJ. Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

ARQIFFTUBE. **Ateliê Integrado - Diálogos, Propostas e Apropriações no Centro Histórico de Campos dos Goytacazes**. 18 ago. 2021. (2h16m23s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QdmVcQEkQz8&t=2437s. Acesso em: 16 jul. 2022.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes.** 14 mai. 2015. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/arquivos/LeiOrganicaDoMunicipio.pdf. Acesso em 12 ago. 2021.

DE VASCONCELLOS SILVA, Leonardo; DE ARAÚJO MIRANDA, Elis. **De Praça das Verduras a Chá-Chá-Chá**: imagens de um espaço público em contínua degradação. Novos Cadernos NAEA, v. 16, n. 1, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

A CRIAÇÃO DO TECIDO BANGUENSE: ANÁLISE MORFOLÓGICA DA URBANIZAÇÃO NO SERTÃO CARIOCA

LT 361

Lígia Magalhães [1], Denise de Alcantara [2]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, DAU Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; ligiacastanheira.m@gmail.com.
[2] Professora Associada DAU Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; dalcantara@ufrrj.br.

Palavras-chave: Desenho urbano; patrimônio edificado; Fábrica Bangu; morfologia da paisagem.

Este trabalho investiga a evolução da estrutura urbana no entorno da antiga Companhia Progresso Industrial do Brasil – CPIB, popularmente conhecida como Fábrica Bangu, incluindo tecido, aspectos morfológicos, usos e apropriações, dualidades e dicotomias do lugar. Localizado no coração da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Bangu surge durante a primeira república em área rural, que se transforma com o processo de industrialização do "sertão carioca". As condições territoriais, a proximidade com a ferrovia e com mananciais favoreceram a instalação da indústria têxtil e impulsionaram a urbanização. Tecia-se dentro da fábrica a fina costura consumida e exportada no início do século vinte, e fora, surgia o tecido de um dos primeiros bairros proletariados (OLIVEIRA, 1991). Em 2000, o edifício em estilo industrial inglês foi tombado pelo patrimônio; as atividades fabris se encerraram em 2004; em 2011 inaugurava-se o Bangu Shopping naquele espaço.

Tanto a antiga fábrica quanto o shopping têm relevância regional pelo afluxo de pessoas que ali circulam e atividades comerciais formais e informais, configurando uma importante centralidade. Morfologicamente, a linha férrea, que contribuiu para a urbanização e escoamento de matérias primas e produção (OLIVEIRA, 2006; ANDRADE, 2008), divide o território em dois. Os habitantes a eles se referem como "o lado do shopping" e "o lado do mercado". Essa segregação vai além do desenho urbano, evidenciando as diferenças socioespaciais identificadas nos dados oficiais, entre a população consumidora do shopping e a que consome no calçadão e camelódromo próximos.

Regionalmente, Bangu é drenado pelas bacias dos rios Sarapuí, Acari/Pavuna/Meriti e da Prata, cuja abundância hídrica se deve à sua inserção entre os maciços do Gericinó-Mendanha e da Pedra Branca. Tal configuração geomorfológica é determinante nas altas temperaturas registradas, aliadas à rarefeita arborização urbana e à escassez de áreas permeáveis, alagáveis em épocas chuvosas. No recorte urbano, onde antes havia os jardins da Fábrica, hoje há extenso e subutilizado estacionamento asfaltado, no estilo dos malls estadunidenses, o que influencia negativamente no microclima local.

O tecido urbano em forma de grelha ortogonal estrutura-se em três eixos: a Fábrica, a praça que abriga a igreja e a Avenida Cônego de Vasconcelos (RIBEIRO, 2017). Ali, se instalou a primeira vila operária do bairro com equipamentos urbanos e instalações de cultura e lazer que atendiam aos empregados, como o campo de futebol da fábrica, onde ocorreu a primeira partida do país. Esses elementos atraíram novos habitantes, resultando na expansão urbana extensiva e espraiada e surgimento de assentamentos informais.

Metodologicamente, análises físico-espaciais e tipo-morfológicas (ALCANTARA et al., 2020) em várias escalas, desde a inserção regional até o recorte urbano da Fábrica, foram realizadas com mapeamentos do suporte geobiofísico, sistema viário, usos do solo, centralidades e arborização.

Entrevistas e observação incorporada resultaram em achados qualitativos sobre as formas de apreensão do lugar (RHEINGANTZ, et al., 2009).

Os cenários resultantes refletem os impactos socioambientais da ênfase ao transporte veicular motorizado, exemplificado pelo estacionamento do shopping. Assim, reiterando a importância de políticas de planejamento e gestão que promovam espaços livres integrados, mobilidade urbana, ativa e acessível e arborização viária, demonstra-se a desconexão da Fábrica Bangu, com seu tecido e sua história, promovendo um espaço urbano segregado e de exclusão, cuja função social não se efetiva. Pontua-se como desdobramentos possíveis, o redimensionamento e redesenho do amplo estacionamento, consolidando usos já presentes e requalificando o espaço urbano e a paisagem de Bangu.

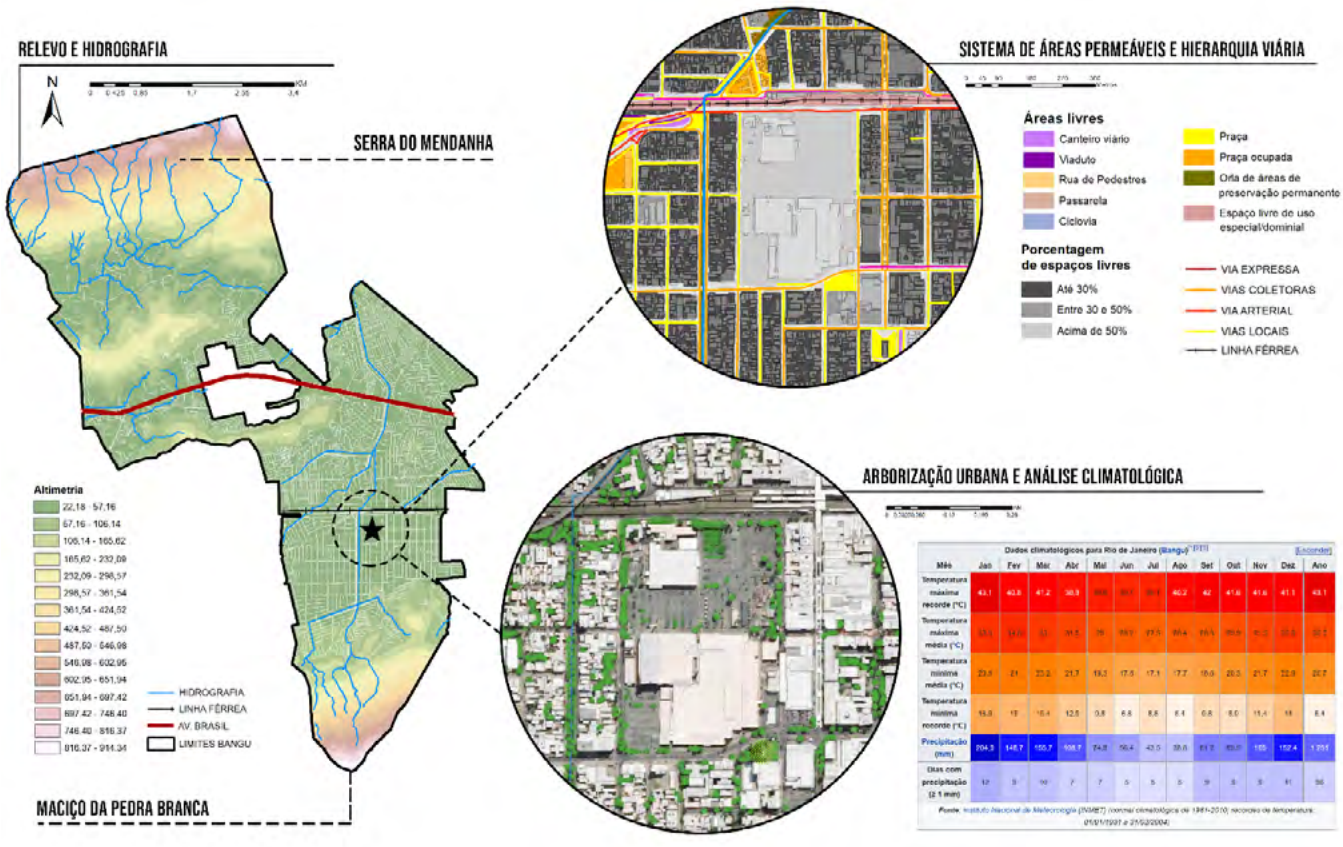


Figura 1: Mapa síntese e esquemas analíticos sobre Bangu. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 2: Loteamentos no entorno da Fábrica Bangu, na área ainda com caráter rural. Fonte: Acervo Museu de Bangu

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPANRIO/ZAHAR, 1987

ALCANTARA, Denise; OLIVEIRA, Natália; MAGALHÃES, Lígia; MENDONÇA, Gabriel. Cenários de Desenvolvimento Urbano e Periurbano em Japeri, RJ: zona de sacrifício ou município insurgente? **Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica**. Ano IX, v. 19, 2020.

ANDRADE, Fernando Torres de. Práticas fotográficas e memória: a Fábrica Bangu. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUR-RIO**, 13, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. 8 f

MAGNOLI, M. Espaço livre - Objeto de trabalho. In **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, p.177-200. 2006

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Bangu** – o singular e o plural na organização do espaço urbano. 1993. 225 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Marcio Piñon de. **Bangu**: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade. 1991. 312 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Marcio Piñon de. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Revista Electrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, n.10, p. 205-228, 2006. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-51.htm.

OLIVEIRA, M. R. de. **Análise da dinâmica do comércio e dos serviços na zona oeste carioca**: o exemplo do bairro de Bangu (RJ). 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RHEINGANTZ, P; AZEVEDO, G.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D., QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar**: Procedimentos de Avaliação Pós-Ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2009. Disponível em: www.fau.ufrj.br/prolugar/publicacoes.htm

RIBEIRO, Mauro César. **Da Freguesia Rural ao Subúrbio Proletário**. (Blogspot). 2017. Disponível em https://medium.com/@oruamrasec/da-freguesia-rural-ao-sub%C3%BArbio-prolet%C3%A1rio-ordenado-um-panorama-sobre-estrutura-urbana-de-bangu-a759e9264378

PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE PAISAGENS DO MEIO ESCOLAR: TECEDURAS HÍBRIDAS PARA TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

LT 362

Dagmar Dias Cerqueira [1], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [2]

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro PROARQ/UFRJ; dagmar.cerqueira@fau.ufrj.br.
[2] Professora Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro PROARQ/UFRJ; gisellearteiro@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: hibridismos; paisagem; escola; cidade; territórios educativos.

O artigo pretende refletir sobre o meio ambiente escolar da Escola Técnica Estadual (ETE) de Restauro Carlos Frederico Werneck de Lacerda e as perspectivas para teceduras de territórios educativos, na cidade de Vassouras, RJ, considerando os hibridismos que atravessam essas ambiências, a partir das percepções do alunado. A perspectiva de discussão é a de que há a sinalização para um movimento no sentido de um amalgamento entre os espaços físicos da escola e da cidade, potencializando apropriações educativas, em prol de uma educação para a cidadania. São utilizados os pressupostos teóricos de paisagem, explorados por Besse (2014); de cidade, por Jeudy (2005) e questões de ordem prática a partir do conceito de território educativo, recorte temático dos pesquisadores do Grupo Ambiente e Educação (GAE), do Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens (ProLUGAR) e do Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL). O historiador Peter Burke (2003, p.14) afirma que, no contexto atual, “por mais que reajamos, não conseguimos nos livrar da tendência global das misturas, da hibridação” e defende, junto a outros teóricos o “hibridismo cultural”. Desta forma, a questão norteadora é a de que em tempos nos quais nos vemos tão envoltos de situações globalizadas, num emaranhado de hibridismos, quais percepções da paisagem, do município e da escola citados, atravessariam as sensibilidades dos estudantes? Na parte introdutória, abordamos a perspectiva do conceito de paisagem alinhadas com Besse (2014) no sentido de que a paisagem é fruto de uma representação cultural, ou uma realidade mental, que por um espectro ampliado passaria a ser um texto humano a ser decifrado, tornando-se indestinada, ao possibilitar um escape de sua razão de ser, ou seja, ao promover uma tensão entre a internalização e a exterioridade do sujeito que é por ela arrebatado. A contextualização da cidade de Vassouras e da ETE, as questões sobre as percepções dos discentes sobre as paisagens escolar e da cidade, os hibridismos que as atravessam e as possíveis apropriações educativas compõem o desenvolvimento. Para nos aproximarmos das percepções sobre a paisagem escolar que os estudantes desejam e sobre quais paisagens do município promovem interlocuções com territórios educativos aplicamos o dispositivo “Poema dos desejos”, dispositivo desenvolvido por Henry Sanoff, segundo Rheingantz et al (2009, p.43), disponibilizando um formulário online para os estudantes, onde constavam duas perguntas que poderiam ser respondidas através de fotografias, desenhos e/ou escritos. As respostas expressaram o desejo por uma escola que conjugue os pátios com espaços livres para o convívio social, com aulas práticas e com elementos paisagísticos, junto à inserção de equipamentos tecnológicos, evidenciando hibridismos que rompem com as dicotomias espaciais como: interiorização/exteriorização, real/virtual. Destacamos a relevância da apropriação, pela educação escolar, dos espaços abertos da cidade, com todos os seus hibridismos, promovendo

uma ampliação do seu território educativo. Estas movimentações trarão, como espelhamentos para cenários futuros, potenciais paisagens educativas híbridas nas cidades.

REFERÊNCIAS

BESSE, J. Marc. **Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: UERJ. 2014.

BURKE, Peter. **O que é história do conhecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar**. Procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ/ UFRJ, 2009.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES EM PERIFERIAS DA AMÉRICA LATINA

LT 363

Isabela Lemos [1], Ana Cecilia Arruda Campos [2], Eugenio Queiroga [3]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP (em andamento); isabela.sollero@usp.br.
[2] Professora Doutora em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP; arrudacampos@usp.br.
[3] Professor livre-docente em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP; queiroga@usp.br.

Palavras-chave: espaços livres; periferias; organizações sociais locais; América Latina.

As organizações sociais exercem papel transformador junto às comunidades nas quais atuam e comumente se adaptam às necessidades e lógicas locais, reconhecendo os potenciais dos cidadãos e de sua cultura para a construção da cidade. Pesquisa de doutorado em andamento, discute três experiências em bairros das metrópoles de Bogotá, Cidade do México e São Paulo enquanto condição periférica, de exclusão, mais que sua localização (MAUTNER, 2004). Pretende-se provocar reflexão crítica sobre os impactos de suas ações na qualificação dos territórios, trazendo diferentes noções e tensionamentos sobre as realidades que se expressam através dos espaços livres periféricos. Para tanto, foram realizadas imersões em campo que permitiram leituras derivadas do conhecimento próprio do lugar, que se confrontaram com fundamentos teóricos de campos de estudos distintos. As ações resultantes dos grupos articulados por moradores locais objetivam atender demandas e necessidades, e, sobretudo, trabalhar o reconhecimento de crianças, jovens e adultos em seus direitos e potencialidades – alterando o modo de estruturar as ações. Nas atividades desenvolvidas pela organização Fundación PT (Patio Bonito, zona oeste de Bogotá), crianças e jovens são protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Atividades lúdicas e práticas criativas buscam reforçar e transformar sua relação com seu entorno e suas comunidades. Essas ações extrapolam o espaço do edifício sede e ganham a rua, a praça, o território. O coletivo Brigadistas Santa Fé (Colonias populares de Santa Fe, Cidade do México) traz outras questões centradas na articulação e mobilização de moradores. Desenvolve ações voltadas à memória histórica e ao meio ambiente, observando o próprio território, e ali reconhecendo espaços potenciais. A criação de hortas comunitárias ou processos de reciclagem regeneram espaços e criam novos lugares. Estimulam a sociabilidade, constroem identidade e geram vínculos com a paisagem potente do entorno. Manifestações artísticas através da música unem centenas de pessoas nos ensaios do Bloco do Hercu que acontecem no espaço público da Rua Francisco Sacco (Jardim Ângela, zona sul de São Paulo), expressando sua pracialidade (QUEIROGA, 2001). Pactos e acordos foram estabelecidos para sua realização e reforçam laços existentes na comunidade onde a música reverbera no entorno e nas lajes próximas. Suas lideranças comunitárias e culturais alcançam os moradores através do impacto da música e colaboram, por meio desses vínculos estabelecidos, com ações representativas e de empoderamento que promovem a cultura e a história locais, e o autorreconhecimento dessas comunidades. Estes outros modos de vivenciar e organizar o espaço urbano envolvem construções coletivas com diferentes setores da sociedade que se articulam para ações transformadoras. Estas práticas nos estimulam a pensar e repensar como os espaços livres nos territórios periféricos poderiam receber qualificações específicas e próprias, a partir das lógicas e práticas cotidianas (FERRARA, 1993) sendo entendidos como espaços em transformação e de transformação, como lugares de apropriação no seu sentido mais pleno, na construção de uma outra cidadania.



Figura 1: Atividades das crianças da Fundación PT em Patio Bonito, Bogotá. Fonte: Autora, 2022.



Figura 2: Ensaio do Bloco do Hercu na Rua Francisco Sacco, São Paulo. Fonte: Autora, 2019.

REFERÊNCIAS

FERRARA, L. D. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Atica, 1993.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

QUEIROGA, E. **A megalópole e a praça**: o espaço entre a razão de dominação e razão comunicativa. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

A IMPLANTAÇÃO DO BRT EM SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO E A DESESTRUTURAÇÃO DE UM LUGAR

LT 364

Elizabeth Sá Barreto Lopes Nogueira [1], Vera Regina Tângari [2]

[1] Doutorado em Arquitetura, PROARQ, FAUFRJ (em andamento); elizabethsabarreto@gmail.com.
[2] vtangari@fau.urfj.br.

Palavras-chave: Santa Cruz; patrimônio; paisagem.

Este artigo é parte da tese de doutorado em desenvolvimento, que tem como objeto de estudo as transformações da paisagem na Região de Santa Cruz no Rio de Janeiro. Uma região periférica do ponto de vista geográfico e quanto aos aspectos sociocultural e econômico, assim como pelo fato de não figurar entre as estratégias urbanas de desenvolvimento. Vários usos e funções consideradas não pertencentes à regiões valorizadas são destinadas à região (CARVALHO, 2011).

Desde sua primeira ocupação pelas aldeias indígenas até os dias atuais, a região passou por importantes modificações da sua paisagem. Foi fazenda agrícola doada aos Jesuítas, que a desenvolveram e, posteriormente, transformou-se na Fazenda de Santa Cruz e Fazenda Imperial. Ao longo deste período a região teve importantes transformações, que ajudaram a conformar sua estrutura urbana atual: transformação da Residência dos Jesuítas em Palácio Imperial, chegada da ferrovia, criação do Matadouro, construção do hangar do Zeppelin, criação da Zona Industrial etc. (REIS, 1943; FREITAS, 1985).

O objetivo desse trabalho é demonstrar que o ambiente construído de Santa Cruz e sua paisagem resultante, é decorrência de usos não valorizados pelos poderes público e privado, que não correspondem à importância da história de seu território e de seu patrimônio paisagístico. O caso emblemático é a praça Benedicto de Freitas, outrora local dos eventos e da vida social do bairro, onde foi localizada a Estação Terminal do BRT, espaço escolhido para exemplificar a incompreensão histórica e o descuido com a região.

O método proposto incorpora técnicas para análises morfológica e cognitiva, segundo os grupos de pesquisa do PROARQ: SEL-RJ, ProLUGAR e GAE e Atmosferas de Preferência desenvolvido por LAMOUNIER. A combinação dos materiais e métodos selecionados auxiliou no entendimento da construção da identidade de um lugar urbano.

A ocupação primeira é a fazenda. Depois construiu-se um Povoado estruturado em torno de uma praça. Desse lugar até o Curral Falso –a entrada da fazenda– criou-se o principal eixo de expansão urbana. É a atual rua Felipe Cardoso.

No século XIX a ferrovia foi implantada e sua estação situou-se, justamente, nessa direção e perto da Praça Ruão, reforçando o seu caráter de Centro do lugar. Posteriormente, já no século XX, a construção da Igreja Matriz de N. S. da Conceição e o Shopping Center reforçaram a centralidade desse eixo, que se completa com a transformação da Rua Felipe Cardoso em corredor de passagem do BRT TransOeste com terminal perto da estação de trem. Esse eixo consolidou-se, com o passar do tempo, como o grande eixo comercial e de serviços e local dos eventos do bairro. Onde, dentre tantas manifestações, se comemorava o Carnaval de Santa Cruz com desfiles dos carros alegóricos a partir do coreto.

A chegada da linha expressa do BRT e a construção da sua Estação Terminal desconsidera absolutamente isso, predominando tão somente a visão rodoviária e de transporte. Não existe conexão entre os modais de transporte e, o fato mais importante, descaracteriza um sítio fundamental para a vida das pessoas. Muda-se a paisagem, destrói-se um lugar em nome da melhoria de transporte. Um contrasenso, atrai-se mais gente para ver e viver algo que foi descaracterizado. As intervenções de transportes nos lugares devem contribuir para a melhoria dos espaços em que atua, justamente, para se criar bons exemplos de intervenção pública, que se almeja que os privados sigam. Se assim não se faz, quem o fará?

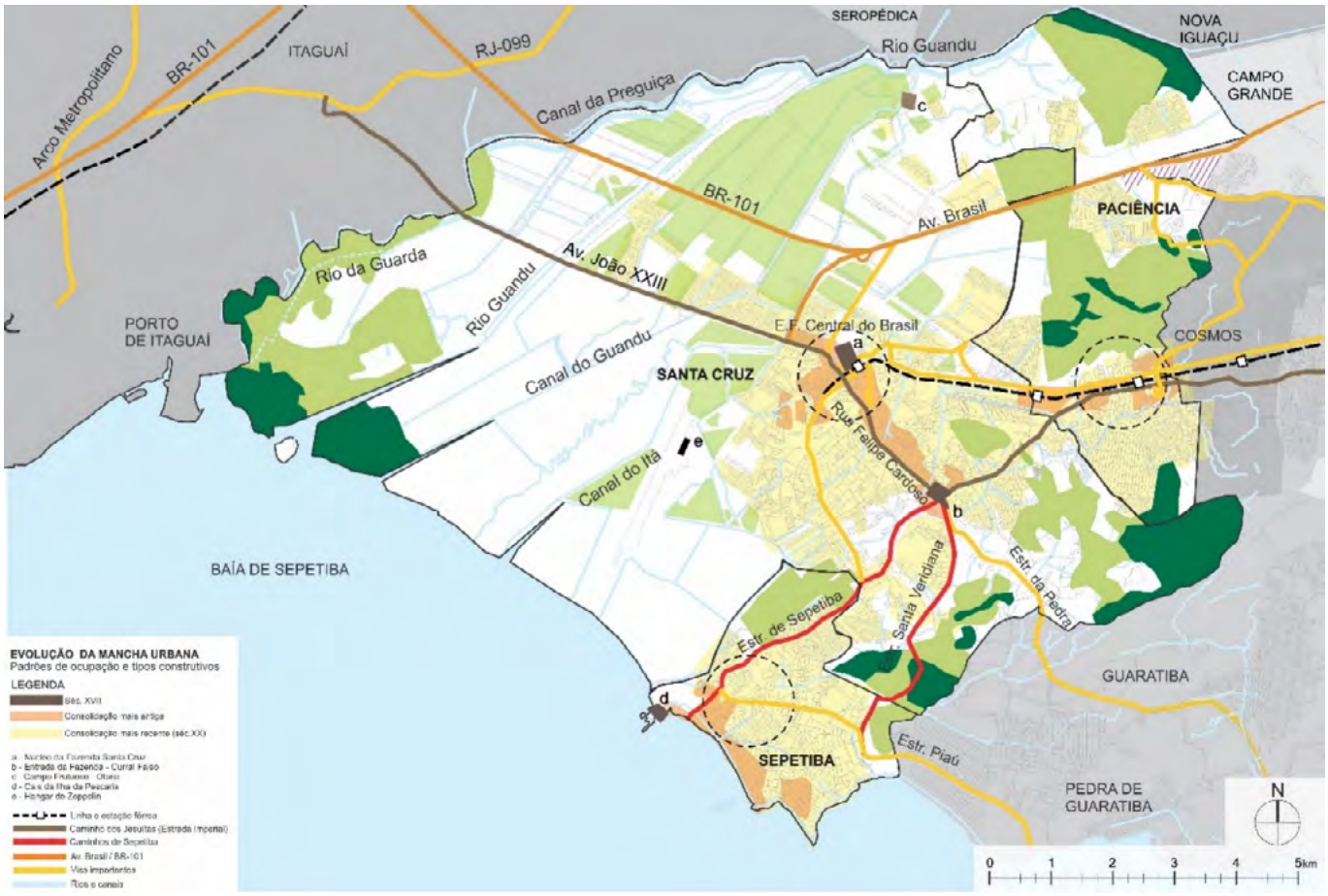


Figura 1: Desenho da R.A. de Santa Cruz, Rio de Janeiro. Fonte: Desenho do autor, 2019



Figura 2: Fotos antiga e recente da rua Felipe Cardoso, Santa Cruz, Rio de Janeiro. Fonte: foto https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/pb.100063713733717.-2207520000../1621459014577104/?type=3 e da autora, 2019

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sidney V. **Entre o rio e a serra, forma urbana e sistemas de espaços livres na região norte do município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU-USP. São Paulo, 2011.

FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz**: Fazenda Jesuítica Real Imperial. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1985.

FRIDMAN, Fânia. Rio de Janeiro Imperial: a propriedade fundiária nas freguesias rurais. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR** 1997. vol.1. pdf. Disponível em file:///C:/Users/Servidor/Downloads/1698-3382-1-SM.pdf.

LAMOUNIER, Alex. **Atmosferas de Preferência na "Cidade Maravilhosa"**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAU/UFF, 2017.

NORBERG-SCHULTZ, Christian. (1979). **Genius loci**: paesaggio, ambiente, architettura. Milano: Electa, 1979.

QUEIROGA, Eugenio F. et al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In TÂNGARI, Vera; SCHLEE, Mônica B.; ANDRADE, Rubens de. (org.) **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, ausências e apropriações. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009

REIS, Manuel M. do C. Memória de Santa Cruz. **Revista do IHGB**, tomo V, Rio de Janeiro: 1943.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, Ed. Schwarcz,1996.

O VERDE DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: O DISCURSO DA INTEGRAÇÃO E A REALIDADE DA DISTINÇÃO

LT 365

Regina de Melo Canedo Ninfa [1], Augusto de Medeiros Valério [2],Caio Frederico e Silva [3]

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU/UnB), Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados (MPPL/COPOS/CEFOR/CD)
[1] canedoninfa@gmail.com; [2] valerio.medeiros@camara.leg.br; [3] caiosilva@unb.br

Palavras-chave: Discurso Verde; Condomínio Horizontal; Elite; Configuração Espacial; Segregação Sócio-espacial

O presente artigo tem seu tema relacionado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 (redução de desigualdades), 11 (cidades sustentáveis), e 15 (vida terrestre) e propõe investigar como o mercado imobiliário utiliza-se do discurso da proximidade à natureza e de sustentabilidade para vender seu produto, tendo por base uma interpretação simbólica e morfológica. O mercado da construção civil, aproveitando-se da insegurança dos cidadãos, investiu nos condomínios horizontais fechados, que têm sido disseminados no Brasil desde os anos 1990. Tais empreendimentos, lançados e usualmente direcionados à população de alta renda, insistem na associação simples à natureza, trazendo em seu material publicitário vistas verdes, simulando um ambiente de pureza em meio à cidade, vendidos como verdadeiros oásis em ilhas de qualidade de vida. Porém, estes espaços geram também impactos negativos ao meio ambiente, à vizinhança e à cidade, destacando e agravando problemas de dispersão e segregação urbana, exclusão social, degradação do meio ambiente e dificuldade de mobilidade urbana (Lojkine, 1981; Castells,1983; Villaça, 2001; Canedo et al., 2020). Com base nestas premissas o estudo busca analisar o discurso da sustentabilidade em condomínios horizontais da cidade de Goiânia – GO, a partir de exemplares situados nas Regiões Sudeste e Leste (áreas valorizadas e ocupadas pela alta renda). Pretende-se contribuir para a discussão sobre o processo de estratificação social existente nessa tipologia de assentamento e no acesso diferenciado dos espaços, interpretando o público economicamente elitizado do país, de modo a identificar a distância entre o que é vendido e o que é materializado sobre o território. Para a discussão, primeiramente é analisada a divulgação do produto no ano de 2022, por meio do material publicitário (Figura1) disponibilizado nas páginas dos empreendedores (vídeos, imagens e frases de apelo, com chamadas e quantitativos de áreas verdes de lazer e atrativos sustentáveis), abordando três aspectos: 1) a chamada (o nome como conceito); 2) a especificação e 3) a mensagem. Em um segundo momento, para o condomínio de maior apelo sustentável, desenvolve-se uma discussão morfológica, compreendendo análises configuracionais de acessibilidade (por meio da Sintaxe do Espaço) e composição, além da verificação dos elementos naturais e práticas sustentáveis existentes. Os resultados obtidos apontam que o mercado descobre na natureza um elemento criador de novo significado na forma de morar, conferindo-lhe um atributo diferencial, promotor de distinção e qualidade de vida. Considerando a impossibilidade de reprodutividade e sua escassez ainda maior no ambiente urbano, os elementos naturais sinalizam uma grande oportunidade para o mercado alcançar lucros elevados na venda de um produto que distingue e qualifica pessoas também pela forma – tamanho dos lotes, proporção de áreas verdes, padrão dos imóveis etc. Os elementos naturais enquanto atributos da sustentabilidade passam de discurso a influenciadores da dinâmica espacial, onde a valorização em função da localização resulta mais uma vez na estratificação social, tendo como resultado um claro cenário de segregação

espacial. Conclui-se, portanto, que à elite cabe o privilégio “morfológico” dos espaços verdes nos condomínios horizontais, enquanto o ônus dos impactos ambientais gerados por eles é compartilhado por todos, de forma ainda mais pronunciada nas classes menos favorecidas pela falta de informação, controle e acesso. O estudo, ainda que exploratório, contribui para o entendimento da dinâmica social expressa por meio espaço habitado.



Figura 1: Imagens de vídeo de propaganda para o Residencial Aldeia do Vale. Fonte: https://aldeiadovaleimoveis.com.br/condominio

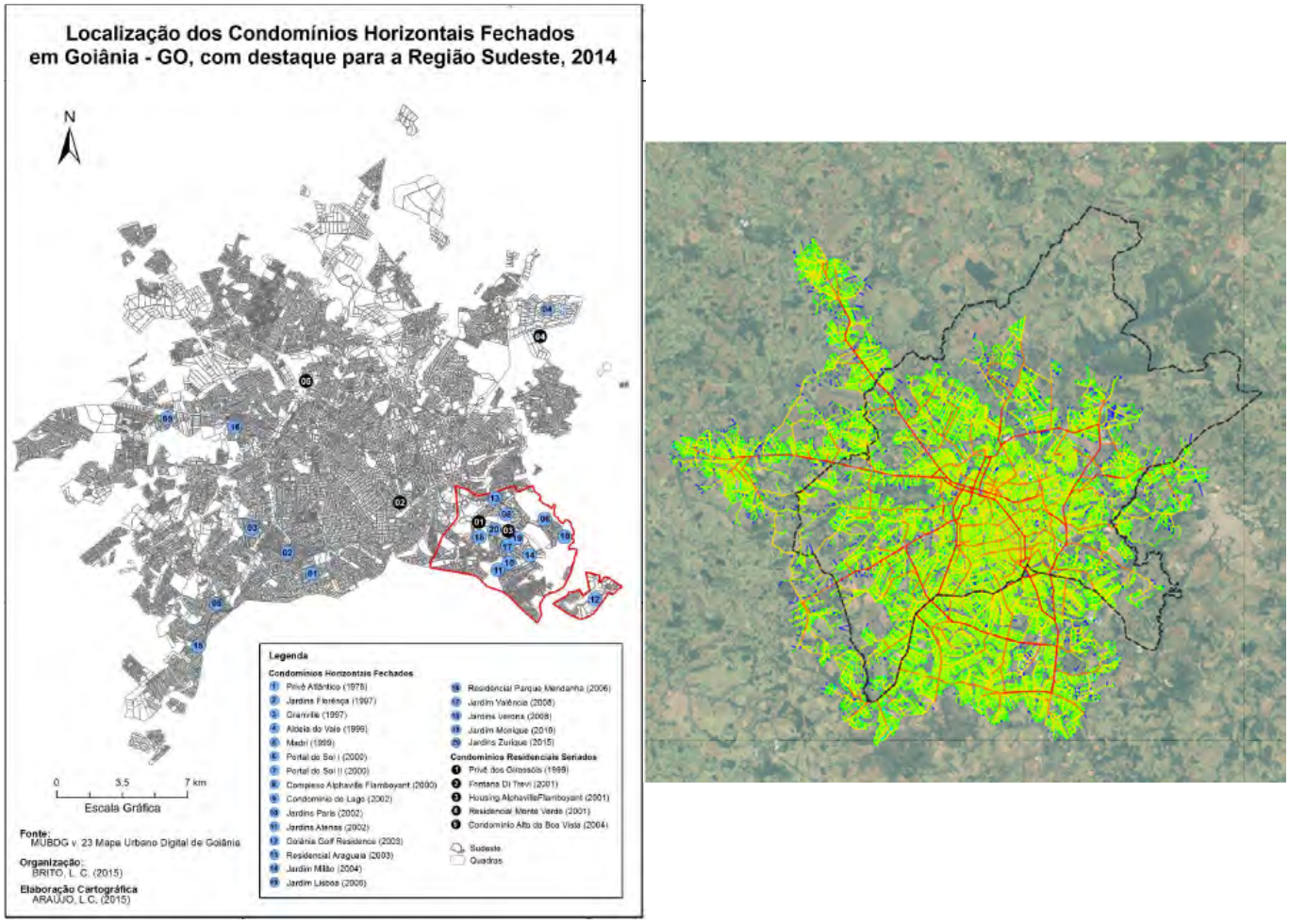


Figura 2: Localização dos condomínios horizontais fechados em Goiânia – GO, com destaque para a Região Sudeste (à esquerda), e mapa de segmentos (variável NACH) (à direita). Fonte: Canedo, Medeiros e Gondim (2019).

REFERÊNCIAS

BELLORIO, G. B. **Adensamento e verticalização em Goiânia nos planos diretores** (1968-2007). 2013. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013.

CANEDO, N. R. M.; MEDEIROS, V. A. S.; GONDIM, M. F. A ocupação da 'elite' na capital goiana: um estudo da mobilidade habitacional. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal.

CANEDO, N. R. M.; MEDEIROS, V. A. S.; TENORIO, G. S. Um espaço público apropriado pela elite: A praça de vizinhança. In: **9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável** (PLURIS 2021), 2020, Águas de Lindóia.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano.** 4ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2004.

LOJKINE, J. O **Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1981[1977]

MARTINS JÚNIOR, O. P. **Os fundamentos de gestão do espaço urbano para a promoção da função socioambiental da cidade, no caso de Goiânia.** 2013. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013

SALLES, M. C. T. **Planejamento e gestão ambiental no processo de instalação de condomínios horizontais e loteamentos na cidade de Mossoró/RN.** Areia Branca, 2010. 73 p. (Bacharelado em Gestão Ambiental). Departamento de Gestão Ambiental. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço interurbano no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

A TRÍADE DE PROCESSOS DE ESTETIZAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO: O CASO DE SÃO PEDRO DE AFURADA

LT 366

Rafaela Pinho [1]

[1] Doutorado em Arquitetura, UPORTO (em andamento). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, FAUrb UFPel; rafaelaapinho@gmail.com.

Palavras-chave: estetização, turistificação, patrimonialização, São Pedro de Afurada

O trinômio estetização, patrimonialização e turistificação – processos que vêm causando a transformação socioespacial de territórios singulares como o de São Pedro de Afurada – Vila Nova de Gaia, Portugal - no decorrer das últimas décadas do século XX até ao presente – é discutido de forma rizomática através de autores e exemplos. Devido à isto, propomos uma reflexão crítica sobre a definição dos seus conceitos tal como o como ocorrem seus processos e efeitos, e como estas discussões podem ser enriquecidas com contribuições principalmente de uma aproximação do corpo com o território a partir do estreitamento de relações entre a experiência caminhográfica e os estudos urbanos.

Estes processos estão cada vez mais presentes nos diferentes contextos urbanos e, embora cada vez mais fragmentados estão também, paradoxalmente, cada vez mais homogeneizados em virtude do novo dominante social a que se destinam – neste caso, o turismo. Resultantes do fenômeno de comercialização da paisagem, como afirma Frias e Peixoto(2001), esta comercialização coloca-nos perante a episódios de folclorização vocacionados para a construção de imagens e experiencias que, por sua vez, configuram novas atmosferas urbanas onde o passado é selecionado e reencantado e o futuro aparece, com frequência, idealizado.

No caso da Afurada, pequena comunidade piscatória, a essência do local, mesmo sofrendo grandes mudanças de revitalização e construções urbanas e arquitetônicas, por enquanto, segue com os mesmos hábitos e modos de vida de anos atrás. No entanto, devemos tentar compreender como estas políticas urbanas afetam e irão afectar os ritmos de vida na comunidade, gerando novas dinâmicas sociais. Porém, também, não podemos ignorar o fato de a comunidade ter beneficiado muito com os projetos do Programa Polis que criou espaços públicos e infraestruturas, que revitalizaram e valorizaram o espaço para usufruto da população local. A resistência e a permanência das tradições que se mantêm na Afurada expressam o coletivo de forças que polarizam a vida nua e o poder soberano(AGAMBEN, 2002).

A principal questão problemática é perceber que os novos e grandes projetos não estão a ser construídos para a população local, e que a imagem que está a ser vendida a partir dos mesmos pode propagar a segregação entre os atuais habitantes e os visitantes, os turistas ou os futuros novos habitantes. Esses processos “amplificam um imaginário infinitamente reproduzido em imagens e textos para turistas, simplificando, retirando a espessura dos significados e reduzindo-os a versões prontas para consumir.” (DOMINGUES, 2015)

Assim, procura-se demonstrar como os processos de estetização, patrimonialização e turistificação são processos contraditórios e confusos, que acompanham o discurso e uma prática de transformação territorial e social, que ocorre de forma semelhante, mas singularmente em

cada situação. Seria então possível designar a cidade como em constante ritornelo(DELEUZE, 1997), transforma-se, preservando ao mesmo tempo certos vestígios da sua essência e das formas anteriores que a caracterizam.

Os efeitos dos processos somam-se à rotina local, desterritorializando e reterritorializando. A ênfase é colocada no processo de desterritorialização associado ao surgimento dos novos empreendimentos, dos movimentos do estado e do capital, em contraste com a territorialização da comunidade instalada com o seu modo de vida tradicional. Estes processos desterritorializam, organizam e impõe ou tentam impor a disciplina aos corpos e é evidente que tais práticas poderiam idealmente ser mais coerentes no que diz respeito aos hábitos locais e à sua forma de integração na vida cotidiana da comunidade.



Figura 1: São Pedro de Afurada – a cidade tradicional e as novas construções. Fonte: Geronta Antigoni, 2013

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: **O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs** – Capitalismo e esquizofrenia, vol 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34 ltda, 1997

DOMINGUES, Alvaro. **O Porto e o rio Douro**: a construção de uma nova relação. Museu do Douro, exposição virtual. Consultado a 13/01/2019, disponível em: http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/alvaro domingues.pdf, 2015

FRIAS, A; PEIXOTO, P. Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra . Texto elaborado no âmbito do projecto de investigação "Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana" (Praxis/P/SOC/13151/1998). **Encontro Temático Intercongressos da Associação Portuguesa de Sociologia Cidade e Culturas**: novas políticas/novas urbanidades (Porto, 27-28), 2001.

GERONTA, A. **Tiempografía en São Pedro da Afurada Lecturas y prácticas interpretativas del habitar**. Departamento de Teoría e Historia de la Arquitectura y Técnicas de Comunicación ETSAB – UPC Barcelona, Tese de doutoramento, 2019.

O FRAGMENTO DE UM FRINGE BELT EXTERNO NO LIMITE DOS MUNICÍPIOS DE BELO HORIZONTE E NOVA LIMA EM MINAS GERAIS - BRASIL

LT 367

Vanessa Taveira de Souza [1], Elias Mota Vasconcelos [2], Staël de Alvarenga Pereira Costa [3, Marina Salgado [4]

[1] Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, ACPS-UFMG (em andamento); vanessaarquitetarestauradora@gmail.com.
[2] Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, ACPS-UFMG (em andamento); eliasmota@ifpa.edu.br.
[3] Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG; sapc@ufmg.br.
[4] Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas; ms.marinasalgado@gmail.com.

Palavras-chave: fringe belt externo; fragmento; Belo Horizonte; Nova Lima.

Este artigo investiga a existência de um fragmento de fringe belt externo situado no limite dos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima em Minas Gerais, Brasil. Adotou-se conceitos do Conzen (1960) neste trabalho e referencial teórico com aplicações nas cidades modernas em Conzen, Whitehand, Gu (2012). De acordo com os autores, os fringe belts estão relacionados a períodos de expansão urbana ou de declínio imobiliário e refletem uma intermitente desaceleração ou estagnação do crescimento dos espaços urbanos limítrofes. Essa oscilação pode ocorrer em qualquer momento da evolução urbana. Dessa forma, esses elementos morfológicos constituem hiatos no crescimento das áreas residenciais, separados uns dos outros por zonas habitacionais formando franjas temporárias, que surgem na periferia da área urbana em determinado período (WHITEHAND e MORTON, 2003). Conzen (2009), Whitehand e Morton (2003) sugerem como análise: primeiramente a classificação dos fringe belts seja associada ao seu período de evolução, segundamente eles podem ser internos, intermediários e externos, e por último, que estão em constante transformação. Logo, foram investigados os espaços livres públicos e privados localizados nas áreas circundantes das zonas urbanas em determinados períodos evolutivos dos dois municípios, o que permite a identificação dos elementos e um conhecimento maior desse local. Para tal, os primeiros estudos já realizados no Brasil por Pereira Costa (2009), Pereira, Meneguetti e Rego (2011) foram também consultados. Assim como produto tem-se propostas para a integração dessas manchas pela criação de corredores que integrem ecologicamente a paisagem urbana. O município de Belo Horizonte apresenta um crescimento de sua região metropolitana e tem alcançado o município vizinho de Nova Lima, que passa por um processo de expansão urbana em suas bordas, conforme relatado por Simão, Perna e Pereira Costa (2019). O encontro desses sinaliza a estruturação de um fragmento de fringe belt externo. Necessitando, por conseguinte, de estudos sobre o tema. Nosso objetivo é contribuir para esse assunto ainda pouco investigado no Brasil. O presente artigo tem como justificativa conceituar, analisar e caracterizar um fragmento de fringe belt externo, considerando que esse espaço é um local pertencente à União, não edificado e seu antigo uso como linha férrea para transporte de cargas, se encontra desativado. A necessária análise se baseia também na possível alienação onerosa via leilão público desse local a particulares para seu respectivo parcelamento e urbanização, enquanto a população do entorno reivindica a sua preservação como um parque linear. (SAKATA, 2018) expõe que os parques lineares são aqueles inseridos na malha urbana com comprimento maior que a largura, a exemplo, tem-se os terrenos de antigas linhas férreas ou viadutos demolidos. Como os fringe belts enquanto fenômenos urbanos de reduzida densidade, possibilidades conectivas como corredores ecológicos, optou-se por pesquisá-los e aferir sua eventual incorporação ao sistema de espaços livres. Para isso, nossa

metodologia se baseia na pesquisa bibliográfica, observação não participante, coleta de dados em campo, visita in loco, consulta às legislações existentes e uso de conceitos e métodos de análise da Morfologia Urbana. Esperamos como contribuições específicas um maior conhecimento da área, o fortalecimento da necessidade de sua pesquisa, sua preservação ambiental, além da promoção da qualidade de vida para os seus habitantes.



Figura 1: Fragmento de fringe belt externo no limite entre Nova Lima e Belo Horizonte. Fonte: Vanessa Taveira de Souza, 2022.



Figura 2: Vista do fringe belt externo para a paisagem urbana de Belo Horizonte. Fonte: Vanessa Taveira de Souza, 2022.

REFERÊNCIAS

CONZEN, Michael R. G. **Alnwick, Northumberland**: A study in town-plan analysis. In: Institute British Geographers, Publication 27, 1960.

CONZEN, Michael P. How growing cities internalize their old urban fringes: A cross-cultural comparison. In: **Journal of the International Seminar on Urb Form,** Volume 13.1, 2009, p. 29-54.

CONZEN, Michael P.; GU, Kai; WHITEHAND, Jeremy W. R. Comparing traditional urban form in China and Europe: A fringe-belt approach. In: **Urban Geography,** Volume 33.1, 2012, p. 22-45.

GU, Kai. Exploring the fringe belt concept in Auckland: An urban morphological idea and planning practice. In: **New Zealand Geographer**, Volume 66.1, 2010, p.44-60

MENEGUETTI, Karin S.; PEREIRA COSTA, Staël de A. The fringe-belt concept and planned new towns: a Brazilian case study. In: **Urban Morphology**, Volume 19.1, 2015, p. 25-33.

PEREIRA, Juliana A.; MENEGUETTI, Karin S.; REGO, Renato L. Urban Fringe Belts em Cidades Novas: O Caso de Maringá - Brasil. In: **Paisagem e Ambiente**, Número 29, 2011 p. 85-102.

PEREIRA COSTA, Staël de A. **Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul metropolitana de Belo Horizonte.** Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: FAUSP, 2004.

PEREIRA COSTA, Staël de A; SIMÃO, Karina M. de C. A study of fringe belts in Belo Horizonte Brazil: a contribution to developments in urban morphology. In: **Observations on Urban Growth**, Publication 17, 2017.

PEREIRA COSTA, Staël de A.; et al. Sistema de espaços livres – o cotidiano, apropriações e ausências. In: **Fringe belts no município de Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

TEIXEIRA, Maria Cristina V.; GALERA, Izabella; FERREIRA JUNIOR, Silvio P. Os modelos das Companhias Industriais e seus reflexos nas cidades brasileiras. In: **Fragmentação do Espaço Urbano e Novas Centralidades em Nova Lima,** Capítulo 10, p.188-208. Curitiba: CRV, 2019.

SAKATA, Francine. G. **Parque urbanos no Brasil 2000 a 2017**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: FAUSP, 2018.

SIMÃO, Karina M. de C. **Fringe belts como elementos estruturadores da paisagem**: o caso de Belo Horizonte/MG. Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte: EAU-UFMG, 2012.

SIMÃO, Karina M. de C; PERNA, Stefânia A.; PEREIRA COSTA, Staël de A. Os modelos das Companhias Industriais e seus reflexos nas cidades brasileiras. In: **A transformação da paisagem dos condomínios ao longo da MG-30**, Capítulo 8, p.156-171 . Curitiba: CRV, 2019.

WHITEHAND, Jeremy W. R. Fringe belts: a neglected aspect of urban geography. In: **Transactions of Institute British Geographers**, 1967, p. 223-233.

WHITEHAND, Jeremy W. R. Urban fringe belts: development of an idea. In: **Planning perspectives**, Publication 3.1, 1988, p. 47-58.

WHITEHAND, Jeremy W. R; MORTON, N. J. Fringe belts and the recycling of urban land: an academic concept and planning practice. In: **Environment & Planning B: Planning Design**, Volume 30.6, 2003, p. 819-839.

WHITEHAND, Jeremy W. R; GU, Kai. Urban fringe belts: evidence from China. In: **Environment and Planning B:** Urban Analytics and City Science, Volume 44.1, 2017, p. 80-99.

FEIRA LIVRE DO “PINTOLÂNDIA”: UMA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA NA CIDADE DE BOA VISTA-RR.

LT 368

Márcio Baraúna Bento [1], Sued Trajano de Oliveira [2]

[1] Mestrado em Geografia, UFRR, Doutorando em Arquitetura, PROARQ-DINTER UFRJ/UFRR, (em andamento);marcio.bento@fau.ufrj.br.
[2] Mestrado em Geografia, UFRR, Doutoranda em Arquitetura, PROARQ-DINTER UFRJ/UFRR, (em andamento); sued.oliveira@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Feiras livres; Paisagem; Morfologia urbana. Boa Vista-RR.

A expressão física em cidades moldadas por “confusões” sociais e abstrações sistemáticas é tão ambígua quanto heterogênea e tal representação corresponde em atitudes, sustentadas em valores sociais, econômicos e culturais resultam em formas e funcionalidades na produção urbana. A feira livre, tema desta pesquisa, representa uma das formas mais antigas de comercialização de produtos agrícolas que já faziam uso desse processo em 3.000 a.C., fazendo trocas e barganhas em um local específicos da cidade, e no Brasil, as feiras livres apareceram dentro do período colonial, implantadas pelos colonizadores portugueses. Portanto, a centralidade desta pesquisa está pautada na prática social e também no resultado do processo cumulativo, a Paisagem (Santos, 2012), exercidas nos espaços públicos na cidade de Boa Vista-RR, que tem demonstrado nos últimos anos através da dinâmica socioespacial, alterações significativas na morfologia urbana. Assim, objetiva-se com esse trabalho analisar a dinâmica da paisagem e a relação social ressaltando a (re) apropriação do território da Feira Livre do “Pintolândia” na zona oeste de Boa Vista-RR. Região que teve o maior crescimento socioespacial, haja vista que diversos agentes de produção do espaço urbano como o Estado, promotores imobiliários e grupos sociais excluídos atuaram de forma intensiva e extensiva através de politicas públicas e sociais de ocupação nessa região. A metodologia utilizada consiste em levantamento em referências teóricas, leituras bibliográficas, vivência social, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. Na cartografia, desenvolvimento de mapas temáticos, diagramas e técnicas de observação do objeto de estudo. Portanto, na feira livre do Pintolândia, identifica-se como conteúdo técnico a organização das barracas, disposição dos produtos e serviços oferecidos, produzindo uma transformação das ruas, dos lotes, (re)configurando a morfologia, e como conteúdo social constitui os feirantes, produtores, consumidores, os moradores do bairro e a sociedade em geral. Assim, territórios e territorialidades presentes na paisagem - feira livre do “Pintolândia”, que nascem com dupla conotação, ou seja, material e simbólica. Estes dizem a respeito tanto ao poder mais explícito, de dominação, quanto ao poder mais implícito ou simbólico de apropriação. Percebe-se que novas quadras, novos lotes se formam ao logo da via, configurando um (re)desenho da morfologia que surge periodicamente, formando uma nova paisagem, conforme figura 2. Espera-se com as discussões e os resultados obtidos nesta pesquisa contribua para promover o fortalecimento da memória dessa politica social e provocar novas ideias e novas pesquisas nessa temática.



Figura 1: Imagem satélite do Bairro Pintolândia, zona oeste de Boa Vista-RR. Fonte: Google Earth, 2022.



Figura 2: Delimitação de territórios e territorialidades na Feira 'Livre' do Pintolândia. Fonte: Acervo pessoal, 2019.

REFERÊNCIAS

EGLER, T. T. C. **"Espaço e coesão social" em Barrenechea Miguel angel y Gondar, J. Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo (Rio J.: sete Letras). 2003a.

_____. "**O espaço social na metrópole"**, seminário Nacional Região.

LEFÈBVRE, H. **Re-produção das relações de produção**. Porto, editora Scorpião, 1973. (Madrid: alianza). 1991.

_____. **O Direito à Cidade.** Tradução; Rubens Eduardo Frias. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MOTT, L. **Feiras e Mercados**: Pistas para pesquisa de campo. In: FERRETI.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

_____.**Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. Hucitec, São Paulo. 1994.

_____. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec, SP. 1996.

_____. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Univ. de São Paulo, 2012.

FISSURAS URBANAS E FRAGMENTOS PATRIMONIALIZADOS: O PATRIMÔNIO URBANO EM CIDADE NOVA (RJ) LT 369

Danielle C. Dias de Santana [1]

[1] Doutorado em Urbanismo, PROURB-UFRJ (em andamento). Mestrado em Urbanismo, PROURB-UFRJ. Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola da Cidade; danielle.santana@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: patrimônio urbano; fragmentação; fissuras urbanas; Cidade Nova

Pretende-se discutir a preservação do patrimônio urbano a partir da leitura da espacialização destes trechos urbanos preservados e as relações estabelecidas com o tecido urbano no qual se inserem, segundo a noção de fragmentação do território enquanto resultado do processo de produção e reprodução do espaço urbano, apoiada por autores como Secchi (2006) e Ascher (2010).

Entende-se que os trechos urbanos patrimonializados, por serem selecionados, dotados de sentidos atribuídos pelas instituições de patrimônio e operados por um regime diferenciado através do tombamento, também podem ser lidos enquanto fragmentos instaurados pela própria ação da preservação, na medida em que são: a) Fragmentos de temporalidades distintas e modos de ocupação; b) Operacionalizados pela diferenciação em relação ao seu contexto urbano ou entorno imediato, portanto, hierarquizadas; c) Parcialmente singularizados no contexto das normativas urbanas, adquirindo normativas específicas em relação aos instrumentos básicos das políticas de desenvolvimento urbano, e; d) Alimentados de sentido não apenas por relações sociais desenvolvidas no cotidiano, mas mediadas por novas narrativas construídas institucionalmente.

Neste contexto, se apresenta latente a necessidade de ampliação dos meios de análise, seleção e proteção para a compreensão do contexto urbano e contemporâneo desses Fragmentos Patrimonializados identificando os possíveis cortes de camada e descontinuidades, ambiguidades ou flexibilidades da malha urbana, entendidos como Fissuras Urbanas (Fernandes, 2019; Holanda 2017) enquanto possibilidade de integração entre preservação e desenvolvimento.

Tal leitura insere-se em um contexto de discussões acerca da necessidade de revisão de conceitos fundamentais como: A adequação dos instrumentos de preservação; os novos usos conferidos às áreas preservadas; as diferentes interpretações sobre o passado urbano e a necessidade da aproximação disciplinar entre os campos da preservação, urbanismo e o planejamento urbano, conforme as pesquisas de Figueiredo (2014), acerca da gestão de paisagens culturais complexas e de Ribeiro (2011, 2015) sobre as possibilidades, limites e tensionamentos na lista do Patrimônio Mundial com a Chancela de uma Paisagem Urbanas como o Rio de Janeiro. Apoiado ainda pelos textos clássicos e ainda atuais de Meneses (2006) e Santos (1986) nos quais se discute como as políticas de preservação do patrimônio cultural ainda estão bastante centradas na valoração da materialidade dos artefatos culturais e muito pouco voltadas para os valores de uso e as apropriações sociais que lhe conferem legibilidade.

Aliado à discussão teórica e conceitual ora proposta, com a definição das categorias de “fragmento patrimonializado” e “fissuras urbanas”, propõe-se a investigação material do bairro da Cidade Nova localizado na região pericentral da cidade do Rio de Janeiro, em suas múltiplas racionalidades, interesses e leituras, por meio da cartografia descritiva e interpretativa como método, com o objetivo de construir narrativas espaciais que possam expressar outras realidades, conforme as

possibilidades cartográficas apresentadas por Waldheim (2006) e Corner (2011), para os quais o mapa não é apenas uma ferramenta de representação, mas também um método operacional no qual se organizam e expõem dados materiais e simbólicos sobre o espaço, e em seguida os relacionam, estruturando uma leitura ou interpretação sobre o espaço.



Figura 1: Imagem aérea do bairro de Cidade Nova, Rio de Janeiro, com indicação dos fragmentos patrimonializados e possíveis fissuras urbanas. Fonte: elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

ASCHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

CORNER, James. The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention. In: DODGE; M. KITCHIN, R.; PERKINS, C. (Ed.) **The Map Reader:** Theories of Mapping Practice and Cartographic Representation. Oxford: John Wiley & Sons, 2011.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. **Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas:** inspirações à política de preservação cultural no Brasil. Tese (Doutorado – Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

FERNANDES, Patrícia C. A. **Belo Horizonte**: a spatial narrative in three episodes. Tese (Doutorado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

HOLANDA, Frederico. Urban Fissures. In: **The Journal of Space Syntax**. Vol. 7, Issue 2. 2017.

MENESES, Ulpiano B. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor H., et al.(Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2006. pp. 35-73.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para a formação de políticas de patrimônio. In: CUREAU, Sandra; KISHI; Sandra A. S.; SOARES, Inês V.; LAGE, Claudia M.F. (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Fórum, 2011. p.255-267.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios para a Lista do Patrimônio Mundial. In: **Revista Identidades: território, projeto, patrimônio**., v. 6. Barcelona, 2015. p. 235-256

SANTOS, Carlos Nelson F. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto, Ensaio e Pesquisa,** abril, São Paulo, 1986. pp. 59-63.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

WALDHEIM, Charles. **The landscape urbanism reader.** Princeton Architectural Press, 2006

ESPAÇOS DE SOCIABILIZAÇÃO PRIVADOS E NOVOS SIGNIFICADOS DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DO VALE DO SERENO E VILA DA SERRA EM NOVA LIMA, MG.

LT 370

Jandira Carla Botelho Menezes [1], Maria Thereza Fonseca de Souza [2], Gisela Barcellos de Souza [3]

[1] Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais (em andamento); jcarlamenezes@ufmg.br.
[2] Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais (em andamento); mariathereza@ufmg.br.
[3] Professora do Departamento de Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais; giselabarcellos@ufmg.br.

Palavras-chave: público e privado; paisagem; parque linear; condomínios; expansão urbana.

A cidade de Nova Lima, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, teve seu processo de formação e desenvolvimento urbano inicial estreitamente vinculado à mineração. Seu primeiro núcleo de ocupação se originou no século XVII e se desenvolveu ao longo de transformações urbanas fomentadas pelas alterações nos modos de vida das sociedades ao longo do tempo (PEREIRA COSTA et al. 2019). Essas transformações podem ser exemplificadas pelo crescimento urbano impulsionado pela industrialização e, mais recentemente, pelo processo de dispersão urbana, através do surgimento de novas centralidades ligadas a atividades econômicas globalizadas à expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Localizados na divisa com a capital, os bairros Vale do Sereno e Vila da Serra, em Nova Lima, são conhecidos por seus condomínios residenciais verticalizados em forma de torres de alto padrão com extensas áreas de lazer privadas. Na mesma área, uma ferrovia desativada tem potencial de se tornar um parque linear e, mesmo sem investimentos, é apropriada pela população local. Nos últimos anos, houve um movimento para privatização desta área que pertence à União, porém grupos ambientalistas, aliados à população local, se mobilizaram e conseguiram evitar que a área fosse à leilão e, assim, privatizada. A reivindicação do parque público, por outro lado, revela-se contraditória no contexto urbano em que se verifica a progressiva ampliação das áreas de lazer privadas e dos espaços de sociabilização intra-lote dos condomínios. O conceito do espaço público na cidade contemporânea é colocado em questão. Por meio da caracterização tipo-morfológica do tecido urbano de Vila da Serra e Vale do Sereno e de sua relação com a ferrovia apropriada como parque, o presente artigo pretende contribuir para a compreensão dos novos significados que os espaços públicos podem adquirir na urbanização contemporânea. Por um lado, verifica-se a insuficiência de espaços públicos de convivência em territórios onde opera o processo de urbanização dispersa, pois, normalmente, o que se encontra são espaços privativos de lazer dentro de condomínios residenciais fechados (NETTO, 2020). Por outro, o indicativo de se reproduzir nessa área o mesmo padrão construtivo de seu entorno acentua a importância das discussões de perspectiva ambiental, especialmente considerando que a opção pelo adensamento contribui diretamente para a alteração da paisagem e do microclima, gerando aumento do trânsito em horários de pico e problemas de drenagem urbana (NOVA LIMA, 2014; MACHADO, 2016; NETTO, 2020). Para o desenvolvimento desse estudo, utilizou-se como proposta metodológica a revisão de literatura e trabalho de campo, aplicando os conceitos da escola italiana de morfologia urbana na caracterização dessas ocupações ao longo do tempo, através de mapeamento da progressão

da implantação das edificações e do redesenho dos quarteirões residenciais com foco nas áreas de lazer privadas. Evidencia-se, tanto a negação da rua como espaço de encontro pelos tipos edilícios caracterizados, como a importância que espaços públicos para lazer e prática de esportes ao ar livre assumem na sociedade contemporânea. Por fim, ressalta-se que a área também cumpre importantes funções ecossistêmicas.

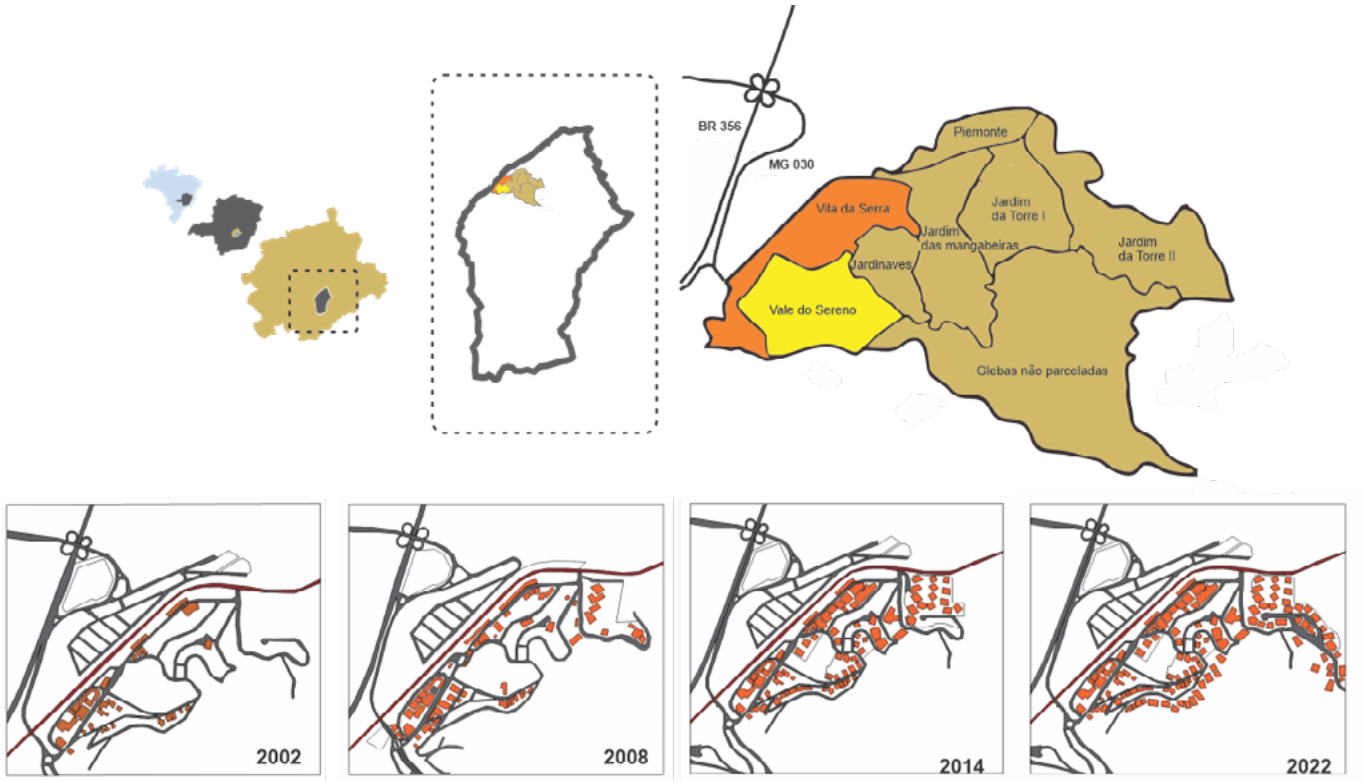


Figura 1: Localização da área de estudo e evolução da ocupação dos bairros Vila da Serra e Vale do Sereno. Fonte: Nova Lima, 2014; Google Earth, 2022. Editado pelas autoras

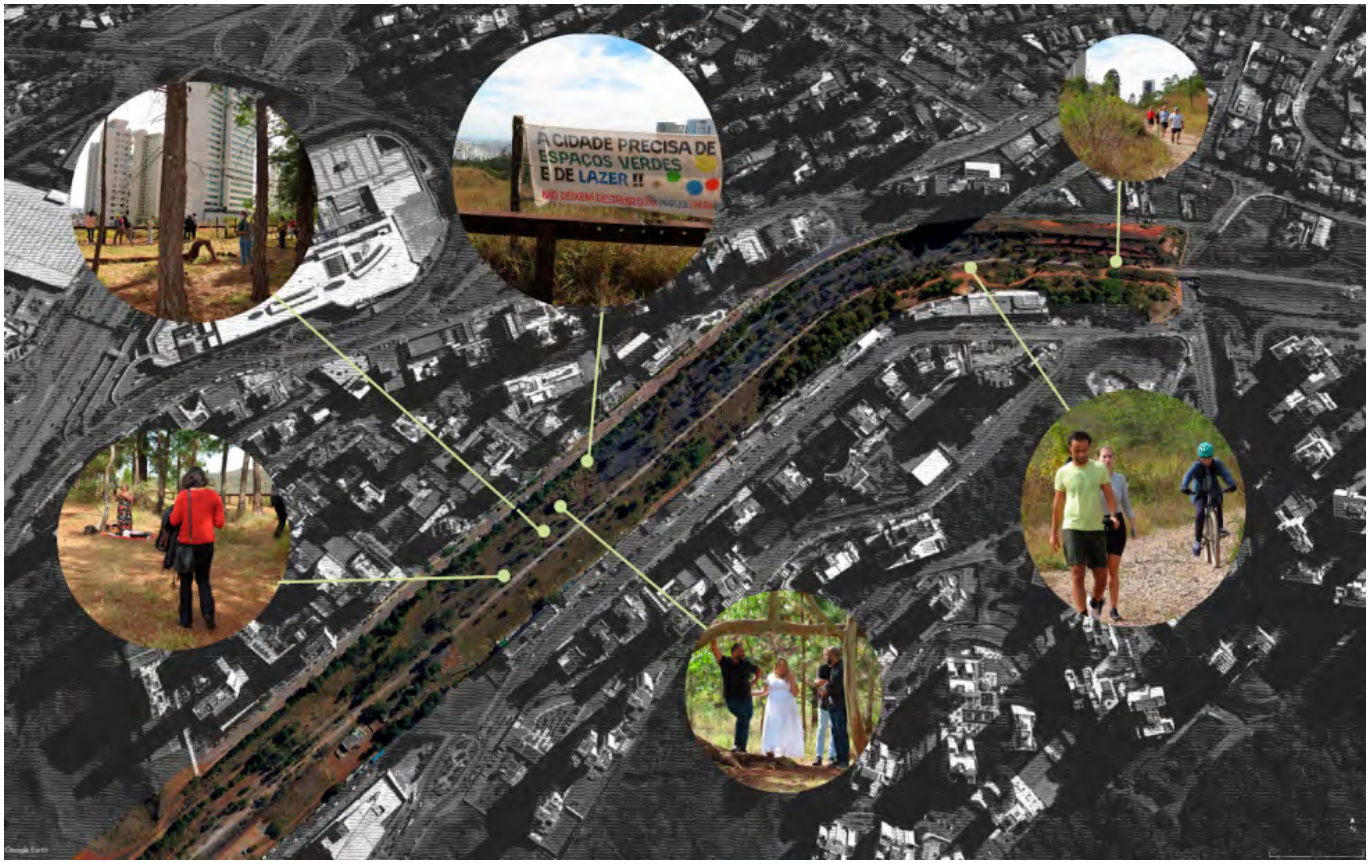


Figura 2: Espaços e acessos e ocupações na linha férrea em Nova Lima, MG. Fonte: Google Earth, 2022, editado pelas autoras e acervo pessoal das autoras.

REFERÊNCIAS

NETTO, M.M.G. **Paisagem contemporânea de expansão metropolitana de Belo Horizonte**: interações globais em morfologias locais. Tese de Livre-Docência, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, UFMG, 2020.

NOVA LIMA (Cidade). Prefeitura Municipal de Nova Lima; Fundação Israel Pinheiro. **Relatório de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Lima.** Nova Lima: PMNL / FIP 2014.

MACHADO, L.A. I**mpactos da verticalização e adensamento das edificações em topoclimas e mesoclimas na porção norte do município de Nova Lima (MG)**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.

PEREIRA COSTA. S. A. et al. **Os modelos das companhias industriais e seus reflexos nas cidades brasileiras**. Curitiba: CRV, 2019.

VIVER A PAISAGEM: APROPRIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO PARA O SÍTIO ROBERTO BURLE MARX

LT 371

Maria Carolina Alves Medeiros [1], Fernanda de Abreu Pereira [2], Delano Delfino [3], Mariana Gomes de Souza [4]

[1] Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, Instituto Federal Fluminense; a.medeiroscarolina@gmail.com.
[2] Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, Instituto Federal Fluminense; abreufernanda93@gmail.com.
[3] Pós graduação em Design de Interiores, Veiga de Almeida. Pesquisador do grupo Arquitetura de Museus FAU/UFRJ; delanodelfino@gmail.com.
[4] Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Fluminense (em andamento); desouza.marianag@gmail.com.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Apropriação; Patrimônio Cultural; Plano de Gestão.

A qualidade das experiências vividas é um fator determinante para criar vínculos de memória (ARAÚJO; FARIAS; SOUZA; OLIVEIRA; FONSECA, 2022), recursos valiosos quando se trata da relação entre pertencimento e conservação de sítios culturais. No caso do Sítio Roberto Burle Marx, Patrimônio Mundial da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural, desde 2021 (CAU, 2021), percebe-se uma desconexão não apenas física com o restante da cidade, mas também no sentido da vivência do espaço físico, algo tão importante como meio de conexão emocional e criação de memórias afetivas e identificação com o local (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2022).

Através de pesquisa para a elaboração do trabalho de conclusão do curso “Conservação da Paisagem e do Patrimônio Urbano”, oferecido pela ABAP em parceria com o CAU/RJ, foi analisada a situação atual do Sítio Burle Marx e propostas estratégias de gestão para fomentar a conexão e identificação não apenas com seu público, mas também com a comunidade no entorno. Apresenta-se, aqui, o resumo do resultado do trabalho em questão, que discorre a respeito da proposição de um plano de gestão pautado em formas de apropriação do espaço, praticadas por usuários do Sítio Roberto Burle Marx, em Guaratiba, no Rio de Janeiro.

Através de análises sobre o objeto, contexto e valores do mesmo, foram identificadas problemáticas e potencialidades. Também foram feitas pesquisas bibliográficas e estudos de caso, reunindo dados a respeito da percepção dos visitantes em relação aos espaços culturais pesquisados. A partir disso, foram elaboradas estratégias, ações e intervenções que geraram diretrizes para o plano de gestão, esperando-se resultados que levem à possibilidade de melhorias na experiência de visitação, gerando identificação.

O levantamento feito pelo ICOMOS (2021) apontou a necessidade de um planejamento que permita diferentes formas de apropriação do espaço, com maior interação do público, para proporcionar um engajamento positivo para a sustentabilidade do Sítio enquanto espaço cultural. A revisão da estrutura de acesso, aliada ao uso de tecnologias de informação e comunicação, além da implementação de comércios estratégicos, demonstraram ser ações promissoras para que a interação entre o ambiente e o indivíduo seja mais atrativa para o público. Diante do estudo dos desdobramentos de ações semelhantes às propostas, constatou-se que a adequação da gestão de bens culturais às novas linguagens de percepção do mundo é uma ferramenta chave para colocar o Sítio Roberto Burle Marx em um local de identificação e valorização dignas de sua real relevância para o Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

Cabe reforçar que a vivência dos espaços é o que possibilita a criação de vínculos e memória afetiva - o que é imprescindível para a conservação de um patrimônio cultural, para que o

mesmo não seja visto apenas como monumento, de forma distante, mas sim como parte da identidade local.



Figura 1: Foto de um trecho do Sítio Roberto Burle Marx, Rio de Janeiro. Fonte: LIBERAL, 2022.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, R. **No Sítio Burle Marx, um patrimônio mundial homenageia a passagem do tempo**. Disponível em https://braziljournal.com/no-sitio-burle-marx-um-patrimonio-mundial-homenageia-a-passagem-do-tempo/. Acesso em 16 de junho de 2022.

ARAÚJO, B. G. M.; FARIAS, I. E.; SOUZA, M. G. de; OLIVEIRA, M. A.; FONSECA, V. T. "O que a memória ama, fica eterno": a educação patrimonial como caminho de preservação. In: **Construindo memórias, tecendo histórias**: registros do patrimônio de Campos dos Goytacazes. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2022.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. S**ítio Roberto Burle Marx é reconhecido como Patrimônio Mundial da UNESCO**. Disponível em https://www.caurj.gov.br/sitio-roberto-burle-marx-e-reconhecido-como-patrimonio-mundial-da-unesco/. Acesso em 16 de junho de 2022.

ICOMOS. **Nomination of Sítio Roberto Burle Marx for inscription on the World Heritage List**. Disponível em https://whc.unesco.org/en/list/1620/documents/. Acesso em 15 de junho de 2022.

INTERMUSEUS. **Requalificação do Sítio Roberto Burle Marx abre caminho para candidatura a patrimônio mundial.** Disponível em https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/internacionais/10359-15-01-2021-requalificacao-de-sitio-roberto-burle-marx-abre-caminho-para-candidatura-a-patrimonio-mundial.html. Acesso em 16 de junho de 2022.

IPHAN. **Centro Cultural Roberto Burle Marx**. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/399/. Acesso em 16 de junho de 2022.

LIBERAL, O. **Sítio Roberto Burle Marx**. Disponível em https://whc.unesco.org/en/list/1620/gallery/. Acesso em 16 de junho de 2022.

MARTÍNEZ, H. N. El proyecto sostenible de los grandes museos de Madrid. Museo del Prado, Reina Sofía y Thyssen-Bornermisza. In: **Anais do 7° Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus**: Tecnologia e Descolonização. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

OLIVEIRA, D. B. B de; MEDEIROS, M. C A. A cidade (des)conectada: reflexões sobre memória e direito à cidade em tempos de pandemia. In: **Construindo memórias, tecendo histórias**: registros do patrimônio de Campos dos Goytacazes. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2022.

SITIO BURLE MARX. Sítio Burle Marx. Disponível em https://sitioburlemarx.org. Acesso em 15 de Junho de 2022.

SCHLEE A. R. et al. **Sítio Roberto Burle Marx**. São Paulo: Intermuseus; Rio de Janeiro: Sítio Roberto Burle Marx, 2020.

ANÁLISE CONFIGURACIONAL DA PRAÇA SOUTO FILHO EM RECIFE, BRASIL, A PARTIR DA SINTAXE ESPACIAL

LT 372

Sheila R. Albuquerque [1], Alexandre A. B. C. Castro [2], Mauro N. M. Barros Filho [3], Emmanoel M. Silva [4]

[1] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFPB (em andamento); sheilaarq1@gmail.com.
[2] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFRN (em andamento); alexbccastro@gmail.com.
[3] Doutorado em Desenvolvimento Urbano, UFPE; mbarrosfilho@gmail.com.
[4] Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFPB (em andamento); emmanuel.marques30@gmail.com.

Palavras-chave: Espaços Livres Públicos; Sintaxe Espacial; Configuração.

Os espaços livres públicos são indispensáveis para a promoção da qualidade de vida urbana. Dentre esses, as praças são equipamentos urbanos essenciais na vitalidade das cidades, por possibilitarem o encontro e convívio social. Entretanto, diversos fatores podem interferir no seu desempenho, tais como a presença de mobiliário e arborização. Ademais, suas condições de acessibilidade física e visual são fundamentais tanto para segurança, como para o conforto e privacidade de seus usuários. A Praça Souto Filho, com área de 5.339,75 m², apesar de ser próxima ao Parque da Jaqueira em Recife, em uma área muito valorizada da cidade, é um espaço livre público pouco utilizado e apropriado pelas pessoas.

A Teoria da Sintaxe do Espaço (HILLIER; HANSON, 1984) constitui um conjunto de métodos, técnicas e ferramentas para estudar a relação da configuração espacial com fenômenos sociais. Com os avanços desta teoria e das Isovistas (BENEDIKT, 1979) surge a Visibility Graph Analysis (VGA) (TURNER et al., 2001), método quantitativo que analisa os campos visuais do pedestre, relacionando cada ponto de observação do espaço com os demais, indicando o grau de visibilidade das áreas através de uma escala de cores.

Dentro desse contexto, o presente artigo visa analisar a relação entre a configuração espacial da Praça Souto Filho e a sua visibilidade, seus usos e modos de apropriação pelas pessoas, questionando-se em que medida sua configuração espacial, entendida aqui como a relação inter partes dos elementos que constituem as barreiras e permeabilidades urbanas, molda os seus padrões de uso e apropriação.

A metodologia proposta é composta por duas etapas principais. A primeira consistiu na análise da integração espacial da praça com a cidade, por meio de: (i) elaboração de mapa de segmentos (TURNER, 2000) da cidade, a partir de cálculo de medidas sintáticas (Integração, Escolha, Step Depth) no Space Syntax Toolkit (GIL et al., 2015) e no DepthmapX 0.80 (SAILER; KOUTSOLAMPROS, 2020); e da (ii) normalização das medidas de Integração e Escolha (HILLIER, YANG e TURNER, 2012). A segunda etapa consistiu na análise da visibilidade da praça, envolvendo: (i) levantamento de campo do seu piso, mobiliário e vegetação; (ii) elaboração de mapas comportamentais (GEHL e SVARRE, 2018; GRAJEWSKI e VAUGHAN, 2001), a partir da observação in loco; (iii) elaboração de mapa de suas barreiras e permeabilidades; (iv) cálculo de medidas de conectividade e integração visual a partir da aplicação de VGA; e a (v) comparação dos resultados destas medidas com os mapas comportamentais anteriores.

Resultados parciais demonstram que a praça se localiza em um setor com alto potencial de integração global (Figura 1), ao estar inserida no núcleo integrador da cidade que, segundo Klarqvist (1993), é o conjunto das linhas mais integradas do sistema analisado. Mesmo na escala local, as vias do

entorno apresentam valores altos de integração, o que facilita o acesso físico a este espaço livre público. Este fato vai ao encontro ao padrão de ocupação dos edifícios lindeiros, com predomínio de fachadas não ativas e de gabarito alto, o que reduz as interfaces entre os espaços públicos e privados, corroborando com estudos anteriores (DESYLLAS, 2000; ALALOUCH et al., 2019) e explicando o caráter de espaço de passagem/deslocamento da praça. Estes resultados parciais são importantes para demonstrar o papel que a configuração exerce influenciando em fenômenos sociais, podendo contribuir para planejar e qualificar espaços livres públicos.

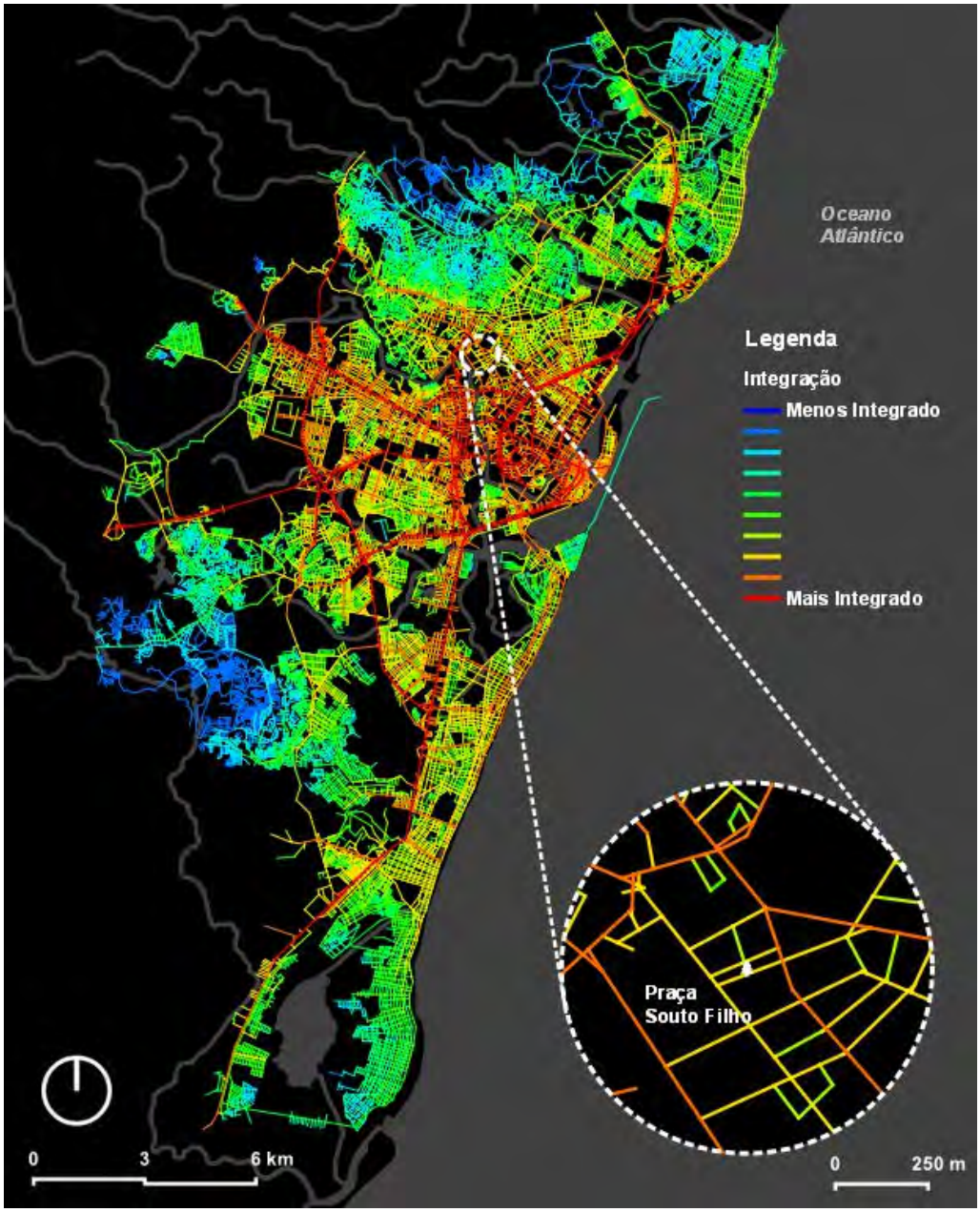


Figura 1: Integração da Cidade do Recife, destacando a Praça Souto Filho. Fonte: Elaboração Própria, 2022.

REFERÊNCIAS

ALALOUCH, C.; AL-HAJRI, S.; NASER, A.; HINAI, A. A. The impact of space syntax spatial attributes on urban land use in Muscat: Implications for urban sustainability. **Sustainable Cities and Society**, v. 46, n.1, p.1-14, 2019.

BENEDIKT, M. To Take Hold of Space: Isovists and Isovist Fields. **Environment and Planning B**: Planning and Design, v.6, n.1, p. 47-65, 1979.

DESYLLAS, J. **The relationship between urban street configuration and office rent patterns in Berlin**. Tese (Doutorado). The Bartlett, University College London, 2000.

GEHL, J.; SVARRE, B. **A Vida na Cidade:** Como Estudar. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIL, J.; VAROUDIS, T.; KARIMI, K.; PENN, A.; The Space Syntax Toolkit: Integrating DepthmapX and Exploratory Spatial Analysis Workflows in QGIS. In: **Space Syntax Symposium**, 10, London, 2015. Proceedings… London: University College London, 2015.

GRAJEWSKI, T.; VAUGHAN, L. **Space Syntax Observation Manual**. London: Space Syntax, 2001.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge: University Press, 1984.

HILLIER, B.; YANG, T.; TURNER, A. Normalising least angle choice in Depthmap - and how it opens up new perspectives on the global and local analysis of city space. **Journal of Space Syntax**, v. 3, n. 2, p. 155-193, 2012.

SAILER, C.; KOUTSOLAMPROS, P. **DepthmapX Multi-Platform Spatial Network Analysis Software, Version 0.80 Open Source. 2020**. Disponível em: https://github.com/SpaceGroupUCL/depthmapX/releases.

TURNER, A. Angular Analysis: A Method for the Quantification of Space. **CASA Working Paper Series**, v. 23, p. 1-20, 2000.

TURNER, A.; DOXA, M.; O'SULLIVAN, D.; PENN, A. From isovists to visibility graphs: a methodology for the analysis of architectural space. **Environment and Planning B**: Planning and Design, v. 28, n.1, p.103-121, 2001.

O AÇUDE VELHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: A ABORDAGEM HISTÓRICO GEOGRÁFICA COMO METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO

LT 373

Lízia Agra Villarim [1], Mauro N. M. Barros Filho [2]

[1] Doutorado em Desenvolvimento Urbano, UFPE (em andamento); liziaagra@gmail.com.
[2] Doutorado em Desenvolvimento Urbano, UFPE; mbarrosfilho@gmail.com.

Palavras-chave: patrimônio histórico; parque urbano; morfologia urbana; abordagem histórico geográfica.

O debate sobre o patrimônio cultural tem avançado e incluído novas temáticas interpretativas, o que amplia a variedade de bens que conformam as categorias patrimoniais e pode ajudar na continuidade da identidade nacional. Porém, essa evolução nem sempre é absorvida pelos órgãos de preservação, como no caso da Paraíba, onde há um distanciamento entre atuação prática e discussão teórica. Os decretos de tombamento expedidos pelo Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) não descrevem o bem tombado, tampouco incluem dossiês de tombamento - relatos dos atributos e valores do bem, sendo um manual ou guia para o monitoramento. Ainda, percebemos a dificuldade do reconhecimento das articulações urbanas dos bens tombados pelo Estado, onde características e elementos da inserção social destes, que representam a dinâmica de conformação da malha urbana, são excluídas.

A cidade de Campina Grande-PB, é um exemplo desse cenário, pois o reconhecimento do seu centro histórico ocorreu anos após o tombamento individual de bens significativos da história local. Além disso, trata da definição de uma poligonal que não abrange áreas importantes do núcleo primitivo, como o Açude Velho, a Estação Velha e a rua Vila Nova da Rainha, marcos do eixo de expansão do povoado campinense (Figura 1).

O citado Açude Velho é um dos exemplos mais significativos. Reconhecido como patrimônio pelo IPHAEP, em 2001, por tombamento individual, foi classificado pela Prefeitura como Parque Vergniaud Wanderley. O decreto que formaliza o tombamento (Decreto n.22245/2001) não faz menção à categoria ao qual faz parte, sendo um documento utilizado para o reconhecimento de uma série variada de bens. O que nos leva a crer que não houve uma identificação prévia dos atributos que o definem, tampouco uma fundamentação mediante suas características morfotipológicas. Como consequência, não foi definida a porção geográfica que o compreende, sendo este recurso indispensável dada a sua escala, também por possuir elementos morfológicos variados, como um açude, calçadões e praças. Ainda, não foi estabelecida a área de entorno, que ajudaria a manter as relações visuais e de ambiência. Somado a isso, a atuação da esfera municipal acontece por ações contraditórias, como a construção, às suas margens, após o seu tombamento, de dois museus, entre eles um projetado por Oscar Niemeyer. E, ainda, a aprovação de sucessivos empreendimentos imobiliários de edifícios de múltiplos pavimentos - alguns viabilizados pela demolição de edifícios históricos - que descaracterizam os elementos morfológicos de sua evolução.

Assim, o objetivo deste artigo consiste em desenvolver uma análise morfológica baseada na abordagem histórico geográfica (COZEN, 1969; OLIVEIRA, 2008; COSTA e GIMMLER NETTO, 2017), para auxiliar na identificação deste patrimônio, destacando suas associações simbólicas,

morfológicas e culturais. Conhecimento que contribui na adoção de critérios e referenciais endógenos às formas dos elementos do Parque do Açude Velho, também, é um dos procedimentos apontados pela Teoria Contemporânea da Conservação para o reconhecimento e salvaguarda de bens (ICOMOS,2013). Busca-se, portanto, identificar os atributos que caracterizam e distinguem o bem, reconhecendo que derivam de uma construção histórica cristalizada na malha urbana e na dinâmica da área, o que é passível de ser conhecido pela citada metodologia - pois permite-nos compreender o processo de conformação do tecido e os mecanismos sociais que o validam.



Figura 1: Vista da área central da cidade de Campina Grande destacando bens culturais importantes. Fonte:Elaborado pelos autores, 2022, com base no Google Earth.

REFERÊNCIAS

COSTA, Stael de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos da morfologia urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

COZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers Publication 27 (second edition). Londres: Institute of British Geographers, 1969. Tradução de Vítor Oliveira.

DIÁRIO OFICIAL DA PARAÍBA. **Decreto 22.245**:, 21 de setembro de 2001.

ICOMOS. **The Burra Charter**: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charte r-2013-Adopted-31_10_2013.pdf, acessado em 15 de julho de 2022.

OLIVEIRA, V. (Org.). **Diferentes abordagens em morfologia urbana**: contributos luso-brasileiros. Porto: uf books, 2008. Disponível em: vitoroliveira.fe.up.pt. Acesso em: 16 de julho de 2022.

PATRIMÔNIO, PAISAGEM CULTURAL E DINÂMICA URBANA EM LENÇÓIS, BAHIA: A FESTA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. LT 374

Raul Amaro de Oliveira Lanari [1]. Luciana Rattes Máximo de Castro [2], André Castilho Pinto [3], Paula Pflüger Zanardi [4]

[1] Professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás; ralanari@gmail.com.
[2] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialização em História da Arte pela PUC Minas (em andamento); lucirattes@gmail.com.
[3] Mestre em Global Studies pela University of Vienna e Leipzig University; andrecasp@gmail.com.
[4] Mestre em Patrimônio Cultural pelo PEP/IPHAN; paula.zanardi@gmail.com.

Palavras-chave: Celebrações, Senhor dos Passos, Lençóis, Paisagem Cultural, Pandemia.

Esta comunicação analisará como a Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de Lençóis, Bahia, articula e referencia historicamente elementos do Patrimônio Cultural da cidade. Apresentaremos elementos que caracterizam a celebração e as práticas culturais de diferentes grupos da cidade a ela associadas, estabelecendo percursos e lugares de significado cultural. Na Chapada Diamantina, o Senhor dos Passos é padroeiro dos garimpeiros de diamantes, sendo sua festa realizada no final de janeiro e nos primeiros dias de fevereiro (SENA, 1996, p. 72).

A devoção ao Senhor dos Passos data do século XVI em Portugal, tendo se consolidado no Brasil com o avanço da colonização (PISTORELLO, 2018, p. 181-182). Em Lençóis, a sua história remonta a meados do século XIX, período da descoberta de diamantes por aventureiros vindos de Minas Gerais e do Recôncavo Baiano (ARAÚJO, 2002, p. 54). A ocupação da cidade seguiu a tradição luso-brasileira estabelecida desde o período colonial. A cidade também apresentou elementos socioculturais da colonização ibérica no Brasil, como a permanência da escravidão até o final do século XIX e a centralidade da religiosidade católica (LEAL, 1978, p. 117). Neste contexto, a Festa articula o catolicismo popular à manifestação da identidade garimpeira (GONÇALVES, 1984,p. 128).

A Festa passou por transformações ao longo do tempo. O declínio e proibição da atividade garimpeira e a instalação do segmento turístico na região trouxeram diversos desafios para seus organizadores (MANGILI, 2015, p. 88-89). O aumento da importância do turismo foi estimulado pelo processo de tombamento do Núcleo Histórico de Lençóis, realizado em 1973 (BRITO, 2005, p. 69). Diante da patrimonialização dos bens materiais e da consolidação da memória das elites locais, a Festa do Senhor dos Passos se manteve como elemento de afirmação da identidade de camadas populares locais.

Por meio do recurso à documentação histórica, analisaremos como a celebração foi importante na consolidação de formas de apropriação da cidade por seus moradores, apresentando recentemente pontos de conflito com os interesses de comerciantes e gestores locais do turismo. Neste ponto, serão utilizados os resultados de entrevistas e grupos focais realizados entre os grupos sociais mobilizados para cada uma das noites da festa. Por meio da análise destas fontes, serão buscadas representações sobre a celebração e a cidade de Lençóis, tensões que apontam para hierarquias que se manifestam na urbanidade e na apropriação dos espaços ao longo da festa, e as perspectivas de futuro individuais e coletivas.

O processo de registro da celebração nos níveis estadual e federal mostra a busca pela patrimonialização como forma de se garantir o direito à manifestação da identidade local, e reivindicar o direito à cidade. Assim pretendemos analisar como a apropriação do território físico da cidade de Lençóis pelos moradores e participantes da festa, confere significado aos lugares envolvidos na festividade e torna o tecido urbano indissociável da manifestação cultural em si.

Analisaremos, por fim, como a pandemia de COVID-19 apresentou novos desafios à celebração do Senhor dos Passos em Lençóis. Com o imperativo de isolamento social, o uso de ferramentas tecnológicas trouxe consigo questionamentos, que também são nossos, sobre como esta nova forma de mediação e apropriação da cidade pode possibilitar outras formas de aproximações e interações entre pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Salles. **Bambúrrios e Quimeras**: olhares sobre Lençóis; narrativa de garimpo e interpretações da cultura. Feira de Santana: UEFS, 2002

BRITO, Carolino Marcelo de Sousa. Os discursos preservacionistas do processo de patrimonialização de Mucugê e do cemitério de Santa Isabel. In: **Revista Outras Fronteiras** 4, no 2, 2018, p. 41–57.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005. 418p.

CATHARINO, J. M. **Garimpo, garimpeiro, garimpagem**: Chapada Diamantina, Bahia. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986. (Coleção Visões e Revisões, 5).

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese de Livre-Docência, São Paulo: FAUUSP, 1982.

DUGGAN, Sarah C. **Life, Loss and Labour:** Narrating Subjectivity in the Chapada Diamantina, Bahia, Brazil. Thesis, Newcastle University, 2016.

FREIRE, Luiz Alexandre Brandão, e SOUSA, Maria Aparecida de. Metamorfose social e garimpo nos sertões da Chapada Diamantina (1844-1871). In: **Anais Colóquio do Museu Pedagógico** - ISSN 2175- 5493 13, no 1 (22 de outubro de 2019): 1684-1689–1689.

GONÇALVES, Maria Salete Petroni de Castro. **Garimpo, devoção e festa em Lençóis**. São Paulo: Escola de Folclore, 1984.

GUANAES, Senilde Alcantara. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra**: garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina-BA, 2001.

LEAL, Fernando Machado. A Antiga Comercial Vila dos Lençóis. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 18, 1978, pp. 115-160

MANGILI, Liziane Peres.**Anseios, dissonâncias, enfrentamentos**: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia). Tese (Doutorado): Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2015.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga ; NETTO, M. M. G. . **Fundamentos de Morfologia Urbana.** 2. ed. Belo Horizonte: C/ Arte, 2017. v. 1000. 236p

PISTORELLO, Daniela. Devoções e práticas religiosas em Florianópolis e Santa Catarina; devoção ao Senhor dos Passos no Brasil e em outros países. In.: **Dossiê de Registro da Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis**. Brasília: IPHAN, 2018, pp. 163-208.

SENNA, Ronaldo Salles. **Lençóis**: Um estudo diagnóstico. Feira de Santana: UEFS, Prefeitura de Lençóis, 1996.

ZANARDI, Paula Pflüger. Embates entre a preservação ambiental e o patrimônio cultural: Os Cortadores de Pedra na Chapada Diamantina. In: **NAUI - DINÂMICAS URBANAS E PATRIMÔNIO CULTURAL**, v. 8, p. 68-84, 2019.

O PODER E O CONTROLE DA FORMA: APROXIMAÇÕES ENTRE HABRAKEN E O PATRIMÔNIO URBANO EDIFICADO

LT 375

Bianca Paola Comin [1]

[1] Doutoranda em Urbanismo, PROURB - UFRJ. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, PPGMADE - UFPR. Engenheira Civil, UEPG; bianca.comin@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: patrimônio; poder; forma urbana.

> Construímos para perdurar e resistir ao tempo, todavia sabemos que, em última análise, seremos vencidos pelo tempo - aquilo que as próximas gerações constroem para a eternidade, nós o demolimos (John Habraken)

A tendência à perenidade é algo que acompanha a construção de edifícios. Com a exceção daqueles que já nascem com o intuito de possuir uma vida transitória, o elemento representado por firmitas, na tríade vitruviana, denota a estabilidade e a resistência que se espera estar presente nos abrigos e construções humanas - consequentemente, sua solidez (e, portanto, não volatilidade) também passa a ser condição de boa arquitetura.

Se a dimensão física de um edifício perdura no tempo, ele pode ser considerado como um objeto de história. Tal premissa repousa na "(...) defesa da historicidade dos objetos, como pressuposto de estudos para a história nos objetos, conforme estes sejam manuseados cognitiva e cientificamente, enquanto testemunhos de contextos sócio-históricos e culturais" (NOGUEIRA & REIS, 2012, p. 3). Contudo, se o edifício é também agraciado por uma narrativa que o acompanha, ele é dotado de uma camada memorial que transcende a sua existência concreta, impregnando-o de alma - ou de vida. Assim, enquanto a narrativa memorial que a ele se associa garantir a presença do passado na existência da sua materialidade, ele deixa de ser um objeto de história e passa a ser um objeto de memória, analogamente ao que explicita Nora (1993).

Contudo, como afirma o Habraken (1998) da epígrafe, estas narrativas nem sempre perduram ad eternum, fazendo com que as construções, erigidas com o intuito de serem perpétuas (ou dotadas de vida) por dada geração, sejam postas abaixo pelas gerações posteriores, para as quais sua materialidade destituiu-se de alma. Parece sensato, neste momento, abrir um parêntese para tecer um paralelo desta situação com os escritos de Benjamin (1994): ao considerar a reprodutibilidade técnica da obra de arte - e não apenas dela - uma possibilidade de descolamento entre o objeto e o contexto de sua criação, caminha-se para uma destruição da aura dessa obra. Ao transladar essa ideia para o contexto do patrimônio urbano edificado, poderia-se dizer que quando o edifício perdura por diversas gerações, é possível que a sua aura se perca devido à uma dissolução do seu contexto, transformando-o em mera materialidade. "No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência" (BENJAMIN, 1994, p. 169) e, como afirma Habraken (1998) enquanto eles acreditavam que seus constructos teriam significância eterna, nós, no presente, os destruímos por julgá-los embebidos em um presente passado pouco relevante.

É nesse momento que recorremos aos escritos de Habraken (1998) para sustentar a sequência destas reflexões e aplicá-las ao patrimônio urbano edificado. O que se pretende, portanto, é uma

sistematização dos princípios e conceitos contidos na obra “The Structure of Ordinary: Form and Control in the Built Environment”, aplicando as ideias fundamentais de Habraken (1998) à temática do patrimônio urbano. Neste caso, procura-se entender a associação entre forma urbana e poder, relacionando-os à escolha entre o que se deseja perenizar (e aquilo que se deve demolir) e os agentes que o fazem, utilizando a patrimonialização como ferramenta para esse fim.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

HABRAKEN, John. **The Structure of Ordinary**: Form and Control in the Built Environment. Cambridge, MIT Press, 1998.

NOGUEIRA, Sônia Aparecida; REIS, Ronaldo Rosas. Contradições e possibilidades do patrimônio cultural no mundo das mercadorias. In: **VII Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2012. Campinas, 2012. v. 1

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**, v. 10, 7-27 pp, São Paulo, dez de 1993.

REQUALIFICAÇÃO URBANA, CONFLITOS E CONFRONTOS: O PARQUE DO RIO BIXIGA E O TEATRO OFICINA EM SÃO PAULO.

LT 376

Delano Delfino da Silva Junior [1], Cêça Guimaraens [2]

[1] Pesquisador Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus, PROARQ-FAUUFRJ; Especialização em Design de Interiores, UVA (em andamento); Arquiteto e Urbanista, UNESA.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ-UFRJ) e DAU/UERJ; Coordenadora da Rede Arquitetura, Museologia e Patrimônio (UFRJ/CNPq) e do Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus (UFRJ/CNPq).

Palavras-chave: Parque do Rio Bixiga; Teatro Oficina; Especulação Imobiliária; Apropriação; Vazio Urbano.

A importância dos equipamentos culturais para a requalificação urbana e para o fortalecimento das identidades de usuários e habitantes das cidades está demonstrada no artigo por meio da análise da centralidade física e simbólica do Teatro Oficina e do Parque do Bixiga, localizados na capital paulista. A partir da consideração de que os lugares de cultura são espaços representativos da luta contra os processos de especulação imobiliária, os quais alteram sobremaneira as formas e os usos das cidades, verifica-se que o Teatro Oficina é um exemplar marco de resistência.

Fundado em 1961, o Teatro Oficina foi inaugurado no antigo prédio da Companhia de Teatro Espírita de São Paulo. Desde então, os espetáculos performáticos 'revolucionaram' a vida dos moradores do bairro. Apesar disso, o grupo teatral sofreu diferentes tipos de ações violentas por parte de agentes públicos e privados, destacando-se, na década de 1960, o incêndio provocado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

A população do bairro abraçou e se apropriou do espaço do Teatro Oficina desde a fundação, reconhecendo a importância e as formas de resistência efetivadas pelo grupo artístico. Diversos fatores, entre estes a construção do Minhocão na década de 1970, fizeram com que a região se desvalorizasse. Quando a área se tornou interessante para a especulação imobiliária, o Grupo Silvio Santos comprou e demoliu todos os imóveis do entorno do Teatro. Tal ação transformou a vizinhança imediata num considerável vazio urbano, o que provocou o aumento da insegurança na região.

O texto contém breve estudo da requalificação da região do Bixiga, a qual se fundamenta na existência do edifício e do grupo teatral. Pretende-se ainda comprovar que a permanência do teatro é a motivação e o tema principal do projeto do Parque do Rio Bixiga, idealizado pelas Arquitetas do Teatro em parceria com a Associação de Moradores do Bixiga. Acrescenta-se que o tombamento do Teatro e o usufruto do lugar pela população foram de fundamental importância para a transformação do grande vazio urbano causado pela especulação imobiliária na área.

Nessa perspectiva, o artigo demonstra as maneiras sob as quais o Teatro Oficina foi agente fundamental para a valorização e a criação de uma identidade do bairro do Bixiga. Em simultâneo, observa-se que o projeto do Parque contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro, agregando ainda o bem-estar dos habitantes da cidade São Paulo na totalidade. Destaca-se que o bairro possui baixo índice de áreas verdes, observando-se também que a sociedade, por meio de ações e audiências públicas que tiveram o apoio de reconhecidos intelectuais e urbanistas, sugeriu a permuta do terreno vizinho ao teatro. Enfim, a solução do confronto com os agentes imobiliários parecia se tornar realidade.



Figura 1: Localização esquemática do futuro Parque do Rio Bixiga, na região central da cidade de São Paulo. Fonte: Google Street View, 2022.



Figura 2: Fotomontagem esquemática da proposta conceitual do Parque do Rio Bixiga. Fonte: CASA 1, 2022.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Brenda. Bixiga Insurgente: O Teatro Oficina e a luta em escala urbana. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais) – Escola de Comunicação e Artes – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre cultura e comunicação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

BASTOS, S. Migração e turismo na cidade de São Paulo: Liberdade e Bixiga em perspectiva. São Paulo: Provisório produções: Modi Produções, 2021.

CASA 1. Pela urgente aprovação do Parque do Rio Bixiga. Disponível em: < https://www.casaum.org/pela-urgente-aprovacao-do-parque-do-rio-bixiga/?gclid=CjwKCAjwoMSW

BhAdEiwAVJ2ndlxNZQMTUZQDZJqLhqA1_yfzHRKrPV9OkOK9z0_mdQqYyo9E2ZUvSxoC-sYQAvD

_BwE> Acesso em: 12 de julho de 2022.

CORRÊA, Zé Celso Martinez. PRIMEIRO ATO: Cadernos, Depoimentos, Entrevistas (1958-1974). São Paulo: Editora 34, 1998.

JAYO, D. V. V. E. M. Os Arcos do Bixiga (São Paulo): um caso de instrumentalização de política de memória. Revista Memória em rede, 01 dez. 2020. 170 - 193.

JAYO, D. V. V. E. M. Para uma história do Arcos do Bixiga. Vitruvius, 01 abr. 2020. Disponivel em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.239/7672>.

MATZEMBACHER, Carila Spengler. Arquitetura Teat(R)al Urbanística – Transformação do espaço cênico – Teat(r)o Oficina [1958-2010]. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MATZENBACHER, Carila Spengler; GALLMEISTER, Marília. Parque do Bixiga. Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=t3QzyuKRsCs&t=919s> Acesso em: 15/07/2022.

MEULDER, J. S. A. B. D. On Allotopia: The Spatial accumulation of difference in Bixiga (São Paulo, Brazil). Space and Culture, 01 nov. 2019. 387 - 404.

MUNIZ, C. O patrimônio como palimpsesto: revelando as camadas dos Arcos [do Bixiga], em São Paulo. II Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural, 14 nov. 2019. 241 - 263.

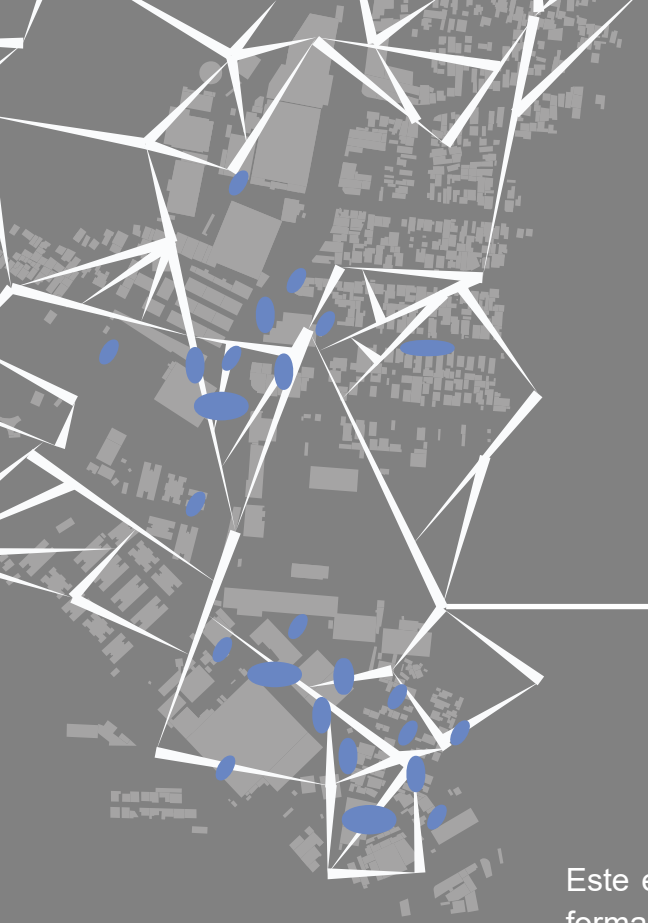
PARQUE DO BIXIGA. Parque do Bixiga. Youtube: <https://www.youtube.com/

watch?v=IqCW5naK17Y> Acesso em: 12 de julho 2022.

STAIR, R.; REYNOLDS, G. Principles of Information Systems. Boston: Course Technology, 2001.

STEVENS, J. Theatre City: On Design in the Interplay of Social and Material Space (Teatro Oficina, Bixiga, São Paulo). Culture and Local Governance, 06 maio 2015. 45 - 59.

TV CÂMARA SÃO PAULO. Audiência Pública debate criação do Parque Bixiga. Youtube: 31/05/2022. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=dz_YoFDlWDU&t=4s> Acesso em: 10 de julho 2022.



EIXO 4

formas urbanas e educação: vertentes, práticas e aplicações

Inês de Azevedo Isidoro (DINÂMIA'CET-IUL) **e**
Vitor Oliveira (Citta/FEUP)

Este eixo trata da interseção da educação com o estudo da forma urbana. O estudo da criação e transformação do espaço urbano tem sido desenvolvido a partir da necessidade de entender a produção do espaço em áreas como a arquitetura, história e geografia, e foi essencialmente desenvolvido em contexto académico.

Ao longo do século XX escolas de arquitetura e urbanismo e de paisagismo se dedicaram ao estudo e ao ensino de morfologia urbana em alinhamento com diferentes escolas de pensamento e múltiplas abordagens. As tecnologias digitais vêm ampliando as possibilidades e dispositivos para estudar, simular, conceber, intervir e registrar novos inputs para o estudo e a produção do espaço, e a cartografia digital é atualmente uma ferramenta utilizada para estudos sobre a vida urbana.

Esperamos fomentar o diálogo sobre a urgência em debater os efeitos dessas tecnologias sobre as concepções e práticas pedagógicas no estudo da morfologia urbana em múltiplos contextos possibilitando expandir os horizontes do seu ensino.

EXPLORAÇÕES MORFOLÓGICAS SOBRE O URBANO E SEUS ELEMENTOS: LISBOA E OUTRAS SEIS CIDADES

LT 401

Pedro Bento [1]

[1] Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa (FAUL); pedro.j.bento@campus.ul.pt.

Palavras-chave: Morfologia urbana; Cenários de Transformação; Elementos Urbanos

Como expressaram numerosas vezes Portas, Domingues e Ascher ou explicou ainda Joan Busquets em recente conferência sobre a cidade contemporânea, “entender a cidade do presente não é apenas útil, mas absolutamente necessário para entender a cidade do futuro”.

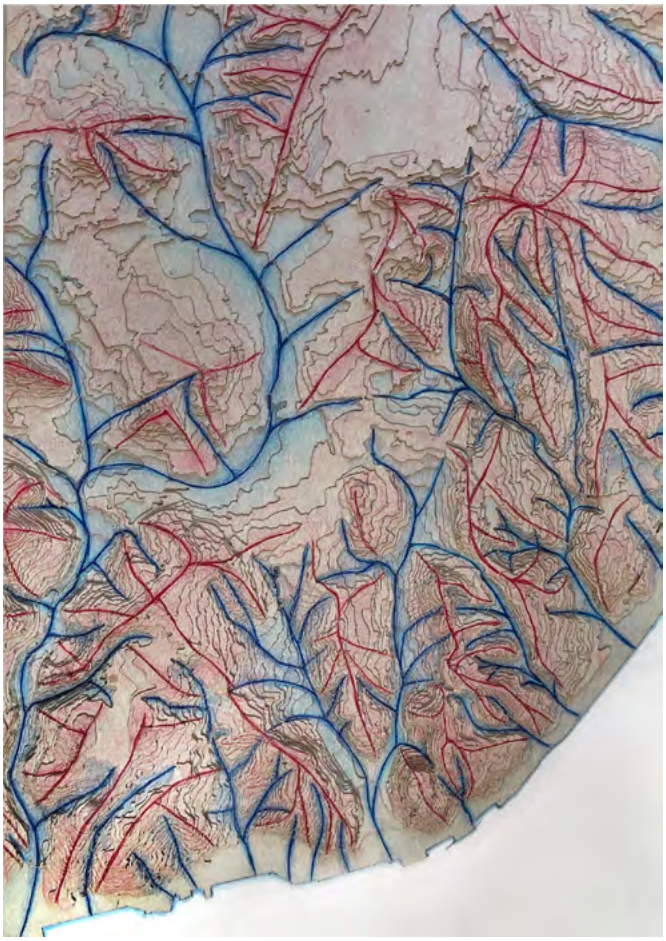
Os trabalhos de Panerai, ou a abordagem da Escola Muratoriana, por exemplo, tem como ideia central a história como processo de recuperação do sentido de continuidade da produção arquitetônica. Isso significa, em outras palavras, que “[...] o tipo só é identificado em sua aplicação concreta, ou seja, em um tecido construtivo” (MURATORI, 1959, p. 5). A partir da necessidade de compreender o “tipo” na constituição do tecido urbano e o tecido urbano na estruturação da cidade, estabelece-se, então, um método descritivo e historiográfico para analisar as cidades a partir de seus “tipos”, buscando contextualizar as construções na estratificação histórico-material de cada época (desde a medieval até aos dias de hoje).

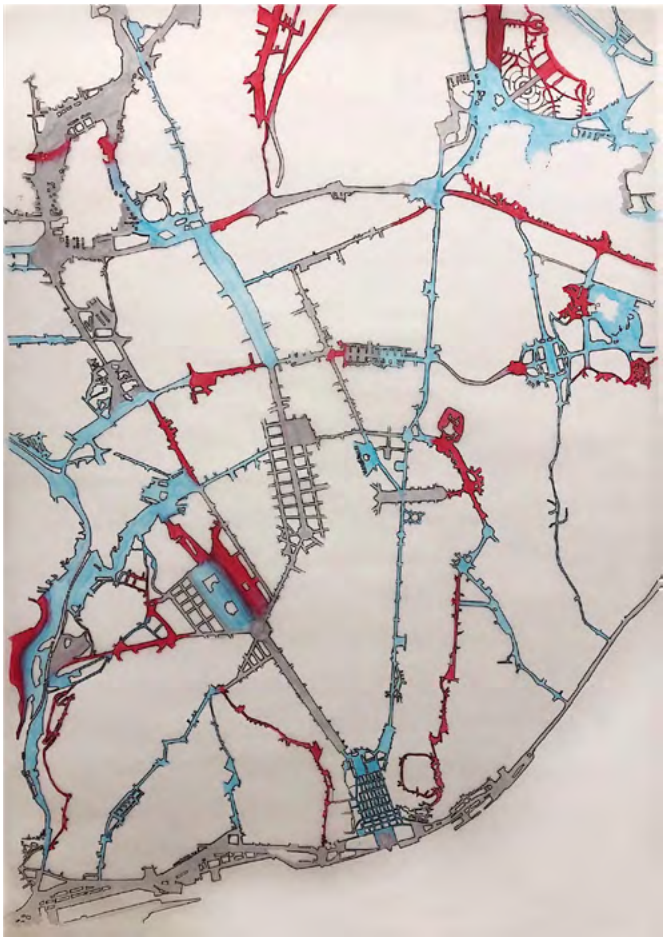
No presente trabalho e apoiando-nos em trabalhos de Ferrão, Moita e Salgado, propomo-nos, assim, realizar uma análise comparativa entre seis tecidos urbanos de Lisboa de diferente época, com outros de diferentes “espessuras”, latitude e origem, tais como: Buenos Aires, Maputo, Copenhague, Cidade do México, Auckland ou Johanesburgo. Concretamente, o trabalho consiste na comparação de uma das zonas homogéneas identificadas em Lisboa com uma zona homogénea de uma outra cidade (estrangeira), bem como na comparação de um dos elementos urbanos estudados (ruas/praças/quarteirões) com um outro elemento de uma outra cidade.

A investigação desenhada e modelada, que se pretende apresentar, resulta do trabalho de 23 alunos da disciplina de Urbanismo I da licenciatura em arquitetura da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, acompanhados pela sua equipa docente, durante um semestre inteiro. Nesse tempo foi possível refletir - recordando os ensinamentos de Lynch, Noguera ou Madariaga - sobre a nova condição urbana e a cidade contemporânea nas suas várias formas, elementos e funções, procurando identificar e caracterizar as dinâmicas de urbanização e respectivos processos de transformação.

Utilizando uma metodologia inovadora de análise, abstração e simplificação urbana, desenvolvida nos últimos anos pelo Professor Dias Coelho e sua equipe de pesquisa FormaUrbisLab, segue-se a sequência: segmentação de um território/cidade/área homogênea/amostra; decomposição sistémica do lugar (através do traçado urbano do espaço público e do lote) e da malha e, por fim, decomposição elementar (em ruas/praças/quarteirões/parcelas/edifício comum e edifício singular). Através da utilização da referida metodologia, foi possível compreender melhor a passagem do tempo, compreender algumas das mais importantes metamorfoses que tiveram lugar na capital de Portugal, procurar pistas de projeto e reforçar ideias para o projeto da Lisboa futura.

O trabalho foi assim dividido em três exercícios que abrangem as várias escalas de análise urbana e territorial: um exercício que trata de questões topográficas, linhas de água e cumes, e os grandes eixos urbanos que estruturam (e em alguns casos sedimentam) a cidade de Lisboa; um exercício que trata da identificação e caracterização das diferentes zonas homogéneas existentes em Lisboa; e, por fim, um exercício que analisa em profundidade os diferentes elementos urbanos que caracterizam a cidade (ruas/praças/edifícios), para posteriormente estabelecer as respetivas comparações.





Figuras 1 e 2: Análises Topográfica e Morfológica, Lisboa. Autores: Hanna Sokolyuk,,Daniela Lopes e Jeovana Olivença 2021.

REFERÊNCIAS

DIAS COELHO, C. 'O Tecido. Leitura e interpretação' in: AAVV, DIAS COELHO, C. (coord.), **Os Elementos Urbanos**, Lisboa: Argumentum, 2013.

DIAS COELHO, C. (coord.). O Tempo e a Forma, **Cadernos MUrb – Estudos da Cidade Portuguesa**, vol. 2, Lisboa: Ed. Argumentum, 2014.

DOMINGUES, Á. **Cidade e democracia:** 30 anos de transformação urbana em Portugal, Lisboa: Argumentum/Ordem dos Arquitectos, 2006.

FERRÃO, J. 'Intervir na Cidade' in: PORTAS, N.; DOMINGUES, Á. e CABRAL, J., **Políticas Urbanas** – tendências, estratégias e oportunidades, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

LYNCH, K. A boa forma da cidade, Lisboa: Edições 70, 1981.

LOBO, Manuel da Costa; PARDAL, Sidónio Costa; CORREIA Paulo V. D.; LOBO, Margarida Sousa. **Normas Urbanísticas** (Volume I) - Princípios e Conceitos Fundamentais, DGOT/UTL, 1991.

MURATORI, S. [et al.]. **Studi per un'operante storia urbana di Roma**. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1963.

MURATORI, S. **Studi per un'operante storia urbana di Venezia.** Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1959.

NOGUERA, J. E. **La ordenación urbanística: conceptos, herramientas y prácticas**, Barcelona: Electa, 2003.

MADARIAGA, I. S. **Esquinas inteligentes**: La ciudad y el urbanismo moderno, Madrid: Alianza Forma, 2008.

MOITA, Irisalva (coord.). **O Livro de Lisboa**, Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

PANERAI, Philippe, et al. **Analyse urbaine**. Marseille: Éditions Parenthèses, 1999.

PORTAS, N. e Nuno TRAVASSO. 'As transformações do Espaço urbano. Estruturas e fragmentos' in: PORTAS, N.; DOMINGUES, Á. e CABRAL, J., **Políticas Urbanas II** – Transformações, Regulação e Projectos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

SALGADO, Manuel, LOURENÇO, Nuno. **Atlas Urbanístico de Lisboa**, Lisboa: Argumentum.

AGENTES LENTOS E COLLAGES DO ACOLHIMENTO: A METÁFORA DO ENCONTRO COMO PRÁTICA DEMOCRÁTICA

LT 403

Taís Beltrame dos Santos [1], Eduardo, Rocha [2]

[1] Professora Substituta, FAUrb-UFPEL. Doutorado em Arquitetura, PROPAR-UFRGS (em andamento). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PROGRAU-UFPEL. Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAURB-UFPEL; tais.beltrame@gmail.com.
[2] Professor Associado, FAUrb-UFPEL. Doutor em Arquitetura, PROPAR-UFRGS. Mestrado em Educação, FAE-UFPEL. Especialista em Patrimônio Cultural, CA-UFPEL. Arquiteto e Urbanista, CAU-UCPel; amigodudu@gmail.com.

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo; arquitetura e colllage; cartografia

O centro de uma cidade é abrigo das coexistências e cenário das múltiplas ocupações e práticas político-econômica-sociais. Configurado por camadas temporais, morfológicas e culturais, apresentam grande diferenciação de usos, dinâmicas e produtos. Seu espaço, enquanto política e forma é influenciado pelo encontro entre a estética global e tecnológica, que Milton Santos (1997) propõe como veloz, e por pequenas peripécias lentas, que influenciam a cidade ao nível dos olhos. Nessas brechas, movimentadas pelos tempos desacelerados, usualmente esquecidas dos livros de história e dos projetos de planejamento e arquitetura capitalizados e opressores, se encontra a arquitetura menor e seus agentes lentos (SANTOS, 2021).

Se desempenhamos ao longo da história a materialização e o planejamento de cidades a partir de pressupostos velozes, funcionais e hierarquizados e temos hoje indícios da falência desses meios como protótipos isolados, parece lógico que nos debrucemos a valorizar os movimentos e ocupações insurgentes e transversais que insistem em sobreviver e interferir nos fixos estriados, bem como o pensamento de diversos públicos sobre a cidade. Na busca de signos e práticas das estéticas velozes e vagarosas, no encontro produtor uma democracia por vir, seria possível um planejamento urbano da coexistência de escalas, temporalidades, usos e planejadores? Na dada complexidade, como articular os diferentes agentes, ações e estruturas que impactam na experiência urbana de forma pedagógica?

Buscando reunir as múltiplas atividades e usos que se estabelecem no espaço público da cidade, ocupando calçadas, enseadas, calçadões, praças e esquinas, a collage, como conjugação de movimento e propulsão de encontro (FUÃO, 2011), indica novas saídas para cidades mais democráticas e acolhedoras. Ao se propor como uma prática pedagógica, possibilita que crianças, adultos, urbanistas ou não, se debrucem sobre o desenho e planejamento dos espaços urbanos.

Ao conjugar o encontro entre as estruturas sedentárias e fixadas na cidade, com os diversos atores que configuram a experiência acolhedora, a collage se propõe como um dispositivo de articulação de uma prática democrática cidade por vir com a forma urbana existente.

O trabalho visa explicitar a collage do acolhimento como metáfora de encontro, ao compartilhar experiências pedagógicas realizadas em cursos de arquitetura e urbanismo e em escolas de ensino fundamental. Os apontamentos reunidos, possibilitam importantes agenciamentos a partir de esferas subjetivas que incidem sobre a experiência urbana, principalmente no centro das cidades. O exercício lúdico proposto a partir da apresentação de diferentes agentes e situações representadas da cidade formalizada permite o exercício de práticas discursivas de pensamento democrático. Nesse sentido, contribui para o ensino crítico que se expande para

além do planejamento de arquitetura e urbanismo, insinuando possibilidades que adentram à emancipação dos sujeitos e sua formação enquanto agentes emancipados (FREIRE, 2004).

Os resultados, indicam outras formas de pensarmos o acolhimento na cidade, ressaltando a importância de considerarmos os acontecimentos menores – que impactam na experiência urbana da cidade, no desenho e planejamento de nossas cidades. Ressalta ainda, algumas diretrizes para o projeto de arquitetura – principalmente ao considerar o desenho de aberturas, marquises e fachadas como abrigos, ou não, das atividades que se desenvolvem no espaço público.



Figura 1: Collage do acolhimento com agentes dos tempos sobre o calçadão de Pelotas. Oficina com estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Fonte: Da autora, 2021.



Figura 2: Collage do acolhimento com agentes dos tempos sobre desenho urbano. Oficina com a quinta série do Ensino Fundamental. Fonte: Da autora, 2021.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FUÃO, Fernando F.. **A collage como tragetória amorosa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Taís Beltrame dos. **SERES LENTOS E VIDA URBANA** caminhografia pelas ruas de Montevideo, Porto Alegre e Pelotas. 358p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanism, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: 2021.

O ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA NO LNEC: METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, FORMAIS E APLICADAS

LT 405

Patrícia Bento d'Almeida [1], Teresa Marat-Mendes [2]

DINÂMIA'CET, Iscte -Instituto Universitário de Lisboa
[1] patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt; [2] teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

Palavras-chave: Morfologia Urbana; Metodologias de Investigação; LNEC

O estudo da História da Investigação em Arquitectura e Urbanismo em Portugal, nomeadamente daquela que foi desenvolvida, a partir do início da década de 1960, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), permite-nos hoje conhecer com maior profundidade as metodologias de pesquisa mais frequentemente aplicadas (d'Almeida et al. 2022) e, em particular, as empregues para a análise da Morfologia Urbana. Assim, informados pelos resultados de uma investigação de pós-doutoramento em curso (SFRH/BPD/117167/2016), bem como pela análise de relatórios, informações técnicas e memórias publicadas pelo LNEC, e por entrevistas a arquitectos que outrora ali desenvolveram investigação, a presente comunicação visa apresentar as principais metodologias de investigação abordadas pelos investigadores do LNEC, para o período 1961-1974. Este é um reconhecido Laboratório de pesquisa e um momento temporal paradigmático porque, dada a inexistência à época de um Instituto de Urbanismo que administrasse conhecimentos especializados de Urbanologia (Lei Nº 2.043, 10/07/1950), foi precisamente no LNEC que veio a ocorrer um trabalho mais sistemático e institucionalizado da investigação em Arquitectura e Urbanismo em Portugal (d'Almeida e Marat-Mendes 2018), coincidido com o surgimento de uma nova disciplina, o desenho urbano (Marat-Mendes 2002).

Uma certa inexperiência na investigação científica de temas da Arquitectura e do Urbanismo acabou por se tornar numa mais-valia para que jovens arquitectos-investigadores aplicassem metodologias recuperadas de diferentes áreas disciplinares (arquitectura, sociologia, matemática, história, geografia), entretanto praticadas no estrangeiro, designadamente noutros centros de investigação de referência. Em particular, recordamos um dos estudos que a arquitecta Maria da Luz Valente Pereira (n. 1934) levou a cabo no LNEC e que, centrado na Organização e qualidade do espaço urbano (Pereira 1971), e no conhecimento das inter-relações existentes entre os diferentes elementos que constituem o próprio sistema urbano, testou/confirmou a utilização de metodologias de investigação de três ciências diferentes: 1) das Ciências Sociais, através da recolha de informação baseada em inquéritos; 2) das Ciências Formais, através de abordagens matemáticas e computacionais; e 3) das Ciências Aplicadas, através do uso do desenho. Assim, no âmbito deste encontro científico, importa apresentar as principais metodologias de investigação que caracterizaram este estudo (e outros, também relacionados com a Morfologia Urbana, que o sustentaram). Revela-se, portanto, essencial (re)encontrar na diversidade de metodologias de pesquisa outrora introduzidas no LNEC a sua atual aplicabilidade no ensino e/ou na prática profissional.



Figura 1: Apresentação das diferentes metodologias de investigação aplicadas no LNEC. Fonte: Autores.

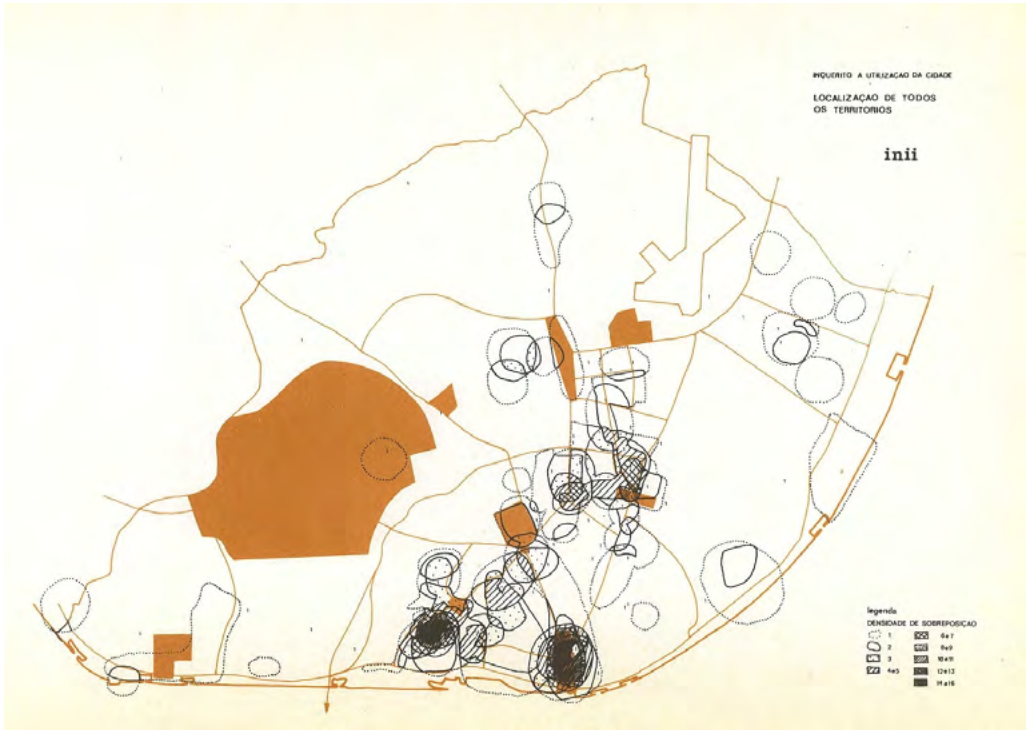


Figura 2: Inquérito à utilização da cidade. Fonte: (Pereira 1971: 175).

REFERÊNCIAS

D'ALMEIDA; Patrícia Bento; MARAT-MENDES; Teresa; TOUSSAINT; Michel. Portugal's Rising Research in Architecture and Urbanism: The Influence of International Research Centers and Authors. In: **Journal of Urban History**, v. 48 (4), 2022, p. 807-834. https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0096144220968078

D'ALMEIDA; Patrícia Bento; MARAT-MENDES; Teresa. O estudo do 'Território' e da 'Morfologia Urbana' no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1974). In: **Revista de Morfologia Urbana**, 6 (2), 2018.

MARAT-MENDES; Teresa. **The Sustainable Urban Form**. A comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona. Tese de Doutoramento, UK: The University of Nottingham, 2002.

PEREIRA, Maria da Luz Valente. **Organização e qualidade do espaço urbano**: Inquérito piloto à utilização da cidade. Lisboa: LNEC, 1971.

A FORMA NA INTERFACE ENTRE CIDADE E NATUREZA. APORTES PARA O DESENHO URBANO EM EQUILBRIO

LT 407

Maria Jose Roibón [1], Lia Marina Godoy [2]

Cátedra Morfologia 2, Faculdade de Arquitetura y Urbanismo. Universidade Nacional do Nordeste - Argentina
[1] maijoroibon@hotmail.com; [2] liaa.marinaa@gmail.com

Palavras-chave: morfologia; paisagem; educação

O estudo apresentado trata-se sobre o projeto da forma (morfologia) pensada como um sistema que interfere na paisagem da cidade, naquele ponto onde a vinculação entre o antrópico e o natural requer estratégias diferenciadas de organização no espaço, para sua incorporação adequada ao sistema urbano pré-existente. Nesse processo se realiza a aplicação do conceito de sistema de lugares significativos, baseado na teoria desenvolvida pelo urbanista, Kevin Lynch e o arquiteto Christian Norberg Schulz.

Na pesquisa se trabalha em um contexto de teorias e práticas em relação à forma, no qual aspectos como a estrutura interna e externa, a identidade, a significação, a legibilidade espacial e as relações contextuais, contribuem na geração de articulações projetuais fundamentais para atingir um equilíbrio urbano e humano.

A metodologia utilizada no estudo foi de tipo, analítico-dedutiva. Implantada num campo de ação específico. E foi desenvolvida dentro do marco de ação da cátedra Morfologia II, assinatura do 3° ano da carreira de arquitetura da Universidade Nacional do Nordeste (Argentina). Aliás, o objetivo se encontra em relação à contribuição na recuperação e requalificação de áreas vagas na cidade com um grande potencial de se transformar, desenvolvendo um processo de inter-relação entre a formação, o aprendizado e a prática a partir da aplicação dos conceitos de estrutura, legibilidade e atributos indenitários do projeto.

Foram escolhidas cidades do Nordeste Argentino como casos observáveis. Nas quais se podem verificar espaços públicos vazios que faziam parte do território original (prévio da sua urbanização), elas se apresentam como áreas vulneráveis e às vezes até conflituosas, porém com um grande potencial de se transformar em espaços públicos de qualidade. Especificamente se apresentaram neste trabalho, propostas de intervenção situadas na “Área Metropolitana do Grande Resistencia”, pontualmente a cidade chamada Fontana. Ela encontra-se situada na planície de inundação do Rio Negro, o que implicou a existência de uma série de lagoas no território. Com o passar do tempo e a expansão da trama urbana em forma de quadricula (quarteirões de 100x100mts) começou a interferir no curso natural dessas lagoas e rios. Transformando-se assim os setores baixos (inundáveis) do território, em vazios urbanos e áreas aptas para criar espaços de interfase e convivência entre o sistema natural e o antrópico.

Desta maneira, serão expostos os resultados alcançados, que se compõem de uma seleção de propostas projetuais de estudantes nos quais abordaram o desenho e planejamento de áreas públicas em conflito com relação aos ambientes bióticos naturais antes mencionados, que atualmente se encontram em situação de fragilidade tanto no âmbito social, quanto ambiental. Aqueles trabalhos foram transferidos para a prefeitura da cidade em questão, mediante a uma convenção de trabalho conjunto entre aquela entidade governamental e a universidade.

A experimentação e laboratório na prática do projeto em áreas, entornos e usos concretos, precisa da observação minuciosa e da reflexão a partir da ação. É nesse ponto onde o laboratório permite realizar uma conclusão e síntese da prática dos estudantes para desenvolver a descrição dos aprendizados e novos conhecimentos implícitos surgidos que contribuam ao melhor desenvolvimento das práticas profissionais, tanto no futuro dos alunos, quanto para os professores envolvidos na experiência realizada. Apontando assim para a criação de novos paradigmas no âmbito do desenho urbano de espaços públicos planejados, como sistemas de espaços verdes nas redes que as cidades conformam.

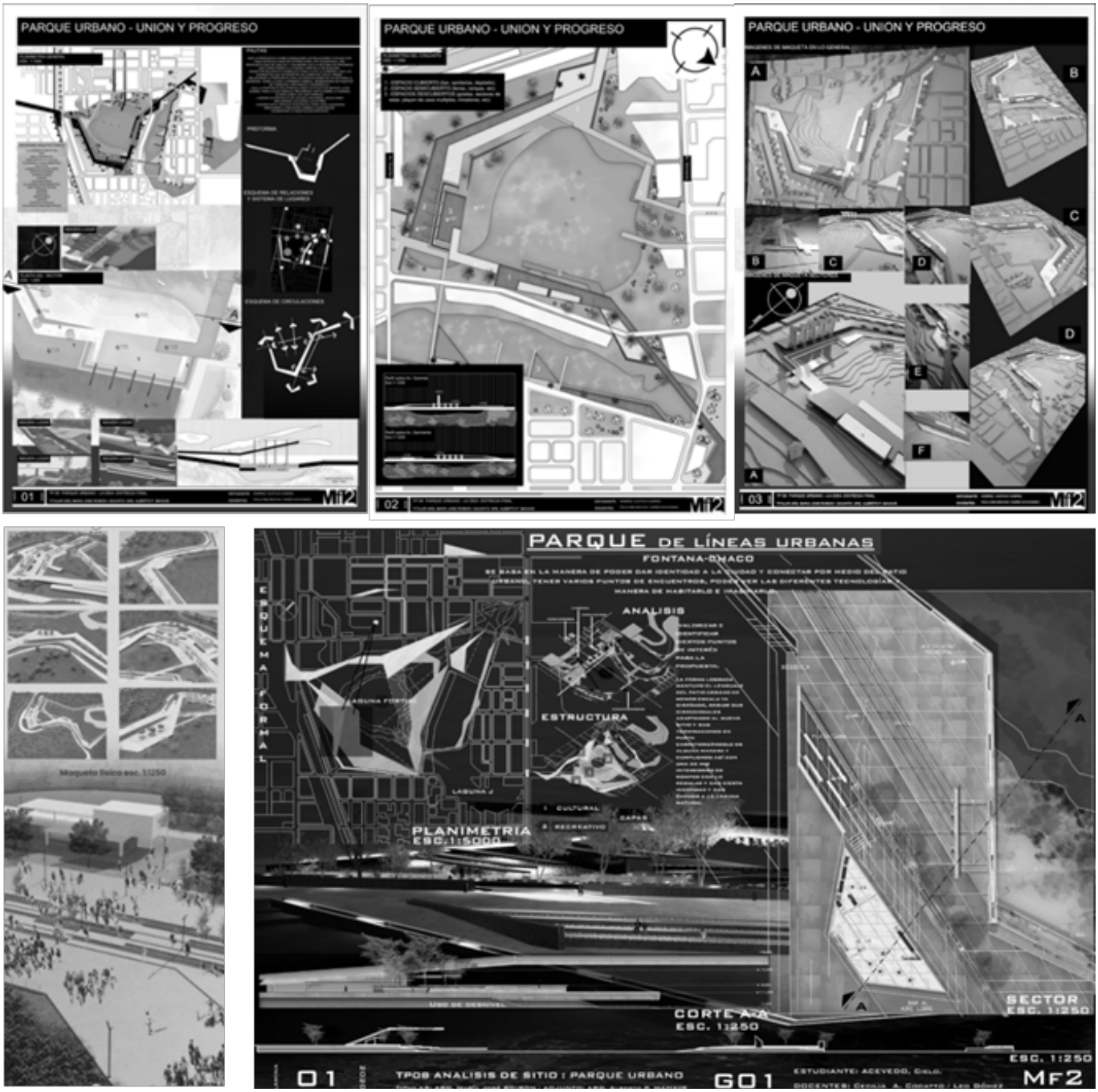


Figura 1: Imagem de práticas e laboratório 2020-2021. Fonte: Arquivos próprios

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Jorge. Caracterización de la influencia antrópica en los paleoderrames del Bermejo a partir de un enfoque sistémico. **Revista Geográfica Digital,** IGUNNE, Facultad de Humanidades, UNNE, Año 6, Resistencia, Chaco, 2009

BAZANT, Jan. Espacios urbanos. **Historia, teoría y diseño**. Ed. Limusa.,2010

FERNÁNDEZ GÜELL, José Miguel. Collado Lara, Marta. Guzmán Araña, Silvia. **I Congreso Ciudades Inteligentes**: Visión inteligente de las ciudades. Hacia una visión más integrada e inteligente de las ciudades, 2015.

LYNCH, Kevin. **La Imagen de la ciudad**. Editorial Gustavo Gili. Reimpresión 4ª edición.2000

NORBERG SCHULZ, C. **Nuevos caminos de la arquitectura**. Existencia, espacio y arquitectura. Edicion española. Edit. BLUME. 1975. Barcelona, España.

ROIBON, Maria Jose. TRABAJO INTEGRADOR FINAL: **¿Cómo enseñar morfología? Entre lo intuitivo y lo racional**. Especialización en Docencia Universitaria. Facultad de Humanidades. UNNE. 2010

ROIBON, Maria Jose. Tesis de Maestría: **Gestión de ambientes lacustres en espacios públicos para su recuperación ambiental** - paisajística. Propuesta de intervención en Barranqueras, Chaco. Maestría en Gestión del Ambiente, el Paisaje y el Patrimonio – MaGAPP. FAU - UNNE. RES. 547/03 – CS. 2008

SCHJETNAN Garduño, Mario; Calvillo, Jorge; Peniche, Manuel. **Principios de diseño urbano ambiental**. Ed. Limusa. 2010

SCHÖN, Donald, **La formación de Profesionales Reflexivos:** Hacia un nuevo diseño en la Enseñanza y el Aprendizaje en las Profesiones. Madrid: Paidós, 1992

VALENZUELA, María Victoria – ROIBÓN, Maria Jose "CONSTRUIR LAS PERIFERIAS. EL PAISAJE DE BORDE RIBEREÑO-LACUSTRE. RESISTENCIA, CHACO (ARGENTINA)" Área 2: La dinámica del paisaje. **8º CONGRESO ARGENTINO DE ARQUITECTURA DEL PAISAJE**. "PAISAJE Y TIEMPO". CENTRO ARGENTINO DE ARQUITECTOS PAISAJISTAS – CAAP. 2012.

FUNDÃO-MARÉ-RJ: ANÁLISES MORFOLÓGICAS COMO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

LT 408

Rafael Ferreira Diniz Gomes [1]

[1]]CLA, Arquiteto, Dr, Bolsista TCT FAPERJ PROARQ-FAUUFRJ; raffa.arq@gmail.com

Palavras-chave: territórios educativos, espaços livres públicos, paisagem, educação integral.

Este trabalho se propõe a analisar criticamente a possibilidade de desenvolvimento de um território educativo, sob a perspectiva da Educação Integral. Por todo o país vêm surgindo iniciativas impulsionadas pelas esferas municipais, estaduais e pela União que visam propiciar aos estudantes múltiplas oportunidades de aprendizagem. No contexto do município do Rio de Janeiro, a partir de 2016, com o apoio do Programa Mais Educação, a prefeitura lançou o projeto das Escolas do Amanhã. Tal projeto respaldou a implantação do regime de horário integral na rede pública de ensino, com possibilidades de ampliação do aprendizado no extramuros escolar, considerando o território como parceiro na empreitada educativa.

Na primeira fase foi possível atender cerca de 130 mil alunos, 5 mil somente no Campus Educacional da Maré, um bairro composto por 16 favelas localizado na Zona Norte do município (figura 1). O bairro é caracterizado pelo alto grau de adensamento populacional e conflitos decorrentes de ações de segurança pública. No entanto, após a construção das escolas, ficou evidente a falha de conexão com o entorno como parte fundamental da constituição dos territórios educativos. Tais escolas têm como desafio conciliar as aulas com uma série de conflitos sociais. Nesse contexto, apesar do cenário transformador na proposta de ensino, ainda há alguns entraves para a ampliação das atividades educativas ao nível territorial.

Ao lado do bairro Maré, está situada a Ilha do Fundão, onde localiza-se a Cidade Universitária - UFRJ, bem como a Petrobrás e seus centros de pesquisa, tecnologia e inovação. Para fundamentar a proposição de desenvolvimento de um potencial território educativo nesse contexto, foi realizado um recorte do território do Fundão para análise tipo-morfológica da paisagem urbana a partir da divisão da área em diferentes unidades de paisagem (MACEDO, 2009; MAGNOLI, 2006; SANTOS, 2008; SCHLEE et al, 2009; TÂNGARI et al, 2012). Para efeito de estudo desse artigo destacou-se a terceira unidade — UP-3 (figura 2). Foi possível identificar os sistemas de espaços livres, mapeamento de usos, fluxos, transformação urbana, uso do solo, ocupação e apropriação como tática de avaliação do território e proposição de futuras ações nesse sentido.

Como resultados, o estudo das categorias de análise morfológica da UP-3 forneceu dados para uma avaliação sistêmica desse recorte urbano como um potencial território educativo para o bairro Maré. Tal metodologia pode auxiliar na tomada de decisões no momento das articulações entre a escola e a cidade. Essa discussão objetiva potencializar a dimensão espacial da atividade educativa, não como um aspecto tangencial ao processo ensino-aprendizagem ou como cenários superficiais, mas sendo parte integrante do processo, incluindo a materialidade do edifício escolar e todas as possibilidades do seu território.



Figura 1: As Escolas do Amanhã - Campus Educacional da Maré. Fonte: http://fotospublicas.com/prefeito-eduardo-paes-inaugura-as-primeiras-quatro-unidades-escolares-do-campus-educacional-mare/ acessado em 13-jul-2016

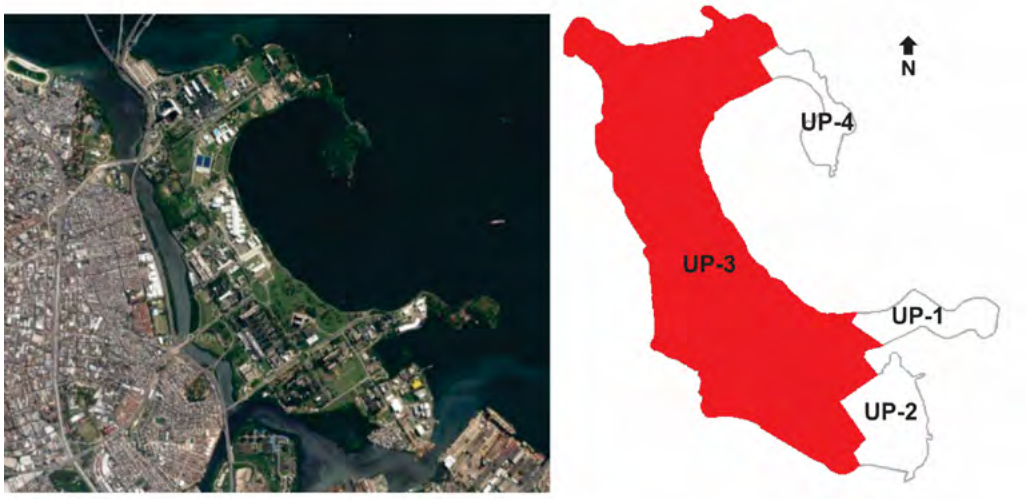


Figura 2: A divisão da Ilha do Fundão em unidades de paisagem. Fonte: Google Maps, 2020, acessado em 18-mai-2020, adaptado pelo autor.

REFERÊNCIAS

MACEDO et al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In: TÂNGARI, Vera, SCHLEE, Mônica Bahia, ANDRADE, Rubens de. (Orgs.) **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, ausências e apropriações. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

MAGNOLI, Miranda M. Em busca de outros espaços livres de edificação. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, 2006, p. 143-173.

SANTOS, Milton. **O espaço e a noção de totalidade**. In: SANTOS, Milton. EDUSP:São Paulo, 2008.

SCHLEE, M. B.; SOUZA, M. J.; REGO, A. Q.; RHEINGANTZ, P.; DIAS, M. A.; TÂNGARI, V. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um debate conceitual. In: **Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios**. v. 26. São Paulo: FAU-USP, 2009, p. 225-247

TÂNGARI, Vera R. et al. Morfologia urbana, suporte geo-biofísico e o sistema de espaços livres no Rio de Janeiro. In CAMPOS, A.A.; QUEIROGA, E.; GALENDER, F.; DEGREAS, H.; AKAMINE, R.; MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. (Orgs.) **Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras**. São Paulo: FAUUSP, 2012. p. 195-227

ANÁLISE QUALITATIVA DE SOLUÇÕES VEGETATIVAS EM PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO FLUVIAL COM O SUPORTE SIG

LT 409

Julia Bahiana [1], Maria Vitória Gomes [2], Virgínia Vasconcellos [3], Aline Veról [4]

[1] Mestranda em Arquitetura, PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro; julia.bahiana@fau.ufrj.br.
[2] Mestranda em Arquitetura, PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro; maria.gomes@fau.ufrj.br.
[3] Professora Doutora do PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br.
[4] Professora Doutora do PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro; alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: requalificação fluvial; qualidade vegetativa; sensoriamento remoto; análise qualitativa.

A vegetação é um componente fundamental para garantir a qualidade de vida nas cidades. Em especial, no âmbito da requalificação fluvial, conceito-chave desta pesquisa. A restauração da vegetação é considerada como importante ação estrutural capaz de equilibrar as necessidades humanas e a dinâmica natural de corpos hídricos afetados pelo crescimento urbano desordenado (PERINI; SABBION, 2017). Além disso, tendo em vista que praticamente todos os rios já sofreram algum impacto ambiental proveniente da antropização (VERÓL et al., 2018), destaca-se não somente a importância de projetos de requalificação fluvial em rios urbanos degradados, como a necessidade de monitoramento temporal das soluções implementadas. Para tanto, a presente pesquisa tem o objetivo de explorar o uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) em um projeto de requalificação fluvial brasileiro, de modo a investigar o sucesso do projeto e demonstrar as possibilidades de uso da ferramenta. A pesquisa analisa o Projeto Pró-Tijuco (Figura 1), elaborado em 2003, para recuperar a qualidade ambiental do Córrego do Tijuco Preto, localizado no Município de São Carlos, São Paulo (PERES; MENDIONDO, 2004). A elaboração do projeto contou com 3 cenários para os anos de 2005, 2010 e 2015. A metodologia de análise da restauração da vegetação consistiu no sensoriamento remoto sobre imagens satélite Planet, no software de geoprocessamento ArcGIS. Iniciou-se a partir da classificação supervisionada do uso do solo sobre a densidade vegetativa, considerando o último cenário de projeto (2015) e a situação correspondendo ao ano de 2020, quando as análises foram realizadas. Este mapeamento permitiu constatar o espraiamento da vegetação associado à requalificação fluvial, uma vez que a situação atual apresentou maiores superfícies cobertas com vegetação densa e saudável. Em seguida, aplicou-se o índice NDVI (PETTORELLI et al., 2005) para obter resultados acerca da saúde da vegetação. Os resultados (Figura 2) demonstraram uma expressiva evolução dentro do recorte temporal avaliado, posto que a vegetação morta ou não saudável encontrada no último cenário de projeto (2015), transformou-se sobretudo em vegetação moderadamente saudável na situação atual (2020). Ainda, notou-se que a vegetação saudável prosperou nas margens do Córrego do Tijuco Preto, principal local de intervenção. Por fim, os mapeamentos realizados validam a importância da vegetação em projetos de requalificação fluvial, visto sua capacidade de impactar positivamente na qualidade ambiental do entorno urbano. Nesse sentido, a utilização dos SIG como ferramenta digital demonstrou eficácia ao permitir o acompanhamento das transformações do espaço urbano e analisar danos ecológicos de maneira remota. Espera-se que a metodologia apresentada, bem como as demais ferramentas digitais exploradas, ofereçam subsídios para a realização de novas pesquisas voltadas para o campo de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase na qualidade ambiental das cidades.

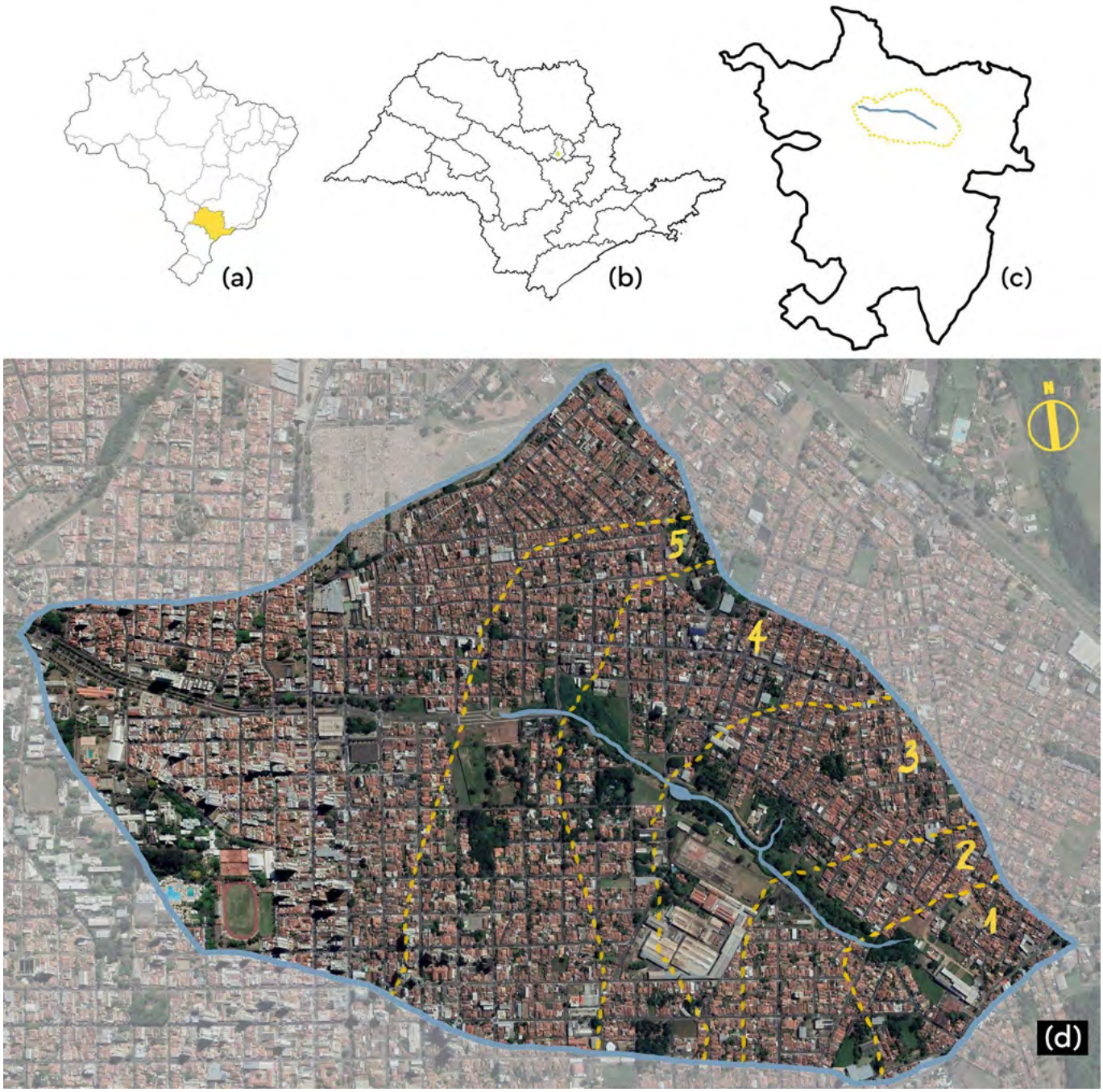


Figura 1: Mapas de localização (a) do Estado de São Paulo no mapa do Brasil; (b) do Município de São Carlos no Estado de SP; (c) do Córrego do Alto Tijuco Preto na bacia hidrográfica do Tijuco Preto, destacado no mapa do município de São Carlos; (d) da Bacia Hidrográfica do Tijuco Preto com destaque ao córrego e delimitação

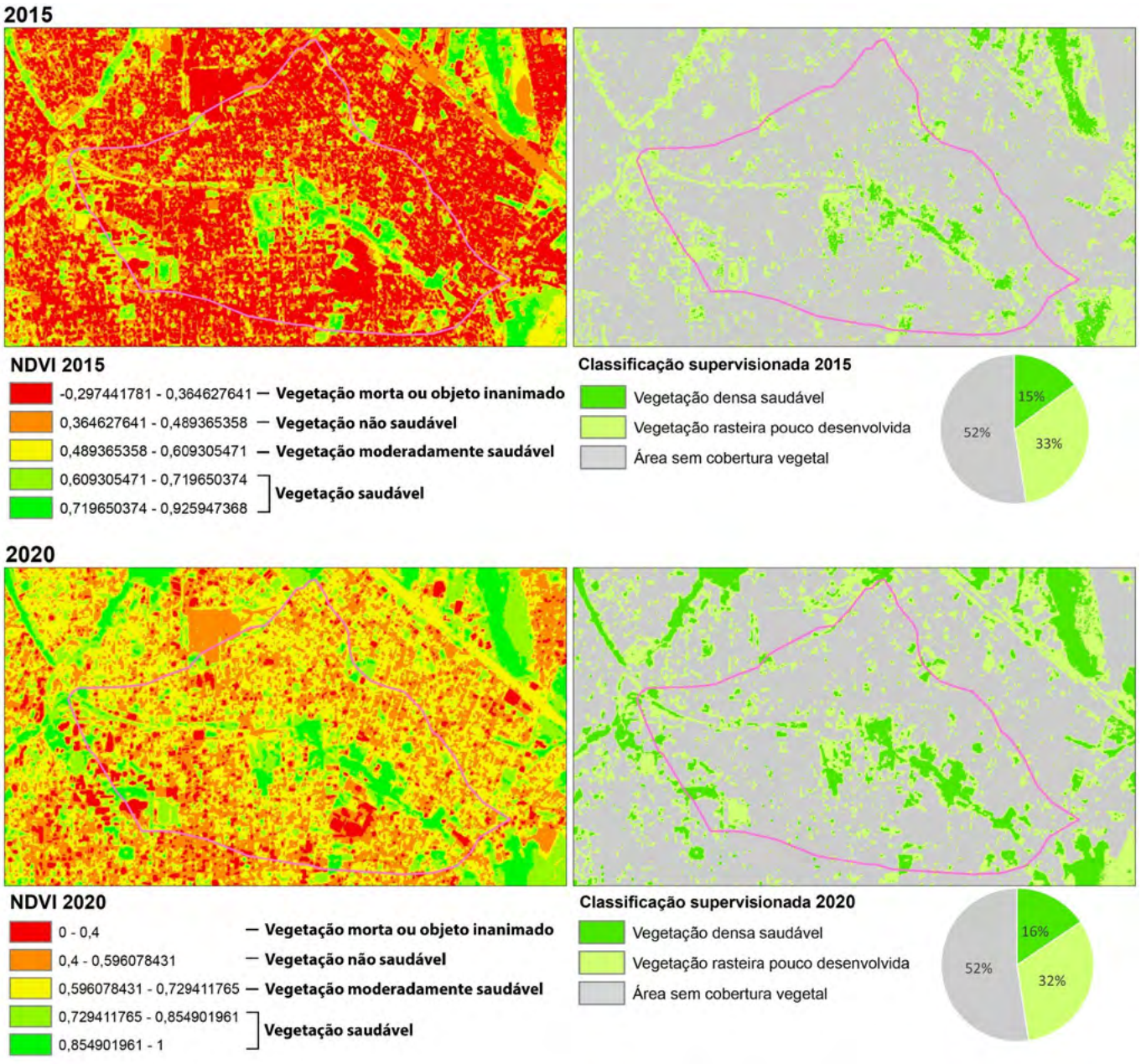


Figura 2: Índice NDVI e classificação supervisionada dos anos 2015 e 2020. Fonte: Elaboração autoral, 2022.

REFERÊNCIAS

PERES, Renata B.; MENDIONDO, Eduardo Mario. Desenvolvimento de cenários de recuperação como instrumento ao planejamento ambiental e urbano – Bases conceituais e experiências práticas. In: (NEUR/CEAM, Org.) **SEMINÁRIO A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA**: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS 2004, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: UnB, 2004. p. 1–15.

PERINI, Katia; SABBION, Paola. **Urban sustainability and river restoration:** green and blue infrastructure. United Kingdom: Wiley Blackwell, 2017, 278p.

PETTORELLI, Nathalie; VIK, Jon O.; MYSTERUD, Atle; GAILLARD, Jean-Michel; TUCJER, Compton J.; STENSETH, Nils C. Using the satellite-derived NDVI to assess ecological responses to environmental change. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 20, n. 9, p. 503–510, set. 2005.

VERÓL, Aline P. et al. Requalificação fluvial: conceitos e casos de estudo. In: SCHIEBELBEIN, L. M. (org.). **Gestão de Recursos Hídricos e Sustentabilidade**. Volume 1. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, p. 17-33, 2018.

METAPROJETO: O ELO POSSÍVEL ENTRE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E SIGNIFICADO NA TEORIA E NA PRÁTICA DE PROJETO

LT 410

César Renato Canova [1]

[1] Doutor em Arquitetura, Membro colaborador do Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; cesar@doutorarquiteto.com.

Palavras-chave: metaprojeto; projeto; semiótica; pesquisa

O presente artigo elucida os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam o metaprojeto enquanto ferramenta de análise e projeto. A proposta de um Metaprojeto (Metadesign) aponta “a necessidade de uma nova abordagem para as mudanças e transformações que acontecem no mundo contemporâneo” (DE ALMEIDA, 2014, p. 66), pelo que é possível relacioná-lo, por exemplo, à sustentabilidade. Segundo Giaccardi (2003, p. 70) e Vassão (2010, p. 19–21), o prefixo meta- corresponde a três significados verbais, pelos quais pode: a) corresponder a um movimento reflexivo de auto-observação (como na Metafísica de Aristóteles); b) aludir a um movimento de transposição, no sentido de “ir além” ou “acima” (como em “metáfora”), ou; c) representar transformação, alteração (como em metamorfose). Como consenso, Vassão (2008) propõe cinco elementos essenciais ao metaprojeto: níveis de abstração; projeto procedimental; emergência, ou “previsão da imprevisibilidade”; topologia e diagramas; contínuo entre representação e realidade. Por sua vez, Portas (2011, p. 49–50) sugeriu as ideias de metaprojeto e metaprograma. Conforme Ferreira (2009, p. 90–91), as intenções de Portas ao propor os conceitos mencionados remetem a uma avaliação do processo de organização de um objeto, pela fixação de uma estrutura que possa ser conhecida, dominada e comunicada. Associa-se assim a noção de metaprojeto à tese de que a Arquitetura comunica (COYNE, 2019; DONOUGHO, 1987), para a qual se somam contribuições desde Vitrúvio, no século I a.C., – quem sugerira que as ordens clássicas apresentavam regras para ordenação ou combinação de partes arquitetônicas – até outras mais recentes (AGREST; GANDELSONAS, 2008; ALEXANDER et al., 2013; BARTHES, 1993; BROADBENT, 1977; ECO, 1997; HILLIER; HANSON, 1984; JENCKS, 1969; LYNCH, 1990; STINY, 1980). A tese de Doutorado que embasa esse artigo propõe que a utilização do metaprojeto serve tanto à pesquisa quanto ao processo de projeto, tendo como casos de estudo seis conjuntos de habitação social da segunda metade do século XX avaliados como socialmente sustentáveis e localizados em Porto Alegre, Brasil, e Lisboa, Portugal. No âmbito da pesquisa, o metaprojeto se mostra uma ferramenta adequada à opção por métodos mistos, associando-se análises históricas, estruturais, correlacionais e estatísticas. No âmbito do projeto, o metaprojeto demonstra as invariâncias funcionais e significativas que condicionam a formulação de soluções espaciais. Entendendo-se que “nenhum sistema de representação, nenhuma metalinguagem, é totalmente independente dos factos que constituem o mundo objetivo” (COLQUHOUN, 1967, p. 276), entende-se que um metaprojeto serve à dimensão pragmática (uso e sentido), englobando a sintática (morfologia e configuração) e a semântica (relações e significado), no entendimento da Semiótica que serve à comunicação. Seu aspeto formal é variável, de modo que puderam ser exploradas alternativas para sua comunicação ao longo do processo de investigação da tese que embasa este resumo (CANOVA, 2021), nomeadamente pelas ferramentas dos Serious Games

(TAN, 2016) e do Projeto Urbano Paramétrico (LIMA, 2017; LOPES et al., 2015). Ao final, retrata-se o metaprojeto como contribuição a uma compreensão mais abrangente, a qual possibilita readequações a outras ferramentas e diversos objetos de estudo.

REFERÊNCIAS

AGREST, Diana; GANDELSONAS, Mario. **Semiótica e arquitetura:** consumo ideológico ou trabalho teórico (1973). Em: UMA NOVA AGENDA PARA A ARQUITETURA: ANTOLOGIA TEÓRICA (1965-1995), ORG. KATE NESBITT. 2aed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 129–140.

ALEXANDER, Christopher et al. **Uma Linguagem de Padrões**/ A Pattern Language. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BARTHES, Roland. Semiology and Urbanism. Em: OCKMAN, Joan; EIGEN, Edward (org.). **Architecture culture, 1943-1968**: a documentary anthology. New York: Coluimbia University/ Rizzoli, 1993. p. 413–418.

BROADBENT, Geoffrey. A Plain Man's Guide to the Theory of Signs in Architecture. Architectural Design, [s. l.], p. 474–482, 1977.

CANOVA, César. **A habitação social no horizonte da sustentabilidade**: Um metaprojeto a partir de espaços coletivos do habitar em Porto Alegre na segunda metade do século XX. 2021. - FA.ULisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.5/23713.

COLQUHOUN, Alan. Tipologia e metodologia de projeto (1967). In: **Uma nova agenda para a arquitetura**: Antologia teórica (1965-1995), ORG. KATE NESBITT. 2a (2010)ed. São Paulo: Cosac Naify, 1967. p. 273–283.

COYNE, Richard. **Peirce for Architects**. New York: Taylor & Francis, 2019.

DE ALMEIDA, Camila Caroline Teixeira. **O conceito de Metadesign**. Blucher Design Proceedings, [s. l.], v. 1, n. 8, p. 62–66, 2014.

DONOUGHO, Martin. The Language of Architecture. **The Journal of Aesthetic Education**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 53–67, 1987.

ECO, Umberto. Function and Sign: the semiotics of architecture. In: LEACH, Neil (org.). **Rethinking Architecture:** A Reader in Cultural Theory. London: Routledge, 1997. p. 173–193.

FERREIRA, Jorge Manuel Fernandes Figueira. **A Periferia Perfeita:** Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80. 2009. Doutoramento - Universidade de Coimbra, [s. l.], 2009.

GIACCARDI, Elisa. **Principles of metadesign**: Processes and Levels of Co-Creation in the New Design Space. 2003. Doctoral - University of Plymouth, [s. l.], 2003.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

JENCKS, Charles. Semiology and Architecture. Em: JENCKS, Charles; BAIRD, George (org.). **Meaning in Architecture.** London: Barrie & Jenkins, 1969. p. 10–25.

LIMA, Fernando. **Métricas Urbanas:** Sistema (para)métrico para análise e otimização de configurações urbanas de acordo com métricas de avaliação de desempenho. 2017. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s. l.], 2017.

LOPES, João V. et al. Multidimensional Analysis of Public Open Spaces. **Urban Morphology , Parametric Modelling and Data Mining**. Real Time - Proceedings of the 33rd eCAADe Conference, [s. l.], v. 1, n. September, p. 351–360, 2015.

LYNCH, Kevin. **The Image of the City.** Cambridge: The M.I.T. Press, 1990.

PORTAS, Nuno. **A cidade como arquitectura**. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

STINY, G. Introduction to shape and shape grammars. **Environment and Planning B**, [s. l.], v. 7, n. November, p. 343–351, 1980.

TAN, Ekim. The Evolution of City Gaming. Em: PORTUGALI, J.; STOLK, E. (org.). **Complexity, Cognition, Urban Planning and Design**. Cham: Springer, 2016. p. 271–292. E-book. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-32653-5_15.

VASSÃO, Caio Adorno. **Arquitetura Livre:** Complexidade, Metadesign e Ciência Nômade. [s. l.], p. 312, 2008.

VASSÃO, Caio Adorno. **Metadesign**: ferramentas, estratégias e ética para a complexidade. São Paulo: Blucher, 2010.

EXPANSÃO URBANA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS CIDADES VIÇOSA, CONSELHEIRO LAFAIETE E MURIAÉ

LT 411

Marine Luiza de Oliveira Mattos [1], Ana Clara de Souza Pereira [2], Arthur Dornellas Oliveira [3], David Leite Viana [4]

[1] Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos no ISCTE-IUL (em andamento);marine.mattos@gmail.com.
[2] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa (em andamento); arthurdornellas.arq@gmail.com.
[3] Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos no ISCTE-IUL (em andamento);ana.pereira4@ufv.br.
[4] Pós-doutorado em Morfologia Urbana/Engenharia Civil (FEUP, 2015) e Doutor em Urbanismo e Ordenamento do Território; david.leite.viana@gmail.com.

Palavras-chave: morfologia urbana; análise histórico-geográfica; cidades médias.

A morfologia urbana abrange conceitos sociais, econômicos, urbanísticos e geográficos, e ela se diferencia por meio da forma urbana e seus diversos aspectos estruturantes. Para identificar a morfologia urbana de um local é necessário entender o processo de desenvolvimento da cidade como um todo. Tomando Rossi (2001) como base nesse processo de entendimento, percebe-se que a estrutura espacial da cidade, a partir do conhecimento, da análise e da dimensão urbana, confirma que o padrão viário de uma cidade, sua formação e transformação ao longo da história urbana estão intimamente ligados. Nesse sentido, tem-se como objetivo deste trabalho, realizar uma análise comparativa de três cidades brasileiras, do estado de Minas Gerais, Conselheiro Lafaiete, Muriaé e Viçosa, identificando suas dinâmicas urbanas sob a ótica das instituições educacionais e suas relações intrínsecas com o traçado das cidades. Busca-se compreender em qual nível as instituições de ensino superior impactam no desenvolvimento territorial desses municípios. Tem-se como ferramenta metodológica a análise da evolução urbana das cidades em estudo sob a ótica histórico-geográfica. Para que essas informações sejam respondidas foi feita uma análise da evolução histórica e geográfica das cidades pontuando seus principais vetores de expansão urbana, com recorte no período de inserção de seus complexos educacionais. Conselheiro Lafaiete possui população estimada de 130.584 habitantes em 2021 (IBGE, 2021) e sua origem está ligada ao início da exploração do ouro no estado, em fins do século XVII. Tem como principal economia o setor terciário, que a partir da década de 2000 se intensificou com o aumento progressivo de instituições de ensino superior e, consequentemente, com o aumento populacional. Muriaé está localizada na Zona da Mata Mineira e com população estimada de 108 763 habitantes em 2019 (IBGE, 2019). A maior parte do PIB do município de Muriaé é relativa ao setor terciário, tornando-a uma cidade com boa infraestrutura de serviços. Boa parte desse setor é composta para atender a demanda de uma população flutuante e/ou temporária composta por estudantes universitários oriundos de outras cidades do entorno. Viçosa também está situada na região da Zona da Mata Mineira. Desde 1922, a cidade conta com uma instituição de ensino superior de destaque nacional, a Universidade Federal de Viçosa, que apresenta 47 cursos de graduação, além dos cursos técnicos e de pós-graduação. De acordo com o censo de 2010, o município possuía cerca de 72.220 habitantes, destes, cerca de 20.000 pessoas correspondem a população flutuante (IBGE,2010). A população de Viçosa cresceu expressivamente nos últimos cinquenta anos, sempre acompanhando o crescimento da atividade universitária. Observou-se que as cidades possuem vetores de crescimento semelhantes, como as linhas férreas, os rios,

as rodovias. Contudo, Conselheiro Lafaiete, Muriaé e Viçosa acolhem instituições de ensino de níveis técnico e superior, nos âmbitos público e privado, em níveis regionais e nacionais – como o caso de Viçosa, que estimulam o desenvolvimento dos municípios, assim como as atividades industriais e comerciais. Desse modo, o setor educacional é um atual vetor de expansão territorial que modifica a forma da cidade e impulsiona o setor imobiliário e hoteleiro, fortalece a economia local, cria novos bairros e loteamentos e faz com que se intensifiquem as dinâmicas socioespaciais dos municípios.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conselheiro Lafaiete**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheirolafaiete/panorama>. Acesso em jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Muriaé**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama>. Acesso em jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Viçosa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>. Acesso em jul. 2022.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidad**e. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UMA ANÁLISE DA URBANIDADE NA FORMA FÍSICA DA CIDADE: O CASO DE BARCELONA NA ESPANHA

LT 412

Bruno Augusto Hasenauer Zaitter [1]

[1] Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Belas Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR; bruno.zaitter@pucpr.br.

Palavras-chave: morfologia urbana, forma urbana, tecido urbano, urbanidade

Durante o crescimento de uma cidade, seja de forma espontânea ou planejada, diferentes padrões de desenho urbano são implantados ao longo de sua história formando uma mancha urbana única. Essa diferença é dada pelas características do terreno, pelas particularidades dos atores responsáveis pelo projeto – ou somente construção -, e pelos aspectos sociais, econômicos e culturais. A literatura nos mostra que a maneira como é organizada a forma física das cidades influencia diretamente no sentido de urbanidade. (Aguiar, Holanda, Andrade, Krafta, Trigueiro, Rheingantz, Figueiredo, Netto, 2012). Para o artigo dessa comunicação, a urbanidade é entendida como o fenômeno que proporciona um conjunto de qualidades provenientes de componentes morfológicos existentes nos principais elementos da forma física urbana – as quadras, os lotes, os edifícios e as ruas -, permitindo a boa vivência das pessoas na cidade.

Para analisar como a forma física atua sobre o sentido de urbanidade, toma-se como método o *Fòllia Urbana*, já utilizado para a análise desse fenômeno em vias publicas urbanas (Zaitter e Oliveira, 2018; Zaitter, 2019). Esta comunicação, todavia, apresenta um desenvolvimento desse método, tanto na aplicação de um objeto de estudo mais abrangente, quanto na evolução metodológica da sua análise.

Na parte teórico-analítica, mostra-se o aperfeiçoamento do conjunto de componentes morfológicos que, com seus indicadores específicos, revela o sentido de urbanidade de uma forma mais prática e usual: do número de conexões viárias a possibilidade de verificar a integração da malha urbana, da dimensão das quadras a capacidade de definir a oferta de possibilidades de caminhos, da largura dos lotes a possibilidade de estabelecer a quantidade de aberturas para a via pública, da transparência das fachadas térreas a revelação de qualificar a interação dos edifícios com a rua, da função dos edifícios e de seus tempos históricos a oportunidade de expor a diversidade de pessoas, de usos e de horários de movimento na rua, e finalmente, das calçadas e dos mobiliários urbanos a capacidade de apresentar a segurança e o conforto do pedestre ao caminhar.

Já no caso prático, a aplicação passa da avaliação da via pública urbana para o conjunto dessas vias, ou seja, a análise do tecido urbano configurado num polígono por sua conformação homogênea. Na primeira aplicação do método aperfeiçoado, o estudo centra-se na avaliação de diferentes tipos de tecido urbano numa mesma cidade. Para tanto, utiliza-se como estudo de caso a cidade de Barcelona na Espanha, escolhida por coexistirem diferentes padrões de tecido urbano ao longo de seus mais de 2.000 anos de história, e por ser uma cidade constantemente estudada pelo autor desse artigo. Desta cidade foram selecionados quatro diferentes tecidos urbanos para análise, e recortados em áreas aproximadas. Diferentes entre si não somente pelo tempo histórico de implantação, mas principalmente por se tratarem de padrões físicos

replicados em muitas cidades contemporâneas: área mais antiga do bairro *El Gòtic* por possuir ruas estreitas e sinuosas, características do tecido medieval, área central do bairro de *Barceloneta* pelo traçado urbano retilíneo composto por estreitas e longas quadras lineares, área do *Plan Cerdà* pelas suas largas vias dispostas num tecido ortogonal e quadriculado característico do movimento higienista, e a região residencial do bairro *Pedralbes* por ser repleta de sinuosas ruas com uma baixa densidade construtiva inspirada na Cidade Jardim de Ebenezer Howard.

Metodologicamente, num primeiro momento, o artigo apresenta a aplicação do método *Fòllia Urbana* separadamente em cada polígono de tecido urbano. Após a aplicação, se possibilita a construção de um quadro dos tecidos urbanos analisados evidenciando não apenas o resultado final de cada análise, mas também a pontuação de seus componentes morfológicos para a comparação dos resultados. Desse estudo comparativo, se revela quais são os tipos de tecido urbano que possuem o maior nível de urbanidade e aqueles que possuem o menor nível, bem como os componentes morfológicos que influenciam nesse resultado. O artigo é finalizado com a revelação da atuação dos indicadores de avaliação de cada componente morfológico no sentido de urbanidade dos tecidos urbanos analisados.

O conteúdo exposto no artigo não exclui a influência de elementos culturais, sociais, econômicos e outros de natureza intangível na urbanidade, apenas não recaem abertamente como análise de estudo. O que se pretende com a expositiva é a confirmação da relevância da forma física urbana no sentido de urbanidade, sendo imprescindível a inclusão de seus estudos na elaboração de projetos urbanos para a criação de espaços públicos sociáveis, interativos e seguros.

REFERÊNCIAS

Aguiar, D., (Orgs.). Holanda, F. de; Andrade, L.; Krafta, R.; Trigueiro, M.; Rheingantz, P. A.; Figueiredo, L.; Netto, V.. **Urbanidades**. Rio de Janeiro, RJ, FAPERJ, Folio Digital, 2012.

Zaitter, B. e Oliveira, V. (2018) A Urbanidade na Via Pública pelo Método Fòllia Urbana. **Revista I+A, Investigación más Acción**, N° 21, p. 96-110.

Zaitter, B. (2019) **Fòllia Urbana**: reconstruindo cidades. Curitiba: PUCPRESS, v.1. p.74.

ARQUITETURA, URBANISMO E VIDEOGAMES: O LUGAR GÂMICO E SUAS INTERFERÊNCIAS NO MUNDO TANGÍVEL

LT 413

Thiago dos Santos Rangel [1], Ethel Pinheiro Santana [2]

[1] Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (em andamento); thiago.rangel@fau.ufrj.br.
[2] LASC-PROARQ-UFRJ; ethel@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Videogames; ensino de arquitetura; lugar gâmico

Arquitetura e Urbanismo, como quaisquer outras formas da produção humana, estão submetidas a interferências que podem ser de ordem social, técnica, tecnológica, política, ambiental, religiosa e etc. Mais que isto, são, de certo modo, manifestações desta profusão de coisas que formam nossas sociedades.

Compreender Arquitetura e Urbanismo tem se tornado uma tarefa mais dicotômica ao longo das últimas décadas. Por um lado, temos toda uma revisão tecnológica/digital e no modo como acessamos e produzimos informação e arquitetura. Estas novas tecnologias nos trouxe toda uma miríade de possibilidades de produzir, representar ou de compreender as cidades. Por outro lado, há um acúmulo e uma superposição informacional que deixa mais complexa a busca por uma produção ou compressão mais assertiva. Estamos sendo bombardeados diariamente com um número muito grande de conteúdos que não necessariamente nos dão informações corretas.

Este artigo investiga como os videogames, uma recente mídia/arte tecnológica, podem ser uma interface de leitura espacial e, ao mesmo tempo, uma ferramenta pedagógica, uma vez que eles têm se tornado um possível filtro social pelo qual muitas pessoas começam a observar, interagir e produzir o mundo. Também investiga suas possíveis influências nos processos de transformação das cidades e das formas urbanas.

Após seu surgimento no início da década de 1960, os videogames vão se desenvolver sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, tendo sua explosão comercial no início do séc. XXI. Atualmente, videogames já se configuram como a maior mídia financeira no mundo, com rendimentos que superam os da música e do cinema juntos (NEWZOO, 2019).

Há um profundo enraizamento dos videogames na sociedade, sobretudo entre a gerações Y e Z e se espalhando para a geração α (NEWZOO, 2022). Este enraizamento já demonstra fortes sinais de manifestação na produção de outras mídias e produções, como cinema, literatura, música, escultura e muitas outras, que estão absorvendo cada vez mais uma estética gâmica. Apesar disto, é pouco debatido seu impacto na produção de arquitetura e suas interferências no entendimento que fazemos das cidades.

Podemos estudar o caso de alguns jogos que, apesar de ser relacionarem com o mundo tangível, tem sua própria estética e acabam por desenvolver outras relações com o espaço em seus jogadores, tanto com espaço tangível quanto o intangível. O jogo Grand Theft Auto V (2013), por exemplo, desenvolve seu mundo gâmico pegando emprestado uma versão alternativa de Los Angeles (EUA). Seu mundo é muito denso e extrapola as referências nas quais se baseia, inclusive desenvolvendo lugares que são reconhecidos como referências socioculturais entre seus jogadores.

Sendo considerado um marco social e um dos jogos mais relevantes da história, seu mundo é explorado por uma média de mais de 100.000 jogadores online diariamente nos últimos 7 anos (STEAMCHARTS, 2022).

Assim como em outros jogos como Minecraft (2011), The Sims (2000), e muitos outros, os jogadores são incentivados a criar e a explorar o espaço gâmico, que por sua vez, começam a se enraizar no jogador, que por fim, passar a fazer outras leituras do mundo tangível. Ou, ao menos, é o que estamos investigando.

De fato, videogames podem ser uma ferramenta poderosa tanto para ajudar a produzir novas visões de mundo quanto para desenvolver novas formas de produção arquitetônica. Sua disseminação intensa pela sociedade sobretudo nas últimas duas décadas gera interferências e abrem novas possibilidades de interface que moldam visões outras, no campo da arquitetura e urbanismo e no campo da prática e do ensino de arquitetura e urbanismo".

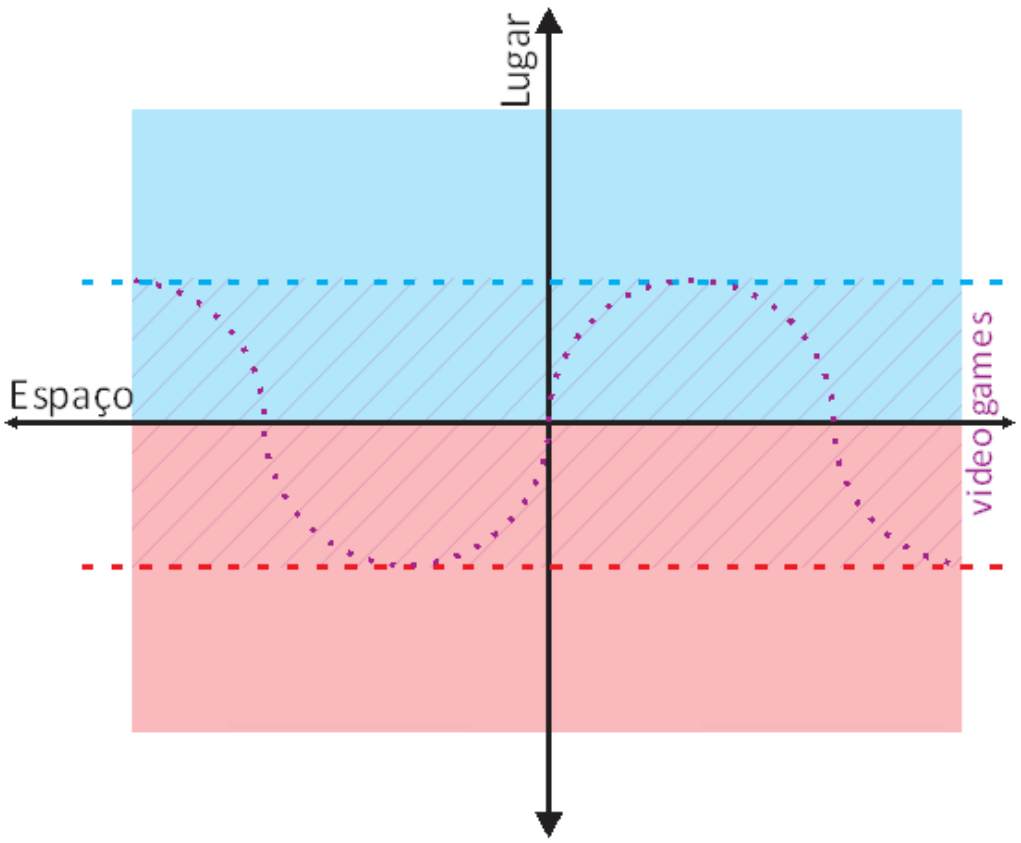


Figura 1: Esquema de entrelace entre espaço e lugar com videogames. Os lugares gâmicos. Fonte: Autor

REFERÊNCIAS

BARROS, A. P.; ROCHA, I. M.; BEZERRA, G. F. Gamificação no aprendizado da arquitetura e urbanismo: referências teóricas e aplicações. **II Congresso sobre Tecnologias na Educação** (Ctrl+E 2017), Maio 2017. 635-641.

BOGOST, I. The Retoric of Video Games. **The Ecology of Games**: Connecting Youth, Games and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

FADEL, L. M. et al. **Gamificação na educação**. São Paulo, SP: PIMENTA COMUNICAÇÃO E PROJETOS CULTURAIS LTDA, 2014.

FOUCAULT, M. Of Other Spaces, Heterotopias, 1967. Disponivel em: <https://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heteroTopia.en/>. Acesso em: 02 Novembro 2020.

FRASCA, G. **Videogames of the oppressed**: Videogames as a means for critical thinking and debate. Dissertação (Master of Information Design and Technology) - School of Literature, Communication and Culture of Georgia Institute of Technology. Atlanta. 2001.

FRASCA, G. **Simulations versus narrative**: introduction to ludology. New York: Routledge, 2003.

FRASCA, G. **Play the Message**: Play, Game and Videogame Rethoric. Tese (doctor of Philosophy) - IT University of Copenhagen. Copenhagen. 2007.

LÉVY, P. **O que é Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MITCHELL, W. J. **E-topia:** Urban life, Jim - but not as we know it. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.

NEWZOO. **Newzoo**, 18 jun. 2019. Disponivel em: <https://newzoo.com/insights/articles/the-global-games-market-will-generate-152-1-billion-in-2019-as-the-u-s-overtakes-china-as-the-biggest-market/>.

NEWZOO. **Newzoo Infographics**, 10 jul. 2022. Disponivel em: <https://newzoo.com/insights/infographics>.

PALLASMAA, J. **A imagem corporificada**: imaginação e imaginário na arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

FORMA URBANA E ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA

LT 414

Vera R. Tângari [1]

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro; vtangari@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: paisagem; sistema de espaços livres; QUAPASEL; morfologia urbana

Entendimentos sobre ocupação espacial e da construção de paisagens

Em estudos sobre morfologia, Silvio Macedo nos questiona sobre a gestão pública das cidades e a qualidade das paisagens e dos sistemas de espaços livres (MACEDO, 2012), e nos propõe a questão: qual a recorrência entre os padrões de ocupação espacial e a formulação de tipos de paisagem, que independem do porte da cidade, do tamanho da população, da forma de gestão, da existência dos instrumentos de planejamento? Com base na indagação acima e em abordagens multi escalares e multi temporais, no grupo de pesquisa SEL-RJ, analisamos os sistemas de espaços livres de edificação, públicos e privados (MAGNOLI, 2006a, 2006b; TÂNGARI; SCHLEE; ANDRADE, 2009), que constituem um sistema complexo, inter-relacionado e sobreposto a outros sistemas urbanos, enquanto sistemas de ações (SANTOS, 1997). Segundo a construção teórico-metodológica da Rede QUAPA-SEL (MACEDO et al., 2009; 2018), por serem objeto de pressões de mercado e sujeitos a regras para sua ocupação (espaços privados dos lotes, quadras, glebas) ou não ocupação (unidades de conservação, áreas de preservação permanente, espaços de circulação, recreação e lazer), constituem instrumento importante de análise para a compreensão da forma urbana, das esferas de vida pública e privada, das práticas sociais e suas múltiplas apropriações,

Paisagens analisadas e os sistemas de espaços nelas contidos

A Rede QUAPA-SEL se propôs a estudar, em oficinas realizadas nas cidades analisadas, a estruturação da paisagem e dos sistemas de espaços livres, e a relação com a ocupação urbana e o suporte físico, resultando no mapeamento sistematizado que conjuga: localização das áreas centrais; características do tecido urbano - consolidado e não consolidado; linhas de drenagem e de circulação; incidência de espaços livres públicos e de arborização; manchas de florestas e outras formações de vegetação; elementos significativos do suporte geobiofísico; eixos previstos de expansão e agentes de transformação. Essa análise sistemática e comparada, exemplificada na Figura 1, reforçou a necessidade de estabelecer parâmetros que permitam aprofundar a construção do conhecimento teórico sobre a construção social da paisagem brasileira, seus conflitos e contradições (SILVA, 2010; 2011).

Desde 2006, o grupo SEL-RJ se dedica a estudar os tecidos e os espaços livres em municípios do Estado do Rio de Janeiro (Figura 2). A partir da questão proposta por Silvio Macedo, e com base nas cartografias críticas produzidas, a equipe tem formulado observações sobre recorrências observadas, auxiliando no estudo da relação entre espaços livres e forma urbana e no ensino de morfologia, dentre os quais se destacam: os aspectos de constituição do suporte geobiofísico, o processo histórico de ocupação e o seu papel político, e a identidade cultural de sua população, tendo em vista a sua origem, formação étnica, modos de produção, e valores territoriais e simbólicos.

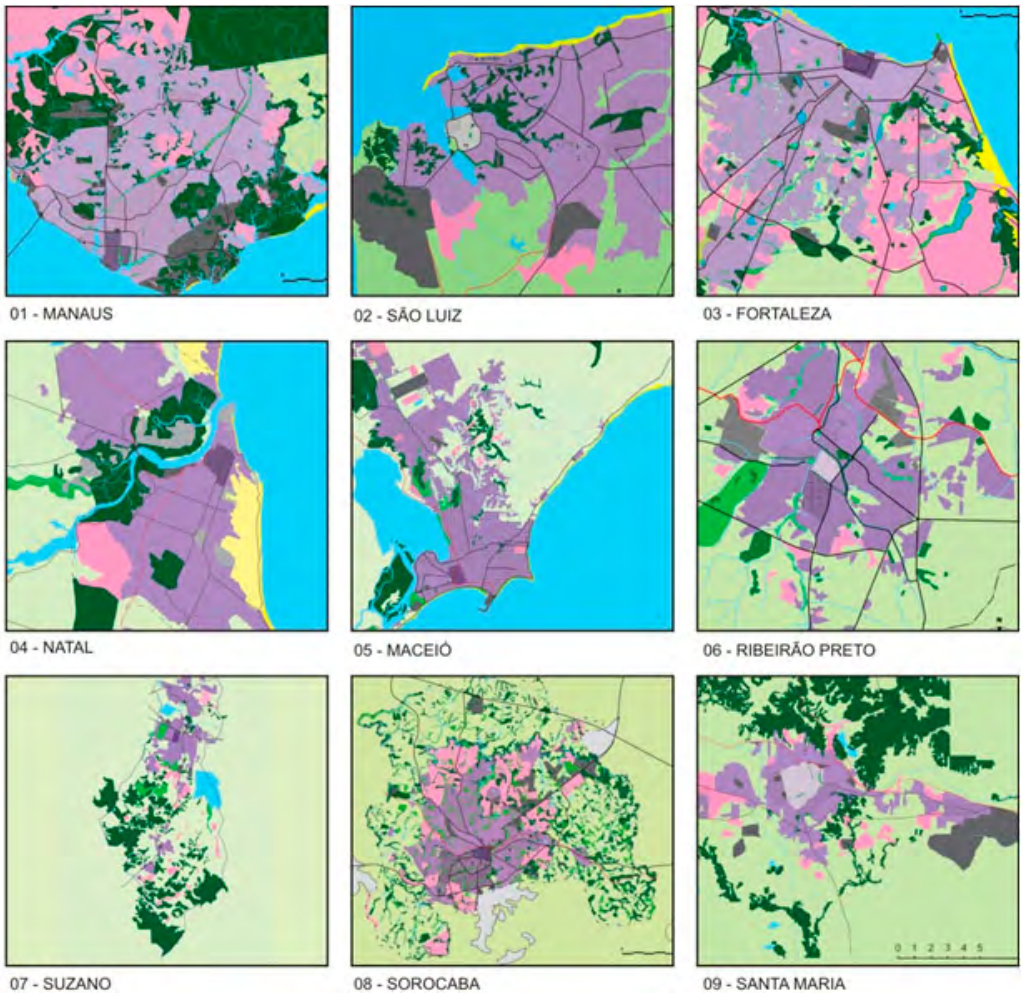


Figura 1: Mapas-síntese de cidades analisadas pelo Laboratório QUAPA-SEL da FAUUSP: o tecido urbano - consolidado e não consolidado; as áreas centrais; as principais linhas de drenagem e de circulação; a incidência de espaços livres públicos; as manchas de florestas e outras formações de vegetação específicas; demais elementos significativos do suporte geobiofísico. Acervo Laboratório QUAPA-SEL, 2010.

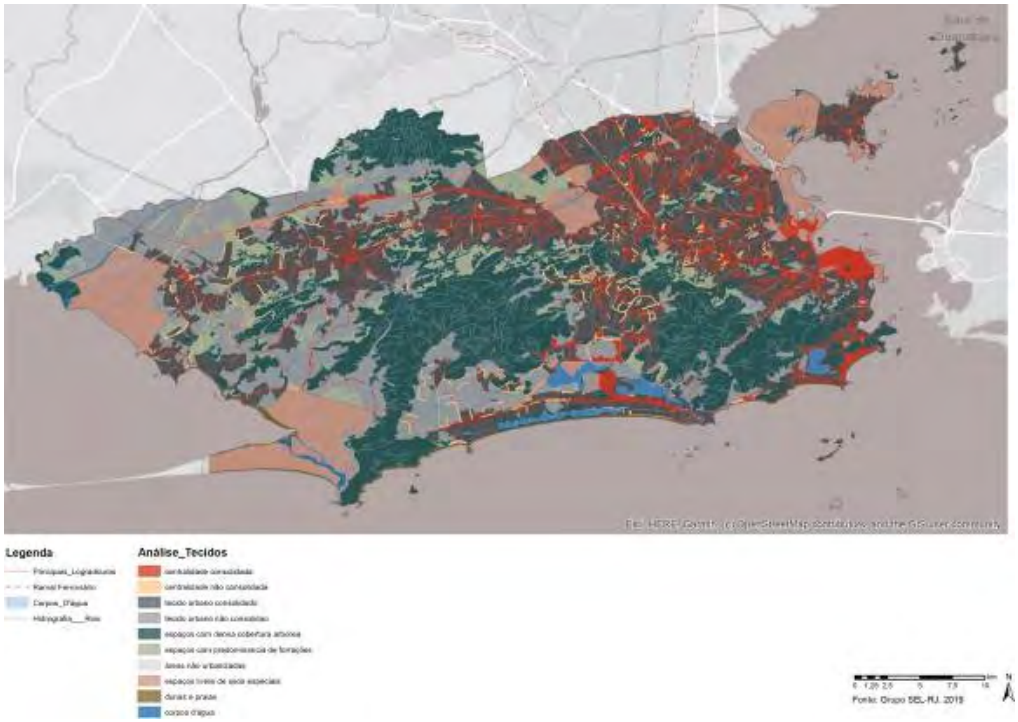


Figura 2: Tecidos urbanos, centralidades - Cidade do Rio de Janeiro . Fonte: SEL-RJ, 2019

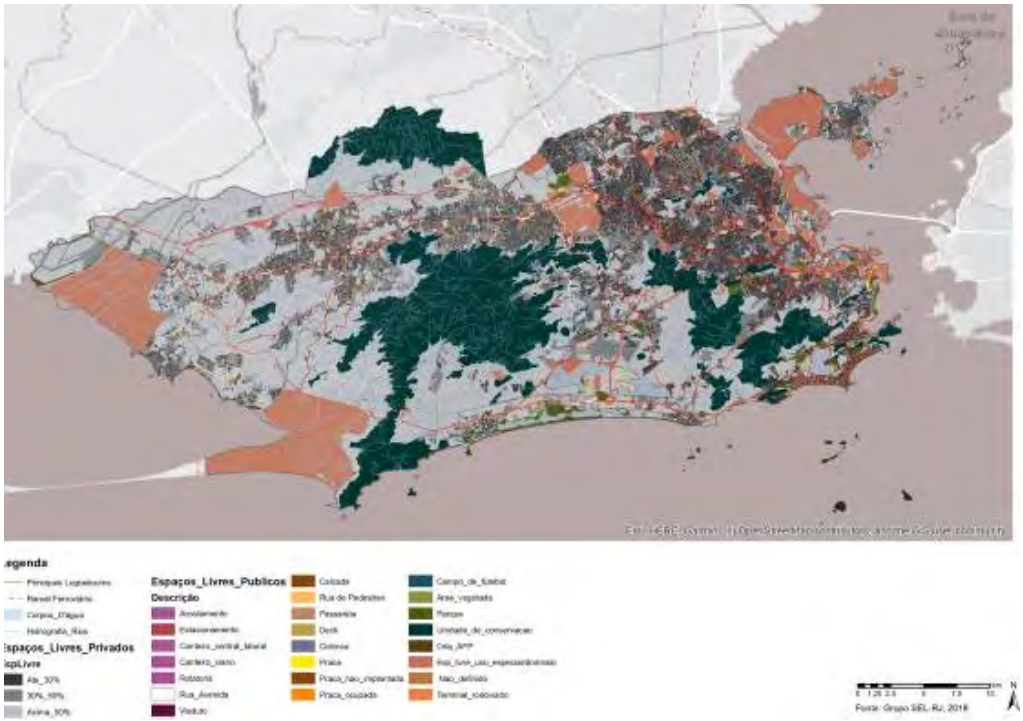


Figura 3: Espaços livres - Cidade do Rio de Janeiro . Fonte: SEL-RJ, 2019

REFERÊNCIAS

MACEDO, Silvio S. et al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In TÂNGARI, Vera; SCHLEE Mônica Bahia; ANDRADE, Rubens de. (org.) **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, ausências e apropriações. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

MACEDO Silvio S. et al. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2018.

MACEDO, Silvo S. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: reflexões. In: TÂNGARI, Vera R.; REGO, Andrea Q; MONTEZUMA, Rita C. M. (Orgs.) **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro** – integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012, p. 291-305.

MAGNOLI, Miranda M. Em busca de outros espaços livres de edificação. In: **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios, v., 21. São Paulo: FAUUSP, 2006a, p. 143-173.

_____. Espaço livre - Objeto de trabalho. In **Revista Paisagem e Ambiente** – Ensaios, v., 21. São Paulo: FAUUSP, 2006b, p. 177-200.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1997

SILVA, Jonathas M. P. How can tomorrow's cities become more socially equal if the current master plan does not correctly deal with the property's social function? In: **54th IFHP - World Congress Proceedings**. Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

_____. Habitação de interesse social e as legislações municipais da Região Metropolitana de Campinas. In: **Ambiente Construído**, v. 11, n. 3, p. 55-71, jul./set. 2011.

TÂNGARI, Vera R.; SCHLEE, Mônica B.; Andrade, Rubens de (Orgs.). **Sistemas de espaços livres:** o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: PROARQ- FAU/UFRJ, 2009.

GEOTECNOLOGIAS EMERGENTES E SENSORIAMENTO REMOTO: EXPLORANDO AS POTENCIALIDADES DO PROJETO MAPBIOMAS NO ESTUDO DA FORMA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL.

LT 415

Bruno Ragi Eis Mendonca [1], Joana Carolina Silva Rocha [2]

[1] Doutorando no Departamento de Geografia, planejamento e meio ambiente (Department of geography, planning and environment). Concordia University, Montreal – Canadá; brunoragiarq@gmail.com.
[2] (2) Assistente de Pesquisa III – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); joana.rocha00@gmail.com.

Palavras-chave: geotecnologias; sensoriamento remoto; Rio de Janeiro; expansão urbana; MapBiomas.

Muitos dos estudos que buscam analisar os diferentes estágios de urbanização no território brasileiro e por consequência subsidiar as políticas de controle e gestão do território, são estruturados a partir da base de dados e publicações de entidades governamentais como é o caso por exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – autor do "Projeto Áreas Urbanizadas", que busca apresentar um panorama do processo de urbanização no país, a partir do mapeamento de áreas urbanizadas com base em imagens de satélite. Apesar de amplamente referenciado e de sua relevância para o campo do planejamento urbano, são apresentadas na pesquisa em tela duas ressalvas ao projeto em questão: (i) o significativo intervalo de tempo entre as publicações[1] e suas revisões e (ii) o assincronismo das publicações referentes as áreas urbanizadas com os produtos do Censo Demográfico Brasileiro que acabam por inviabilizar maior acurácia de estudos comparativos da expansão urbana a partir de uma análise temporal ano a ano. Felizmente, graças ao desenvolvimento e o avanço das geotecnologias, novos métodos e ferramentas - mais precisamente as técnicas de sensoriamento remoto que vem se desenvolvendo rapidamente nas últimas duas décadas - vem permitindo maior rapidez nos processos de monitoramento dos fenômenos dinâmicos e das mudanças das feições terrestres, o que consequentemente impacta positivamente os estudos orientados à compreensão e analises da forma e da expansão urbana. Nesse sentido, o estudo em tela buscou explorar o potencial uso da série histórica de mapas produzidos pelo Projeto Mapbiomas[2], assim como a metodologia dinamizada, eficiente e de baixo custo proposta por essa iniciativa para: (i) compreender e mensurar a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro a partir de uma análise temporal individualizada das manchas urbanizadas nas diferentes regiões da Cidade; e (ii) analisar as especificidades morfológicas dessas vetores de crescimento levando em consideração a legislação incidente assim como os padrões socioeconômicos de cada região analisados a partir dos dados coletados nos três últimos Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010, assim como de projeções para o ano de 2020[3]. Alguns dos principais resultados obtidos demonstram a significativa expansão do tecido urbano na região

1 O IBGE lançou em 2005 sua primeira publicação em relação ao mapeamento das áreas urbanizadas do Brasil, seguida por uma segunda versão em 2015. Nova publicação a respeito do tema está prevista para ocorrer apenas em 2023. Fonte: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em 06 de junho de 2022.

2 O projeto MapBiomas é iniciativa de uma rede de especialistas de diversas áreas que se propuseram a promover o mapeamento do uso da terra para todo o território brasileiro. O mapeamento utiliza processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine para gerar uma série histórica de mapas anuais organizado por biomas, tendo alguns temas transversais, dentre eles as áreas urbanizadas.

3 Estudo 3255: Coleção Estudos Cariocas - Projeção Populacional 2013-2020 para a Cidade do Rio de Janeiro: uma aplicação do método AiBi (http://www.data.rio).

oeste da Cidade, com destaque para as Regiões Administrativas [4](RAs) de Santa Cruz e Campo Grande, localizadas na Áreas de Planejamento [5] (AP) 5 e da RA Barra da Tijuca, localizada na AP 4. Juntas, AP4 (23%) e AP5 (71%) concentram 94% de toda a área urbanizada acrescida entre os anos de 1991 e 2020. Tomando ainda AP4 e AP5 como exemplo, destacam-se também os diferentes padrões de crescimento urbano: entre 2010 e 2020, a mancha urbanizada da AP4 expandiu 5,6 km², e teve um crescimento populacional de 18,4%. No mesmo período, a área urbana da AP5 expandiu 15,5 km² - cerca de 3 vezes mais do que a AP4 - porém à uma taxa de crescimento populacional cerca de 3 vezes menor (6,4%) – o que evidencia as características de horizontalidade e espraiamento da mancha urbanizada da AP5, em contrapartida ao padrão mais concentrado e verticalizado da AP4. Conclui-se portanto que o produto gerado pelo Projeto Mapbiomas - representado aqui pelo mapeamento anual da cobertura e uso da terra – possibilitou não apenas a extração das informações relevantes a respeito das áreas urbanizadas no recorte de estudo, como também facilitou sua mensuração e as análises comparativas relacionadas aos padrões de crescimento das diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro, corroborando assim o potencial das tecnologias e ferramentas digitais emergentes para o entendimento e o aprofundamento das análises de áreas urbanizadas, assim como seus efeitos sobre as práticas pedagógicas e profissionais a respeito das formas urbanas no século XXI.

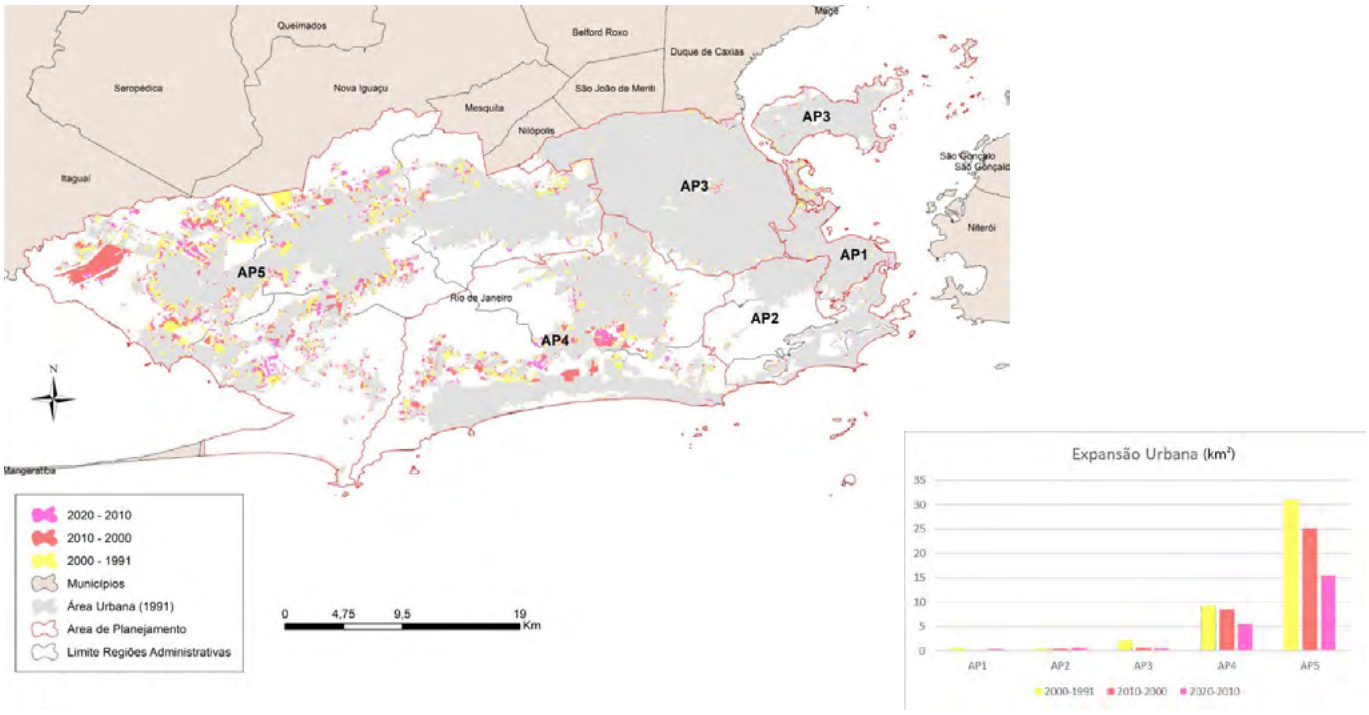


Figura 1: Mapa da expansão da mancha urbana na cidade do Rio de Janeiro em três recortes temporais distintos (1991 – 2000; 2000 – 2010 e 2010 – 2020) produzido pelos autores a partir da série histórica de áreas urbanizadas do Projeto Mapbiomas. Na sequência, o gráfico sintetiza a expansão urbana (em Km²) por Área de Planejamento da Cidade.

4 Região administrativa pode ser entendida como o conjunto de bairros vizinhos agrupados por suas semelhanças em relação a características morfológicas e socioambientais

5 Em 1992, o Plano Diretor, criado através da Lei Complementar nº16 de 1992 e chamado de Plano Diretor Decenal, dividiu o Rio de Janeiro em cinco grandes Áreas de Planejamento.



Figura 2: Mosaico de fotos das cinco Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro (APs). Destaque para os tecidos urbanos altamente adensados das APs 1, 2 e 3 (zonas central, norte e sul) em contrapartida a grande oferta de lotes nas APs 4 e 5 (zona oeste). Fonte: Acervo SEL-RJ.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Áreas urbanizadas do Brasil 2015**. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

PERA, C; BUENO, L. Revendo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação da situação urbana e rural. In: **Cadernos Metrópole**, v.18, p. 722-742, 2016.

SOUZA, C.; AZEVEDO, T. **MapBiomas general handbook.** MapBiomas: São Paulo, Brazil, p. 1-23, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Souza-20/publication/345239707_MapBiomas_General_Handbook/links/5fa1209d299bf1b53e5cf7e0/MapBiomas-General-Handbook.pdf. Acesso em 12 de Julho de 2022.

DENSIDADE E TIPOS DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFÍCIOS ALTOS: PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DE UMA CIDADE MÉDIA

LT 416

Débora Gregoletto [1]

[1] Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul. Doutora em Planejamento Urbano e Regional; debora.gregoletto@ufsm.br.

Palavras-chave: densidade; edifícios altos; cidades médias; percepção dos usuários

As cidades médias brasileiras têm apresentado um aumento demográfico maior do que outras categorias de cidades, necessitando acomodar uma densidade populacional maior em seu território. Desse modo, seu processo de urbanização tem sido, em muitos casos, acompanhado da verticalização, corroborando com a afirmação de Goettsch (2012) que que o urbanismo na atualidade é sinônimo de edifícios altos.

Contudo, autores (MARTIN; MARCH; ECHENIQUE, 1975; YUEN; YEH, 2011) apontam que o crescimento em altura não é, necessariamente, uma solução para acomodar um maior número de pessoas em determinada área, já que uma determinada densidade pode ser atingida com outras formas de configurações de edifícios em uma mesma quantidade de solo. Simulações realizadas em alguns estudos (por exemplo, VARGAS, 2003; GONÇALVES; UMAKOSHI, 2010; SIM, 2019) demostram diferentes arranjos possíveis relacionando densidade, altura de edifícios e forma urbana, apontando que a construção de edifícios altos não é, necessariamente, a única solução para adquirir uma maior densidade construtiva. Tais estudos também indicam que a mesma densidade construtiva pode ser obtida dependendo do tipo de implantação, tradicional ou modernista (REIS, 2014) e altura dos edifícios, que podem causar diferentes impactos no espaço urbano onde se inserem. A legislação urbanística e edilícia sempre está à frente do processo de verticalização da cidade, induzindo o tipo de implantação, através do estabelecimento de diversos parâmetros que acabam por modelar, tipologicamente, os edifícios e, morfologicamente, a cidade (KUPCHIL, 2008).

Nesse sentido, existem poucos estudos que investigam as relações entre a legislação urbanística, a densidade construtiva, diferentes tipos de implantação e a altura dos edifícios de acordo com a percepção dos usuários das cidades. Assim, existe a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre tais relações, especialmente no contexto das cidades médias. Desse modo, é objetivo investigar a preferência por diferentes tipos de implantação e altura de edifícios altos, com a mesma densidade, através da percepção de diferentes grupos de respondentes – arquitetos e profissionais ligados ao planejamento urbano e à produção de edifícios , estudantes de arquitetura e urbanismo e pessoas leigas.

Para atingir os objetivos, dados foram coletados através de questionários e entrevistas aplicados a moradores da cidade média de Caxias do Sul – RS - Brasil, nos quais foram apresentadas cenas com imagens contendo simulações de diferentes tipos de implantação e alturas dos edifícios – 10, 14, 18 e 25 pavimentos (Figura 1). Os dados quantitativos foram analisados através de testes estatísticos não-paramétricos, enquanto os dados de natureza qualitativa analisados através de interpretações dos significados e frequências.

Os principais resultados indicam que edifícios com menor altura (10 pavimentos) e relação direta

com a rua e com o entorno são preferidos tanto pelos arquitetos e estudantes de arquitetura e quanto por profissionais ligados ao planejamento urbano e à produção de edifícios. Contudo, edifícios bem mais altos (25 pavimentos), implantados no interior do quarteirão e sem relação direta com a rua ou com o entorno, são os locais preferidos pelas pessoas leigas – não arquitetos. Ainda, verificou-se que edifícios altos (18 pavimentos) implantados no perímetro do quarteirão e com conexão direta entre os pavimentos térreos e a calçada são os locais menos preferidos por todos os grupos de respondentes. Contudo, não foi analisada a percepção dos usuários a partir do nível dos olhos, ficando assim, como sugestão de investigação futura.

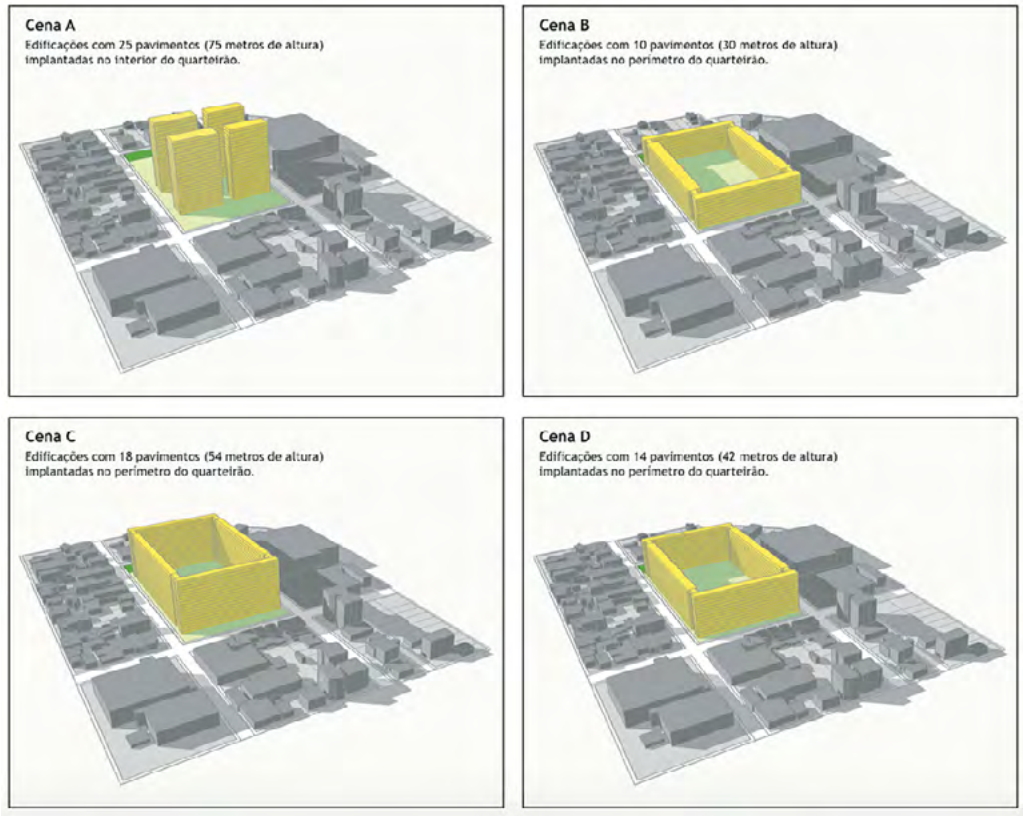


Figura 1: Simulações de diferentes tipos de implantação com distintas alturas e mesma densidade. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

REFERÊNCIAS

GOETTSCH, J. **How Tall Buildings Meet the Ground is as Important as How They Meet the Sky.** Shangai: Council on Tall Buildings and Urban Habitat, 2012. p. 360–367.

GONÇALVES, J. C. S.; UMAKOSHI, É. M. **The environmental performance of tall buildings**. London: Earthscan, 2010.

KUPCHIL, E. **Edifício vertical e a cidade**: imagens da modernidade sob o olhar do espaço público. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2008.

MARTIN, L.; MARCH, L.; ECHENIQUE, M. **La estructura del espacio urbano**. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

REIS, A. T. Da L. **Forma urbana tradicional e modernista**: uma reflexão sobre o uso e estética dos espaços urbanos. Arquisur Revista, 2014. v. 6, p. 70–87.

SIM, D. **Soft city**: building density for evereday life. Washington: Island Press, 2019.

VARGAS, J. C. Densidade, paisagem urbana e vida da cidade: jogando um pouco de luz sobre o debate porto-alegrense. **Arquitextos**, [S.l.], 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.039/663>. Acesso em: 9 out. 2019.

YUEN, B.; YEH, A. G. O. **High-Rise Living in Asian Cities**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2011.

O PROJETO URBANO E DA PAISAGEM NO NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFRJ

LT 417

Andrea Queiroz Rego [1]

[1] Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutorado (docente permanente); andrea.queiroz@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: ensino de projeto; projeto pedagógico; graduação em arquitetura e urbanismo; FAUUFRJ

O presente trabalho traz a reflexão do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAUUFRJ) para o desenvolvimento do Novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, recém aprovado, que aponta novos possíveis caminhos para ensino, pesquisa e extensão mais flexíveis e inclusivos.

O PPC de 2021 (figura 1) se estrutura em 3 segmentos, a partir do reconhecimento das necessidades de seus estudantes e das atividades de pesquisa e extensão que veem sendo desenvolvidas na FAUUFRJ. O Ciclo Básico (1º/2º períodos) introduz as questões fundamentais da formação e “nivelamento” dos ingressantes. O Ciclo Intermediário (3º/6º períodos) desenvolve os conteúdos mínimos obrigatórios da formação.

Um Ateliê Integrado marca o início do último segmento, o Ciclo Avançado, que inclui também o TCC. Identificou-se que, apesar de uma rica experiência anterior do Projeto Pedagógico de 2006 que definiu dois Ateliês Integrados, estes, geravam um extremo desgaste emocional e econômico ao longo do curso.

O Ciclo Avançado (7º/10º períodos) aprofunda, de modo integrado e de livre escolha, as questões mais caras a cada um dos estudantes. Neste Ciclo há a oferta flexível de disciplinas e atividades de extensão relacionadas, de acordo com a equipe docente envolvida. Este último ciclo alinha se com a segmentação com currículos internacionais facilitando a mobilidade, intensamente praticada por alunos deste segmento.

Os métodos de ensino e aprendizagem focam em quatro eixos de atividades: teóricas, projetuais, experimentais e profissionais. Este último passa a valorizar as atividades de extensão, complementares e o estágio supervisionado, além do TCC.

Na nova estrutura, os conteúdos urbanos e da paisagem ganham maior potência pois, pela primeira vez, o projeto urbano e da paisagem acompanha pari e passu o projeto arquitetônico em todos os períodos. No Básico são introduzidos os fundamentos da dinâmica urbana e da paisagem de modo cronológico e temático em abordagens, predominantemente, teóricas. No Intermediário, conteúdos teóricos e práticos se apresentam integrados em 4 Projetos Urbanos e da Paisagem (PUP), a saber: PUP1 - estuda o projeto do sistema de espaço livre; PUP2 – aborda a intervenção em áreas de expansão; PUP3 – trata da intervenção em áreas consolidadas; e PUP4 – aborda o planejamento urbano e ambiental. O Ciclo Avançado se inicia com o Ateliê Integrado tratando de intervenções em áreas de valor patrimonial. Nos 8º, 9º e 10º períodos o estudante compõe livremente sua grade, escolhendo disciplinas teóricas, de projeto e de laboratório que permitam, em conjunto, o aprofundamento e a dedicação exclusiva às questões urbanas e da paisagem.

Se as DCN apontam uma formação generalista e o CAU reconhece inúmeras atribuições e campos de atuação, o PPC busca que os estudantes possam trilhar caminhos mais específicos conforme seus interesses e conhecimentos, objetivando nos últimos dois anos da formação um perfil mais teórico, projetual ou experimental conforme a escolha das disciplinas, e dos campos de saber.

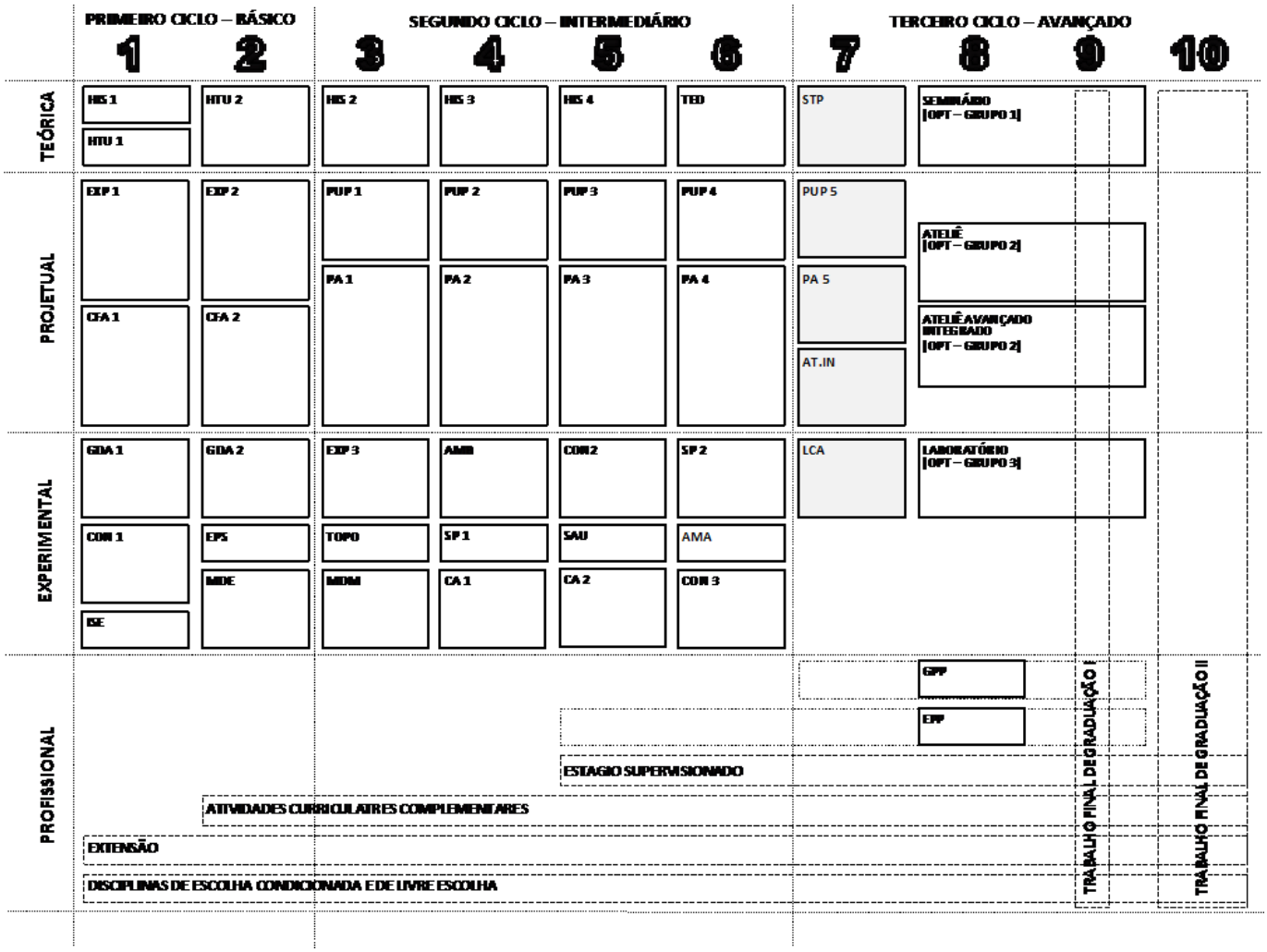


Figura 1: Grade curricular do PPC de 2021 da FAUUFRJ. Fonte: http://www.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/03/FAU_Projeto_Pedagogico_Graduacao_21-30.pdf

REFERÊNCIAS

Resolução MEC/CNE/CES No 02 de 18 de junho de 2007

Resolução MEC/CNE/CES N0 1 de 17 de junho de 2010

Resolução MEC/CNE/CES N0 2 de 17 de julho de 2010

Resolução MEC/CNE/CES N0 1 de 26 de março de 2021

Projeto Pedagógico da FAUUFRJ, 2006

Projeto Pedagógico da FAUUFRJ, 2021

TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM BAIRROS CONSOLIDADOS: ESTRUTURA URBANA EXISTENTE E IMPLANTAÇÃO DO METRÔ

LT 418

Sonia Schlegel Costa [1], Vera F. Rezende [2]

[1] Mestre e Doutora pelo PPGAU-UFF e Grupo SEL-RJ/PROARQ -FAUUFRJ; sonia.schlegelcosta@gmail.com.
[2] PPGAU-UFF, vrezende1234@gmail.com.

Palavras-chave: Transformações urbanas; Metrô; Mapeamentos

A implantação do metrô (Linha 4) na cidade do Rio de Janeiro, que conectou a zona sul (Ipanema) à zona oeste (Barra da Tijuca), ocorreu em uma época em que a cidade tinha sido avaliada (2014) como a cidade com a terceira colocação no mundo em termos de congestionamentos globais e às vésperas de receber eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). O objetivo do trabalho foi comparar a primeira fase de implantação do sistema do Metrô (1979) e a última fase da implantação da linha 4 (2014), identificar vazios urbanos nesses bairros, mudanças de usos e acompanhar criticamente o processo de transformação urbana. Os bairros analisados (Botafogo, Ipanema e Leblon) tinham diferenças na estrutura do uso do solo, de densidade e apresentavam diferentes possibilidades de adensamento sobre o tecido urbano já consolidado. As praças desses bairros foram utilizadas como bases para implantação das estações de Metrô, conectando em um sistema linear aberto (Rogers, 2011) diferentes pontos do trajeto da linha.

As transformações da forma urbana foram vistas como uma história de vida, a partir da sobreposição de períodos morfológicos percebidos na paisagem urbana (Conzen, apud Pereira da Costa, 2014). Perceber padrões e elementos da forma urbana, vistos desde uma perspectiva histórica, observar o processo urbano, a mudança física da cidade através do tempo, ou efeitos de alterações em sua estrutura, é para Kostof (1991) uma forma de perceber a contínua evolução das cidades. Formas de análise visual da paisagem, com a escolha de percursos para identificar as transformações, possibilitam para Lynch (1981) e Panerai (2014) a criação de uma sequência visual (intimamente ligada ao cinema). Se a cidade é para Rossi (2001) uma “obra de arquitetura ou de engenharia que cresce no tempo”. Assim, as “transformações urbanas” decorrentes da implementação do sistema do Metrô são momentos nos quais as funções urbanas destes espaços urbanos - os entornos das estações - passam a desempenhar outras funções, ganhando a função de indutor do desenvolvimento urbano (Mascaró, 2005).

Para a análise da estrutura urbana existente foram utilizados mapas de figura fundo baseados em um aerofotogramétrico feito em 1999. O estudo de figura fundo ajudou na identificação dos blocos das edificações e mostrou claramente os espaços vazios entre as edificações, tornando possível a visualização de espaços livres. A área em transformação (em obras no momento da pesquisa) foi analisada segundo a indicação de Lynch e Panerai, formando uma sequência visual. Foram coletados e mapeados (em CAD) dados dos lançamentos imobiliários entre os anos de 2000 e 2018 nos bairros estudados, facilitando a localização dos espaços livres e a compreensão das transformações urbanas ao longo do tempo, com o auxílio do Google Street View (séries históricas). Assim foi possível verificar as diferenças existentes entre os três bairros e acompanhar os novos empreendimentos, inclusive as características de uso do solo (residencial, comercial ou hospitalar, e usos mistos).



Figura 1: Figura-fundo de Botafogo, Leblon e Ipanema - Fonte: Cadastral (Mapa Aerofotogramétrico) de Botafogo, Leblon e Ipanema (1999), modificado pelo autor

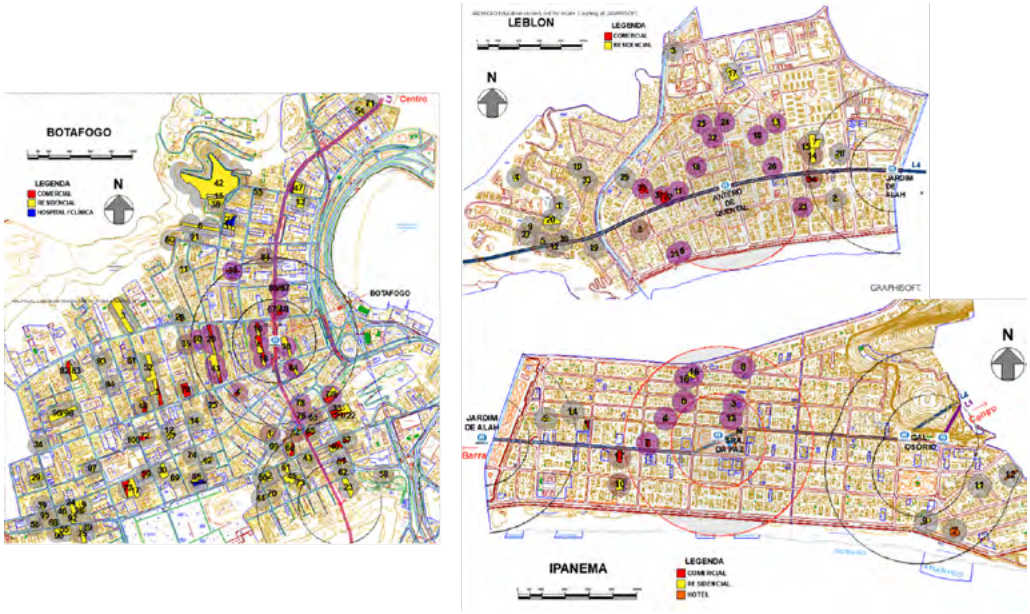


Figura 2: Mapeamento dos Lançamentos Imobiliários de 2000 a 2018 nos bairros de Botafogo, Ipanema e Leblon - Fonte: Cadastral (Mapa Aerofotogramétrico) de Botafogo, Ipanema e Leblon (1999), e dados disponibilizados pela ADEMI, modificado pelo autor

REFERÊNCIAS

KOSTOF, S. **The City Shaped**: Urban Patterns and Meanings Through History. London: Thames and Hudson Ltd, 1991.

LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. Portugal, Edições 70, 1981.

MASCARÓ, Juan L. **Infra-estrutura urbana.** Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2005.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

PEREIRA COSTA, S. A.; GIMMLER NETTO, M. M.; LIMA, T. B. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. **Paisagem e Ambiente**, 2014.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2011.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/ (consulta em fevereiro 2016).

https://exame.com/brasil/rio-e-a-3a-cidade-do-mundo-com-o-maior-congestionamento/ (consulta em fevereiro de 2018)

PEDAGOGIA E JOGOS: UM LEITURA PATRIMONIAL DE MARICÁ PARTILHADA E CRÍTICA

LT 419

Daniel Athias de Almeida [1], Thiago dos Santos Rangel [2], Ian Carvalho de Souza Wanderley [3], João Marcos Brandão [4] e Fernando Rocha de Souza [5]

[1] Doutorado em Arquitetura – PROARQ (em andamento), SEL-UFRJ; daniel.almeida@fau.ufrj.br.
[2] Doutorado em Arquitetura – PROARQ (em andamento), LASC-UFRJ; thiago.rangel@fau.ufrj.br.
[3] Graduação em Arquitetura Urbanismo (em andamento), UNIAN – Anhanguera Niterói; iann.cs85@gmail.com.
[4] Graduação em Arquitetura Urbanismo (em andamento), UNIAN – Anhanguera Niterói; joaomarcosbrandao1@gmail.com.
[5] Graduação em Arquitetura Urbanismo (em andamento), UNIAN – Anhanguera Niterói; nsouzavip@gmail.com.

Palavras-chave: Jogos, Inventário Participativo; Processos Participativos; Gamificação

Este trabalho surge de uma atividade pedagógica para a disciplina de Técnicas Retrospectivas da Universidade Anhanguera em Niterói em andamento.

Ao pensar em Patrimônio, uma questão relevante é: o que preservar? Qual legado deixaremos para as gerações futuras? A partir destes questionamentos, começamos a refletir o próprio processo de inventariar.

Por advento do aniversário de 190 anos da visita de Charles Darwin ao estado do Rio de Janeiro (1832), surgiu a proposta, como um projeto de experimentação pedagógica, de recriar a expedição de Darwin dentro do município de maricá, onde residem os alunos.

Como processo, foi escolhida uma atividade no formato de Jogo, pois permitiria fomentar a interação entre os alunos e o território analisado e assimilar especificidades locais através do método de “role-playing game” em que cada aluno deve assumir um personagem e assim assumir uma responsabilidade e, portanto, uma missão para cumprir.

Segundo BAEK:

> “O jogo pode ser um motivador para o aprendizado em sala de aula. (...) A estrutura externa e o gênero dos jogos são suficientes para dotar os jogadores de diversão e imersão. No entanto, os jogos para aprendizagem em sala de aula devem combinar o conteúdo com os objetivos de aprendizagem e garantir a eficácia do jogo.” (2010, p. 20)

Maricá foi escolhida pela sua proximidade, por sua escala e sua especial condição que congrega patrimônio, paisagem e populações tradicionais.

Na primeira etapa do jogo, foram desenvolvidas missões atreladas ao ato de inventariar os patrimônios locais, cada aluno assume um personagem (Historiador, Mapeador, Curador, Inventariante ou Naturalista) e as atividades estão vinculados ao papel de cada personagem.

O Historiador tem por função investigar a história através das narrativas locais, o Mapeador identifica o posicionamento geográfico de fatos históricos e grupos tradicionais, o Antropólogo está responsável pelas entrevistas e conversas com referências locais e o curador tem por responsabilidade a organização e gestão do material identificado.

Para o processo do inventário foi criada uma tabela para georreferenciar os locais, identificados previamente pelos alunos, e criar um padrão que pudesse ser apresentado de forma interativa e intuitiva.

Para além do mapa foram desenvolvidos textos e trabalhos vinculados à ementa da disciplina de Técnicas Retrospectivas.

Ao longo do processo, que continua em andamento, e como elemento destacado das questões analisadas foi identificado um cenário de grande conflito socioambiental entre poder público, investidores privados em defesa de um grande projeto de resort em território protegido pela APA de Maricá, solo também ocupado por uma comunidade de pescadores e uma aldeia indígena em flagrante disputa territorial.

Diante deste processo, e como forma de uma reflexão crítica e de questionamento, foi proposto uma aproximação ao foco deste conflito, com visita à campo e desenvolvimento de duas oficinas participativas, ainda não realizadas, para refletir a gestão e tutela do território.

Este artigo busca sintetizar esta experiência pedagógica de forma a fomentar novas discussões acerca de metodologias no campo do patrimônio e de gerar possíveis produtos que podem ser usados como outras interfaces públicas para o mapeamento e entendimento local partindo do georreferenciamento, baseados nos dados prévios espera-se um produto de teor crítico que poderá auxiliar no desenvolvimento de novas políticas públicas participativas.

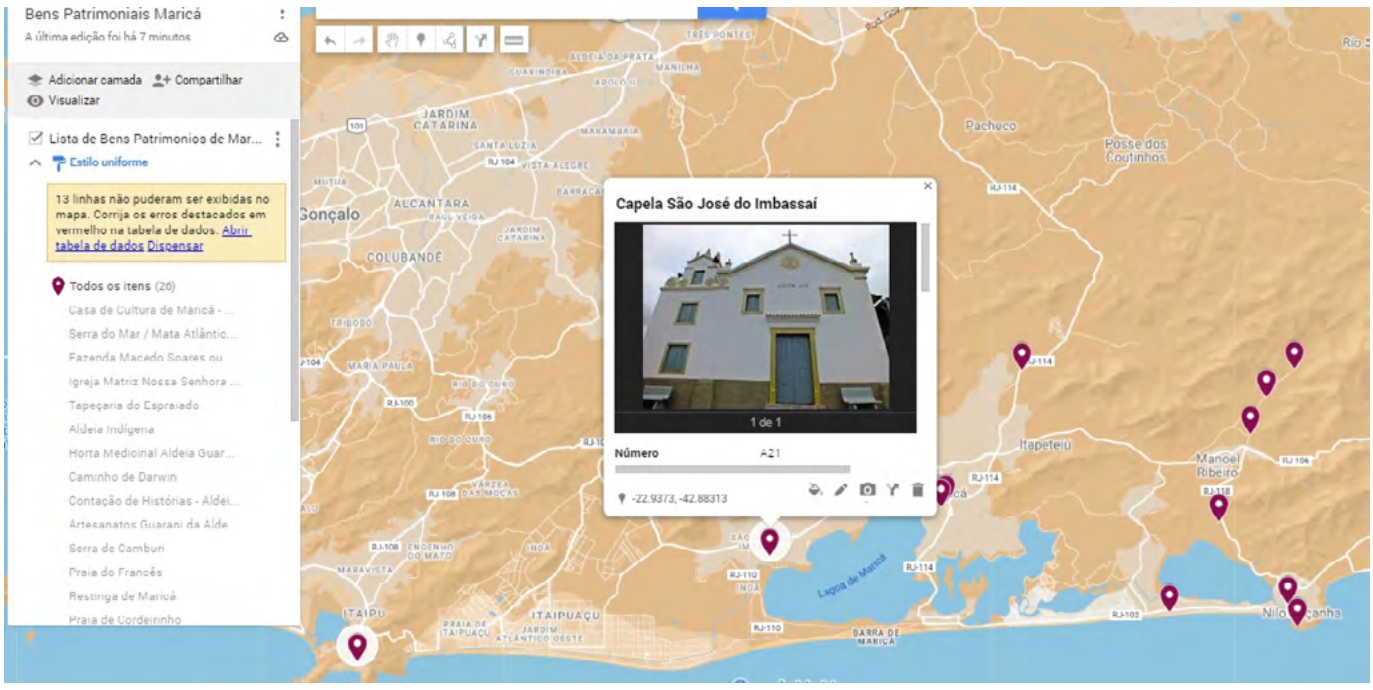


Figura 1: Mapa de Bens Patrimoniais de Maricá-RJ. Fonte: Imagem dos Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

BAEK, Y. **Gaming for Classroom-Based Learning**: Digital Role Playing as a Motivator of Study. Hershey, New York: Informatlon Sclence Reference, 2010.

BOGOST, I. The Retoric of Video Games. **The Ecology of Games**: Connecting Youth, Games and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

CAUQUELIN, A. **A invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DURAND, G. A imaginação simbólica. Lisboa: Edições 70, 1993.

FRASCA, G. **Videogames of the oppressed**: Videogames as a means for critical thinking and debate. Dissertação (Master of Information Design and Technology) - School of Literature, Communication and Culture of Georgia Institute of Technology. Atlanta. 2001.

FRASCA, G. **Play the Message**: Play, Game and Videogame Rethoric. Tese (doctor of Philosophy) - IT University of Copenhagen. Copenhagen. 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLZER, W. **Um Estudo Fenomenógico da Paisagem e do Lugar:** A Crônica dos Vaijantes do Brasil so século XVI. (Tese). Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, p. 257. 1998.

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS : manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000

KROENKE, D.; AUER, D. **Database Concepts.** New Jersey: Prentice Hall, 2009.

MAGALHÃES, C. M. **Patrimônio e paisagem cultural**: reflexões sobre a preservação das paisagensurbanas contemporâneas. Revista CPC — Revista do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. n.15, nov 2013. 07 - 26. Disponivel em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/61287/64223>.

NEWZOO. **Newzoo Infographics**, 10 jul. 2022. Disponivel em: <https://newzoo.com/insights/infographics>.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2013.

COMPARTIMENTOS E UNIDADES DE PAISAGEM DE MACAÉ/RJ: ENSAIO SOBRE UMA APLICAÇÃO METODOLÓGICA

LT 420

Narjara Xavier dos Santos [1], Vera Regina Tângari [2], Alex Lamounier [3]

[1] Doutoranda em Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (em andamento); narjara.santos@fau.ufrj.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAUUFRJ); vtangari@fau.ufrj.br.
[3] Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (em andamento), e Professor Doutor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU UFF); alexlamounier@id.uff.br.

Palavras-chave: Morfologia urbana; Compartimentos e Unidades de paisagem; Sistemas de Espaços livres; Macaé-RJ.

O presente trabalho consiste na aplicação prática do método de leitura da paisagem proposto por Silva, Manetti e Tângari (2013). Através dessa tática, é possível realizar o fracionamento da paisagem em porções menores – Compartimentos e Unidades de paisagem – a fim de compreender suas características, entraves e potencialidades em uma escala analítica mais adequada. A confecção desse ensaio se deu em meados de 2020, durante a realização da disciplina “Arquitetura da Paisagem”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) e realizada pela Profa. Vera Tângari e pelo Prof. Alex Lamounier. Sobre o recorte espacial, o trabalho propõe o estudo de caso de Macaé (Figura 1), município localizado na Região Norte do estado do Rio de Janeiro.

A trajetória metodológica desse estudo foi empreendida a partir da experimentação dos diferentes métodos estudados durante as aulas dessa disciplina, o que proporcionou a elaboração de uma estratégia combinada. Com base nessa estratégia, foram realizadas as seguintes atividades: coleta e análise de dados referentes ao recorte espacial; estudo e análise da bibliografia proposta em aula; caracterização da paisagem macaense através de uma abordagem interescalar; leitura dos aspectos tangíveis e intangíveis da paisagem (LAMOUNIER et al., 2019); identificação dos compartimentos e unidades de paisagem (SILVA; MANETTI; TÂNGARI, 2013); e, por fim, desenvolvimento de um quadro resumo comparativo, com os critérios analíticos incidindo sobre todos os compartimentos e unidades de paisagem identificados em Macaé.

Sobre os parâmetros adotados para a identificação dos compartimentos e unidades de paisagem no tecido urbano macaense, foram definidos critérios com base nas disposições legais de cada setor administrativo do município (MACAÉ, 2022), observando-se também os tipos edificados predominantes em cada localidade. Dessa forma, considerando a morfologia urbana existente e as delimitações administrativas do território, concluiu-se que Macaé se caracteriza pela percepção de dois compartimentos de paisagem: um compartimento rural (C1) – compreendido pelos distritos serranos e pela área de expansão urbana do distrito sede – e um compartimento urbano (C2) – representado pelo perímetro urbano do distrito sede. Em vista dos atributos tangíveis e intangíveis dos dois compartimentos, dos tipos construtivos predominantes e de seus sistemas de espaços livres, foram identificadas nove unidades de paisagem (UP), localizados conforme mostra a Figura 2.

De acordo com o croqui esquemático de análise (Figura 2), no compartimento de paisagem rural (C1), encontram-se as unidades de paisagem UP1 (Área rural sem rodovia), UP2 (Área rural com

rodovia) e C1/UP3 (Área rural com urbanização). Já no compartimento de paisagem urbano (C2), localizam-se as unidades UP4 (Área destinado à expansão urbana), UP5 (Área urbana comercial com predominância de atividade industrial), UP6 (Área urbana central com predominância de uso misto), UP7 (Área urbana residencial de médio e alto padrão), UP8 (Área urbana residencial de médio padrão) e UP9 (Área urbana residencial de baixo padrão).

Com base nas análises realizadas ao longo desse trabalho, foi possível a elaboração de um quadro resumo comparativo dos compartimentos e unidades de paisagem identificadas no território macaense, tendo como referência os critérios de análise apontados por Tângari (2014) e Lamounier (2019). Assim, o estudo pretende fornecer subsídios para o desenvolvimento de pesquisas sobre a morfologia urbana de Macaé, através do aprofundamento analítico sobre cada uma dessas unidades de paisagem e seus respectivos papéis na composição socioespacial do município.

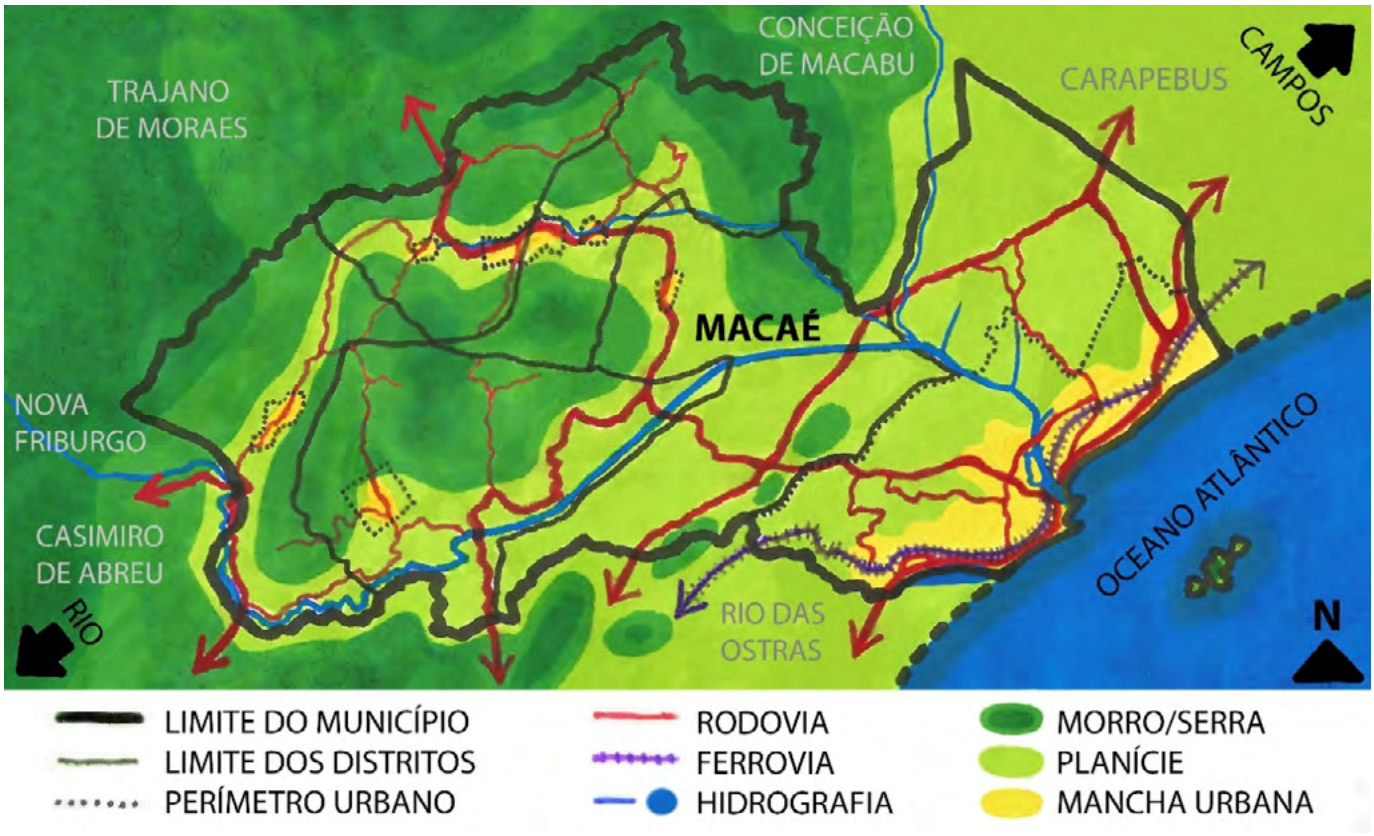


Figura 1: Suporte geobiofísico e Incidência de urbanização. Fonte: Narjara Santos, 2020.

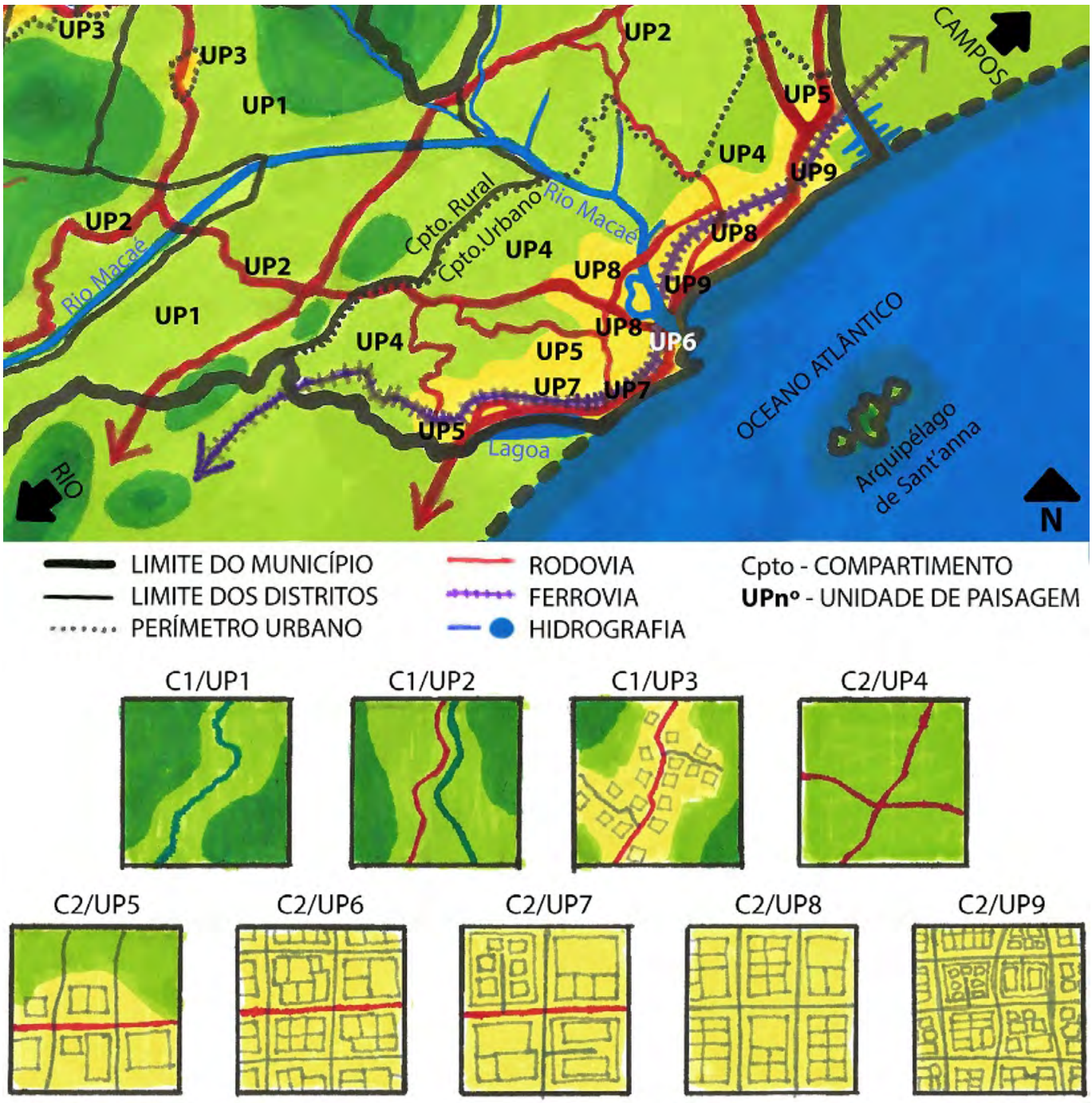


Figura 2: Compartimentos e Unidades de paisagem - Localização e tipos. Fonte: Narjara Santos, 2020.

REFERÊNCIAS

LAMOUNIER, Alex et al. Atmosferas de Preferência e Paisagens Cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. **Ressensibilizando Cidades**: ambiências urbanas e sentidos. Rio de Janeiro: v.01, p. 84-91, 2019.

MACAÉ. **Prefeitura Municipal de Macaé.** Disponível em: <http://www.macae.gov.rj.br> Acesso em: 14 de julho de 2022.

SILVA, Jonathas; MANETTI, Cláudio; TÂNGARI, Vera. Compartimentos e Unidades de Paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à linha férrea. **Revista Paisagem e Ambiente**: Ensaios. São Paulo: n. 31, p.61-80, 2013.

TÂNGARI, Vera. Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos. **Anais do IX Colóquio QUAPÁ-SEL**, São Paulo, 2014

UMA TRAJETÓRIA SONORA: A PAISAGEM SONORA DE CAMPO GRANDE (RJ) E PROSPECÇÕES PARA O PROJETO URBANO

LT 421

Ingrid de Souza Soares [1], Andrea Queiroz Rego [2]

[1] Arquiteta e Urbanista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro; dss.arq@gmail.com.
[2] Doutorado (docente permanente do PROARQ FAUUFRJ); andrea.queiroz@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: paisagem sonora; paisagem cultural; passeio sonoro; Campo Grande-RJ

Este trabalho resulta de um percurso acadêmico envolvido com as formas sonoras; na iniciação científica participando da pesquisa “Paisagem sonora, memória e cultura”, nas atividades de extensão “Seminário Internacional Paisagem sonora, escutas e representações” e com o TCC “Escutas em Campo Grande – prospecções para o planejamento e projetos urbanos a partir da análise da paisagem sonora”.

Os trabalhos sobre os sons enquanto representações culturais não ainda raros nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, onde as questões sonoras são tratadas, predominantemente, de forma quantitativa em disciplinas de acústica arquitetônica ou como um problema de poluição sonora nos diagnósticos urbanos.

O trabalho desvenda as paisagens sonoras urbanas do Bairro de Campo Grande a partir da paisagem cultural que é batida, falada, gritada e cantada e busca entender, por meio dos sons, a apropriação do espaço público suburbano e seus problemas silenciados, fazendo um paralelo entre forma e som, do diagnóstico a proposta. Estabeleceu se, teoricamente, uma correlação entre o conceito de “caráter” de Norberg Shulz e dos “eventos sonoros”, de Schafer. Os eventos sonoros são componentes qualitativos que compõem a paisagem sonora do lugar, neles habitam as fontes e os significados dos sons do cotidiano. Sendo assim, tratamos os sons como fenômenos culturais da paisagem.

Nessa perspectiva de entendimento da paisagem, o trabalho de campo desenvolveu “as cartografias sonoras sensíveis” que embasaram as análises e propostas urbanísticas, reconhecendo que na relação do corpo humano com o espaço é onde passa a habitar uma estética das ambiências (THIBAUD, 2012). Assim, para a exploração da paisagem foi implementada a metodologia de passeios sonoros (REGO, VASCONCELLOS, TRICHES, 2014), registrada por meio de gravações e cartografia sonora (SOUTHWORTH,1967), de modo serial (figura 1). As manifestações sonoras revelam traços do uso e apropriação cultural dos espaços, declarando aquilo que os fazem Lugar. O reconhecimento de valores culturais sonoros foi essencial para a separação do que seria ruído, dos sons a serem evidenciados como capazes de identificar o Lugar.

As escutas que resultam dessas manifestações, somente são possíveis pelas formas e superfícies urbanas que as propagam. O projeto apresenta críticas à legislação vigente e intervenções com estratégias de absorção, isolamento e mascaramento, visando melhorar o conforto ambiental na sua totalidade. O gesto projetual partiu do princípio de atuar sobre a preexistência da forma urbana: o muro da linha férrea, as calçadas, a passarela, o calçadão, o túnel de pedestres e a vegetação.

O trabalho demonstra como sons que ainda hoje são tratados como ruído, se mostram instrumentos valiosos para reforçar as identidades desta centralidade única do Rio de Janeiro.



Figura 1: Exemplo de Ficha Sonora, contendo: localização no mapa sonoro, passeio sonoro realizado, registro fotográfico, corte sonoro e QR CODE do evento sonoro. Fonte: Autores, 2022.



Figura 2: Diretrizes projetuais traçadas partindo da análise da cartografia sonora desenvolvida com os passeios sonoros e detalhe em perspectiva ilustrativa do projeto de intervenção proposto na passarela de pedestres e no muro da linha férrea. Fonte: Autores, 2022.

REFERÊNCIAS

NORBERG-SHULZ. Christian. "O Fenômeno do Lugar". In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**; uma antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

REGO, Andrea Queiroz; VASCONCELLOS, Virgínia Maria Nogueira de; TRICHES, Júlia. Orla Carioca: Uma comparação entre paisagem sonora, paisagismo e cultura urbana. **Anais do 12o ENEPEA - Formação acadêmica em paisagismo e políticas públicas em prol da paisagem**. Vitória: UFES, 2014.

SANTOS, Maria Júlia de Oliveira. **A reta, a curva e o som:** a integração da acústica ao projeto a partir do arquiteto. Painel regional: Rio de Janeiro e bairros / Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015.

SCHAFER, R. Murray. **The soundscape** – our sonic environmental and tuning of the world (1977). 2.ed. Rochester: Destiny Book, 1994.

SOUTHWORTH. Michael Frank. **The sonic environment of the cities**. Minnesota, Universidades de Minnesota. 1967.

THIBAUD. Jean-Paul. A cidade através dos sentidos. Rio de Janeiro: **Cadernos Proarq,** n 18, 2012

ORGANIZADORES

Vera Regina Tângari,

Doutora; Universidade Federal do Rio de Janeiro
vtangari@fau.ufrj.br

Paulo Afonso Rheingantz,

Doutor; Universidade Federal do Rio de Janeiro
parheingantz@gmail.com

EIXO 1 | FORMAS URBANAS E REGIME CLIMÁTICO: ESTRATÉGIAS E ESCALAS DE ABORDAGEM

Jonathas M. P. da Silva,

Doutor; Pontifícia Universidade Católica-Campinas
jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Patrícia R. Samora,

Doutora; Pontifícia Universidade Católica-Campinas
patricia.samora@puc-campinas.edu.br

EIXO 2 | FORMAS URBANAS E PROCESSOS: POLÍTICAS, REDES E CARTOGRAFIAS

Alex A. Lamounier,

Doutor; Universidade Federal Fluminense
alexlamounier@id.uff.br

Bruno E.R. Mendonça,

Mestre; Concordia University
brunoragiarq@gmail.com

EIXO 3 | FORMAS URBANAS E PAISAGENS: PATRIMÔNIOS, APROPRIAÇÕES E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Rubens Andrade,

Doutor; Universidade Federal do Rio de Janeiro
rubensdeandrade@eba.ufrj.br

Daniel A.almeida,

Mestre; Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Universidade Anhanguera-Niterói
daniel.almeida@fau.ufrj.br

EIXO 4 | MORFOLOGIA URBANA E EDUCAÇÃO: VERTENTES, PRÁTICAS E APLICAÇÕES

Vitor Oliveira,

Doutor; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
vitorm@fe.up.pt

Inês Isidoro,

Doutora; DINÂMIA'CET-ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
ines.isi@gmail.com

